U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

3.º CICLO EM HISTÓRIA

A Educação em Vila Nova de Gaia, entre 1880 e 1930

Associações, Escolas e Personalidades

Eva Cristina Ventura Baptista

D

2022

Eva Cristina Ventura Baptista

A Educação em Vila Nova de Gaia, entre 1880 e 1930
Associações, Escolas e Personalidades

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em História, orientada pelos Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves

e pelo professor Doutor José António Moreno Afonso

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2022

Eva Cristina Ventura Baptista

A Educação em Vila Nova de Gaia, entre 1880 e 1930
Associações, Escolas e Personalidades

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em História, orientada pelo Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves

e pelo Professor Doutor José António Martin Moreno Afonso

Membros do Júri

Presidente:

Vogais:

À minha escola: família, amigos, professores e alunos.

À memória dos filantropos e professores de VNG.

Sumário

Agradecimentos 7

Resumo 9

Abstract 10

Índice de Figuras 11

Índice de Quadros 17

Índice de Gráficos 19

Índice de Mapas 21

Lista de abreviaturas e siglas 22

Introdução 25

Estado da Arte 31

Metodologia e universo documental selecionado 47

1. Educação e Beneficência 56

1.1. Ambiente ideológico e científico-cultural e a emergência educo-beneficente 56

1.1.1. Contexto socioeconómico 56

1.1.2. Contexto cultural e pedagógico 61

1.2. Filantropia educativa 72

1.2.1. Clubismo educativo 72

1.2.1.1. Clube de Gaia – precursor e difusor 88

1.2.2. Comissões de Beneficência e Ensino 93

1.2.3. Prémios escolares 103

1.2.4. "Brasileiros", brasileiros e outros beneméritos 114

1.2.5. Influência da Maçonaria na educação na viragem para o século XX 119

1.2.5.1. A Maçonaria em VNG: universo profissional 129

2. Rede Educativa 146

2.1. Percursos de alfabetização 146

2.1.1. A alfabetização em Portugal: «O processo de uma derrota»? 146

2.1.2. A alfabetização em VNG, entre 1878 e 1930: «A epopeia de uma vitória»? 150

2.1.2.1. O problema do analfabetismo segundo os contemporâneos 155

2.2. Rede Oficial 163

2.2.1. Escolas de Ensino Primário 163

2.2.2. Escola de Ensino Primário Superior 189
2.2.3. Escola de Desenho Industrial Passos Manuel 194
2.3. Rede particular 202
2.3.1. As Creches em VNG 202
2.3.2. Estabelecimentos educativos laicos 210
2.3.2.1. Colégio Central 210
2.3.2.2. Colégio Vilanovense 216
2.3.3. Outros estabelecimentos educativos 220
2.3.3.1. Estabelecimentos educativos religiosos 223
2.3.4. Estabelecimentos educativos protestantes 228
2.3.4.1. Escolas do Torne e do Prado 234
2.3.4.2. Escola do Bom Pastor 241
2.3.4.3. Colégio Lusitano 242
2.3.5. Estabelecimentos educativos católicos 247
2.3.5.1. Colégio do Sagrado Coração de Jesus/ Colégio do Sardão 247
2.3.5.2. Colégio de S. Francisco do Sagrado Coração de Jesus 250
2.3.5.3. Escola do Padre Luís 251
2.3.5.4. Seminário Episcopal de Nossa Senhora do Rosário 253
2.3.5.5. Colégio dos Carvalhos 254
2.3.5.6. Colégio-creche Nossa Senhora da Bonança e Colégio de Nossa Senhora da Bonança 266
2.3.5.7. Escolas do Corpus Christi 269
2.3.6. Nas margens: Escola Costa Soares, Escola-oficina das Grades Verdes e Colónia Agrícola Ferreira Lapa 275
2.3.6.1. Escola Costa Soares 276
2.3.6.2. Escola-oficina das Grades Verdes 277
2.3.6.3. Colónia Agrícola Ferreira Lapa 289
2.3.7. Escolas Móveis em VNG 293
2.3.7.1. Escolas Móveis pelo Método de João de Deus 293
2.3.7.2. As escolas móveis oficiais 312
3. Educação e Imprensa Gaiense 318
3.1. A imprensa gaiense na viragem do século XIX para o século XX 319

3.2. A fonte hemerográfica: significado quantitativo, metodologia de tratamento e ilações de conteúdo 321
3.3. Incursão às intencionalidades educativas da imprensa gaiense 332
3.4. Temas significantes e com significado 337
3.4.1. Protagonistas e objetivos 337
3.4.2. Diálogo jornalístico sobre instrução e educação 352
3.4.3. Professor: benemérito ou criminoso? 361
3.4.4. Práticas educativas: entre a Pedagogia e a Didática; entre o nacional e o estrangeiro 368
3.4.5. Excursões e exposições escolares 387
3.4.6. Um tema intemporal: a educação feminina 398
3.4.7. A Festa Escolar: um pretexto educativo ritualizado 409
Conclusão - Vila Nova de Gaia: Laboratório de Modernidade Educativa 435
Fontes e Bibliografia 444

Declaração de honra

Declaro que a presente tese é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico**.**

Porto, 30 de setembro de 2022

Eva Baptista

Agradecimentos

Porque esta etapa não se concretizou com base em vãs cordialidades, mas sim com o interesse e apoio de alguns, neste momento devido de reconhecimento a todos aqueles que me acompanharam neste percurso, há que fazer a respetiva hierarquia e registar especiais agradecimentos.

Em primeiro lugar, ao Nuno, meu amigo, marido e pai dos meus três filhos. Foi com a confiança que deposita em mim que enveredei neste projeto e, agora, o terminei. Em segundo, aos meus pais, Fernando e Lurdes, e tios por afinidade, António e Ilídia, pela compreensão, carinho e abnegada retaguarda familiar. Em terceiro, aos meus orientadores, pelo exemplo de profissionalismo, amizade e constante motivação e, ainda, pela provocação na abordagem dos assuntos tratados e pelas pertinentes sugestões de melhoria.

À Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pela oportunidade de frequentar o Curso. Neste contexto, uma palavra de sincero reconhecimento pelo testemunho de confiança no meu percurso e na minha pessoa, aos professores à época reponsáveis pela Direção do mesmo, Luís Miguel Duarte, Amélia Polónia e Maria da Conceição Meireles Pereira.

À Direção do Colégio Nossa Senhora da Bonança, pelo apoio e incentivo, e aos colegas desta instituição, em particular, ao grupo "BPC" pelo espírito altruísta de camaradagem, raro, que me sensibilizou, energizou e em muito contribuiu para a concretização deste projeto. À Marisa Oliveira e Paula Corrêa, companheiras de todos os momentos, pelas leituras críticas e apoio nas formatações. Ao Bruno Silva, à Luísa Pinto, ao Nuno Silva e à Nazaré Machado pelo apoio e disponibilidade sempre demonstrados. Aqui deixo, igualmente, o meu agradecimento ao Durval Pinheiro, à Helena Nogueira, ao João Cunha e à Paula Ferreira.

Ao Gabinete de História, Arqueologia e Património de VNG, ao Solar Condes de Resende, à Biblioteca, ao Arquivo Municipal Sofia de Mello Breyner da Câmara Municipal de VNG e ao Espaço Corpus Cristhi, em particular a J. A. Gonçalves Guimarães, Maria de Fátima Teixeira, Celeste Pinho, Lícínio Santos, Barbosa da Costa, José vaz, Carlos Silva, Abel Barros, António Conde, Isabel Santos, Alda Temudo, Maria do Carmo Soares, Elsa Fontão e Fernando Mota.

À direção administrativa e pedagógica da Associação das Creches de Santa Marinha.

Ao Arquivo do Grande Oriente Lusitano, em particular a António Ventura, Joaquim Grave dos Santos e Helena Serpa.

À Fundação Padre Luís, à Junta de Freguesia de Avintes, à direção das escolas Básica Fernando Guedes e Secundária António Sérgio e ao Museu João de Deus.

À Dr.ª Mariana Fonseca e ao Dr. Rui Pinheiro Dias da Unidade de Saúde USF Além Douro.

Resumo

Este estudo perspetiva a compreensão de um quadro histórico-pedagógico configurado num crono-espaço alargado (1880-1930) e num objeto de estudo (município pedagógico/Vila Nova de Gaia) em diversas dimensões (legislação, espaços, protagonistas, intenções, ações, sinergias e concretizações). Para o efeito, procedemos à criação de um arquivo que cruza fontes documentais, algumas inéditas, com fontes hemerográficas, sistematizadas através do programa informático *filemaker*. Tomamos como universo de análise um território contrastante, em termos paisagísticos e socioeconómicos, onde conviveram forças políticas e religiosas diversas, num período de crescimento económico e de afirmação municipal. Contexto este favorecedor de um movimento sociocultural em torno da Educação Popular, protagonizado por uma elite, muito embrenhada no associativismo e nas edilidades locais, que estimulou e apoiou o processo de alfabetização e de educação dos gaienses.

Foi nosso objetivo caraterizar o processo educacional desenvolvido aferindo a rede, as práticas e os agentes educativos e avaliando o impacto da Educação na Imprensa local. Concluímos que durante o período em estudo, o território atravessou um processo de modernidade educativa beneficiado pelas tensões políticas e religiosas latentes, constituindo-se como município-pedagógico. Estas disputas em prol da educação pretendida resultaram em processos sinergéticos em favor da alfabetização e da escolarização do concelho, em cujo movimento se identificaram múltiplos ideais de escola e de educação.

Em relação à rede escolar mapeada, entre outros aspetos, aferimos que a particular foi-se esbatendo ao ritmo da construção da oficial, mantendo-se a nível do ensino técnico na urbe e tendendo a ser tutelada pela Igreja. Aferiu-se, ainda, que os polos industriais criaram a necessidade de escolas e de espaços de socialização mas, também, que algumas instituições educativas influenciaram o desenvolvimento das localidades. Por último, consideramos que a imprensa local funcionou como um veículo de comunicação entre os profissionais da educação mas, também, se constituiu como mural eficaz de reivindicação das educações ideais.

Palavras-chave: Rede educativa; Filantropia; Imprensa; Vila Nova de Gaia

Abstract

The present study aims to provide a full understanding of the historical and pedagogical context of Vila Nova de Gaia between 1880 and 1930, which include different areas from legal issues to places where educational changes took place, as well as the people involved, their actions and achievements. In order to reach our objective, we have created a detailed data base which includes several historical sources, counting with periodical newspapers and booklets, filled in *FileMaker*. A vast and diverse area as far as the landscape and the social and economical backgrounds are concerned was the focus of our study, where different political and religious branches lived side by side in a time of economical growth, in an era when Vila Nova de Gaia was fighting for its recognition. This context helped the development of an education for the people, led by an elite, focussed in forming associations and linked to the local authorities, which enabled the literacy and education of the people from Gaia.

We aimed to present a profile of the educational process, of its network as well as of educational agents and their approaches and, at the same time, assess how the new educational system had an impact in the local press. We have reached the conclusion that, throughout the years mentioned above, Vila Nova de Gaia went through a great educational modernization, where the political and religious differences had a decisive role in this process, making the city and its outskirts an " educationally municipality". In fact, these rivalries were fulcral in the educational development of Vila Nova de Gaia, contributing to the people's literacy and global education which meant different educational concepts and approaches.

Furthermore, we have realized that the rising number of schools in the time length mentioned were mainly state schools while private schools decreased gradually, except technological schools and others under the supervision of the Church. Lastly, our research allowed us to come to the conclusion that the local press played a significant role in this educational process among teachers and other educational staff, in addition to having acted as an effective mural of claims of the diferent ideal educational perspectives.

Key-words: Educacional network, Philanthropy, Press, Vila Nova de Gaia

Índice de Figuras

Figura 1. Diagrama-síntese da investigação ----------26

Figura 2. Palacete de António da Rocha Romariz nos princípios do século XX, na Bandeira (atual Colégio Nossa Senhora da Bonança) ----------53

Figura 3. A azáfama junto ao largo das Devesas, no início do século XX ----------59

Figura 4. Convite da Escola Primária "Ferreira de Macedo", datado de 1922 ----------64

Figura 5. «Dr. Bernardo Lucas. Distincto causídico no foro portuense». Capa do Jornal *Os Pontos*. ----------66

Figura 6. Publicidade da Casa-Escola Portuguesa ----------68

Figura 7. Logótipo do Grémio Prosperidade do Candal ----------74

Figura 8. Convite do Clube Ginástico Mafamude ----------76

Figura 9. Anverso do postal «Club de Vila Nova de Gaya», 1899 ----------87

Figura 10. Verso do postal «Club de Vila Nova de Gaya», 1899 ----------88

Figura 11. Livro «Lições de Cousas» / Prémio do Grupo de Beneficência Escolar. ----------96

Figura 12. Poema do aluno Duarte Silva na distribuição do prémio Luís de Camões, em 1899-102

Figura 13. Anúncio relativo ao Prémio Luís de Camões ----------102

Figura 14. Diploma de Mérito conferido pela Câmara Municipal ----------103

Figura 15. Edifício onde se encontrava instalada a Escola das "Estafinhas" ----------104

Figura 16. Clube de Gaia, c.1890 ----------131

Figura 17. Bilhete de sorteio,1906 ----------135

Figura 18. Capa do Catálogo das Obras de Arte oferecidas em favor da Creche ----------135

Figura 19. Caricatura de António Teixeira Lopes ----------135

Figura 20. Rótulo de Vinho do Porto *Conquistador*----------138

Figura 21. Escola oficial de Vilar de Paraíso, cerca de 1934 ----------166

Figura 22. Escola de Valadares, meados do século XX ----------168

Figura 23. Homenagem a José Monteiro de Castro Portugal ----------168

Figura 24. Escola de Cabanões / Avintes ----------170

Figura 25. Foto das Escolas Paroquiais de Santa Marinha, «Escola das Palhacinhas» (primeiros anos do século XX) ----------172

Figura 26. Escola das Devesas. Atual Academia Sénior e Banda Musical 1.º de Agosto ----------174

Figura 27. Material fornecido pela Câmara Municipal às escolas (1907) ----------177

Figura 28. Orçamento da receita e despesa da Instrução Primária (1907) ----------178

Figura 29. Orçamento da receita e despesa da Instrução Primária para 1909-1910 ----------178

Figura 30. Alçado da planta das Escolas do Santíssimo Sacramento ----------180

Figura 31. Casa do Professor, Adães Bermudes; Escola Básica n.º 2 de Campolinho/Valadares----------185

Figura 32. Jardim de Infância da Aguda/ Arcozelo ----------185

Figura 33. Relação de Escolas oficiais de Ensino Primário Elementar de VNG e Cursos Noturnos, em 1930 ----------186

Figuras 34 e 35. Trabalhos de alunos da Escola Primária Superior de VNG (1921) ----------191

Figura 36. Notícia da inauguração da Escola de Desenho/Escola Industrial Passos Manuel ----193

Figura 37. Mobília de Casa de Jantar, na Exposição da Escola Industrial de Passos Manuel ----197

Figura 38. *Poster* «Escola Industrial Passos Manuel. Serviço de Matrículas», 1925 ----------199

Figura 39. Pormenor da Planta da Creche da Afurada, Projeto do Conselheiro António Ferreira de Araújo Silva. ----------206

Figura 40. Circular/subscrição dos alunos do Colégio Central em favor da Associação de Creches de Santa Marinha (1923) ----------209

Figura 41. Anúncio do Colégio Central (1891) ----------211

Figura 42. Postal do Colégio Central (1912) ----------213

Figura 43. Sala de aula do Colégio Central ----------214

Figura 44. Grupo de alunos com o seu estandarte na década de vinte do século XX ----------214

Figura 45. Envelope do Colégio Central, (1926) ----------215

Figura 46. Anúncio do Colégio Vilanovense (1907) ----------216

Figura 47. Tabela dos preços de frequência das aulas, mobília e enxoval do Colégio Vilanovense (1907) ----------217

Figura 48. Convite da União Cristã da Mocidade de VNG para conferência sobre Eletricidade na Escola do Torne (1900) ----------231

Figura 49. Encontro de Escolas Evangélicas do Porto e de Gaia no Palácio de Cristal (1908) ---232

Figura 50. Projeto de cabines para estudo de Piano no Colégio do Sardão ----------251

Figura 51. Estandarte da Escola Oliveirense ----------253

Figura 52. Seminário dos Carvalhos, Colégio, professores e alunos no pátio (década de 1890) ----------255

Figura 53. Alunos do Colégio dos Carvalhos em exercício de Ginástica (1913) ----------255

Figura 54. Alunos e corpo docente, ano letivo de 1912-1913 ----------256

Figuras 55 e 56. Exercícios na aula de Ciências e de Datilografia, ano letivo de 1912-1913 -----261

Figura 57. Desenho de vista geral do Colégio dos Carvalhos (1914) ----------262

Figura 58. Alunos do Colégio dos Carvalhos em exercício pedestre ----------263

Figura 59. Equipas de Futebol do Colégio dos Carvalhos ----------263

Figura 60. Publicidade do Colégio dos Carvalhos (1931) ----------265

Figura 61. Casa destinada aos últimos anos do liceu do Colégio-Internato dos Carvalhos ------267

Figura 62. Colégio-creche Nossa Senhora da Bonança ----------267

Figura 63. O palacete da Bandeira/ Colégio Nossa Senhora da Bonança (1931) ----------269

Figura 64. Postal «Colégio Nossa Senhora da Bonança (Palacete da Bandeira) – V. N. de Gaia» ----------269

Figura 65. Elvira Vale ----------281

Figura 66. As alunas com as mestras, "em dança familiar" na quinta das Grades Verdes -------281

Figura 67. Interior da Escola-Oficina das Grades Verdes ----------282

Figura 68. Vista interior da Exposição da Escola-Oficina das Grades Verdes (junho-julho de 1918) no Museu Industrial e Comercial do Porto ----------284

Figura 69. Alunas com almofadas e rendas de bilros ----------287

Figura 70. D. António Barroso, Bispo do Porto e outros protetores da Escola-Oficina, mestras e alunas (1916) ----------289

Figura 71. Antigo edifício do Seminário, atual Lar Juvenil dos Carvalhos ----------293

Figura 72. Alunas da Escola Democrática em Avintes e sua professora, Maria José de Azevedo Alves (1907-1908) ----------301

Figura 73. Provas caligráfica e ortográfica de Jaime de Azevedo (1915) ----------308

Figuras 74 e 75. Publicidade de James Cassels (Diogo Cassels) e João Rodrigues Valente Perfeito na *Federação Escolar*----------323

Figura 76. Manuel Rodrigues Santos Costa ----------340

Figura 77. Joaquim Ferreira Carneiro ----------340

Figura 78. Poema de crítica à violência inerente aos métodos pedagógicos clericais ----------342

Figura 79. Editor e proprietário do jornal *A Defesa*----------347

Figura 80. António Barbosa de Castro, proprietário do *Leverense* ---------- 353

Figura 81. João de Castro Silva, «velho jornalista», pai de António Barbosa de Castro ---------- 353

Figura 82. Professor Osório ----------369

Figura 83. Antiga escola oficial da Igreja/Olival ----------370

Figura 84. Capa do Pequeno Manual do Povo, de M. J. da Silva ----------374

Figura 85. Estandarte da escola do Palheirinho/ Avintes, "A Democrata" ----------382

Figura 86. Retrato da professora Gracinda Augusta Neves Gama ----------399

Figura 87. Retrato da professora Antónia de Melo Pestana ----------406

Figura 88. Professores da escola de Serzedo, Julieta Augusta da Fonseca e Maria de Jesus Saraiva ----------411

Fig. 89. Festa da árvore. Aspeto da multidão na esplanada da Serra do Pilar, VNG, antes da formatura do cortejo ----------423

Fig. 90. Festa da Árvore em Serzedo ----------424

Fig. 91. Um aspeto da festa da árvore em Santa Marinha ----------424

Fig. 92. Festa da Árvore nas Devesas----------425

Fig. 93. Batalhão Infantil de Vilar de Paraíso ----------428

Fig. 94. Festa da Árvore em Santa Marinha. Um carro agrícola que figurou no cortejo, oferecido pelo republicano Alpoim Monteiro ----------429

Fig. 95. Festa da Árvore em Santa Marinha ----------430

Fig. 96. Festa da árvore em Santa Marinha. O cortejo em marcha ----------430

Fig. 97. Hino das Escolas de Gaia ----------431

Fig. 98. Grupo feminino na Festa da Árvore em Mafamude ----------432

Índice de Quadros

Quadro 1. Associações Dinamizadoras de Práticas Educativas ----------79

Quadro 2. Mapa das Contas da Comissão de Beneficência Escolar de Valadares ----------92

Quadro 3. Prémios escolares em VNG, entre 1880 e 1930 ----------104

Quadro 4. Filantropia educativa em VNG, entre 1880 e 1930 ----------112

Quadro 5. Maçons nos corpos gerentes da Associação das Creches de Santa Marinha (1897) ----------133

Quadro 6. Maçons nos corpos gerentes da Associação das Creches de Santa Marinha (1907) ----------133

Quadro 7. Maçons nos corpos gerentes da Associação das Creches de Santa Marinha, entre 1904 e 1906 ----------134

Quadro 8. Maçons na lista de subscritores da Associação de Escolas Móveis João de Deus ---140

Quadro 9. A Maçonaria na Comissão executiva da Exposição Agrícola-Industrial de Gaia -----141

Quadro 10. Evolução da alfabetização no continente por grupos etários ----------147

Quadro 11. Taxas de analfabetismo entre 1878 e 1920, em VNG e no país ----------149

Quadro 12. Relação entre escolas e alfabetização, em VNG (1908) ----------155

Quadro 13. Relação entre escolas e alfabetização masculina, em VNG (1908) ----------156

Quadro 14. Rede de escolas régias e particulares (1848) ----------162

Quadro 15. Número de escolas e frequência escolar no ensino oficial de VNG (ano letivo de 1899-1900) ----------174

Quadro 16. Freguesias com edifício próprio para escola (1907) ----------177

Quadro 17. Escolas oficiais, segundo a deliberação da Comissão Executiva da Câmara (1917) ----------183

Quadro 18. Corpo docente da Escola de Ensino Primário Superior ----------190

Quadro 19. Creches criadas em VNG, entre 1880-1930 ----------204

Quadro 20. Estabelecimentos educativos particulares ----------220

Quadro 21. Número de alunos matriculados das escolas do Torne e do Prado entre 1868 e 1931 ----------237

Quadro 22. Número de aprovações entre 1883-1922 das escolas do Torne e do Prado --------238

Quadro 23. Número de aprovações entre 1923-1931 das escolas do Torne e do Prado --------238

Quadro 24. População das Escolas de Corpus Christi, entre 1895 e 1910 ----------274

Quadro 25. Despesas da Câmara com a Escola Manuel Lopes da Costa (1909) ----------278

Quadro 26. Quadro de pessoal da Colónia Agrícola Ferreira Lapa, em 1928 ----------292

Quadro 27. Exemplo de rede sinergética educativa, entre Maçonaria, AEMBAJE e centros republicanos ----------295

Quadro 28. Missões da Associação de Escolas João de Deus em VNG ----------300

Quadro 29. Seleção de periódicos para estudo da "educação" na imprensa gaiense ----------325

Quadro 30. Trabalhos escolares distinguidos da Exposição-Agrícola de VNG ----------394

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Associações com fins educativos em VNG (1880-1930) ----------78

Gráfico 2. Associações políticas/profissionais "educativas" entre 1890 e 1930 ----------81

Gráfico 3. Referências a Bibliotecas das Associações de VNG na Imprensa ----------82

Gráfico 4. Atividades profissionais da Maçonaria em VNG, na viragem para o século XX ----------
----------127

Gráfico 5. A Maçonaria em VNG, na viragem para o século XX: profissões ----------128

Gráfico 6. Alfabetização na Europa, 1850-1950 ----------144

Gráfico 7. Número de alunos da Escola Passos Manuel, entre 1884 e 1908 ----------194

Gráfico 8. Cotas recebidas das comissões auxiliares da AEMBAJE ----------296

Gráfico 9. Idade de Inscrição dos alunos das Escolas Móveis da AJD em VNG ----------310

Gráfico 10. Alunos matriculados e aprovados nas missões da AJD em VNG ----------310

Gráfico 11. Distinção do número de alunos matriculados nas missões da AJD em VNG quanto ao género ----------312

Gráfico 12. Evolução da publicação de novos títulos (1873-1936) ----------320

Gráfico 13. Mancha gráfica (%) dedicada a assuntos relacionados com educação ----------326

Gráfico 14. Entradas relativas à alfabetização ----------327

Gráfico 15. Clubismo educativo ----------328

Gráfico 16. Cursos noturnos ----------329

Gráfico 17. Condições escolares ----------329

Gráfico 18. Creches ----------330

Gráfico 19. Educação feminina ----------330

Gráfico 20. Palestras/ conferências instrutivas ----------331

Gráfico 21. Professorado ----------331

Gráfico 22. A educação na 1.ª página ----------332

Gráfico 23. Temas relacionados com educação na 1.ª página ----------333

Gráfico 24. Festa escolar na imprensa de VNG ----------414

Índice de Mapas

Mapa 1. Vila Nova de Gaia entre 1880 e 1930 ----------22

Mapa 2. Distribuição das experiências educativas promovidas pelas Associações ----------80

Mapa 3. Evolução da alfabetização em VNG, entre 1878 e 1930 ----------152

Mapa 4. Ensino oficial em VNG: escolas masculinas, femininas e mistas, entre 1875 e 1930 --160

Mapa 5. Escolas e Colégios Religiosos em VNG, entre 1875 e 1930 ----------227

Mapa 6. Escolas Móveis da AJD e Oficiais, em VNG, entre 1914 e 1928 ----------317

Lista de abreviaturas e siglas

ACDIHL..... ABIENTES - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA LOCAL

ACSM ..... ASSOCIAÇÃO DAS CRECHES DE SANTA MARINHA

ADCCC..... ACERVO DOCUMENTAL DO CONVENTO CORPUS CHRISTI

ADEP ..... ACERVO DOCUMENTAL ESCOLA DO PALHEIRINHO

ADP ..... ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

ADSCR ..... ACERVO DOCUMENTAL SOLAR CONDES DE RESENDE

AEMBAJE ..... ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS BIBLIOTECAS AMBULANTES E JARDINS-ESCOLAS

AFOPL ..... ACERVO FUNDAÇÃO OBRA PADRE LUÍS

AGOL ..... ARQUIVO DO GRANDE ORIENTE LUSITANO

AHME ..... ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

AHME-ESR ..... ARQUIVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ESCOLA SOARES DOS REIS

AHP ..... ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR

AJD ..... ASSOCIAÇÃO JOÃO DE DEUS

AJFA ..... ARQUIVO DA JUNTA DE FREGUESIA DE AVINTES

AMSMB/CMVNG ..... ARQUIVO MUNICIPAL SOPHIA DE MELLO BREYNER/ CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

ANTT ..... ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

BNP ..... BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

BPMP ..... BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

BPMVNG ..... Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia

CRCVNG ..... Conservatória do Registo Civil Vila Nova de Gaia

DREN ..... Direção Regional de Educação do Norte

FLUP ..... Faculdade de Letras da Universidade do Porto

FMS/CC ..... Fundação Mário Soares/ Casa Comum

GOLU ..... Grande Oriente Lusitano Unido

ID ..... identificador

JR ..... Júnior

MJD ..... Museu João de Deus

OMFLUP..... Oficina do Mapa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

REAA ..... Rito Escocês Antigo e Aceito

RF ..... Rito Francês

U.P. ..... Universidade do Porto

VNG ..... Vila Nova de Gaia

Introdução

Este estudo tem como principais pilares vocacionais a História da Educação e a História Local. Surge do percurso pessoal e profissional movido pela curiosidade histórica, em relação ao território de pertença, à atividade profissional exercida e do gosto pela divulgação científica.

No que respeita à delimitação temporal, por pragmatismo metodológico, balizamos a investigação no período que decorre entre 1880 e 1930, isto porque a educação portuguesa, entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, está inseparavelmente ligada ao projeto republicano que, obviamente, não teve o seu início em 1910, nem se esgota com o golpe militar de 1926. Esta delimitação prende-se com o facto de o ano de 1880 ter sido dedicado às comemorações do tricentenário da morte de Camões, correspondente ao início de uma década que marca, também, o surgimento de um conjunto de instituições educativas no Porto, entre as quais, destacamos a Sociedade de Instrução do Porto (1880), cuja criação reflete a importância e a pertinência que a temática educação/instrução assumia[1] e o Clube de Vila Nova de Gaia (1881[2]), impulsionador da educação neste concelho. Por seu turno, o marco 1930 assinala a primeira comemoração do "10 de junho" como feriado nacional e início de uma década que será marcada pela entrada do país num "Estado Novo" pautado por um regime político autoritário e autocrata com reflexos nas questões educativas, de que aliás o Decreto-lei nº 18140, de março de 1930, que reduz a escolaridade obrigatória para três anos, é disso anunciador. Simbolicamente, se 1880 tinha sido a mola impulsionadora, 1930 foi o travão no entusiasmo dessa crença nos ideais de Fraternidade e Liberdade, conducentes a um futuro perfeito, caminho esse em que a educação assumia um papel fundamental.

[1] CARDOSO, 2003: 124.

[2] Ano da aprovação dos Estatutos. Porém, em 1880, já se encontrava em atividade. ADP. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02472.

No que concerne à delimitação espacial, este estudo incide na configuração territorial que o concelho de Vila Nova de Gaia (VNG) tinha até 1926[3], englobando as vinte e três freguesias que compreendia: Arcozelo, Avintes, Canelas, Canidelo, Crestuma, Grijó, Guetim, Gulpilhares, Madalena, Mafamude, Olival, Oliveira do Douro, Pedroso, Perosinho, Sandim, S. Félix da Marinha, Santa Marinha, Seixezelo, Sermonde, Serzedo, Valadares, Vilar de Andorinho e Vilar do Paraíso, sendo que a partir de 1926, deixa de compreender a freguesia de Guetim e passa a anexar a de Lever**.**

Mapa 1. VNG entre 1880 e 1930.



Fonte: *Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2012*.

[3] O município sofreu alterações ao nível do território e número de freguesias: a Afurada tornou-se freguesia autónoma de Santa Marinha, em 1952; Lever foi anexada ao concelho de Gaia, em 1926 e, no mesmo ano, Guetim, ao concelho de Espinho. Mais recentemente, a Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro reorganizou administrativamente o território em 15 uniões de freguesias.

Em relação à delimitação teórica, centramo-nos na "EDUCAÇÃO", cujo paradigma se encontra muito distante do atual -"paradigma da comunicação"- defendido por Rui Trindade e Ariana Cosme, centrado na ideia de que a comunicação é «condição propiciadora das aprendizagens dos alunos e, por esta via, como uma oportunidade da sua formação pessoal e social»[4], em cujo processo o professor é entendido como um interlocutor especializado[5] e os alunos, «interlocutores, tanto a privilegiar, como a interpelar»[6]. A conceção da Educação do período em estudo está intrinsecamente relacionada com a emergência da instituição/escola como espaço especializado para a instrução necessária das massas, com vista à manutenção da nova ordem político-social, surgida entre o pombalismo e a revolução liberal oitocentista. Pretendia-se, assim, uma educação que garantisse a homogeneidade cultural e política das comunidades e contribuísse para a construção da ideia de Nação, através de uma instituição tutelada pelo Estado que contratava agentes especializados/educadores e que operacionalizava o processo de instrução por via da estandardização curricular e pedagógica[7].

É este processo complexo, que assumiu diferentes ritmos e *nuances* de acordo com as especificidades geográficas, que queremos estudar, concretamente, o espaço que compreende o município de VNG. Vontade que sustentamos na opinião de Justino Magalhães ao defender que a historiografia local do educacional escolar permite fomentar uma cidadania do local, uma vez que a incorporação de questões da história da educação nos currículos escolares, estimula o conhecimento da realidade que rodeia os indivíduos, favorecendo «a identidade e constitui[indo] base cognoscente para a cidadania»[8]. Segundo este autor, a dialética entre o local e o global, no que concerne à escola e à escolarização, tem sido explicada pelo nacional e pelo universal. Porém, o local comporta especificidades, «não configura uma réplica do global, nem corresponde à miniatura ou à elementaridade do universal: é uma singularidade, cujas marcas de diferenciação lhe conferem uma existência como totalidade em organização e

[4] TRINDADE, 2012: 438.
[5] *Apud* TRINDADE, 2012: 442.
[6] TRINDADE, 2012: 442.
[7] Cf. TRINDADE; COSME, 2016: 1031-1051.
[8] MAGALHÃES, 2010: 30.

evolução»[9]. Ora, essa incorporação só poderá ser feita se existir uma historiografia local, mas acontece que os trabalhos historiográficos sobre a educação em VNG são escassos. Num primeiro balanço, à exceção dos estudos sistemáticos sobre a ação da família Cassels/ Escola do Torne, a informação disponível sobre o panorama educativo gaiense é diminuta e fragmentária, pelo que esta investigação contribuirá para o alargamento do tema em análise e do conhecimento histórico deste território.

Justino Magalhães considera que, na atualidade, a história regional e a história local estão ainda aquém do potencial conhecimento «representativo, descritivo, analítico e crítico das singularidades que permite relatar, comparar e integrar as distintas realidades que formam o Mundo Ocidental»[10]. Indo mais além, refere que a «história dos municípios na educação constitui um campo de investigação a vários títulos inovador», concretamente a nível da historiografia mas, também, «na leitura que a história possibilita e autoriza em aspetos como a inovação educativa e pedagógica»[11]. Sustenta, também, que o município e a instituição escolar são as principais unidades de observação e de desenvolvimento para a História da Educação, sublinhando que «a municipalização não foi uma miniaturização do nacional, mas assumiu desenvolvimento próprio»[12]. Assim, também entendemos relevante aferir o desenvolvimento próprio deste município educativo, o qual, por ser o concelho mais extenso do Porto e o terceiro mais populoso do país, constitui uma amostra territorial eloquente do panorama português.

Nesse encalce, organizamos este trabalho em três capítulos: «Educação e Beneficência», «Rede Educativa» e «Educação e Imprensa». No primeiro, vamos contextualizar o ambiente ideológico e científico-cultural do território e procurar destrinçar o envolvimento da sociedade no processo educativo do município. Em simultâneo, tentaremos perceber a malha humana que se espalhou pelas diversas associações educativas e identificar quem as fundou, auscultando as respetivas motivações.

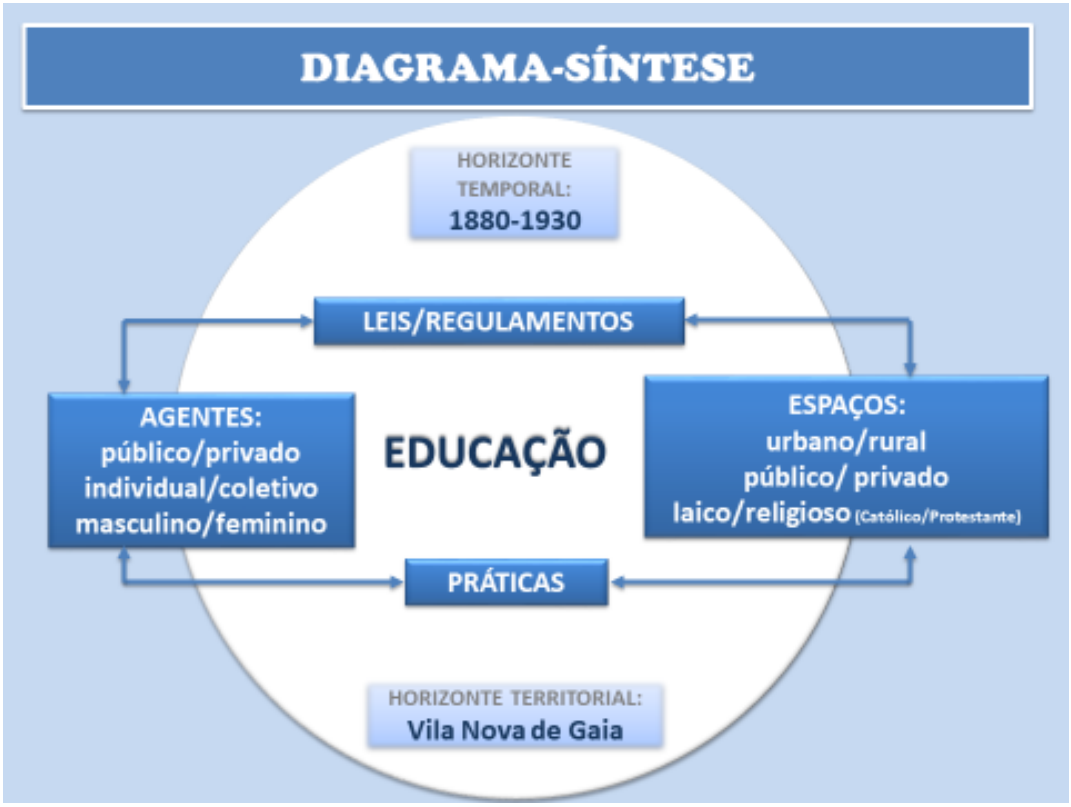
---

[9] MAGALHÃES, 2010: 28.
[10] MAGALHÃES, 2013b: 12.
[11] MAGALHÃES, 2019: 11.
[12] MAGALHÃES, 2013b: 13.

No segundo capítulo, aferiremos semelhanças/especificidades em relação ao panorama nacional mas, também, sabendo que este é um território com realidades geográficas e económicas diversificadas - uma zona atlântica junto à foz do Douro e encostada ao mar, uma zona ribeirinha do Douro defronte a Gondomar, e outra interior, limítrofe ao concelho de Santa Maria da Feira - interessa-nos, pois, compreender os ritmos e facetas assumidos no campo da educação nas diferentes áreas geográfico-económicas do concelho. Por outro lado, tentaremos entender de que modo a abundante produção legislativa, no quadro da educação, teve reflexos na realidade do município gaiense. Num crivo mais microscópio, queremos compreender a fixação de instituições educativas em determinados locais, procurando perceber de que modo a existência de serviços num determinado lugar pôde aí influenciar a criação de escolas ou até que ponto é que determinadas instituições educativas influenciaram o desenvolvimento urbanístico e económico das localidades. Questionamo-nos se, em determinados locais, a concentração populacional e a insuficiência de escolas serão as razões que justificam a localização de instituições educativas privadas e, ainda, se o isolamento e distanciamento do centro legitimam a sua permanência ao longo do tempo. Por outro lado, queremos, ainda, aferir a relação entre as evoluções da rede pública e privada. Por último, neste capítulo, tentaremos mapear a evolução da rede escolar formal e levantar o véu do currículo educativo oculto desenvolvido pela rede circum-escolar e da educação nas "Margens".

Para estes objetivos socorremo-nos, entre outras fontes, das hemerográficas, procurando propositadamente perceber, no terceiro capítulo, o papel da imprensa neste processo educativo da coletividade e qual o seu impacto nas personagens mais diretamente relacionadas com ele. Por outro lado, procuraremos aferir as experiências educativas promovidas pelas instituições formais e não formais, nos diferentes espaços e em (não) lugares, as quais, paralelamente, à luz do contexto da época, contribuíram para "iluminar" a população gaiense, alfabetizando-a e educando-a para o exercício de uma cidadania participativa e consciente. Isto, no nosso entender implica, também, identificar que homem/mulher gaiense-tipo se queria forjar. A figura 1 procura traduzir estes nossos intentos.

Fig. 1. Diagrama-síntese da investigação.



Fonte: Elaboração da autora.

Estado da Arte

Cabe aqui a revisão que fizemos centrada na relação entre municipalismo e educação, na historiografia de educação relativa ao período em análise e sobre os estudos que incidiram sobre a educação em VNG. O estado da arte será complementado na contextualização dos diferentes capítulos.

Estamos cientes que no conceito "educação" se incluem outros, como "instrução", "alfabetização", "escolarização", "ensino-aprendizagem", "literacia" e, ainda, "formação" de um Homem novo, dentro do ideário educativo reformador ocorrido na viragem do século XIX para o século XX. Por outro lado, o processo educativo é sempre uma ação social, dado que se baseia nas relações que se estabelecem entre sujeitos. Vivendo em sociedade, o ser humano educa e é educado. «Não há como fugir da sociabilidade, e a educação, por si mesma, já a pressupõe e intensifica essa ação»[13]. O sistema educacional é um processo complexo e multifacetado. Engloba a educação formal, estabelecida por um sistema regido por normas e diretrizes educacionais, sistematizadas num currículo definido, onde se enquadram planos e procedimentos pedagógicos para aplicação no quotidiano escolar; a educação não formal, que compreende atividades educacionais organizadas e sistemáticas dirigidas a determinados grupos da população, mas desenvolvidas fora do quadro do sistema formal; e a educação informal, que abrange todas as possibilidades educativas que ocorrem durante a vida dos indivíduos, sendo, portanto, um processo permanente, não organizado por um sistema formal[14].

Como referiu Justino Magalhães, desde meados do século XIX que os municípios se constituíram como centro de desenvolvimento local e regional, cuja modernização se encontrava associada à «vulgarização e à profissionalização da escrita»[15]. A reforma de Costa Cabral da Instrução Pública tomou o município como território e centro ordenador da oferta escolar, o qual passou a decidir de forma sistemática em relação à instrução, nomeadamente no que se refere à criação e transferência de escolas, no fomento e

[13] NOGUEIRA, 2011: 289.
[14] NOGUEIRA, 2011: 289.
[15] MAGALHÃES, 2014: 180

reconhecimento de escolas paroquiais e na elaboração da Folha de Pagamento a professores, dando lugar à expansão da rede escolar em fermentação desde a legislação pombalina[16]. De acordo com o mesmo autor, chegados ao final do século XIX, os pressupostos da modernidade escolar estavam basicamente estruturados, ao incluir: a escolarização da educação; a universalização e obrigatoriedade escolar; a subsidiarização entre o estatal, o privado e o associativo; a integração do local na oferta educativa de base; a normalização da profissão docente; a escrituração e inspeção pedagógica-escolar[17]. No quadro da legislação de Rodrigues Sampaio (1878, 1885), as Câmaras Municipais tutelavam «formação, proteção e instrução», assumindo-se como municípios pedagógicos, uma vez que «exerciam a soberania de um território educativo»[18].

> *Puseram em execução uma política de fomento da instrução pública e de desenvolvimento local, no sentido autárcito, que se revestiu de centralidade e se tornou fator de atração urbana. O conjunto de oficiais e de funções ligadas à administração pública (contabilidade, comércio, construção civil, indústria, transporte, comunicação, eletrificação, correios, escritórios, etc.) constituiu uma diversificada e complexa estrutura social e profissional. A malha das relações e dos modos de produção gerou oportunidades e lugares na economia local e no funcionalismo municipal. A melhoria de vida e a mobilidade social, gratificando aqueles que tinham acedido à instrução, eram um estímulo ao fomento e à frequência escolar. O município passou a dispor de administração e de órgãos específicos para o fomento da instrução e da educação públicas. As autoridades locais dispuseram de oportunidade para formarem e politizarem os seus cidadãos. A integração municipal encontrou na instrução pública a construção de identidade. Efetivamente, o município assumia-se como município pedagógico*[19].

[16] MAGALHÃES, 2014: 180.
[17] MAGALHÃES, 2014: 29.
[18] MAGALHÃES, 2014: 181.
[19] MAGALHÃES, 2014: 181.

Segundo Áurea Adão e Justino Magalhães, o conceito de município pedagógico visa «traduzir o complexo histórico entre decisão pedagógica e progresso, constituído por autarcia, política e realização escolar, aculturação e sociabilidade escrita, desenvolvimento cultural»[20]. De acordo com os mesmos autores, não obstante as assimetrias do território nacional, «os municípios fizeram educação e tomaram a escola como meio de interação e desenvolvimento municipal e como modernização»[21]. No Projeto Atlas-Reportório, teorizaram sobre o município enquanto unidade histórica e pedagógica, subdividindo e caracterizando a abordagem em cinco "Quadros Histórico-Pedagógicos": Pombalismo-Joanismo; Vintismo, Liberalismo, Regeneração; O local como autarquia – município pedagógico/republicanismo; Estado Novo/ Município corporativo e alargamento do ensino obrigatório; Revolução Democrática/ municipalismo e universalização da educação básica[22]. O terceiro quadro, o que mais nos interessa, «O local como autarquia – O município pedagógico» inclui, segundo os autores, duas conjunturas, uma primeira de «municipalismo-centralismo (1878-1892/1900)» e uma segunda, do «*Republicanismo* (1900-1926)»[23]. Como lembrou Justino Magalhães, neste período, inclusivamente, a inovação pedagógica encontrou no Município «o fator e a referência histórico-fundamental»[24], expondo os casos de António Sérgio que se referiu à modalidade de escola-município e às inerentes potencialidades de *self-government*, de Faria de Vasconcelos, que também se inspirou no governo municipal como modelo de *self-government* escolar e, ainda, de Leonardo Coimbra «que fomentou a implementação de estruturas educativas que servissem os interesses e necessidades locais»[25].

Segundo o mesmo autor, ainda que a historiografia tenda a diluir o papel dos municípios no estatal, estes constituem-se como locais educativos, com importância histórica e pedagógica na modernização escolar[26]. Na viragem do século XIX para o século XX, «a

[20] ADÃO; MAGALHÃES, 2013b: 49.
[21] MAGALHÃES, 2014: 6.
[22] ADÃO; MAGALHAES, 2013.
[23] ADÃO; MAGALHAES, 2013: 34.
[24] MAGALHÃES, 2014: 124.
[25] MAGALHÃES, 2014: 124.
[26] MAGALHÃES, 2019: 14.

integração municipal encontrou na instrução pública uma nova oportunidade e um fator de construção de identidade»[27]. Unindo educação, proteção e instrução, o município «assumiu-se como um território educativo, executando uma política de fomento da instrução pública, que se revestiu de uma centralidade e atração urbana»[28], sendo que neste processo, as elites locais não desprezaram a formação e a politização dos cidadãos possibilitadas pelas autoridades do poder local[29].

Por último, ainda nesta linha de relação entre a história dos municípios e a educação, deixamos uma conclusão de Juan Fernández-Soria sobre a conceção do município contemporâneo enquanto sujeito histórico-pedagógico, que se prende com a convicção de que os municípios são protagonistas coletivos da História, uma vez que, na sua função socialmente interventiva nos assuntos da comunidade, têm vindo a produzir acontecimentos historicamente relevantes que ajudaram ao desenvolvimento do bem-estar da população e à modernização das sociedades[30]. Por outro lado, passaram a intervir na própria escola, através do fomento da oferta escolar, na estrutura e tipo de ensino e, ainda, na organização e na arquitetura escolar[31].

Passando para a revisão de estudos sobre História da Educação, cumpre aqui referir que esta é, entre nós, uma vertente historiográfica recente. Em 1980, Joaquim Ferreira Gomes[32] dizia que estava ainda por escrever a História da Educação em Portugal.

> *Os nossos historiadores têm-se mostrado mais sensibilizados para os problemas da história económica e social e, mais recentemente ainda, para os problemas da história das ideias e das instituições que propriamente para os problemas da história da educação. Talvez porque a História da Educação (até há pouco, educação e crianças andavam sempre juntas…) lhes tem aparecido como «uma disciplina menor»», não muito merecedora de aprofundadas investigações*…[33].

---

[27] MAGALHÃES, 2014: 21; MAGALHÃES, 2019: 17.
[28] MAGALHÃES, 2014: 21.
[29] MAGALHÃES, 2014: 21.
[30] FERNANDEZ-SORIA, 2014: 22.
[31] FERNANDEZ-SORIA, 2014: 28-36.
[32] Autor de estudos pioneiros, nomeadamente no âmbito da Educação Infantil e de uma representativa síntese sobre algumas instituições educativas do século XIX. Vd. GOMES, 1977; 1980.
[33] GOMES, 1980: 5.

Cerca de uma década depois, *A História do Ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar* de Rómulo de Carvalho (1996) demonstra bem o alargamento do enfoque cronológico e temático desta ciência, obra da qual destacamos a relação que estabelece entre a legislação produzida pela República e as suas [in/]concretizações. Tomando como exemplo o plano autárquico, o autor defende que o país não reunia condições económicas nem culturais para acompanhar o dinamismo legislativo.

> *O país real não possuía as condições mínimas para suportar o arranque das providências decretadas, não só por dificuldades económicas que em tudo tinham reflexo, como também por carência de uma mentalidade disposta a aceitar mudanças de comportamento social.* […] *Quanto à descentralização não possuíam as autarquias os meios suficientes para assumirem as suas responsabilidades, e muitas vezes elas próprias se comportavam como se não estivessem interessadas em assumi-las*[34].

No final da mesma década, Luís Reis Torgal apresenta uma síntese da instrução pública, abordando os conceitos de «educação» e «instrução» à época e a importância da instrução como base do edifício social no contexto do liberalismo português. Este trabalho incide no «século da instrução pública» e «da pedagogia», coincidente com o «tempo dos professores», percorrendo na organização político-administrativa o papel atribuído à educação e instrução, ao longo da centúria[35]. As questões da obrigatoriedade do ensino e o analfabetismo também são aqui abordadas, bem como os métodos de ensino, que corresponde a outra questão controversa no âmbito da Instrução Primária. O autor refere-se, também, ao ensino secundário («fenómeno liberal de grande complexidade») e ao ensino liceal («burguês, ensino aberto, ensino de acesso e ensino profissional»)[36]. Na sua opinião, o ensino técnico também é uma invenção pombalina mas, «institucionalizou-se numa perspetiva moderna durante o período liberal, devido às necessidades de técnicos e por inspiração das ideias e das práticas que

[34] GOMES, 1980: 678.
[35] TORGAL, 1998: 515-526.
[36] TORGAL, 1998: 526-531.

desde a revolução vinham a concretizar-se[37]». Lamenta que na perspetiva institucional e social o estudo deste ensino estivesse praticamente por fazer[38]. O seu trabalho passa também por uma reflexão sobre o relacionamento dos governos liberais com Roma[39], finalizando com o ensino superior[40] e com a importância da Academia das Ciências para a instrução pública[41].

Efetivamente, da década de 1990 a esta parte, têm vindo a produzir-se um conjunto de repositórios disponibilizados também em suporte virtual, de que são exemplo *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório analítico (séculos XIX-XX)*[42], *Dicionário de Educadores*[43], *Alfabetização e Escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas*[44], *Publicações Periódicas do Ministério da Educação. Repertório Analítico* (1861-2009)[45], *História da Educação*[46] e o Projeto Atlas-Repertório dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986)[47] que constituem importantes ferramentas para esta área de investigação e, concretamente, para a nosso estudo.

A utopia educativa republicana, do antes e depois da implantação do 5 de Outubro, pela sua generosidade, propósito e alcance, tem dado lugar a estudos consistentes, entre os quais, destacamos o balanço entre as intenções e as práticas republicanas, feito por António Nóvoa, que se centra no projeto republicano em torno de quatro principais problemas – analfabetismo, escolarização, formação e estatuto dos professores. O autor sintetiza que o interesse republicano pela matéria educativa não se enraizou numa preocupação essencialmente pedagógica mas, antes, na convicção de que a "verdadeira" República só seria possível através de uma outra educação nova, no

[37] TORGAL, 1998: 531.
[38] TORGAL, 1998: 532.
[39] TORGAL, 1998:534-536.
[40] TORGAL, 1998: 536-549.
[41] TORGAL, 1998: 549-550.
[42] NÓVOA, 1993.
[43] NÓVOA, 2003.
[44] CANDEIAS, 2007.
[45] SILVA, 2010.
[46] ALVES, 2012.
[47] Que deu origem às seguintes publicações: MAGALHÃES, 2014; ADÃO; MAGALHÃES, *orgs.*, 2014; ADÃO; MAGALHÃES, *orgs.*, 2013.

quadro de uma nova sociedade[48]. Porém, afirma que a República perdeu a luta contra o analfabetismo[49], revelando incapacidade de dotar o país de uma rede escolar primária suficiente para a escolarização de todas as crianças, mantendo a escolaridade obrigatória limitada aos três anos e mostrando-se impotente para fazer cumprir a sua obrigatoriedade[50]. Por outro lado, o ensino secundário foi a área onde a ação republicana menos inovou, não conseguindo fazer vingar o Ensino Primário Superior[51]. Acrescenta, ainda, que «durante a vigência da 1.ª República não exerceu funções docentes praticamente nenhum professor de Instrução Primária formado nas novas escolas normais»[52]. Mais positivas são a questão da valorização do professor primário «que encarnava a crença numa sociedade em progresso constante e inexorável […]»[53] e o facto de os professores se sentirem identificados com a sua profissão e confiantes na relevância social do seu trabalho, como em nenhuma outra época[54]. A nível do ensino superior, a ação republicana também deixou a sua marca, abolindo o monopólio da universidade de Coimbra, criando as Universidades de Lisboa e do Porto e, ainda, facilitando o acesso a estudantes universitários, cujo quantitativo quadruplicou, durante a vigência da 1.ª República[55]. O mesmo autor conclui que a obra educativa republicana deve ser lida no prolongamento da ação empreendida desde meados de Oitocentos. Lamenta que «para quem pretendia formar um homem novo a desilusão não podia deixar de ser de vulto… […]» mas faz notar a importância do ensino não oficial, durante este período.

> *No entanto, é de justiça assinalar que o melhor da República se construiu à margem do sistema do ensino oficial. Entre 1910 e 1926 assistiu-se a um movimento de intensa agitação cultural e educativa, dinamizado em grande parte*

[48] NÓVOA, 1988: 31.
[49] NÓVOA, 1988: 35.
[50] NÓVOA, 1988: 37.
[51] NÓVOA, 1988: 38.
[52] NÓVOA, 1988: 43.
[53] NÓVOA, 1988: 43.
[54] NÓVOA, 1988: 43.
[55] NÓVOA, 1988: 51.

por associações operárias e populares e por grupos de professores e de intelectuais[56].

Na perspetiva de Joaquim Pintassilgo[57], o republicanismo assume a utopia educativa positivista, assente numa conceção otimista da história, de que a sociedade e o Homem caminhavam gradualmente para a perfetibilidade, guiados pela ciência e pela educação. Assim, compreende-se a importância de uma nova escola para os republicanos, formadora de um homem instruído, educado, mais perfeito. Ideário, este, extensível a todos os níveis da vida social, uma vez que «a educação tanto proporciona[va] o desenvolvimento económico como a emancipação política e o aperfeiçoamento moral»[58].

O atraso português face aos ritmos de progresso e de desenvolvimento dos restantes países europeus (incluindo os da Europa do Sul) motivou a realização de vários estudos sobre a história da alfabetização em Portugal, vista quer no plano interno, quer no contexto europeu, sistematizados por Justino Magalhães que dá destaque às seguintes conclusões: a importância do associativismo laico, no que concerne à alfabetização dos adultos[59]; a relativização do peso orçamental das verbas disponibilizadas pelo Estado para a instrução pública e do número de professores habilitados e disponíveis, lançando-se a hipótese explicativa da escassa procura da alfabetização relacionada com o reduzido empenho do Estado no fomento da Instrução Primária[60]; a existência de uma correlação positiva entre a posse de propriedade e alfabetização, entre os proprietários do Norte, e a evidência da rede escolar masculina como reflexo de fatores socioculturais «evoluindo mais em consentâneo com a procura de alfabetização do que com a oferta

[56] NÓVOA, 1988: 54.
[57] PINTASSILGO, 1998.
[58] PINTASSILGO, 1998: 56.
[59] A partir do estudo de Rogério Fernandes, que conclui: *O longo trajeto da alfabetização de adultos no nosso país deixa-nos a impressão de uma conquista perenemente adiada.* […] *A impotência nacional em alfabetizar os que não dominam os mecanismos da leitura e da escrita vai a par da nossa incapacidade para assegurar uma alfabetização efetiva por meio da escolarização*. *Apud* MAGALHÃES, 2005: 6, nota 5.
[60] Conclusões com base nos estudos de Jaime Reis (1988; 1993). *Apud* MAGALHÃES, 2005: 7.

de um plano escolar»[61]; e, por último, colocando a tónica de que a «alfabetização e escolarização correspondem a processos pedagógicos e sócio-antropológicos distintos, pelo que traduzem e constituem representações igualmente distintas sobre a cultura escrita»[62].

Na *Nova História de Portugal*, Oliveira Marques refere que a reforma de 1901, devida a Hintze Ribeiro, resumia as tendências e aspirações da pedagogia da época:

> *Na verdade, e para lá das disposições gerais sobre o ensino primário, a reforma ocupava-se ainda das escolas infantis, de cursos para deficientes, de cursos temporários e escolas móveis, do ensino normal, dos meios para tornar efetiva a obrigatoriedade do ensino, das inspeções técnica e sanitária, das construções escolares, de caixas económicas, da independência do professorado face às autoridades concelhias, etc.*[63].

A reforma de 1911, segundo o mesmo autor, constituía a evolução natural desta, «não se distinguindo revolucionariamente dela»[64]. Com efeito, as características que melhor a distinguem são o laicismo e a descentralização, aliados à coeducação, à criação do ensino primário superior e a um conjunto de medidas tendentes à proteção e dignificação do professor primário. Todavia, considera que estas foram «porventura as mais importantes e as mais duradouras de quantas afetaram o ensino»[65], no que se refere às medidas que visavam a proteção à maternidade, à simplificação nos processos de provimento dos professores e ao aumento considerável dos salários, à organização da inspeção sanitária escolar e à remodelação dos círculos escolares.

O mesmo autor sublinha que, durante o período em estudo, a Instrução Primária não se cingia ao ensino oficial, entenda-se escolas e onde estas eram insuficientes, escolas

---

[61] Neste estudo, Rui Ramos (1988) chama ainda à atenção para a relação entre alfabetização e cultura letrada, uma vez que alfabetização não determina por si só o acesso à cultura letrada. *Apud* MAGALHÃES, 2005: 8-9.
[62] Conclusões com base nos trabalhos de Candeias (1996; 2000). *Apud* MAGALHÃES, 2005: 9-10.
[63] MARQUES, *coord*., 1991: 525.
[64] MARQUES, *coord*., 1991: 527.
[65] MARQUES, *coord*., 1991: 528.

móveis. Por todo o país existia uma rede de escolas particulares onde se ministravam as primeiras letras e se preparavam os alunos para os exames.

> *Tanto particulares quanto coletividades, por razões quer lucrativas quer ideológicas, dirigiam e organizavam escolas primárias, dotando-as de programas e meios muitas vezes superiores aos do Estado. Era o caso da Igreja, nomeadamente das ordens religiosas. E era também o caso dos republicanos e da Maçonaria, onde se contaram algumas das iniciativas mais fecundas do ensino primário particular.*
>
> *Assim, quase todos os centros republicanos tinham a sua escola, onde se ministrava um ensino do tipo laico.* […] *Havia-os sobretudo em Lisboa e noutras cidades onde o ideário republicano se achava mais difundido. Também grande número de lojas maçónicas, por imperativo da própria organização, mantinha escolas primárias aqui e além. E havia igualmente as escolas operárias, iniciativa de sindicatos, com especial significado a partir de 1919, mas com uma importante pioneira em A Voz do Operário, datando de finais do século XIX*[66].

Constatamos que as comemorações do Centenário da República portuguesa incentivaram a revisitação e a realização de um conjunto de obras que constituem, hoje, uma referência para a história do republicanismo e para a história da educação, uma vez que a reforma mais ambiciosa deste período reside exatamente na educação.

> *É necessário ter em conta que o ensino era o campo em que o republicanismo tinha mais ambições, aquele que muitos dos seus propagandistas consideravam a base da «regeneração nacional». Os resultados finais foram importantes em termos de crescimento e alargamento do ensino superior, mas não em termos de alargamento do sistema educativo à generalidade da população. No campo central da alfabetização, os resultados da República foram muito modestos*[67].

Sobre o ensino durante a 1.ª República, destaca-se a compilação de sínteses *em Educar: Educação para todos* […]. Nesta obra coletiva, Cândida Proença realça o legado

[66] MARQUES, *coord*., 1991: 535.
[67] TELO, 2010: 214.

educativo republicano que compreende a escola laica, o relevante avanço nos estudos de pedagogia e psicologia experimentais que permitiram um melhor conhecimento da criança e, entre outros, a introdução de novas metodologias de ensino, ainda hoje, em prática[68]. Na mesma obra, Joaquim Pintassilgo explica as razões que estavam na base da valorização extrema da escola primária no período republicano, referindo que a escola primária era a escola do povo, no «sentido ambíguo e abrangente que esta palavra possuía, com conotações simultaneamente negativas e míticas». Por outro lado, constituía o local ideal para formar cidadãos republicanos, onde «se pretendia extirpar os vestígios do que se considerava ser uma educação jesuítica e monárquica e, simultaneamente, se procurava implantar a República no espírito e no coração dos portugueses». O autor acrescenta outras razões para esta sacralização da escola primária, entre elas, a crença de que era na fase da escola primária que as crianças estariam mais permeáveis a uma influência salutar e uma outra, mais pragmática – o combate ao analfabetismo[69].

Em 2012, o mesmo autor acrescenta que a escolarização deste período implicou «o desenvolvimento de todo um projeto de regeneração individual e social e de combate aos chamados "males" e "vícios" sociais», com vista à educação das massas populares[70].

> […] *Várias outras experiências nos terrenos da educação popular, dinamizadas por sectores políticos e sociais muito diversificados – do Estado à iniciativa particular, do republicanismo e da maçonaria ao anarquismo, das associações operárias à intelectualidade – e assumindo formas muito diversas, como creches, asilos, escolas operárias, escolas de centros republicanos, universidades livres e populares, entre muitas outras*[71].

No quadro da revolução cultural idealizada pelos republicanos, os centros escolares tiveram um papel decisivo no complemento da revolução do 5 de outubro. Importava "republicanizar" os cidadãos, conduzindo-os «não só à luz da instrução mas, igualmente,

[68] PROENÇA, 2011: 67, 68.
[69] PINTASSILGO, 2011b: 71.
[70] PINTASSILGO, 2012a: 3.
[71] Segundo CANDEIAS, 1981; 1985; 1987, *Apud* PINTASSILGO, 2012a: 3.

à interiorização dos valores do republicanismo e à adesão afetiva, pela prática dos seus rituais, aos símbolos do novo regime»[72].

Regressando a *Educar. Educação para todos* […], Joaquim Pintassilgo sumaria as principais medidas legislativas da República, de cuja síntese destacamos a referência à «Proposta de lei sobre a reorganização da educação nacional», que João Camoesas apresentou ao Parlamento em 1923, que, segundo o autor, «aspira ser uma lei de bases da educação».

> […] *Tem como um dos traços mais marcantes o ser portadora de um olhar de conjunto, articulado e harmonioso, sobre o sistema educativo no seu todo, para além de sistematizar as principais ideias inovadoras difundidas nos anos anteriores e dirigidas aos vários sectores do referido sistema. A proposta Camoesas ficou, para a posteridade, como bandeira de inovação pedagógica, mas representa, simultaneamente, um testemunho claro das contradições e fragilidades do período republicano, contraponto frustrante das utopias então sonhadas e que tanto mobilizaram as vontades de homens e mulheres da educação*[73].

Refere que, no que respeita aos espaços e à organização escolares, a República situa-se mais na continuidade do que na rutura. Estendendo a ambivalência ao que concerne às práticas pedagógicas, onde «a vontade política e pedagógica de promover ruturas confrontou-se seguramente, com as rotinas estabelecidas no trabalho dos professores e na regulação do quotidiano escolar»[74].

Ressalva, ainda, que foi durante a República que as ideias e práticas da Educação Nova mais circularam em Portugal, tendo conduzido ao aparecimento de experiências exemplares como no caso da Escola-Oficina n.º 1. Entre outros pressupostos, a Educação Nova acentuava a aproximação ao ideal de educação integral, o que implicava a valorização da Educação Física, dos Trabalhos Manuais educativos, de Educação Estética e de práticas educativas em contacto com a natureza[75]. Por último, apontamos a ênfase

---

[72] PINTASSILGO, 2012a: 9.
[73] PINTASSILGO, 2011b: 73, 74.
[74] PINTASSILGO, 2011b: 74.
[75] PINTASSILGO, 2011b: 74.

atribuída pelo autor à Educação Moral e Cívica laica, à Instrução Militar e à implementação dos símbolos, rituais e festividades de caráter cívico no quotidiano da escolaridade primária. Estas práticas representaram estratégias conscientes do ensino republicano que objetivava a formação de cidadãos "verdadeiramente" republicanos[76]. Importa referir que relativamente ao movimento internacional da Educação Nova, a *Sarmiento*, sob a coordenação de Antón Costa Rico e Luís Alves Marques, publicou recentemente uma abordagem sobre os seus aspetos históricos e conceptuais, assim como sobre a sua influência nos países irmãos Brasil, Espanha e Portugal[77].

Sob a coordenação de Joaquim Pintassilgo e Luís Alberto Marques Alves, os *Roteiros de Inovação Pedagógica. Escolas e experiências de referência em Portugal no século XX* constituíram oportunidade para reflexão sobre o conceito de «inovação» e para o estudo de micro-histórias correspondentes a um conjunto multifacetado de experiências de inovações pedagógicas desenvolvidas ao longo do século passado.

> *Tratam-se, em alguns casos, de escolas públicas e noutros de escolas privadas; de escolas laicas ou de escolas confessionais; de escolas técnicas, artísticas, militares, internacionais, de educação especial ou de home schooling entre outras variantes* […]. *Todas elas são diferentes, se as compararmos com o paradigma representado pela forma escolar, mas, seguindo o raciocínio de Prost, todas elas também diferentes entre si nas suas respetivas diferenças*[78].

Como explica Joaquim Pintassilgo, o conceito inovação comporta muitas dimensões, «não há inovações em abstrato e nenhuma prática inovadora o é para todo o sempre»[79], concluindo que cada experiência tem o seu contexto múltiplo, mas único, de modo que as experiências inovadoras podem ser apropriadas para outro coletivo mas não copiadas[80].

---

[76] Cf. PINTASSILGO, 2011b: 75. Sobre a educação cívica republicana cf. PINTASSILGO, 1998.
[77] COSTA RICO; ALVES, 2021.
[78] PINTASSILGO, 2019: 23.
[79] PINTASSILGO, 2019: 29.
[80] PINTASSILGO, 2019: 23-24.

Por último, relevamos que Justino Magalhães tem vindo a desenvolver projetos historiográficos que relevam o papel do município na História da Educação. Sintetiza o conceito "educacional escolar" português, como um processo pedagógico, social, político e transcultural, decorrido entre os séculos XVIII e XX. Com efeito, *Da Cadeira ao Banco* metaforiza o processo de crescimento (físico, mental, cívico e profissionalizante) de escolarização da memória coletiva e da atitude cívico intelectual, a partir de um texto e de um ofício. Define ainda o educacional escolar como «norma sociocultural – uma memória coletiva, uma formação modelada, uma apropriação individual, instituídas na sua especificidade, sentido e forma de realização, ao longo de dois séculos de história»[81].

O mesmo autor teoriza sobre o município educativo que, na sua opinião, constitui, hoje, uma das principais unidades de observação e de desenvolvimento para a História da Educação, defendendo que, no contexto educativo e cultural, a teorização do municipalismo engloba diferentes dimensões (políticas, científicas, sociais, culturais e técnicas) integradas num quadro conceptual, que originam uma organização escolar - onde se inscrevem diferentes vertentes (privado, institucional, humanístico e cívico)[82]. Considera que o município, enquanto representante das populações locais, assumiu um duplo desafio: fortalecimento da identidade histórica do local e integração da formação da Nação-Estado. Ao tempo que geria essa dualidade, o município polarizou a oferta educativa e cultural, traçou um horizonte educativo, salvaguardou o desenvolvimento endógeno, instituiu regras e atuou coercivamente[83].

Ainda na opinião deste autor, torna-se necessário equacionar o município como centro-local educativo e como instituinte educacional, bem como, compreender a consistência do local em função do grau de integração, identidade e intervenção dos sujeitos[84].

> *A escola, tendo muito cedo definido uma vulgata informativa de referente erudito e incorporado uma pragmática urbana (configurados numa oficialização letrada), não facilitou os mecanismos de acesso, remediação, significação. Num país onde,*

[81] MAGALHÃES, 2010: 413.
[82] MAGALHÃES, 2013b: 13.
[83] MAGALHÃES, 2013b: 13.
[84] MAGALHÃES, 2013b: 18.

na viragem de Oitocentos, a agricultura absorvia 60% da população e havia 40% de analfabetos, não houve uma resposta escolar diferenciada para os universos urbano e rural[85].

Problematiza, também, a relação que Portugal estabeleceu entre a escola e o mundo rural, uma vez que a escolarização teve percursos diferentes na cidade e no campo. Grosso modo, os núcleos urbanos estavam servidos de escolas elementares e, nalguns casos, complementares, realidade essa, não verificada no espaço rural e que se acentuava pela desvalorização atribuída à formação escolar[86].

Segundo Rosas, nenhum outro período da história nacional está tão bem analisado como o período que decorre entre as últimas décadas do século XIX e a República[87], porém, a bibliografia científica sobre VNG neste período é escassa e parcelar, não obstante o forte impulso dado pelas *Comemorações do Centenário da República* e pela *Evocação da 1.ª Guerra Mundial* que serviram de mote para o desenvolvimento e publicação de vários estudos[88]. Em relação à bibliografia sobre a Educação em VNG, o estudo mais antigo que conhecemos refere-se à Escola de Desenho Industrial «Passos Manuel»[89] e pertence a Joaquim Ferreira Gomes (1980). Esta instituição tem despertado pouco a atenção de investigadores, contando-se três artigos de Alípio Barra que pretendem fazer a sua história[90]. José António Moreno Afonso é autor de estudos que incidem sobre a criação de uma escola gaiense, onde se inaugurou o uso da *Cartilha Maternal*, e, sobre a descentralização dos serviços de Instrução Primária em VNG, entre 1914-1918. O mesmo autor tem, também, vindo a dedicar-se ao estudo da Escola do Torne (instituição educativa religiosa protestante) e às suas iniciativas no campo da educação popular[91]. Outros estudos contribuíram para aguçar a curiosidade no que

[85] MAGALHÃES, 2013c: 64.
[86] MAGALHÃES, 2013c: 66.
[87] ROSAS, 2010: 9.
[88] Entre as quais, salientamos a obra de J. A. Gonçalves Guimarães, de 2010, *Republicanos, monárquicos e outros. As vereações gaienses durante a 1.ª República*, estudo lupanar ao ambiente urbano do concelho e aos autarcas do período republicano.
[89] Criada em 3 de janeiro de 1884 e inaugurada em 29 de dezembro do mesmo ano.
[90] BARRA, 1984; BARRA,1985; COSTA, 2013.
[91] AFONSO, 1994; AFONSO, 1995; AFONSO; LACERDA, 1995; AFONSO; LACERDA, 1996; AFONSO, 2001b; AFONSO, 2001a; AFONSO, 2006; AFONSO; SILVA, 2019.

respeita ao ensino oficial, mas também no que concerne à educação não formal, nomeadamente de Virgília Braga da Costa (2010) e de J. A. Gonçalves Guimarães (2010). De resto, como já dissemos, é exatamente o fraco conhecimento da história da educação neste território, um dos motivos que nos prende a esta investigação.

Por outro lado, ao analisarmos o *Balanço da produção portuguesa recente: o exemplo das teses de doutoramento (2005-2014)*[92], percebemos que o nosso estudo é inovador precisamente pelo facto de não dissecar uma categoria temática específica, mas antes, a partir do cruzamento de condicionantes geográficas, socioeconómicas, ideológicas e políticas, procurar a identidade educativa de um território, refletida material e imaterialmente no seu percurso de alfabetização e de escolarização.

[92] PINTASSILGO; BEATO, 2015.

Metodologia e universo documental selecionado

Quando procedemos à candidatura ao curso doutoral havia apenas a certeza da vontade em enveredar por um estudo cuja temática versasse a História da Educação em VNG, sendo nosso objetivo aferir o impacto do republicanismo na educação neste concelho, antes e durante a efémera 1.ª República. Em relação às fontes primárias, confortava-nos a existência de vários títulos de periódicos de incidência geográfica gaiense porque pretendíamos reconstituir o panorama educativo gaiense – o oficial e o não formal. Porém, para aferir continuidades e/ou roturas, decidiu-se alargar o campo cronológico de análise entre 1880 e 1930. Por outro lado, a necessidade do cruzamento de fontes levou-nos a descobrir um manancial de documentação tão inesperado, quanto disperso.

Redefinido o tema – A educação em Vila Nova de Gaia, entre 1880 e 1930: Associações, Escolas e Personalidades, procedemos à prospeção de fontes em arquivos e outras instituições que, pelo seu valor de memória ou pelas funções educativas, pudessem dispor de documentação pertinente para o nosso estudo. Nesse encalce, além de pesquisas *on-line* e contactos com o Arquivo Distrital do Porto (ADP), Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner da Câmara Municipal de VNG (AMSMB/CMVNG), Arquivo Histórico do Ministério da Educação (AHME), Direção Regional de Educação do Norte (DREN) e Arquivo do Grande Oriente Lusitano (AGOL), contactamos, também, com todas as direções de agrupamento de escolas do período e região em estudo. Sobre esta prospeção, cumpre dizer que a documentação com interesse constante no ADP faz parte do fundo do Governo Civil, não estando os documentos relacionados com Educação indexados por assuntos, nem sequer por concelhos, tornando a pesquisa muito morosa. Neste âmbito, foi um precioso auxiliar a obra *Instituições do Governo Civil do Porto* que elenca as instituições associativas do distrito do Porto e que nos permitiu converter algumas referências nas cotas atuais. Neste arquivo, também se encontra o fundo proveniente da Assembleia Distrital, onde era suposto estar a documentação respeitante à Colónia Agrícola Ferreira Lapa mas que, por vicissitudes desconhecidas, aqui não chegou. Compulsamos, ainda, neste arquivo, documentação referente a

instituições educativas informais (religiosas e associativas), compiladas em documento anexo[93], que constituiu um dos pilares estruturais para este trabalho.

Na Biblioteca Pública Municipal de Gaia, existe um núcleo de documentação do Clube de Vila Nova de Gaia, respeitante às *démarches* inerentes à distribuição do Prémio Luís de Camões, entre 1899 e 1954 que nos facultou informações sobre este assunto e sobre as escolas privadas e oficiais do concelho.

Em relação ao AMSMB, este dispõe de documentação relacionada com escolas, professores e centros republicanos que tomaremos para o nosso estudo, como base em documentos escritos e iconográficos da ação educativa autárquica e associativa do concelho. Não estando, no entanto, toda a documentação inventariada, foi solicitado à direção deste arquivo uma pesquisa interna sobre a atividade de organismos da autarquia com funções na área da educação, sobre os quais encontramos documentação noutros acervos.

Na atual Escola António Sérgio (antiga Escola Passos Manuel), está situado o acervo documental referente à História da instituição. Contactados os serviços do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, foi-nos fornecido o inventário da documentação existente e da qual damos conta em anexo[94]. Deram-nos a conhecer, também, um conjunto de processos provenientes da Direcção-Geral do Comércio e Indústria, arquivo que se encontra sob a custódia da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, com informação sobre a Escola Industrial Passos Manuel[95]. Ainda no que se refere ao AHME, sobre a Educação em VNG, existe um conjunto de processos provenientes de vários fundos, com informação respeitante à Instrução Primária, contemplando, ainda, dados relativamente a professores do ensino primário que exerceram funções em escolas do concelho de VNG, na coleção dos registos biográficos[96].

[93] Vd. Anexo 1.
[94] Vd. Apêndice 1.
[95] Vd. Apêndice 2.
[96] Vd. Apêndice 3.

Em relação à documentação histórica existente nos agrupamentos, apesar dos esforços encetados[97] aferiu-se que existe, apenas, alguma documentação referente ao período do Estado Novo, excetuando-se, o caso da Escola do Palheirinho que está hoje ao cuidado da *Abientis* - Centro de Documentação e Investigação em História Local (ACDIHL). À época da nossa investigação este acervo era composto por um conjunto de documentação inédita de uma escola masculina de Instrução Primária, fundada em 1897 que será analisada como estudo de caso. Com base nas fontes deste arquivo e, em fase posterior, do Arquivo do Grande Oriente Lusitano (AGOL), apresentamos a comunicação *A «Escola» em Vila Nova de Gaia na viragem para o século XX*, nas *VI Jornadas de História das Pequenas Pátrias – 130 anos da Escola de Cabanões*, organizado pela ACDIHL; publicamos o opúsculo *A festa escolar em Avintes na aurora do século XX*[98] e, em coautoria com José Afonso, *A Escola e Festa Cívica – Aproximações num contexto rural português (Avintes, Vila Nova de Gaia) entre 1890 e 1920*[99].

Analisamos, também, vários periódicos de incidência geográfica gaiense. Para os propósitos a que nos propusemos para o capítulo III, selecionamos um conjunto de títulos[100], cujos dados foram sistematizados em formato *filemaker*[101]. Esta base permitiu a centralização de fichas de leitura num ficheiro único passível de proceder a filtros por categorias, permitindo-nos uma melhor compreensão do impacto da educação na imprensa de Gaia e do papel desta no processo educativo e de escolarização no território.

No desenvolvimento deste estudo doutoral, além do fomento constante de conhecimentos, procurámos ir testando e divulgando à comunidade científica e ao público em geral as nossas conclusões parcelares, através da participação em eventos

---

[97] Deslocamo-nos à DREN, onde nos informaram que não tinham qualquer acervo ou documentação relativos ao nosso pedido, informando que esse espólio é da responsabilidade dos Agrupamentos atuais. Através de correio eletrónico e/ou correspondência contactamos todas as direções de agrupamento do qual fazem parte escolas da época em estudo, sendo que a maior parte não respondeu ao nosso pedido e as restantes deu-nos conhecimento, apenas, da preservação de documentação produzida durante o Estado Novo.

[98] BAPTISTA, 2017.

[99] BAPTISTA; AFONSO: 2020.

[100] Vd. Anexo 2.

[101] Vd. Anexo 3.

científicos e da publicação de artigos. Com vista a estes objetivos, participámos no *1.º Encontro de História de Mafamude*, realizado em 16 de maio de 2015, com a comunicação «O legado Mourão: vicissitudes da criação de uma escola em Mafamude, concelho de Vila Nova de Gaia». Neste estudo, a propósito de um legado para a construção de uma Escola Mista, demos conta da importância da filantropia no processo de escolarização e incentivo à educação e, ainda, das dificuldades da Monarquia e da 1.ª República no combate ao analfabetismo, em VNG. Posteriormente (12 de julho), no âmbito das comemorações dos 130 anos da escola de Cabanões, fizemos uma primeira abordagem ao espólio documental da escola do Palheirinho com a comunicação «A «Escola» em Vila Nova de Gaia, à época da inauguração da escola de Cabanões». Neste trabalho, debruçámo-nos sobre o panorama educativo de VNG, em torno da "Escola", enquanto edifício e espaço de educação, procurando perceber a distribuição e origem fundacional das escolas no concelho com edifício próprio e aferir a influência do republicanismo, nas vivências quotidianas e pedagógicas desta escola.

Paralelamente, desenvolvemos o estado da arte sobre o nosso tema de estudo. Nesta etapa, relevamos o estudo de obras gerais sobre a época e outras relativas aos subtemas tratados na nossa investigação, em particular, analfabetismo, escolarização, pensamento pedagógico, educação republicana, Escola Nova e debruçamo-nos sobre os estudos referentes à área geográfica em análise, sendo alvo da nossa atenção as monografias históricas publicadas sobre as freguesias do concelho e demais artigos sobre instituições, personalidades e outros assuntos relacionados com o nosso interesse.

Por via de estudos realizados sobre o proto republicanismo em VNG, ficámos com a perceção de que algumas figuras do campo político gaiense estavam envolvidas nos emergentes projetos socioeducativos da região, entre eles, a Associação das Creches de Santa Marinha (ACSM). Por este motivo contactámos a direção desta instituição, no sentido de inquirir sobre documentação histórica pertinente para o nosso estudo. Para nossa satisfação, constatámos a existência de um acervo documental significativo e

inédito que organizámos e estudámos[102] e que veio a frutificar numa publicação evocativa dos 130 de história desta instituição educativa[103].

Também a Fundação Padre Luís, gentil e solicitamente, colocou à disposição do nosso estudo o espólio material deixado pelo padre e professor Luís Gonçalves de Pinho Rocha cujos manuscritos foram já transcritos e estudados por Manuel Leão (2002 e 2007).

Em relação aos colégios do período em estudo ainda em funcionamento, se do Colégio do Sardão não obtivemos qualquer *feedback*, após várias tentativas e formas de contacto, o Colégio dos Carvalhos disponibilizou-nos para consulta um estudo inédito do professor João Paupério, que nos permitiu uma compreensão da dinâmica evolutiva desta instituição, modelar até ao presente.

Simultaneamente, rentabilizando a pesquisa espoletada pelo projeto de «Levantamento Cultural de Vila Nova de Gaia», o qual integramos, coordenado por Joaquim António Gonçalves Guimarães, fomos sistematizando a bibliografia existente sobre educação no concelho. Com vista à organização dessa informação, compilámos os dados recolhidos por freguesias[104] e, ao percebermos o protagonismo de algumas personalidades no impulso da educação municipal, enveredámos pelo método prosopográfico, compendiando pequenas biografias padronizadas sobre beneméritos e pedagogos influentes[105], alguns dos quais por nós sinteticamente estudados na obra *Património Humano. Personalidades Gaienses*[106].

Estes três anexos aos quais se acrescenta o já referido anexo 1, constituem os alicerces estruturantes deste estudo que pretende descortinar as "instituições, escolas e

---

[102] Vd. Anexo 4.
[103] BAPTISTA, 2018f.
[104] Vd. Anexo 5.
[105] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[106] GUIMARÃES; SOUSA (*coords.)*, (2018). Textos da autora neste volume: Diogo José de Macedo, p. 92; Visconde de Arcozelo, p. 107; Abade de Arcozelo, p. 109; António Aires de Gouveia Osório, D., p. 112; Alfredo Lucas, p. 135; Manuel Pinto Mourão, p. 137; João Rodrigues Valente Perfeito, p. 148; Artur Ferreira de Macedo, p. 149; Flórido Toscano, p. 151 [em colaboração]; José Gonçalves da Silva Matos, p. 159; José Pinto de Amorim Costa, p. 160; Leopoldo Mourão, p. 166; Bernardo Lucas, p. 174; José Tristão Pais de Figueiredo, p. 180; José Amadeu de Castro Portugal, p. 188; João Porfírio de Lima Calheiros Lobo, p. 203 [em colaboração].

personalidades", permitindo uma primeira compreensão global articulada dos agentes educativos em palco.

Ainda no âmbito deste projeto, em parceria com a arquiteta Ana Vaz e José Afonso, publicou-se *Património Educativo Edificado Gaiense – Um Primeiro Ensaio de Sistematização*[107].

No desenvolvimento desta fase prospetiva, vimos ser de todo o interesse a pesquisa no AGOL, o que foi prontamente proporcionado, possibilitando-nos um conhecimento profundo dos impulsos educativos verificados em VNG. Entre outros produtos, a consulta aqui realizada permitiu-nos duas comunicações - *O Clube de Gaia e as Creches de Santa Marinha: Diferentes credos, diferentes hinos, a mesma identidade*, nas «Jornadas Europeias do Património 2016» e *Educação e Caridade. Uma primeira abordagem à influência da Maçonaria em Vila Nova de Gaia, na viragem para o século XX*, nas «Palestras das últimas quintas-feiras do mês», em 2018, no Solar Condes de Resende.

Percebendo a necessidade de cartografar o panorama educativo construímos, em colaboração com a Oficina do Mapa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, uma base de dados com as instituições educativas do período em análise[108] que resultaram em várias representações cartográficas inclusas neste estudo.

Conforme previamente mencionado, ao longo deste percurso participamos com pequenos estudos em encontros da especialidade, com vista à partilha de opiniões e sugestões dos especialistas na área. Desses pequenos ensaios, temos que distinguir, a coorganização e participação no colóquio «A História da Educação em Vila Nova de Gaia», cenário em que demos a conhecer à comunidade o nosso pré-projecto e em que outros apresentaram investigações da temática e área em estudo, bem como as potencialidades investigativas do Arquivo Municipal de VNG. Este evento proporcionou-nos, também, o conhecimento da arquiteta Ana Vaz do Departamento dos Edifícios

[107] AFONSO, BAPTISTA, VAZ, 2019.
[108] Vd. Anexo 7.

Escolares de VNG, com quem desenvolvemos uma investigação sobre a evolução da rede escolar de VNG.

Ressalvamos, igualmente, a participação no *VIII Encontro Ibérico de História da Educação, Lugo, 8-10 de setembro de 2016*, que representou para nós um momento formativo e motivacional crucial; a participação no Projeto INOVAR – Roteiros da inovação pedagógica: escolas e experiências de referência em Portugal no século XX (PTDC/MHC-CED/0893/2014), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que constitui pretexto para o estudo monográfico aqui já referido e para a publicação de *A creche: espaço de modernidade educativa: estudo de caso da Associação das creches de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia*[109].

Ensaiando o cruzamento destas fontes, tivemos ainda a oportunidade de publicar, entre outros, *Pela Creche! As dinâmicas sociais em torno da proteção da prole infantil na sede de concelho de Vila Nova de Gaia, na viragem para o século XX*, comunicação apresentada em 2017, no *II Congresso Internacional – As Cidades na História* e publicado em 2019[110]. No mesmo ano, os *Cadernos de História da Educação* trouxeram à luz uma *Abordagem sócio histórica da creche em Portugal. O caso de Vila Nova de Gaia (1883-1971): entre o nacional e o local*[111].

Por último, devemos, ainda, referir que tem sido também muito enriquecedor a possibilidade de mobilizar conhecimentos adquiridos nesta investigação na prática docente, com particular pertinência a nível do conhecimento do meio, através da toponímia e da articulação de fenómenos educativos concretos gaienses com os Programas, Metas e Aprendizagens Essenciais da disciplina de História.

Em relação às transcrições, procedemos à atualização para Português segundo o acordo ortográfico em vigor a partir de 13 de maio de 2009, excecionando os casos que dizem respeito a títulos de obras e periódicos.

---

[109] BAPTISTA, 2019a.
[110] BAPTISTA, 2019c.
[111] BAPTISTA, 2019b.

Relativamente às citações e referências bibliográficas, seguimos a norma de publicação do centro de investigação a que pertencemos, CITCEM.

EDUCAÇÃO E BENEFICÊNCIA

1. Educação e Beneficência

1.1. Ambiente ideológico e científico-cultural e a emergência educo-beneficente

1.1.1. Contexto socioeconómico[112]

Na decorrência da extinção do Termo do Porto pelas cortes de 1821 e do protagonismo da Serra do Pilar durante a guerra civil de 1832-34, VNG adquiriu a plena autonomia municipal no século XIX com D. Maria II, a qual concede emancipação administrativa ao território compreendido pelos antigos concelhos de Gaia e de Vila Nova[113]. As povoações de Avintes, Crestuma, Grijó e Sandim também foram elevadas a concelho mas, em 1837, já se encontravam extintos e integrados no de VNG[114]. Assim, no período em estudo, o território constituía uma extensa área que se prolongava por cerca de 170 $Km^{2,}$ onde se distinguem três zonas geográficas – a zona atlântica, a zona fluvial (junto ao Douro) e a zona interior (limítrofe com freguesias do concelho de Santa Maria da Feira), constituída por um conjunto de comunidades dispersas norteadas pelos ritos da Igreja, ritmadas pelos ciclos da natureza, praticantes de um regime policultural de autossuficiência, o que impelia alguns membros de famílias rurais numerosas a procurar riqueza no Brasil[115].

Todavia, na sua área em frente à cidade do Porto, além dos já estabelecidos negócios em volta do Vinho e de outros produtos que saíam da Barra do Douro, formou-se desde o século XVIII um diversificado foco industrial[116] que se exponenciou após a chegada do comboio, em 1864, vindo a atrair à freguesia de Santa Marinha a fixação de diversos negócios e fábricas, pela facilidade de chegada e escoamento de matérias-primas e de produtos, bem como de pessoas em busca de emprego e de negócios. O operariado gaiense foi-se instalando junto das fábricas, enquanto que algumas famílias abastadas

---

[112] A parte introdutória deste capítulo foi realizada com base nos seguintes estudos: BAPTISTA, 2018f; BAPTISTA, 2019a; BAPTISTA, 2019b; BAPTISTA, 2019c.

[113] A povoação de *Gaia*, com sede no castelo, recebeu foral de D. Afonso III, em 1255. Em 1288, D. Dinis e D. Isabel atribuem o foral de *Vila Nova*, a povoação baixa, marginal ao rio, até aí denominada Burgo Velho do Porto. Na sequência da crise de 1383-1385, a região é reorganizada administrativamente, sendo os concelhos integrados no Termo da cidade do Porto que foi extinto em 1821. VNG vem a readquirir a sua plena autonomia municipal em 1834.

[114] Sobre este assunto cf. PEIXOTO, 1988.

[115] BAPTISTA, 2008: 31.

[116] Sobre a Indústria em VNG, com enfoque na indústria têxtil, vd. Teixeira, 2017.

delas se afastavam *q.b.*, construindo os seus palacetes na Bandeira, em General Torres e na Avenida que emergia no enfiamento do tabuleiro de cima da Ponte D. Luís I[117].

Fig. 2. Palacete de António da Rocha Romariz nos princípios do século XX, na Bandeira (atual Colégio Nossa Senhora da Bonança).



Fonte: Fotografia de Camilo Macedo. AMSMB/CMVNG. 63085.

À medida que a indústria se desenvolveu, a urbanização subiu para cotas mais altas, alargando-se a sede de concelho até aqui fixada junto à beira-rio. Assim, o polo económico-político foi-se afastando da margem e aproximando-se de Mafamude. Aliás, os novos Paços do Concelho, foram construídos na Avenida da República, edificando-se em terrenos que não pertenciam à freguesia de Santa Marinha, mas sim, à de Mafamude[118]. É interessante verificar que esta mesma identidade socioeconómica das localidades deu origem a que, neste período, os almanaques elencassem as escolas de Mafamude em Santa Marinha. A firmar esta evolução sócio urbanística, em 25 de julho

[117] GUIMARÃES, 1997: 102-103.
[118] Sobre o processo de desenvolvimento económico-social e urbanístico de Mafamude, vd. GUIMARÃES, 2014: 5-24.

de 1915, é lançada a primeira pedra da nova Câmara, acelerando-se a deslocação do centro político-administrativo para a Avenida da República em construção e que atravessava as duas freguesias. Estas localidades reuniam um conjunto de condições que beneficiava a fixação de indústrias, desde amplos espaços e/ou edifícios adaptáveis e abundância de recursos hídricos fundamentais para a produção industrial, até à facilidade de transportes e de escoamento de produtos por via fluvial e terrestre e, ainda, mão-de-obra especializada e abundante, com experiência em oficinas, assegurada, também, sazonalmente, pelos trabalhadores rurais. Por último, acrescenta-se que esta área beneficiava da saturação industrial, que se verificava na margem do Porto nas últimas décadas do século XIX[119].

Na viragem para o século XX, VNG era já um dos concelhos mais populosos do país. Mesmo na década de 1911-20, marcada por forte emigração e mortalidade epidémica (1918-19), verificou-se aqui um crescimento populacional acelerado correspondente a 61,8%[120]. A pressão demográfica junto dos focos industriais originou, entre outros efeitos sociodemográficos, o desenvolvimento das chamadas "casas da malta"[121], uma espécie de dormitórios a preço acessível que alojavam trabalhadores na cidade durante a semana, mas onde as condições de insalubridade, aliadas à concentração populacional facilitavam o contágio da tuberculose, da varíola, do sarampo e o aparecimento de várias outras doenças.

Em suma, este território encontrava-se em processo de transição de uma sociedade camponesa para uma sociedade em vias de industrialização e urbanização, vivendo um período de reorganização social, face à concentração de migrantes, às precárias condições de vida dos operários e ao enfraquecimento das sociabilidades[122]. O inerente

---

[119] Vd. SANTOS, 2013: 14, 15.
[120] MIRANDA, 1991: 13.
[121] A propósito da história da fundação de uma Tuna centenária gaiense descreve-se a vivência de alguns membros da agremiação que trabalhavam durante a semana no Porto: *O artífice saía pela noite velha de domingo, sacola ao ombro com a saborosa boroa para toda a semana, e algo mais que lhe permitisse cozinhar nos minguados quartos alugados, junto ao rio. Calcorreava os quinze quilómetros de distância de maus caminhos, sob chuva ou frio, em magotes, dado que os sítios eram ermos e a gatunagem abundava*. PEDROSA, 1984: 47.
[122] Em relação ao contexto sociocultural do operariado gaiense vd. SANTOS, 2014.

estado de insalubridade, pauperismo e de degradação social eram lamentados na imprensa local da época[123] e espoletaram aqui o desenvolvimento do movimento associativo em defesa do operariado[124].

Este desenvolvimento industrial e económico foi, por sua vez, facilitador do intenso movimento cultural que se manifestava numa imprensa crescente de que falaremos no capítulo III, na criação de museus particulares (Marciano do Carmo Martins Azuaga[125], Narciso Teixeira Martins Ferro e Álvaro Pinto de Aguiar[126]) e em diversos atos filantrópicos de incentivo e de desenvolvimento em torno da educação popular que trataremos doravante.

> *Em Vila Nova de Gaia conviveram forças políticas muito diversas, desde monárquicos de direita, legitimistas, católicos ultramontanos, até anarquistas e carbonários, passando por monárquicos constitucionais, monárquicos de esquerda, socialistas, republicanos de direita, do centro e de esquerda, e ainda outros movimentos políticos difíceis de enquadrar.* […] *Desde as duas últimas décadas do século XIX que anticlericais convictos, ateus ou livres-pensadores, aqui conviveram com homens das Igrejas, como o abade de Arcozelo, Cândido J. A. de Madureira, ou o Padre Himalaia, depois famoso inventor, ambos da Igreja Católica, e com os irmãos Cassels, da Igreja Lusitana, sentados muitas vezes na mesma mesa a presidir à mesma sessão solene*[127].

---

[123] Por exemplo, em *A LUZ DO OPERÁRIO*, em 1895 (VIANNA, 1895b: 1), altura em que um surto de varíola fazia aumentar a mortalidade. Diga-se que esta doença era uma das mais devastadoras, assim como a tuberculose, também conhecida por "peste branca". VNG escapou ao surto de peste bubónica que ocorreu no Porto, em 1899, sendo que os efeitos que se sentiram foram, sobretudo, de ordem económica motivados pelo abrandamento do fluxo comercial, originado pelo entrincheiramento da cidade no cordão sanitário. Sobre o assunto vd. COSTA, 2005: 45-58.

[124] Cf. SANTOS, 2014.

[125] Este museu, por certo, destacou-se dos seus congéneres pela quantidade e ecletismo das suas coleções e, pelo mesmo ter sido doado à Câmara Municipal, em 1904. Dele se disse em 1909: «Coleção, pois, de curioso pobre e insipiente, heteróclita, sem equilíbrio, pitorescamente desordenada, - eis, em suma, o casco de que se constitui há poucos anos o Museu Municipal». FORTES, 1909: 89,90.
Os seus núcleos encontram-se, hoje, dispersos pelos equipamentos culturais da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia – Casa-Museu Teixeira Lopes, Solar Condes de Resende e Biblioteca Municipal, os quais têm sido alvo do interesse e estudo de diversas especialidades históricas. O último dos quais, no âmbito da História da Arte foi realizado por MONCÓVIO, 2012: 28-43.

[126] *O COMMERCIO DE GAYA*, n.º 5, 1897: 1.

[127] GUIMARÃES, 2010: 92.

Gonçalves Guimarães sintetizou assertivamente a diversidade ideológica que se verificava em VNG e que deu origem a um ecletismo assistencial que se prolongou até às primeiras décadas do século XX, atestado pela imprensa entusiástica[128] e pela multiplicação de associações de beneficência, sócio recreativas e mutualistas[129]. O *Almanach* de 1912 revela-nos que a densidade populacional e industrial explicam a prevalência de associações de beneficência e cooperativas em Santa Marinha (nove associações mutualistas, uma creche e duas cooperativas), em Mafamude (cinco associações mutualistas e uma cooperativa), em Avintes (quatro, uma), Oliveira do Douro (duas, uma), Vilar do Paraíso (duas, uma), Pedroso (duas, uma)[130]. Acresce, no entanto, que a fonte está incompleta, uma vez que não indica qualquer associação para as freguesias de Canelas, Seixezelo, Sermonde, Gulpilhares, Madalena, Olival, Perosinho e Sandim, sabendo-se que também existia, pelo menos, a Associação de Socorros Mútuos, em Sandim, criada por alvará régio, em 2 de maio de 1904[131].

Na urbe cultivava-se o gosto pelo teatro[132], pelas touradas[133], pelo balonismo e, à semelhança do que acontecia no Porto, iniciava-se o gosto pelo desporto, em especial, pelo ciclismo que se veio juntar à prática do tradicional jogo do pau. As solidárias quermesses e o sorteio de rifas de gosto burguês, em alguns casos associadas a outros divertimentos como a música e concursos de dança, também proporcionavam ao povo urbano um tempo de reunião e sociabilidade[134]. Já no mundo rural, as feiras mantinham nas povoações toda a sua velha e tradicional importância de "balcão de comércio agrícola" [135] e espaço de confraternização. Nos inícios do século XX, além da anual Feira

[128] Silvestre Lacerda apurou para o período em análise 58 títulos. Vd. Anexo 8.
[129] Vd. Anexo 9.
[130] *ALMANACH*, 1912.
[131] Os associados desta agremiação pertenciam a algumas freguesias de Gaia (Sandim, Olival, Crestuma) e da Feira (Lever, Canedo, Vila Maior, Sanguedo e Argoncilhe). BAPTISTA, 2000: 145, 146.
[132] Na viragem para o século XX, há conhecimento de teatros em Santa Marinha (Teatro da Rainha, Teatro Recreio do Candal, Teatro Luz e Esperança, Teatro Luís de Camões), em Mafamude (Teatro Popular de Santo Ovídio), em Oliveira do Douro (Teatrinho do Lugar do Outeiro, Teatro de Oliveira do Douro), em Avintes (Teatro de Almeida e Sousa), em Canelas e em Vilar do Paraíso (SANTOS, 2014, Anexo 5).
[133] Sobre o assunto ver GUIMARÃES, 2002.
[134] SANTOS, 2014: 63.
[135] LEITÃO, 1909: 60.

das Nozes[136], em Arnelas (Olival), decorriam as feiras semanais de Santo Ovídio[137] (Mafamude), dos Carvalhos[138] (Pedroso) e no Largo das Fontes (Serzedo) e, ainda, a feira mensal no Largo da Póvoa[139] (Grijó). Na Avenida Diogo Leite (Santa Marinha) em dois edifícios junto à margem do Douro, realizava-se, diariamente, um mercado de peixe e de todos os géneros alimentícios. As romarias mais participadas e afamadas eram a do Senhor da Pedra (Gulpilhares)[140], a Senhora do Pilar[141] (Santa Marinha) e a Senhora da Saúde (Pedroso).

1.1.2. Contexto cultural e pedagógico

António Gomes Ferreira, a partir da análise das dissertações apresentadas pelos alunos da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, concluiu que, na viragem para o século XX, o escol médico estava ciente da sua exclusividade no que respeite à capacidade para intervir cientificamente sobre a criança, inclusive nos aspetos relacionados com a escolarização[142]. Por outro lado, como acrescenta Anabela Amaral, verifica-se «uma intervenção e aceitação crescente do discurso médico-higienista» com eco na organização do espaço privado e público e, por conseguinte, no espaço educativo[143].

Ao estudar o panorama científico e cultural do período em análise, compulsamos um grupo eclético interventivo na questão social vigente assente nas condições de vida da

---

[136] Assim designada por ser o produto mais transacionado e de onde era distribuído para o Porto e outros locais.
[137] Feira de gado *vacum* e lanígero, legumes, hortaliças e alfaias agrícolas.
[138] Feira de gado *vacum* e lanígero, legumes, hortaliças, alfaias agrícolas, ferragens e tecidos.
[139] Feira de gado *vacum* e suíno, chapéus, ferragens, alfaias agrícolas e sementes.
[140] […] *É talvez a mais típica de todas romarias em volta do Porto; aquela em que o romeiro se recruta em todas as classes, em cujo pinheiral estendem o guardanapo da merenda todas as camadas sociais, desde o lavrador ao empregado comercial e ao próprio negociante estabelecido, e aquela também em que o povo mais se adensa e diverte. […] Linda, desde o arraial à beira-mar, com vestígio perfumado da lenda na concavidade da ferradura do burrico da Virgem aberta no mesmo rochedo onde está erigida a Capelinha, com as suas danças de roda, as suas corridas de cavalos às segundas-feiras, os seus merendeiros no recato sombreiro do pinhal, os descantes pelas estradas bailando o caminho a pé, ou no tejadilho dos chars-à-bancs, - a romaria do Senhor da Pedra, é uma estuada de paganismo dentre os místicos fervores do cristianismo*. LEITÃO, 1909: 66, 67.
[141] […] *Onde vai a costureirinha portuense e o estudante, o caixeiro, o operário, o patrão, e toda a população rural das vinte e três freguesias de Vila Nova* […]. LEITÃO, 1909: 67.
[142] FERREIRA, 2003: 14-15.
[143] AMARAL, 2007: 13.

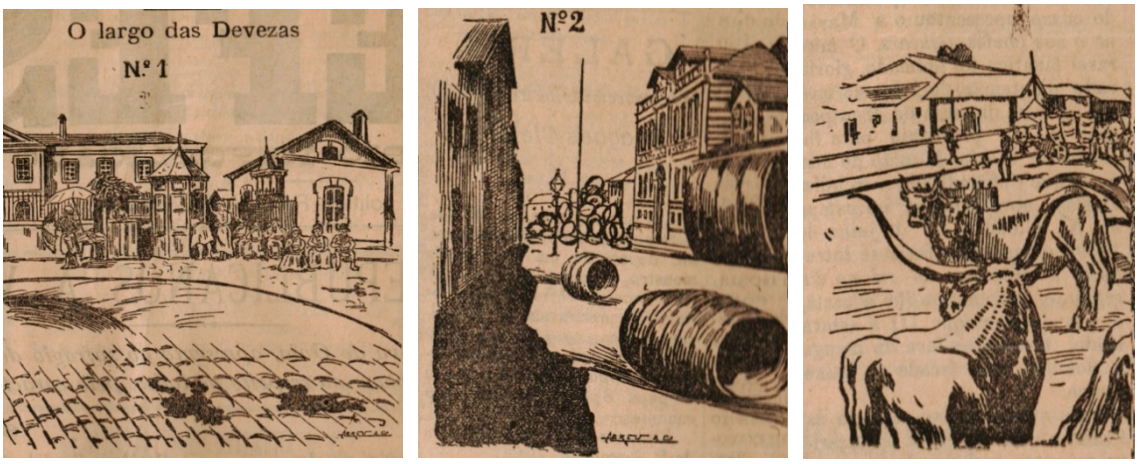
população e na sua educação, constituído não só por médicos mas, também, por clérigos, professores, advogados e engenheiros que elencamos no anexo 6, tendo aqui lugar apenas umas breves notas biográficas daqueles que consideramos mais relevantes e que passaremos a arrolar, não obstante os seu nomes virem possivelmente a ser recorrentemente invocados ao longo deste trabalho[144].

Iniciando pelos clérigos, apontamos José Aires de Madureira, provido em 1860[145] na paróquia de Arcozelo, onde permaneceu durante 35 anos. O "abade de Arcozelo", como era conhecido, fez parte do grupo de entusiastas da instrução popular, cientes da inexistência de um manual eficiente para ensino da leitura. Apoiou João de Deus nesse propósito, tendo publicado a expensas pessoais a célebre *Cartilha Maternal* (1876). Aliás, foi aquele que a ensaiou, inaugurando-a na sua paróquia, numa escola fundada e mantida pelo Visconde de Arcozelo[146]. É, também, responsável por uma importante produção escrita em torno do debate sobre os métodos de ensino, tendo tido, ainda, papel de relevo nas Conferências Pedagógicas do Porto[147]. O essencial da sua obra, enquanto pedagogo, centraliza-se no seu *Alfabeto Natural*, um método de ensino que teve várias edições e que consistiu numa proposta pedagógica assente no natural desenvolvimento da fala da criança e que visava a racionalização do tempo escolar com mais eficácia e brevidade[148], e que, aliás, teve também palco de aplicação no Brasil[149]. Já o padre António Luís Moreira fundou o Colégio dos Carvalhos, o qual sobre a sua direção veio a dar mostras de modernidade pedagógica[150] e a conquistar grande prestígio nacional até aos dias de hoje. Diogo Cassels, negociante, pastor protestante e professor, em 1872, inaugura um edifício escolar anexo à Capela do Torne[151] vindo aqui a patrocinar creche, ensino elementar, aulas noturnas para adultos e cursos secundários, espaço este que veio a tornar-se um significativo polo social e cultural. Em

[144] Só remeteremos para o respetivo Anexo, aquando da primeira referência.
[145] NÓVOA, *coord*., 2003: 837.
[146] Sobre o Visconde de Arcozelo Vd. BAPTISTA, 2018o: 110.
[147] NÓVOA, *coord*., 2003: 837.
[148] NÓVOA, *coord*., 2003: 837.
[149] PINTO, 2011: 182.
[150] Ó, 2003: 941. Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[151] Primeiro edifício do país destinado ao culto não-católico-romano.

1901, inaugura uma outra capela/escola em Coimbrões – do Prado, também numa zona estratégica em termos de concentração de operariado urbano, neste caso atraído pelos serviços e fábricas emergentes, desde a chegada do comboio à estação nas proximidades (Devesas). A sua visão estratégica e atividade social e pedagógica granjearam-lhe reconhecimento popular e oficial, tendo recebido, em 1908, o diploma de "benemérito da instrução" da Liga Nacional de Instrução e, em 1922, a Comenda da Ordem de Cristo[152].

Fig. 3. A azáfama junto ao largo das Devesas, no início do século XX.



Fonte: *A DEFESA*, 1908, n.º 12: 2.

Entre o grupo de professores, será digno de destaque António Augusto César de Novais[153], Augusto Ladeiro[154], Áurea Judite Amaral[155], João Gomes de Oliveira[156], Joaquim Gomes de Oliveira[157] e Manuel da Rocha Parente de Figueiredo[158]. António Augusto César de Novais fundou, em 1889, o Colégio Central que dirigiu até à morte, em 1932. Foi um dos dirigentes do semanário literário noticioso e humorístico designado *O Triumpho* e autor de vários artigos de propaganda proto republicana[159]. Em 1894, apresentou um Método de Ensino na Exposição Agrícola-Industrial de Gaia, que lhe

[152] SILVA; AFONSO; VIDAL, 2016: 11; AFONSO; SILVA, 2019: 38-49.
[153] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[154] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[155] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[156] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[157] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[158] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[159] Cf. BAPTISTA, 2013.

valeu uma Menção Honrosa[160]. Exerceu, ainda, o cargo de professor efetivo na Escola Superior de Gaia[161]. Augusto Ladeiro foi professor na escola do Palheirinho, em Avintes, entre 1902 e 1912[162], cargo interrompido, enquanto bolseiro do Estado Português, na Suíça, entre 1907 e 1909[163]. Posteriormente, veio a exercer o cargo de inspetor escolar em vários distritos do país (Pinhel, Bragança, Guarda) e o de diretor Geral do Ensino Primário entre 1912 e 1914 e 1927 e 1928[164]. Áurea Judite Amaral, habilitada com o curso do Magistério Infantil, exerceu funções em várias localidades de VNG, num período de afirmação da Escola Nova[165]. Colaborou em diversos títulos da imprensa de educação, quer no âmbito dos problemas de ensino primário, quer através de textos literários. Foi bolseira no Instituto Jean-Jacques Rousseau (Genebra), especializando-se em métodos de ensino e educação de deficientes. Já durante o Estado Novo, foi nomeada inspetora interina da região escolar do Porto[166]. Joaquim Gomes de Oliveira nasceu e morreu em Serzedo. Frequentou o Seminário dos Carvalhos e tirou o curso teológico no Seminário Episcopal do Porto, mas desistindo da carreira eclesiástica, inscreve-se na Escola Normal do Porto, habilitando-se ao Magistério. Foi bolseiro na Escola Normal de Bruxelas, entre 1907 e 1911. Regressando a Portugal, é nomeado professor da Escola Normal do Porto, onde exerceu também o cargo de Bibliotecário. Participou em vários Congressos Pedagógicos e colaborou com regularidade na imprensa pedagógica, enfocando a formação de professores e o papel da Educação Musical e da Educação Física na educação. Manuel da Rocha Parente de Figueiredo fixou-se em Gaia, onde foi professor do ensino oficial em Serzedo[167], bem como no Colégio dos Carvalhos e na Colónia Agrícola Ferreira Lapa, em que foi docente e

---

[160] *EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA-INDUSTRIAL DE GAYA,* n.º 6, 1895.
[161] *ANUÁRIO COMERCIAL DO PORTO*, 1926: 393.
[162] CF. *ALMANK DO PORTO*, entre 1902 e 1912.
[163] Cf. PINTASSILGO, 2007: 210-211.
[164] CASTANHEIRA, 2006: 149.
[165] Olival, 1913 - *ANUÁRIO DO COMÉRCIO,* 1913: 593, 595, 604; Pedroso; 1914 - *ANUÁRIO DO COMÉRCIO DO PORTO,* 1914: 631-634, 646-7; Mafamude, 1915 - *ANUÁRIO DO COMÉRCIO DO PORTO,* (1915): 610, 612, 623-4.
[166] PAULO, 2003: 83-85.
[167] *ANUÁRIO COMERCIAL,* 1927; *ANUÁRIO COMERCIAL,* 1928; *ANUÁRIO COMERCIAL,* 1929; *ANUÁRIO COMERCIAL,* 1930.

subdiretor[168]. Durante o Estado Novo, foi um defensor da instrumentalização do ensino primário em *prol* da afirmação nacional e imperial. Assumiu as funções de inspetor escolar e, mais tarde, de inspetor orientador, inspetor dos serviços disciplinares e adjunto do diretor-geral do ensino primário[169].

Relativamente ao escol médico, sobressaem, entre outros, a ação de Adelino Gonçalves Gomes[170], Alfredo Faria Magalhães[171], Ângelo Alves de Sousa Vaz[172], Artur Ferreira de Macedo[173], Benjamim Cardoso[174], António Flórido da Cunha Toscano[175], Joaquim Ferreira Alves[176], Inocêncio Osório Lopes Gondim[177], Manuel Ferreira de Castro[178], Maximiano Lemos[179] e Rómulo Farme Ribeiro[180]. Adelino Gonçalves Gomes é filho do "brasileiro" e autarca Manuel Gomes Júnior e cunhado do médico republicano Inocêncio Osório Gondim. Cursou Farmácia e Medicina e exerceu as duas atividades em Avintes, de onde é natural[181] e onde também impulsionou a escolarização através da doação de um edifício escolar e da dinamização das escolas móveis. Inocêncio Osório Lopes Gondim, natural da mesma freguesia, filho de um professor diplomado, veio a ser uma das grandes vozes proto republicanas gaienses, chegando a ser presidente da vereação aquando da implantação da República[182]. A sua dissertação inaugural, apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto – *Luz natural e artificial das escolas* – insere-se no contexto do movimento higienista verificado em Portugal na segunda metade do século XIX e princípios do século XX, e que visava ensinar a sociedade a viver segundo novos

[168] CASTELO, 2003a: 569-570.
[169] CASTELO, 2003a: 569-570.
[170] Vd. dados biográficos em Anexo 6.
[171] Vd. dados biográficos em Anexo 6.
[172] Vd. dados biográficos em Anexo 6.
[173] Vd. dados biográficos em Anexo 6.
[174] Vd. dados biográficos em Anexo 6.
[175] Vd. dados biográficos em Anexo 6.
[176] Vd. dados biográficos em Anexo 6.
[177] Vd. dados biográficos em Anexo 6.
[178] Vd. dados biográficos em Anexo 6.
[179] Vd. dados biográficos em Anexo 6.
[180] Vd. dados biográficos em Anexo 6.
[181] CF. GUIMARÃES, 2010: 65 e COSTA; VAZ; COSTA, 2009: 541.
[182] Após a implantação da República, foi presidente da Comissão Administrativa Municipal Manuel Ferreira de Castro, que apenas presidiu a duas sessões, tomando posse Inocêncio Osório Lopes Gondim, em 27.10.1910. Sobre as suas práticas em favor da saúde e instrução, vd., CONDE, 2010: 5.

hábitos, profiláticos e favorecedores de boa saúde e do revigoramento da população. Nesse estudo, deixa perceber a sua adesão aos ideais positivistas que o republicanismo português veio a herdar[183]. Transmite a opinião de que a Revolução Francesa havia trazido a Liberdade e esta a difusão da instrução nas massas populares a qual, por sua vez, tinha vindo a estimular o desenvolvimento das ciências, das artes e da indústria e do comércio. Também defende que um sistema de instrução pública bem organizado é o meio mais poderoso para fazer prosperar um povo, garantir e consolidar a sua liberdade[184] e tornar a sociedade mais igualitária e pacífica:

> *Auxiliai, pois, o desenvolvimento das escolas! Edificai-as, multiplicai-as até ao infinito! Difundi por toda a parte a instrução! Levai-a sobretudo às últimas camadas sociais, àquelas que mais precisam de luz!*
>
> *Abri as portas das escolas, que se fecharão um dia as portas das cadeias! Ensinai os desprezados da fortuna, e tombarão de vez a forca e a guilhotina! Fazei calar bem fundo no ânimo do Povo as noções de Justiça e do Direito, e extinguir-se-á a maior monstruosidade que a raça humana tem praticado desde o seu berço – a guerra*![185].

A sua tese discorre ainda sobre a necessidade da escola desenvolver o espírito mas também o corpo[186] dos futuros cidadãos da Pátria, detendo-se nas doenças do foro oftalmológico, ortopédico e psicológico passíveis de se desenvolver face à falta de condições adequadas na sala de aula[187], detendo-se essencialmente na questão da luz[188]. O pediatra Ângelo Alves de Sousa Vaz, genro de Bernardino Machado, foi professor e médico escolar na Escola Superior de Gaia e autor de vários textos publicados, nos quais colocou a higiene e a saúde infantil e escolar no cerne da "questão social", alertando para a urgência do levantamento do padrão de vida da população

[183] Vd. CATROGA, 2010.
[184] GONDIM, 1887: 19-20.
[185] GONDIM, 1981: 8.
[186] GONDIM, 1887: 20.
[187] GONDIM, 1887: 29-58.
[188] GONDIM, 1887: 59-93.

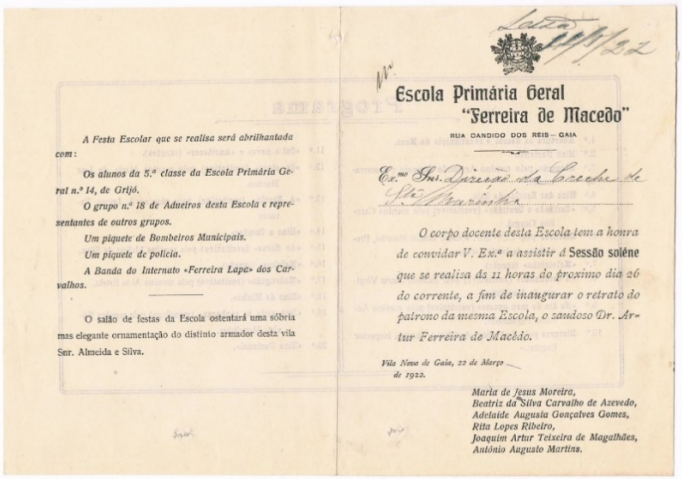
portuguesa[189]. Joaquim Ferreira Alves especializou-se no tratamento de tuberculose óssea. Foi diretor clínico da Colónia Sanatorial Marítima da Foz do Douro e fundador do Sanatório Marítimo do Norte (1917), em Valadares, onde existiu uma escola primária, frequentada por crianças doentes (afetadas por tuberculose e raquitismo) e das redondezas. Em 1930, viria a fundar um novo sanatório, num edifício de betão modernista - a Clínica Heliântia[190]. Maximiano Lemos viveu em frente aos novos Paços do Concelho de VNG. Foi um dos sócios fundadores da Liga de Educação Nacional e membro de várias sociedades científicas nacionais e estrangeiras, e integrou diversas comissões promotoras do progresso da terra gaiense, entre as quais, a Associação das Creches de Santa Marinha. Para além da sua vasta obra enquanto investigador, dedicou-se, ainda, à edição de manuais escolares para o Ensino Liceal. Nos seus escritos, teceu críticas sobre o exercício do magistério, em particular a falta de preparação dos professores e o atraso em que se encontrava a pedagogia portuguesa relativamente aos países europeus[191].

Artur Ferreira de Macedo, Benjamim Cardoso, António Flórido da Cunha Toscano e Manuel Ferreira de Castro, são exemplo de médicos igualmente ligados à fundação e ao acompanhamento de diversas associações de cariz assistencial mas, também, influentes pela sua ação a nível das edilidades. O primeiro fez o curso de Medicina na Escola Médico-Cirúrgica do Porto onde apresentou, em 1876, a sua tese inaugural intitulada *O Koumys,* que consistiu numa proposta terapêutica para estados debilitantes, como a tuberculose. Foi vice-provedor e provedor interino da Misericórdia do Porto, presidente do conselho médico do Hospital de Santo António, vice-presidente e vereador da Câmara Municipal de VNG. Enquanto presidente do Clube de Gaia, dinamizou as comemorações camonianas no concelho e presidiu à comissão executiva da Exposição Agrícola Industrial de Gaia/ Quincentenário do Infante D. Henrique. Dirigiu o jornal progressista *Vida Nova.* Foi assinante da petição para a criação da Escola de Desenho Passos Manuel e membro das comissões organizadoras do 1.º Congresso Português de

[189] ABREU, 2003: 1419.
[190] Vd. AMARAL, 2007.
[191] MOREIRA, 2003: 729-731.

Beneficência e do Monumento a Soares dos Reis. Impulsionou o desenvolvimento da ação caritativa e educativa, levada a cabo pela Associação de Creches de Santa Marinha, estando, também, ligado à criação da Creche da Afurada e à Creche D. Emília de Jesus Costa, da qual foi presidente da comissão administrativa. Exerceu os cargos de presidente da Junta Escolar do concelho e vice-presidente e vereador do pelouro da Instrução Câmara Municipal de Gaia[192]. Em sua homenagem, a Escola Paroquial de Santa Marinha veio a designar-se «Escola Artur Ferreira de Macedo».

Fig. 4. Convite da Escola Primária "Ferreira de Macedo, 1922.



Escola Primária Geral
"Ferreira de Macedo"
RUA CANDIDO DOS REIS — GAIA

A Festa Escolar que se realisa será abrilhantada com:

Os alunos da 5.ª classe da Escola Primária Geral n.º 14, de Grijó.

O grupo n.º 18 de Adueiros desta Escola e representantes de outros grupos.

Um piquete de Bombeiros Municipais.

Um piquete de policia.

A Banda do Internato «Ferreira Lapa» dos Carvalhos.

O salão de festas da Escola ostentará uma sóbria mas elegante ornamentação do distinto armador desta vila Snr. Almeida e Silva.

O corpo docente desta Escola tem a honra de convidar V. Ex.ª a assistir á Sessão solêne que se realisa ás 11 horas do proximo dia 26 do corrente, a fim de inaugurar o retrato do patrono da mesma Escola, o saudoso Dr. Artur Ferreira de Machão.

Vila Nova de Gaia, 22 de Março de 1922.

Maria de Jesus Moreira,
Beatriz da Silva Carvalho de Azevedo,
Adelaide Augusta Gonçalves Gomes,
Rita Lopes Ribeiro,
Joaquim Artur Teixeira de Magalhães,
Antonio Augusto Martins.

Fonte: ADCSM. *CONVITE DA ESCOLA,* 1922.

Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior[193] e Bernardo de Almeida Lucas[194], profissionais no campo do Direito, revelaram-se duas das figuras mais influentes na área socioeducativa do município. O primeiro, notário radicado em VNG, foi um republicano convicto, eleito Presidente da Câmara, entre 1914-1917[195]. Foi um dos fundadores da Misericórdia de Gaia e sócio do Clube de Gaia e da Associação das Creches de Santa Marinha de que foi membro dos corpos gerentes[196]. Também o advogado Bernardo de Almeida Lucas partilhou destes ideais políticos, vindo a ser eleito deputado da Nação por Gaia (1913), sendo membro das instituições mencionadas. Durante anos, foi para a imprensa o

[192] AFONSO; SILVA 2015: 57.
[193] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[194] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[195] GUIMARÃES; TEIXEIRA; GUIMARÃES, 2018: 203.
[196] BAPTISTA, 2018f: 160-61.

«ilustre causídico portuense», entregando-se à defesa de algumas das causas mais mediáticas e paradigmáticas das tensões socioculturais do país[197]: foi advogado de defesa dos revoltosos do 31 de janeiro[198], dos anarquistas acusados no Porto ao abrigo da lei de 13 de Fevereiro de 1896[199], do pai de Rosa Calmon[200], de Adelaide Coelho e seu amante[201] e de muitas outras causas, algumas narradas na sua *Defesa*[202] e outras espelhadas noutros textos que publicou[203]. Rita Garnel referiu que a sua longa vida como advogado de defesa confunde-se com a própria história da construção e afirmação da perícia forense em Portugal[204].

Fig. 5. «Dr. Bernardo Lucas. Distinto causídico no foro portuense».



Fonte: BPMVNG. Capa do Jornal *OS PONTOS*, n.º 50, 1898.

---

[197] Cf. BAPTISTA, 2014: 38-45; BAPTISTA, 2018g: 177.

[198] Nos conselhos de guerra constituídos em Leixões, defendeu as seguintes personalidades de destaque do movimento republicano: Manuel Domingos Moreira, Valentim Ribeiro Pinto, José de Castro Silva (sargento), Francisco António Marques, Joaquim Tomás de Brito, Domingos Feito, Dionisio Ferreira dos Santos Silva, João Chagas. Cf. BAPTISTA, 2010.

[199] Bernardo Lucas publicou o discurso de defesa – *A Ideia*, que não passou do número inaugural mas constituiu, pelo seu conteúdo, um «documento de marcada intenção política» e um instrumento de propaganda revolucionária. Sobre o assunto vd. CHORÃO, 2015.

[200] Cf. GARNEL, 2008.

[201] CUNHA, 1920; LUCAS, 1920; GONZAGA, 2009.

[202] LUCAS, 1894.

[203] Entre outros: *A loucura perante a lei penal. Estudo médico-legal dos delinquentes. A propósito do caso Marinho da Cruz*; *Discurso de defeza no processo de José Vicente Rodrigues, acusado do crime d'esturpo, julgado e absolvido no tribunal do 2.º distrito criminal do Porto, 1897*; *A questão anarquista*, in «A ideia: periódico científico», 1898.

[204] CF. GARNEL, 2012: 137-161.

A Educação foi, também, uma das suas principais linhas de atuação. Aos 17 anos, proferiu um discurso no Clube de Vila Nova de Gaia sobre o fomento da instrução no concelho, onde defende a valorização e o alargamento da Instrução Primária.

> *Hoje, que a imprensa e a tribuna tanto têm pugnado pela difusão do ensino, esta frase deve soar a muitos ouvidos como uma heresia. E contudo não o é. A diferença entre mim e a maior parte dos nossos evangelizadores do progresso intelectual é que eles limitam-se a dizer «construam-se escolas!» e eu pretendo que se diga também o que a escola deve ser; acerca do ensino dizem apenas que é benefício, e – isto é já uma banalidade; eu quero que se diga também como pode tornar-se mais ampla aquela beneficência; não se deve cegamente ministrar toda e qualquer espécie de instrução nem qualquer quantidade dela; é necessário atender ao que ensinamos, como ensinamos, e até que ponto ensinamos. Este último cuidado é um dos mais melindrosos, embora o não pareça à primeira vista. Nem sempre se deve dizer «se não se ensina muito, ensina-se pouco; tudo é ensino! Não! A instrução incompleta é que faz o pedantismo literário, o meio-estudo é que tem gerado em grande parte da vida religiosa, na vida política e na vida económica duma parte do povo o frenesim de tudo destruir, resultante da má compreensão do organismo social, compreensão pior que a fornecida pela ignorância, porque esta ao menos murmura «talvez eu esteja em erro!», mas a outra tem prosápias de sabedoria e há de ser tudo o que entende*[205].

Em 1916, Bernardo Lucas funda um colégio feminino no Porto - a Casa-Escola Portuguesa. Na década de 1920, vai dirigir o Ensino Primário Superior de Gaia e, mais tarde, vem a exercer o cargo de professor de Italiano, no Conservatório de Música do Porto[206].

---

[205] LUCAS, 1886.
[206] Cf. BAPTISTA, 2014: 38-45.

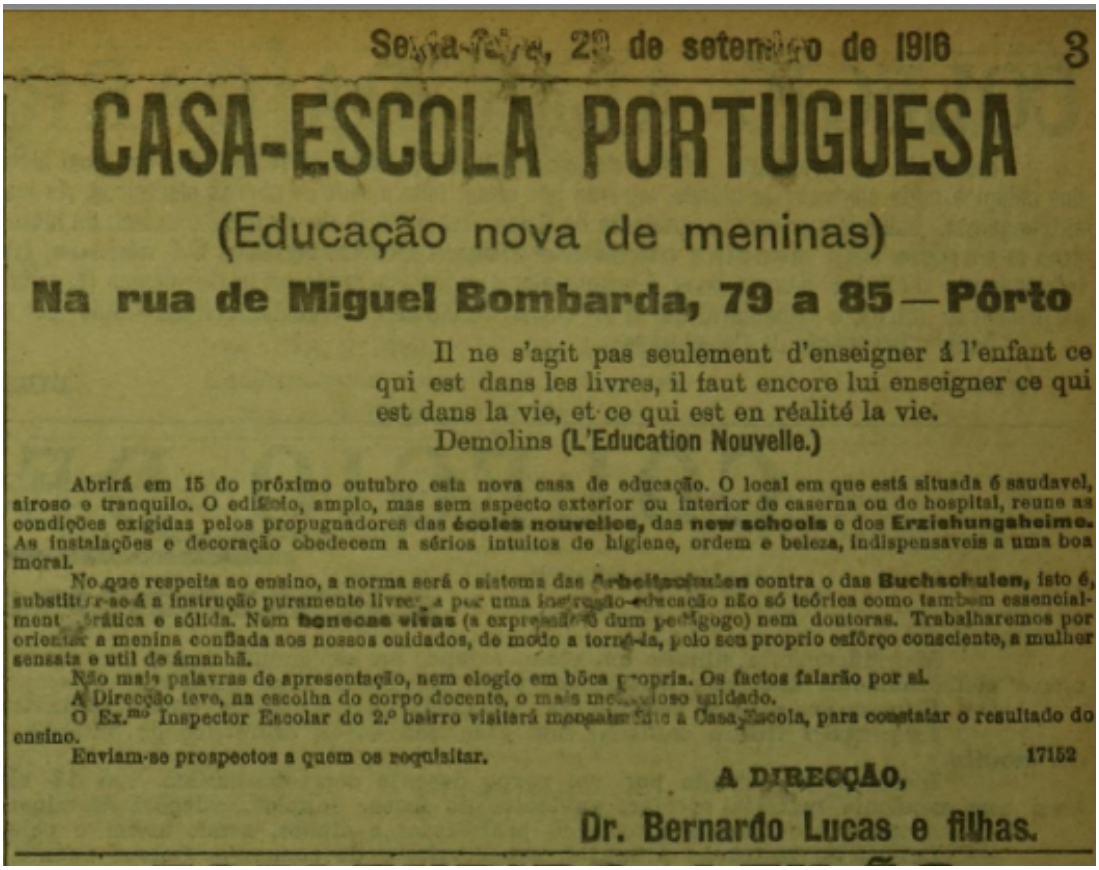
Anúncios da referida Casa-Escola no *Comércio do Porto* descrevem o edifício como modelar e luxuoso à Rua Miguel Bombarda, reunindo excelentes condições higiénicas e modernas intenções pedagógicas:

> […] *Quer pelo grande número de compartimentos espaçosos e batidos de luz do sol, quer pela sua situação num dos locais mais salubres da cidade, presta-se admiravelmente para a instalação de um colégio que poderá tornar-se uma instituição utilíssima na educação das raparigas a orientação moderna e rigorosamente pedagógica que lhes pretende imprimir o seu distinto diretor, espírito culto e muito ilustrado, que ultimamente se tem dedicado com desvelado interesse ao estudo das questões de ensino, consultando as mais recentes obras que no estrangeiro têm aparecido sobre pedagogia e educação.* […] *Nas decorações predominam os motivos regionais portugueses, devendo destacar-se pelo seu requintado gosto o salão Pompeia e as salas manuelina e minhota que, uma vez concluídas, darão uma notável impressão de arte*.
>
> *Todos os aposentos do edifício se aproveitam, adaptando-se as salas de aula, de trabalhos manuais, lavores, aprendizagem de ofícios, salão de festas, museus, dormitórios, refeitório, cozinha, dispensas, balneários, etc.*[207]

Outras notícias referem a intencionalidade de administrar uma escola nova para meninas, que não formasse nem «bonecas vivas», nem «doutoras», mas uma «mulher sensata e útil de amanhã»[208], invocando Edmond Demolins, apologista da escola ativa.

[207] *O COMMERCIO DO PORTO*, n.º 218, 1916: 1. Na publicação *COLÉGIOS DE PORTUGAL* (1940), é referido que o Colégio Nossa Senhora de Lurdes começou por estar instalado no prédio onde tinha funcionado a Casa Escola Portuguesa, o que terá acontecido no início da década de 1930.
[208] *O COMMERCIO DO PORTO*, n.º 232, 1916: 5.

Fig. 6. Publicidade da Casa-Escola Portuguesa.



Sexta-feira, 29 de setembro de 1916 3

CASA-ESCOLA PORTUGUESA

(Educação nova de meninas)

Na rua de Miguel Bombarda, 79 a 85 — Pôrto

Il ne s'agit pas seulement d'enseigner á l'enfant ce qui est dans les livres, il faut encore lui enseigner ce qui est dans la vie, et ce qui est en réalité la vie.
Demolins (**L'Education Nouvelle.**)

Abrirá em 15 do próximo outubro esta nova casa de educação. O local em que está situada é saudavel, airoso e tranquilo. O edifício, amplo, mas sem aspecto exterior ou interior de caserna ou de hospital, reune as condições exigidas pelos propugnadores das **écoles nouvelles**, das **new schools** e dos **Erziehungsheime**. As instalações e decoração obedecem a sérios intuitos de higiene, ordem e beleza, indispensaveis a uma boa moral.

No que respeita ao ensino, a norma será o sistema das **Arbeitschulen** contra o das **Buchschulen**, isto é, substituir-se-á a instrução puramente livresca por uma instrução-educação não só teórica como tambem essencialmente prática e sólida. Nem **bonecas vivas** (a expressão é dum pedagogo) nem doutoras. Trabalharemos por orientar a menina confiada aos nossos cuidados, de modo a torná-la, pelo seu proprio esfôrço consciente, a mulher sensata e util de ámanhã.

Não mais palavras de apresentação, nem elogio em bôca propria. Os factos falarão por si.

A Direcção teve, na escolha do corpo docente, o mais meticuloso cuidado.

O Ex.mo Inspector Escolar do 2.º bairro visitará mensalmente a Casa-Escola, para constatar o resultado do ensino.

Enviam-se prospectos a quem os requisitar. 17152

A DIRECÇÃO,

Dr. Bernardo Lucas e filhas.

Fonte: *O COMMERCIO DO PORTO*, n.º 233, 1916: 3.

1.2. Filantropia educativa

1.2.1. Clubismo educativo

Em meados do século XIX, perceciona-se um movimento intelectual entre as elites letradas «caracterizado pela aspiração comum a uma organização social e política mais justa, na qual o associativismo, designadamente o mutualismo e o cooperativismo, desempenha um papel central»[209]. Efetivamente, no rescaldo da Revolução Francesa de 1848, Portugal, acompanhando as tendências internacionais, vê nascer na região de

[209] PEREIRA, 2020: 77.

Lisboa e do Porto um conjunto de novas associações – «um fenómeno que antecede a onda que marca as últimas décadas de Oitocentos»[210].

Em simultâneo, desenvolve-se a «era do *educacionismo*, termo utilizado na historiografia para categorizar a crença geral na infalibilidade da educação como instrumento de progresso e justiça social»[211]. Neste processo, influem muitas correntes de pensamento:

> *Uma tendência defende a necessidade de alfabetizar e moralizar as populações na adaptação às novas exigências do trabalho industrial, na qual se inserem os primeiros cursos organizados para trabalhadores adultos no início de Oitocentos em Inglaterra, ou as primeiras bibliotecas populares em França; outra caracteriza-se em instituições fundadas pelos reformadores sociais – republicanos e socialistas, encarando a educação como instrumento de emancipação social, económica e política dos trabalhadores; finalmente, um terceiro movimento entre os católicos empenha-se na recristianização da sociedade após as revoluções liberais, dando origem também a um conjunto de instituições de vocação educativa*[212].

O problema social, como defendia Léon Bourgeois[213], «é na última palavra, um problema de educação»[214], pelo que o conceito de "educação social" é aqui particularmente pertinente, uma vez que advoga a associação como principal espaço de aprendizagem, tendo por objetivo a disseminação de ideias de solidariedade e «dedicação social» e o enraizamento de uma sociedade civil secular[215].

Este contexto legitima o *boom* associativista verificado igualmente no território em análise, na segunda metade do século XIX, em resposta à nova ordem económico-social

---

[210] PEREIRA, 2020: 83.
[211] PEREIRA, 2020: 105.
[212] PEREIRA, 2020: 105.
[213] Político e advogado francês. Prémio Nobel da Paz em 1920, por ser um dos promotores da Sociedade das Nações. Teórico que defendeu o "solidarismo", uma doutrina que se constituía uma síntese entre socialismo e o capitalismo.
[214] *Apud* PEREIRA, 2020: 106.
[215] PEREIRA, 2020: 106.

imposta pelo incremento industrial. Indissociável deste fenómeno está também o desenvolvimento do ativismo político, principalmente, de índole socialista e republicana. Além disso, a ação sociocultural da Maçonaria, irradiada de agremiações mais ou menos secretas, ajudou à elevação do povo e da sua educação para o centro do debate político e social. A confluência destes fatores fez eclodir múltiplas organizações de dimensão poliédrica, sendo um dos seus objetivos a «educação», fundamental para a regeneração e progresso do povo[216].

Enfocando o caso de VNG, em particular a sua área urbana, sentia-se a profunda crise política, económico-financeira e social da "estabilidade" rotativista[217]. Em simultâneo, o processo de industrialização aqui verificado, na segunda metade do século XIX, despoletou o desenvolvimento do movimento associativo em defesa do operariado (das suas condições de trabalho, da sua condição intelectual, moral e física, da guarda e educação dos seus filhos). De facto, este ambiente de descontentamento favorecia a entrada e propagação de novas ideologias que veiculavam soluções para os problemas sentidos pela população, sobretudo a urbana e a operária, tendo o associativismo encontrado campo fértil em VNG, deixando sementes desde a infância do movimento[218], até ao presente[219].

Na esteira do dinamismo beneficente e cultural desenvolvido no Porto[220], a margem sul também foi, então, palco deste movimento associativo de ideologia diversificada, porém consensual quanto à necessidade de um povo mais instruído e educado. *Centros, Círculos, Clubes, Gabinetes, Grémios, Cooperativas*, entre outras associações,

---

[216] Cf. BAPTISTA, 2016.
[217] BAPTISTA, 2013: 45.
[218] GOODOLPHIM (1974) indica a criação das seguintes associações: Associação Fé, Esperança e Caridade, em 1859, o Montepio Progresso Vilanovense, em 1874, a Sociedade dos Artistas de Mafamude, em 1873.
[219] Ainda em 2017, o município homenageou o associativismo, com a inauguração de um monumento que procura estabelecer a ligação entre o passado e o presente deste movimento em *prol* da comunidade. Da autoria de Helena Fortunato, composto por 10 hélices dinâmicas que correspondem às 10 vertentes em que movem as associações da atualidade (cultura, recreio, desporto, social, proteção civil, ensino, educação, artes, teatro e folclore) e ao dinamismo diário destas associações. É feito de granito e aço inoxidável, para representar a simbiose entre o passado e o presente.
[220] Cf. COSTA, 2005a, que a partir documentação estatutária do Arquivo Distrital do Porto, elenca as Instituições criadas no Distrito do Porto, até aos alvores do século XX.

compaginam o que chamamos de "clubismo[221] educativo" e que deu origem a diversas experiências com vista à instrução e à educação[222]. Ao que apuramos e que consta no anexo 1, os clubes de natureza política são os mais numerosos, particularmente os centros republicanos que, a par da propaganda e do recenseamento eleitoral, investem na criação de aulas diurnas e noturnas, sendo alguns deles catalisadores das escolas móveis João de Deus, como veremos no capítulo 2. Ao analisarmos, por exemplo, os estatutos do Centro Republicano Democrático de Valadares, é notório o fim eminentemente educativo da criação desta agremiação, fundada em 1914, consagrando os seus primeiros artigos à declarada intenção educativa:

> *Artigo 2.º O centro estabelecerá um curso noturno[223] de instrução para os sócios e seus filhos e estranhos.*
>
> *Artigo 3.º Terá por principal objetivo este centro:*
>
> *1.º Distribuir prémios pecuniários, ou outros, aos alunos que melhor adiantamento, frequência e comportamento moral obtiverem, e quando o estado económico do mesmo centro assim o permitir.*
>
> *2.º Promover nas suas aulas conferências, preleções, saraus literários e científicos, palestras instrutivas, soirées e espetáculos, que poderão ser feitos por os sócios e não sócios, mas para estes mediante, quanto a saraus, representações e espetáculos, uma quantia para a ajuda do centro, cuja quantia nunca poderá ser menos de dois escudos por cada representação.*
>
> *3.º A criar, quando o fundo o permitir e necessitar, aulas para diferentes disciplinas e idiomas, que poderão ser lecionadas por professores oficiais, ou de curso livre, ou por pessoas competentemente habilitadas.*

---

[221] O termo "clubismo" foi aplicado por RIBEIRO, 2011 para designar a ação demopedica dos centros republicanos.

[222] Cf. BAPTISTA, 2016.

[223] Em 1916, este curso era subsidiado pelo Estado, no quadro legal estabelecido pelos Decretos n.º 1191 e n.º 1193, de 16 de dezembro, que atribuíram um subsídio de 80$00 a algumas agremiações que se propusessem a auxiliar no combate ao analfabetismo, através da promoção da assistência escolar e da manutenção de um curso noturno. ESTEVES, 2008: 147.

4.º A distribuir nos dias 31 de janeiro e 5 de outubro de cada ano, um bodo aos indigentes da freguesia, na medida do estado económico do Centro, podendo também tirar subscrições[224].

Todavia, este associativismo estava ligado não só aos núcleos republicanos, como também aos socialistas e anarquistas, sendo por vezes difícil a identificação exata da orientação prevalecente. Como referiu António Candeias, não raras vezes, em centros republicanos, evocavam-se autores como Ferrer, Comte, Proudhon, Réclus, Antero de Quental, Zola, entre outros[225]. Assim, não é por acaso que a Comissão Republicana de Pedroso, génese do Centro Republicano de Pedroso, tenha reunido em sessão extraordinária «para apreciar a estupenda atrocidade que a vizinha Espanha acaba de cometer contra o grande amigo da instrução que se chamou Francisco Ferrer», tendo decidido protestar contra o «monstruoso crime» e dar disto conhecimento à imprensa republicana[226]. Este reconhecimento pelo fundador da escola moderna está também associado ao apreço pela pedagogia racionalista, de que Ferrer era também precursor, condição *sine qua non* para a construção da almejada sociedade republicana. Assim, não estranha que tenha sido escolhido para presidente deste centro Joaquim Dá Mesquita Paúl[227], médico e professor, célebre por ter sido o autor da primeira tradução para a língua portuguesa de *A Origem das Espécies*, publicada pela Livraria Lelo e Irmão, em 1913.

Por seu turno, a simbólica do Grémio Prosperidade do Candal espelha o caráter multifacetado dos clubes recreativos, neste caso, destacando a importância do conhecimento e da sua difusão (representados pela figura de Atena e da lamparina em cima dos livros), das artes (através da máscara) e da filantropia (através do "aperto de mão").

[224] ADP. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02530.
[225] CANDEIAS, 1981: 40.
[226] *Apud* GUIMARÃES; TEIXEIRA, 2010: 22.
[227] GUIMARÃES; TEIXEIRA, 2010: 22.

Fig. 7. Logótipo do Grémio Prosperidade do Candal[228].



Fonte: ADP. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02499.

No que diz respeito à Assembleia da Serra do Pilar, os seus estatutos apontam como objetivo a promoção do convívio entre os seus associados «proporcionando-lhes leitura, *soirées* dramáticas e dançantes e todos os divertimentos de uso nas sociedades congéneres». Tendo em vista o «progresso intelectual e moral», bem como «desenvolver e aperfeiçoar as aptidões físicas» dos seus associados, intenta em proporcionar conferências, preleções, saraus literários e musicais, escolas, gabinete de leitura e respetiva biblioteca; e, ainda, criar cursos de ginástica, esgrima e dança[229]. Numa lógica comum às agremiações congéneres, tencionava, também, celebrar em sessões solenes o aniversário da Assembleia e o da inauguração da sua biblioteca, tal como solenizar as «grandes datas da história pátria, festejando os nomes de seus heróis e os de todos aqueles que se tornaram notáveis na ciência, artes e literatura»[230]. Este é um clube de elite, constituído por membros da alta burguesia, empreendedores e interventivos, de que são exemplo Manuel de Sousa Avides, médico, político regenerador, administrador empresarial[231], António Narciso de Azevedo Magalhães,

[228] O seu lema, «Inter gaudia, charitas» significa, «entre as alegrias [conhecimento e arte], a caridade».
[229] ADP. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02532.
[230] ADP. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02532.
[231] https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20manuel%20de%20sousa%20avides.

negociante, político progressista[232], presidentes da Câmara do Porto (1902-1905) e de VNG (1896-1898), respetivamente, e sem se esgotarem os exemplos, Apolino da Costa Reis, industrial de litografia e editor[233].

Ainda dentro das agremiações que consideramos de natureza política e/ou profissional encontram-se similarmente as cooperativas, ligadas ao movimento associativo do operariado, tendo como principal matriz ideológica a convicção no princípio associativo como instrumento de emancipação[234], as quais atribuíram um papel primordial à instrução, à semelhança das anteriormente referidas. Ao que apurámos, várias cooperativas e associações operárias fundadas neste território incidiam na alfabetização, na instrução musical, numa "educação operária", através de palestras e conferências que, como era intenção do Centro Popular de Instrução e Recreio de Crestuma, versavam sobre os «deveres dos patrões e dos operários, sobre o desenvolvimento das artes e ofícios, seus progressos e aperfeiçoamentos, ou sobre a economia doméstica, educação dos filhos, deveres dos pais, etc.»[235].

Os grémios dramáticos e musicais também iam para além do ensino do teatro, da música e da dança, para organizarem bibliotecas, conferências, cursos noturnos de desenho, entre outras iniciativas. Salientamos que o público-alvo destes clubes atravessa todos os setores da sociedade, desde os mais elitistas, como a Sociedade Talma, aos grupos formados por artífices e operários, de que são exemplo a Tuna de Sermonde e o grupo dramático "A Luz do Operário".

O associativismo musical na Europa oitocentista foi de tal forma expressivo, que entre os vários epítetos com os quais tem vindo a ser designada, encontra-se o *Século da Música*. As associações musicais constituíram um fenómeno transnacional com modelos adaptados aos diversos contextos sociopolíticos[236] mas veiculadores dos princípios iluministas:

---

[232] CONDE, 2018d: 126.
[233] GUIMARÃES, 1998: 241.
[234] PEREIRA, 2020: 100.
[235] Centro Popular de Instrução e Recreio de Crestuma. ADP. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02515.
[236] PEREIRA, 2020: 118.

> *A secularização da música, e das atividades de lazer em geral, foi acelerada pelas revoluções liberais na sua contenda com a Igreja Católica e manifesta-se na profusão de associações com vista ao ensino musical pelos princípios pedagógicos e democráticos do idealismo iluminista, entre os quais se destaca a performação coletiva, catalisadora dos sentimentos de igualdade, liberdade e fraternidade*[237]*.*

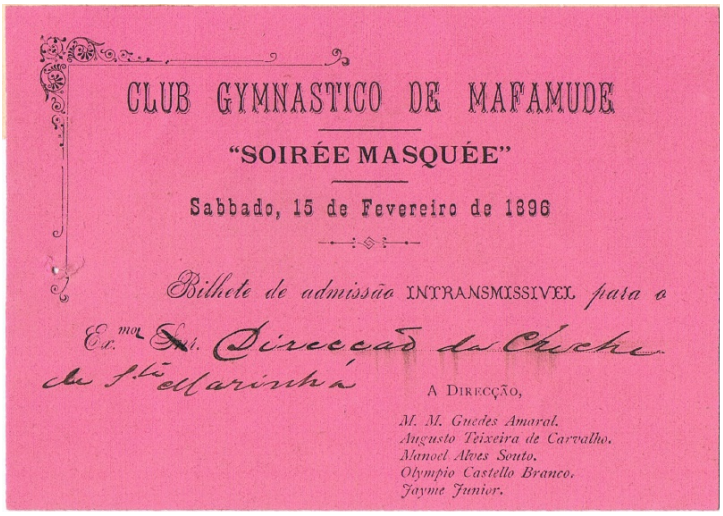
No universo estudado, verificamos que a instrução e educação veiculadas por este tipo de associação se desenvolvem, primeiramente, na urbe (Santa Marinha e Mafamude), na década de noventa do século XIX, irradiando, para a periferia na década de vinte do século XX. O Grupo Musical Gaiense, fundado em 1895, «vigoroso propugnador da instrução», criou uma Biblioteca e Gabinete de Leitura logo aquando da sua fundação[238] e organizou várias conferências e palestras[239], chegando a inaugurar um curso rudimentar noturno[240]. O Orfeão de Valadares, fundado em 1928, tinha por fim «instruir e recriar os seus sócios, tomando igualmente parte em festas, teatros e orfeónicas[241]».

De igual forma, os clubes de natureza desportiva se assumiam como associações de recreio e de instrução, promovendo, entre o rol das atividades disponibilizadas, leitura, conferências literárias, saraus e a criação de escolas. Estas associações populares proliferaram a partir de finais de Oitocentos, em estreita relação com o movimento higienista e profilático, precedendo-lhes os clubes de elite como é o caso do Clube Ginástico de Mafamude, o qual aliava a prática desportiva a um conjunto de atividades complementares.

---

[237] PEREIRA, 2020: 118.
[238] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 68, 1895: 2.
[239] *COMMERCIO DE GAYA*, 1897, n.º 1: 2.
[240] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 100, 1896: 2.
[241] ADP. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02574.

Fig. 8. Convite do Clube Ginástico Mafamude à Direção da Creche de Santa Marinha para uma "*soirée masquée*".


CLUB GYMNASTICO DE MAFAMUDE

"SOIRÉE MASQUÉE"

Sabbado, 15 de Fevereiro de 1896

Bilhete de admissão INTRANSMISSIVEL para o

Ex.mo Sr. Direcção da Creche de S.ta Marinha

A DIRECÇÃO,

M. M. Guedes Amaral.
Augusto Teixeira de Carvalho.
Manoel Alves Souto.
Olympio Castello Branco.
Jayme Junior.

Fonte: ACDSM. *CONVITE*, 1889.

Já o Clube Desportivo das Devesas, oficializado em 1927, correspondente a uma fase de popularização do desporto, não deixa de evidenciar o multifacetismo nos seus propósitos:

> *Proporcionar aos seus associados recreios úteis, agradáveis e honestos, tais como: desportos, leitura, jogos lícitos, bailes, espetáculos, passeios e outros passatempos de harmonia com estas condições e conforme os recursos do Clube*[242].

Se no século XIX a prática desportiva representava um fator de distinção social, no primeiro quartel do século XX é apropriada pelo público popular, em particular no que respeita ao futebol, difundido através de uma rede associativa relacionada «diretamente com o processo de urbanização e industrialização» da qual emergiram novos espaços de agregação (recintos desportivos) protagonistas de um processo de reconfiguração do espaço público e social[243]. No cômputo das associações desportivas

[242] ADP. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02568.
[243] PEREIRA, 2020: 126.

"educativas" elencadas, à exceção do Clube Ginástico de Mafamude, todas as outras foram criadas na década de vinte do século XX.

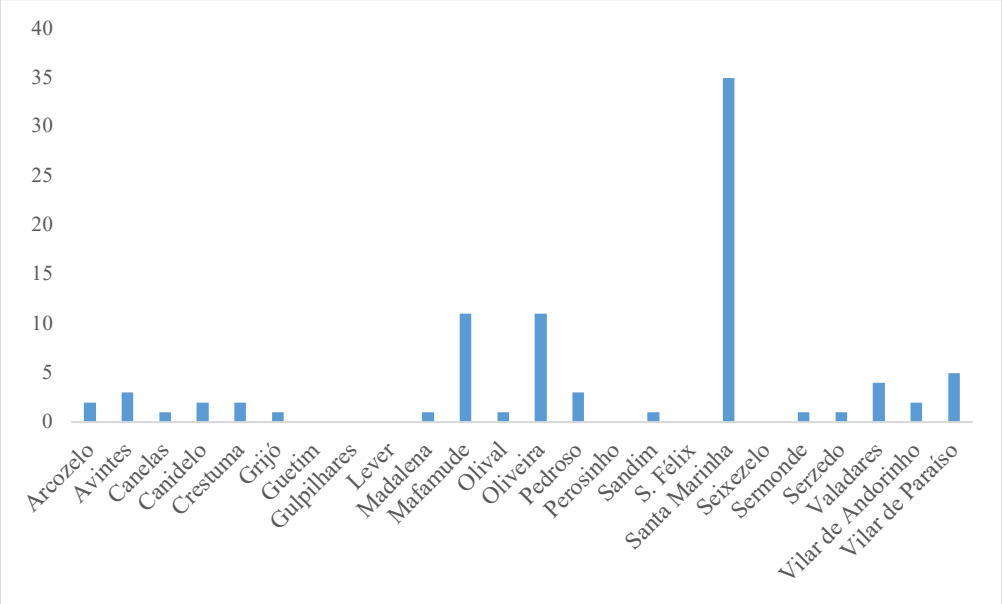
A encíclica do papa Leão XIII, que procurava reconciliar a Igreja com os tempos modernos, deu corpo ao associativismo religioso que tentava afirmar a sua presença no seio operário, não só pela necessidade de apoiar as classes desfavorecidas, mas também como reação aos progressos do socialismo. Neste sentido, há que contextualizar o movimento associativo católico gaiense com o anticlericalismo crescente e, ainda, com a difusão do protestantismo. O primeiro a estabelecer-se é o Círculo Católico de Operários de VNG, criado para «melhorar o estado religioso, moral e material dos operários desta vila eminentemente industrial» mas, também, manter o respeito recíproco entre operários e patrões, através de conferências, palestras, leituras e aulas[244]. Outros exemplos seriam o Círculo Católico de Santa Eulália de Oliveira do Douro, a Confraria do Monte da Virgem Imaculada, a Liga do Esforço Cristão/União Cristã da Mocidade de Gaia e a União do Esforço Cristão/ União Cristã da Mocidade de Gaia (estas últimas, protestantes).

Após o estudo das fontes arquivísticas e hemerográficas, sistematizámos um documento congregador do leque das associações que manifestaram intenções e/ou concretizações educativas, as quais agrupamos em categorias: Desporto, Educação de Infância, Fúnebre, Música, Política/Profissional, Recreação, Religiosa e Teatro (anexo 1). Do conjunto das associações arroladas, ainda que o nosso objetivo não visasse o percurso das suas existências, foi possível percecionar a efemeridade das experiências o que justificará a inconcretização de algumas das intenções. Através da análise do Gráfico 1 e do Quadro 1, onde indicamos as instituições com evidências de ação educativa, observa-se uma distribuição mais significativa nos centros urbanos industriais, como Santa Marinha e Mafamude, e em pequenos polos industriais como Oliveira do Douro e Avintes. Pedroso, a maior freguesia do concelho em extensão territorial, também assume uma posição de destaque relativamente ao número de iniciativas educativas

[244] A comissão instaladora era composta por António Moutinho (pároco de Santa Marinha), Delfim Pereira Barquinha (tanoeiro), João Pereira do Vale (ourives), José Rodrigues Guimarães (tanoeiro), Manuel Alves Pereira da Silva (empregado de armazém). ADCSM. *CIRCULAR DO CÍRCULO*, 1898. Vd. Apêndice 4.

emanadas do associativismo, o que se justifica pela posição central no interior do concelho, em termos geográficos, e enquanto lugar de passagem e de paragem, pelo comércio e serviços disponibilizados.

Gráfico 1. Associações com fins educativos em VNG (1880-1930).



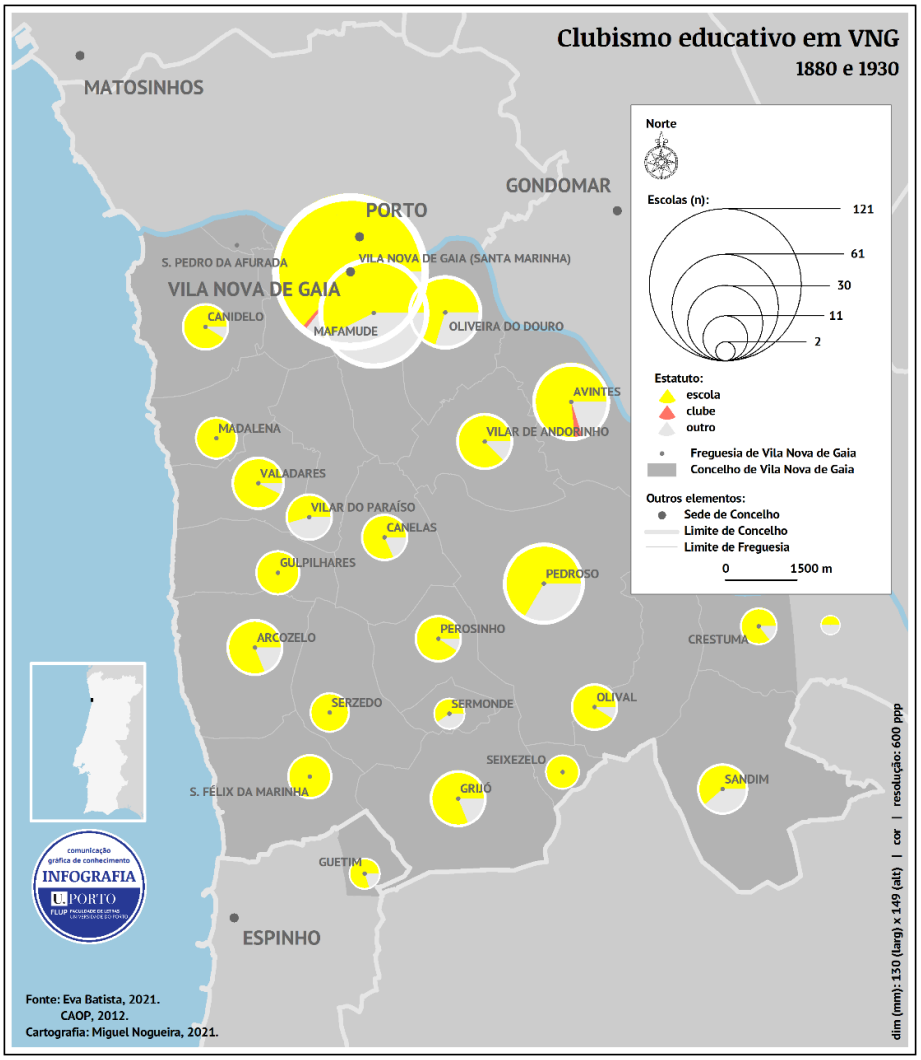
Fonte: Elaboração da autora com base na documentação referenciada no Anexo 1.

Quadro 1. Associações Dinamizadoras de Práticas Educativas.

Associação	Localidade
Aurora da Liberdade de Mafamude	Mafamude
Centro Democrático e Instrutivo Latino Coelho	Coimbrões
Centro Democrático Instrutivo Miguel Bombarda	Vilar de Andorinho
Centro Guilherme Braga	Santa Marinha
Centro Republicano Democrático de Valadares	Valadares
Centro Social e Recreativo de Mafamude	Mafamude
Centro Socialista de Gaia	Santa Marinha
Clube de Vila Nova de Gaia	Santa Marinha
Clube Recreativo Avintense	Avintes
Cooperativa de Crédito e Consumo de Vilar do Paraíso	Vilar do Paraíso
Cooperativa Económica Operária de Mafamude/Escola Prática Oratória Instrutiva Operária de Mafamude	Mafamude
Cooperativa Oliveirense/Augusto Fuschini	Oliveira do Douro
Escola Operária de Canidelo	Canidelo
Escola Prática Oratória Instrutiva Operária de Mafamude	Mafamude
Gabinete de Instrução, Leitura, Oratória e Social Operário de Gaia/ Instituto Operário Vilanovense	Santa Marinha
Gabinete de Leitura de Gervide e Escola de Ensino Livre	Gervide
Gabinete Social Operário Oliveirense/Gabinete de Instrução Operária Oliveirense	Oliveira do Douro
Grupo Musical «Liberdade, Igualdade e Fraternidade» - curso de dança	Santa Marinha
Grupo Musical Gaiense - Biblioteca, Gabinete de Leitura, curso rudimentar	Santa Marinha
Instituto de Instrução União Operária no Candal	Candal
Liga do Esforço Cristão/União Cristã da Mocidade de Gaia	Mafamude
Orfeão de Valadares	Valadares
Troupe Musical Recreativa de Mafamude	Mafamude
Troupe Musical Soares dos Reis	Mafamude
Troupe Musical Vilanovense	Santa Marinha
Troupe União Sandinense	Sandim
Tuna de Sermonde/ Tuna Juvenil de Sermonde	Sermonde
Tuna Musical "A Vencedora de Vilar de Andorinho"	Vilar de Andorinho
Tuna Musical Primavera Oliveirense	Oliveira do Douro
Tuna Musical União Oliveirense	Oliveira do Douro

Fonte: Elaboração da autora com base na documentação referenciada no Anexo 1.

Mapa 2. Distribuição das experiências educativas promovidas pelas Associações.



Fonte: Elaboração da autora com base na documentação referenciada nos Anexos 1 e 7.

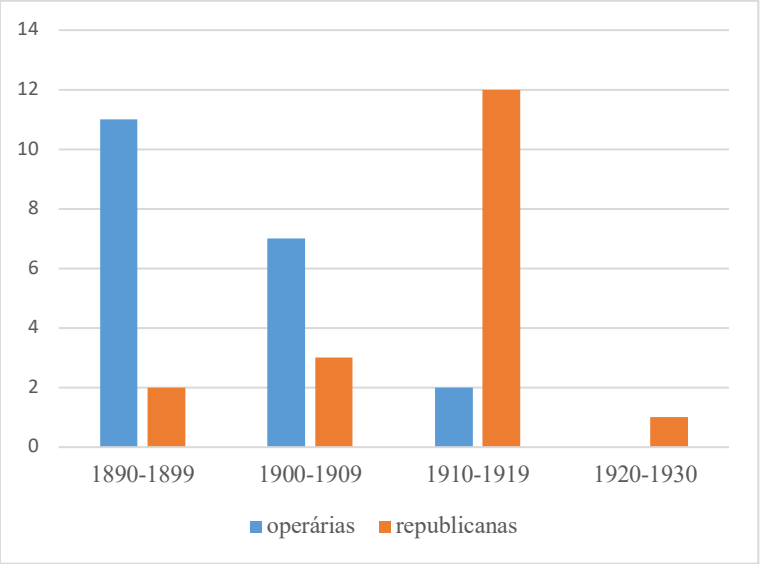
Entre as estratégias promovidas pelas associações com vista ao derramamento da instrução, destaca-se a criação de Bibliotecas, em algumas situações com fins doutrinários, como é o caso daquelas criadas pelas cooperativas ou dos clubes republicanos. No caso do Gabinete de Leitura e Instrução da Cooperativa de Crédito e Consumo de Vilar do Paraíso, disponibilizava-se a «todos os companheiros associados […] livros, folhetos que tratam da questão social»[245] e no do Gabinete Social Operário

[245] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 85, 1896: 2.

Oliveirense encetam-se esforços para «estabelecer uma biblioteca de livros úteis aos trabalhadores e jornais operários, onde possam beber as sãs doutrinas da sociologia»[246].

O impulso para a criação destes meios complementares de formação estará nas bibliotecas populares, criadas pelo Decreto de 2 de agosto de 1870, na vigência do ministério de D. António Costa[247], tendo a de VNG sido criada em 1881[248], à qual se viria a juntar a da Junta Paroquial de Santa Marinha em 1877[249]. De finais do século XIX, data também a Biblioteca Paroquial de Avintes, conhecida por Livraria do Padre José Joaquim da Silva Valente[250] a qual, por morte do abade e mudança de regime, passou para a Junta de Freguesia, onde se encontra[251].

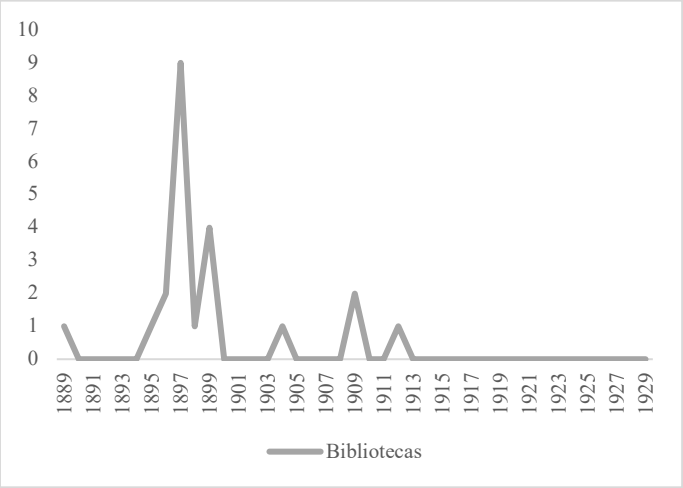
Gráfico 2. Associações políticas/profissionais "educativas" entre 1890 e 1930.



Fonte: Elaboração da autora com base na documentação referenciada no Anexo 1.

[246] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 156, 1899: 3.
[247] Este diploma estabelecia que cada Câmara Municipal mantivesse a expensas suas, pelo menos uma Biblioteca popular na sede do concelho. Para o efeito, deveria consignar-se uma verba anual de 50$00 réis no orçamento, sendo da responsabilidade do governo o fornecimento de livros.
[248] PINTO, 2017: 334. Sobre o mesmo assunto vd. PINTO, 2014.
[249] Da criação desta biblioteca falaremos no capítulo 2.
[250] Este, além de abade, foi presidente da Junta de Paróquia entre 1891-1893 e 1896-1909. A biblioteca era constituída por cerca de 950 livros, hoje cingida a 750 obras, maioritariamente do século XVIII e de temática religiosa e histórica.
[251] Cf. VAZ, 2003: 15-19.

Gráfico 3. Referências a Bibliotecas das Associações de VNG na Imprensa.



Fonte: Elaboração da autora com base na documentação referenciada no Anexo 1.

Na imprensa da época (ver Gráfico 3), este assunto teve particular interesse nos últimos anos da década de noventa do século XIX, muito associado ao movimento operário e, nas vésperas da República, ligado aos centros republicanos. A constituição destas bibliotecas era feita através da aquisição de obras e da subscrição de periódicos, sendo fruto de campanhas de angariação de títulos por parte das direções dos respetivos organismos.

> *Um dos pontos que a direção tenta em breve pôr em prática é a criação de uma Biblioteca, para a qual já deu princípio aos seus trabalhos, e espera ser atendida num apelo que vai fazer, para o conseguimento de obras educativas e outros meios de leitura que possam ser úteis a todos os sócios*[252].
>
> *A Comissão bibliotecária deste Centro acaba de dirigir circulares aos cidadãos democratas, pedindo livros e jornais para a sua Biblioteca.*
> *A boa e generosa obra se dedicam aqueles correligionários e por isso de justiça é prestar-se-lhe o apoio que eles pedem*[253]*.*

[252] Notícia referente ao Clube Social Recreativo de Mafamude. *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 419, 1909: 3.
[253] Notícia referente ao Centro da Mocidade Republicana Intransigente. *O CINCO DE OUTUBRO*, n.º 65, 1912:1

A assinalável Biblioteca do Clube de Gaia[254], denominada "Alexandre Herculano"[255], surgiu da necessidade de um gabinete de leitura[256], tendo a sua génese no envio de circulares aos associados em 1879, iniciativa que reuniu 374 volumes[257] e que, em 1927[258], continha «alguns milhares de volumes valiosos», onde se encontrava representada a melhor literatura mundial. A biblioteca foi crescendo, ano após ano, fruto de ofertas e de uma percentagem lançada sobre o total das receitas do Clube.

> *Esta biblioteca, que já hoje é muito importante, continua assim a desenvolver-se e a prestar os seus serviços de educadora. E para que se não disperse e venha um dia a perder o seu valor, fez dela doação à Câmara Municipal de Gaia, que a herdará intacta no dia em que, por fatalidade, esta coletividade tenha de fechar as suas portas por qualquer determinação, nada provável, do acaso*[259]*.*

Em suma, as intenções declaradas nos documentos fundacionais destas associações indicam uma tentativa de resposta às insuficiências da rede estatal, gerando experiências educativas que configuraram uma rede necessária e alternativa ao ensino oficial. Num contexto de crescimento económico e início de militância política, o desenvolvimento associativo verificado em VNG representou a disponibilização de espaços de sociabilidade diversificados. É certo que de suporte a estruturas partidárias (em particular do partido republicano), mas com impacto na educação da população, gerando experiências educativas com vista à alfabetização e outras, mais de índole moralizadora, materializadas nos gabinetes de leitura, palestras, conferências, etc. Salientamos que a vivência democrática das associações era, por si só, um indicador de

---

[254] Segundo consta no opúsculo comemorativo dos 50 anos, era considerada uma das primeiras do país. *CLUB,* 1927: 6.

[255] Um dos bravos do Mindelo, anticlericalista, maçom. «*A nossa biblioteca por deliberação desta direção passou a denominar-se Biblioteca Alexandre Herculano, em atenção a ser do grande historiador português a primeira obra que ali deu entrada e querer desta forma perpetuar neste concelho o nome daquele grande vulto da história contemporânea a quem as letras, a liberdade e a pátria tanto devem* […]». *RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO DO CLUB*, 1883 8.

[256] *CLUB,* 1927: 6.

[257] *RELATÓRIO DA DIREÇÃO*, 1880: 7-8.

[258] Em 1927, faziam parte da Comissão da Biblioteca do Clube de Gaia, as seguintes individualidades: Joaquim Pedrosa Júnior, Américo Augusto Ribeiro Gonçalves, Óscar Teixeira da Silva, Alberto de Albuquerque e Castro, Álvaro Matos. *A TESOURA*, n.º 27, 1927: 3.

[259] *CLUB*, 1927: 2.

modernidade, mas acrescente-se que os clubes se assumiram como agentes de progresso educacional, ainda que essencialmente no universo masculino e urbano, criando cursos de alfabetização e de desenho mas, outrossim, proporcionando vivências alternativas e pertinentes, como uma infância protegida, a prática desportiva e musical, abrindo caminho para a sua massificação.

1.2.1.1. Clube de Gaia – precursor e difusor

> *Pátria que seja formada por indivíduos inconscientes, pela associação de elementos incultos e desvairados indiferentes pelos meios de aperfeiçoamento moral incapazes de concorrerem para o bem-estar da coletividade, é Pátria perdida no decorrer do tempo porque, não vivendo do Passado e para o Futuro, bem frágeis tornou os seus meios de defesa para as suas fronteiras convencionais […]. Do esforço consciente e convergente das pequenas associações de indivíduos nasce a grandeza moral e material de uma Pátria*[260].

O texto citado, publicado aquando da comemoração dos 50 anos do Clube de Gaia (1877-*c.*1964), mostra que os seus membros estavam conscientes da importância «convergente» do associativismo em *prol* do bem comum atingido através da educação. Esta agremiação começou por ser um clube musical[261]. Tinha como principais objetivos «apurar e desenvolver o gosto pela música e literatura nos seus associados, concorrendo deste modo para educar e instruir, altamente, o seu espírito»[262]. Inaugurou, ainda, como já dissemos, uma biblioteca batizada de "Alexandre Herculano".

> *Artigo 2.º seus fins serão: instituir prémios para difundir e animar a instrução elementar, criar cursos de instrução, formar uma biblioteca com sala de leitura,*

[260] *CLUB*, 1927: 5.
[261] Com a designação de *Club Musical de Villa Nova de Gaya*, foram sócios fundadores António Rodrigues d'Araújo, Alfredo José Ferreira, Domingos Gonçalves de Castro, José Joaquim Pereira, António Vaz d'Oliveira, Joaquim Coelho Bragante e Lucio Gomes de Souza. Sobre este clube e a «Música no passado em Gaia» ver GUIMARÃES, 1986b: 24-27.
[262] *CLUB*, 1927: 6.

sempre franca a todos os associados, promover conferências científicas e literárias, entreter-se com jogos e divertimentos lícitos[263].

Dada a necessidade de legalização veio a aprovar estatutos, em 1881[264], ocasião em que altera a sua designação para *Club de Gaya*, passando a canalizar as atenções para o derramamento da instrução e para progresso do concelho, em particular, da sua zona urbana. Veio a promover conferências científicas e literárias, a participar em comemorações significativas, promotoras e divulgadoras da educação regional, nomeadamente as Comemorações Camonianas e Henriquinas. Em 1880, adere ao tricentenário da morte de Camões, instituindo o prémio e solicitando à Câmara a designação "Luís de Camões" de uma rua recentemente rasgada[265], no contexto da reorganização viária provocada pela conclusão do tabuleiro inferior da ponte Luís I. A exposição agrícola-industrial de VNG decorreu em simultâneo com as Comemorações do 5.º Centenário do nascimento do Infante D. Henrique. A comissão executiva era presidida por Artur Ferreira de Macedo e composta, na sua maioria, por outros sócios fundadores do Clube de Gaia[266]. Procurava-se reativar o orgulho nacional e colonial e "limpar" a imagem de traição à monarquia provocada pelo 31 de janeiro e, no caso específico de VNG, projetar as potencialidades do município emergentes da regeneração fontista[267].

Na decorrência do decreto de 1884, destinado a criar Escolas de Desenho Industrial, este clube levou a cabo um conjunto de *démarches* para que VNG viesse a ser um dos territórios contemplados[268].

Entre os sócios beneméritos, onde se incluem aqueles que a assembleia geral, depois de apreciar o carácter e a importância dos serviços por eles prestados à instrução pública

[263] ADP. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02472.
[264] Vd. Anexo 5.20.
[265] *CLUB*, 1927: 6.
[266] GUIMARÃES, 1986a: 38.
[267] GUIMARÃES, 1986a: 38.
[268] *CLUB*, 1927: 6.

deste concelho,[269] registam-se o Visconde de Arcozelo e o Conselheiro António Manuel da Fonseca, justificando-se essa distinção pelos relevantes serviços que estes prestaram à instrução:

> *As freguesias de Vilar de Paraíso e Arcozelo deste concelho possuem hoje cada uma a sua aula de Instrução Primária, onde os filhos do povo recebem instrução gratuita. A primeira dessas duas aulas foi instituída pelo Exmo. Snr. Visconde d'Arcozelo.*
>
> *Estas duas, regidas por professores com habilitações especiais, prestam serviços relevantíssimos à instrução do concelho; e, notaremos ainda de passagem, foi na aula criada pelo Exc.^mo Snr. Visconde de Arcozelo, onde primeiramente se provou e pôs em prática o método de ensino do Exc.^mo Snr. João de Deus, o apóstolo incansável, o reformador prestimoso e benemérito da instrução das crianças. Escusado será o recordar-vos que os nomes destes nossos dois concidadãos, hoje pronunciados com louvor e gratidão por todos os nossos conterrâneos, devem ser inscritos na página mais brilhante do catálogo dos beneméritos deste club, pelos serviços importantes prestados por eles à instrução deste concelho*[270]*.*

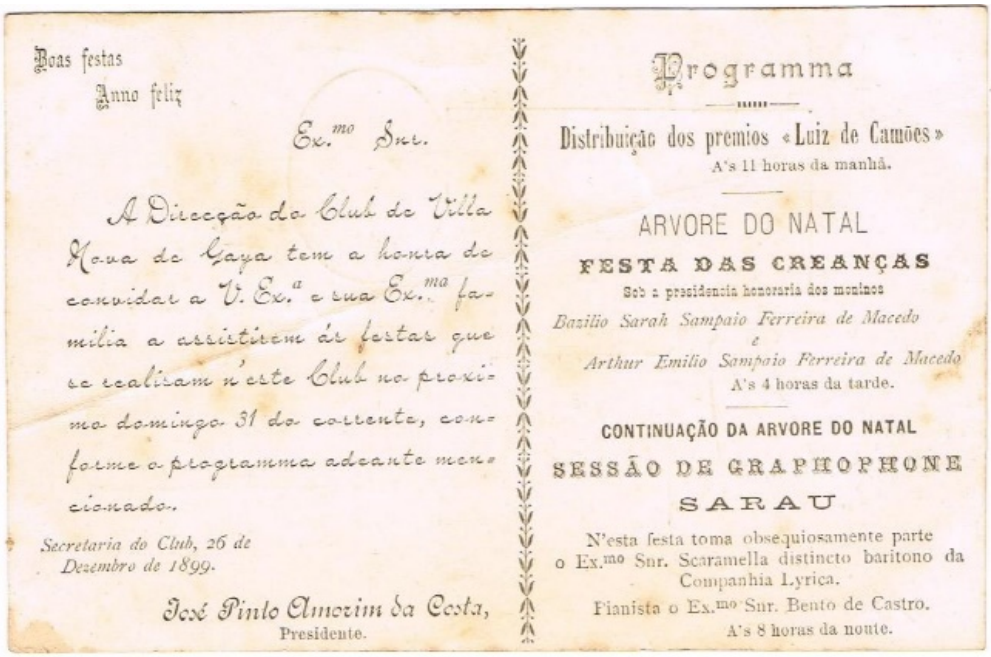
[269] Eram considerados sócios beneméritos os indivíduos que a assembleia geral, após apreciar o respetivo carácter e importância dos serviços por estes prestados à instrução pública neste concelho ou a esta associação, votasse por maioria dos associados presentes essa distinção.
[270] *RELATÓRIO E CONTAS*, 1882: 29.

Fig. 9. Anverso do postal «Club de Vila Nova de Gaya», 1899[271].



Fonte: Cortesia de J. A. G. Guimarães.

Fig. 10. Reverso do postal «Club de Vila Nova de Gaya», 1899.



Fonte: Cortesia de J. A. G. Guimarães.

[271] Enfoca o edifício da Associação das Creches de Santa Marinha, onde estava instalado o Clube e a maquete do projeto preterido de Teixeira Lopes do monumento ao Infante D. Henrique. Sobre o assunto vd. GUIMARÃES, 1986ª: 40.

Esta instituição distingue-se pelo pioneirismo no impulso educativo do concelho, pela longevidade e inerente conjunto de ações desenvolvidas durante mais de 50 anos em *prol* do progresso geral do concelho. Nos seus primeiros relatórios declara-se ideologicamente alheia a todos os credos políticos, e entregue à realização de atos de benemerência, à propaganda da instrução, bem como ao progresso do concelho. O caráter ecuménico desta associação, os seus fins, a importância dada ao mérito, a escolha das suas efemérides e dos seus heróis e a sua própria simbólica atestam a presença de uma instituição positivista e liberal, que congregou um grupo de elite, reconhecido metaforicamente na imprensa pelos "cartolas", cujos membros fizeram parte e estiveram na origem de outras agremiações, de que foi exemplo flagrante a Associação das Creches de Santa Marinha com quem chegou a partilhar as mesmas instalações. Neste âmbito, é forçoso referir João Rodrigues Valente Perfeito[272], a "relíquia" do republicanismo gaiense, industrial de Tanoaria, fundador da Associação das Creches de Santa Marinha e patrocinador de várias associações culturais contemporâneas[273]; e o supracitado Artur Ferreira de Macedo[274], também fundador da mesma associação e impulsionador da criação da Escola de Desenho Industrial Passos Manuel. Podemos, igualmente, destacar os filhos do maçom[275] Diogo José de Macedo[276], uma figura de relevo da alta burguesia ligada ao negócio de Vinho do Porto, Diogo e Camilo de Macedo[277] que foram membros deste clube, mas que também fizeram parte dos corpos gerentes da Associação das Creches de Santa Marinha, do Clube Ginástico de Mafamude, do Clube dos 15, da Sociedade Talma, entre outras agremiações. José Pinto Amorim da Costa[278], membro do Clube de Gaia e da Associação de Creches, que esteve ligado à fundação de um grande número de associações

[272] BAPTISTA, 2018i: 151.
[273] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[274] BAPTISTA, 2018e: 152.
[275] Nome simbólico «Lusitano», membro da Loja *Constância I* do Porto. MARQUES, 1989: 231.
[276] Em 1875, foi nomeado membro da comissão responsável pela instrução pública da freguesia de Mafamude. COSTA, 2018a: 40. Sobre a personalidade vd. BAPTISTA, 2018h: 95.
[277] Vd. dados biográficos em Anexo 6.
[278] BAPTISTA, 2018l: 163.

mutualistas criadas no seu tempo. Por último, entre outros, destacamos Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior, igualmente membro do Clube de Gaia e fundador das Creches de Santa Marinha e da Misericórdia de Gaia, tendo sido, ainda, membro de várias associações mutualistas, benemerentes e recreativas[279]. No anexo 10, mostramos esse escol gaiense, fundador do precursor Clube de Gaia, que esteve também na origem da criação da Associação das Creches de Santa Marinha.

Se nos tempos fundacionais, os seus membros partilhavam da perceção de que «as condições de isolamento da nossa vila auxiliavam poderosamente todas as iniciativas destinadas a promoverem o seu progresso», em finais da década de vinte do século XX, o clube ufanava-se de ter sido, entre gerações sucessivas, a sede das elites de Gaia[280] e da sua ação, ao longo de meio século, sob o lema da «escola», da «bondade» e da «ilustração superior»[281].

1.2.2. Comissões de Beneficência e Ensino

A reforma de 1878 de Rodrigues Sampaio, que retoma muitas das ideias preconizadas por D. António da Costa, estruturadas em torno da descentralização do ensino como estratégia de renovação da educação nacional, intenta promover o aumento de escolas primárias, melhorar as condições salariais do professorado, criar escolas normais, abrir cursos temporários, dominicais e noturnos e, também, criar as Comissões Promotoras de Beneficência e Ensino. Com efeito, passa a ser da competência das Câmaras Municipais, com o auxílio das edilidades locais e dos párocos, a organização destas comissões nas localidades onde existisse escola primária, de modo a incentivar-se a frequência escolar das crianças e, também, dos adultos. As comissões deveriam assegurar a aquisição e distribuição de vestuário, livros e outros materiais de ensino aos alunos mais necessitados, criar prémios para os distintos e prestar assistência às famílias

[279] GUIMARÃES; TEIXEIRA; GUIMARÃES, 2018: 203. Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[280] *CLUB*, 1927: 2.
[281] *CLUB*, 1927: 5.

desvalidas «no cumprimento da obrigação do ensino» e tudo mais que fosse «conducente à difusão do progresso da instrução popular»[282].

A legislação de 1902 reiterou a relevância destes organismos locais no que respeita ao contributo para o «desenvolvimento da instrução na paróquia, promovendo a realização do ensino obrigatório, facilitando aos alunos necessitados a frequência à escola e estimulando a emulação entre todos»[283]. As receitas para esse intento advinham das quantias que as juntas de paróquia votassem anualmente para tal fim, pelos subsídios com que as irmandades e confrarias pudessem contribuir, pelo produto de cotas, donativos ou legados e, ainda, pelo produto de festas, bazares e peditórios[284]. Através desta lei, além das atribuições estipuladas em 1878, previa-se a possibilidade de fornecer lanche às crianças indigentes, promover colónias e passeios às debilitadas, durante as pausas escolares, e «animar», com prémios monetários ou livros, os alunos distintos por frequência e aproveitamento[285].

A ação destas comissões, que variou de acordo com os tempos e com os respetivos protagonistas, deixou algum rasto na imprensa e na documentação administrativa. Uma notícia de *O Commercio do Porto*, de 1883 demonstra as expetativas que estas comissões ofereciam em relação ao progresso da instrução popular, destacando o papel da comissão vilanovense de que era presidente o filantropo Visconde das Devesas:

> *Nem todas as comissões nomeadas em vários pontos do país têm compreendido bem claramente o alcance elevado da sua missão, mas entre as que se empenham pela causa que lhe foi confiada temos hoje ensejo de especializar a de Vila Nova de Gaia, cujo presidente, o snr. Visconde das Devesas, enviou à Câmara Municipal daquela vila um ofício, em que se testemunham evidente e louvavelmente os bons desejos daquela corporação.*

[282] ARTIGO 28.º, DA *CARTA DE LEI DA DIREÇÃO GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA*, 1878.
[283] Artigo 384.º do *DECRETO N.º 4 DA DIREÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA*, 1902.
[284] Artigo 385.º do *DECRETO N.º 4 DA DIREÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA*, 1902.
[285] Artigo 386.º do *DECRETO N.º 4 DA DIREÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA*, 1902.

Neste ofício, aponta-se que a comissão pouco poderá fazer pelo bem da instrução pública naquela vila sem que se criem mais escolas, uma vez que as duas que atualmente existem são insuficientes para todas as crianças pobres.

O snr. Presidente da Câmara aludindo àquele ofício na última sessão da municipalidade, disse que esperava a aprovação superior de um plano geral provisório de instrução pública para aquele concelho o que então veria satisfeita aquela necessidade pública.

Ao apontarmos este patente sinal de zelo da comissão vilanovense não podemos deixar de notar o pouco empenho que a maior parte das comissões promotoras de beneficência e ensino desta cidade têm manifestado em satisfazer um serviço público, gracioso sim, mas que traduz uma expressão louvável e abençoada de beneficência pública[286].

Ainda referente à década de oitenta do século XIX, mostra-se eloquente o «Mapa das Contas da Comissão de Beneficência Escolar de Valadares» enviado pelo administrador do concelho de VNG ao Governador Civil do Porto, indicando-nos os meandros desta ação assistência e educativa e a elite social envolvida, como é o caso de Adelaide Sanches Coimbra e de Ana dos Reis Castro Portugal[287].

[286] *O COMMERCIO DO PORTO*, n.º 96, 1883: 1.

[287] Nasceu cerca de 1824 e morreu em 1895. Foi casada com António dos Santos Nogueira (rico comerciante) e, em segundas núpcias, com António de Almeida Porto Júnior, à época da realização do Mapa, vereador da Câmara Municipal. Era tia-avó do Administrador do concelho, António Joaquim dos Reis Castro Portugal. GOMES, 1996: 17-24.

Quadro 2. Mapa das Contas da Comissão de Beneficência Escolar de Valadares[288] .

1883		*Deve*		Haver
	Produto de uma subscrição beneficente com destino a fazer-se aquisição da mobília necessária para a escola		*Custo de utensílios necessários e mais indispensáveis, na sala da escola, como consta da escrituração da comissão e das contas respetivas*	
	Réis		*Réis*	
	Saldo negativo (abonado pelo tesoureiro)	*38$880*		
	Soma total Rs	*1$450*	*Soma total Rs*	40$330
		40$330		40$330
Agosto a outubro	***Vestuários***		***Vestuários***	
	Benefício recebido do Reverendo Abade da freguesia: 2 peças de cotim de cor escura contendo 28 metros de fazenda.		*7 fatos distribuídos a 7 crianças pobres, para que pudessem frequentar a escola, cujos fatos, consumiram 28 metros de cotim escuro e 26,40 mts de pano cru, saldando-se, deste modo as supraditas ofertas beneficentes, de Manuel da Costa Júnior e Reverendo Abade*	
	Dito recebido de Manuel Moreira da Costa Júnior 1 peça de pano cru para forros dos vestuários das crianças, contendo 26,40 metros			
	Livros		***Livros***	
	Recebidos de D. Adelaide Sanches Coimbra doze Selectas da Escolas de Simões Lopes.		*Distribuiu-se apenas uma Selecta das Escolas, a um aluno pobre, e também duas cadernetas para escreverem, a dois ditos pobres também.*	
	Idem de D. Ana dos Reis Castro Portugal 50 cadernetas caligráficas de Simões Lopes			
	Prémios		***Prémios***	
	Vários livros recebidos de oferentes, objetos de desenho, e uma seleta luxuosamente encadernado (oferta de Simões Lopes)		*Em 2 de setembro de 1883, foram distribuídos alguns prémios pela Comissão, porém constantes de livros e objetos inerentes ao estudo (e nenhum em dinheiro)*	

Fonte: ADP. PT/ADPRT/AC/GCPRT/C/037/1779.

Na década de 1890, a Comissão de Beneficência e Ensino de Avintes, composta por membros do Clube Recreativo[289], deu mostras de grande entusiasmo e dinamismo no incremento da instrução e felicidade das crianças desta localidade, pondo em prática a Festa de Natal com árvore de presentes, a qual tinha por fim distribuir prémios às crianças das escolas públicas e privadas, ricas ou pobres[290].

[288] Adaptado do original, manuscrito assinado pelo presidente da Comissão, Manuel Ribeiro Carneiro Melo.
[289] Manuel Gomes Júnior (vd. dados biográficos em Anexo 6), Francisco Fernandes da Silva Viana, Inocêncio Lopes Gondim (vd. dados biográficos em Anexo 6) e Manuel Rodrigues Coelho.
[290] Vd. Anexo 11.

> *Esperamos que este honrado povo saberá, pela sua alta dignidade, coadjuvar esta incansável e briosa comissão, que o seu único fim é fazer progredir a instrução pública de que os nossos povos tanto necessitam. E para satisfazer umas certas dificuldades para os pais de crianças menos abastadas de fortunas, fazemos-lhes lembrar que elas serão também aceites com os seus pobres andrajos, como as que forem ricamente vestidas; a questão é irem lavadinhas e limpas, porque os trajos pobres também são poéticos*[291].

Osório Gondim distinguiu este evento como a "primeira festa da instrução", uma vez que se pretendia fomentar o gosto pela escola entre as crianças, assim como entre a comunidade educativa[292].

> *A família e a escola, o pai e o professor, o exemplo e o livro, eis os dois fulcros sobre os quais se há de operar o aperfeiçoamento moral e intelectual do homem. A aula debaixo deste ponto de vista é o complemento do lar: no lar opera o exemplo, na escola o ensino; no lar a prática, na escola a teoria. Estes dois elementos auxiliam-se, corrigem-se, e podem até suprir-se mutuamente*[293].

Efetivamente, o incremento da alfabetização poderia encontrar como primeiro obstáculo a vontade dos pais pouco habituados à ideia de uma infância escolarizada. Essa dificuldade está expressa num pedido[294] desta comissão para o seu fundo ao subinspetor do círculo de Gaia, Bento José da Costa, a propósito do legado do proprietário e capitalista, Manuel Francisco Pereira[295], com vista ao melhoramento das escolas de Avintes[296].

Este organismo debatia-se com um programa ambicioso em benefício da instrução e a escassez de meios que permitia o fornecimento de livros às crianças mais pobres, mas

---

[291] *O GRILLO DE GAYA,* 1891: 3.
[292] CF. BAPTISTA; AFONSO, 2020: 14.
[293] GONDIM, 1892: 5-6.
[294] Vd. Anexo 5.4.
[295] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[296] *BREVES APONTAMENTOS ESTATÍSTICOS, 1907*, 1908: 59.

impossibilitava a criação de prémios, uma estratégia considerada como das mais eficazes contra o absentismo.

> *Se os meios aumentassem nós estabeleceríamos um prémio embora pequeno, para cada um dos alunos que fizessem exame de Instrução Primária. Seria isso de grande alcance prático, ensinando a criança a arcar com as dificuldades do estudo e diminuindo a má vontade de muitos pais, (que vergonha é dizê-lo) chegam muitas vezes a estorvar e até a opor-se a que os filhos sejam propostos a exame!*
>
> *Além disso instituiríamos prémios de frequência, de aproveitamento, de bom comportamento, multiplicando-se as recompensas para facilitar os meios de alcance, porque estamos convencidos de que o estímulo para as crianças é tanto maior, quanto maior forem as probabilidades de conseguir um prémio.*
>
> *Mas ainda isto não é tudo. Se os meios abundassem, poderia esta comissão ir mais longe e vestir algumas das crianças mais pobres, que muitas vezes a miséria afasta da escola e a outras obriga a sacrificar a higiene, com manifesto prejuízo para elas e repugnância para os seus professores e condiscípulos.*
>
> *Eis, muito em resumo, traçados os tópicos principais do nosso programa, mas para o poder realizar necessitamos de meios pecuniários*[297]*.*

Por outro lado, a comissão percebia a necessidade de evitar que essas receitas entrassem no Fundo de Instrução, esforçando-se por resgatar estes legados para o seu cofre e causa localista, nalguns casos, provindos de concidadãos residentes no Brasil os quais, aliás, tornaram possível a criação dos primeiros edifícios escolares na localidade, como veremos no capítulo 2.

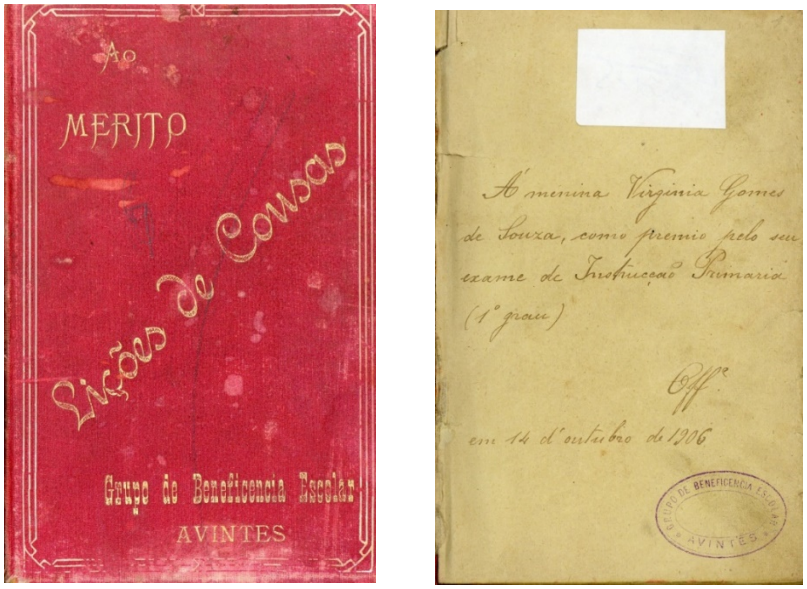
> *É de conhecimento de todos quanto são frequentes entre nós estes honrosos desvelos particulares pela instrução pública; e assim, estão mostrando até estes dois exemplos – ecos longínquos ainda do entusiasmo, que despertou além-mar a nobre iniciativa que em tempos tomou esta freguesia, de se lotar com os*

[297] AJFA. *Livro para copiar a correspondência da junta de paróquia* [1906-1912].

edifícios escolares que possui. Depois, esta aplicação dada nos legados em questão parece-nos que seria o que melhor realizaria a instrução humanitária e ao mesmo tempo patriótica dos doadores, os quais sendo filhos de Avintes quiseram beneficiar a sua terra; e gorando as leis em vigor, nunca decerto supuseram que os seus legados seriam incorporados no fundo geral da Instrução Primária.

A intenção de beneficiar a escola estimulando o ensino, base fundamental do progresso, seria cabalmente preenchido pelos fins desta Comissão e não fazendo reparos materiais no edifício; porque estando a cargo da Câmara Municipal que tem obrigação de os fazer, o despender em obras resultaria em benefícios do cofre municipal, e nunca da terra que foi diretamente contemplada. Além de que, uma vez despendidos os legados em reparos secundários, a memória desses legados desaparecia em pouco tempo, sem deixar de si vestígio algum, ao passo que, incorporadas em fundo de beneficência escolar, ali ficariam sempre de pé, como perpétuo testemunho e padrão do patriotismo avintense [298].

Fig. 11. Livro «Lições de Cousas»/ Prémio do Grupo de Beneficência Escolar.



Fonte: Cortesia de José Vaz.

[298] AJFA. *Livro para copiar a correspondência da Junta de Paróquia* [1906-1912].

A imprensa local ecoava a influência do Regulamento do decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901 (Regulamento de 19 de setembro de 1902) em várias freguesias do concelho. Com efeito, a dinamização de festas de atribuição de prémios escolares irradiou até um maior número de freguesias, através dos braços das Comissões de Beneficência e Ensino, compostas pelo pároco, professor e cinco cidadãos nomeados pela Direção Geral de Instrução Pública, podendo agregar as «damas e cavalheiros de reconhecida autoridade como auxiliares»[299]. É disto exemplo, a comissão de Grijó, por quem a população nutria grande respeito e nela depositava fundadas expetativas no que respeita à assistência escolar, conforme se atesta pelo seguinte relato[300].

> *Revestiu um esplendor desusado a festa escolar nesta freguesia. Ainda não há um ano que a benemérita Comissão de Beneficência promoveu uma distribuição de prémios, e o seu zelo não esfriou, e o seu empenho de fazer bem não esmoreceu. E que zelo e empenho! Não há criança pobre que não encontre sempre aberto o cofre da Comissão de Beneficência para a compra de livros de que necessita; não há empreendimento útil para o desenvolvimento da instrução, a que ela se não associa.*
>
> *Anunciaram-se a festa escolar: e a Comissão de Beneficência logo se pôs em campo, para que essa festa tivesse aqui todo o brilho. E conseguiu-o.* […] *Aos pais de família pediu que tomassem a peito a educação dos filhos, pois que a instrução era por certo a melhor herança que lhes poderiam legar. Mostrou os serviços que a Comissão de Beneficência escolar tem prestado à causa da instrução, e, congratulando-se com o digno professor oficial por haver instituído a «Caixa Económica Escolar», um poderoso auxílio para a Comissão de Beneficência, agradeceu a todas as pessoas presentes a sua comparência àquela festa, fazendo votos para que as alegrias dela fossem duradouras e penhor seguro de felicidade das famílias que ali se encontravam.*

---

[299] *Reforma do Ensino Primário*. Regulamento do Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901, artigo 383.º
[300] *O PORTUCALENSE*, n.º 24, 1906: 2.

As Comissões de Beneficência e Ensino, em 1906, vulgarizam-se em autênticas comissões de festas, organizando eventos sociais ímpares, de transição laica, que quebravam o ritmo das fainas urbanas e campestres para premiar a "criança aluno", assunto de que nos deteremos no capítulo 3.

> *Canidelo, 17 de outubro de 1906*
>
> *Realizou-se, no passado domingo, 14, a festa escolar nesta freguesia, que revestiu um brilho e solenidade para admirar numa aldeia. Podem estar satisfeitos todos os que cooperaram nesta simpática festa de instrução, pois viram plenamente coroados os seus esforços.*
>
> *Damos em seguida uma resumida descrição dos festejos:*
>
> *Pelas 11 horas da manhã, reuniram-se na escola do sexo feminino, que estava linda e artisticamente engalanada, interior e exteriormente, os alunos das duas escolas desta freguesia, organizando-se o cortejo pela ordem seguinte: à frente, as meninas; ao centro, o aluno mais laureado conduzia o soberbo estandarte das escolas, ladeado por duas meninas que seguravam as borlas no mesmo; em seguida, a distinta estudantina de Canidelo; e, a seguir, os meninos que eram acompanhados pelas suas respetivas professoras, as Ex.mas Snr.s D. Tomásia Peixoto da Costa e D. Carolina da Silva, aquela professora do sexo masculino e esta do sexo feminino. Organizado o cortejo, seguiu este até à residência paroquial, entoando o hino das escolas.* […]
>
> *Como mais ninguém tomasse a palavra, principiou a distribuição de prémios, que constava de livros lindamente adornados, diplomas e ainda uns outros prémios que a digna comissão de beneficência distribuiu e que eram bonés aos pequenos e sacas para livros às meninas. Algumas das crianças, ao receberem os prémios, disseram discursos e receberam os prémios, disseram discursos e recitaram lindas poesias adequadas ao ato, salientando-se o menino José Gonçalves Pinto Moreira, que, num primoroso discurso fez vibrar todas as cordas da gratidão, incitando os seus ex-condiscípulos ao estudo e agradecendo à sua professora, D.*

Carolina, os livros por ele obtidos nas duas distinções nos exames do 1.º e 2º grau. Foi delirantemente aplaudido.

Finda a distribuição dos prémios, e depois de encerrada a sessão com o hino escolar, tendo-se retirado todos os convidados, foi distribuído ainda a todas as crianças um saquinho de bombons, também dado a expensas da digníssima Comissão de Beneficência; fora da porta da escola, a Exma. Sra. D. Amália Barbosa de Castro Lima distribuía lindíssimos cromos sobre assuntos religiosos. […]

Durante toda a sessão e trajeto do cortejo, estralejaram girandolas de foguetes. Pode o povo canidelense estar contente com a sua festa e bem assim todos os que nela cooperam[301].

Nos primeiros anos da República, a Associação de Beneficência Escolar «Conselheiro Fonseca», de Vilar de Paraíso, era dirigida pelo professor e maçom Alfredo Moreira[302], que procurava distribuir pelas crianças mais necessitadas fatos, material escolar, além de prémios aos alunos que realizassem o exame[303], chegou a concretizar esse feito em imponentes festas escolares, como a de 1914, que contou com a participação do Batalhão Infantil, do Orfeão e que incluiu um cortejo de carros alegóricos aplaudido por uma imensa multidão[304].

Fica patente que em resposta a diretrizes centrais, as localidades organizaram-se, tendo as elites, as autoridades locais e os profissionais de ensino congregado esforços para o incentivo da frequência escolar, através, essencialmente, do fornecimento de agasalhos e material escolar e, paulatinamente, através de alimentos, com a criação de cantinas. Esta assistência era efetivamente necessária dada a extrema pobreza das classes populares, que se debatiam com o essencial para a sua subsistência. Os

[301] *O PORTUCALENSE*, n.º 24, 1906: 2.Vd. transcrição total em Anexo 55.
[302] Vd. Anexo 13.
[303] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 13, 1914: 1.
[304] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 13, 1914: 1.

contemporâneos bem perceberam que as condições económicas e sociais poderiam representar um obstáculo à igualdade no acesso à instrução:

É preciso proteger as criancinhas que sofrem desse terrível ferrete da desigualdade social, enxugando-lhes as lágrimas com o cendal da alegria, pondo-as ao abrigo das intempéries do mundo [...] *É preciso iluminar-lhes o espírito com o facho refulgente da instrução, lapidar-lhes os seus tenros corações com uma sã educação moral – prepará-las para a vida. E não se pode exigir que uma criança frequente a escola, quando a sociedade lhe não garante os mais sagrados direitos da existência*[305].

1.2.3. Prémios escolares

Os prémios escolares seguem a genealogia legislativa das Comissões de Beneficência. São mencionados na Carta de Lei de 10 de maio de 1880, que revoga a lei da Reforma do Ensino Primário de 1878, a qual previa que o Orçamento Geral do Estado fosse consignada, anualmente, uma verba para subsidiar as juntas de paróquia na organização do fundo escolar, as Câmaras Municipais no pagamento dos vencimentos dos professores e ajudantes das escolas primárias, assim como para apoiar a criação de escolas noturnas, dominicais e asilos de educação. Ao abrigo da mesma lei, seria ainda reservada uma verba para auxiliar a iniciativa particular e as associações relativamente ao estabelecimento de jardins-de-infância, cursos de adultos, bibliotecas, escolas de desenho e outras instituições, que tivessem por fim o desenvolvimento da instrução popular e, ainda, pensões aos alunos pobres distintos pelo seu empenho e aproveitamento. Por último, refere-se, também, prémios em dinheiro ou em livros aos melhores alunos das escolas primárias e aos professores primários que mostrassem zelo e aptidão excecionais no desempenho das suas funções[306].

Reflexo direto destas diretrizes e na onda das comemorações do tricentenário da morte de Camões, vulto nacional apropriado como símbolo de um país glorioso, tiveram lugar um conjunto de manifestações cívicas, algumas com extensões educativas, de que é

[305] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 15, 1914: 2-3.
[306] *CARTA DE LEI da Direção Geral da Instrução Pública*, 11 de junho de 1880.

exemplo «Prémio Luís de Camões» criado pelo Clube de Gaia, em 1880[307]. Consistia na entrega de 20.000 réis em moeda de ouro ao aluno ou aluna das escolas deste concelho e de um exemplar d' *O*s *Lusíadas*, ao aluno/a que melhor classificação alcançasse no exame de Instrução Primária feito no Liceu Nacional da cidade do Porto. Em igualdade de circunstâncias, o prémio era atribuído à aluna, ao mais novo, ao natural do concelho, e, se a igualdade subsistisse, a sorte decidiria[308]. Juntamente com o prémio pecuniário, entregue em sessão solene, eram também ofertados um diploma e um exemplar d' *Os Lusíadas* como supramencionado. No mesmo ato, seria entregue ao professor um diploma de louvor, «como prémio e aplauso à sua missão de educador»[309]. Esta honra passaria a ser sempre entregue em festa pública «como pretexto de propaganda popular e como incentivo aos estudiosos e correção àqueles que o não foram»[310]. Para esse efeito, os professores deveriam atestar os requisitos necessários à candidatura, nomeadamente Certidões de Nascimento e Certificados do Liceu Central do Porto da elaboração do exame[311].

Ao que podemos constatar, através das fontes hemerográficas e documentais, os alunos candidatos foram sempre na sua maioria provenientes da sede do concelho – Santa Marinha e Mafamude, o que se poderá explicar, pelo isolamento geográfico-cultural da maioria das freguesias.

O mesmo clube criou, em 1883, o prémio «Soares dos Reis» para ser entregue ao aluno mais distinto da Escola de Desenho e Modelação da Fábrica das Devesas mas, ao que constatamos, foi de duração efémera. Pois, enquanto que existe documentação respeitante ao prémio «Luís de Camões» até há década de 50[312] do século XX, as referências ao prémio «Soares dos Reis» referem-se, apenas, ao ano de instituição.

---

[307] No mesmo ano, o jornal *O Commercio do Porto* institui também um prémio homónimo, tendo a Câmara Municipal aceitado o encargo de proceder à sua distribuição (n.º 175: 2).
[308] Vd. Apêndice 5.
[309] *CLUB*, 1927: 2.
[310] *CLUB*, 1927: 2.
[311] Vd. Apêndice 6.
[312] De acordo com a documentação consultada na Biblioteca Municipal de VNG, referente ao Clube de Gaia.

A Câmara Municipal de Gaia foi, nas palavras de António Simões Lopes, inspetor da circunscrição escolar em cerimónia de entrega de prémios municipais, «uma das coletividades que melhor tem compreendido quais os deveres impostos aos municípios pelas novas leis da instrução»[313]. Nesse evento, em que os alunos premiados, Casimiro de Almeida Dias e Rosa de Sousa Bandeira, receberam um exemplar da obra *Descrição de Villa Nova de Gaya* e 6$000 réis, cada um, o vereador Mota e Silva evocou o impacto positivo do "Prémio Luís de Camões" a avaliar pelo crescente número de candidatos a exames feitos no Liceu Central:

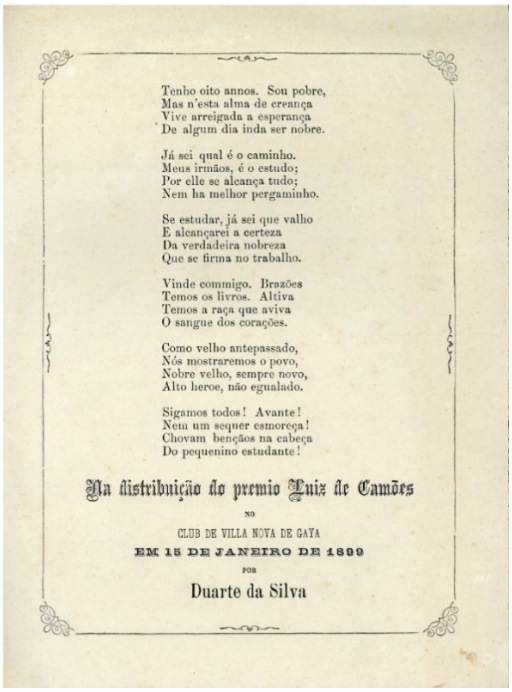
> […] *Depois que uns poucos de cavalheiros fundaram o Club de Vila Nova de Gaia e criaram o prémio «Luís de Camões» para o aluno que melhor classificação alcançasse nos exames feitos no Liceu Central, se via que o professorado tinha disputado aquele prémio, concorrendo com os seus alunos aos exames e vendo-se de ano para ano aumentar o seu número, o que não acontecia anteriormente à criação daquele prémio*[314].

O regulamento do Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901 (Reforma do Ensino Primário), entre o seu 53.º e 58.º artigos, detalha esta questão da atribuição dos prémios concedidos pela assiduidade, comportamento, aplicação e aproveitamento, os quais consistiam em louvores públicos, inscrição em Quadro de Honra, oferta de livros e estampas[315].

---

[313] *O COMMERCIO DO PORTO*, n.º 259, 1883: 1.
[314] *O COMMERCIO DO PORTO*, n.º 259, 1883: 1.
[315] *Reforma do Ensino Primário*. Regulamento do Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901.

Fig. 12. Poema do aluno Duarte Silva na distribuição do "Prémio Luiz de Camões", em 1899.



Tenho oito annos. Sou pobre,
Mas n'esta alma de creança
Vive arreigada a esperança
De algum dia inda ser nobre.

Já sei qual é o caminho.
Meus irmãos, é o estudo;
Por elle se alcança tudo;
Nem ha melhor pergaminho.

Se estudar, já sei que valho
E alcançarei a certeza
Da verdadeira nobreza
Que se firma no trabalho.

Vinde commigo. Brazões
Temos os livros. Altiva
Temos a raça que aviva
O sangue dos corações.

Como velho antepassado,
Nós mostraremos o povo,
Nobre velho, sempre novo,
Alto heroe, não egualado.

Sigamos todos! Avante!
Nem um sequer esmoreça!
Chovam bençãos na cabeça
Do pequenino estudante!

Na distribuição do premio Luiz de Camões
NO
CLUB DE VILLA NOVA DE GAYA
EM 15 DE JANEIRO DE 1899
POR
Duarte da Silva

Fonte: BPMVNG. *DA DISTRIBUIÇÃO DO PREMIO*, 1889

Fig. 13. Anúncio relativo ao Prémio Luís de Camões.



Club de Villa Nova de Gaya

PREMIO LUIZ DE CAMÕES

Nos termos do art. 28.º dos nossos estatutos, convidamos todos os concorrentes que se julgarem habilitados ao premio Luiz de Camões nos annos de 1904, 1904, 1905 e 1906 a apresentarem até ao dia 15 de novembro do corrente anno até ás 5 horas da tarde, na secretaria d'este Club, os seguintes documentos:

1.º Certidão de edade inferior a 14 annos.
2.º Certidão de exame de instrucção primaria, 2.º grau.
3.º Attestado jurado do seu professor no qual se affirme ter o alumno ou alumna frequentado a sua aula de instrucção primaria de 2.º grau durante os doze ultimos mezes anteriores ao exame.

Villa Nova de Gaya e secretaria do Club, 13 de outubro de 1907.

O secretario da commissão administrativa,

Luiz Guedes.

Fonte: *O PORTUCALENSE*, n.º 23, 1907: 3.

Também da década de oitenta do século XIX, foi criado o "Prémio Visconde das Devesas", através do legado de António Joaquim Borges de Castro, em testamento datado de 1884. Consistia em 3.000$000 réis nominais de inscrições, para os juros serem distribuídos, anualmente, pela Câmara Municipal[316], a seis alunos das escolas públicas de Santa Marinha e de Mafamude que mais se distinguissem nos seus respetivos exames: um de 15 mil réis e outro de 10 para os alunos do sexo masculino, e mais dois de igual quantia, para os alunos do sexo feminino do primeiro grau; um de 25 mil réis e outro de 15 mil réis para ambos os sexos do 2.º grau[317]. Também Caetano Pinho da

[316] AHP. https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/059/1887-06-20.
[317] O Visconde das Devesas, António Joaquim Borges de Castro, faleceu em 1885. A referência mais antiga que apuramos, até agora, referente a sessões solenes de entrega deste prémio a um aluno de Mafamude, data de 1889. *Apud* COSTA; MOREIRA, 2001: 438. Vd. Excerto de testamento em Anexo 12; Vd. síntese biográfica em Anexo 6.

Silva[318] instituiu dois prémios escolares, aplicáveis aos alunos de Santa Marinha que melhores provas de aproveitamento demonstrassem, sendo que no caso das meninas, se relevariam os trabalhos de costura e bordados[319].

Fig. 14. Diploma de Mérito conferido pela Câmara Municipal.



Fonte: BPMVNG. *DIPLOMA*, s.d.

No lugar da Bandeira, encontrava-se uma escola privada mista gratuita[320] cujas despesas eram patrocinadas por uma figura singular, miguelista, de seu nome José Maria Xavier de Lacerda Lobato de Abreu de Lima[321], proprietário da Quinta de Cabo-Mor, que à morte da irmã, Dona Maria Emília, é deixada aos Jesuítas. Instituiu prémios para os melhores alunos[322] e, frequentemente, estimulava-os com pequenas gratificações, entre elas, merenda na Ribeira do Porto, composta de fruta e pão de Valongo[323].

---

[318] Vd. dados biográficos em Anexo 6.

[319][…] *Deixo à Junta de Paróquia de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia a quantia de dois contos e quinhentos mil réis, para o seu rendimento ser anualmente aplicado na compra de livros e vestuário para alunos pobres de ambos os sexos das escolas oficiais da referida freguesia, e a dois prémios de dez mil réis cada um, para serem conferidos, um ao aluno que der melhores provas de aproveitamento no seu estudo, e outro à aluna que mais se distinguir no seu estudo, especialmente em prendas próprias do seu sexo, como são trabalhos de costura e bordados, devendo em igualdade de circunstâncias ser preferido o aluno ou aluna natural da referida freguesia*. ADSCC. *Testamento de Caetano Pinho da Silva*, 1907, f. 33v.

[320] Já nos referimos a esta escola em BAPTISTA, 2016.

[321] Uma das professoras desta escola, Tomásia Tenciana de Brito Lima Berredo, fez longa carreira ao nível do ensino primário em escolas e colégios privados do Porto e Gaia, como se depreende por uma candidatura espontânea de emprego para o cargo de regente, que endereçou às Creches de Santa Marinha, em 1895. ADCSM. *TOMÁSIA TENCIANA*.

[322] IGNÓTUS, 1981, n.º11: 54.

[323] BRANCO, 1950a: 36.

Fig. 15. Edifício onde se encontrava instalada a Escola das "Estafinhas", atual Rua Marquês Sá da Bandeira.



Fonte: Foto da autora.

O seu encerramento, em finais do século XIX, fez temer que se abrisse caminho ao Protestantismo, doutrinado na Escola do Torne[324], conforme atesta a imprensa da época[325], onde o seu fundador e diretor, Diogo Cassels, distribuía medalhas, diplomas e livros aos alunos aprovados em exames públicos e aos alunos que mais se distinguissem pelo comportamento e aproveitamento[326], não descurando o reconhecimento do trabalho dos professores.

> *Escola do Torne*
>
> *Cerimónia de entrega de prémios aos alunos distintos*
>
> [...] *Procedeu-se em seguida à distribuição dos prémios, que constavam de medalhas de prata e diferentes livros escolares, sendo além disso contempladas*

[324] Sobre o impacto da ação educativa evangélica em VNG vd. AFONSO, 2001: 415-434.
[325] *Apud* COSTA, 2013: 44.
[326] AFONSO; LACERDA, 1995: 216. Sobre as festas educativas da Escola do Torne e os prémios escolares atribuídos vd. AFONSO; SILVA, 2015; AFONSO; SILVA, 2019: 40-41.

as Ex.as Sr.as D. Maria Amália da Silva e D. Maria da Conceição Mendes, com um broche de ouro [327].

O ato de premiar os melhores alunos como exemplo e incentivo à frequência e ao empenho escolar institui-se como "obrigatório" quer nas escolas privadas, quer nas oficiais, até aos dias de hoje, variando em género e valor, de acordo com o cabimento financeiro das escolas e da benemerência local mas, também, do envolvimento dos atores educativos dos contextos específicos.

No Quadro 3, indicamos os prémios escolares instituídos em VNG, verificando-se que, à exceção do Prémio Ricardo Malheiros, de incidência nacional, o alvo geográfico das gratificações instituídas coincide com a naturalidade dos instituintes. Por outro lado, observa-se que objetivam premiar a excelência e minimizar as desigualdades e, ao mesmo tempo, contribuir para a instrução e educação das suas gentes, sendo que, em certos casos, são mesmo antigos alunos a instituírem prémios nas suas antigas escolas, dando continuidade a uma espécie de corrente local socioeducativa.

[327] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 127, 1898: 2. Exemplo de cerimónia muito similar encontra-se em *EGREJA LUSITANA APOSTÓLICA EVANGELICA*, n.º 118, 1903: 2.

Quadro 3. Prémios Escolares em VNG, entre 1880 e 1930

Data	Designação do Prémios	Instituinte	Tipologia	Destinatário	Local
1869	_____	Luís Benedito Castro Pamplona, conde de Resende[328]	Prémios	Alunos da escola de Canelas	Canelas
1880	*Prémio Luís de Camões*[329]	Clube de Gaia	20 mil réis	Aluno com melhor classificação no exame de Instrução Primária	VNG
1883	*Prémio Soares dos Reis*[330]	Clube de Gaia	_____	_____	VNG
1883	*Conselheiro Fonseca*	António Manuel da Fonseca[331]	10 mil réis	Os 2 alunos que mais se distinguirem	Vilar do Paraíso
1885	*Visconde das Devesas*	António Joaquim Borges de Castro	3.000$0000 réis nominais de inscrições	Alunos das escolas públicas que mais se distinguissem nos exames	Santa Marinha, Mafamude
1889	*Manuel da Rocha Romariz*[332]	António da Rocha Romariz[333]	20$000 réis; 10$000 réis	Melhores alunos da escola do Torne que mais se distinguissem na instrução Secundária e Primária	Santa Marinha, Mafamude
1889	_____	Colégio do Sardão[334]	_____	Distinção das alunas mais aplicadas e melhor comportadas	Oliveira do Douro

[328] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[329] *CLUB,* 1927: 4.
[330] *CLUB,* 1927: 4.
[331] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[332] António da Rocha Romariz, em memória de seu pai (Manuel da Rocha Romariz), instituiu, em 1899, dois prémios para os alunos deste estabelecimento de ensino que mais se distinguissem na instrução secundária (20$000 réis) e primária (10$000). AFONSO, 2001: 428.
[333] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[334] *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 5, 1889: 2.

>1892	————	João Manuel Gonçalves[335]	————	————	Avintes
1897	————	Cooperativa Oliveirense Augusto Fushini[336]	3 prémios	Aos alunos mais aplicados do curso noturno	Oliveira do Douro
1907	*Caetano Pinho da Silva*	Caetano Pinho da Silva[337]	2 contos e 500 mil réis (livros e vestuário; 2 prémio de 10000 réis)	Alunos pobres; aluno de melhor aproveitamento, aluna distinta pelas capacidades de costura e bordados	Santa Marinha
1907	————	Centro Democrático Guilherme Braga[338]	«Livros de educação»	Aos 10 alunos mais aplicados.	Santa Marinha
1909	*Prémio Dr. Alfredo Guimarães*[339]	Centro António José d'Almeida	————	Alunos distintos da escola móvel da AJD	Grijó
1909	*Prémio padre Guimarães*[340]	Centro António José d'Almeida	————	Alunos distintos da escola móvel da AJD	Grijó
1914	————	António Teixeira Pinto[341]	5$00 anuais	Aluno «que sendo analfabeto, mais aproveitamento e assiduidade demonstrar durante os sete meses em que funciona o curso».	Vilar do Paraíso
1918	*Grades Verdes A-E*[342]	António e Elvira Vale	Diploma, medalhas de cobre, prata, prata dourada	Alunas distintas da Escola Grades Verdes	Arcozelo

[335] GONDIM, 1892b.
[336] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 122, 1897: 2.
[337] ASCR. *Testamento de Caetano Pinho da Silva*, 1907: f. 33v.
[338] *PORTUCALENSE*, n.º 14, 1907: 1.
[339] *A DEFESA*, n.º 72, 1909, n.º 72: 1-2.
[340] *A DEFESA*, n.º 72, 1909, n.º 72: 1-2.
[341] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 11, 1914: 1.
[342] Vd. Anexo 5.1.

1920	_____	Colónia Agrícola Ferreira Lapa[343]	Valor mensal inferior a 50 centavos	Alunos distintos por comportamento e aproveitamento	Pedroso
	Diogo e D. Isabel Cassels[344]	Câmara Municipal de Gaia	200$00	Alunos das Escolas do Torne e Prado aprovados em exames de 2.º grau	Santa Marinha, Mafamude
1923	*Diogo e D. Isabel Cassels*[345]	"Um grupo de seus amigos"	Dinheiro	Alunos das Escolas do Torne e Prado aprovados em exames de 2.º grau	Santa Marinha, Mafamude
	Alunos da Escola do Torne[346]	Professoras e alunos	Dinheiro	Alunos das Escolas do Torne e Prado	Santa Marinha, Mafamude
	Horace Arnesby[347]	Empregados da Casa Sandeman	40$00	Alunos das Escolas do Torne e Prado	Santa Marinha, Mafamude
	Leopoldina Rosa da Conceição[348]	J. P. da Conceição e Branca Isabel de Sousa Freitas	20$00	_____	Santa Marinha, Mafamude
	Prémio Comemorativo[349]	Anónima	20$00	Aluno mais distinto em Francês	Santa Marinha, Mafamude
	Escola do Torne[350]	José Pereira Nunes	Um fato	Aluno mais pobre	Santa Marinha, Mafamude
1928	*Joaquim Francisco de Azevedo*	José Maria Simões[351]	Duas inscrições de assentamento de 1000$00 cada	À Escola Passos Manuel, para ser entregue ao aluno distinto desta escola, natural de Mafamude	Mafamude

[343] Quando um aluno, pelo seu progresso no estudo ou no comportamento, obtivesse num mês um número de valores superior a 50, a circunstância equivaleria a registo de distinção. A importância dos valores era remetida à Secretaria da Junta Geral, para ser creditada aos alunos e em nome dos mesmos depositada na Caixa Económica, constituindo poupança que lhes seria entregue na maioridade. *REGULAMENTO DA COLÓNIA,* 1920: 43-4.
[344] *O COMÉRCIO DE GAIA,* 1934, n.º 156: 1; *COMÉRCIO DE GAIA*, 1936, n.º 307: 4.
[345] *O COMÉRCIO DE GAIA,* 1934, n.º 156: 1; *COMÉRCIO DE GAIA*, 1936, n.º 307: 4.
[346] *O COMÉRCIO DE GAIA,* 1934, n.º 156: 1; *COMÉRCIO DE GAIA*, 1936, n.º 307: 4.
[347] *O COMÉRCIO DE GAIA,* 1934, n.º 156: 1.
[348] *O COMÉRCIO DE GAIA,* 1934, n.º 156: 1.
[349] *O COMÉRCIO DE GAIA,* 1934, n.º 156: 1.
[350] *O COMÉRCIO DE GAIA,* 1934, n.º 156: 1.
[351] *A LUZ DO OPERÁRIO,* 1928, n.º 284: 1.

1928	_____	Junta de Freguesia de Mafamude[352]	Prémio anual de 50$00	Melhor aluno da Escola Industrial Passos Manuel, residente em Mafamude	Mafamude
1930	_____	Gregório Rodrigues Pinto[353]	Prémio anual	Ao aluno mais novo com melhor classificação no exame da 4.ª classe	Perosinho
1931	_____	Joaquim dos Santos Guimarães[354]	Prémios pecuniários	Melhor aproveitamento	Vilar de Andorinho [355]
1932	_____	_____	30 obrigações da Câmara, no valor nominal de 100$00 cada, destinadas à criação de um fundo escolar[356]	Alunos das escolas de Arcozelo	Arcozelo
	Ricardo Malheiros	Ricardo Malheiros[357]	200 obrigações de empréstimo e consolidação de 6,5%, no valor nominal de 500 escudos cada[358]	Melhores trabalhos literários	Portugal

Fonte: Elaboração da autora com base na documentação referenciada.

[352] *A LUZ DO OPERÁRIO,* 1928, n.º 284: 1.
[353] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[354] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[355] COSTA, 2018: 204.
[356] AMSMB/CMVNG. 316111.
[357] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[358] AMSMB/CMVNG. 316111.

1.2.4. "Brasileiros", brasileiros e outros beneméritos

As medidas legislativas tardaram em fazer aumentar a frequência e a assiduidade escolares, em Portugal. Segundo Margarida Felgueiras, os contemporâneos justificavam esta dificuldade em acompanhar o movimento de escolarização dos principais países europeus, apontando mentalidades e algumas causas conjunturais, como a relutância do povo à instrução, ao desajustamento dos programas, à coeducação, ao pagamento intermitente dos salários dos professores, ao pauperismo e à necessidade do trabalho infantil, entre outros[359]. É, portanto, no contexto de uma construção retórica do sistema escolar, da falta de recursos centrais e locais, bem como da ausência de meios e da desconfiança das camadas populares em relação à educação escolar, que se inscreve a ação dos "brasileiros"[360] e de outros filantropos, os quais vêm juntar, à tradicional caridade, preocupações com a proteção da infância e com a disciplina social, induzindo à criação de mecanismos de resposta aos problemas associados à educação popular.

Antes de mais, convém aqui definir a designação de "brasileiro" que, segundo Jorge Alves, se vulgarizou no decorrer do século XIX para designar o emigrante regressado do Brasil.

> […] *Correspondia na mentalidade coletiva à etapa final de um percurso migratório sonhado, ao fecho do ciclo com o regresso do "filho da terra", que surgia com traços de uma cultura distante e economias poupadas ao longo de uma vida geralmente dedicada ao comércio*[361].

Luís Alberto Alves refere que estes "brasileiros" vão participar caridosamente em iniciativas de caráter religioso e assistencial e protagonizar uma nova área da beneficência, desenvolvida a partir de meados do século XIX, para a qual se vão canalizar verbas significativas – a educação e, embora surjam investimentos pelos diferentes graus de ensino, é, sobretudo, o ensino primário que vai merecer a atenção destes filantropos[362].

---

[359] FELGUEIRAS, 2004: 269.
[360] FELGUEIRAS, 2004: 270.
[361] ALVES, 2013: 9.
[362] ALVES, 2000b: 4-5.

VNG foi palco da benemerência educativa desses emigrantes retornados a diferentes freguesias[363], mas também de outros que, embora naturais do Brasil, se sentiam ligados às terras de origem familiares e, através de testamentos ou respondendo positivamente aos apelos dos conterrâneos, contribuíram para construções/melhoramentos de escolas e do sistema educativo local. Por outro lado, a alta burguesia gaiense tinha negócios lucrativos intercontinentais, entre eles, com o Brasil, que legitimava a criação de capital disponível para o mecenato educativo. Como "brasileiros", podemos apontar António Domingues Teixeira do Vale[364], João Francisco da Silva Guetim[365], Joaquim Fernandes de Oliveira Mendes[366], Joaquim de Oliveira de Lopes[367], Joaquim dos Santos Guimarães[368], Manuel Gomes Júnior[369], Manuel Lopes da Costa Soares[370], Manuel Marques Gomes[371] e Salvador Brandão[372]. Por seu turno, Francisco Marques Rodrigues Júnior[373] e Isidoro Marques Rodrigues[374], sendo naturais do Brasil, contribuíram significativamente para a educação popular em Avintes, localidade onde a família tinha propriedades. Por último, nomeamos um grupo de filantropos que inclui aqueles que, laborando no Brasil, não regressaram à terra natal e outros, negociantes e capitalistas, com negócios nesse país irmão, uns e outros instituidores de prémios ou legatários de verbas para melhoramento das escolas paroquiais, de que são exemplo, António Manuel da Fonseca, António da Rocha Romariz[375], Caetano Pinho da Silva (já mencionado), José Caetano Pereira dos Santos[376], Manuel Francisco Pereira[377] e Manuel Pinto Mourão[378].

[363] Sobre o assunto vd. CIRNE, 2007: 343-356.
[364] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[365] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[366] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[367] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[368] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[369] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[370] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[371] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[372] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[373] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[374] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[375] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[376] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[377] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[378] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.

Quadro 4. Filantropia educativa em VNG, entre 1880 e 1930.

Benemérito	Estabelecimento/ Investimento Educativo	Local de incidência
Adelino Gonçalves Gomes	Escola Democrática; Escola do Magarão	Avintes
António Alves Moreira[379]	Manutenção de uma escola	Avintes
António Coelho Moreira e Isabel Mullier de Mesquita[380]	Doação do edifício da Escola Feminina	Valadares
António Domingues Teixeira do Vale/Elvira do Vale[381]	Deixa em testamento sustento para a Escola das Grades Verdes.	Arcozelo
António Joaquim Borges de Castro, visconde das Devesas	Instituinte de Prémio; doação de terreno para a construção de escola primária	Santa Marinha
António Manuel da Fonseca	1.ª escola primária; instituinte de prémios	Vilar de Paraíso
António Pais da Silva[382]	Escola primária	Sandim
António Pimenta da Fonseca[383]	Escola primária em Painçais	Lever
António Pinto da Fonseca[384]	Constrói edifício escolar que doa ao Estado	Gulpilhares
António da Rocha Romariz	Instituinte de prémios escolares	Mafamude
António Taveira	Fundador da ACSM; oferta de leite para a mesma associação	Santa Marinha
Caetano Pinho da Silva	Instituinte de prémio escolar	Santa Marinha
Gregório Rodrigues Pinto	Instituinte de prémio escolar	Perosinho
Inocêncio Osório Lopes Gondim	Propagandista da instrução; membro interventivo da Comissão de Beneficência Escolar (presidente)	Avintes

[379] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[380] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[381] Vd. Dados biográficos em Anexo 6 (Elvira Vale).
[382] COSTA, 2010: 56.
[383] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[384] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.

Isidoro Marques Rodrigues	Escola de Cabanões	Avintes
Fernandes de Oliveira	Gratuitidade das instalações da escola móvel oficial da Serra do Pilar	Santa Marinha
Francisco Cardoso Valente Sobrinho	Gratuitidade (2 anos) de um prédio onde se instalou a escola mista de Arnelas	Olival
Francisco Marques Rodrigues Júnior	Aula Gratuita; escola de Cabanões; escola Manuel da Costa Soares, aulas de Francês; escola do Palheirinho	Avintes
João Manuel Gonçalves	Escola do Palheirinho; prémios escolares (estímulo da educação feminina)	Avintes
José Maria Xavier Lobato de Lacerda de Abreu e Lima	Sustento da "Escola das Estafinhas", que inclui recompensas para os alunos	Mafamude
José Monteiro de Castro Portugal[385]	Legado para construção de escola em Valadares	
José Mariani[386]	Benemérito da escola do Prado	Santa Marinha
José Pinto Mourão[387]	Oferece quantia para construção de escola e lega outra, por disposição testamentária, para aquisição de mobiliário escolar para a escola Pinto Mourão	Mafamude
João Francisco da Silva Guetim[388]	Escola de Guetim	Guetim
João Rodrigues Valente Perfeito	Mecenas da instrução popular na sede do concelho, dando forte contributo para a construção de várias escolas; fundador da Associação de Creches de Santa Marinha	Santa Marinha
Joaquim Fernandes de Oliveira Mendes[389]	Custeou o edifício da creche da Afurada	Santa Marinha
Joaquim de Oliveira Lopes[390]	Escola da Aldeia Nova	Avintes

[385] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[386] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[387] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[388] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[389] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[390] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.

Joaquim Pereira dos Santos	Doador de mobiliário e material escolar para a escola mista da Afurada	Santa Marinha
Joaquim dos Santos Guimarães	Ofereceu quantia para a compra de livros e material escolar para as crianças pobres; doou ao Estado a sua residência para instalação de uma escola	Vilar de Andorinho
Joaquim Teixeira de Castro, visconde de Arcozelo	Escola de Arcozelo	Arcozelo
José Caetano Pereira dos Santos	Escolas de Avintes	Avintes
José Maria Simões	Criador de diversos prémios escolares	Mafamude
Luís Benedito Castro Pamplona	Escola de Instrução Primária para os dois sexos; instituiu prémios escolares	Canelas
Manuel Alves de Araújo Lima[391]	Escola feminina (instalações gratuitas por período determinado)	Avintes
Manuel Alves Pinto	Escola em Aldeia Nova (instalações e sustento da escola)	Avintes
Manuel Lopes da Costa Soares	Escola Costa Soares para educação de meninas órfãs	Avintes
Manuel Francisco Pereira	Escolas de Avintes (melhoramentos)	Avintes
Manuel Gomes Júnior	Escolas de Cabanões e Palheirinho	Avintes
Manuel Marques Gomes	Escola primária	Canidelo
Manuel Moreira Barros[392]	Instalador do Colégio Nossa Senhora da Bonança	Mafamude
Manuel Pinto Mourão	Legado para construção de escola	Mafamude
Manuel de Oliveira Casanova	Doador de mobília para escola mista	Pedroso

[391] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[392] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.

Maria Rosa de Barros Costa Bastos[393]	Lega terreno com escola e habitação para professores, além de títulos para sustentação da mesma	Oliveira do Douro
Maria de Sousa Carvalho	Cedeu gratuitamente uma casa para funcionamento da escola feminina	Pedroso
Proprietários de fábricas de Cerâmica de VNG	Espaço e despesas de funcionamento da Escola de Desenho e Modelação Passos Manuel	Santa Marinha
Tomé Monteiro dos Santos Nogueira	Doador do terreno para escola de Valadares	Valadares

Fonte: Elaboração da autora com base na documentação referenciada.

1.2.5. Influência da Maçonaria na educação na viragem para o século XX

> *O espírito da Maçonaria é essencialmente o espírito da liberdade e da fraternidade; é o espírito da libertação mental; é o espírito do progresso e da solidariedade.*
>
> *As suas bases são a ciência e a beneficência em todas as suas manifestações, e o seu trabalho consiste em encaminhar a ciência a servir à felicidade humana* […][394].

Estas linhas centrais que Borges Grainha aponta para a Maçonaria, nos inícios da República, atestam a convicção iluminista na importância da solidariedade e do conhecimento para a felicidade universal, patamar inalcançável sem instrução e sem educação. Com efeito, a caridade é um dos deveres e uma das virtudes maçónicas[395] e a educação popular um dos seus objetivos no processo de construção de uma sociedade educada, interventiva, consciente e satisfeita física e espiritualmente.

> *Desde a Academia das Ciências de Lisboa, com a sua elite intelectual e científica, até às escolas primárias do tipo Conde Ferreira, a Maçonaria deixou marcas*

[393] Vd. Dados biográficos em Anexo 6.
[394] GRAINHA, 1913: 212.
[395] MARQUES, 1986: 271.

profundas, seja pelos métodos de avaliação, experimentação ou coeducação, no caso da Escola Oficina n.º 1, seja pelo carácter inovador e social, caso da Marquês de Pombal em Lisboa ou da Vasco da Gama no Porto, ou meramente filantrópico, sendo disso exemplo o Vintém das Escolas[396].

Alguns estudos vêm comprovando que esta organização se encontrava na vanguarda das questões sociais e que teve um papel relevante na educação popular, fosse sob o impulso e/ou investimento continuado das suas Lojas ou, através da ação individual dos obreiros no âmbito da sua área profissional ou em instituições diversas[397]. Assim, os seus membros apoiaram a infância, de forma direta ou indireta, intervindo através dos poderes governativos ou por via da iniciativa particular, influenciando a criação e o sustento de instituições de assistência e educativas[398], de reconhecido vanguardismo, patente na qualidade pedagógica-científica dos métodos utilizados, das matérias ministradas e no permanente laicismo[399].

Com o objetivo de promover a Instrução Primária entre as classes operárias, a Maçonaria funda, em 1857, o Grémio Popular que veio a criar, ao longo dos anos, cursos diurnos e noturnos para crianças e adultos de Instrução Primária, de Línguas, de sistema métrico decimal, de gramática portuguesa, de aritmética, de geometria, de geografia e de música, entre outras atividades pedagógicas, em que colaboraram António Feliciano de Castilho, Feliciano Ferreira da Costa, Costa Goodolfim, entre outros[400].

Ainda na década de setenta de Oitocentos, através da lei maçónica de 31 de dezembro de 1872, com vista à promoção da instrução, a Maçonaria estabelece prémios para os professores primários que conseguissem maior percentagem de aprovações e para os alunos de melhor aproveitamento, que mais tarde vêm a ser efetivados, de acordo com a disponibilidade financeira da organização[401]. A mesma lei vem a dar origem à criação

---

[396] LOPES, 2007: 34.
[397] SANTOS, 2014; SANTOS, 2011.
[398] GRAINHA, 1913: 198-199.
[399] MARQUES, 1986: 505.
[400] Em 1920, a ação do Grémio reduzia-se a uma escola primária oficial. Em 1939, foi forçado a alterar a sua designação para Associação Popular de Instrução e Assistência Silva e Albuquerque. MARQUES, 1986: 711-12.
[401] MARQUES, 1986: 1154.

de bibliotecas populares, fruto da angariação de livros entre as Lojas e os obreiros. Aliás, segundo Oliveira Marques, todas as escolas criadas ou mantidas pela Maçonaria tinham bibliotecas da melhor qualidade[402]. Não deixa também de ser interessante verificar que, dois anos depois, o maçom António Rodrigues Sampaio, enquanto ministro tem, como umas das suas principais preocupações, a instrução[403], de que a criação das Comissões de Beneficência e Ensino é exemplo.

Em 1883, a *Grande Loja dos Maçons Antigos, Livres e Aceites de Portugal*, funda o Asilo e Escola Filipa de Vilhena para meninas, corroborando a preocupação pela proteção e educação de crianças do sexo feminino em situação de vulnerabilidade social.

Em 1889, cria o Asilo-Escola António Feliciano de Castilho para crianças cegas de ambos os sexos[404]. No mesmo ano, a Maçonaria funda a Academia de Estudos Livres «com o objetivo de difundir a instrução numa forma a que hoje chamaríamos de "educação permanente»[405]. Segundo Marques, «a primazia da ideia de fundar na cidade do Porto uma Universidade Livre coube a Pires de Lima»[406]. Como pudemos constatar, um dos seus dedicados organizadores é Tristão Pais de Figueiredo, obreiro da Loja *Fraternidade Universal*, de VNG[407]. Em 21 de março de 1901, endereça uma carta a Bernardino Machado, dando conta da sua intenção em abrir uma sucursal desta instituição, descrevendo os seus propósitos.

> *Conto poder inaugurar, em breve, a sucursal da A. de Estudos Livres, pois a ideia tem sido muito bem recebida por todos a quem me tenho dirigido.*
>
> *A minha ideia é abrir uma série de cursos populares gratuitos e uma escola primária para crianças, às quais se fornecerá além dos livros, etc. uma sopa e algum vestuário*[408].

---

[402] MARQUES, 1986: 183.
[403] VENTURA, 2016: 108.
[404] MARQUES, 1986: 105.
[405] MARQUES, 1986: 13-15. Em 1904, aquando da aprovação dos estatutos, altera-se a designação para Academia de Estudos Livres – Universidade Popular e integra-se a Escola Marquês de Pombal. Sobre as Universidades Populares vd. PINTASSILGO, 2011a: 1067-1071.
[406] MARQUES, 1999: 199.
[407] Vd. Dados biográficos em Anexo 13.
[408] FMS/CC. http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06744.056

Segundo o próprio, em carta de abril do mesmo ano ao *Comércio do Porto*, os estatutos estavam já organizados e o projeto nada tinha que ver «com o movimento que agitava o país, mas provinha da convicção de que a decadência da pátria só era possível combate-la educando e instruindo». Todavia, a partir de maio, não se ouve falar mais deste projeto[409]. A Universidade Popular do Porto, criada pela Renascença Portuguesa, viria a ser inaugurada no teatro Águia Douro, em junho de 1912, não constando, entre os seus sócios, Tristão Pais de Figueiredo[410].

Em 1892, a Loja *José Estevão* funda, em Lisboa, a Academia de Instrução Popular que procura promover, sobretudo para trabalhadores, uma educação popular laica e liberal[411].

É também da responsabilidade da Maçonaria a primeira escola criada em Lourenço Marques, em 1900[412]. Um ano antes, futuros obreiros da Loja *1.º de Janeiro*, n.º 235, de Lourenço Marques (Maputo), criam a Sociedade de Instrução e Beneficência Primeiro de Janeiro, a qual veio a sustentar as primeiras escolas com professores diplomados daquela colónia (cerca de 1913)[413].

Neste contexto, convém lembrar a fundação da Sociedade Promotora de Creches, em 1876, com forte influência da Maçonaria, que vem a transformar-se na Sociedade Promotora de Asilos, Creches e Escolas, de onde brotariam a Escola Oficina n.º 1[414], a Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, fundada em 1883,[415] e, no Porto, a Escola Vasco da Gama, criada na última década do século XIX[416], onde lecionou o abade de Arcozelo, durante 12 anos[417].

---

[409] MARQUES, 1999: 200.
[410] *VIDA PORTUGUESA*, n.º 1, 1912: 8.
[411] MARQUES, 1986: 15.
[412] MARQUES, 1986: 513.
[413] MARQUES, 1986: 1369.
[414] MARQUES, 1986: 1370.
[415] MARQUES, 1986: 1370-71.
[416] Pela Loja *União*. MARQUES, 1986: 514.
[417] PINTO, 2011: 183.

Por iniciativa de Elias Garcia, vem à luz, em 1882, a revista *Froebel*, dedicada à Instrução Primária[418] e, por intermédio de António Augusto de Aguiar e da Loja *Razão Triunfante*, cria-se a Escola Marquês de Pombal (1884), uma das primeiras escolas técnicas oficiais de desenho industrial[419].

Tendo como modelo a *Ligue de l'Enseignement* francesa, a Maçonaria funda, em 1901, o Vintém das Escolas, objetivando «combater a escola clerical por meio da escola secular»[420], dando origem não só à criação das primeiras escolas primárias laicas em Portugal, mas também a bolsas escolares, cantinas, creches e escolas primárias gratuitas. Igualmente nos inícios do século XX, a Loja *Companheiros da Paz*, em Ponta Delgada, funda a Liga Micaelense de Instrução Pública, responsável pela fundação de escolas primárias, cursos noturnos e bibliotecas rurais[421].

A Loja *Companheiros da Paz*, em 1904, passa a tutelar o Asilo da Infância Desvalida de Ponta Delgada[422].

A partir de 1907, por influência da *Escuela Moderna* de Francisco Ferrer, a Maçonaria procura instituir o conceito de Escola Livre, «misto de ensino intelectual e de ensino manual, aliando a escola tradicional a oficinas de aprendizagem de vários géneros»[423], com resultados no desenvolvimento da Escola-Oficina n.º1, muito ligada às Lojas *José Estevão* e *A Sementeira*, que propunha uma escola que aliasse o ensino manual ao intelectual e que contou com um grupo notável de professores, entre os quais, Adolfo Lima, Luís da Mata, Lima Basto e Vicente de Sousa[424]. Também a criação da Escola Livre de Irmânia (Mortágua), entre outras, na Beira, legitimaram a criação da Confederação das Escolas-Livres da Província das Beiras, cuja sede provisória teve lugar em Oliveira de Azeméis[425].

---

[418] MARQUES, 1986: 617.
[419] MARQUES, 1986: 511.
[420] MARQUES, 1986: 1499.
[421] MARQUES, 1986: 874.
[422] MARQUES, 1986: 106.
[423] MARQUES, 1986: 510.
[424] MARQUES, 1986: 511-2.
[425] MARQUES, 1986: 510.

Por inspiração de Trindade Coelho, funda-se, em 1907, a Liga Nacional de Instrução que tinha como objetivos «desenvolver o ensino integral, criando uma verdadeira educação moral e cívica, atacando nas suas origens o analfabetismo e proporcionando ideias gerais e uma orientação sintética»[426], com sede em Lisboa, mas com núcleos em várias cidades, inclusive, nas colónias. Esta associação vem a promover os Congressos Pedagógicos de 1908, 1909, 1912 e 1914[427].

A Loja *José Estevão*, em reação ao ultramontanismo elabora, em 1908, um plano de "educação" interna, que visava os maçons, e um plano mais vasto para o ensino regular, que previa a criação de escolas-modelo como a Escola-Oficina n.º1, a alteração do Asilo de São João para uma escola com todos os graus de ensino integral que permitia o acesso a escolas de enfermagem, a fundação de escolas onde o ensino ministrado fosse de caráter racional e a criação de colégios-modelo para as crianças de ambos os sexos das classes média e abastada. Intentava, ainda, «colaborar e orientar todos os movimentos em *prol* da Educação, como a Liga Nacional de Instrução: pugnar pela modificação do ensino oficial»[428]. A nível circum-escolar, previa a edição económica de livros de qualidade para a sua vulgarização, a promoção de conferências educativas, segundo o plano da Universidade Popular, o fomento de missões e de escolas móveis «ao povo mais atrasado». Este plano ambicionava, também, a substituição de enfermeiras religiosas por enfermeiras laicas e a criação de cozinhas económicas, lactários e maternidades[429]. No plano religioso, pugnava pelo fim da confissão e do ensino religioso nas escolas e pela instituição do registo civil obrigatório e da lei do Divórcio[430].

---

[426] *Apud* MARQUES, 1986: 875-6.
[427] MARQUES, 1986: 875-6.
[428] VENTURA, 2020: 287. O Asilo (hoje, Internato) de S. João é uma instituição de beneficência criada em 1862, para acolher duas dezenas de raparigas que se achavam recolhidas no Asilo dos Cardais de Jesus, chancela Irmãs de S. Vicente de Paulo que haviam sido expulsas. MARQUES, 1986: 106-7.
No Porto, em 1891, funda-se com o mesmo nome uma instituição de beneficência, para rapazes órfãos. Cf. SANTOS, 2014; SANTOS, 2011.
[429] VENTURA, 2020: 287.
[430] VENTURA, 2020: 288.

Ainda antes de 1910, funda-se, com forte influência maçónica, a Sociedade Promotora da Educação Popular, que tinha a sua sede na Rua de Alcântara[431], a Escola Trindade Coelho por iniciativa da Loja *Solidariedade*, na Ajuda, a Escola Trinta e Um de Janeiro, na Travessa do Socorro[432] e, no ano seguinte, por iniciativa da Loja *Luz e Harmonia*, a Escola o Futuro[433].

A partir de 1911, criam-se os jardins-escola João de Deus, sob o patrocínio da Maçonaria, o primeiro em 1991, em Coimbra, seguindo-se os da Figueira da Foz (1914), de Alcobaça (1914), de Lisboa (1915) e de Alhadas (1927)[434]. Convém, ainda, lembrar as dezenas de missões escolares que se criaram pelo país «em proveito de milhares de analfabetos e outras cuja escolaridade era rudimentar»[435]. No mesmo ano, é criada a Escola Móvel Agrícola Maria Cristina, em S. Miguel (Açores), pela Liga Micaelense da Instrução Pública, de fundação maçónica[436].

O autor que temos vindo a referenciar, Oliveira Marques, associa também a criação dos Centros Escolares republicanos criados nas duas primeiras décadas do século XX a uma forte intervenção maçónica, responsáveis pela criação de escolas primárias e cursos noturnos[437], facto que também verificamos em VNG e que abordaremos mais à frente.

---

[431] MARQUES, II, 1986: 1371.
[432] MARQUES, 1986: 514.
[433] MARQUES, 1986: 510.
[434] MARQUES, 1986: 796-7.
[435] MARQUES, 1986: 797.
[436] MARQUES, 1986: 512.
[437] Elencou os seguintes, referentemente à zona de Lisboa: Centro Democrático Santa Isabel, Centro Eleitoral Democrático de Lisboa, Centro Eleitoral Democrático Recreativo de Lordelo do Ouro, Centro Escolar Dr. Afonso Costa, Centro Escolar Andrade Neves, Centro Escolar Democrático da Lapa, Centro Escolar e Eleitoral Rodrigues de Freitas, Centro Escolar Fernão Boto Machado, Centro Escolar Republicano Dr. Alberto Costa, Centro Escolar Republicano de Alcântara, Centro Escolar Republicano Dr. Alexandre Braga, Centro Escolar Republicano Almirante de Reis, Centro Escolar Republicano de Belém, Centro Escolar Republicano de Campo de Ourique, Centro Escolar Republicano 5 de Outubro de 1910, Centro Escolar Republicano José Carlos da Maia, Centro Escolar Republicano Dr. Magalhães Lima, Centro Escolar Republicano das Mercês, Centro Escolar Republicano de Santos, Centro Escolar de Santa Isabel, em Lisboa, Centro Republicano da Ajuda, Centro Republicano Dr. António José de Almeida, Centro Republicano Alferes Malheiro, Centro Republicano Dr. Bernardino Machado, Centro Republicano Dr. Castelo Branco Saraiva, Centro Republicano Elias Garcia, Centro Republicano Heliodoro Salgado, Centro Republicano de Instrução e Beneficência Tomás Cabreira, Centro Republicano João Chagas, Centro Republicano José Falcão MARQUES, 1986: 323-330.

Segundo Joaquim Pintassilgo, a Universidade Livre para a Educação Popular, fundada em 1912, veio a granjear forte apoio entre as entidades maçónicas. Publicou o boletim *Universidade Livre* e, nos inícios dos anos 20, inaugurou bibliotecas nos jardins de Lisboa, entre outras iniciativas[438].

A Loja *Tâmega* funda, em Chaves, em 1913, a Liga Flaviense de Instrução e Beneficência que, entre outras atividades, cria uma escola primária[439]. Fundada pela Maçonaria, em 1914, a Liga Popular Contra o Analfabetismo cria cursos noturnos para adultos e um curso diurno para pobres[440]. Na mesma época, existia, no Mindelo, a Escola Almirante Reis, primária, laica e gratuita, fundada pela Loja *Fraternidade*[441] e, em Lisboa, o Núcleo de Instrução Lux, que procurava proporcionar ensino noturno aos trabalhadores[442]. Em 1916, existia a Escola Central de Ensino Primário, em Viana do Castelo, e a Escola Trinta e Um de Janeiro, em Castro Daire[443], todas fundadas pela Maçonaria[444]. No mesmo ano, são criadas, em Lisboa, a Sociedade Promotora de Educação Popular, que teve, como órgão próprio, o periódico *A Educação Popular*[445] e a Escola Elias Garcia[446], estando também já em atividade a Escola Marquês de Pombal fundada, em Lisboa, pela *Loja Simpatia e União*[447].

Durante a vigência da República, como refere António Ventura, nem os problemas internos, nem a Guerra fizeram descurar este campo de ação, tendo sido apresentado no Parlamento um Projeto de Lei sobre o analfabetismo, elaborado pela Loja *Sementeira*, através do seu venerável, José António da Costa Júnior. Por seu turno, a Loja *Carolina Ângelo* propõe a criação de escolas coloniais agrícolas femininas[448]. Efetivamente, a própria documentação da organização, referimo-nos a inquéritos que

---

[438] Vd. PINTASSILGO, 2014: 1067-1071.
[439] MARQUES, 1986: 874.
[440] MARQUES, 1986: 876.
[441] MARQUES, 1986: 509.
[442] Ainda existia em 1925. MARQUES, 1986: 1035-6.
[443] MARQUES, 1986: 513.
[444] MARQUES, 1986: 509.
[445] MARQUES, 1986: 1370.
[446] MARQUES, 1986: 510.
[447] MARQUES, 1986: 511.
[448] VENTURA, 2020: 391-2.

visavam reunir a informação relacionada com a atividade beneficente e educativa das Lojas, atesta esta dupla preocupação maçónica[449]. Nesta altura, o Conselho da Ordem leva a cargo um inquérito a fim de se aferir que estruturas se dedicavam à instrução, através do patrocínio a escolas ou outras instituições similares, concluindo-se que se encontravam envolvidas as seguintes:

Loja *Simpatia e União* – Academia de Estudos Livres, Escola Primária Marquês de Pombal e Escola Maternal da Academia de Estudos Livres;

Loja *Montanha* – Universidade Livre;

Loja *Sementeira* – Associação de Instrução às Classes Trabalhadoras dedicada a adultos, Escola-Oficina n.º 1 e Escola Elias Garcia;

Loja *Acácia* – Centro Escolar Republicano de Campo de Ourique;

Loja *José Estevão* – Sociedade Promotora de Escolas (Escola-Oficina n.º 1) e Academia de Instrução Popular;

Lojas *5 de Outubro*, *Trabalho* e a *Pátria Portuguesa* do Funchal – a Missão Marquês de Pombal (Vintém das Escolas);

Loja *31 de Janeiro*, de Castro Daire – Escola 31 de Janeiro;

Loja *Fraternidade*, de Viana do Castelo – Liga Nacional de Instrução (núcleo de Viana do Castelo), e Escola Central de Ensino Primário;

Loja *Portugal*, de Coimbra – Jardim-Escola João de Deus;

Triângulo de Freixo de Numão – Grémio de Educação Cedovinense[450].

A Associação Universidade Livre foi fundada pela Maçonaria, em 1912, com o objetivo de «fazer compreender o alcance prático dos grandes problemas da ciência e a criar interesse pela maravilha das suas aplicações mais belas e úteis»[451] e, ao longo dos anos, proporcionou a milhares de alunos, sobretudo a adultos, conferências e cursos

[449] ALMEIDA, 2015: 46 e 249-252 (Anexo).
[450] VENTURA, 2020: 392.
[451] *Apud* MARQUES, 1986: 1458.

ministrados por especialistas. Criou sucursais em Coimbra e na Figueira da Foz e, entre 1914 e 1917, publicou o *Boletim Mensal* e organizou o 1.º Congresso Nacional de Educação Popular, que se realizou em Lisboa. Legou o seu património à Voz do Operário, após cessar as suas atividades por determinação governamental, em 1935[452].

De forte implantação maçónica, constituiu-se em 1918, em Lisboa, uma associação sindical - a União do Professorado Primário Oficial Português, que teve como órgão, *O Professor Primário*. Em 1924, mudou de designação para União do Professorado Primário de Ensino Geral e Infantil, vindo também a ser extinta pela ditadura[453].

De igual modo, em 1926, funda-se a Liga de Ação Educativa, com o objetivo de desenvolver uma intensa atividade com vista à modificação do sistema educativo português, a qual chegou a criar secções em vários pontos do país[454].

Nas palavras de Borges Grainha, no rescaldo esperançoso da implantação da República, todo o maçom devia fomentar a instrução conducente ao desenvolvimento social e à libertação intelectual, uma vez que a Maçonaria tinha «como base essencial o desenvolvimento intelectual da humanidade para a livrar dos preconceitos e das tiranias religiosas e políticas»[455]. Porém, após o fim da 1.ª República, a obra filantrópica educativa maçónica vem a ser fortemente constrangida com a mudança de regime político.

Pelo exposto, ainda que os dados elencados se referiram, de uma maneira geral, a experiências educativas que tiveram palco na região de Lisboa, vemos que a ação da Maçonaria teve impacto significativo no que se refere ao esforço de alfabetização e educação das massas populares, através da criação, sustento e apoio a instituições e iniciativas, bem como na criação de quadros legislativos mais favoráveis à concretização da massificação da educação. Não será, portanto, falho de lógica admitir que, ainda que

[452] MARQUES, 1986: 1459.
[453] MARQUES, 1986: 1455.
[454] MARQUES, 1986: 873.
[455] GRAINHA, 1913: 198.

com menor incidência, a intervenção maçónica a nível da filantropia educativa, também se fizesse sentir na região do Porto.

1.2.5.1. A Maçonaria em VNG: universo profissional

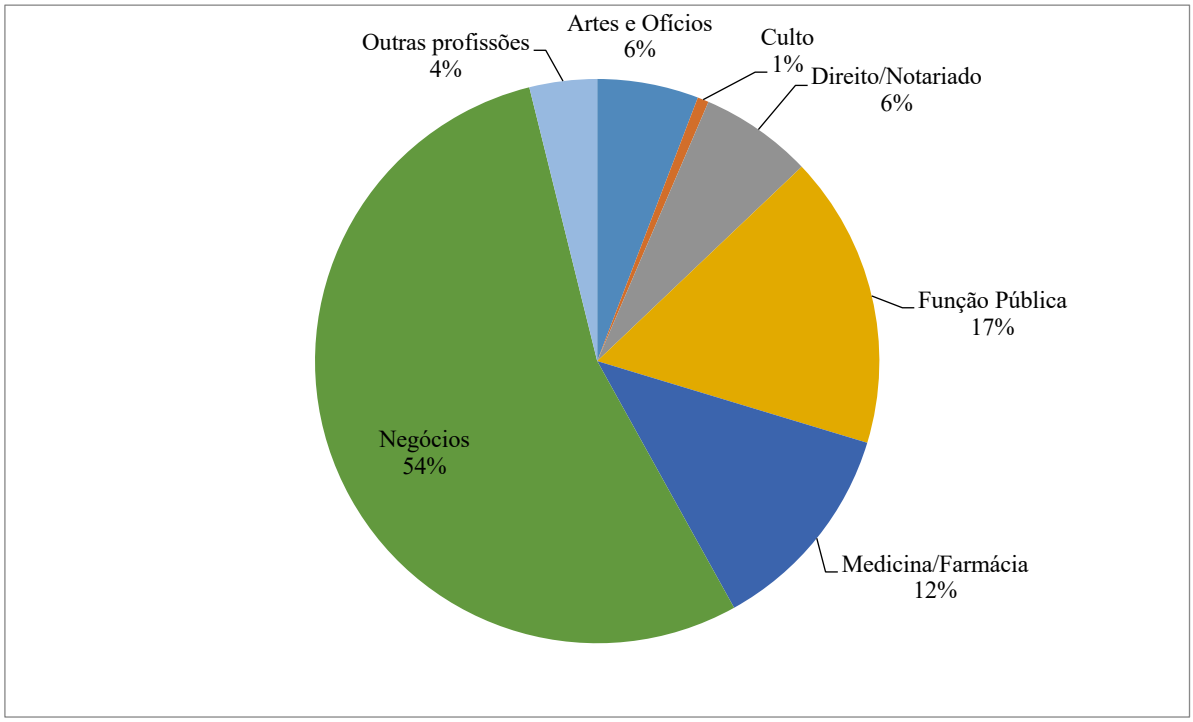
Segundo Marques e Dias, «toda e qualquer visão do Porto oitocentista que abstraia do fenómeno maçónico tem necessariamente de pecar por omissão»[456]. O dinamismo desta região a nível económico, financeiro, cultural e político leva a crer que a Maçonaria ocupava aqui um lugar de relevo[457]. Porém, no que respeita à Maçonaria em VNG, conhece-se, apenas, o estudo da Loja *União Portucalense*, n.º 2900 (1842-*c.*1849) de Ribeiro da Silva[458]. Além desta, existiram as Lojas *Dezoito de Agosto*, na obediência da chamada Maçonaria do Norte, fundada entre 1834 e 1843 e desaparecida em 1849, *Fraternidade Universal*, n.º 206 (1898-1903) e *S. João*, n.º 232 (1903-1909), estas últimas do REAA e, ainda, em Avintes, os *Triângulos n.º 23* (1901-1909) e *n.º 313*, (1931 até à clandestinidade), do RF[459].

Por ser também um campo pouco estudado, quisemos compreender a influência da Maçonaria na educação[460], no caso concreto, o papel da filantropia educativa maçónica em VNG, entre 1880 e 1930. Com esse objetivo, arrolamos os membros das Lojas *Fraternidade Universal* e *S. João* e dos *Triângulos* de Avintes e, ainda, de todos os maçons, que não pertencendo a estas Lojas, eram naturais, viviam e/ou trabalhavam neste município, durante o período em estudo. Estes dados, recolhidos no AGOLU, foram sistematizados no anexo 13, onde alocamos, também, a atividade profana dos maçons, a fim de compreendermos a extensão da sua influência a partir da malha associativa de que fizeram parte. Daqui, resultou a identificação de mais de 200 maçons, atestando-se que cerca de metade, pelo menos, integrou uma rede humana vocacionada para intervir na esfera educobeneficente e cultural deste município, em

[456] MARQUES; DIAS, 2002-2003: 275.
[457] MARQUES; DIAS, 2002-2003: 275.
[458] Vd. SILVA, 1997.
[459] MARQUES, 1986: 1491.
[460] GRAINHA, 1913 (capítulo 18.º); sobre a Escola Oficina n.º 1: CANDEIAS, 1993; LOPES, 2007; MOGARRO, 2019: 790-816; MOGARRO; ANDRADE, 2019: 167-201.

particular na sua zona urbana. O contexto geográfico e socioeconómico em que se inscrevem estas Lojas legitima o facto de mais de 50% dos seus membros estarem ligados aos negócios (Gráfico 4), fenómeno que, também, foi atestado por Marques e Dias, nas Lojas do vale do Porto, em finais do século XIX[461]. Através do nosso estudo, apesar de não ser registada a área de negócio mas sim a profissão, aferimos que, de um modo geral, os «negócios» estão relacionados com os produtos tradicionalmente transacionados na barra do Douro e com a indústria emergente. Além dos negociantes, entre os quais incluímos empregados de comércio, industriais, capitalistas, proprietários e comerciantes, as profissões mais comuns entre os obreiros centram-se na área da medicina (12%), da advocacia (6%), da função pública (17%) e dentro desta, sobressai o grupo dos professores (54%) (Gráfico 5).

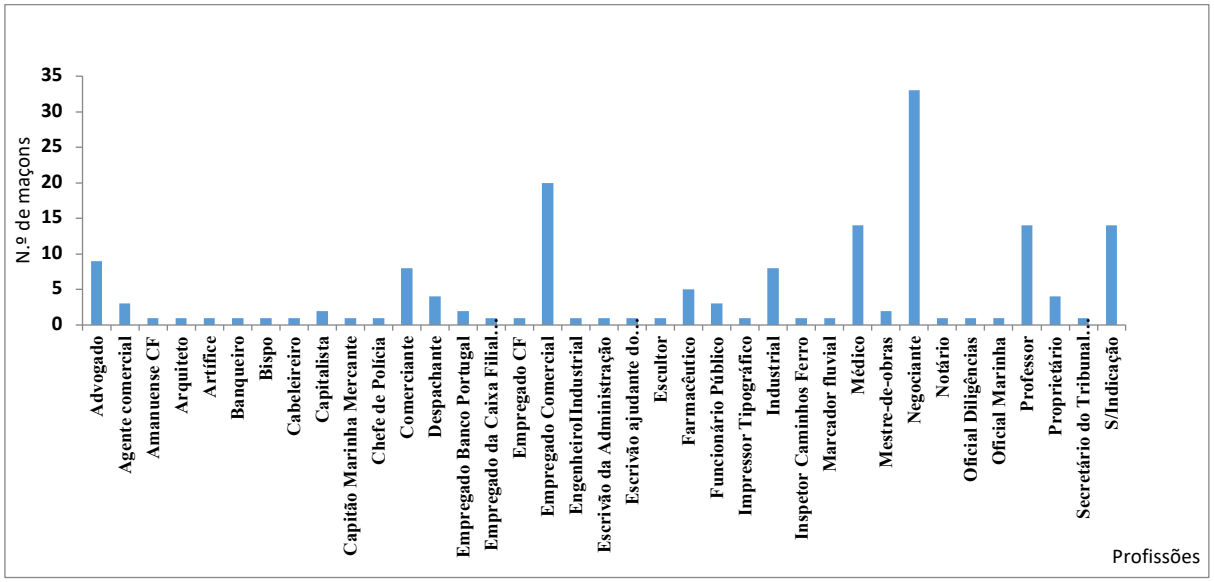
Gráfico 4. Atividades profissionais da Maçonaria em VNG, na viragem para o século XX.



Fonte: Elaboração da autora com base na documentação referenciada no anexo 13.

[461] MARQUES; DIAS, 2002-2003: 278-9.

Gráfico 5. A Maçonaria em VNG na viragem para o século XX: Profissões.



Fonte: Elaboração da autora com base na documentação referenciada no anexo 13.

Em relação aos professores, identificamos o já mencionado Ângelo Alves de Sousa Vaz, que, em Gaia, foi professor e médico escolar da Escola Primária Superior, tendo sido um dos oradores presentes na festa escolar da junta paroquial de Santa Marinha, em 1912; António dos Santos Pousada, republicano, professor da Escola de Desenho Industrial Passos Manuel[462]; António Ferreira da Costa, morador na Rua do Rosário (Porto), professor de ensino industrial, demitido por motivos políticos e que veio a instalar o *Triângulo n.º 313* de Avintes, em 1931[463]; António Vieira Borges, natural de Crestuma[464]; Francisco Joaquim Fernandes, natural de Santa Marinha, professor na Universidade de Coimbra que fixou residência no Porto e se dedicou à advocacia (1911), tendo vindo a ser Ministro da Justiça (1919)[465]; Francisco José Cardoso Júnior, professor de Instrução Primária que dirigiu o jornal a *Federação Escolar* e colaborou, assiduamente, na imprensa pedagógica e associativa, sendo também autor de livros escolares e de uma obra numerosa que incidiu sobre métodos de ensino, ensino infantil, educação da

[462] Vd. Anexos 6 e 13.
[463] Vd. Anexo 13.
[464] Vd. Anexo 13.
[465] Vd. Anexo 13.

mulher, coeducação, escola ativa e disciplina escolar[466]; Jacinto Fernandes, natural de Gaia, jornalista e professor[467]; Joaquim Baptista de Freitas, morador na Rua Azevedo Magalhães (VNG), professor primário que também veio a fundar do *Triângulo n.º 313* de Avintes[468]; José Pinto de Macedo, natural de VNG, professor, político socialista, colaborador em vários jornais e revistas e que lecionou em várias escolas, fundando o Colégio Progresso (Angola)[469]; Francisco Gomes de Oliveira, natural de Sandim, professor oficial em Serzedo, desde 1891 até aos primeiros anos da República, onde existe hoje uma rua com o seu nome[470]; e os professores Alfredo Moreira[471], António Augusto Martins[472] e Justino Teixeira da Mota[473], ligados à imprensa pedagógica, dos quais falaremos no último capítulo.

Também foi professor o já citado Diogo Cassels. Na sua escola (Torne), as festas constituíam uma das dinâmicas educativas de maior impacto na comunidade, tendo sido figuras recorrentes na mesa destas solenidades alguns entusiastas da educação popular, que, na verdade, são alguns maçons já aqui referidos, como Artur Ferreira de Macedo, José Gonçalves da Silva Matos, José Tristão Pais de Figueiredo, Pedro Mariani Pinto e Domingos da Rocha Romariz[474] e outros como Armando Coutinho[475], Benjamim Cândido Cardoso, Francisco da Rocha Romariz[476], João dos Santos Monteiro[477], João Fernandes de Oliveira[478] e Pedro de Oliveira[479]. Merecedor de nota, é o facto de, em 1922, quando Diogo Cassels recebeu a Comenda da Ordem de Cristo foi, também um maçom, Ramiro Mourão (de que adiante nos deteremos), que assumiu o discurso laudatório da sua

[466] Vd. Anexos 6 e 13.
[467] Vd. Anexo 13.
[468] Vd. Anexo 13.
[469] Vd. Anexo 6 e 13.
[470] Vd. Anexo 13.
[471] Vd. Anexo 13.
[472] Vd. Anexo 13.
[473] Vd. Anexo 13.
[474] Vd. Anexos 6 e 13.
[475] Vd. Anexo 13 (Armando Augusto da Cruz Coutinho).
[476] Vd. Anexo 13.
[477] Vd. Anexo 13.
[478] Vd. Anexo 13.
[479] Vd. Anexo 13.

benemerência educativa[480]. Como que a firmar esta afinidade de pensamento entre maçons e Diogo Cassels, o seu nome virá a ser escolhido, pelo presbítero Júlio Bento da Silva[481], como nome simbólico[482].

Em guisa de conclusão, analisando o grupo de maçons ligados a VNG, confirma-se o apontamento de João Dias que afirma que todo o maçom deveria «ter profissão honesta que lhe assegure meios de subsistência» e «ter a instrução necessária para compreender os fins da Ordem e energia moral para os cumprir»[483], pressupostos que contextualizam o quadro de maçons alfabetizados e de razoáveis rendimentos verificado. Por outro lado, como também constatou o autor, a burguesia dominava o campo maçónico, uma vez que os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade e de aperfeiçoamento de organização social não seduziam a aristocracia[484]. No caso de estudo, vemos uma burguesia ligada aos negócios da beira-rio com a localidade e com o Mundo, cujo campo de ação incide maioritariamente na vida urbana. As exceções no interior estão relacionadas com obreiros de formação superior (médicos, por exemplo) ou com maçons republicanos com negócios e ligações à urbe.

> *A maçonaria não faz política partidária; faz, no entanto, política no melhor sentido da palavra, identificando política com intervenção no mundo profano visando o melhoramento da sociedade. E faz política sempre que é necessário lutar pela tolerância, pela liberdade, pela igualdade e pela fraternidade, contra o fanatismo e contra a intolerância, a opressão, enfim. Neste caso, intervir na política não constitui apenas um direito da Maçonaria; constitui um autêntico dever*[485].

---

[480] BAPTISTA, 2018f: 51.

[481] Aderiu à Igreja Lusitana em 1902, em 1907 foi instituído diácono e em 1911 foi ordenado presbítero da Congregação da Santíssima Trindade em Rio de Mouro, Sintra. Faleceu em 1937. Informação recolhida em http://arquivo.igreja-lusitana.org/16g8f.

[482] Natural de Lisboa, onde nasceu cerca de 1884. Filho de António Bento da Silva e Vicência de Jesus Ferreira da Silva. AGOL. *LIVRO DE MATRÍCULA,* n.º 7, n.º de ordem 11661.

[483] *Apud* DIAS, 1984: 44.

[484] DIAS, 1984: 44.

[485] CF. MARQUES, 1998: 58-69.

Ao refletirmos nestas afirmações, percebemos o *corpus* ideológico e motivacional que legitima a rede de sociabilidades em que se inscrevem alguns dos nossos agentes educativos, estando na base da criação de algumas instituições que visavam «o melhoramento da sociedade», como creches, escolas, instituições de apoio à velhice e à doença e que promoveram um leque diversificado de atividades culturais e circum-escolares.

Tomando o caso do Clube de Gaia, como já referimos, este esteve na origem de outras associações. A figura 16 ilustra os membros desta agremiação, cerca de 1890, pertencentes a diferentes áreas profissionais e políticas, sendo que 12 deles se encontram unidos por filiação maçónica e fortemente ligados à rede socioeducativa do concelho até aos alvores do Estado Novo. Conforme se apurou em estudo anterior, o apoio da Maçonaria fez-se sentir nas Creches de Santa Marinha, desde os tempos fundacionais até, pelo menos, à década de trinta do século XX prolongando-se, portanto, até à proibição da Maçonaria, em 1935, no governo de Salazar[486].

Fig. 16. Clube de Gaia *c.* 1890[487].



Fonte: DINIZ, 1957: 56; publicada em BAPTISTA, 2018f: 42.

[486] BAPTISTA, 2018f: 42.

[487] Da esquerda para a direita: 1.º plano – João Vicente Branco, Pedro Martins, João Rodrigues Valente Perfeito (maçom), Dr. Artur Ferreira de Macedo (maçom), António de Sousa Melo (maçom), Miguel Joaquim da Silva Leal (maçom), Carlos Alberto dos Santos e Pedro Amorim. 2.º plano – Camilo José de Macedo (maçom), José Gonçalves da Silva Matos (maçom), José Pinto Amorim da Costa (maçom), António de Carvalho Lima, António Faria Magalhães, Paulo Ribeiro dos Santos (maçom), Dr. Alfredo Faria Magalhães, Artur Faria Magalhães e Paulo Amorim. 3.º plano – José Júlio Gonçalves, José de Almeida Soares (maçom), Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior (maçom), Diogo de Macedo (maçom).

Como se verifica nas listagens abaixo relativas aos corpos gerentes[488], a presença de maçons (assinaladas com sombreado) é particularmente acentuada nas primeiras décadas do século XX. Atesta-se, também, que os obreiros estavam instalados já antes do 5 de Outubro e aqui se manterão durante a 1.ª República. É o caso dos irmãos Camilo e Diogo de Macedo (1 e 2), fundadores da Loja *S. João*, com o nome simbólico de «Grão Vasco» e «João das Regras», respetivamente, os quais pertenceram à Sociedade Talma e ao Clube Ginástico de Mafamude e foram dos sócios mais duradouros e intervenientes da Associação das Creches de Santa Marinha[489]. José Gonçalves da Silva Matos (3), instalador da Loja *Fraternidade Universal* e, posteriormente, membro da Loja *S. João*, de nome simbólico «Alexandre Herculano», esteve ligado aos centros republicanos de Santa Marinha e foi um dos diretores mais dedicados da Associação das Creches[490].

José Pinto Amorim da Costa (4), instalador das Lojas *Fraternidade Universal* e *S. João*, de nome simbólico «Martim Freitas», consagrou a vida ao mutualismo de VNG, fazendo parte da fundação e dos corpos diretivos de praticamente todas as coletividades mutualistas da sua área de residência e, durante largos anos, presidente das Creches de Santa Marinha [491]. João Rodrigues Valente Perfeito (5), já por diversas mencionado, que adotara o nome simbólico de «Ferreira Borges», foi um dos fundadores da Loja *Fraternidade Universal* e membro de outras Lojas do vale do Porto. Este "velho" republicano foi um dos fundadores da Associação das Creches de Santa Marinha, o grande financiador dos grémios republicanos emergentes e dos primeiros edifícios escolares erguidos neste território na viragem para o século XX. Artur Ferreira de Macedo (6), instalador da Loja *Fraternidade Universal* e da Loja *S. João*, com o nome simbólico «Galeno», desenvolveu toda uma vida dedicada à medicina, ao associativismo, à benemerência e à política local, fortemente ligado ao processo de criação da Creche da Afurada e da Creche D. Emília de Jesus Costa, à criação da Escola

[488] Publicadas em 2018f: 214-217.
[489] Vd. Anexos 6 e 13.
[490] Vd. Anexos 6 e 13.
[491] Vd. Anexos 6 e 13.

Passos Manuel e ao desenvolvimento da ação caritativa e educativa, levada a cabo pela Associação de Creches de Santa Marinha[492].

Quadro 5. Maçons nos corpos gerentes da Associação das Creches de Santa Marinha (1897).

Direção		**Assembleia geral**	
Presidente	Artur Ferreira de Macedo	Presidente	Leopoldo Mourão
Vice-presidente	João Rodrigues Valente Perfeito	Vice-presidente	Augusto da Rocha Romariz
1.º secretário	José Pinto Amorim da Costa	1.º secretário	Dr. Maximiano de Lemos
2.º secretário	João António Pereira de Melo	2.º secretário	António Pinho da Silva Vargas
Tesoureiro	Alberto de Almeida Lucas	Secretários substitutos	António de Oliveira Mourão
Vogais	António Joaquim de Oliveira		Bernardo Lucas
	António Coelho da Silva	**Comissão consultiva**	
	Henrique José Moreira de Sousa	António Taveira Pinto d'Azevedo	
	Bernardo José de Almeida	Caetano Pinho da Silva	
	Francisco da Rocha Romariz	Dr. Agostinho de Almeida Rego	
	Jaime Teixeira da Mota e Siva Jr	José Paulo Bragança	
	José Júlio da Silva Cunha	Jorge Ferreira	

Fonte: BAPTISTA, 2018f: 214.

Quadro 6. Maçons nos corpos gerentes da Associação das Creches de Santa Marinha (1902).

Direção		**Assembleia geral**	
Presidente	Artur Ferreira de Macedo	Presidente	Leopoldo Mourão
Vice-presidente	António Teixeira Lopes	Vice-presidente	Augusto da Rocha Romariz
1.º secretário	Adolfo Ferreira Lousada	1.º secretário	Dr. Henrique José Moreira de Sousa
2.º secretário	Alberto d'Almeida Lucas	2.º secretário	José Pinto Amorim da Costa
Tesoureiro	José António d'Almeida e Silva	Secretários substitutos	Aníbal Mariani Pinto
Vogais	Alfredo d'Almeida Lucas		Manuel da Costa Oliveira
	Eduardo Rodrigues Nunes	**Comissão consultiva**	
	Francisco de Castro	Caetano Pinho da Silva	
	José António de Paiva Vasconcelos	Dr. Agostinho d'Almeida Rego	
	Pedro Mariani Pinto	João Rodrigues Valente Perfeito	
	Filinto Elysio Pinto Barbosa	José Nicolau de Almeida	
		Jorge Ferreira	

Fonte: BAPTISTA, 2018f: 214.

[492] BAPTISTA, 2018f: 42.

Quadro 7. Maçons nos corpos gerentes da Associação das Creches de Santa Marinha (1904-16).

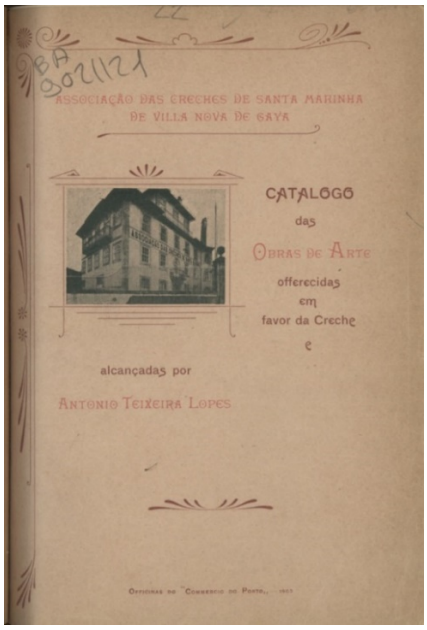
Direção		Assembleia geral	
Presidente	José Pinto Amorim da Costa	Presidente	Leopoldo Mourão
Vice-presidente	Pedro Mariani	Vice-presidente	Augusto da Rocha Romariz
1.º secretário	Amadeu Martins Pinto	1.º secretário	Dr. Henrique José Moreira de Sousa
2.º secretário	Júlio Martins Pinto	2.º secretário	José Gonçalves da Silva Matos
Tesoureiro	Adolfo Ferreira Lousada	Secretários substitutos	Aníbal Mariani Pinto
Vogais	Abel Martins Pinto		Manuel da Costa Oliveira
	António F. Domingos Freitas	**Comissão consultiva**	
	Camilo José de Macedo	Dr. Artur Ferreira de Macedo (☥1917)	
	Carlos Alberto dos Santos	Caetano Pinho da Silva (☥1907)	
	José da Costa Rodrigues Meireles Jr	Dr. Agostinho d'Almeida Rego	
	Manuel Emílio Castelo Branco	João Rodrigues Valente Perfeito (☥1917)	
		José Nicolau de Almeida (☥1917)	
		Jorge Ferreira	

Fonte: BAPTISTA, 2018f: 215.

Como exemplo da teia maçónica educobeneficente em VNG, podemos apontar a exposição artística organizada pelo maçom escultor António Teixeira Lopes[493] que, enquanto vice-presidente da direção das Creches de Santa Marinha, organizou uma exposição artística solidária em favor dessa instituição, iniciativa de grande impacto, tendo-se conseguido quase uma centena de trabalhos provenientes da esfera artística, entre os quais, de D. Carlos e D. Amélia[494]. A exposição, que veio a estabilizar o cofre da instituição, realizou-se no Ateneu Comercial do Porto e foi procedida da realização de um sorteio de rifas, em junho de 1906[495] (Fig. 19).

[493] Iniciado em 1898 na Loja *Ave Labor* do Porto, com o nome simbólico de Rude (MARQUES, 1986: 895/6), fazia parte do quadro da Loja de *S. João* em VNG. Vd. Anexo 13.
[494] Ver participações e respetivo preço estipulado em *CATÁLOGO DAS OBRAS DE ARTE* [...], 1903.
[495] Abordamos este assunto em BAPTISTA, 2019a.

Fig. 17. Capa do *Catálogo das Obras de Arte oferecidas em favor da Creche e alcançadas por António Teixeira Lopes*.



Fonte: BN

Fig. 18. Caricatura de Teixeira Lopes, por Manuel Monterroso.



Fonte: AMP. PT-CMP-AM/PRI/FGD/F.NV:FG.9:6462,

Fig. 19. Bilhete de sorteio, 1906.



Fonte: ADCSM

Não estando presente no retrato de grupo, é figura indelével do caráter maçónico, o advogado, Bernardo de Almeida Lucas, que nasceu e cresceu ao ritmo da azáfama da beira-rio onde a família se ocupava entre rabelos e armazéns. Na sua juventude, foi conviva da casa do maçom Diogo de Macedo (O velho) [496], pai dos amigos para a vida, Diogo e Camilo de Macedo. Foi iniciado, em 1893, na Loja *Independência Lusitana*, do Porto, com o nome simbólico de «Coelho da Rocha». Em 1912, após uma tentativa mal sucedida de regularização da Loja *União* no GOLU, esta transformou-se numa Obediência designada *Grande Loja União, Supremo Conselho da Maçonaria ao Norte de Portugal*, de que era presidente da Ordem, Bernardo Lucas. A *Grande Loja União*, com sede na Rua das Taipas, desdobrou-se em cinco secções, um Soberano Consistório Capitular «Luz e Ciência» e um Areópago «Fraternidade» de que era venerável o citado advogado[497]. Já nos referimos anteriormente ao seu interesse pela educação, onde se inclui a "nova" educação para o género feminino, as suas incursões enquanto diretor da

[496] MARQUES, 1989: 231.
[497] VENTURA, 2013: 333.

Escola Primária Superior de Gaia e as aulas de Italiano no Conservatório de Música do Porto. Tornou-se membro da União Internacional de Direito Penal (1889), foi presidente do Ateneu Comercial do Porto (1900) e exerceu o cargo de secretário da Associação de Jornalistas (1909). Em VNG, foi orador recorrente nas cerimónias de entrega do Prémio Camões, sócio contribuinte da Associação das Creches de Santa Marinha e advogado da Associação Fúnebre Vilanovense. Enquanto político do governo central, entre outros projetos em que se envolveu com vista ao melhoramento económico e social de VNG, velou pela construção dos novos Paços do Concelho e pela concretização do legado de Manuel Mourão[498]. Foi íntimo de António Nobre, Carolina Michaelis de Vasconcelos e seu marido, Júlio Dantas e Bernardo Moreira de Sá, entre outros. Era sobrinho do maçom Alfredo de Almeida Lucas[499] e cunhado do maçom José Gonçalves da Silva Matos. A sua filha, Branca, era afilhada do fundador das Escolas dos Cegos de Lisboa e Porto, Branco Rodrigues, casada com Salviano Valente Perfeito, filho do velho republicano e maçom, João Rodrigues Valente Perfeito. Branca e as suas irmãs foram herdeiras do republicano Caetano Pinho da Silva, já mencionado enquanto instituidor de prémio escolar e benemérito da Associação das Creches de Santa Marinha, assim como a sua sobrinha, Deolinda da Conceição Azevedo, casada com o também acérrimo republicano, o professor Osório de Novais (fundador e diretor do Colégio Central) e a sua afilhada Maria Eugénia, filha do maçom Miguel Leal Júnior[500].

Tomemos, também, como exemplo, a rede socioprofissional e familiar de Ramiro Bastos Mourão[501], instalador da Loja *S. João*, com o nome simbólico de «Tiradentes»[502], o mártir nacionalista do seu país natal. Foi escritor, bibliotecário do Instituto do Vinho do Porto e conservador-ajudante no Museu Nacional Soares dos Reis[503]. Veio, ainda criança, para VNG, onde se revelou autarca empenhado no início da eletrificação e na criação de escolas no concelho[504]. Chegou a exercer o cargo de tesoureiro da Comissão

[498] Cf. BAPTISTA, 2014.
[499] CF. BAPTISTA, 2018c: 138. Vd. Anexo 13.
[500] ADSCC. *TESTAMENTO DE CAETANO PINHO DA SILVA.*
[501] Vd. Anexo 13.
[502] AGOL. *LIVRO DE MATRÍCULA,* n.º 3, n.º de ordem 3595.
[503] GUIMARÃES, 2010: 69.
[504] GUIMARÃES, 2010: 69.

Auxiliar da região do Porto da Associação de Escolas Móveis[505] e o de presidente da Junta Escolar em VNG[506]. Foi um dos fundadores do «Grupo dos Amigos da Serra do Pilar», da Misericórdia de Gaia[507] e do Centro Democrático de Espinho[508]. Era filho do republicano Pedro Pinto Mourão[509] e sobrinho de Manuel Pinto Mourão, ambos instituidores de escolas em VNG e era, também, irmão de Júlio Bastos Mourão, aluno do Colégio Central[510] que se tornou negociante de cerâmica[511], vindo a instalar as Lojas *Fraternidade Universal* e *S. João*, em VNG e o *Triângulo de Espinho*[512]. Enquanto comerciante, fundou com os irmãos maçons, Camilo e Diogo de Macedo, a firma Mourão & Macedos[513].

Já em 1927, vemos alguns destes mesmos obreiros e seus descendentes a fundar uma nova agremiação – Os Amigos do Mosteiro da Serra do Pilar, com o objetivo de criar um Museu Regional, Arqueológico, Histórico, Etnográfico e Artístico e investigar a história do Mosteiro da Serra do Pilar[514], a fim de resgatar da ruína a igreja destruída durante as invasões e os conflitos bélicos da primeira metade do século XIX[515].



Fig. 20. Rótulo de Vinho do Porto *Conquistador*, sociedade constituída por Ramiro Mourão e pelos irmãos Diogo e Camilo de Macedo. (cortesia de J.A.G. Guimarães)

---

[505] *ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS 1909:* 69.
[506] *ANUÁRIO COMERCIAL DO PORTO,* 1926: 393.
[507] GUIMARÃES, TEIXEIRA; GUIMARÃES, 2018a: 211.
[508] *GAZETA DE ESPINHO*, n.º 888, 1918: 1.
[509] Vd. Anexo 6.
[510] *O GRILLO DE GAYA,* n.º 23, 1891: 2.
[511] FERRARIA, 2000: 212.
[512] AGOL. *LIVRO DE MATRÍCULA,* n.º 2, n.º de ordem 2251.
[513] Vd. BAPTISTA, 2018: 213.
[514] Ver estatutos em GUIMARÃES, 1999: 96-99.
[515] Vd. Corpos gerentes dos Amigos da Serra do Pilar em Anexo 14.

Agora, um olhar para uma freguesia mais distante do polo urbano, Avintes, em que se destaca, entre outras, a ação filantropicoeducativa de Adelino Gonçalves Gomes em *prol* do progresso da sua localidade, na esteira do que o seu pai, Manuel Gomes Júnior (casado com Rosa Gonçalves da Costa, sogra do já citado Inocêncio Lopes Gondim), brasileiro de torna-viagem e que havia feito, durante largos anos na presidência da edilidade, esforços em que se incluem a construção de duas escolas (Cabanões e Palheirinho). Este médico e farmacêutico foi o fundador do *Triângulo n.º 23* de Avintes. Doou à Câmara Municipal o edifício escolar existente no lugar de Magarão para que a sua filha pudesse exercer o professorado[516]. Está ligado à criação da "Escola Democrática" (1907) que previa o funcionamento de cursos ministrados por professores da Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus, da qual foi diretor, tendo as matrículas sido realizadas na sua farmácia «Confiança».

Interessante é também a rede familiar de Manuel Pinto de Araújo Lima (pai), brasileiro de torna-viagem que em 1879 regressou a Avintes. Do seu casamento com Quitéria dos Santos Ramos nasceram: Maria Lima (n.2/10/1870) que casou com o José Pereira Soares David (viúvo), vindo os dois a exercer a função de diretores da Escola Normal; Lúcia Lima (n.4/2/1872) que casou com o escultor Fernandes de Sá e fundou o Colégio Araújo Lima, no Porto[517]; Manuel de Araújo Lima (filho), (n. 23/1/1876), maçom, membro da Comissão Auxiliar gaiense da Associação de Escolas Móveis João de Deus, que casou com Luísa Guimarães Alfama, nascida no Brasil, filha de José Marques Alfama ("brasileiro" que manda construir um palacete, em Avintes, hoje pertença do Grupo Mérito (grupo de teatro); Noémia (n. 24/11/1883), coadjuvou a irmã no Colégio, casou com o engenheiro Álvaro Soares David que dirigiu as obras do Sanatório do Monte da Virgem

[516] COSTA; VAZ; COSTA, 2009: 541.

[517] A par do Colégio Moderno, uma grande instituição «pelo seu peso histórico e grau de implantação na cidade», sendo que abrangiam o total de 20,8% da população colegial. O Colégio Araújo Lima, consistiu num estabelecimento educativo inovador que ia de encontro às expetativas das classes dominantes modernistas. Funcionava em regime de coeducação, com internato e externato e promovia a escolaridade liceal. Cf. ROCHA, 1998: 30. Vd. Apêndice 7.

e foi diretor dos Edifícios Nacionais do Norte (1942); e Ermelinda (n. 15/08/1888), professora primária[518].

Neste âmbito, importa aqui, ainda, incluir a Associação de Escolas Móveis, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas (AEMBAJE) que tinha fortes laços com a Maçonaria. Em Avintes, eram subscritores José de Oliveira Ribeiro, Manuel Alves Pinto, Inocêncio Osório Lopes Gondim, Salomão Pereira Viana, José Marques Alfama e os maçons Adelino Gomes e Manuel Pinto de Araújo Lima[519].

Alargando a análise para o nível regional, assinala-se que foram membros da comissão do Porto o maçom Ramiro Mourão (tesoureiro)[520] e, a partir de 1909, da de VNG, os maçons Artur Ferreira de Macedo (presidente) e Benjamim Cândido Cardoso (vice-secretário)[521], observando-se, também, a presença de vários obreiros nas listas de subscritores. Apontamos como exemplo, a listagem inclusa no Relatório da Associação, referente ao período entre maio de 1910 a 31 de julho de 1911[522], por ser aquele com mais subscritores gaienses e onde verificamos uma presença significativa de maçons (cerca de 16,15%).

Quadro 8. Maçons na lista de subscritores da Associação de Escolas Móveis João de Deus.

N.º inscrição	Nome
1340	Dr. Benjamim Cândido Cardoso
1372	Júlio Castelo Branco
1373	Emílio Castelo Branco
1378	Pedro Mariani Pinto
1379	Eduardo Rodrigues Nunes
1459	Dr. Artur Ferreira de Macedo
1505	J. Valente Perfeito (Quinta do Marco)

[518] GOMES, 1999: 9-10.
[519] *ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS,* 1909: 67-8.
[520] ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS, 1908: 33; *ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS,* 1909: 67-69.
[521] Vd., por exemplo, *ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS,* 1909: 60; *ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS, 1912*: 94-96; *ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS 1913*: 82-85.
[522] Vd. Anexo 15.

1515	Dr. Flórido Toscano (Vilar do Paraíso – Valadares)
1566	Dr. Adelino G. Gomes (Avintes)
1568	Manuel Pinto de Araújo Lima (Avintes)
3033	José Dias Santiago
3076	António Coelho da Silva
3084	Manuel Fernandes Bessa
3092	Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior
3129	João Francisco Gomes
3589	João Fernandes de Oliveira
3592	José António de Almeida e Silva
3594	Francisco de Castro
3714	Dr. Maximiano de Lemos
4260	Bernardo Pinto Abrunhosa
4265	José Gonçalves da Silva Matos

Fonte: *ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS*, 1911: 122-25.

Acrescenta-se que alguns republicanos com fortes ligações à Maçonaria, canalizaram para as respetivas localidades missões da Associação das Escolas João de Deus. Referimo-nos à já supra mencionada Escola Democrática de Avintes, missão n.º 204, à Escola Democrática António José de Almeida, em Grijó, missão n.º 223, e à escola do Centro Republicano Joaquim Nicolau de Almeida, missão n.º 289, que abordaremos oportunamente no próximo capítulo.

De igual modo, a Exposição Agrícola-industrial de VNG, que decorreu em simultâneo com as Comemorações do 5.º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique e que procurava projetar as potencialidades do município, entre as quais o seu esforço educativo, também teve a forte mão da Maçonaria, como se pode verificar no Quadro 9, onde assinalamos os obreiros a sombreado [523].

[523] GUIMARÃES, 1986a: 38.

Quadro 9. A Maçonaria na Comissão executiva da Exposição Agrícola-Industrial de Gaia.

Presidente	Artur Ferreira de Macedo
Vice-presidente	Caetano Pinho da Silva
Tesoureiro	Augusto Martins da Cunha
Vogais	João Guerreiro de Figueiredo Almeida
	Miguel Joaquim da Silva Leal
	António Pinho da Silva
	Tomás Cardoso Júnior
	Francisco da Rocha Romariz
	José Carlos Gonçalves da Silva
	António Carvalho Correia Lima
	José Pinto Amorim da Costa
	José Gonçalves da Silva Matos

Fonte: *O GRILLO DE GAYA*, n.º 14, 1894: 2 e documentação referenciada no anexo 13.

Durante a República, verifica-se uma continuidade da obra maçónica em virtude de uma maior instalação de obreiros em posições de destaque a nível dos corpos gerentes de instituições, como já vimos, mas também a nível do poder municipal através de vereadores[524] e até mesmo de um presidente da Câmara, Miguel Leal Júnior, e até a nível do poder central, como foi o caso de Bernardo Lucas, deputado da Nação. Se é certo que, no período em estudo «a pertença à Maçonaria não se refletiu numa relação de causa efeito na ação governativa[525]», esta presença de maçons em posições estratégicas, particularmente acentuada nas primeiras décadas do século XX, não deixa de ser reveladora da forte possibilidade de influência na obra educativa no município.

No capítulo seguinte, vamos perseguir outra dimensão da «educação» em VNG, emanada desta sinergia educativa diversa e conjunta, oriunda de diferentes quadrantes sociais, políticos e ideológicos, materializada nas taxas de alfabetização e na rede escolar municipal.

[524] Vd. obreiros nas vereações de VNG, entre 1880 e 1931, em Anexo 16.
[525] VENTURA, 2016: 21.

REDE EDUCATIVA

Em 1878, 79, 4% dos portugueses maiores de 6 anos residindo no continente do Reino não sabiam ler. Cem anos depois, a taxa de analfabetismo reduzira-se a cerca de 17%. Mais importante ainda é notar que, enquanto, em 1890, 74% das crianças com idades entre os 7 e os 9 anos permaneciam iletradas, desde 1960 que todos os portugueses aprenderam a ler e a escrever entre essas idades. Os que gostam de ver índices a crescer deviam estar satisfeitos com esta curva ascendente. Mas ninguém está. Comparam-se estes dados com outros países europeus e fala-se de atraso. […] *As ideologias modernas fizeram da alfabetização uma coisa tão positiva como a salvação da alma. De modo que a sua história num país tem por força de ser ou a epopeia de uma vitória ou o processo de uma derrota*[526].

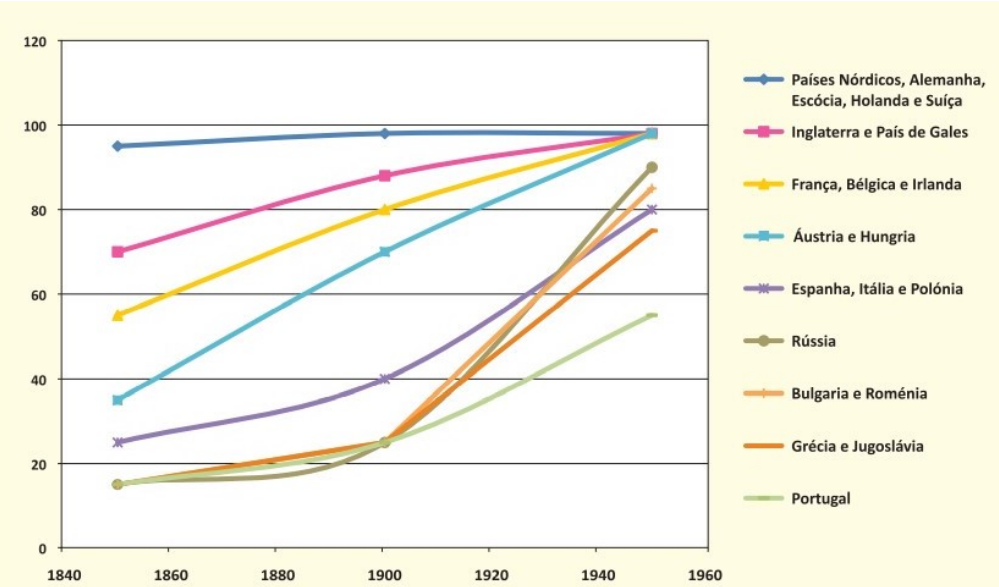
[526] RAMOS, 1988: 1067.

2. Rede Educativa

2.1. Percursos de alfabetização

2.1.1. A alfabetização em Portugal: «O processo de uma derrota»?

Gráfico 6. Alfabetização na Europa, 1850-1950.



Fonte: *Apud* CANDEIAS, 2010: 28.

António Candeias serve-se do gráfico supra para, corroborado por vários estudos anteriores, sintetizar um conjunto de conclusões que justificam o designado «processo de derrota» da alfabetização portuguesa: as sociedades com maior influência do protestantismo e as regiões de maior desenvolvimento económico e mais industrializadas eram, no século XIX, as mais alfabetizadas; o núcleo duro da alfabetização europeia situava-se no Norte e Centro – Norte da Europa; existe uma relação entre fatores religiosos, económicos e geográficos e o crescimento da alfabetização e da escolarização; as sociedades com graus de alfabetização mais intensos, tenderam a escolarizar-se mais cedo, independente da legislação existente; apesar das tendências supracitadas se prolongarem até ao século XX, esta centúria vai conhecer exceções que se devem a opções de Estado, como é o caso, por exemplo, de uma parte dos Balcãs e dos regimes que, em 1918 e 1945, se tornaram socialistas; e, por último, o caso português é um «caso singular de dupla periferia no contexto europeu,

periferia face ao "núcleo duro" da alfabetização e, no decorrer do século XX, periferia face aos limites Sul, Leste e oeste»[527].

Este atraso no processo de alfabetização português corresponde a um atraso na «construção da forma de socialização típica da Modernidade Ocidental, ou seja, a escola nacional, laica, gratuita e obrigatória para todas as crianças de ambos os sexos»[528] que as leis de Costa Cabral precocemente ofereceram ao país.

O autor que temos vindo a citar refere que as elites portuguesas se dividiam ante a implementação de uma «escola verdadeiramente nacional e o realismo perante as condições gerais do país», reconhecendo a impossibilidade da escolaridade obrigatória numa sociedade dependente de uma agricultura de subsistência, para a qual contribuía o trabalho infantil[529]. Como observou Jaime Reis, a assunção de uma educação elementar implicava um investimento irrecuperável e incomportável para uma grande parte da população portuguesa. Isto, devido, não só «à fragilidade das economias familiares traduzidas pelo baixo nível de rendimento real *per capita do País*», mas também às limitadas oportunidades de emprego no contexto de uma «economia dominada por uma agricultura tecnicamente rudimentar e de reduzida produtividade»[530]. Em simultâneo e pelas mesmas razões, não se verificava uma procura «espontânea» forte pela educação e, por outro lado, contrariamente ao que aconteceu em vários países da Europa, os costumes sociais e religiosos nacionais não estimulavam a população nesse sentido[531]. Assim, para elevar significativamente a população alfabetizada «era necessário que o Estado providenciasse estabelecimentos de ensino e professores em maior quantidade e criasse, simultaneamente, mecanismos de pressão sobre os pais para que os seus filhos fossem à escola»[532]. Faltou, porém, «a motivação adequada para essa intervenção, em contraste com o que se verificou noutros Estados

[527] CANDEIAS, 2010: 29.
[528] *Apud* CANDEIAS, 2010: 30.
[529] CANDEIAS, 2010: 31.
[530] REIS, 1993: 23.
[531] REIS, 1993: 23.
[532] REIS, 1993: 24.

do Sul da Europa»[533]. Efetivamente, a pobreza e o fraco poder de compra da esmagadora maioria da população justificam, de algum modo, as várias exceções na legislação, assim como a brandura nas punições para os incumpridores[534]. Todavia, este quadro circunstancial não constituía característica exclusiva de Portugal mas, no entanto, permanecemos na periferia das periferias, o que significa que outras especificidades do contexto nacional determinaram esse atraso que, segundo Candeias, se relacionam com a ausência de uma política eficaz para a erradicação do analfabetismo, de forma continuada e sustentada, desde a monarquia ao Estado Novo[535].

O autor refere que «quer a primeira República quer o Estado Novo veem a educação, do ponto de vista orçamental, como um pequeno detalhe», sendo que as Guerras fizeram baixar a dotação para a educação e para a assistência social[536]. Efetivamente, só a partir da década de trinta do século XX é que a percentagem do PIB aplicada na educação se aproximou de 1%[537].

Neste flagelo de periferia da periferia, inscreve-se ainda o rural como realidade assimétrica endógena, sendo que «a distinção entre urbano e rural acentuava-se no que respeitava à falta de oportunidade escolar, como também na desvalorização da formação escolar»[538].

Neste debate sobre a lenta alfabetização, Jaime Reis aponta como razões comuns ao conjunto de países do sul da Europa o atraso económico, a falta de desenvolvimento social, o baixo nível de urbanização e a formação religiosa[539]. Porém, segundo o autor, no caso nacional, a tranquilidade subsequente à Regeneração, originou uma «pronunciada apatia em relação à difusão do ensino elementar e da alfabetização, tendo em mente o caráter «civilizador» atribuído então à educação» noutros quadrantes

[533] REIS, 1993: 24.
[534] CANDEIAS, 2010: 31.
[535] CANDEIAS, 2010: 34.
[536] CANDEIAS, 2010: 41.
[537] *Apud* CANDEIAS, 2010: 40.
[538] MAGALHÃES, 2013c: 66.
[539] REIS, 1993: 29.

geográficos[540], ou seja, «é tentador julgar que num quadro de maiores tensões, mais forte teria sido a vontade de educar e mais rápido teria sido o progresso da alfabetização em Portugal[541]».

Ao analisar os dados referentes a 1930, sentimos a «derrota» deste processo. Segundo Rui Ramos, a alfabetização portuguesa «lembrava demasiado a alfabetização que já existia no século XIX, não só pela sua peculiar distribuição regional, como pelo limitado papel que nela tinha a escola, ou ainda pela sua pobre qualidade»[542]. Conforme se verifica através do Quadro 10, até 1930, os maiores progressos da alfabetização não se registaram na idade escolar. Aliás, ainda na década de 1930, foram os jovens adultos que mais contribuíram para a melhoria da taxa de alfabetização[543]. Em 1940, é a classe do 14-25 anos em que os homens são mais letrados, significando que a «alfabetização juveniliza-se, torna-se mais igual para ambos os sexos, quer dizer: escolariza-se»[544]. Mesmo assim, no dizer de Rui Ramos, em 1950, a alfabetização das crianças em idade escolar demonstra as antigas tendências: norte mais letrado que o sul, mulheres menos alfabetizadas no norte do que no sul[545].

Quadro 10. Evolução da Alfabetização no continente por grupos etários.

Datas de nascimento	1900		1911		1920		1930		1940		1950	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1866-1895	7-14 anos		15-24 anos		23-34 anos							
	24%	15,6%	43,2%	34,9%	49,7%	29,5%						
1896-1905			7-14 anos		15-24 anos		23-34 anos					
			30,1%	21,5%	46,6%	33,7%	56,2%	35,6%				
1906-1915					7-14 anos		15-24 anos		23-34 anos			
					33,7%	26,5%	52,8%	36,9%	58,6%	46,5%		
1916-1925							7-14 anos		15-24 anos		23-34 anos	
							36, 8%	29,2%	64,3%	51,1%	72,6%	55,1%
1926-1935									7-14 anos		15-24 anos	
									57,9%	50,3%	73,8%	52,1%
1936-1945											7-14 anos	
											76,6%	73,4%

Fonte: RAMOS, 1993: 64 (adaptado).

[540] REIS, 1993: 35.
[541] REIS, 1993: 35.
[542] RAMOS, 1993: 58.
[543] RAMOS, 1993: 59.
[544] RAMOS, 1993: 60.
[545] RAMOS, 1993: 60.

2.1.2. A alfabetização em VNG, entre 1878 e 1930: «A epopeia de uma vitória»?

O *I Recenseamento Geral da população portuguesa* (1864) constituiu o primeiro inquérito populacional a reger-se pelas orientações internacionais do Congresso Internacional de Estatística de Bruxelas (1853), marcando o início dos recenseamentos da época contemporânea. No entanto, embora as orientações já indicassem que os recenseamentos deveriam ser realizados de 10 em 10 anos, o Censo seguinte apenas se realizou em 1878, ao qual se seguiria o de 1890. A partir de então, têm vindo a acontecer, com algumas exceções, em intervalos regulares de 10 anos, de que o ano de 1910 é exemplo, devido à instabilidade provocada pela implantação do regime republicano. O rigor dos dois primeiros Censos foi inviabilizado pela falta de colaboração das entidades locais e da falta de dinheiro disponível para pagar aos recenseadores. Além disso, o «povo não parecia colaborar. Não se podia apagar de um momento para o outro uma tradição já quase milenar de relação entre cômputos e impostos ou recrutamento militar»[546]. Desde o Censo de 1878 até ao realizado em 1930, são considerados como alfabetizados, os indivíduos que sabiam, pelo menos, ler. Nas questões de inquirição, perguntava-se aos adultos se sabiam ler ou escrever, para as crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, questionava-se se frequentavam ou não a escola[547].

A nossa análise começa no ano de 1878, por ser o mais próximo do nosso marco cronológico inicial (1880). Não havendo dados uniformes para o período em estudo que nos permitam aferir a taxa de analfabetismo por freguesia, optámos, numa primeira instância, por comparar as taxas de analfabetismo do concelho com as do país e, posteriormente, procurámos aferir o número de analfabetos em relação à população total da respetiva freguesia. Assim, observamos que VNG acompanhou o esforço nacional de combate ao analfabetismo, apresentando números decrescentes ao longo dos Censos e taxas de analfabetismo muito idênticas. No entanto, se analisarmos por

[546] CANDEIAS; PAZ; ROCHA, 2007: 52.
[547] CANDEIAS; PAZ; ROCHA, 2007: 52.

géneros, verificamos que a taxa de analfabetismo masculino foi tendencionalmente inferior à média nacional, enquanto que a feminina foi superior (Quadro 11). Nota-se, também que, a partir de 1911, o número de analfabetos se aproxima mais dos resultados nacionais.

Quadro 11. Taxas de analfabetismo entre 1878 e 1920, em VNG e no país.

Anos	VNG		Portugal	
	H	M	H	M
1878	67,08	90,06	72,53	85,44
1890	63,94	86,87	67,60	83,50
1900	63,52	82,94	65,00	82,10
1911	59,29	78,40	60,80	77,40
1920	56,16	73,63	56,70	72,50
1930	53,29	71,21	64,37	76,76

Fonte: *CENSOS DE PORTUGAL*.

Observando a mancha cromática patente no Mapa 3, resultante dos progressos na alfabetização do concelho, percebe-se que esse processo não foi uniforme na totalidade geográfica que compreende o município, quer na dicotomia litoral/interior ou na do centro/periferia. Note-se o caso de Canidelo que, apesar de uma situação geográfica muito semelhante à de Santa Marinha, não acompanha os progressos deste centro comercial e industrial, o qual vai acentuar a sua centralidade com a chegada do comboio. Por outro lado, fatores humanos poderão ter contribuído para o acanhamento do processo de alfabetização nesta localidade, aspeto sobre o qual colocaremos mais adiante os contemporâneos a comentar. Mafamude, à medida que avançamos no tempo, vai beneficiando, por um lado, do crescimento da urbe que se vai deslocando da beira-rio para cotas mais altas transpondo os limites territoriais de Santa Marinha, para esta freguesia e, por outro lado, vai recolhendo os frutos da ação de Diogo Cassels, processo em que nos deteremos, também, mais adiante.

As freguesias do eixo central do concelho – S. Félix, Seixezelo, Canelas e Vilar de Andorinho - são as que evidenciam um percurso mais tímido e lento, mesmo em relação às mais afastadas do centro do concelho, como são o caso dos antigos coutos de Grijó e

de Sandim. Observa-se, também, que, apesar da experiência efémera do conde de Resende da criação de uma escola em Canelas, em 1869, o processo de alfabetização tardou aqui em produzir efeitos. Por seu turno, a freguesia de Arcozelo destaca-se nos Censos de 1900 em relação às restantes freguesias do concelho, o que se deverá aos esforços do abade de Arcozelo na escola patrocinada pelo Visconde homónimo, protagonismo que vai esmorecendo nas décadas seguintes, para voltar a ter índices de alfabetização mais expressivos em 1920 e 1930, os quais poderão ser justificados com o alargamento da rede de escolas oficiais e, plausivelmente, pela ação da Escola-oficina das Grades Verdes.

Enfoquemos também o caso da freguesia da Madalena, tal como Arcozelo, com algum destaque relativamente às freguesias do litoral. Porém, neste caso, a localidade inaugurou a sua escola oficial, apenas, em 1888[548], pelo que, também, neste lugar, o ensino particular terá feito encolher os índices de analfabetismo, de que foi exemplo a escola com ensino noturno para adultos, a expensas da missão da Escola do Bom Pastor[549].

A freguesia de Olival, apesar de fazer parte do grupo de localidades junto da orla fluvial, mantém durante todo o período índices de alfabetização inferiores a 30%. Seria expectável que Sandim apresentasse um panorama semelhante ao desta freguesia, muito distante do centro do município a que pertence, bem como, do centro do concelho limítrofe, de Santa Maria da Feira. Acrescenta-se que, apesar de território fértil e densamente irrigado, não tinha rio navegável que facilitasse a circulação e cativasse a fixação da indústria. Trata-se, antes, de uma comunidade eminentemente agrícola, na maioria dos casos de autossuficiência, onde a escola oficial tardou em implantar-se (cerca de 1875)[550]. Porém, à exceção do Censo de 1911, que coincide com a aposentação

---

[548] QUEIROZ, *et al.*, 2005: 164.

[549] SILVA; AFONSO, 2017: 45.

[550] Em 1867, aquando de uma inspeção escolar só se rastreou uma escola, e esta era particular – a do professor Manuel de Sousa Lopes, no lugar da Igreja, com 20 alunos, onde, segundo a Junta, o ensino era «desatualizado», pelo que pediam uma escola régia, oferecendo um espaço – o piso superior da Cadeia, tendo a Câmara que custear as obras e o mobiliário necessário. Em 1873, a Junta de Paróquia queixava-se da falta de escola, salientando que as escolas oficiais mais próximas eram as de Avintes e de Pedroso BAPTISTA, 2000: 105.

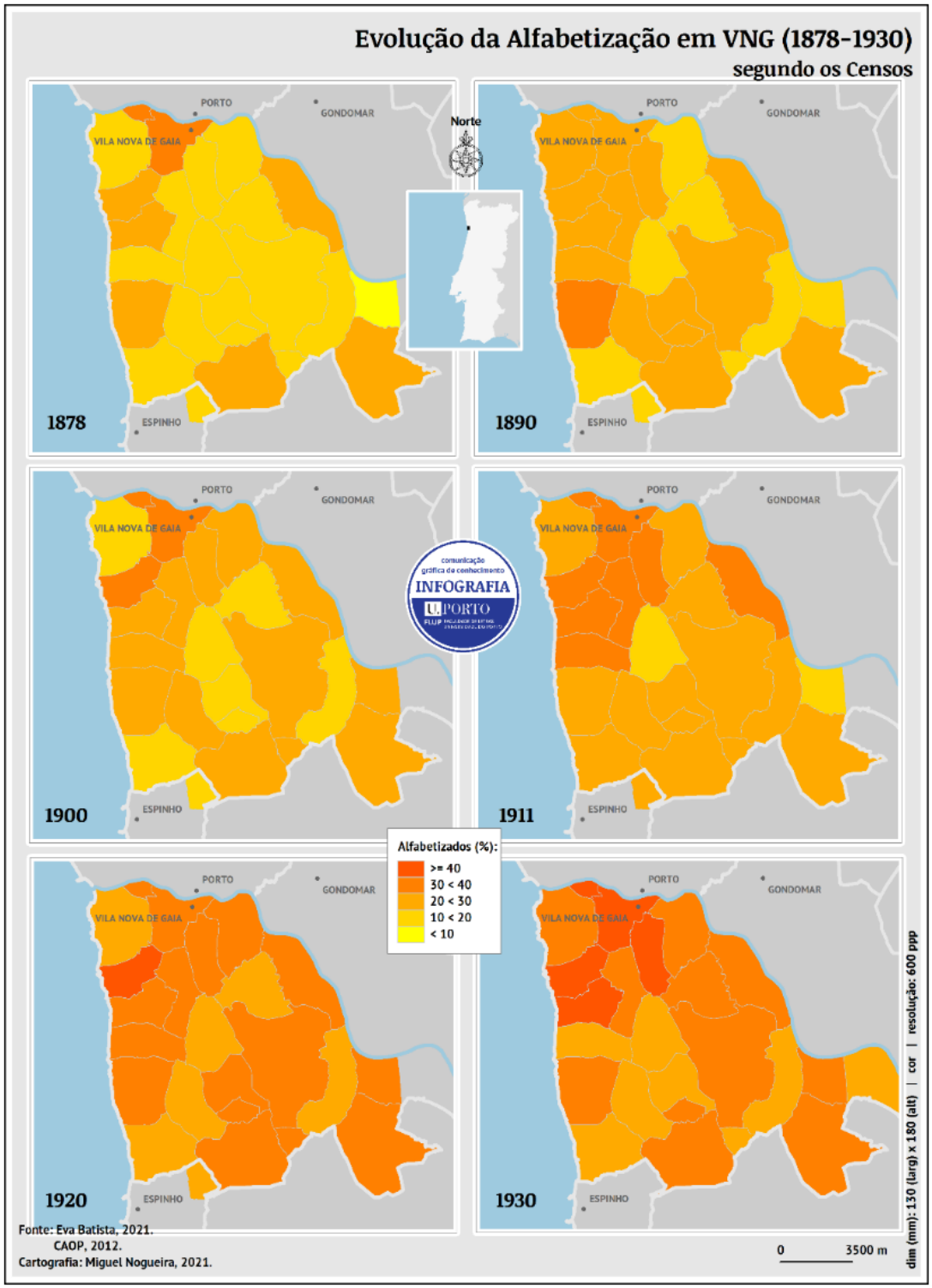
do professor, tendo a escola por esse motivo estado sem funcionar até dezembro de 1912[551], esta freguesia apresentará sempre um número de alfabetizados em relação à população, muito semelhante a freguesias como Pedroso e Avintes, por exemplo, o que se justificará pelo recurso ao ensino particular e ao impacto das escolas móveis, a partir da República.

Já Crestuma apresenta sempre níveis muito baixos de alfabetização. Só a partir do Censo de 1920, é que se registam evidências de mudança naquele que era um crónico e acentuado analfabetismo, alterações que se devem ao contexto de consolidação de núcleo fabril na foz do rio Uíma, afluente do Douro, e ao simultâneo desenvolvimento de um contexto de socialização favorável à educação, despoletado pela empregabilidade e pelo estímulo de proprietários fabris[552] e do associativismo[553].

O Mapa em análise (Mapa 3) mostra um processo de alfabetização muito tímido, mesmo no que respeita às freguesias de Santa Marinha e Mafamude, com as especificidades a que já aludimos, mas continuamente atrativas e recetoras de massas analfabetas provindas das freguesias agrícolas e de outros pontos do país[554].

[551] BAPTISTA, 2000: 106.
[552] Por exemplo, a fábrica de Augusto César da Cunha Morais. Sobre a personagem vd. Anexo 6.
[553] Vd. Centro Popular de Instrução e Recreio de Crestuma, em Anexo 5.5.
[554] Por questões de legibilidade o mapa não contém o nome das freguesias. Lembramos que as indicamos no início deste trabalho, no mapa 1.

Mapa 3. Evolução da alfabetização em VNG, entre 1878 e 1930.



Fonte: Elaboração da autora com base nos *CENSOS DE PORTUGAL*.

2.1.2.1. O problema do analfabetismo segundo os contemporâneos

Um estudo publicado, em 1908, num jornal local, sobre a Instrução Primária em Gaia, concluiu que este era um concelho de analfabetos, onde em cada 100 habitantes, 68 não sabiam ler. Esta era a medida geral, tomada sobre todo o território, porém, os resultados revelavam-se muito oscilantes entre as freguesias (Quadro 12). As mais favorecidas eram Mafamude e Santa Marinha, que constituíam a parte urbana do concelho, e «onde sobretudo se manifestam os benefícios espalhados[555]» por Diogo Cassels e pelo Visconde das Devesas. Já no extremo oposto, em Sermonde e Guetim, apenas 13 em cada 100 habitantes sabiam ler, o que equivalia a 87% de analfabetos. Esse analfabetismo extremo era justificado pela ausência ou desadequação de escolas ao número de habitantes.

> *A causa deste vergonhoso atraso, é perfeitamente lógica e natural. É que destas duas freguesias, Sermonde nunca teve escola, apesar de solicitada pela Câmara de 1903; e Guetim só a tem a funcionar desde 1902, data posterior à confeção do último Censo.*
>
> *Todas as outras freguesias, que se aproximam do extremo analfabetismo, tem também a justificação do seu atraso na falta de escolas; e todas elas estão incluídas no plano da distribuição de escolas deste concelho, aprovado pela Câmara em 15 de novembro de 1904.*
>
> *Fazia, com efeito, parte desse plano a criação das seguintes escolas: para o sexo masculino em Canelas; para o sexo feminino em Arcozelo, S. Félix da Marinha, Serzedo, Valadares, Gulpilhares, Sandim, Perosinho e Crestuma; escola mista em Sermonde e transformar a escola de Seixezelo, que é do sexo masculino em mista. Fazem exceção Vilar de Andorinho, Olival e Canidelo. As duas primeiras não foram incluídas no plano, porque já tinham, ao mesmo tempo, cada uma sua escola do sexo feminino, de criação recente; e Canidelo porque tinha há muito uma escola para cada sexo.*
>
> *Esta freguesia merece menção especial.*

[555] *A DEFESA*, n.º 10, 1908: 1.

Canidelo apesar de ter duas escolas, aparece-nos ainda com a vergonhosa percentagem de 78 por cento de analfabetos, enfileirando atrás de Canelas, que tem só uma escola, e tão longe de Serzedo e Valadares, cuja população lhe é inferior, e que têm respetivamente uma escola cada uma!

Seria de grande vantagem para o concelho, e sobretudo para aquela freguesia, que o Sr. Subinspetor do Círculo de Gaia prestasse atenção ao estranho caso, e procurasse as causas deste injustificado atraso[556].

Vê-se pelo contrário Arcozelo com 3.036 habitantes, Valadares e Serzedo cada uma com 2.409, e com uma escola só, lutando heroicamente para aproximar-se da percentagem das freguesias que têm mais de uma escola[557].

Contudo, uma análise ao estado da alfabetização por sexos (Quadro 13), revela que Mafamude continuava no topo da tabela, não ao lado de Santa Marinha, mas de Vilar do Paraíso, sendo as duas únicas freguesias do concelho, em que os homens que sabiam ler estavam em maioria em relação aos analfabetos. Santa Marinha, cabeça do concelho, com 4 escolas do sexo masculino no Censo de 1900 (sendo duas delas mistas), descia para o quarto lugar. Saliente-se, também, o caso de Vilar de Andorinho, limítrofe com freguesias que não tinham escolas e onde existia, há vários anos, uma escola mista mas que, no entanto, se mostrava «muito mais atrasada do que as terras sertanejas do concelho, como Sandim e Crestuma»[558]. Já em relação a Canelas, «que nunca teve, escola do sexo masculino», não era das que menos percentagem apresenta. «Isto

---

[556] Não conseguimos aferir com rigor o que estaria na base desta percentagem de analfabetismo. Todavia, não será despropositado mencionar aqui as queixas de Rosa da Glória Soares Vaz Castro, professora em Canidelo, entre 1884 e 1889, relativamente à dificuldade em se encontrar um edifício escolar e à violenta resistência por parte da Junta em relação à escola e à docente. No Anexo 17, excertos do processo de reclamação da docente, que são testemunho das dificuldades do processo de escolarização e do próprio exercício das funções docentes. Em 1892, o jornal *O GRILLO DE GAYA*, referia: *O professor é quase um analfabeto, um barqueiro ou tintureiro, julgamos nós; a professora uma meiga e modesta rapariga, mas longe dos elementos que a pedagogia moderna exige. Acresce a circunstância da Junta de Paróquia ser constituída de nulidades que nunca compreenderam a instrução e tanto isto espanta quanto é certo que, o abade pertencendo à mesma junta, a responsabilidade deste atraso pertence então a este* […]. N.º 1, 1892: 1-2. Sabemos, também, que em 1905 foi dirigida uma representação ao Governo, atendendo-se às queixas da comunidade da freguesia de Santo André de Canidelo e às vantagens reconhecidas pelo Sr. Subinspetor deste Círculo escolar para que se transformem as escolas existentes (uma de cada sexo) em mistas. *O PORTUCALENSE*, n.º 19, 1907: 3.

[557] *S. a.,* 1908b: 1.

[558] *S. a.,* 1908b: 1.

mostra o sacrifício daquele povo, que, ou paga a sua instrução em escolas particulares […] ou vencendo grandes distâncias, vai procurar instruir-se às freguesias vizinhas»[559].

Quadro 12. Relação entre escolas e alfabetização em VNG (1908).

Freguesias	População superior a 7 anos	População que sabe ler	% dos que sabem ler sobre os analfabetos	n.º de escolas
MAFAMUDE	4.349	1886	43,36	6
SANTA MARINHA	11.858	4.618	38, 94	2
AVINTES	4.526	1.632	36, 05	3
VILAR DO PARAÍSO	2.540	836	32, 91	2
MADALENA	1.698	557	32, 80	2
GRIJÓ	3. 372	1.170	31,73	2
OLIVEIRA	4.176	1.263	30, 24	2
ARCOZELO	2.453	727	29, 63	1
PEDROSO	5.279	1.562	29, 58	3
VALADARES	1.946	566	29, 08	1
SERZEDO	1.946	555	28, 52	1
CRESTUMA	834	235	28, 17	1
SEIXEZELO	522	141	27, 01	1
SANDIM	1.712	457	26, 69	1
GULPILHARES	1.778	469	26, 37	1
OLIVAL	1.265	300	23, 71	2
CANIDELO	1962	443	22, 58	2
CANELAS	1.424	314	22, 05	1
VILAR DE AND.	1.533	338	22, 04	2
PEROSINHO	1.426	313	21,94	1
S. FÉLIX	2.272	482	21,21	1
SERMONDE	284	52	18, 30	-
GUETIM	460	63	13, 69	1
TOTAL	59.615	18.879	31.66	39

Fonte: *S. a.,* 1908b: 1.

[559] *S. a.,* 1908b: 1.

Quadro 13. Relação entre escolas e alfabetização masculina em VNG (1908).

Freguesias	População superior a 7 anos	População que sabe ler	% dos que sabem ler sobre os analfabetos	Escolas do sexo masculino
MAFAMUDE	2.110	1.137	53,88%	1
VILAR PAR.	1.165	606	52, 01	1
AVINTES	2.065	1.024	49, 58	2
S.ta MARINHA	5.907	2.897	48, 36	4[560]
MADALENA	797	383	47, 83	1
SERZEDO	853	408	47, 83	1
PEDROSO	2.569	1.206	46, 94	2
SEIXEZELO	238	111	46, 94	2
GRIJÓ	1.348	624	46, 63	1
SANDIM	716	323	45,11	1
ARCOZELO	1.164	520	44,67	1
GULPILHARES	836	342	40,90	1
OLIVAL	512	208	40, 90	1
CRESTUMA	414	163	39, 37	1
OLIV. DOURO	2.028	787	38,80	1
VALADARES	896	339	37,83	1
CANELAS	674	250	37,09	-
S. FÉLIX MAR.	1.057	384	36, 32	1
CANIDELO	967	250	35, 26	1
PEROSINHO	563	191	33, 92	1
VILAR ANDOR.	754	233	30, 90	1
SERMONDE	117	31	26, 49	-
GUETIM	185	48	25, 94	-
TOTAL	27. 935	11.932	42,71	25

Fonte: S. a., 1908c: 1.

[560] Duas destas escolas estavam extintas em 1908.

A população estava consciente que a construção de uma rede escolar adequada era condição *sine qua non* para o combate ao analfabetismo, que se fez sob os impulsos do quadro legal e da iniciativa e reivindicação locais. Conseguimos observar essa sinergia em várias localidades, como em Santa Marinha, Mafamude, Avintes, Vilar do Paraíso, entre outras, mas enfocaremos aqui o caso de Pedroso. De facto, no seguimento da promulgação do Regulamento do Decreto de 24 de dezembro de 1901 que, através do seu artigo 2.º, isentava de frequentar as escolas as crianças que residissem a mais de 2 km de distância de alguma escola gratuita pública ou particular, motivou uma carta aberta ao Diretor-Geral da Instrução Pública, Abel de Andrade, publicada por um proto republicano, José Domingues da Rocha Beleza[561], num jornal local da mesma feição política[562], para expor o problema da falta de escolas e de outras condições para combater um absentismo "consentido" por lei. Em síntese, queria demonstrar que a lei vinha agudizar o problema do absentismo local, «pois que em lugar do governo se poder queixar do desleixo dos pais ou tutores, são estes, com justa razão, que se lastimam da falta de espaço nas salas existentes e da criação de novas fontes de instrução»[563]. Dá a conhecer que a freguesia de Pedroso tinha, aproximadamente 36 km^2, compondo-se de 51 lugares, alguns dos quais a mais de 4 Km de distância, e a maior parte, a mais de 2 Km de qualquer das 3 escolas existentes. Significava, portanto, que à luz do artigo citado, ficariam isentas de aprender as crianças de 25 lugares, o que corresponderia a aproximadamente metade da freguesia. No estudo que apresenta, José Beleza aponta para um número de «405 portugueses que por lei ficam analfabetos». Porém, esse número aumentava, ainda, um pouco mais, em virtude da escola do Mexedinho ser masculina e não mista, colocando de fora do sistema de ensino 61 raparigas, o que perfazia «um total de 466 crianças condenadas à ignorância»[564]. Por outro lado, as 3 escolas (escola do sexo masculino, com sede nos Carvalhos, escola do sexo masculino com sede em Mexedinho, escola do sexo feminino, com sede nos Carvalhos) incorriam

[561] Vd. Anexo 6.
[562] Vd. transcrição da notícia em Anexo 18.
[563] *A DEFESA*, n.º 50, 1906: 2.
[564] *A DEFESA*, n.º 48, 1906: 2.

em ilegalidade, pois todas tinham uma frequência bem superior a 50 alunos, em salas de dimensão insuficiente[565].

A escola do sexo feminino de Pedroso foi, de igual modo, alvo de interessante polémica que José Beleza trouxe para a Imprensa. Criada por publicação no Diário do Governo do dia 2 de novembro de 1900, foi instalada num «casebre antigo» a que deram «uma lavadela, fazendo-lhe um acréscimo - uma sala que servisse para a escola»[566], onde esteve durante pouco tempo, no lugar de Figueiredo. Porém, atendendo à falta de condições e ao facto de o lugar dos Carvalhos ser o mais populoso da freguesia, dando por si só frequência bastante para a escola, os moradores dos Carvalhos fizeram uma representação, por meio de assinaturas, pedindo que fosse transferida do lugar de Figueiredo para o dos Carvalhos. A petição foi aceite, tendo a escola ficado instalada num edifício cedido por Maria de Sousa Carvalho, em regime de gratuitidade por 3 anos. Todavia, chegados a 1905, a escola vê-se novamente transferida para a zona de Figueiredo/Santa Marinha, um lugar mais recôndito, o que motivou prolongados protestos. Isto, porque pelo recenseamento escolar de 1905, verificava-se que das 499 meninas recenseadas, 340 mais facilmente poderiam ir à escola aos Carvalhos, quer pela distância, quer pelos caminhos; ao passo que para o lugar de Santa Marinha, apenas 159 a aproveitavam. O erro, segundo os protestos de José Domingues Beleza no jornal, não provinha do Conselheiro, porque este não conhecia topograficamente a freguesia, nem do recenseamento escolar da mesma, mas sim, dos caciques eleitorais[567].

> *Escola do sexo feminino de Pedroso V*
>
> *Prosseguindo na nossa demonstração da justiça feita pelo senhor João Franco na transferência da escola, para premiar serviços eleitorais, temos a dizer que nos punge deveras ver o desamor que se vota à instrução, não tendo em mira os benefícios que uma escola pode prestar na iluminação dos cérebros juvenis, mas sim quasi que o firme propósito de os obrigar a permanecer nas trevas.* [...]

[565] *A DEFESA*, n.º 50, 1906: 2.
[566] *O PORTUCALENSE*, n.º 15, 1906: 2.
[567] *O PORTUCALENSE*, n.º 15, 1906: 2.

Sim, eles lá não sabem que nós retiramos as escolas dos centros populosos para as levarmos para o meio dos pinhais (o que pode ser muito higiénico, mas pouco útil), que as escolas primárias são verdadeiras escolas móveis, que hoje estão aqui, amanhã além, consoante a vontade dos políticos de Pedroso e que, por último, foram transformadas em galardão! [...]

Por que razão não se acaba com isto, criando outra escola?

Compulsando nós o recenseamento escolar deste ano, vemos nele inscritas 482 meninas que só têm uma escola para frequentar! Uma parte não vai lá, porque a lei a isenta disso, pela distância a que fica a escola e, da outra parte, muitas não podem ir, porque não têm lugar.

Como remediar isto?

Criando outra escola. Pode criar-se? Pode e vamos dizer porquê.

Nos países adiantados, a instrução pública dá sempre deficit, mas cá não sucede assim; cá, a instrução é uma fonte de receita e, portanto, não seria penoso que se dispensassem algumas centenas de mil réis e se criasse outra escola do sexo feminino, que tão precisa é.

Já que em muitas coisas imitamos os estrangeiros, ainda que custe um bocadinho, imitemo-los também na instrução, que não nos fica mal [568].

Com a abertura das aulas, José Beleza acentua as suas críticas, ironizando que alimentava a esperança de que o salão da escola de Figueiredo não fosse suficiente para comportar o número de meninas matriculadas.

Supúnhamos que, devido à amenidade do clima naquele lugar, a colónia escolar seria grande e que, pelas magníficas estradas de rodagem porque é servido, os veículos de variadíssimas espécies andariam num constante vaivém, conduzindo crianças para a escola[569].

No mesmo jornal, um outro articulista com o pseudónimo de *Roger*, ao descrever o cortejo da festa escolar, faz reparar que se os pais das alunas da escola de Figueiredo,

[568] BELEZA, 1906a: 2.
[569] BELEZA, 1906b: 1.

que eram quase todas dos Carvalhos,[570] recusassem a que as suas filhas encorpassem no cortejo, «a digna professora ver-se-ia na dura necessidade de não comparecer a esta grande festa de instrução, por falta de alunas»[571]. Além do reduzido número de discentes recenseadas nesta localidade, o autor denunciava que estas tardavam em iniciar as atividades letivas, devido aos trabalhos agrícolas, nos quais participavam até ao fim do outono[572].

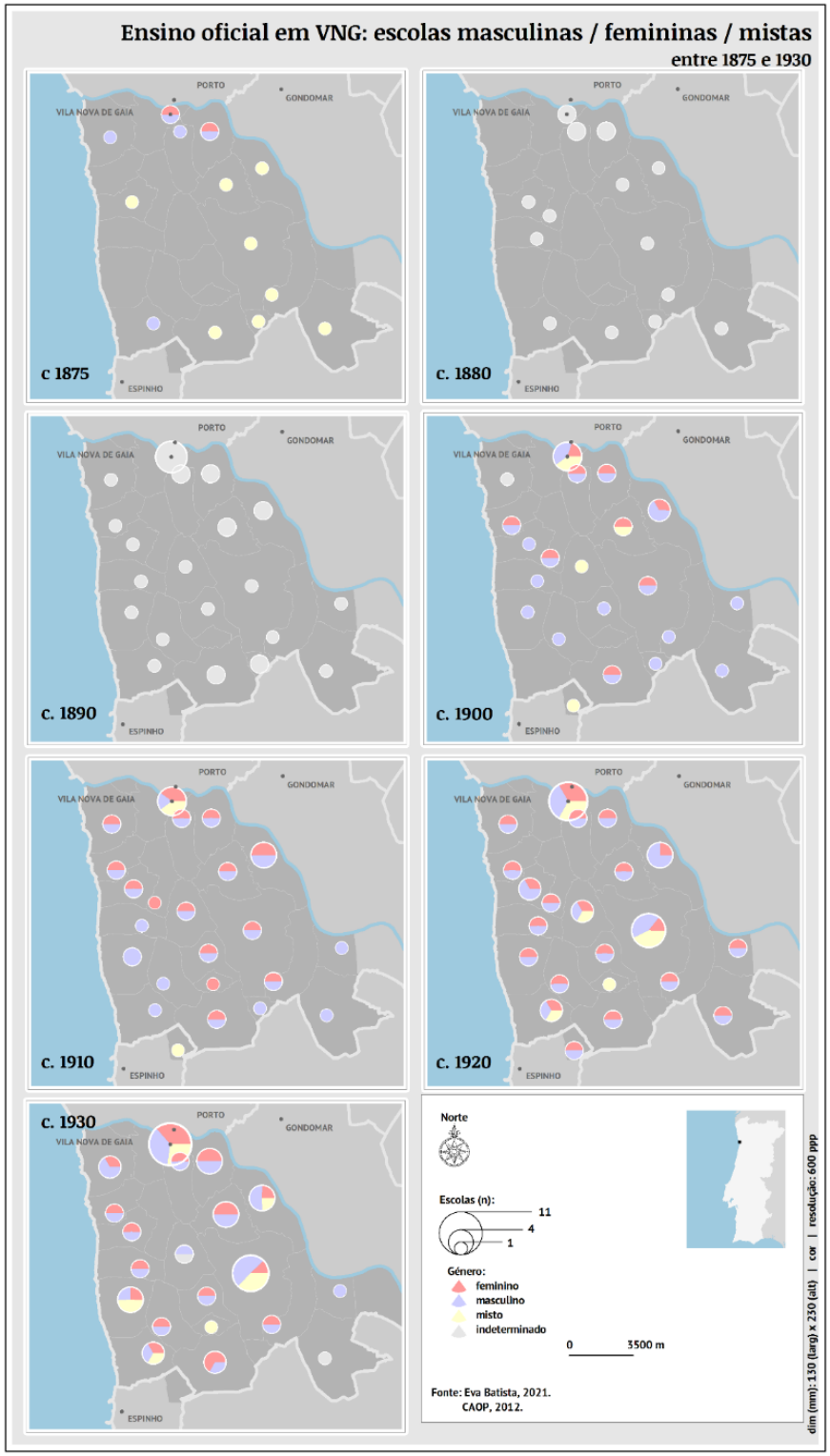
A pressão parece ter convencido as autoridades, uma vez que um ano depois, o mesmo José Beleza é autorizado superiormente a abrir, no lugar do Moeiro/Carvalhos, um curso de Instrução Primária[573]. Já a escola do sexo feminino de Figueiredo regressaria durante a República, por Decreto de 7 de agosto de 1915[574].

[570] O que segundo o autor obrigava as crianças a um passeio forçado de 7000 metros por dia «e por caminhos perigosíssimos!» *O PORTUCALENSE*, n.º 24, 1906: 2.
[571] *O PORTUCALENSE*, n.º 24, 1906: 2.
[572] *O PORTUCALENSE*, n.º 25, 1906: 2.
[573] *O PORTUCALENSE*, n.º 25, 1907: 3.
[574] BELEZA, 1991: 1.

2.2. Rede Oficial

2.2.1. Escolas de Ensino Primário

Mapa 4. Ensino oficial em VNG: escolas masculinas, femininas e mistas, entre 1875 e 1930.



Fonte: Elaboração da autora com base na documentação referenciada no Anexo 7.

Quadro 14. Rede de Escolas Régias e Particulares (1848).

		N.º DE ESCOLAS DE ENSINO PRIMÁRIO				N.º DE DISCÍPULOS			
		Régias		Particulares		Régias		Particulares	
FREGUESIA	LOCAL	M	F	M	F	M	F	M	F
V. N. GAIA	S. Roque	1				20			
Idem	Idem			1				45	
Idem	Idem			1				66	
Idem	Idem				1				20
Idem	Ferradores				1				15
MAFAMUDE	Padrão	1				45			
Idem	Bandeira			1				50	
Idem	Idem			1				13	
Idem	Idem				1				12
AVINTES	Cabanões	1				65			
Idem	Febros			1				24	
Idem	Outeiro			1				20	
S. FÉLIX MARINHA	Além do Rio			1					
Idem	Idem	1				22			
PEROSINHO	Igreja			1				41	
GRIJÓ	Corveiros	1				42			
Idem	Loureiro			1				39	
PEDROSO	Carvalhos	1				61			
VILAR PARAÍSO	Jardim			1				42	
OLIVEIRA DOURO	Igreja			1				68	
SEIXEZELO	Cabeço	1				45			
TOTAL		7	0	11	3	300	0	408	47

Fonte: *Apud* AFONSO; BAPTISTA; VAZ, 2019: 189-190.

Recuando a meados do século XIX, a rede escolar de VNG situava-se na linha de continuidade do projeto pombalino, porém, concentrada nas freguesias de maior densidade populacional. Em 23 freguesias contavam-se apenas 7 escolas régias, todas

masculinas, que ministravam Instrução Primária a 300 alunos e o dobro das particulares (11 masculinas e 3 femininas), para 408 alunos e 47 alunas[575] (Quadro 14).

O Mapa 4 mostra um ensaio do que poderá ter sido a evolução da rede escolar em VNG. Para a sua realização, utilizámos a informação documental e hemerográfica, constante nos Almanaques[576] e jornais referentes ao território em estudo e, para colmatar a falha de fontes o estudo de Fernando Corrêa[577] no que se refere ao ano de 1875. Daqui inferimos que há uma preponderância de escolas mistas no interior. As escolas femininas começam a ser uma realidade, apenas, a partir de 1900. Ao entrarmos no século XX, o número de escolas aumenta e diversifica-se a categoria (masculinas, femininas, mistas), espalhando-se por todo o território. Salienta-se, também, o aumento significativo de escolas em Pedroso e Canelas, sobretudo, a partir de 1920. Na mesma altura, assinala-se, também, o aumento da rede escolar em Arcozelo e em S. Félix da Marinha, o que entendemos estar associado ao paralelo processo de urbanização, decorrente da atração pela proximidade marítima e pelo apeadeiro dos caminhos-de-ferro.

Esta distribuição revela um processo de escolarização lento, pois, nem Gaia, nem o país dispunham ainda de edifícios adequados à prática do ensino e da aprendizagem[578]. Foi neste encalce que o conde Ferreira disponibilizou a sua fortuna, abrindo possibilidade a que cada cabeça de concelho criasse a sua escola de raiz[579], herança essa que a edilidade

---

[575] Estes dados constam de uma relação pedida pelo Governador Civil do Porto, em 1848, que procurava aferir o número escolas e de alunos mas, também, a qualidade dos métodos pedagógicos praticados e a inclinação política dos professores. O administrador dá conhecimento das dificuldades relacionadas com a extensão do concelho, referindo que seriam necessários mais do que 15 dias para vistoriar todas as escolas. Assim, cingiu-se àquelas localizadas em Santa Marinha, Mafamude e Avintes, na sua maioria, em «ordem e com bom método para o ensino».Vd. Anexo 19.

[576] No Anexo 20, compilamos as informações relativas às escolas e professores privados e oficiais, constantes dos Almanaques, referentes ao período em estudo.

[577] CORRÊA, 1991: 671.

[578] AFONSO; BAPTISTA; VAZ, 2019: 193.

[579] Em 1866, Joaquim Ferreira dos Santos, o "Conde Ferreira", deixa em testamento 144.000$000 réis para a construção de 120 escolas pelo país (equivalente às 120 cabeças de concelho, à época). As Câmaras Municipais ou Juntas de Paróquia (atuais Juntas de Freguesia) para concorrerem ao legado tinham que disponibilizar terreno com o mínimo de 600 metros, além do necessário para o edifício, recreio, habitação e horta do professor. A obra tinha que seguir fielmente a planta estipulada e concretizada no prazo de um ano. O seu testamento veio a colocar o governo perante um conjunto de responsabilidades: inexistência de instalações e de regras adequadas para um aceitável funcionamento das aulas. Também

gaiense não aceitou. Ao analisarmos as atas da Câmara, percebemos que a situação financeira era grave, ao ponto de estar em risco a autonomia daquele que era um recente concelho, pelo que depois das contas feitas, deliberou-se não aceitar o legado.

> *Tendo a Câmara encarregado o arquiteto de fazer o cálculo das despesas necessárias para a construção da casa, para a escola primária, conforme a planta adotada pelos testamenteiros do falecido conde Ferreira, e informando o mesmo, que só a construção da casa, além da expropriação do terreno para a mesma, importância em mais de 3.200$000, e não se achando esta câmara habilitada para satisfazer o que falta excedente a 1200$000 do legado do dito Conde, resolveu a Câmara não se comprometer à dita construção*[580].

Apesar deste constrangimento, o concelho foi erguendo os seus edifícios escolares por intermédio da ação das Juntas de Paróquia e/ou de filantropos. O caso da freguesia de Arcozelo que passamos a descrever é exemplo da interferência da iniciativa local nas diretrizes centrais. Em 18 de janeiro de 1880, foi lida na sessão da Junta uma circular do Administrador do Concelho que, por ordem superior, convidava esta instituição a escolher um local para edificação de casas com capacidade para «escolas de um e outro sexo e habitação de professores, em sítio saudável, central à freguesia, de fácil acesso, apartado de estradas de grande movimento»[581] e, ainda, que contemplasse uma área exterior não inferior a 600 m2, de modo a isolar o edifício e pudesse servir para recreio dos alunos[582]. Todavia, a Junta decidiu que a escola existente no lugar do Corvo, sustentada pelo benemérito Visconde de Arcozelo[583], satisfazia as necessidades mínimas da freguesia, de modo que se entendia desnecessário sobrecarregar a

---

o mobiliário e o material escolar foram pela primeira vez regulamentados, através da portaria de 20 de julho de 1866. Cf. FELGUEIRAS, 2009: 29-38.

[580] AMSMB/CMVNG. Livro de Actas, n.º 8, f. 172. Vide transcrição completa em Anexo 21.

[581] *Apud* COSTA, 2007: 241-2.

[582] *Apud* COSTA, 2007: 241-2.

[583] A escola teve início em 1875 e funcionou até à morte da viúva do Visconde. COSTA, 2007: 243-4. A doação incluía escola, mobília, livros e material, casa para o professor viver e respetivo ordenado. *Apud* COSTA, 2007: 241-2. O visconde, radicado no Brasil, veio a visitar a escola em 1883. Vd. notícia da visita em Apêndice 8.

paróquia[584]. Saliente-se que o método pedagógico experimentado nesta escola, designada "Visconde de Arcozelo", viria a tornar-se motivo de orgulho paroquial pela sua eficácia, uma vez que ensinava as crianças a ler em menos de meio ano[585], sendo, ainda, falada por todo o país, por ter sido a primeira onde se ensaiou a Cartilha Maternal de João de Deus. O estabelecimento educativo, embora fosse, por estes, considerado público «achando-se as portas abertas, de par em par, a todos os alunos que a queiram frequentar», não aparece referenciado nos almanaques consultados, seja como escola pública ou particular[586].

Ainda nesta análise de micro-história fixada no arranque da escolarização desta localidade, refere-se que o pároco da freguesia, "abade de Arcozelo", chegou, também, a manifestar o seu interesse, embora sem sucesso, em abrir uma outra escola gratuita, na residência paroquial e a solicitar à Junta uma campanha de sensibilização, a fim de se diminuir o absentismo escolar[587]. A escola oficial veio, apenas, a ser criada em 1886[588] mas as condições não satisfaziam os requisitos necessários, tendo a Junta de Paróquia de Arcozelo, em 1899, encetado uma campanha de angariação de fundos para a construção de uma casa-escola, que foi bem acolhida pelos industriais, comerciantes e proprietários locais[589].

Também em 1880, foi inaugurada, na presença de uma multidão, o primeiro edifício construído especificamente para a prática escolar, em Vilar do Paraíso[590], custeado pelo conselheiro António Manuel da Fonseca[591].

---

[584] O professor aqui em serviço foi elogiado pela sua assiduidade e zelo e «elevados conhecimentos que possui para o desempenho da árdua missão em que se acha investido, a qual é a de administrar o pão de espirito àqueles que dele carecem». *Apud* COSTA, 2007: 241-2.
[585] *Apud* COSTA, 2007: 243.
[586] Sendo uma escola particular, achamos que isso deve-se ao facto de por questões de gestão de espaço o rol de estabelecimentos particulares se limitar, na maioria dos anos, à área de Santa Marinha e de Mafamude.
[587] COSTA, 2007: 243.
[588] A sua abertura estava prevista para outubro, sendo adjudicada ao mestre carpinteiro Manuel José de Oliveira o fornecimento de 12 escrivaninhas de pinho e 15 bancos por 28$500. *Apud* COSTA, 2007: 243.
[589] COSTA, 2007: 244.
[590] Vd. anúncio da sua inauguração, em Apêndice 9.
[591] Que o dotou com 8.000$000 réis nominais de inscrições em posse do Ministério da Fazenda para pagamento ao professor, conservação e limpeza da escola, e para prémios escolares, com 10$000 réis *BREVES APONTAMENTOS ESTATÍSTICOS*, 1908: 77.

Fig. 21. Escola Oficial de Vilar de Paraíso, c. 1934[592]**.**



Fonte: cortesia de J. A. G. Guimarães.

A Lei de 2 de maio de 1878 havia responsabilizado as Juntas de Paróquia pela criação de espaços de instrução, o que veio a incentivar a procura de espaços para arrendamento com vista à instalação de escolas[593] como, também, a construção de outras, como é o caso da de Valadares, que foi inaugurada, em 1883, «com toda a solenidade e com o alvoroço próprio de todas as festas de instrução»[594], entre discursos expositivos das vantagens da instrução pública, em que sobressaía o exemplo da Suíça, enquanto exemplo de educação popular. As elocuções transmitiam a ideia da instrução como requisito para o estádio de "sociedade moderna" e a importância do lar e das mães neste processo, do qual não estava excluído o Clero, como quis sublinhar, o inspetor António Simões Lopes:

[592] Fotografia tirada após as obras que lhe acrescentaram um piso superior, no qual se destaca o *lettering* com a respetiva designação.
[593] De que é exemplo a Junta de Paróquia da Madalena que, desde 1886, vinha encetando diligências para a criação de uma escola oficial na localidade e que veio a ser inaugurada em 1888, em instalações arrendadas. QUEIROZ, *et. al*, 2005: 164.
[594] *O COMMERCIO DO PORTO*, n.º 163, 1883: 1-2.

Por último, [reverendo Manuel Ribeiro Carneiro de Melo] *dirigiu-se às senhoras, disse que elas eram educadoras, por excelência da mocidade. Com a dedicação delas em casa, no santuário doméstico, e com a dedicação do professor na escola, o templo da instrução, é que se formam os verdadeiros cidadãos.* […] *Em seguida o snr. Francisco da Silva e Castro, médico naquela localidade, mostrou em um bem elaborado discurso as vantagens e influência da instrução nos costumes dos povos, provando que ela é a base mais sólida do equilíbrio das nações e a alavanca mais poderosa do progresso material e intelectual. Passando a mostrar os resultados obtidos pelo derramamento da instrução, confrontou o estado geral das sociedades modernas bem assim o adiantamento do século atual com o atraso dos séculos passados, terminando por incitar com as seguintes palavras o povo da freguesia a que mande instruir seus filhos: «e vós, habitantes de Valadares, quereis que vossos filhos sejam cidadãos prestantes à sociedade que sejam a honra das vossas famílias o mais tarde talvez a glória da vossa pátria? Mandai-os todos à escola».*

O digno inspetor, Sr. António Simões Lopes, congratulou-se por ver o clero naquela festa, dizendo que o clero ama a instrução, sendo, como ali se provava, injusto dizer que ele não a promove. Falou extensamente do derramamento da instrução pública, referindo-se ao desenvolvimento que ela tem alcançado na Suíça[595].

Uma década depois, José Monteiro de Castro Portugal, a quem já nos referimos, doou, através de disposição testamentária, uma quantia para a criação da escola masculina e para a habitação do professor. Primitivamente, tinha duas salas de aula, mas em virtude do constante aumento da população escolar, veio a ser beneficiada com mais duas.

[595] *O COMMERCIO DO PORTO*, n.º 163, 1883: 1-2.

Funcionou num local onde mais tarde se instalou a Cerâmica de Valadares[596] e que teve em Augusto Ribeiro Leal[597] o seu primeiro professor oficial[598].

Fig. 22. Escola de Valadares, meados do século XX.



Fonte: MEIRELLES; VALE, 1997: 97.

Fig. 23. Homenagem a José Monteiro de Castro Portugal.



Fonte: Foto da autora.

A escola feminina da mesma freguesia de Valadares, inaugurada em 1902, surge na sequência da oferta de António Coelho Moreira e esposa, Isabel Mullier de Mesquita[599].

As escolas de Cabanões[600] e do Palheirinho**,** inauguradas em 1885 e 1897, respetivamente, por meio de subscrições dinamizadas por comissões promotoras, representavam igualmente «um grande passo dado no caminho da civilização» da localidade de Avintes:

> *Facilitar, pois, difundir a instrução por toda a parte,* […] *educar a gente do povo, ensinar homens, mulheres, crianças, todos, para que todos à luz dela reconheçam o papel que têm obrigação de cumprir na marcha gigantesca da humanidade, tal*

[596] Na década de 1960, dada a necessidade de expansão das instalações, a Fábrica Cerâmica de Valadares que ficava nas imediações, fez com que esta escola fosse desmontada e as suas pedras, cuidadosamente numeradas, fossem colocadas no lugar da Igreja, onde foi construída uma nova escola, inaugurada pelo Almirante Américo Tomás, em 1971 (CASTRO, 1991: 18), mas de cujas pedras apenas se aproveitou o medalhão de homenagem a Castro Portugal, originalmente colocado no tímpano do edifício inicial. Vd. Anexo 22.
[597] Vd. Anexo 6.
[598] MEIRELLES; VALE, 1997: 203.
[599] Vd. Anexo 6.
[600] Vd. VAZ, 2015.

é meus senhores, o intimo desejo d'aqueles que prezam a sua pátria, e que amam a humanidade.

Obedecendo a estas ideias altruístas de abnegação e amor pátrio, a freguesia de Avintes […] *tem realizado esforços verdadeiramente heroicos, para promover o seu desenvolvimento. São prova d'esta asserção as próprias paredes que me estão ouvindo* [escola de Cabanões]*; prova-o a nova construção que se está fazendo no largo do Palheirinho* [escola do Palheirinho]*, prova-o enfim a presença de nós todos reunidos hoje aqui n'uma festa e instrução, que pela primeira vez se celebra n'esta freguesia, festa que* […] *representa um grande passo dado no caminho da civilização*[601].

Na sessão inaugural da escola de Cabanões, o novo edifício escolar da freguesia de Avintes, o presidente da Junta de Paróquia, Manuel Gomes Júnior, explica o empurrão processual que levou à edificação do edifício, numa cerimónia em que estiveram presentes o maçom e inspetor, José António Simões Raposo e o «apóstolo incansável da instrução popular, Diogo Cassels»[602]:

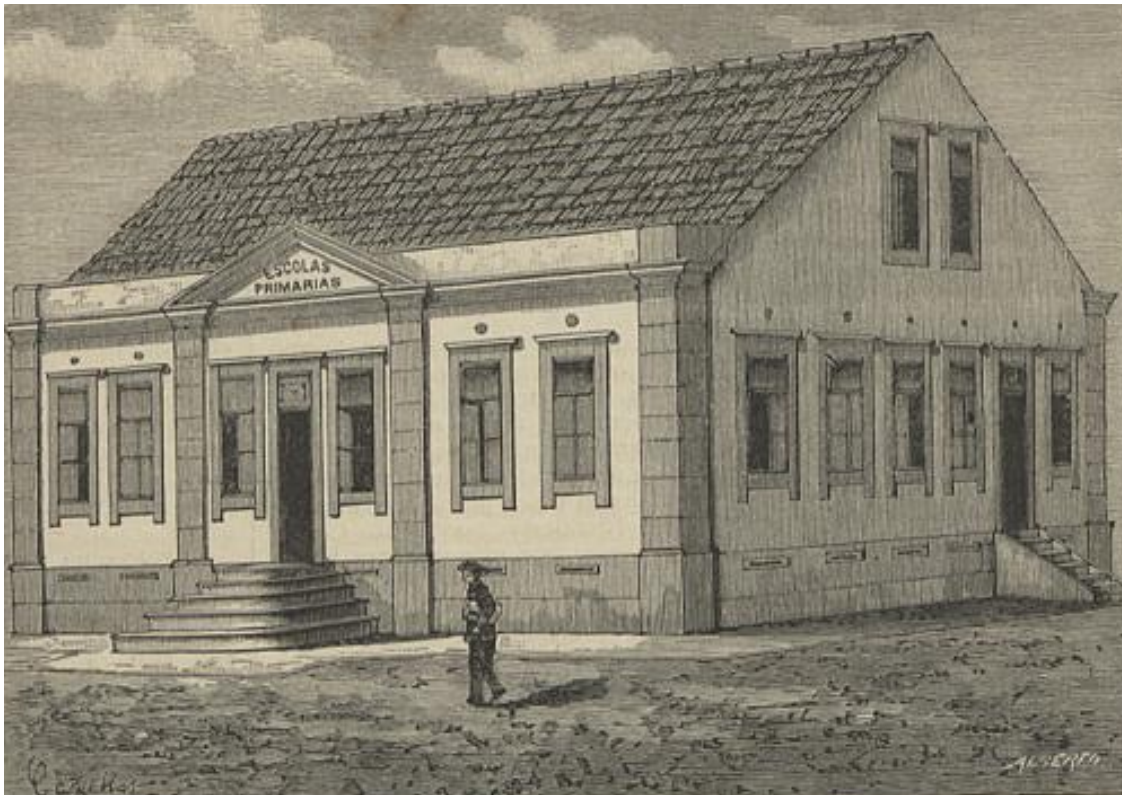
Senhores, ao assumir a presidência da Junta de Paróquia em 1880, um dos primeiros atos da minha administração foi propor que se requeresse ao governo uma aula para o sexo feminino[603] *desta freguesia e se nomeasse uma comissão de quatro cavalheiros para juntamente com os vogais da junta conseguirem donativos para se poder construir casa apropriada para as escolas públicas visto a lei de 2 de Maio de 1878 obrigar as juntas de paróquia a proceder a essas construções.* […] *Constituída a Junta de Paróquia em comissão o primeiro passo que deu foi mandar circulares aos nossos conterrâneos residentes no Império do*

[601] GONDIM, 1891: 2.
[602] *Apud* VAZ, 2015: 18.
[603] Sobre as diligências encetadas para a criação desta aula: *O senhor presidente leu mais a esta junta uma carta que recebeu do excelentíssimo Senhor Visconde das Devesas, em que participa ter recebido e entregado ao respetivo ministro o requerimento que esta junta dirigiu a sua majestade pedindo-lhe se dignasse a criar nesta freguesia uma Aula de Instrução Primária para o sexo feminino e que muito breve também espera que o governo ordene as precisas e muito urgentes providências para que seja melhorado o cais do esteiro desta freguesia.* AJFA. *DIÁRIO DAS ATAS* [1878-1887], Ata da sessão ordinária de 23 de janeiro de 1881.

Brasil, participando-lhes a nossa ideia, e pedindo-lhes por si e por seus amigos coadjuvarem em tão útil melhoramento[604].

O maçom Manuel Alves de Araújo Lima, na mesma cerimónia, individualiza a ação do inspetor de Instrução Primária, António Simões Lopes, a quem se devia a aprovação da planta do edifício e o subsídio obtido pelo governo[605]; da família Marques Rodrigues; dos compatriotas do Brasil; e, também dos «dignos professores oficiais da freguesia pelos muitos serviços que têm prestado à instrução desta localidade e auxílio para o aumento das escolas públicas desta paróquia»[606].

Fig. 24. Escola de Cabanões/ Avintes.



Fonte: *OCCIDENTE,* n.º 171, 1883: 211-213.

No início do século XX, a Junta de Avintes reclamava à Câmara Municipal a necessidade de outra escola para os dois sexos, em virtude do recenseamento escolar transmitir a

[604] *Apud* VAZ, 2015: 15-16.
[605] *Apud* VAZ, 2015: 17.
[606] *Apud* VAZ, 2015: 18.

realidade de se encontrarem mais de 600 crianças sem frequentar escolas públicas ou privadas:

> *Igualmente, o mesmo Sr. Presidente lembrou a Junta que era de grande necessidade representar a Exma. Câmara Municipal deste concelho a necessidade da criação duma escola para os dois sexos nesta freguesia, pois que as 3 escolas públicas que aqui existem não são suficientes para o cumprimento da moderna lei das escolas, pois que o recenseamento escolar acusa no ano letivo mil e uma criança, sendo 486 do sexo masculino e 515 do sexo feminino e aproveitando-se o máximo nas três escolas desta freguesia na capacidade escolar só há lugar para 190 alunos e 100 alunas, completando-se em 100 o número dos alunos em escolas particulares, ficam inibidas de frequentar escolas 609, por isso achava justa esta representação, pedindo todo o auxílio à Exma. Câmara*[607].

Na freguesia sede do concelho, Santa Marinha, inaugura-se, em 1885, o edifício das Escolas Paroquiais, projeto do arquiteto Vaz Lima[608]. A Junta estava interessada em «adotar no edifício projetado tudo o que a ciência recomenda[sse] como útil», pois considerava a vila «sem contestação a mais importante do reino pelo seu comércio», de modo que se pretendia «um edifício escolar que não só satisf[izesse] as suas necessidades, mas que também est[ivesse] à altura a que tem direito»[609]. Todavia, a "grandiosidade" do projeto foi alvo de alguma reflexão sobre a dispensabilidade de uma sala para exames que foi propositadamente veiculada na imprensa.

> *O Sr. Afonseca Lapa*[610] *afirma não ser dispensável a sala de exames no 1.º andar. Nunca a Junta devia importar-se com tais exames, porque pertencem às atribuições da Câmara, que para eles arranjará casa, onde puder. A lei não*

---

[607] AJFA. *LIVRO DAS ATAS* [1902-1909], ata da sessão ordinária de 25 de janeiro de 1906.
[608] BRAGA, 2020a: 22-23.
[609] *O COMMERCIO DO PORTO*, n.º 311, 1883: 1.
[610] Vaz Lima, natural de Vila do Conde notabilizou-se pelas esculturas decorativas de quilhas de navios e imagens religiosas. Fez parte do executivo da Junta de freguesia durante seis anos consecutivos (BRAGA, 2020a: 90) e foi membro da Junta Escolar de Gaia, entre 1887 e 1892 (vd. Anexo 20, nos respetivos anos). Sobre a vida e obra do escultor vd. BARBOSA, 1991.

estabelece essas obrigações às Juntas de Paróquia das localidades que sejam cabeça de concelho, pois se tal fizesse quantas salas para exames elementares forneceria a cidade do Porto?[611]

Sendo o número de alunos excessivo para uma sala de aula (mais de noventa alunos do sexo masculino e outros tantos do sexo feminino)[612], com vista à necessidade de mais espaço, pretendia-se que a planta do edifício sacrificasse, não só a sala para realização dos exames mas, também, as salas de espera «de utilidade bastante duvidosa» que poderiam ser «acomodadas a biblioteca escolar e até ao museu escolar, fácil de instalar»[613]. Todavia, a questão da sala para a realização de exames elementares era pertinente porque, por norma, a prestação de provas era feita em dependências da Câmara, porém, esta ocupava, por arrendamento, um prédio que não tinha uma divisão com as condições necessárias para o efeito, pelo que será no salão desta escola, um espaço tornado polivalente, utilizado para sessões e para biblioteca, onde se realizarão os exames até à década de 1960.

Fig. 25. Foto das Escolas Paroquiais de Santa Marinha, conhecida por «Escola das Palhacinhas» (primeiros anos do século XX)[614].



Fonte: *APONTAMENTOS ESTATÍSTICOS*, 1910. (Cortesia da BPMVNG).

---

[611] *O COMMERCIO DO PORTO*, n.º 311, 1883: 1.
[612] O limite era 60 alunos por sala e professor.
[613] *O COMMERCIO DO PORTO*, n.º 311, 1883: 1.
[614] Posteriormente, «Artur Ferreira de Macedo» e atual Junta de Freguesia onde se inaugurou, em 2011, o "Museu da Escola das Palhacinhas".

Em 1887, a Junta, através de um conjunto de diligências para sensibilização de ofertas de livros[615], conseguiu dotar o edifício de uma biblioteca «digna do mesmo edifício»[616], a qual, em 1918, contava mais de mil volumes[617].

Face à densidade populacional da localidade, a mesma edilidade assume o projeto da construção de mais dois edifícios escolares, uma no lugar do Candal e outra nas Devesas, que vem a ser inaugurados em 1889[618]. Porém, estes projetos constituíam um grande desafio financeiro, não esquecendo o encargo anual de 1470$000 réis, decorrente do pagamento do juro e da amortização do empréstimo dos 15 contos de réis para a construção da escola atrás referida[619]. Os dois edifícios orçavam os 7636$680 réis, tendo a Junta recorrido a empréstimos, apresentando como garantia todos os rendimentos, terrenos, bem como os edifícios a construir. Neste contexto, não poderia ter sido mais oportuno o subsídio de 7.243$860 réis concedido pelo Governo para a construção do edifício escolar da 1.ª circunscrição escolar, que segundo João Rodrigues Valente Perfeito, presidente da Junta, se deveu aos esforços de João Cardoso Valente[620] e José Paulo de Bragança[621], que por seu intermédio «advogaram essa justa causa perante o Ministro do Reino»[622].

Nos anos seguintes, a Junta velou pela boa conservação dos edifícios, à exceção dos anos 1892 a 1895, em virtude do decreto de 6 de agosto de 1892, que determinou a entrega de todos os edifícios das Juntas de Freguesia às Câmaras Municipais e que motivou várias manifestações de desagrado e uma longa lista de queixas[623].

---

[615] As primeiras ofertas foram de João Rodrigues Valente Perfeito.
[616] *Apud* BRAGA, 2020a: 25.
[617] BRAGA, 2020a: 25.
[618] BRAGA, 2020a: 28.
[619] BRAGA, 2020a: 26.
[620] Nasceu em 1859 e morreu em 1904. Foi Deputado nas Legislaturas de 1884-1887, eleito pelo Círculo Eleitoral de VNG.
[621] José Paulo de Bragança, negociante portuense, fundador da Associação de Creches de Santa Marinha. BAPTISTA, 2018f: 76.
[622] *Apud* BRAGA, 2020a: 26-27.
[623] Chovia na escola do Candal, faltava tratamento das madeiras na escola da Rua Direita, «*os edifícios escolares estavam uma «imundice» e o vestíbulo da escola da Rua Direita em mau estado, com as paredes repletas de frases e desenhos obscenos, atribuídos aos alunos da escola industrial*». *Apud* BRAGA, 2020a: 29.

Fig. 26. Escola das Devesas. Atual Academia Sénior e Banda Musical 1.º de Agosto



Fonte: Foto da autora.

Chegados ao ano letivo de 1899-1900, verificava-se que, num concelho de 65.081 habitantes, existiam 22 escolas masculinas, 6 femininas e 4 mistas, o que significa que não havia sequer "meia escola" para cada 1000 habitantes. Observe-se, também, o reduzido número de escolas (menos de metade) e a frequência escolar femininas (30,6%).

Quadro 15. Número de escolas e frequência escolar no ensino oficial de VNG (ano letivo de 1899-1900).

Sexos				Média de escolas/	Frequência escolar		
Masc.	Fem.	Mista	Total	1000 habitantes	Masc.	Fem.	Total
22	6	4	32	0,49	1140	635	2075

Fonte: adaptado de *ENSINO PRIMÁRIO*, 1900: 132-3.

Grande parte das escolas funcionava em casas arrendadas, pagas pelos municípios e pelas Juntas Paroquiais, sem corresponder às normas higiénicas e pedagógicas. Por outro lado, a falta de verbas, sobretudo das Juntas, frequentemente conduzia ao arrastar de meses de falta de pagamento, levando os proprietários a recusarem o

aluguer de casas para escola e a deixarem professores e alunos sem teto. É exemplo destes constrangimentos o caso da Junta de Vilar de Andorinho que, em 1887, informou a Câmara Municipal acerca do "sucesso" nas diligências tomadas com vista à cedência de parte da habitação do professor, onde também funcionava a escola, para ampliação da sala de aula, em que estavam matriculados 70 alunos que recebiam aulas em dias alternados, dada a exiguidade do espaço[624].

Mafamude, a segunda freguesia mais populosa do concelho, não obstante destacar-se pelos níveis de alfabetização é, também, exemplo paradigmático da dificuldade em dotar o território de uma rede escolar oficial com as condições necessárias, assunto sobre o qual nos passaremos a deter. Desde o início da década de 1880 que o inspetor Simões Lopes chamava a atenção para a desadequação do edifício da cadeia, na qual se encontrava instalada a escola masculina, a designada escola da Bandeira. No entanto, apesar das críticas da inspeção, do professor, da imprensa e de alternativas filantrópicas[625], a escola manteve-se aí instalada[626] até 1911, quando foi encerrada por falta de condições, tendo as aulas prosseguido, temporariamente, numa sala do Centro Democrático Joaquim Nicolau de Almeida[627]. No ano seguinte, o Ministro da Justiça cedia à Comissão Administrativa de VNG uma dependência do edifício da Quinta de Cabo-Mor, para instalação da escola masculina, e a Comissão Administrativa de Mafamude conseguia instalações para a escola feminina no Centro Republicano Joaquim Nicolau de Almeida, fornecendo o mobiliário necessário para as duas escolas[628].

Em relação à escola feminina, esta foi criada em 1877, a pedido da Junta, não só pelo elevado número de meninas menores de catorze anos, mas também com vista a travar o avanço do Protestantismo.

> […] *Pôr por esta forma um dique de contágio que vai lavrando em toda a freguesia, produzido pela seita protestante que aqui assentou os seus arraiais, a*

[624] COSTA, 2010: 53.
[625] José Nicolau de Almeida disponibilizou edifício para escola e Augusto da Rocha Romariz, verba para aquisição de edifício. COSTA, 2018b: 41-42.
[626] COSTA, 2018b: 41-42.
[627] COSTA, 2018b: 46.
[628] COSTA, 2018b: 48.

qual trata de angariar os chefes de família inexperientes que levados pelo vislumbre de benefícios ilusórios, não duvidam em entregar-lhes a educação dos seus filhos[629].

Para resumir, as escolas oficiais de Mafamude que se foram criando ficaram sempre aquém das condições e lotação necessárias, tendo ocupado diferentes espaços, até finais da década de 1920[630], aquando da compra de um prédio[631] na rua Marquês Sá da Bandeira, onde hoje se encontra a Casa da Juventude. Ao prédio, composto de rés-do-chão, dois andares, águas furtadas e pátio traseiro, vieram juntar-se pequenos terrenos contíguos expropriados, a fim de se contruir um recreio e uma cantina[632].

Todavia, a primeira escola de raiz a ser construída na segunda freguesia de VNG é a designada Escola Pinto Mourão, em homenagem ao benemérito já aqui evocado que, ciente e sensível à questão da falta de escolas na sua freguesia, havia deixado em testamento, em 1897, seis contos de réis para a construção das escolas paroquiais mistas de Mafamude, as quais só vieram a inaugurar-se em 1930[633], após inarráveis vicissitudes[634].

Conforme se verifica no Quadro 16, chegados ao início do século XX, registam-se nove escolas em edifício próprio, fundadas pela iniciativa de cinco freguesias: Avintes, Grijó, Olival, Oliveira do Douro, Valadares e VNG (sede de concelho). Estes anos que antecederam a implantação da República são marcados pela ação de Joaquim Augusto da Silva Magalhães[635], enquanto presidente da Câmara Municipal. Na sua equipa de vereadores ressaltam nomes ligados ao proto republicanismo gaiense, tal como Joaquim Nicolau de Almeida e Inocêncio Osório Lopes Gondim, e à maçonaria, como António Florido da Cunha Toscano[636] e outros maçons já aqui mencionados, Domingos da Rocha Romariz e José Pinto Amorim da Costa. Em suma, uma equipa motivada para combater

---

[629] *Apud* COSTA, 2019: 26.
[630] Cf. COSTA, 2019; COSTA, 2018a; COSTA, 2018b.
[631] AMSMB/CMVNG.
[632] COSTA, 2019: 30.
[633] COSTA, 2018b:
[634] Vd. BAPTISTA, 2017a: 63-87.
[635] Vd. Anexo 6.
[636] Vd. Anexo 13.

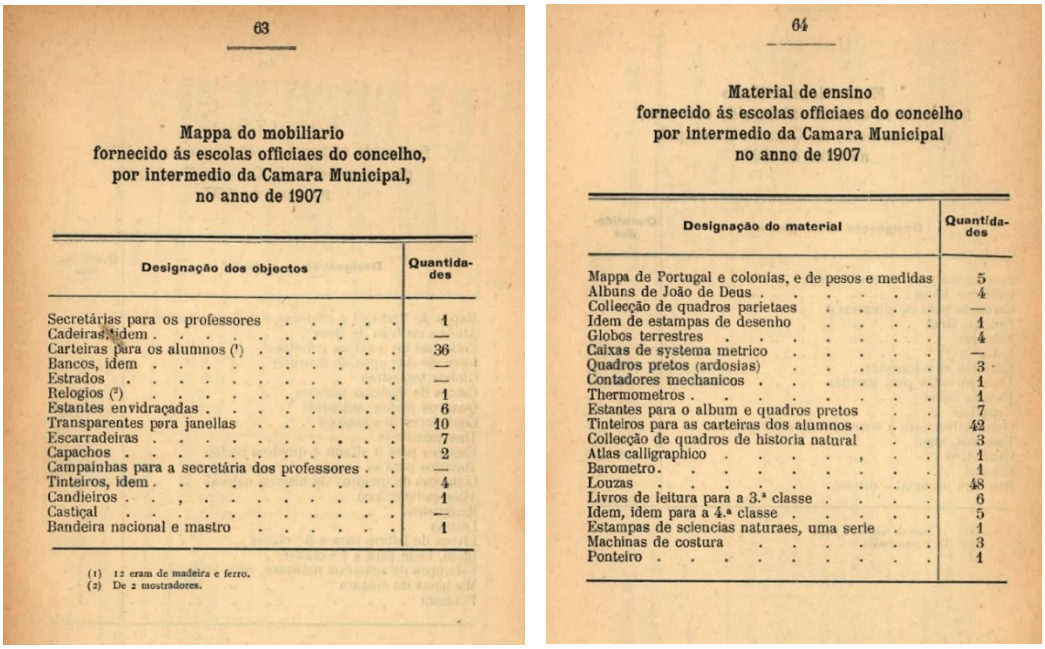
o analfabetismo, alcançando progressos a nível do desenvolvimento da rede escolar[637] e no provimento do material necessário para o funcionamento dos estabelecimentos educativos (Figs. 27, 28 e 29).

Quadro 16. Freguesias com edifício próprio para escola (1907).

FREGUESIA	LOCAL	SEXO	NOTAS
AVINTES	Cabanões	Mas. e fem.	Foi construído pela respetiva Junta de Paróquia sendo as obras de reparação e reforma mandadas fazer pela Câmara pela verba do fundo de Instrução Primária
Idem	Palheirinho	Masculino	Idem
GRIJÓ	Mosteiro	Masculino	Antiga dependência do mosteiro
OLIVAL	Igreja	Masculino	Foi construído pela respetiva Junta de Paróquia sendo as obras de reparação e reforma mandadas fazer pela Câmara pela verba do fundo de Instrução Primária
OLIV. DOURO	Outeiro	Masculino e Feminino	Idem
VALADARES	Valadares	Mas. e fem.	Masculina – Construída com o legado de José Monteiro de Castro Portugal Feminina - Construída a expensas do casal António Coelho Moreira e Isabel Muller Coelho Moreira
VNG	Rua Direita	Mas. e fem.	Foi construído pela respetiva Junta de Paróquia, sendo as obras de reparação e reforma mandadas fazer pela Câmara pela verba do fundo de Instrução Primária
Idem	Candal	Mista	Idem
Idem	Devesas	Mista	Idem

Fonte: *BREVES APONTAMENTOS ESTATÍSTICOS*, 1908: 59[638].

Fig. 27. Material fornecido pela Câmara Municipal às escolas (1907).



63

Mappa do mobiliario
fornecido ás escolas officiaes do concelho,
por intermedio da Camara Municipal,
no anno de 1907

Designação dos objectos	Quantidades
Secretárias para os professores	1
Cadeiras idem	—
Carteiras para os alumnos (1)	36
Bancos, idem	—
Estrados	—
Relogios (2)	1
Estantes envidraçadas	6
Transparentes para janellas	10
Escarradeiras	7
Capachos	2
Campainhas para a secretária dos professores	—
Tinteiros, idem	4
Candieiros	1
Castiçal	—
Bandeira nacional e mastro	1

(1) 12 eram de madeira e ferro.
(2) De 2 mostradores.

64

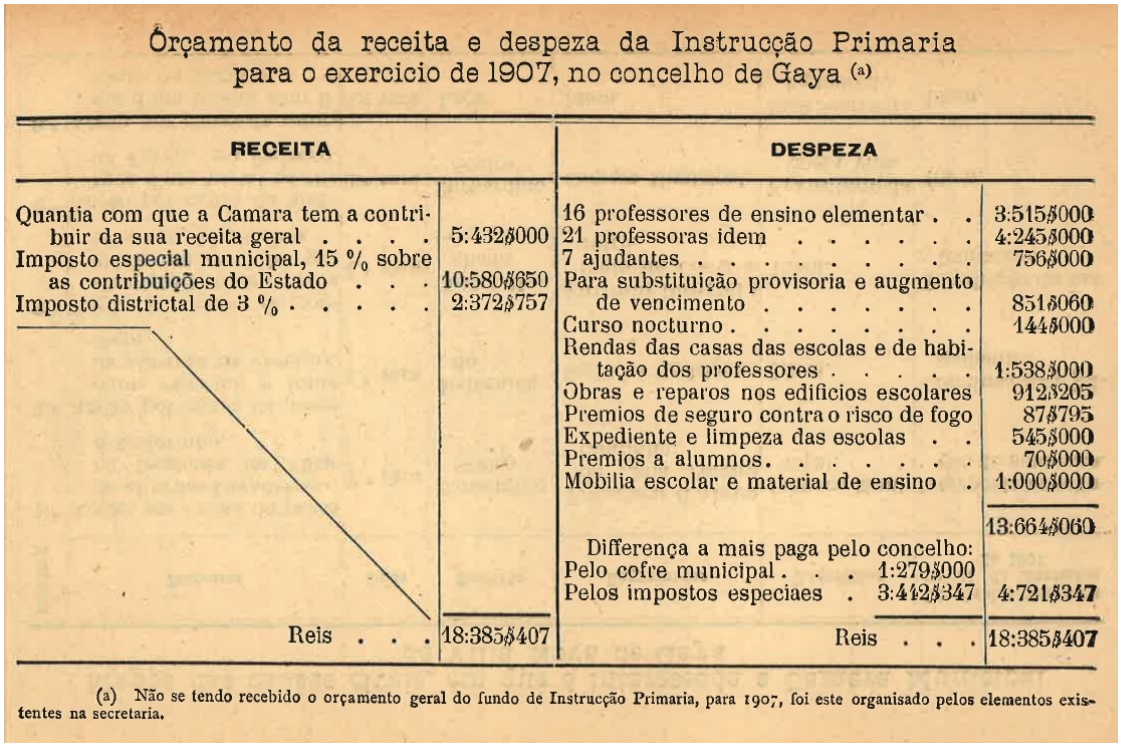
Material de ensino
fornecido ás escolas officiaes do concelho
por intermedio da Camara Municipal
no anno de 1907

Designação do material	Quantidades
Mappa de Portugal e colonias, e de pesos e medidas	5
Albuns de João de Deus	4
Collecção de quadros parietaes	—
Idem de estampas de desenho	1
Globos terrestres	4
Caixas de systema metrico	—
Quadros pretos (ardosias)	3
Contadores mechanicos	1
Thermometros	1
Estantes para o album e quadros pretos	7
Tinteiros para as carteiras dos alumnos	42
Collecção de quadros de historia natural	3
Atlas calligraphico	1
Barometro	1
Louzas	48
Livros de leitura para a 3.ª classe	6
Idem, idem para a 4.ª classe	5
Estampas de sciencias naturaes, uma serie	1
Machinas de costura	3
Ponteiro	1

Fonte: *BREVES APONTAMENTOS*, 1908: 63 e 64.

[637] Vd. evolução da rede escolar de VNG, em vésperas da República, em Anexo 23.
[638] Existe uma publicação de 1907 que tem o mesmo quadro, com exceção da ausência de referência à escola de Olival e à de a feminina de Valadares: *BREVES APONTAMENTOS ESTATÍSTICOS*, 1907: 45.

Fig. 28. Orçamento da receita e despesa da Instrução Primária (1907).



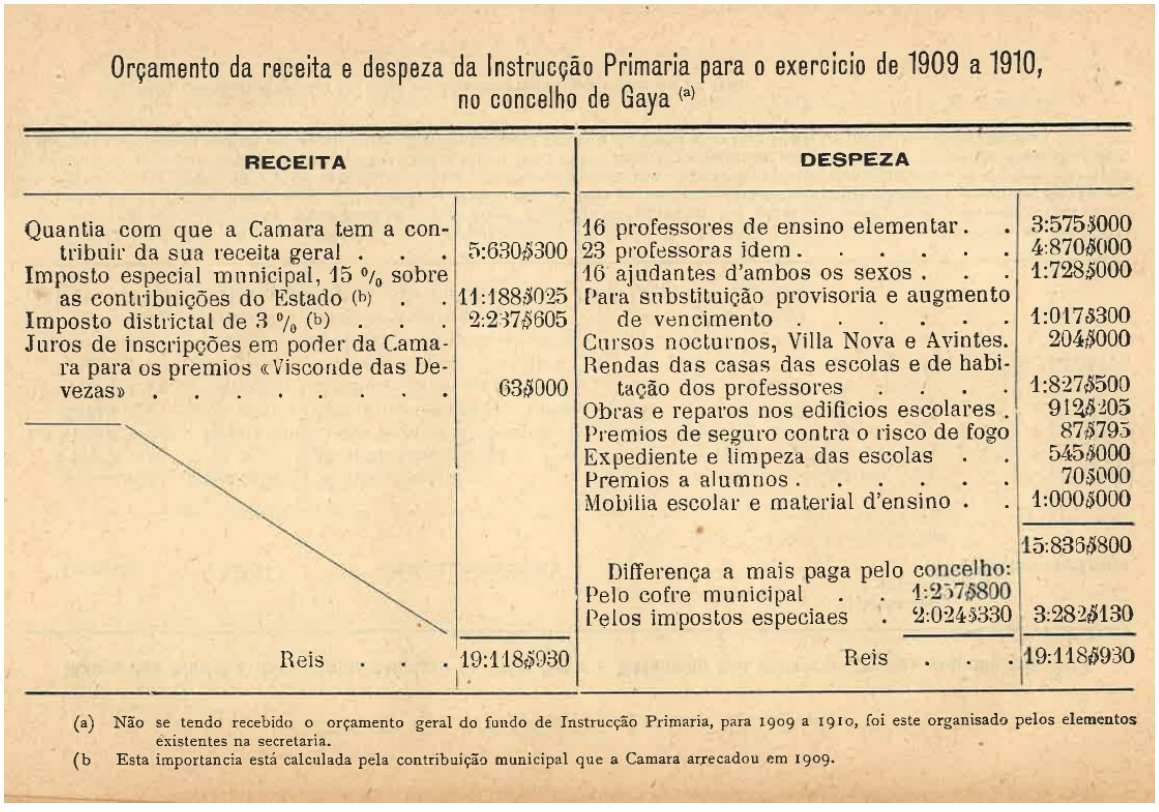
Orçamento da receita e despeza da Instrucção Primaria para o exercicio de 1907, no concelho de Gaya [a]

RECEITA		DESPEZA	
Quantia com que a Camara tem a contribuir da sua receita geral	5:432$000	16 professores de ensino elementar	3:515$000
Imposto especial municipal, 15 % sobre as contribuições do Estado	10:580$650	21 professoras idem	4:245$000
Imposto districtal de 3 %	2:372$757	7 ajudantes	756$000
		Para substituição provisoria e augmento de vencimento	851$060
		Curso nocturno	144$000
		Rendas das casas das escolas e de habitação dos professores	1:538$000
		Obras e reparos nos edificios escolares	912$205
		Premios de seguro contra o risco de fogo	87$795
		Expediente e limpeza das escolas	545$000
		Premios a alumnos	70$000
		Mobilia escolar e material de ensino	1:000$000
			13:664$060
		Differença a mais paga pelo concelho:	
		Pelo cofre municipal 1:279$000	
		Pelos impostos especiaes 3:442$347	4:721$347
Reis	18:385$407	Reis	18:385$407

(a) Não se tendo recebido o orçamento geral do fundo de Instrucção Primaria, para 1907, foi este organisado pelos elementos existentes na secretaria.

Fonte: *BREVES APONTAMENTOS*, 1908: 65.

Fig. 29. Orçamento da receita e despesa da Instrução Primária para 1909-1910.



Orçamento da receita e despeza da Instrucção Primaria para o exercicio de 1909 a 1910, no concelho de Gaya [a]

RECEITA		DESPEZA	
Quantia com que a Camara tem a contribuir da sua receita geral	5:630$300	16 professores de ensino elementar	3:575$000
Imposto especial municipal, 15 % sobre as contribuições do Estado [b]	11:188$025	23 professoras idem	4:870$000
Imposto districtal de 3 % [b]	2:237$605	16 ajudantes d'ambos os sexos	1:728$000
Juros de inscripções em poder da Camara para os premios «Visconde das Devezas»	63$000	Para substituição provisoria e augmento de vencimento	1:017$300
		Cursos nocturnos, Villa Nova e Avintes.	204$000
		Rendas das casas das escolas e de habitação dos professores	1:827$500
		Obras e reparos nos edificios escolares	912$205
		Premios de seguro contra o risco de fogo	87$795
		Expediente e limpeza das escolas	545$000
		Premios a alumnos	70$000
		Mobilia escolar e material d'ensino	1:000$000
			15:836$800
		Differença a mais paga pelo concelho:	
		Pelo cofre municipal 1:257$800	
		Pelos impostos especiaes 2:024$330	3:282$130
Reis	19:118$930	Reis	19:118$930

(a) Não se tendo recebido o orçamento geral do fundo de Instrucção Primaria, para 1909 a 1910, foi este organisado pelos elementos existentes na secretaria.
(b Esta importancia está calculada pela contribuição municipal que a Camara arrecadou em 1909.

Fonte: *APONTAMENTOS ESTATÍSTICOS*, 1910: 82. (Cortesia BPMVNG)

Também, em vésperas da República, Maria Rosa de Barros Costa Bastos, viúva de José Teixeira da Costa Basto, proprietário[639], pede licença à Câmara de Gaia para construir uma escola e casa para professores, no lugar da Formigosa (Oliveira do Douro)[640], que veio a abrir portas em outubro de 1908[641]. Em 1910, por morte da benemérita, o legado instituído passa para a Câmara, ou seja, as escolas com o seu recheio didático-pedagógico e mobiliário, casas anexas para professores e 11 contos de réis para sustento da instituição.

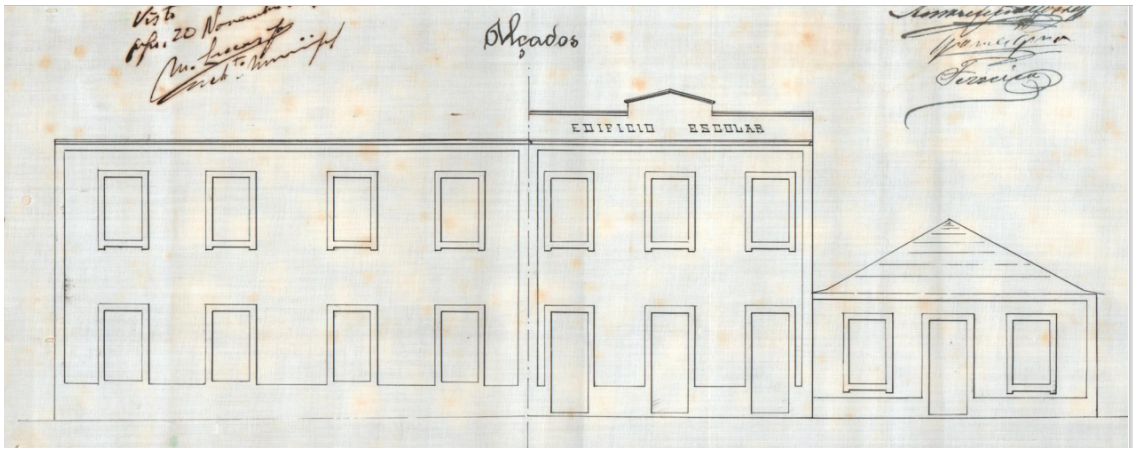
> *Prédios sitos neste lugar da Formigosa, onde atualmente funcionam as escolas gratuitas por ela instituídas e também ocupados com a residência dos respetivos professores à câmara municipal deste concelho, e à mesma câmara liga mais a quantia de onze centos de réis, com a obrigação de continuar a sustentação das referidas escolas, que serão, como até aqui primárias, gratuitas e para alunos dos dois sexos, desta freguesia de Oliveira do Douro, conservando nas mesmas escolas enquanto vivos e enquanto quiserem lá estar e cumprirem as suas obrigações no ensino e educação que lhes estão confiados os atuais professores Domingos Alves Pereira e esposa D. Aldina Augusta d'Oliveira Reis.* […] *Os prédios, de que neste ato faz entrega à Câmara Municipal de Gaia, se compõem duma casa sobradada para edifício escolar composta de dois salões sendo o do rés-do-chão para alunos do sexo masculino e o primeiro andar para alunos do sexo feminino, este último com entrada pelas traseiras e uma casa térrea para habitação dos professores, ambas construídas à frente do caminho, com quintal comum pelo nascente, ramada e árvores de fruto e poço* […] *mais o mobiliário existente nas escolas, que se denominaram «Escolas do Santíssimo Sacramento de Oliveira do Douro» e que consta de trinta e duas carteiras, duas secretárias, quatro cadeiras, duas estantes, dois contadores, duas lousas com cavalete, duas*

[639] AMP. 19155; AMP. 12257.
[640] AMSMB/CMVNG. 465/1907
[641] ALMEIDA, 1985: 370.

réguas, vinte e um Mapas, doze quadros de anatomia, dois métodos de leitura, uma caixa métrica e duas mesas, tudo no valor […][642].

Em 1926, efetua-se a escritura de doação desta escola e dos títulos da dívida interna ao Estado, à época no valor de 8326$44, entre Joaquim Francisco Pedrosa Júnior, na qualidade de presidente da Comissão Executiva e Aureliano da Silva Tavares, inspetor do Círculo Escolar de VNG [643], passando a escola oficial, através de decreto datado de 13 de março de 1926[644]. Nesse ano, o Ministério de Instrução Pública devolve à Câmara, os títulos de dívida pública, com a obrigação do rendimento ser aplicado na conservação do edifício e do material escolar e na assistência aos alunos da escola[645].

Fig. 30. Alçado da planta das Escolas do Santíssimo Sacramento.



Fonte: AMSMB/CMVNG. 70553.

Outro exemplo de incorporação municipal de uma escola de raiz particular é o caso da Escola Costa Soares, instituída em 1877, e que veio a ficar sob a responsabilidade do município, em 1908. Assunto que trataremos com mais pormenor no subcapítulo dedicado às "Margens".

Em março de 1913, um ofício emanado da Direção Geral de Instrução Primária incentivava as Câmaras Municipais a construírem escolas em lugares, onde qualquer

[642] AMSMB/CMVNG. 2699: 21v.
[643] AMSMB/CMVNG. 3507.
[644] AMSMB/CMVNG. 3508.
[645] AMSMB/CMVNG. 3508.

entidade se responsabilizasse por metade da despesa orçada[646], o que não parece ter encontrado grande palco de aceitação em VNG, uma vez que não encontramos reflexo dessa medida na documentação consultada. Porém, no ano seguinte, em sessão extraordinária reclamada pela Comissão Executiva que, entre outros assuntos, tratava de um orçamento suplementar de Instrução Primária, foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes propostas:

- Guetim: desdobramento da escola em duas, uma de cada sexo;

- Seixezelo: criação de uma escola do sexo feminino;

- Arcozelo: criação do 4.º lugar na escola do sexo masculino;

- Olival: criação de uma escola mista;

- Santa Marinha: desdobramento da escola mista do lugar de Gaia ou criação de escola mista noutro lugar;

- Conversão em escolas centrais: Santa Marinha e a do sexo masculino de Arcozelo;

- Criação de três cursos noturnos;

- Autorização para que a Comissão Executiva pudesse prover às necessidades dos Serviços de Instrução Primária (obras nos edifícios escolares, fornecimento de mobília e material de ensino e de expediente, provimento de professorado, licenças, alugueres de casas para instalação de escolas);

- Arrecadação e aplicação do legado Mourão;

- Provimento de escola mista no lugar das Alheiras, Pedroso, da qual foi primeira classificada Rita Lopes Ribeiro[647].

Anos mais tarde, em 1916, o presidente da Câmara, o maçom Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior, dizia ter posto todo o seu empenho no reforço da Instrução Primária no

[646] *Apud* COSTA, 2010: 58.1
[647] AMSMB/CMVNG. *ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA*, 1914: 39-40.

concelho, tendo criado 29 lugares de professores, equivalente à prestação de instrução a mais de 1160 crianças[648].

Todavia, a criação de novos lugares de professores e das novas classes não veio resolver a insuficiência de edifícios escolares, antes o agravou, conduzindo a uma sobrelotação dos espaços já existentes, sem que tivessem sido feitas, entretanto, obras de ampliação e conservação das casas escolares[649].

Em 1917, o panorama da rede de escolas oficiais era o patente no Quadro 17, no qual se verifica um investimento desigual no que se refere às escolas femininas, em franca desvantagem em relação às masculinas, apesar de o número da população feminina ser bastante superior[650].

Através dos Anexos 25 e 26, correspondentes aos Mapas de Despesa da Câmara, afere-se que o impulso no alargamento da rede escolar abrandou por força das dificuldades provocadas pela Grande Guerra[651], pois a verba destinada à aquisição ou construção de edifícios escolares ou encargos de empréstimos destinados ao mesmo fim era inferior à deliberada para a aquisição de mobiliário e material de ensino e, até mesmo, à reservada para despesas de expediente e limpeza das escolas.

A atual Escola Básica n.º 2 de Campolinho, na freguesia de Valadares, ainda apresenta vestígios da planta Adães Bermudes, característica deste período[652] (Fig. 31).

Da década de 1920, sobrevivem ainda dois exemplares do projeto de edifício escolar tipo XXV, n.º 46, do arquiteto Eugénio Correia, nomeadamente o Jardim de Infância da Aguda (Fig. 32) e, ainda que bastante alterado, o setor do Ensino Pré-escolar da Escola Básica da Capela, em Gulpilhares[653].

---

[648] *Apud* COSTA, 2010: 58.
[649] *Apud* COSTA, 2010: 58.
[650] Vd. Quadro da população feminina e masculina, em 1911 e 1920, em Anexo 24.
[651] No mapa de receita e despesa relativo ao ano de 1918, previa-se, inclusivamente uma quantia para acorrer às despesas ocasionadas pelo estado de guerra.
[652] Cf. AFONSO; BAPTISTA; VAZ, 2019: 198.
[653] Cf. AFONSO; BAPTISTA; VAZ, 2019: 204.

Quadro 17. Escolas oficiais, segundo a deliberação da Comissão Executiva da Camara, de 11 de Outubro de 1917 (referido a janeiro de 1917).

Freguesia	Lugar	Género/tipo
Arcozelo	Igreja	Masculino; central, 4 lugares
	Boavista da Estrada	Feminino
	Arcozelo	Feminino
Avintes	Cabanões	Masculino; 2 lugares
	Cabanões	Feminino; 2 lugares
	Palheirinho	Masculino; 2 lugares
	Magarão	Masculino
Canelas	Megide	Masculino; 2 lugares
	Megide	Feminino
	Souto	Mista
Canidelo	Almiára	Masculino
	Almiára	Feminino
Crestuma	Casalinho	Masculino
	Colégio	Feminino
Grijó	Santo António	Masculino; central; 6 lugares
	Loureiro	Feminino; 2 lugares
	Mosteiro	Feminino
Guetim	Aldeia Nova	Masculino
	Igreja Velha	Feminino
Gulpilhares	Igreja	Masculino
	Pereirinho	Feminino
Madalena	Vale	Masculino; 2 lugares
	Vale	Feminino; 2 lugares
Mafamude	Bandeira	Masculino; 2 lugares
	Bandeira	Feminino, 1.ª cadeira – 2 lugares
	Santo Ovídio	Feminino, 2.ª cadeira
Olival	Igreja	Masculino; 2 lugares
	Carvalho	Feminino
Oliveira Douro	Outeiro	Masculino
	Outeiro	Feminino
Pedroso	Alheiras	Mista
	Carvalhos	Masculino; tem 2 lugares
	Figueiredo	Mista
	Mexedinho	Masculino; 2 lugares

	Moeiro	Feminino; 2 lugares
	Pisão	Mista
Perosinho	Loureiro	Masculino; 2 lugares
	Loureiro	Feminino
S. Félix	Igreja	Masculino
	Igreja	Feminino
	Brito	Mista
Sandim	Sandim	Masculino
	Igreja	Feminino
Santa Marinha	Afurada	Mista
	Candal	Mista
	Cândido dos Reis	Masculino; central; 4 lugares
	Cândido dos Reis	Feminino; 2 lugares
	Coimbrões	Masculino
	Coimbrões	Feminino; 2 lugares
	Devesas	Mista
	Gaia	Masculino
	Gaia	Feminino
Seixezelo	Vendas	Masculino
	Vendas	Feminino
Sermonde	Asprela	Mista
Serzedo	Figueira Chã	Masculino; 3 lugares
	Figueira Chã	Feminino; 2 lugares
Valadares	Valadares	Masculino; 2 lugares
	Valadares	Feminino; 3 lugares
Vilar Andorinho	Vilar	Masculino; 2 lugares
	Vilar	Feminino
Vilar Paraíso	Monte	Masculino; 2 lugares
	Jardim	Feminino; 2 lugares

Fonte: *Apud* AFONSO; BAPTISTA; VAZ, 2019: 195-197.

Fig. 31. Casa do Professor, Adães Bermudes; Escola Básica n.º 2 de Campolinho/Valadares.



Fonte: AFONSO; BAPTISTA; VAZ, 2019: 198. [Foto: Ana Vaz].

Fig. 32. Jardim de Infância da Aguda/ Arcozelo.

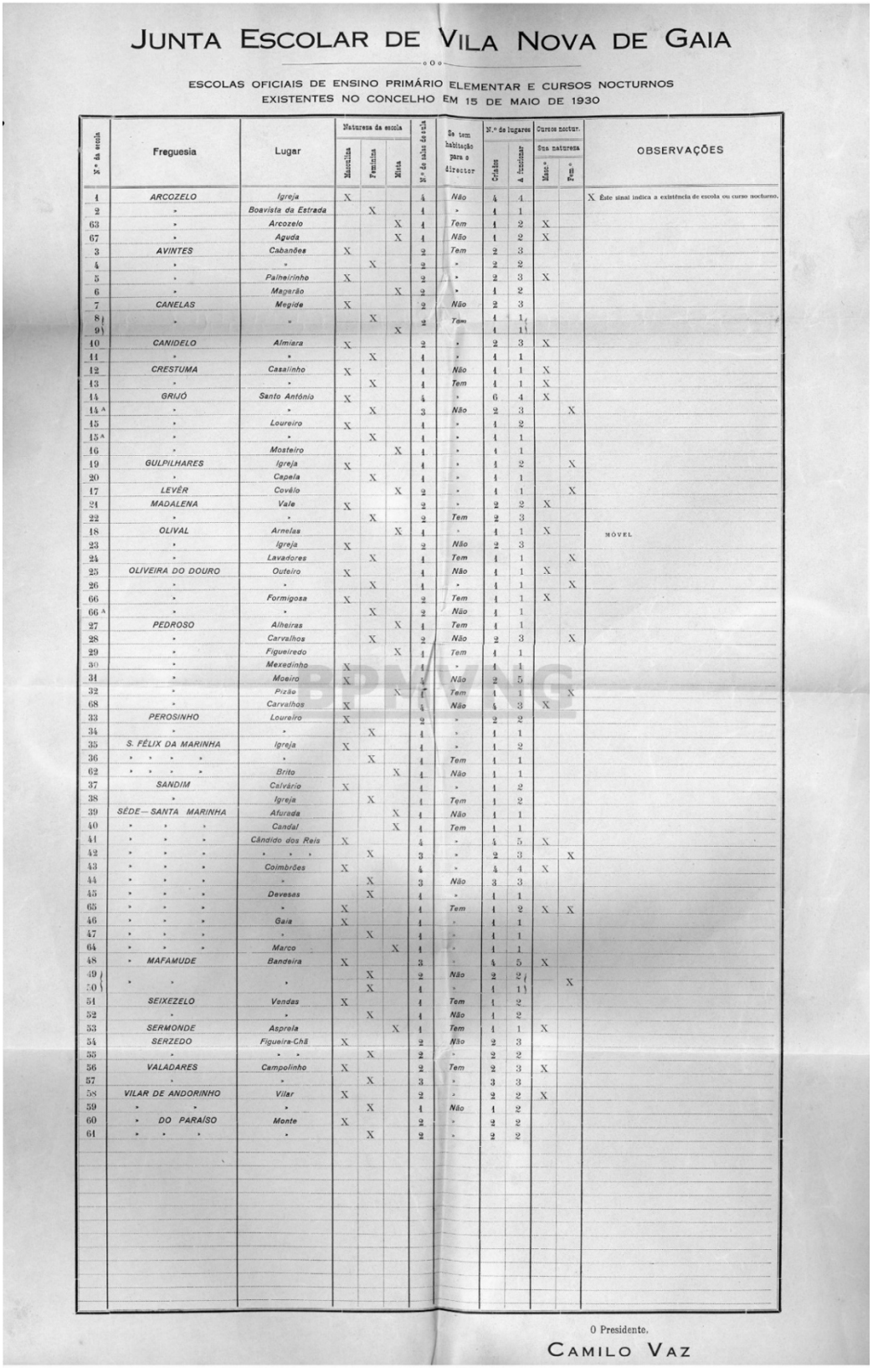


Fonte: AFONSO; BAPTISTA; VAZ, 2019: 203. [Foto: Ana Vaz].

No final da década de 1920, o número de edifícios escolares era considerado insuficiente e elevados os custos com casas arrendadas em mau estado. Além disso, para construção de cada escola eram necessários mais de 30000$00, de acordo com as plantas fornecidas pelo Ministério da Educação, pelo que chegou a ser proposto em sessão da Câmara um subsídio a todos os particulares que oferecessem ao Estado casa própria para o efeito[654].

[654] *Apud* COSTA, 2010: 57.

Fig. 33. Relação de Escolas oficiais de Ensino Primário Elementar de VNG e Cursos Noturnos, em 1930.



JUNTA ESCOLAR DE VILA NOVA DE GAIA

ESCOLAS OFICIAIS DE ENSINO PRIMÁRIO ELEMENTAR E CURSOS NOCTURNOS
EXISTENTES NO CONCELHO EM 15 DE MAIO DE 1930

Nº da escola	Freguesia	Lugar	Natureza da escola: Masculina	Feminina	Mista	Nº de salas da escola	Se tem habitação para o director	Nº de lugares: Criados	A funcionar	Cursos noctur. Sua natureza: Masc.º	Fem.º	OBSERVAÇÕES
1	ARCOZELO	Igreja	X			1	Não	1	1			X Este sinal indica a existência de escola ou curso nocturno.
2	»	Boavista da Estrada		X		1	»	1	1			
63	»	Arcozelo			X	1	Tem	1	2	X		
67	»	Aguda			X	1	Não	1	2	X		
3	AVINTES	Cabanões	X			2	Tem	2	3			
4	»	»		X		2	»	2	2			
5	»	Palheirinho	X			2	»	2	3	X		
6	»	Magarão			X	2	»	1	2			
7	CANELAS	Megide	X			2	Não	2	3			
8	»	»		X		2	Tem	1	1			
9					X			1	11			
10	CANIDELO	Almiara	X			2	»	2	3	X		
11	»	»		X		1	»	1	1			
12	CRESTUMA	Casalinho	X			1	Não	1	1	X		
13	»	»		X		1	Tem	1	1	X		
14	GRIJÓ	Santo António	X			1	»	6	4	X		
14 A	»	»		X		3	Não	2	3		X	
15	»	Loureiro	X			1	»	1	2			
15 A	»	»		X		1	»	1	1			
16	»	Mosteiro			X	1	»	1	1			
19	GULPILHARES	Igreja	X			1	»	1	2		X	
20	»	Capela		X		1	»	1	1			
17	LEVÊR	Covêlo			X	2	»	1	1		X	
21	MADALENA	Vale	X			2	»	2	2	X		
22	»	»		X		2	Tem	2	3			
18	OLIVAL	Arnelas			X	1	»	1	1	X		MÓVEL
23	»	Igreja	X			2	Não	2	3			
24	»	Lavadores		X		1	Tem	1	1		X	
25	OLIVEIRA DO DOURO	Outeiro	X			1	Não	1	1	X		
26	»	»		X		1	»	1	1		X	
66	»	Formigosa	X			2	Tem	1	1	X		
66 A	»	»		X		2	Não	1	1			
27	PEDROSO	Alheiras			X	1	Tem	1	1			
28	»	Carvalhos		X		2	Não	2	3		X	
29	»	Figueiredo			X	1	Tem	1	1			
30	»	Mexedinho	X			1	»	1	1			
31	»	Moeiro	X			1	Não	2	5			
32	»	Pizão			X	1	Tem	1	1		X	
68	»	Carvalhos	X			1	Não	1	3	X		
33	PEROSINHO	Loureiro	X			1	»	2	2			
34	»	»		X		1	»	1	1			
35	S. FÉLIX DA MARINHA	Igreja	X			1	»	1	2			
36	» » » »	»		X		1	Tem	1	1			
62	» » » »	Brito			X	1	Não	1	1			
37	SANDIM	Calvário	X			1	»	1	2			
38	»	Igreja		X		1	Tem	1	2			
39	SÉDE — SANTA MARINHA	Afurada			X	1	Não	1	1			
40	» » »	Candal			X	1	Tem	1	1			
41	» » »	Cândido dos Reis	X			1	»	1	5	X		
42	» » »	» » »		X		3	»	2	3		X	
43	» » »	Coimbrões	X			1	»	1	1	X		
44	» » »	»		X		3	Não	3	3			
45	» » »	Devesas		X		1	»	1	1			
65	» » »	»	X			1	Tem	1	2	X	X	
46	» » »	Gaia	X			1	»	1	1			
47	» » »	»		X		1	»	1	1			
64	» » »	Marco			X	1	»	1	1			
48	» MAFAMUDE	Bandeira	X			3	»	1	5	X		
49	» »	»		X		2	Não	2	2		X	
50				X		1	»	1	1			
51	SEIXEZELO	Vendas	X			1	Tem	1	2			
52	»	»		X		1	Não	1	2			
53	SERMONDE	Asprela			X	1	Tem	1	1	X		
54	SERZEDO	Figueira-Chã	X			2	Não	2	3			
55	»	» »		X		2	»	2	2			
56	VALADARES	Campolinho	X			2	Tem	2	3	X		
57	»	»		X		3	»	3	3			
58	VILAR DE ANDORINHO	Vilar	X			2	»	2	2	X		
59	» »	»		X		1	Não	1	2			
60	» DO PARAÍSO	Monte	X			2	»	2	2			
61	» » »	»		X		2	»	2	2			

O Presidente,
CAMILO VAZ

Fonte: BPMVNG. *ESCOLAS OFICIAIS.*

2.2.2. Escola de Ensino Primário Superior

A Reforma de 1911 organizou o ensino primário em três graus: Ensino Primário Elementar, obrigatório, com a duração de três anos, para crianças dos 7 aos 10 anos; o Ensino Primário Complementar com a duração de dois anos, para crianças dos 10 aos 12 anos; e, o Ensino Primário Superior, com a duração de três anos para adolescentes, entre os 12 e os 15 anos. Apenas funcionou regularmente o Ensino Elementar, não tendo o Complementar entrado em vigor, sendo extinto em 1919. Já o Ensino Primário Superior manteve-se durante seis anos letivos, de 1919-20 a 1924-25, em pouco mais de 50 escolas. Foi encerrado durante o Ministério de António Sérgio, em janeiro de 1924, reabrindo por pressão da opinião pública com o ministro Hélder Ribeiro. Em junho de 1926, as Escolas Primárias Superiores são definitivamente extintas.

Os dados sobre a Escola de Ensino Primário Superior de VNG são muito escassos. Aferimos que, em 1919, a Câmara alugou um edifício para o efeito[655] e, no ano seguinte, aprovou a alteração da percentagem de 30% para 32% das contribuições do Estado para as despesas com a Instrução Primária para essa escola[656], o que se veio a verificar insuficiente, na medida em que nunca teve um edifício próprio e foram constantes as deficiências no suprimento de material e de mobiliário[657].

Na secretaria provisória, sedeada na rua General Torres, n.º 133, abriam-se as matrículas gratuitas para o 1.º ano para indivíduos de ambos os sexos, a partir dos 11 anos de idade. Os candidatos deveriam apresentar certidão de aprovação no exame de Instrução Primária de 2.º grau e atestado de vacinação realizado há menos de sete anos ou de ter padecido de varíola dentro do mesmo período. O curso, que tinha a duração de três anos, constituía condição de preferência para a admissão nas fábricas, oficinas, arsenais e quaisquer outros estabelecimentos do Estado e habilitando à possibilidade de requerer o seguinte: matrícula nos exames das Escolas Normais Primárias; exame de saída do Curso Geral dos Liceus (2.ª secção); diploma de aptidão pedagógica nas Escolas Normais; matrícula nas escolas técnicas correspondente já à parte especializada; e,

---

[655] BPMVNG. *CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA,* 1920.
[656] *Apud* COSTA, 2007: 283; COSTA, 2006: 254.
[657] *O CINCO DE OUTUBRO*, n.º 445, 1920: 2.

ainda, concorrer a todos os cargos públicos para que fosse exigida a aprovação no exame de saída do curso geral dos liceus[658].

Para diretor da escola foi nomeado Bernardo Lucas, o mesmo que anos antes, defendia em discurso no Clube de Gaia, a valorização e o alargamento da Instrução Primária no concelho[659]. O corpo de docentes foi recrutado entre o «superavit» dos pretendentes à escola do Porto, o que explica o facto de o único professor gaiense selecionado ter sido António Augusto Osório de Novais (diretor do Colégio Central), apesar de VNG ter «professores competentíssimos e bons republicanos»[660].

Abriu no dia 2 de dezembro com mais de 60 alunos, não obstante «as intrigas, más vontades, exigências burocráticas, dificuldades, orçamentos, tal e tal coisas, etc»[661]. Os seus apologistas advogavam, entre as vantagens, a de servir gratuitamente a instrução secundária das classes pobres, particularmente do género feminino, cujos pais viam nesta oferta escolar uma forma de educação acessível, útil e segura.

> *O ensino secundário tem sido sempre no nosso país monopólio de filhos de ricos e remediados. Os filhos de pobres quando obtinham o exame de 2.º grau de Instrução Primária, muitas vezes, à custa já de sacrifícios enormes, julgavam-se letrados e por aí se ficavam. Porque o ensino nos Liceus e nos colégios particulares custa caro, muito caro.*
>
> *Ora a Escola Primária Superior aceitando a criança com 11 anos e depois de feito o exame do 2.º grau, dá-lhe um curso de 3 anos equivalente ao 5.º dos Liceus e com direitos assegurados à matrícula na Escola Normal, à preferência de lugares em repartições e oficinas do Estado, etc.*
>
> *No Porto vão funcionar duas destas escolas, dir-se-á – e bem podiam as crianças de Gaia frequentá-las». É sempre o espírito de sujeição a esmagar a nossa terra*[662].

---

[658] S. a., 1919: 4.
[659] LUCAS, 1886.
[660] *O CINCO DE OUTUBRO*, n.º 381, 1919: 2.
[661] *O CINCO DE OUTUBRO*, n.º 404, 1919: 2.
[662] *O CINCO DE OUTUBRO*, n.º 394, 1919: 2.

Segundo Camilo Oliveira, redator do jornal *O Cinco de Outubro* e professor de Língua e Literatura Portuguesa na Escola Primária Superior de Gaia, a criação destas escolas veio descongestionar os liceus, particularmente, o feminino, uma vez que a sua frequência era maioritariamente feminina[663].

Foi curta a existência da Escola Primária Superior de Gaia, o que não impediu a permanente desconfiança e crítica de «manejos jesuíticos tendentes a dar cabo destas escolas», onde se acreditava que os mais desprotegidos, pudessem obter um curso que os habilitasse a «entrar na vida útil e de trabalho»[664]. Entre as críticas denunciadas na imprensa, imperava a falta de «aptidão» para o cargo de alguns membros do seu quadro docente que impedia a devida preparação dos alunos para exame.

> *Um amigo, que muito prezamos, acaba de nos contar coisas espantosas passadas nesta escola, no passado ano letivo.*
> *Entre esses factos, que a serem como cremos, verdadeiros, atingiram as raias do escândalo, apontou-nos um para o qual não deixaremos de chamar a atenção do ilustre Diretor da escola, o Sr. Bernardo Lucas.*
> *Há alunos que na classificação não puderem ir a exame, tendo contudo atingido média para isso. Mais nos disse que houve disciplinas que sem professores durante semanas seguidas, e que foi nestas disciplinas e numa outra em que a incompetência do professor para a lecionar muito se evidenciou, onde o chumbo mais ação exerceu.*
> *Por agora não queremos aprofundar o assunto, confiados em que no novo ano letivo, o ilustre Diretor e os professores seus cooperadores se coloquem bem nos seus lugares, procurando prestigiar a escola e tomando cada professor a disciplina que mais em harmonia esteja com as suas … aptidões*[665].

---

[663] *O CINCO DE OUTUBRO*, n.º 407, 1919: 1.
[664] *O CINCO DE OUTUBRO*, n.º 445, 1920: 2.
[665] *O GRITO DE GAIA*, n.º 9, 1923: 3.

Quadro 18. Corpo docente da Escola de Ensino Primário Superior.

ESCOLA PRIMÁRIA SUPERIOR Provisoriamente na Avenida da República (Paços do Concelho)

CARGO	**NOME**
Diretor	Dr. Bernardo Lucas
Médico escolar	Ângelo Vaz
Professores efetivos	Osório de Novais
	José Lopes de Araújo
	Álvaro Pinto Leite
	Fernando Maia
	Dr. Bento de Pinho
	Dr. António José de Almeida e Sousa
	Maria José Rola
	Maria das Mercês de Figueiredo
	Antónia Dordonat
	Delfina de Sá Dias

Fonte: *ANUÁRIO COMERCIAL DO PORTO,* 1926.

António Sérgio, em 1924, numa política de contenção das despesas, suprimiu as escolas primárias superiores, permitindo, apenas, a continuidade daquelas que «fossem diretamente providas pelos municípios ou pelas juntas gerais dos distritos»[666]. Neste aspeto, VNG mostra-se resiliente face à pressão corrosiva mediática e às dificuldades de manutenção do quotidiano escolar desejável, anunciando, em 1925, a abertura de cursos suplementares vespertinos de educação feminina e noturnos, para os quais eram exigidas habilitações inferiores às exigidas na matrícula para o Curso Geral[667]. Porém, em 1927, em substituição definitiva das Escolas Primárias Superiores, ressuscita-se o ensino primário complementar e restabelece-se o exame de 2.º grau para a admissão aos Liceus.

[666] *Apud* PROENÇA, 2009: 178.
[667] *A VOZ DA JUSTIÇA*, n.º 6, 1925: 4.

Fig.s 34 e 35. *TRABALHOS DE ALUNOS* da Escola Primária Superior de VNG (1921)[668].





Fonte: ADSCR.

[668] Vd. lista de trabalhos da Escola Primária Superior de VNG, sitos no Solar Condes de Resende em Anexo 27.

2.2.3. Escola de Desenho Industrial Passos Manuel

As transformações ocorridas em Portugal, decorrentes da estabilidade política e da evolução económica, vieram a tornar o ensino industrial fundamental para a necessária formação de profissionais qualificados para os novos espaços fabris que proliferavam em diferentes zonas do Porto. Por iniciativa governamental, criaram-se, no Porto, a escola Faria Guimarães e a Infante D. Henrique e, complementarmente, a escola Passos Manuel em VNG[669].

Como já aqui foi abordado, a urbe de VNG vivia um período de desenvolvimento económico que já vinha a ocorrer desde meados do século XIX, de modo que se impunha um tipo de ensino específico que desse resposta às necessidades, ou seja, um ensino comercial e técnico, que teve espaço a nível do ensino privado, do qual adiante falaremos, e de um ensino industrial, em particular de Cerâmica, que deu origem à Escola de Desenho Industrial de Passos Manuel. A sua criação deve-se muito aos esforços da Sociedade de Instrução do Porto que argumentou junto do Governo a densidade de indústrias e de fábricas modernas, entre as quais, as de cerâmica que «honraram a indústria portuguesa, surpreendendo nacionais e estrangeiros com a excelência dos produtos com que concorrerão à exposição de cerâmica efetuada em 1882» e a existência de um autêntico «viveiro de operários» privados da indispensável educação artística[670].

VNG veio a ser contemplada com uma Escola de Desenho Industrial, através do decreto regulamentar de 7 de maio de 1884, que veio a designar-se Escola Passos Manuel, pelo Decreto de 5 de dezembro. Como não se dispunha de edifícios devolutos para a instalação da escola, os proprietários da Fábrica de Cerâmica das Devesas disponibilizaram a sua escola noturna de Desenho e Modelação[671] que, até aqui, era

---

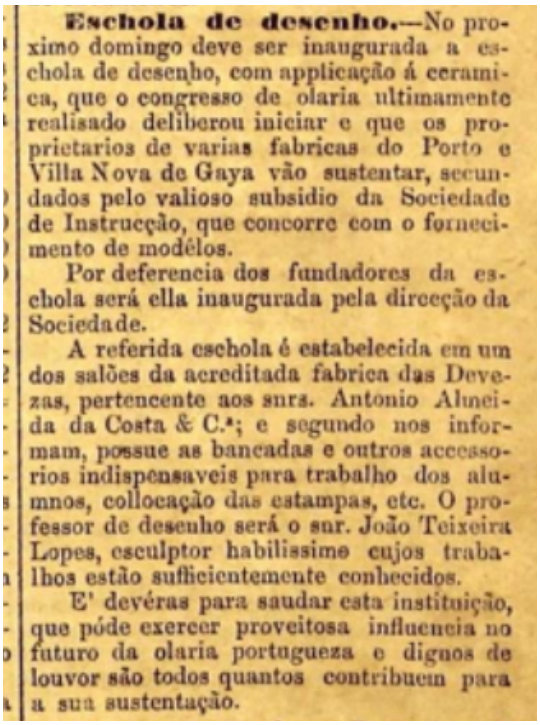
[669] ALVES, 2000a: 67-68.

[670] *REVISTA DA SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO DO PORTO*, n.º 3, (1884): 37- 44. Vd. totalidade da transcrição em Anexo 28.

[671] Inaugurada em 4 de fevereiro, com capacidade para 100 alunos. *O COMMERCIO DO PORTO*, n.º 27, 1883:1. A escola teve como primeiro professor, não João Teixeira Lopes como se refere na notícia mas, José Joaquim Teixeira Lopes, pai de António Teixeira Lopes (escultor) e José Teixeira Lopes (arquiteto).

sustentada por uma comissão composta pelos principais donos das fábricas de cerâmica de VNG e do Porto e pela Sociedade de Instrução do Porto[672].

Fig.36. Notícia da inauguração da Escola de Desenho/Escola Industrial Passos Manuel.



Eschola de desenho.—No proximo domingo deve ser inaugurada a eschola de desenho, com applicação á ceramica, que o congresso de olaria ultimamente realisado deliberou iniciar e que os proprietarios de varias fabricas do Porto e Villa Nova de Gaya vão sustentar, secundados pelo valioso subsidio da Sociedade de Instrucção, que concorre com o fornecimento de modêlos.

Por deferencia dos fundadores da eschola será ella inaugurada pela direcção da Sociedade.

A referida eschola é estabelecida em um dos salões da acreditada fabrica das Devezas, pertencente aos snrs. Antonio Alueida da Costa & C.ª; e segundo nos informam, possue as bancadas e outros accessorios indispensaveis para trabalho dos alumnos, collocação das estampas, etc. O professor de desenho será o snr. João Teixeira Lopes, esculptor habilissimo cujos trabalhos estão sufficientemente conhecidos.

E' devéras para saudar esta instituição, que póde exercer proveitosa influencia no futuro da olaria portugueza e dignos de louvor são todos quantos contribuem para a sua sustentação.

Fonte: *O COMMERCIO DO PORTO*, n.º 27, 1883: 1

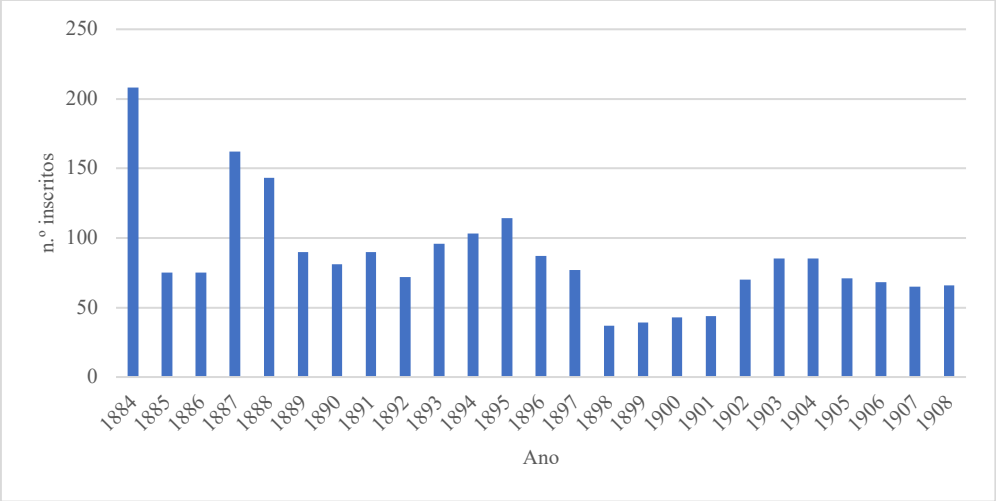
Funcionou em regime noturno, inicialmente nas instalações da Fábrica Cerâmica das Devesas, onde se conservou até 1887, passando para o edifício da escola das Palhacinhas, onde esteve durante 37 anos. Em 1924, transfere-se para o antigo edifício dos Paços do Concelho[673], até se inaugurar as novas instalações em terrenos da antiga quinta de Cabo-Mor, em 1955[674].

Foram seus diretores, durante o período cronológico do nosso estudo, Alfredo José Torcato Pinheiro, Teodoro Pinto dos Santos Fonseca, António dos Santos Pousada, Abílio Francisco Pereira, António Ferreira Costa, José Fernandes de Sousa Caldas e José

[672] *O COMMERCIO DO PORTO*, n.º 27, 1883:1.
[673] Onde veio a ser instalada a escola da Praia.
[674] Sobre a instalação definitiva desta escola em terrenos da antiga quinta de Cabo-Mor, vd. COSTA, 2013: 42-53.

Augusto Rodrigues Praça. Entre os alunos distintos sobressaem nomes como Joaquim Gonçalves da Silva (escultor), Paulino Gonçalves (pintor decorador), Rodrigo Ferreira de Castro, (pintor decorador, escultor), José de Oliveira Ferreira (pintor decorador, escultor), Joaquim Francisco Lopes (pintor decorador, pintor de cofres), Paulino Gonçalves, Rodolfo Pinto do Couto (escultor), entre outros, merecedores de prémios previstos no Regulamento Geral das Escolas Industriais e Escolas de Desenho Industrial[675].

Gráfico 7. Número de alunos da Escola Passos Manuel, entre 1884 e 1908.



Fonte: *APONTAMENTOS ESTATÍSTICOS*, 1910: 85.

Até 1910, o número de alunos oscilou muito em número, variando entre 208 alunos em 1884-1885 e 39 em 1899-900, com uma média de aprovações de 23 alunos (Gráfico 7). No dealbar da República, a frequência de alunos era muito baixa, 24 alunos. «Sem uma cadeia forte de solidariedade entre a Câmara, Associação Industrial e Comercial, trabalhadores e moradores, a escola permaneceu fechada, nas suas paredes, sem receber do meio os impulsos criativos de que precisava[676]». De facto, os números correspondentes ao entusiasmo inicial só voltariam na década de 1920. A escola não

[675] Artigo 15, 3.º do Regulamento Geral das Escolas Industriais e Escolas de Desenho Industrial: *Instituir-se-ão em cada escola dois prémios anuais um de 20$000 réis outro de 50$000 réis, sendo o primeiro para os alunos de desenho elementar ou geral, e o segundo para os de desenho industrial ou especial.*
Estes prémios serão conferidos por proposta do professor da cadeira baseada em provas; proposta acerca da qual o inspetor respetivo consultará, e que deverá ser aprovada pela direção do museu respetivo. Vd. Relação dos alunos premiados da Escola Passos Manuel entre 1884-1893, em Anexo 29.
[676] BARRA, 1984: 51.

acompanhou o desenvolvimento de outras indústrias, além da cerâmica em decadência, como a serralharia mecânica, a serralharia artística, a carpintaria, a do papel e do têxtil, entre outras, ao ponto de muitos jovens e operários terem optado por frequentar as escolas do outro lado do rio (Porto)[677]. Alípio Barra[678] justifica a letargia em que permaneceu a escola por mais de 30 anos, com base na legislação que foi sendo produzida para este tipo de ensino, a qual não permitiu que a escola de Gaia respondesse às novas necessidades do território:

1886 – Através da reforma de Emídio Navarro, a escola lecionava apenas o Desenho Industrial de grau elementar, sem oficinas e sem qualquer contrato com estabelecimentos fabris particulares ou do Estado para estágio dos discentes;

1891 – João Franco suprimiu as escolas e classificou as restantes em completas, incompletas e elementares. A Escola de Passos Manuel era de tipo elementar, designando-se Escola Industrial. Ministrava o ensino de Desenho Elementar nas classes I (preparatória) e II (complementar) e as disciplinas de Desenho Ornamental da classe I (Desenho de Ornato e Modelação) e II (Composição Ornamental). Previa-se uma oficina para a Cerâmica que nunca se concretizou;

1893 - Com a reforma de Bernardino Machado, a Escola voltou à designação inicial e passou a lecionar Desenho Geral, classes I e II, Desenho Ornamental da classe I e dois cursos industriais: Pintor cerâmico e Oleiro/louceiro formista;

1897 – Na decorrência da reforma de Augusto José da Cunha, a Escola ministrava apenas o ensino de Desenho I (desenho elementar) e II (Desenho Ornamental e de Modelação), sem oficinas;

1916 – O Decreto 2609-E de 4 de setembro manteve a escola na categoria de Escola de Desenho Industrial. Lecionava Desenho Geral Elementar e o Desenho Industrial

[677] BARRA, 1984: 51.

[678] Agradecemos a este autor, antigo professor da Escola António Sérgio, a prontidão e generosidade com que nos forneceu vários documentos e informações para o estudo desta escola.

Ornamental com trabalhos oficinais, mas sem oficinas propriamente ditas. O curso compreendia 5 anos, com o mesmo número de professores e sem mestres;

1918 – O Decreto n.º 5029 de 1 de dezembro, de Azevedo Neves, coloca a escola na categoria de Escola Industrial Elementar de Artes e Ofícios. Previa um ensino inteiramente prático e acessível mesmo aos analfabetos. Passou à designação de Escola Cerâmica Passos Manuel, insistindo-se na importância desta atividade para o meio[679].

A partir do ano letivo de 1931-32, com o legado de Sousa Caldas e a liderança de Vieira de Araújo, vai-se registar o número de 270 alunos, tendencialmente crescente. Pelo contrário, no início da década de 1920, a frequência de alunos situava-se muito abaixo da média nacional, revelando a sua incapacidade de adaptação às necessidades da população[680]. Ao analisarmos alguma documentação desta escola, nomeadamente o *Livro de Caixa* entre 1914 e 1924, infere-se as suas dificuldades orçamentais, através das tímidas compras de material para trabalhos e atualização teórico-prática[681].

Lembremos que foi apenas dotada de edifício de raiz durante o Estado Novo, inaugurado no ano letivo de 1955-56, com a designação de Escola Secundária António Sérgio. A inadequação das instalações para o tipo de ensino e número de alunos, também não abonou em favor da sua qualidade e reputação. Durante as quase quatro décadas em que esteve no edifício das escolas paroquiais e em que partilhou o espaço com a escola primária e com um curso noturno para operários, a convivência nem sempre foi salutar, nem pacífica:

> *Em 1896, quando a escola era dirigida por António dos Santos Pousada, foi necessário revestir a azulejos as paredes laterais do átrio, até certa altura, para impedir que os alunos da Escola Passos Manuel fizessem «desenhos ou inscrições menos convenientes» para que os pais das crianças que frequentam a escola não*

[679] BARRA, 1985: 66-7.
[680] BARRA, 1985: 67.
[681] Vd. Anexo 30.

tivessem receio de para lá mandarem os filhos, quasi na totalidade inocentes, com o fundadíssimo motivo de que não os queriam pervertidos»[682].

Não raras vezes, foi solicitado policiamento na ocasião da entrada e saída das aulas, por serem muitas as queixas contra os alunos da Escola Passos Manuel que insultavam os professores de Instrução Primária e transeuntes e causavam desordens no final das aulas[683]. Década após década, foi-se acentuando a necessidade de um local e instalações adequadas para a escola, o que tardou em acontecer.

Fruto de diligências junto do Governo, através do Decreto n.º 10.273 de 10 de dezembro de 1924, a escola foi, finalmente, convertida em Escola Industrial e Comercial de Passos Manuel, que passou a ministrar, numa secção industrial, Carpintaria e Tanoaria, Cerâmica e Trabalhos Femininos e, numa secção comercial, o Ensino das Escolas Comerciais[684]. Todavia, os cursos foram considerados insuficientes, diligenciando-se uma nova representação para requerer os cursos de Serralharia e Montador Eletricista. O Decreto n.º 10.546 do Ministério do Comércio e Comunicações, de 13 de fevereiro de 1925, veio satisfazer, parcialmente, as pretensões do concelho com a criação de novos cursos: Rodista e Modelador Cerâmico, Decorador Cerâmico, Entalhador e Torneiro de Madeira, Serralheiro, Trabalhos Femininos (grau geral, curso de 4 anos); Pedreiro, Canteiro, Estucador, Carpinteiro Civil, Carpinteiro Naval (grau complementar, curso de 2 anos). Com a generalização do ensino a vários ramos industriais e sob a direção de Sousa Caldas, a escola procurou acompanhar o desenvolvimento industrial do território[685], sendo que o sentimento geral era de entusiasmo e de convicção de que a breve tempo estaria na vanguarda das escolas técnicas do país[686].

---

[682] *Apud* COSTA, 2013: 49.
[683] COSTA, 2013: 49.
[684] BARRA, 1985: 67.
[685] *Os alunos desta escola foram há dias de visita à Eletro-Cerâmica, tendo assistido a algumas experiências e fabricos*. *TERRA DE GAIA*, n.º 5, 1927: 2.
[686] *A TERRA DE GAIA*, n.º 19, 1927: 2.

Exposição da Escola Industrial de Gaia

Realizou-se no dia 5 de outubro, nos novos Paços do Concelho, a exposição de trabalhos dos alunos da nossa Escola Industrial.

Apesar do curto tempo que tem a Escola da generalização do seu ensino aos variados ramos industriais, verifica-se que dentro dela muito se tem trabalhado, sendo de esperar que, dentro em breve tempo, ela enfileire na vanguarda das Escolas técnicas do nosso país. Uma visita à exposição demonstrará a finalidade da Escola, o aproveitamento dos seus alunos, a forma de trabalho dos professores e mestres de oficina e marcará, no nosso espírito, o valor das exposições dos trabalhos de cada escola, como o melhor meio de propaganda da cultura dos mesmos. Aconselhamos o povo de Gaia a visitar a referida exposição e fazemos votos para que ela marque, para o progresso da Escola, o nosso amigo Sr. Sousa Caldas a quem dirigimos as nossas felicitações. Aproveitamos a oportunidade, para agradecer a Sua Exa. a gentileza do convite que nos enviou[687].

Todavia, faltava a secção comercial, que se terá julgado desnecessária pela proximidade da Escola Comercial Oliveira Martins, no Porto. Dada a insistência de Gaia, em 1948, os decretos 37.028 e 37.029 vieram a criar no mesmo edifício, a Escola Técnica Elementar Passos Manuel e Comercial Teixeira Lopes. O primeiro decreto previa a construção de uma Escola Industrial e Comercial completa e uma Escola Técnica Elementar mista, obras que não se chegaram a realizar. O Decreto 38.2777 de 31 de maio, veio responder às dificuldades de conciliação entre o problema da falta de verbas e as necessidades formativas, ao "simplesmente" unir as duas escolas[688], ficando o diretor, Vieira de Araújo com a espinhosa missão de seguir caminho com mais de 500 alunos, na esperança de que avançassem as obras do novo edifício. Todavia, e apesar de se ter

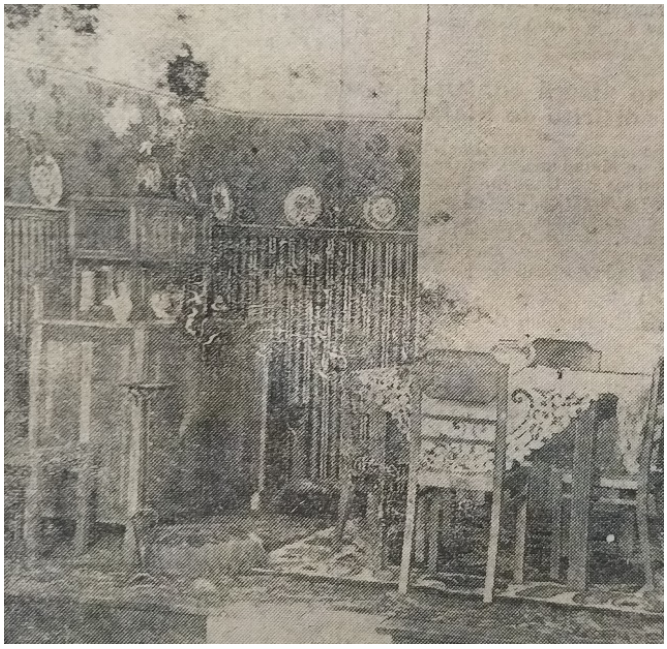
[687] *A TERRA DE GAIA*, n.º 19, 1927: 2.

[688] São convertidas num só estabelecimento de ensino técnico profissional as duas escolas técnica e elementar e industrial e comercial atualmente existentes em Coimbra, Braga, Vila Nova de Gaia e Funchal passando o ensino do ciclo preparatório a ser ministrado nas escolas industriais e comerciais das mesmas localidades.

previsto uma estrondosa inauguração para o centenário da Restauração (1949), essa inauguração solene nunca ocorreu.

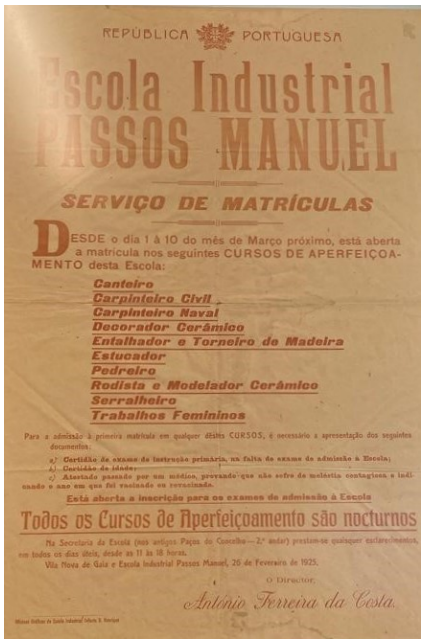
> *Quando pelas 16 horas do dia dez de agosto de 1955 o Conselho Escolar iniciava os seus trabalhos, devia brilhar no olhar dos presentes a alegria da próxima mudança de ares. Era, contudo, uma alegria misturada de tristeza e de lembranças. Recorde-se um passo da ata dessa sessão, no momento em que falava o Eng. Vieira de Araújo* «[…], *nesta reunião, a última que se realiza no prédio velho, queria acrescentar que era com emoção que deixava esta casa, onde tantos rapazes fizeram a sua preparação para a vida, e relembrava, consagrando o ambiente de trabalho que os ligara, companheiros que haviam desaparecido, aos quais prestava especial homenagem»*[689].

Fig. 37. Mobília de casa de jantar, na Exposição da Escola Industrial de Passos Manuel.



Fonte: *VOZ*, n.º 950, 1929: 2.

Fig. 38. Poster «Escola Industrial Passos Manuel. Serviço de Matrículas», 1925



Fonte: Escola António Sérgio. Foto de Henrique Silva.

[689] *Apud* BARRA, 1985: 72.

2.3. Rede particular

Joaquim Pintassilgo sublinhou a importância histórica do ensino particular no que concerne à escolarização dos portugueses que chegou, nalguns momentos e em determinados níveis de ensino, a superar o contingente das escolas oficiais[690]. Ensino particular que compreende um universo muito diverso, e de grande heterogeneidade profissional, tipológica, ideológica e dimensional, podendo ter fins comerciais ou beneficentes. No campo do impulso filantrópico e associativo, não se expressou tanto em "escolas" ou "colégios", para dar corpo a experiências circum-educativas diversas, respondendo às necessidades de um público fora da idade escolar, como creches e cursos para adultos, sobre as quais passaremos a deter a nossa atenção.

2.3.1. As Creches em VNG

Ainda antes da promulgação da primeira legislação sobre creches em Portugal (decreto de 14 de abril de 1891), a área urbana do "Porto" vê nascer a creche do Bom Pastor (1877), a Aula Infantil do Torne (1883) e a creche de Santa Marinha (1888), à qual se seguem a da Cedofeita (1891) e da Afurada (1893). Este pioneirismo está relacionado, por um lado, com a presença de uma burguesia informada e decidida a evidenciar-se no exercício de uma caridade moderna de resposta aos problemas emergentes. Por outro lado, prende-se com a efervescência dos debates higienistas emanados da escola médico-cirúrgica do Porto, estando, ainda, relacionado com todas as alterações morais, sociofamiliares e económicas decorrentes da entrada da mulher no mundo do trabalho.

No caldo deste processo está o desenvolvimento industrial aqui verificado, proporcionalmente acompanhado pelo aumento do operariado, que constituía uma massa de homens e de mulheres com horários de trabalho esgotantes, mal alimentada, que habitava em mansardas e bairros miseráveis insalubres e sobrelotados. E com eles, a sua prole… Quando o semiabandono a que eram votados muitos dos filhos das operárias não conduzia à mortalidade precoce, frequentemente, originava deficientes

[690] PINTASSILGO, 2011c: 3.

crescimentos e percursos de vida desviantes[691]. Industriais, homens da ciência e letrados, entre finais do século XIX e princípios do século XX, procuraram sanar estes altos custos da industrialização, protagonizando uma intensa atividade ideológica em torno da criação de uma cidade social e reivindicativa da regulamentação do trabalho. É nesta conjuntura que surgem diversas iniciativas filantrópicas em torno da escola e das crianças, inclusive daquelas em idade pré-escolar, as quais, a par da subsistência alimentar e da assistência médica, procuravam providenciar instrução e educação, entre elas, a criação das creches, assunto que já tivemos ocasião de abordar em estudos anteriores[692].

No centro do debate científico e público, ainda de forma subjacente estava, também, a alteração da função social feminina. Com efeito, a grande campanha de sensibilização da opinião pública relativamente às creches, até finais do século XX, foi da responsabilidade das especialidades médicas emergentes, relacionadas com a saúde da mulher e da criança, num quadro profilático relacionado com a mortalidade infantil e com o avigoramento da raça[693]. De facto, a relação do eugenismo com o surgimento das creches estará latente até meados do século XX, altura em que a Infância é "legislada" através da "Declaração dos Direitos da Criança" e os discursos políticos alicerçados nas ciências sociais enveredarão pela des/igualdade das crianças à entrada da escolaridade[694].

Na ausência de um Estado Providência, a filantropia burguesa e aristocrata, a maçonaria e a assistência religiosa, sustentaram as creches até ao Estado Novo, que tolerou a sua existência como um mal menor no contexto urbano, numa perspetiva mais caritativa do que pedagógica. Em estudos anteriores, aferimos que a existência de creches até 1974 deveu-se à iniciativa particular, com motivações que vão desde os imperativos legislativos e paternalismos industriais, a questões afetivo-emocionais, ao exercício de caridade religiosa católica/protestante e à filantropia aristocrática/burguesa ou

[691] BAPTISTA, 2019a: 69.
[692] BAPTISTA, 2018a; BAPTISTA, 2019a; BAPTISTA, 2019b; BAPTISTA, 2019c.
[693] BAPTISTA, 2019a: 70.
[694] BAPTISTA, 2019b: 521.

maçónica[695]. Por conseguinte, estiveram sempre muito dependentes de uma benemerência instável, muitas vezes insuficiente. Por outro lado, nem sempre, os corpos administrativos reuniram o consenso, a vontade e a competência para fazer face às dificuldades. Muitas creches, por estas razões, tiveram uma existência efémera e outras, foram sendo integradas em Misericórdias, como aconteceu com as creches da Associação Promotora de Lisboa e, no caso de VNG, a creche D. Emília de Jesus Costa. Mesmo as creches das unidades fabris apesar das medidas legislativas, salvo raras e intermitentes experiências, nunca constituíram prática enraizada e muitas nem sequer passaram da fase de projeto[696].

A instituição creche insere-se no grupo daquelas que tinham a cargo a educação de crianças em idade pré-escolar, mas nem sempre foram claros os limites etários permitidos e muito menos as filosofias educativas orientadoras. O facto de acolherem crianças em idade pré-escolar colocou-a num nicho assistencioeducativo, onde as novas pedagogias foram penetrando tenuemente, vinculadas ao exemplo materno e a práticas educativas veiculadas pelas regentes, reguladas pela filantropia socialmente proeminente[697].

Sendo, maioritariamente tuteladas por agremiações, a documentação produzida remanescente vai muito pouco além da alimentação, da higiene e dos óbolos oferecidos e é praticamente inexistente no que concerne às questões do quotidiano das crianças. Estudos em que participámos sobre o desenvolvimento das creches levaram-nos a concluir que o processo desenrolado em VNG reflete a generalidade da realidade urbana portuguesa, no que se refere ao facto de a creche ser encarada como uma instituição de caridade eminentemente assistencial, o que lhe confere uma certa invisibilidade no espectro educativo da primeira infância. Por outro lado, não obstante o auspicioso arranque de Oitocentos, a expansão da rede de creches retraiu-se, ao longo do século XX, passando a estar a cargo, maioritariamente, da iniciativa fabril e empresarial e já não

[695] Ver exemplos em BAPTISTA, 2018f: 51-57 e quadro «As Creches em Vila Nova de Gaia (1883-1972)» em BAPTISTA, 2019a: 71.
[696] BAPTISTA, 2019a: 72.
[697] BAPTISTA, 2019b: 521.

filantrópica como na sua génese, porém, sempre concentrada nas freguesias mais industrializadas[698]. Concluímos, ainda, que, apesar de criadas para dar resposta a necessidades sociais que foram crescendo com a progressiva entrada da mulher no mundo do trabalho, as creches estiveram sempre em grande desequilíbrio em relação às reais necessidades, sendo disso flagrante exemplo o território em estudo, onde se cingiram às freguesias de Santa Marinha e Mafamude. Nas freguesias rurais, que constituem a maior parte do território, não há notícia de "criadeiras" ou de creches, na medida em que as crianças acompanhavam os pais no trabalho[699].

VNG, a par do Porto, Lisboa e Coimbra viram nascer as primeiras creches em Portugal. Este pioneirismo justifica-se, não só pela presença de um ambiente político-social e académico, divulgador e defensor de instituições de proteção/educação popular de que as creches são exemplo, mas também, pelo crescimento comercial e industrial acompanhado de crescente densidade populacional[700].

As freguesias de Santa Marinha e de Mafamude constituíam um território em processo de transição de uma sociedade rural para uma sociedade em vias de industrialização e urbanização, sendo que o ambiente de desenvolvimento aqui verificado funcionou como fator de atração para a criação de negócios por investidores nacionais e internacionais e como oportunidade de emprego para membros de famílias rurais numerosas das envolvências e do interior do país[701].

As condições de insalubridade, decorrentes da concentração populacional facilitavam o contágio da tuberculose, da varíola, do sarampo e a proliferação de várias outras doenças infeciosas[702]. Ainda assim, VNG, no início do século XX, destacava-se neste negro panorama, em virtude da subida da taxa de mortalidade infantil[703]. A explicação para o flagelo foi atribuída à designada "indústria" das criadeiras, ou seja, ao facto de

[698] BAPTISTA, 2019b: 522.
[699] BAPTISTA, 2019b: 522.
[700] BAPTISTA, 2019b: 513; Sobre a Infância como questão supranacional vd. TOMÉ, 2010: 482-4.
[701] Sobre o processo de urbanização e industrialização de Mafamude vd. GUIMARÃES, 2014: 5-24. Vd., também, principais focos de atração populacional em BAPTISTA, 2019b: 163.
[702] BAPTISTA, 2019b: 166.
[703] BAPTISTA, 2019c: 165-170; BAPTISTA, 2019b: 510-511.

um excessivo número de crianças pequenas, filhas de trabalhadoras, ficarem sem qualquer tipo de regulamentação entregues a mulheres "especializadas" no ofício, a troco de contrapartidas acordadas. A perceção pública dizia que era de tal forma elevado o número de mães em trabalho fora da casa, que se havia desenvolvido uma verdadeira atividade rentável para as criadeiras, mas funesta para as crianças, suspeitando-se que fossem mal tratadas e alimentadas[704]. A conclusão a que chegou o escol médico que estudou o caso de Gaia concluiu que, não obstante a existência de boas amas, havia casos em que a saúde da criança era de facto sacrificada à ganância. Por outro lado, eram da opinião que, no âmbito do trabalho industrial, urgia um quadro de proteção das mulheres grávidas, com base no exemplo da filantropia patronal e do mutualismo operário que se vinha tenuemente a desenvolver na região. Entre outras medidas, era apontada a necessidade de se tornar efetiva a salvaguarda das crianças através da criação de comissões de proteção da primeira infância (uma em cada freguesia) destinadas a instruir as mães, as amas e as criadeiras encarregadas da vigilância das crianças e da fiscalização do leite no concelho e, ainda, a criação de instituições de apoio ao proletariado, nomeadamente lactários, dispensários e creches[705].

Quadro 19. Creches criadas em VNG, entre 1880-1930.

DATA	INSTITUIÇAO/LOCAL
1883	Aula infantil do Torne
1888	Creche de Santa Marinha
1893	Creche do Colégio Nossa Senhora do Rosário/Convento Corpus Christi (beira-rio)/ Colégio-creche Nossa Senhora do Bonança (lugar do Castelo)
1894	Creche da Fábrica de Cerâmica das Devesas
1915	Asilo, creche e Hospital Emília de Jesus Costa e António de Almeida Costa, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, antiga Creche da Fábrica das Devesas

Fonte: adaptado de BAPTISTA, 2018f: 51-57.

[704] Manipuladoras de tabaco, vendedeiras de leite, frutas, pão, peixe, engarrafadeiras, rolheiras, fiandeiras, oleiras, oleiras, carrejonas, etc.
[705] Vd. BAPTISTA, 2019c: 168-9.

No território gaiense, foi o assistencialismo protestante que levou a cabo a primeira experiência ao nível do pré-escolar, em 1883, quando Diogo Cassels incluiu na sua oferta educativa uma "Aula infantil", para «*entreter as crianças e tirá-las da rua*»[706], destinada a crianças com idade inferior a sete anos, que aprendiam rudimentos de leitura, executando exercícios de caligrafia, desenhos e lavores[707].

Já a criação da Creche de Santa Marinha, em 1888, uniu personalidades de ideologias e credos diversos. Integrou burgueses e republicanos, já aqui mencionados, como João Rodrigues Valente Perfeito e Caetano Pinho da Silva. Teve o seu início na rua das Costeiras (atual rua Dr. António Granjo), n.º 22, 2.º, propriedade de Valente Perfeito. Depois, foi transferida para uma creche numa parte do prédio onde estava sedeado o Clube de Gaia, no Largo D. Luís e Avenida de Diogo Leite, n.º 77-B. Procurando responder às necessidades da população e aos princípios higienistas, em 1897, a sede da instituição instala-se, num largo palacete, virado para o rio Douro, até aos dias de hoje.

> *Com salas largas, altas, bem ventiladas, batidas de sol desde a manhã ao escurecer, era segundo os padrões da época a "mansão ideal para as criancinhas". Não obstante as restruturações efetuadas ao longo dos tempos, a imponência do edifício e a graça que lhe advém das bandeiras das janelas e da sobriedade dos gradeamentos e portões, tornam este edifício, ainda hoje, um ponto de interesse na urbanística local*[708]*.*

Esta associação nasceu em 1888 por vontade de Leopoldo de Oliveira Mourão, o qual exercendo à época o cargo de administrador de VNG, reuniu um conjunto de destacadas personalidades gaienses, propondo a criação de uma instituição que auxiliasse e assistisse os filhos das operárias da freguesia de Santa Marinha.

> *O doutor Leopoldo Mourão encontrou umas crianças nas ruas lamacentas de Gaia. Tiritavam com o frio agudo que fazia e morriam de fome. Desde então*

---

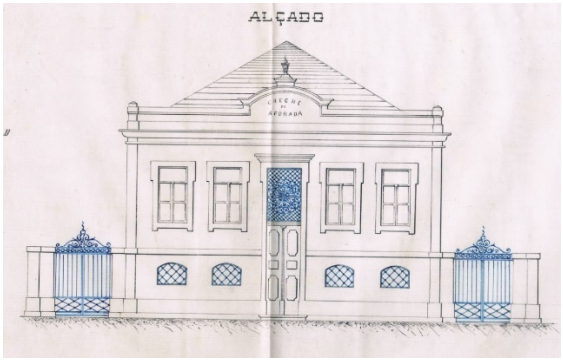
[706] Relato de Diogo Cassels em *A MOCIDADE*, 1898, n.º 11: 2-3. Sobre Diogo Cassels vd. PEIXOTO, 2001a; SILVA, 2018.
[707] *A EGREJA LUSITANA CATHOLICA APOSTÓLICA EVANGELICA*, n.º 35, 1907: 3.
[708] *Apud* BAPTISTA, 2018f: 88.

cogitara consigo se não haveria meio de valer às infelizes criancinhas que os pobres trabalhadores, quando vão para as suas ocupações, deixam entregues aos azares da vadiagem, sem roupa e sem alimento. Dali nascera a ideia da criação da Creche, que realizara, satisfazendo assim uma das suas mais nobres aspirações[709].

A Associação das Creches de Santa Marinha vem a constituir-se em 1893 com a anexação da creche da Afurada. A origem desta iniciativa deve-se ao jornal *O Comércio do Porto* que conjuntamente com o diretor da creche de Santa Marinha, Artur Ferreira de Macedo, congregaram esforços com vista à construção de um edifício de raiz para apoiar as viúvas e órfãs, após um trágico naufrágio em que perecerem mais de cem pescadores, trinta e cinco dos quais da comunidade piscatória de Gaia, a Afurada[710].

Entre os fundadores da pioneira Creche de Santa Marinha estavam igualmente membros da conservadora aristocracia, como o conde de Campo Belo[711], que também protegeu uma creche que existiu no convento Corpus Christi na década de noventa de Oitocentos, a cargo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e S. Domingos de Gusmão[712], de que adiante falaremos.

Fig. 39. Pormenor da Planta da Creche da Afurada, Projeto do Conselheiro António Ferreira de Araújo Silva.



Fonte: ADCSM. *PLANTA DA CRECHE DA AFURADA*

[709] *ASSOCIAÇÃO DAS* CRECHES, 1894: 17.
[710] BAPTISTA, 2018f: 80-83.
[711] SOUSA, 2018: 253.
[712] Em 1893 já existia, mas em 1905, segundo relato do diretor de obras públicas do Porto, não havia dela vestígios, cf. *CRÓNICA DO CENTENÁRIO* […]: 996, 999.

A maçonaria esteve presente na fundação da primeira creche de Santa Marinha e em várias instituições de apoio à infância que se foram criando em VNG. Também na criação da creche da Afurada estiveram fortemente envolvidos Rodrigues de Freitas e Júlio Gama que são conhecidos maçons portuenses e Artur Ferreira de Macedo que vai igualmente fazer parte dos destinos da outra creche construída neste território[713].

Pelo ano de 1894, funcionava, num prédio que integrava o complexo Social da Fábrica de Cerâmica das Devesas[714], um designado "Jardim Infantil" a expensas do casal proprietário, que seria o embrião da Creche "D. Emília de Jesus", inaugurada em 1915 num edifício que, também, incluía um asilo para velhos, pelo que a instituição veio a tomar a designação de "Asilo Creche e Hospital Emília de Jesus Costa e António Almeida Costa"[715] em memória dos seus fundadores[716]. D. Emília, em testamento, estabeleceu a Associação das Creches de Santa Marinha como administração especial para a sua creche, disposição reiterada pelo testamento do marido, realizado em 1915, pelo que os estatutos da Creche D. Emília preveem o parecer do presidente das Creches de Santa Marinha, para a resolução de assuntos do interesse desta instituição. Coube ao já referido médico e maçom Artur Ferreira de Macedo a supervisão dos serviços clínicos e o cargo de presidente da comissão instaladora, lugares que o seu filho Basílio Ferreira de Macedo veio a assumir por morte do pai. A "gerência" efetuada pela Associação de Creches de Santa Marinha termina em 1937, quando se entregou a administração da herança do casal à recém-criada Misericórdia de Gaia e que teve na sua génese, entre outros, os maçons e figuras destacadas da Associação das Creches de Santa Marinha, Alfredo de Almeida Lucas, Camilo José de Macedo, Ramiro Bastos Mourão e Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior[717].

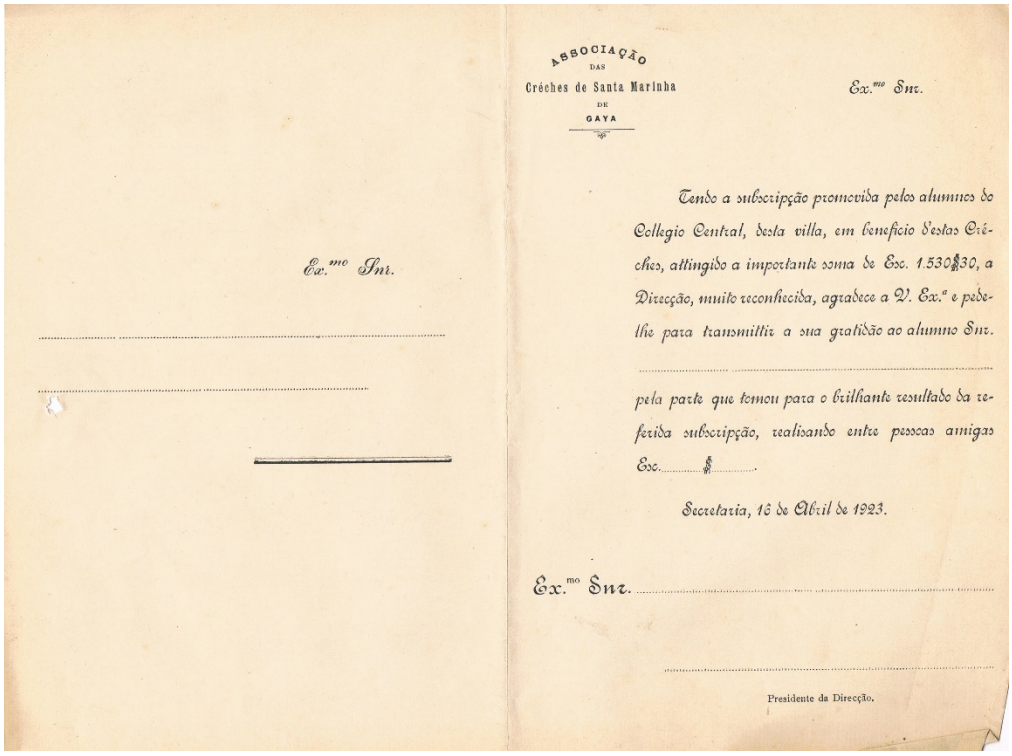
---

[713] BAPTISTA, 2018f: 213-218; BAPTISTA, 2019a: 76-77; BAPTISTA, 2019c: 174.
[714] Situado na Rua das Devesas, n.º 189.
[715] Tinham preferência na admissão no Asilo os funcionários ou ex-funcionários da fábrica de Fundição e Cerâmica, e os filhos dos operários nas mesmas condições ou ainda de indivíduos que residissem há mais de dois anos no lugar das Devesas.
[716] Em 2001 a creche é transferida para novas instalações.
[717] BAPTISTA, 2018f: 213-218; BAPTISTA, 2019a: 76-77.

2.3.2. Estabelecimentos educativos laicos

2.3.2.1. Colégio Central

Fig. 40. Circular/subscrição dos alunos do Colégio Central em favor da Associação de Creches de Santa Marinha (1923).



ASSOCIAÇÃO
DAS
Créches de Santa Marinha
DE
GAYA

Ex.mo Snr.

Ex.mo Snr.

Tendo a subscripção promovida pelos alumnos do Collegio Central, desta villa, em beneficio destas Créches, attingido a importante somma de Esc. 1.530$30, a Direcção, muito reconhecida, agradece a V. Ex.a e pede-lhe para transmittir a sua gratidão ao alumno Snr. .....
pela parte que tomou para o brilhante resultado da referida subscripção, realisando entre pessoas amigas Esc. ..... $ .....

Secretaria, 16 de Abril de 1923.

Ex.mo Snr. .....

.....

Presidente da Direcção.

Fonte: ADCSM. *SUBSCRIÇÃO*, 1923.

O Colégio Central, mais tarde designado Externato Central, mas conhecido pelo "Colégio do professor Osório" foi fundado em 1889, por António Augusto César Osório de Novais, um acérrimo republicano[718], que escreveu vários artigos de propaganda republicana e chegou a dirigir o semanário *O Triumpho* (1891-1892). Veio, ainda, a fazer parte do conselho de professores da Escola Primária Superior de VNG. Na Exposição Agrícola-Industrial de 1894, apresentou um *Método de Ensino*, que mereceu uma menção honrosa, o qual não tivemos oportunidade de conhecer em pormenor, mas que, através da imprensa, se percebe que ia ao encontro das necessidades da população da época, «uma rápida educação para os seus filhos»[719], através de um método que garantia

[718] Vd. Anexo 6.
[719] *GRILLO DE GAYA*, n.º 7, 1891: 2.

ensinar a ler e a contar, em três meses, qualquer criança maior de oito anos e, num prazo de 6 meses, as crianças de seis[720].

Nesta linha, também o professor Álvaro Dias, diretor do estabelecimento educativo na Rua Conselheiro Veloso da Cruz e que assumiu várias designações – Escola Nacional, Ateliê Caligráfico e Escola das Devesas – assegurava na sua escola noturna um «método de escrever sem erros em 20 lições» inventado por si e que vinha a produzir «os mais assombrosos resultados»[721]. Na sua escola diurna (para ambos os sexos) aprendia-se a ler, escrever e a contar em poucos meses[722].

Regressando ao professor Osório de Novais, profissional informado e proativo, enviou uma exposição circunstanciada ao ministro do reino relativa ao facto de os alunos estarem sujeitos à subjetividade da escolha dos exercícios por parte dos professores examinadores:

> *Mas como atualmente há diversos livros de leitura aprovados para assim os nossos alunos poderem satisfazer algumas vezes ao capricho de um examinador a quem a lei dá a faculdade da escolha!*
> *Devemos de futuro obrigar os alunos a comprar todos os livros adotados para assim poderem com segurança apresentar as suas provas?*[723]

A missiva enviada obteve um telegrama de resposta de Carneiro Moura, pelo Diretor Geral, informando que se tomavam em consideração as suas observações, mas que os inconvenientes notados só poderiam ser evitados numa reforma[724].

---

[720] *GRILLO DE GAYA*, n.º 29, 1891: 4.
[721] *GRILLO DE GAIA*, n.º 49, 1896: 4.
[722] *GRILLO DE GAYA*, n.º 19, 1896: 4. Vd. anúncio em Apêndice 10.
[723] *PORTUCALENSE*, n.º 26, 1906: 3.
[724] *PORTUCALENSE*, n.º 26, 1906: 3.

Fig. 41. Anúncio do Colégio Central (1891)[725].



COLLEGIO CENTRAL

253, RUA DO GENERAL TORRES, 253 — VILLA NOVA DE GAYA

DIRECTOR: A. AUGUSTO OSORIO DE NOVAES

ENSINO GARANTIDO

E' este o unico estabelecimento de instrucção aonde se póde garantir em tres mezes o ensinar a ler correntemente qualquer creança maior de oito annos, e no prazo de seis as creanças de seis annos em diante, devido a um methodo rudimentar, adoptado e ministrado exclusivamente pelo director. Os admiraveis resultados que os alumnos d'este Collegio tem obtido com o ensino por aquelle methodo, são uma das maiores garantias que o director pode dar a todos os chefes de familia que lhe queiram confiar a educacão de seus filhos.

ALUMNOS APPROVADOS NOS ULTIMOS EXAMES

Antonio dos Santos Capella Junior—Antonio Gonçalves Pinto—Candido Duarte de Paulos—Diogo dos Santos—João Rodrigues Valente Perfeito=Julio Dias d'Almeida Castello Branco=José Paes dos Santos=Lino Ribeiro da Fonseca—Zulmiro Dias 'Almeida Castello Branco.

(NÃO HOUVE REPROVAÇÕES)

D'ESTES ALUMNOS, O 3.º E O 5.º TEEM 8 ANNOS DE EDADE E 16 MEZES D'AULA ENTRANDO PARA O COLLEGIO COMPLETAMENTE ANALPHABETOS

MENSALIDADES DAS AULAS DIURNA

Ensino rudimentar, 500 — Instrucção primaria elementar, 1$000 — Admissão aos Lyceus, 1$200 — Lições particulares, 4$500 — Lições nocturnas, 800 reis.

AS MENSALIDADES SÃO ADIANTADAS

O director d'este Collegio não tirando resultado algum com o grande melhoramento que lhe soppunha adquar na epocha de 1890-91, deixa de continuar a matricular alumnos na futura epocha para os cursos secundarios.

As aulas nocturnas para adultos começam a funccionar desde o dia 1.º de setembro em diante.

AS MATRICULAS ESTÃO ABERTAS ATÉ O DIA 1.º DE OUTUBRO.

Como não é de uso n'este Collegio o haver férias, o director, desejando tanto quanto lhe seja possivel o merecer a estima do publico villanovense-admitte gratuitamente, durante o mez de setembro, todos os alumnos das outras escólas aonde deem férias durante aquelle mez.

Fonte: *O GRILLO DE GAIA*, n.º 29, 1891: 4.

Com a interferência dos seus correligionários das creches de Santa Marinha, Osório de Novais transfere o seu colégio para o primeiro andar do palacete da Associação das Creches, em 1908. No seu início, dispunha de internato, mas pouco tempo depois passa a regime exclusivo de externato. Osório de Novais veio a dinamizar muitas ações com vista a angariação de fundos para esta instituição, comprovadas documentalmente através do acervo da referida Associação (Fig. 41) e da imprensa[726].

Relativamente à educação e ao ensino, publicitava uma «cuidada educação literária», ministrada pelo diretor e por pessoal escolhido, a par de uma «educação

[725] Vd. anúncio de 1906 em Apêndice 11.
[726] Vd., a título de exemplo, Anexo 31.

verdadeiramente paternal», ou seja, «carinhos na doença; exemplos e conselhos para desenvolver os sentimentos morais e aperfeiçoar os costumes; previdência para destruir as más inclinações e vigilância para não dar ocasião a que se cometam faltas»[727]. Em relação à «disciplina e castigos», a privação de intervalos também era praticada, assim como outros que não ofendiam a «dignidade e a saúde das crianças»[728]. A nível do internato, as normas apresentavam-se semelhantes às instituições congéneres, mas com a nota de que colégio só recebia um número limitado de internos pois, assim, podia haver maior desvelo não só com a sua educação, como com a sua saúde e limpeza. Interessante é, também, constatar o cultivo de uma relação fraterna e igualitária, quando «para satisfazer aos cuidados que a alimentação das crianças exige e para que nada lhes falte, os internos comem à mesa do diretor»[729].

Em vésperas da República, com uma oferta curricular que ia desde o Ensino Rudimentar ao Curso Geral dos Liceus e Curso Comercial, o Colégio Central era tido como uma afamada casa de educação onde abastadas e distintas famílias, de dentro e de fora do concelho, matriculavam os seus filhos:

> *Dirigido por um professor competentíssimo, com raras qualidades de educador, pelo êxito obtido pelos seus alunos nos exames, pela situação invejável do seu luxuoso edifício, que goza de salubridade do campo, estando a dois passos da cidade, com um soberbo panorama sobre o Douro, fronteiro ao pendor do Porto, o Colégio Central vê todos os anos crescer a sua frequência e o seu nome*[730].
>
> *Após a transferência do edifício para as instalações da sede da Associação das Creches, com a afirmação dos republicanos no poder e empreendedorismo do seu diretor, o estabelecimento educativo conheceu um período de grande dinamismo.*
>
> *Nova instalação do colégio, muito ar, muita luz, amplo recreio, grandes Salões; Este colégio, fundado em 1889, de ano para ano, consolida os seus créditos,*

[727] *O PORTUCALENSE*, n.º 22, 1907: 4.
[728] *O PORTUCALENSE*, n.º 22, 1907: 4.
[729] *O PORTUCALENSE*, n.º 22, 1907: 4.
[730] LEITÃO, 1909: 43-44.

devido incontestavelmente ao particular desvelo que o seu diretor tem com as crianças que lhe são confiadas. […] *Para este fim o colégio prima em ter um corpo docente distinto, dedicado, com os precisos conhecimentos pedagógicos e prática de ensino*[731].

Fig. 42. Postal do Colégio Central (1912).



Fonte: ADCSM: *POSTAL COLLEGIO CENTRAL*.

O Colégio Central tornou-se uma instituição educativa de referência em VNG frequentada, até aos alvores do Estado Novo, sobretudo, pela burguesia republicana da localidade. O sucesso atingido deveu-se aos métodos pedagógicos praticados e resultados académicos alcançados mas, também, ao empreendedorismo e filiação política do seu diretor. Por outro lado, por intermédio de jornais, Osório de Novais atribuía frequências graciosas a alunos carenciados[732], o que se verificou uma estratégia

[731] *A DEFESA,* n.º 219, 1911: 5.

[732] *Os bilhetes oferecidos pelo diretor desta casa de educação para duas protegidas do «Cinco de Outubro» foram distribuídos: um, a Deolinda Rosa da Silva, órfã, que já no ano passado frequentou o colégio nas mesmas condições e outro a Silvana Rosa da Cruz.* [...] *O Colégio Central é o único que em Gaia beneficia a instrução com admissões gratuitas por muito de jornais.* [...] *O CINCO DE OUTUBRO*, n.º 75, 1912: 1.

inteligente e eficaz, pois a imprensa, apesar de diferentes quadrantes ideológicos, anunciava-o como o melhor da vila[733], «rivalizando com os melhores do Porto»[734]. A sua política de *marketing* chegou ao ponto de oferecer frequência gratuita a todos os alunos cujas instituições em que estavam matriculados estivessem encerradas para férias[735].

Fig. 43. Sala de aula do Colégio Central[736].



Fonte: SILVA, 2005.

Fig. 44. Grupo de alunos com o seu estandarte na década de vinte do século XX.



Fonte: SILVA, 2005[737].

[733] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 7, 1893: 2; *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 434, 1909: 3.
[734] *O CINCO DE OUTUBRO*, n.º 69, 1912: 1.
[735] *Como não é uso neste Colégio o haver férias, o diretor, desejando tanto quanto lhe seja possível o merecer a estima do público vilanovense, admite gratuitamente, durante o mês de setembro, todos os alunos das outras escolas aonde deem férias durante aquele mês*. *O GRILLO DE GAYA*, n.º 30: 2.
[736] Em instalações da Associação das Creches de Santa Marinha, na década de vinte do século XX.
[737] Vd. outras fotografias de grupos escolares do colégio no Apêndice 12.

Nos anos 20 do século XX, tinha como auxiliar, a professora Adelaide Ribeiro Martins que, no dizer de um antigo aluno sobressaía entre o professorado[738]. Em 1931, Osório de Novais deixa as instalações na sede da Associação das Creches, sendo o espaço do colégio ocupado com instalações para creche e secretaria[739]. A instituição continuou após a morte do seu diretor, em 1932, com a sua viúva, Deolinda da Conceição Azevedo Osório, com a designação de Externato Osório de Novais, sedeado na rua General Torres, n.º 275[740].

Fig. 45. Envelope do Colégio Central, (1926).



Fonte: ADCSM.

2.3.2.2. Colégio Vilanovense

O Colégio Vilanovense é um dos mais antigos estabelecimentos de ensino particular em VNG. Teve a sua origem no designado Colégio Feminino S. Roque[741], situado na rua do Cabeçudo, n.º 13, assim designado até 1880[742], vindo a partir daí a assumir a designação de Colégio Vilanovense. Foi fundado por Augusto da Costa Veloso[743], que veio a ser

[738] SILVA, 2005: 4.
[739] ADCSM - *LIVRO DE ACTAS* […] [1929-1936]: 28.
[740] BMVNG. *ATESTADO DE HONRA dirigido ao Clube de Gaia*, 1938.
[741] Em 1874 tinha aulas de Piano e Prendas Femininas, Desenho e Matemática. MONCÓVIO, 2017: 130.
[742] *ALMANACH PORTUENSE*, 1880: 425.
[743] Vd. Anexo 6.

professor do futuro escultor António Teixeira Lopes, a quem deixou dolorosas memórias[744]. Entre 1896 e 1902, foi codirigido com o seu genro, António Joaquim Cardoso, que continuará no cargo de diretor após a morte do fundador em 1902 e que será responsável por um período de grande dinamismo, durante as primeiras décadas do século XX.

Fig. 46. Anúncio do Colégio Vilanovense (1907).



Fonte: *ANNUÁRIO DO COMMÉRCIO DO PORTO*, 1907.

Em 1907, o Colégio admitia alunos de ambos os sexos, na categoria de internos, semi-internos e externos, os quais podiam frequentar os cursos de Instrução Primária, Rudimentar, Elementar e Complementar, Curso Geral e Complementar dos Liceus e o Curso Comercial, no qual se incluíam as línguas portuguesa, francesa, inglesa, bem como Geografia, Escrituração e Caligrafia. Dispunha, ainda, de aula de Música, Dança e Esgrima. Tinha por interrupções letivas o mês de setembro, oito dias na Páscoa e outros tantos no Natal. A publicidade nos jornais descrevia as instalações como oferecendo boas condições de higiene e «magníficas salas de aula»[745]. No que tocava à alimentação, a «mesa é[ra] variada e abundante: o aluno serve[via]-se as vezes que quer[ia]», sendo que estavam estabelecidas quatro refeições, «almoço de garfo, *lunch*, jantar e ceia»[746]. Aos discentes internos, além dos recreios quotidianos, ofereciam-se passeios às quintas-

[744] Assim começou Teixeira Lopes as sua memórias: *Aos sete anos* [1873] *entrei em um colégio de Vila Nova de Gaia dirigido por Augusto da Costa Veloso, um terrível professor que ensinava à força de bolos e bofetadas*. LOPES, 1968: 3.
[745] *O PORTUCALENSE*, n.º 29, 1907: 4.
[746] *O PORTUCALENSE*, n.º 29, 1907: 4.

feiras e domingos. A mesma publicação informava a sua repulsa em relação aos castigos corporais. As faltas graves ao nível do empenho e do comportamento eram punidas por meio de exercícios escritos extra de Letras ou de Ciências, que o aluno deveria executar, dentro do tempo destinado para o recreio, sob a direção e vigilância de um professor, «substituindo-se assim o castigo estéril, anti-higiénico e desumano, pelo trabalho fecundo e proveitoso»[747].

Fig. 47. Tabela dos preços de frequência das aulas, mobília e enxoval do Colégio Vilanovense (1907).

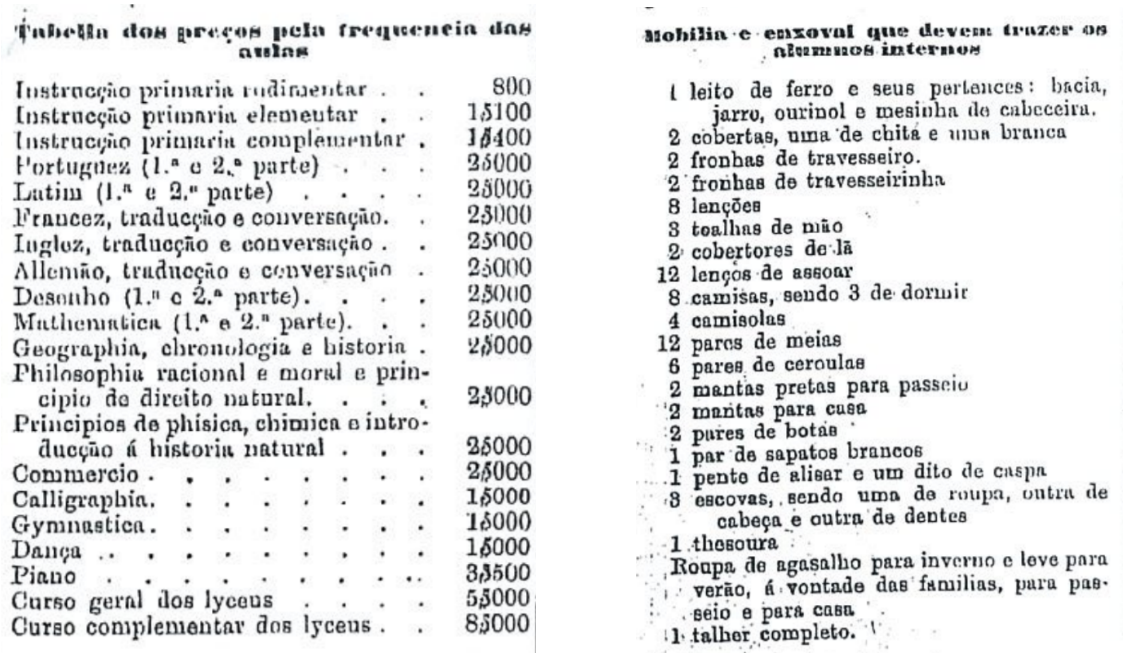


Tabella dos preços pela frequencia das aulas

Instrucção primaria rudimentar . .	800
Instrucção primaria elementar . .	1$100
Instrucção primaria complementar .	1$400
Portuguez (1.ª e 2.ª parte) . . .	2$000
Latim (1.ª e 2.ª parte)	2$000
Francez, traducção e conversação. .	2$000
Inglez, traducção e conversação . .	2$000
Allemão, traducção e conversação .	2$000
Desenho (1.ª e 2.ª parte). . . .	2$000
Mathematica (1.ª e 2.ª parte). . .	2$000
Geographia, chronologia e historia .	2$000
Philosophia racional e moral e principio de direito natural. . . .	2$000
Principios de phisica, chimica e introducção á historia natural . . .	2$000
Commercio	2$000
Calligraphia.	1$000
Gymnastica.	1$000
Dança	1$000
Piano	3$500
Curso geral dos lyceus	5$000
Curso complementar dos lyceus . .	8$000

Mobilia e enxoval que devem trazer os alumnos internos

1 leito de ferro e seus pertences: bacia, jarro, ourinol e mesinha de cabeceira.
2 cobertas, uma de chita e uma branca
2 fronhas de travesseiro.
2 fronhas de travesseirinha
8 lenções
3 toalhas de mão
2 cobertores de lã
12 lenços de assoar
8 camisas, sendo 3 de dormir
4 camisolas
12 pares de meias
6 pares de ceroulas
2 mantas pretas para passeio
2 mantas para casa
2 pares de botas
1 par de sapatos brancos
1 pente de alisar e um dito de caspa
3 escovas, sendo uma de roupa, outra de cabeça e outra de dentes
1 thesoura
Roupa de agasalho para inverno e leve para verão, á vontade das familias, para passeio e para casa
1 talher completo.

Fonte: *O PORTUCALENSE*, n.º 29, 1907: 4.

A admissão de meninas internas, semi-internas e externas regulava-se do mesmo modo que a dos meninos, porém, com as seguintes *nuances*: cobrar-se-ia 130$000 às alunas internas até concluírem o exame de Instrução Primária, podendo aprender Lavores (120$000) e estudar Português, Francês ou outra qualquer disciplina; as externas pagavam conforme as disciplinas que estudassem e os Lavores que aprendessem; para lecionação de Piano (2 vezes por semana) e estudo no piano do Colégio, pedia-se a quantia de 3$000 e para somente lecionação de Piano (2 vezes por semana), 2$000; as

[747] *O PORTUCALENSE*, n.º 29, 1907: 4.

despesas com livros, papel, penas, selos, música e mais extraordinárias seriam pagas pela família das colegiais[748].

António Joaquim Cardoso foi alvo de cuidadas homenagens pelos seus alunos, de que são exemplo a realizada pelo seu 32º aniversário e uma outra, em 1935, quando o Colégio já se encontrava extinto[749]. A primeira promovida por uma comissão de alunos, que lhe entregou uma "lembrança", consistiu num sarau bastante elaborado que envolveu a banda da Oficina de S. José, que das 4 às 8 horas da noite tocou em frente ao edifício, um destacamento da guarda municipal, para fazer a guarda de honra e «conter a enorme multidão que por todos os meios forcejava por obter entrada no edifício» e um vasto programa de recitações e músicas[750]. Em síntese, uma «festa encantadora, assistência numerosíssima e distinta e entusiasmo indescritível» a que não faltou o abade da freguesia, António Azevedo Maia, que, no seu discurso, enalteceu as vantagens da instrução [751]. Transcrevemos parte da descrição desta homenagem, a fim de que se observe o significado poliédrico deste evento que, a pretexto do aniversário do seu diretor, é, em simultâneo, motor de propaganda da instituição, celebração infantil, palco de sociabilidade burguesa e "bênção" da Igreja ao processo de instrução em curso.

> *Colégio Vilanovense*
> [...] *Às cinco horas da tarde, chega defronte do Colégio* [...]
> *Pelas 7 horas, o salão, que estava sumptuosamente decorado e adornado com ricos cobertores de seda e flores, encontrava-se repleto do que há de mais distinto e nobre em V. N. de Gaia, sobressaindo pelas suas graciosas e ricas toilettes as gentis damas que davam a todo o recinto um aspeto deveras encantador.*

[748] *O PORTUCALENSE*, n.º 29, 1907: 4.
[749] Vd. Apêndice 13.
[750] *O PORTUCALENSE*, n.º 45, 1907: 3.
[751] *O PORTUCALENSE*, n.º 45, 1907: 3.

Sobe o pano e, então, um ah! de admiração se ouve em toda a sala. Mais de 80 crianças, ricamente vestidas, apresentam-se no palco e aguardam, festivas e risonhas, o seu carinhoso e dedicado diretor, que o presidente e vice-presidente da comissão foram convidar a comparecer a uma calorosa manifestação de apreço e estima [...].

No fim do sarau, o Exmo. e Rev. Sr. Dr. António Azevedo Maia, digníssimo abade de Santa Marinha, fez um eloquente discurso, enaltecendo as vantagens da instrução e congratulando-se pela maneira como todos os colegiais se apresentaram. Foi muito aplaudido. [...]

2.3.3. Outros estabelecimentos educativos

Além dos colégios particulares referidos e dos de cariz confessional de que adiante trataremos, o parque escolar gaiense contou com outros estabelecimentos e com outras experiências educativas mais efémeras, que assumiram a forma de colégios, institutos, escolas práticas e cursos diversos (Quadro 20). Desse elenco, vamos enfocar as escolas de Línguas e Comércio, uma necessidade sentida pelas características sócio-económicos a que já nos temos vindo a referir. Aferimos a existência da "Villanovense", no largo do Mártir/Bandeira e a J. Teixeira de Sousa & Almeida d'Eça, na rua General Torres e a Faria & Vaz, no mesmo lugar, a experiência mais duradoura. Existiu, pelo menos, desde 1908, não tendo resistido à retração provocada pelos efeitos da Grande Guerra. Entre as diferentes direções, inclui-se a de José Campos Vaz, que virá a dirigir a Escola Raúl Dória, entre 1913 e 1968[752], tendo a escola comercial em Gaia, passado a ser dirigida por Carlos Lacerda. No início do ano letivo de 1910, sob a direção de Faria & Vaz, a escola vangloriava-se dos bons resultados obtidos pelos seus alunos e do estado de «progresso» da instituição. A Escola Prática de Línguas e Comércio assumia-se como «a única na vila no género e orientação do ensino», ministrando um «ensino mais prático e rápido», confiado a professores das próprias nacionalidades, estendendo a lecionação

[752] VIEIRA, 2010: 85.

aos cursos de Liceu, Música, Pintura, Desenho, Lavores e Piano e, ainda, a Instrução Primária, «cujo ensino é feito por um método especial, destinado a desenvolver o gosto pelo estudo e a inteligência da criança que é tratada com todo o afeto e carinho». Admitiam-se alunos internos, semi-internos e externos de ambos os sexos, sendo que parte do edifício estava destinado exclusivamente para meninas, «cuja educação e instrução está a cargo de professoras de saber e probidade»[753].

Importa destacar a iniciativa do médico, e maçom Ferreira Alves, em VNG, que foi palco de outra especificidade educativa – uma "escola ao sol", desenvolvida em Francelos (Gulpilhares). Ferreira Alves privilegiou no Sanatório Marítimo a educação como objetivo paralelo à prática médica. Uma vez que as crianças e adultos internados padeciam de tuberculose óssea, a educação servia aqui, também, para iludir a realidade da doença, da dor e da ausência da família. O projeto educativo aplicado aos doentes internados incluía o ensino elementar, ministrado por profissionais, bem como a aplicação de práticas inovadoras (por exemplo, Ginástica Rítmica), Artes e Ofícios para os adolescentes, investindo, ainda, no ensino lúdico com recurso a materiais diversificados[754].

Um parêntesis também para o Colégio de Nossa Senhora da Saúde dos Carvalhos, para educação de meninas com internato, dirigido por Maria Augusta Macedo, localizado «numa verdadeira casa de campo situada num esplêndido local isolado muito saudável»[755], que se justifica pela centralidade do município a nível do interior e pela oferta educativa masculina estabelecida pelo Colégio Internato dos Carvalhos, de que ficava próximo.

[753] *A DEFESA,* n.º 114, 1910: 4.
[754] Sobre este assunto ver AMARAL, 2007, AMARAL; FELGUEIRAS, 2010, AMARAL, 2017.
[755] *O LEVERENSE*, n.º 87, 1918: 4.

Quadro 20. Estabelecimentos educativos particulares.

Designação	Direção	Local	Funcionamento
Colégio Infantil	Júlio Emílio de Vasconcelos	D. Pedro V	c. 1883-84
Colégio de N. S. dos Remédios	Francisco José Cardoso	General Torres	c. 1884-87
Colégio de N. S. dos Remédios (meninas)	Isabel Maria Soares	Rua do Padrão	c. 1884-1897
Colégio de N. S. do Livramento	Ana Elisa Bernardes	Rua do Padrão	c. 1885-1910
Colégio Vilanovense	António Joaquim Cardoso	Rua Direita	1880-193?
Colégio Central[756]	António A. Osório de Novais	General Torres	1889- 193?
Colégio		Moeiro	c. 1890-?
Ateliê Caligráfico/ Escola das Devesas/ Escola Nacional	Álvaro Dias	Rua Conselheiro Veloso da Cruz	c. 1896-1898
Colégio N. S. da Esperança (para meninas)	Maria Antónia Ferreira Machado, Maria do Carmo Ferreira Machado Moreira	Rua Direita	c. 1897-1909
Associação de Escolas "Jesus, Maria, José"		Casal/ Mafamude	1902-?
Externato Guimarães/ Colégio Ferreira Guimarães	João Ferreira Guimarães	Candal	1905-?
Colégio Particular	Abílio Marques Fernandes; Ana Afonso Marques Fernandes	Serra do Pilar	c. 1905-1906
Colégio das Regadas[757]	Rita de Cássia Queirós Santos	Regadas	c. 1905-1906
Instituto Escolar	José Afonso e Elvira da Conceição Soares Santos Afonso	Costeiras	c. 1905-1910
Colégio Particular para ambos os sexos	Ana Afonso Marques Fernandes e Abílio Marques Fernandes	Serra do Pilar	1906-?
Escola Prática de Línguas e Comércio "Villanovense"		Lg. do Mártir/ Bandeira	1908
Escola Prática de Línguas e Comércio Faria & Vaz	Faria & Vaz[758]; Carlos Lacerda[759]	General Torres	c. 1908-1917
Escola Prática de Línguas e Comércio J. Teixeira de Sousa & Almeida d'Eça	J. Teixeira de Sousa & Almeida d'Eça	General Torres	1911
Colégio N. S. da Saúde	Maria Augusta de Macedo	Quinta Rochada/ Carvalhos	c. 1918-1920

Fonte: Elaboração da autora com base na documentação referenciada no Anexo 7.

[756] Entre 1928 e 1930, Externato primário, Adelina Adelaide Ribeiro Martins; Externato Secundário, António Augusto Osório de Novais.
[757] Vd. subscrição de grupo de alunas do Colégio das Regadas em 1908 para sufrágio da morte da mãe da professora, em Apêndice 14.
[758] A partir de 1912. Veio a ser codiretor da Escola Prática Comercial Raul Dória (1912). BARATA, 2020: 5.
[759] A partir de 1914.

2.3.3.1. Estabelecimentos educativos religiosos

Ainda que à luz dos republicanos, o decreto de Hintze Ribeiro, de 18 de abril de 1901, fosse responsável por disfarçadamente autorizar a constituição de congregações religiosas no país, que se escudavam com a dedicação exclusiva à instrução ou beneficência, ou à propaganda da fé e civilização no Ultramar[760], todo o período decorrente entre a reentrada dos primeiros regulares e a sua organização congregacional (década de 1860) e a implantação do regime republicano, viu as congregações levarem a cabo um vasto trabalho social apoiado por particulares e pelas próprias autoridades públicas[761]. Na opinião de Hugo Dores, para os governos da Monarquia constitucional, os benefícios advindos das funções exercidas pelas ordens religiosas menorizavam os inconvenientes da sua presença, sendo-lhes permitido abrir e manter escolas de diferentes graus de ensino, criar e gerir obras assistenciais, sendo-lhes inclusivamente patrocinada a ida para as colónias com vista à instalação de missões[762].

Este "fechar de olhos" à continuidade da interferência de religiosos ou ultramontanos no ensino, era criticada na imprensa liberal, que lhes atribuía a responsabilidade das más condições de alguns estabelecimentos escolares[763] e a supressão de «tudo quanto pudesse ensinar o povo a conhecer o seu poder e a procurar a sua liberdade»[764].

Nem o levantamento anti congregacionista galvanizado nos jornais, motivado pelos casos Sara Matos ou das Trinas (1891) e Calmon (1901), convenceu o governo a tomar uma posição firme - nem a legalizou, nem as expulsou[765], isto para se evitar constrangimentos com a Santa Sé e, também, conflituosidades com os setores mais conservadores da política portuguesa[766]. Já os setores mais liberais não perderam

---

[760] VILLARES, 2014: 956.
[761] DORES, 2014: 937.
[762] DORES, 2014: 937.
[763] […] *Os nossos filhos que não aprendam a ler, por causa do palheiro da casa escolar, não tem dúvida. O culpado de tudo isto é a junta de paróquia, essa cambada de Jesuítas*. *O GRILLO DE GAYA*, n,º 10: 4.
[764] *O GRILLO DE GAYA*, n,º 29: 1.
[765] DORES, 2014: 944.
[766] DORES, 2014: 947.

oportunidade de, durante anos a fio, lembrarem os episódios, como verificamos ter acontecido em VNG[767].

Segundo Hugo Dores, as "associações" previstas no quadro legal do Decreto de 18 de abril de 1901 não passavam de estruturas vazias suportadas pelas congregações religiosas, das quais se verificou, até à proclamação da República, uma crescente presença efetiva no país e nas colónias, quer através da criação de colégios e de missões, quer através do aparecimento de noviciados[768].

Logo a 8 de outubro de 1910, foi publicado o decreto que extinguia novamente as ordens e as congregações em Portugal[769]. Determinava-se a expulsão de todos os membros da Companhia de Jesus e proibia-se a vida em comunidade religiosa. A lei determinava que os bens dos Jesuítas fossem desde logo declarados pertença do Estado, ditando, ainda, o arrolamento e avaliação dos bens das associações ou casas religiosas[770]. Todavia, mais uma vez, se usa da mesma estratégia, pois, em 1923, constatava-se o regresso de congregações religiosas, particularmente de congregações femininas[771], sendo exatamente a educação e o ensino as saídas mais usadas pelas devotas, a fim de se manterem ou reintroduzirem em Portugal[772]. Aliás, identificaram-se três congregações femininas a trabalhar em Portugal - Franciscanas Hospitaleiras, Doroteias e Dominicanas de Santa Catarina de Sena - com ação intensiva na Monarquia e que agora voltavam ao país, do qual muitas, nunca chegaram a sair[773].

Na realidade, o cumprimento da lei implicava o abandono de um conjunto significativo de obras educativas e assistenciais a cargo das congregações no território português[774].

---

[767] *Pobre Sara, descansa em paz, porque a tua memória é todos os anos relembrada pelos milhares de liberais, que vão juncar de flores a tua campa*. *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 186, 1899: 4. A propósito da fuga de uma freira do Colégio do Sardão, um articulista refere: *Mas a pobre rapariga que fugia, razões tinha para assim proceder, e demais quando se tem dito que a santarrona da irmã Coleta está ali de portas adentro, talvez a preparar alguma dose para os efeitos da peste bu...bónica*. *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 160, 1899: 3

[768] DORES, 2014: 946.

[769] VILLARES, 2014: 955.

[770] VILLARES, 2014: 956.

[771] VILLARES, 2014: 960.

[772] *Apud* VILLARES, 2014: 961.

[773] *Apud* VILLARES, 2014: 961.

[774] DORES, 2014: 950.

Por outro lado, a extinção das associações missionárias de matriz congreganista poderia conduzir ao total desaparecimento das relações existentes entre as populações africanas e a estrutura administrativa colonial nalgumas regiões do Império português[775]. Luxos estes que a República não queria suportar, tanto mais que a continuidade dos estabelecimentos educativos congregacionistas agradava a muitos pais que queriam ver os seus filhos educados pelos mesmos religiosos e religiosas que os tinham educado a eles[776]. Por outro lado, temos o fator económico, como outro motivo de peso que levava a que as famílias desejassem enviar seus filhos e, principalmente filhas, para este tipo de instituição[777].

> *Perante a publicação da lei de 8 de outubro de 1910 e passado o choque inicial, com o rol de prisões, expulsões e expropriações, a verdade é que numerosas casas se mantiveram abertas, mais ou menos legalmente, mais ou menos clandestinamente, umas dotadas com instalações próprias, outras não.*
>
> *Ao mesmo tempo apercebemo-nos de que a própria República acabou por tolerar a permanência de certo tipo de casas para as quais não tinha quaisquer alternativas imediatas. Foi o caso dos asilos, hospícios, casas de saúde para deficientes mentais e outras, exigindo apenas o fim do noviciado e do uso do hábito*[778]*.*

Os contemporâneos em favor da laicidade percebiam que o modo de evitar que as famílias continuassem a mandar as suas filhas para colégios congreganistas, teria necessariamente que passar pela criação de um maior número de liceus e de institutos médios femininos, do tipo das *Écoles Ménagères* ou *Écoles Moyennes* Belgas[779], o que tardava em concretizar-se.

No Mapa 5, indexamos todas as instituições associadas às Igreja Católica e Lusitana, de matriz protestante, em que incluindo as dirigidas pelas irmandades, congregações, ligas

---

[775] DORES, 2014: 951.
[776] *Apud* VILLARES, 2014: 963.
[777] *Apud* VILLARES, 2014: 964.
[778] VILLARES, 2014: 964-5.
[779] *Apud* VILLARES, 2014: 963.

e associações e, também, as de iniciativa privada com nomenclatura religiosa. Em VNG, como verificamos, algumas instituições educativas religiosas foram efetivamente encerradas em definitivo, outras, porém, serão ocupadas ao ritmo da laicização do ensino e, outras, ainda, após uma curta pausa, virão a exercer o mesmo labor de educação religiosa de sempre. Neste movimento anticlerical, desloca-se ileso e até reforçado o Colégio dos Carvalhos e o projeto educativo protestante, sobre o qual passaremos a deter a nossa atenção.

Mapa. 5. Escolas e Colégios Religiosos em VNG, entre 1875 e 1930.



Fonte: Elaboração da autora com base na documentação referenciada no Anexo 7.

2.3.4. Estabelecimentos educativos protestantes

> *A instrução há de chegar a cada aldeia, a cada casa, a cada família, a cada pessoa, a cada fábrica, a cada oficina. Seja a nossa divisa o Progresso, o Trabalho, a Indústria e a Instrução*[780].

As primeiras iniciativas de pregação evangélica em Portugal são posteriores à revolução liberal de 1820 e consequente eliminação da Inquisição e do *Index*, protagonizadas por estrangeiros, sendo que é neste contexto que, durante a década de trinta, John Cassels, por questões comerciais, se estabelece em Lisboa, onde vem a colaborar na fundação de uma escola[781]. Foi o pai de uma prole de líderes evangélicos que, no último terço do século XIX, foram responsáveis pelo estabelecimento do protestantismo no Norte do País e noutras partes do mundo[782], entre eles, o seu filho mais velho, James Cassels que veio a adotar o nome português Diogo Cassels [783]. Nasceu no Porto, estudou alguns anos em Inglaterra, tendo regressado a Portugal para ajudar o pai numa fábrica que este possuía em VNG. Casou no ano de 1867 com Elisabeth Jones com quem, durante muitos anos, vai empreender um amplo projeto de evangelização, educação e beneficência[784]. Com a morte do seu progenitor, Diogo Cassels passou a dirigir a firma John Cassels & C.ª[785]. Cerca de 1866, então um jovem industrial, deu início a reuniões religiosas em sua casa, com vizinhos e pessoas conhecidas, o que fez com que, em 1868, viesse a ser condenado, por alegado crime de proselitismo e desrespeito à religião do Estado[786]. No entanto, é nesse mesmo ano que ergue em VNG a capela do Torne, iniciando, também, as atividades da escola (inaugurada em 1872), que instalada na confluência entre Santa Marinha e Mafamude, estendeu a sua ação educativa às crianças destas freguesias, em particular, às suas áreas mais industrializadas[787].

---

[780] Palavras de Diogo Cassels, *apud* SILVA; AFONSO; VIDAL, 2016: 13.
[781] SILVA, 2011: 48-49.
[782] PEIXOTO, 2001b: 132-133.
[783] Vd. Anexo 6.
[784] PEIXOTO, 2001b: 133.
[785] AFONSO, LACERDA, 1995: 172.
[786] SILVA, 2011: 50.
[787] AFONSO, 2001a: 430.

Com efeito, a família Cassels viria a encetar um conjunto de iniciativas, com vista à educação e assistência do numeroso operariado das freguesias mencionadas, como a criação da escola do Torne, com escola infantil e escolas de instrução elementar e secundária, a criação da escola do Prado (1901), a fundação da Sociedade Evangélica de Socorros Mútuos, da "Sopa Económica"[788], do Banco dos Artistas e do Banco Económico para os membros da Liga do Esforço Cristão[789] e, ainda, a criação da escola do Bom Pastor, fundada pelo seu irmão André Cassels e pela esposa Elizabeth Ann Kate (1882)[790].

Até ao ano da sua morte (1923), Diogo Cassels desenvolveu uma ação educativa de relevo incomum, que além do complexo educativo no lugar do Torne, passou pelos seguintes exemplos:

> […] *Fundação de outro complexo de templo/escola (o do Prado, Gaia, em 1901), pelo contributo decisivo para a construção de outros (como o do Redentor, no Porto, em 1884), para além de incansável atividade como professor de milhares de crianças, ministro (entretanto ordenado) da Igreja Lusitana, a que aderiu em 1880, diretor e redator do jornal Egreja Lusitana (1894-1923) e dinamizador de inúmeras ações educativas e assistenciais, que fizeram dele um ícone da instrução, beneficência e espírito evangelizador em Vila Nova de Gaia e regiões limítrofes*[791].

Segundo José Afonso, Diogo Cassels montou um forte dispositivo associativo tendo por vista, abrir a comunidade religiosa ao exterior. Porém, os vínculos que desenvolveu não se cingiram às classes populares, erguendo uma forte rede social para sustentar o seu projeto mas, também, para «ancorá-lo na população gaiense»[792]. A nossa investigação mostrou-nos, não apenas que a obra assistencial e educativa desenvolvida por Diogo

---

[788] Fundada, em 1895, por Diogo Cassels a custo de 5 réis/tigela, sendo de graça para os mais pobres. Em 1929, construiu-se uma cozinha-refeitório nos terrenos da Escola onde as refeições passaram a ser feitas e distribuídas.
[789] SILVA, 2018: 34.
[790] AFONSO, LACERDA, 1995: 172. Sobre a ação educativa protestante em VNG vd. SILVA; AFONSO, 2017, SILVA, 2018.
[791] SILVA, 2011: 50.
[792] AFONSO, 2004: 65.

Cassels se socorreu da filantropia[793], como também a família Cassels e outros líderes da Igreja Lusitana de VNG colaboraram com outras instituições locais, com vista ao bem-estar da prole operária e o desenvolvimento cultural do concelho. Vejamos, Diogo Cassels esteve presente na sessão comemorativa do 2.º aniversário da Troupe Musical Recreio Operário de Mafamude[794] e na inauguração da Escola de Cabanões (Avintes)[795]; a família Cassels ofereceu frascos de *Emulsão Scott* [796] e doces às crianças da creche de Santa Marinha, enviou-lhe convites para conferências realizadas na escola (fig. 48), acrescentando-se, ainda, que se chegou a oferecer o produto da "Festa das Colheitas" a esta mesma instituição[797]. Sabendo, também, que uma das práticas pedagógicas implementadas por Diogo Cassels com os seus alunos era a visita a instituições assistenciais, é de supor que esta atenção para com a ACSM se possa ter estendido a outras instituições congéneres das localidades envolventes. Perceciona-se, assim, o cultivo de uma cadeia de entreajuda mútua, que assente em necessidades e objetivos de diferente natureza, estreitaram entre si laços de sociabilidade que possibilitaram a concretização de um cenário educativo inusitado em VNG.

«A República surge então como verdadeira promessa de libertação para os republicanos e evangélicos»[798], os quais como refere António Silva, tinham estado do mesmo lado da "barricada" nas últimas décadas da Monarquia, no que se refere à oposição ao ultramontanismo católico, na recusa do dogma da Imaculada Conceição, na luta pela implementação do Registo Civil e nos ataques à missionação dos padres da Companhia de Jesus[799].

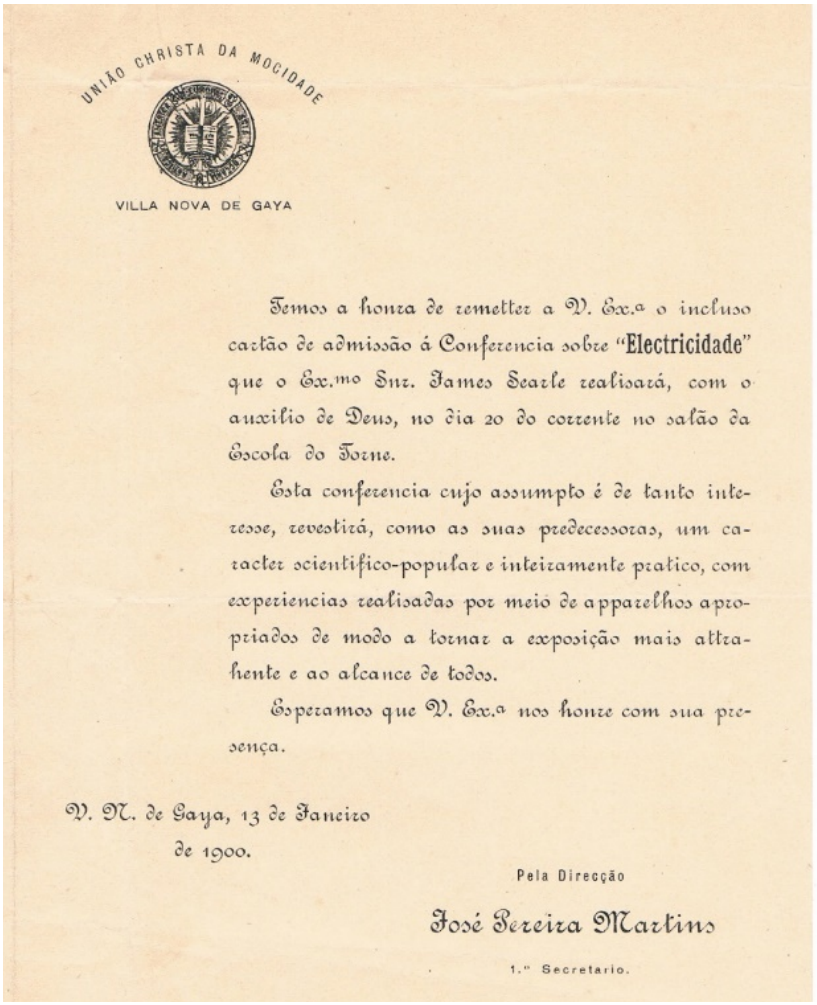
A obra educativa de Diogo Cassels, em particular, encontrou especial consideração por parte do republicanismo gaiense antes e depois da República. Segundo o mesmo autor,

---

[793] Conforme elencamos no quadro 4; cf. AFONSO 2001.
[794] SANTOS, 2014: 92.
[795] *Apud* VAZ, 2015: 18.
[796] Um tipo de "xarope" fortificante/ suplemento alimentar para uma boa saúde, cuja distribuição na região do Porto era feita por Diogo Cassels.
[797] Vd. Apêndice 15.
[798] PEIXOTO, 2011a: 178.
[799] Citado por PEIXOTO, 2011a: 178.

os republicanos apreciavam, sobretudo, o facto de «quase todos os templos evangélicos fossem acompanhados, e em muitos casos precedidos, por escolas elementares»[800]. Com o fim da Monarquia, os protestantes estavam conscientes «do seu património educativo e contributo para a formação das gerações que prepararam a República»[801].

Fig. 48. Convite da União Cristã da Mocidade de VNG para conferência sobre Eletricidade na Escola do Torne (1900).


UNIÃO CHRISTA DA MOCIDADE

VILLA NOVA DE GAYA

Temos a honra de remetter a V. Ex.ª o incluso cartão de admissão á Conferencia sobre "Electricidade" que o Ex.mo Snr. James Searle realisará, com o auxilio de Deus, no dia 20 do corrente no salão da Escola do Torne.

Esta conferencia cujo assumpto é de tanto interesse, revestirá, como as suas predecessoras, um caracter scientifico-popular e inteiramente pratico, com experiencias realisadas por meio de apparelhos apropriados de modo a tornar a exposição mais attrahente e ao alcance de todos.

Esperamos que V. Ex.ª nos honre com sua presença.

V. N. de Gaya, 13 de Janeiro de 1900.

Pela Direcção

José Pereira Martins

1.º Secretario.

Fonte: ADCSM. *CONVITE DA UNIÃO CRISTÃ*.

[800] SILVA, 2011: 55.

[801] *Apud* SILVA, 2011: 56. Vd. Estabelecimentos de ensino e número de alunos da Igreja Lusitana entre 1879 e 1922 em PEIXOTO, 2011a: 266.

Fig. 49. Encontro de Escolas Evangélicas do Porto e de Gaia no Palácio de Cristal (1908).



Fonte: Foto de Aurélio Paz dos Reis.
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Encontro_das_escolas_evang%C3%A9licas_do_Porto_e_de_Gaia_em_1908,_no_antigo_Pal%C3%A1cio_de_Cristal_(APR)_(9289618751).jpg

> *Nas vésperas da proclamação da República os protestantes asseguravam o funcionamento de mais de três dezenas de escolas, localizadas sobretudo no polo de Porto/Vila Nova de Gaia (11 escolas), 10 num eixo entre a zona de Lisboa e Setúbal e 8 na Madeira*[802]*. As séries estatísticas da população escolar são algo lacunares e bastante variável o número de alunos por colégio, mas na Festa da Árvore realizada no Porto em 1909, com a participação das escolas na cidade, estavam representadas oito escolas evangélicas (das 11 recenseadas à época) que mobilizaram um total de 1157 crianças e referindo-se apenas às escolas da Igreja Lusitana, os seus responsáveis afirmaram em Outubro de 1910 que «as nossas escolas abrigam há muito uma população de mais de 1400 crianças e temos registados quasi outros tantos pedidos de admissão»; parecendo claro, assim, que a população escolar excedia em muito, globalmente, o número de crentes protestantes no País, que à data do Censo de 1900 em pouco ultrapassaria as 5000 pessoas*[803].

[802] *Apud* SILVA, 2011: 55
[803] *Apud* SILVA, 2011: 55

Quer o projeto programático evangelizador protestante[804], quer o projeto republicano, entendiam a instrução como central naquele que seria o necessário processo regenerador de uma sociedade esclarecida em escalada para um superior patamar de cidadania, razões que legitimam as listas de benfeitores e as personalidades presentes nas cerimónias relacionadas com a Escola do Torne, antes e depois da República. Uma dessas figuras proto republicanas que sempre aplaudiu a obra educativa protestante é o já mencionado José Gonçalves da Silva Matos. Inclusivamente, terá funcionado numa das suas casas uma missão evangélica, havendo possibilidade de aí ter tido lugar, também, uma escola, do irmão de Diogo, André Cassels, fundador da Escola do Bom Pastor, no Candal[805].

Volvido um mês do 5 de Outubro, já os republicanos reivindicavam a ideia da homenagem a Diogo Cassels com a atribuição do seu nome à rua do complexo religioso e educativo do Torne[806]. A Câmara de Gaia, a partir de 1918, passou inclusivamente a subsidiar a Escolas do Torne. Também as Juntas de Mafamude e Santa Marinha, depois da morte deste benemérito da educação, contribuíram com donativos anuais, a primeira para a Cantina e a segunda para as Escolas[807].

[804] SILVA, 2011: 55.
[805] AFONSO; SILVA, 2015: 40.
[806] Vd. Anexo 32.
[807] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 442, 1931: 1.

2.3.4.1. Escolas do Torne e do Prado

A singularidade da Escola do Torne reside na «extraordinária diversidade da oferta escolar e cultural[808]» que desenvolveu numa «verdadeira rede que interligava as dimensões comunitária, cultural, ética e social, com o objetivo de alfabetizar, escolarizar, socializar e evangelizar»[809]. Nem o *Ultimatum*, nem o malogrado 31 de janeiro e a decorrente desconfiança sentida pela população em relação aos ingleses, desmotivaram a ambição de Diogo Cassels em consolidar o seu projeto religioso-educativo, o que não significa que não tivesse sentido diretamente esse desdém percetível, por exemplo, num desabafo do "herói" peninsular *Viriato*, no "patriótico" *Jornal dos Carvalhos*, acerca de uma notícia publicada na *Federação Escolar*:

> *Na Federação Escolar de 2 de março do ano corrente, lemos o seguinte:*
>
> *Prémio Visconde das Devesas*
>
> *«A Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia deliberou na sua última sessão que os prémios criados pelo benemérito extinto Visconde da Devesas, fossem conferidos às escolas primárias instituídas pelo devotado apóstolo da instrução popular o Sr. Diogo Cassels.*
>
> *Os nossos parabéns pelos seus esforços, colega, e avante que o futuro será nosso.»*
>
> *O Sr. Diogo Cassels é inglês.*
>
> *A escola do Torne é protestante e protestantemente subsidiada: não tem sujeição alguma às leis do nosso país, nem consta dos arquivos da Câmara o seu horário, etc.*
>
> *Não apresentamos comentários, que o são de sobejo – as palavras de elogio da Federação Escolar – Supra.*
>
> *Coitada, estava em maré vazante!!!*
>
> *Note-se - «a câmara na sua última sessão».*

[808] SILVA; AFONSO, 2017: 32.
[809] SILVA; AFONSO, 2017: 33; Vd. AFONSO; SILVA, 2019: 39-40.

A Câmara atual a conferir prémios à escola do Torne, que a anterior tinha, depois de reconsiderar, conferido à escola de Mafamude, com assistência do Sr. Inspetor Bento José da Costa! Tem muita graça![810]

Foi a partir de 1894, com a abertura na nova igreja, que a atividade educativa se centralizou no lugar do Torne, englobando as classes feminina e masculina. O ensino para adultos e a aula infantil funcionavam nas imediações. Para o ensino noturno e continuidade do ensino elementar, Diogo Cassels disponibilizou um leque variado de disciplinas, como o Francês, o Inglês, a Escrituração, o Cálculo Comercial, o Desenho Geométrico, a Música, o Canto Coral, a Costura e as Artes e Ofícios, «para as quais se chegou a iniciar uma espécie de escola profissional»[811], num amplo salão construído pelo fundador [812] onde, em 1903, se inaugurou uma oficina de carpintaria «com obras de serra e torno mecânico»[813], da qual foi professor o Sargento Vieira[814].

As próprias palavras de Diogo Cassels procuravam evidenciar a tolerância religiosa e ausência de fins prosélitos, afirmando que a sua escola era de origem particular, sustentada com o auxílio de donativos recebidos para esse fim[815], «não pertence nem é destinada aos filhos duma irmandade ou sociedade qualquer», estando aberta a todos que a quisessem frequentar, frisando que alguns dos professores e a grande maioria dos alunos eram católicos romanos [816]. Uma notícia de 1923 vem reafirmar que a escola do Torne «é livre e pública para todos de qualquer credo político ou religioso ou sem crença, enquanto houver lugar[817]». Para os alunos com mais de 12 anos, cujos pais «desejam que seus filhos sejam lecionados na doutrina cristã, são ensinados em classe separada e fora das horas da Escola»[818].

---

[810] VIRIATO, 1890: 3.
[811] SILVA; AFONSO, 2017: 32.
[812] PEIXOTO, 2001a: 170.
[813] *A EGREJA LUSITANA CATHOLICA APOSTÓLICA EVANGELICA*, n.º 119, 1903: 2.
[814] *A EGREJA LUSITANA CATHOLICA APOSTÓLICA EVANGELICA*, n.º 137, 1904: 2.
[815] Relatório lido em 1898 na cerimónia de entrega dos prémios aos alunos distintos. *A MOCIDADE*, n.º 11, 1898: 2, 3.
[816] *A MOCIDADE*, n.º 11, 1898: 2, 3.
[817] *A EGREJA LUSITANA CATHOLICA APOSTÓLICA EVANGELICA*, n.º 525, 1923: 4.
[818] *A EGREJA LUSITANA CATHOLICA APOSTÓLICA EVANGELICA*, n.º 525, 1923: 4.

A visão estratégica e sensibilidade de Cassels levou a que o complexo educativo do Torne, desde as primeiras décadas de existência, generalizasse um leque de recursos pedagógicos, como gramofone, violino, "Lanterna Mágica", cinematógrafo, coleções de vistas, quadros coloridos e lições de microscópio[819]. A modernidade de algumas das estratégias educativas, segundo António Silva e José Afonso, está relacionada com o contacto regular de Cassels com os modelos de ensino britânico, suíço e do norte da Europa, que o levou, inclusivamente, a valorizar as potencialidades da Educação Física[820]. Também o espaço de sala de aula se estendia extramuros, materializando-se em passeios, excursões, visitas a instituições assistenciais e, ainda, na participação e organização de festas como a Festa das Flores, a Festa da Árvore e a Festa da Árvore de Natal[821]. Criou um Gabinete de Leitura, onde se disponibilizavam textos de diferentes quadrantes políticos. Dinamizou, com frequência, conferências de temáticas diversas e, entre 1894 e 1923 (ano da sua morte) publicou o jornal a *Egreja Lusitana*, de que foi fundador e diretor, para projeção da instituição ao exterior e onde várias vezes apelou ao apoio financeiro da sua escola[822].

Segundo Fernando Peixoto, a atividade educativa do Torne compreendia, em 1908, as seguintes possibilidades: Escola Dominical, Escola Diária (Instrução Primária do 1.º e 2.º graus, para ambos os sexos), Exercício Militar e Ginástica, Escola Noturna (Instrução Primária para adultos), Instrução Secundária (cursos diários de Português e Francês), Curso Noturno de Língua Inglesa, Classe de Costura, Ensaios de Canto Coral, Ensaios de Música Instrumental, Saraus, Conferências, Gabinete de Leitura[823]. Segundo o mesmo autor, competia, em grande parte, à União Cristã da Mocidade[824] a dinamização desta atividade educativa[825].

---

[819] SILVA; AFONSO, 2015: 21; SILVA; AFONSO, 2017: 33.
[820] SILVA; AFONSO, 2017: 32.
[821] SILVA; AFONSO, 2017: 33.
[822] SILVA; AFONSO, 2017: 33, 35.
[823] PEIXOTO, 2001a: 158.
[824] Segundo André Cassels, as Uniões Cristãs pretendiam «ser escola educadora dos preceitos e ensinamentos de Cristo, tendo como auxiliares, recreios e estudos, que dão saúde e alegria». *Apud* AFONSO, 2006: 247.
[825] PEIXOTO, 2001a: 158.

Escola do Torne

Cerimónia de entrega de prémios aos alunos distintos

[...] *O Sr. Simões Lopes faz várias considerações sobre a festa a que presidia e declara que conhecendo, e bem a fundo, todas as escolas primárias do país, não tem dúvida alguma em afirmar, sem receio de ser desmentido, que a Escola do Torne é a primeira escola portuguesa. Bastariam 50 homens como Diogo Cassels, disse, e tudo mudaria porque a estatística acusaria então muitíssimo menor número de analfabetos*[826].

De facto na década de 90 do século XIX, eram já visíveis os frutos da ação assistencioeducativa de Cassels que evidenciava resultados no que concerne à alfabetização do meio operário de Santa Marinha e de Mafamude, sendo que, em 1908, a Escola do Torne representava cerca 7,1% da oferta educativa a nível do concelho[827]. Chegados a 1931, observava-se na imprensa local, que muitos dos antigos alunos da Escola do Torne estavam enquadrados profissionalmente no professorado primário e secundário, na medicina, na magistratura, no exército, no comércio e indústria, etc.[828].

O jornal *A Luz do Operário* apresentou uma relação aproximada do número de alunos das escolas criadas por Diogo Cassels e do número de aprovações nos exames públicos, até ao início da década de 1930, que organizamos nos seguintes quadros.

Quadro 21. Número de alunos matriculados das escolas do Torne e do Prado entre 1868 e 1931

Escola do Torne		**Escola do Prado**	
ano	n.º alunos	Ano	n.º alunos
1868-1878	500	1901	50
1878-1888	1000	1901-1911	1000
1888-1898	1500	1912-1931	2850
1898-1908	2000		
1903-1931	3600		

Fonte: *LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 442, 1931: 1.

[826] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 127, 1898: 2.
[827] AFONSO, 2001: 427.
[828] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 442, 1931: 1.

Quadro 22. Número de aprovações entre 1883-1922 das escolas do Torne e do Prado.

Grau	n.º de alunos
Instrução Primária 1.º grau	1139
Instrução Primária 2.º grau	709
Instrução Complementar	17
Instrução Secundária e Especial	786
Magistério Primário	14

Fonte: *LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 442, 1931: 1.

Quadro 23. Número de aprovações entre 1923-1931 das escolas do Torne e do Prado.

Grau	n.º de alunos
Instrução Primária 1.º grau	567
Instrução Primária 2.º grau	186
Admissão aos Liceus, Institutos e Escolas Técnicas	256
Instrução Secundária e Especial	385

Fonte: *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 442, 1931: 1.

A construção da capela-escola junto das Devesas, no lugar do Prado, prende-se com a necessidade sentida por Diogo Cassels em virtude de ali não existir nenhum templo cristão, apesar da numerosa população operária, e por vaguearem pelas ruas «bandos de crianças sem instrução»[829]. De facto, desenvolveu-se nesta localidade um importante polo fabril em torno da estação de comboio, favorecedora do abastecimento e da saída de produtos. Aí, estabeleceram-se diversas oficinas e indústrias, entre as quais, grandes fábricas ligadas ao setor têxtil (como a dos Mariani) e à cerâmica (como a das Devesas e a Pereira Valente), à volta das quais se foi fixando uma população desenraizada e com difíceis condições de vida, «à qual faltava largamente a assistência religiosa e

[829] *Apud* SILVA; AFONSO; VIDAL, 2016: 5.

educativa»[830]. Coincidentemente, de acordo com a vontade do próprio fundador[831], a inauguração deste imóvel religioso-educativo viria a ocorrer no dia 1 de maio de 1901, «dia de festa para todos os operários»[832].

A Escola do Prado era uma filial da Escola do Torne, pelo que os recursos e as estratégias pedagógicas eram semelhantes e as festas escolares eram celebradas em conjunto[833]. Relativamente às condições do edifício escolar, o projeto de Marcelino Lucas Júnior (irmão de Bernardo Lucas) concebeu duas salas amplas e bem ventiladas, cada uma com 60 escrivaninhas/aluno, uma residência e salão para conferências, um pátio de recreio para as meninas e um campo, onde mais tarde talvez se pudesse estabelecer um ginásio para os alunos[834].

A história e identidade desta instituição está indelevelmente ligada a um dos discípulos favoritos de Diogo Cassels, Augusto Nogueira[835]. Foi professor no Torne tendo, em 1913, fixado residência no Prado, onde exerceu as mesmas funções, assumindo oficialmente a plena direção desta escola a partir de 1923, ano da morte do fundador, até à década de 1950[836]. Com ele, instalou-se a sua esposa, Albertina Lopes de Almeida, responsável pelas classes femininas, a partir de 1914[837].

Segundo António Silva e José Afonso, a Escola do Prado teve um percurso paralelo ao da Escola Torne, embora sempre com menor número de alunos e sem possibilidades físicas de expansão[838]. No aproximar da década de 1920, o Prado dispunha de aulas de Línguas e ensino noturno e, ao longo da década, Instrução Primária e secundária, diurna e noturna, para ambos os sexos. Augusto Nogueira, além da Instrução Primária, ministrava, ainda as aulas noturnas de Português, Francês, Inglês e de Cálculo Comercial

[830] SILVA; AFONSO, 2017: 37; SILVA; AFONSO, 2019: 42-43.
[831] PEIXOTO, 2001a: 159.
[832] *Apud* SILVA; AFONSO, 2017: 38.
[833] SILVA; AFONSO, 2017: 36.
[834] *Apud* SILVA; AFONSO, 2017: 36.
[835] Vd. Anexo 6.
[836] SILVA; AFONSO, 2017: 39-40.
[837] SILVA; AFONSO; VIDAL, 2016: 6.
[838] SILVA; AFONSO, 2017: 40.

para exame externo[839]. Segundo um apuramento realizado, com base em Relatórios e Livros de Registos, esta escola registou, durante a 1.ª República e na viragem para a década de 1940, um número de matrículas acima dos 80 alunos/ano e atingindo picos nos anos de 1916 e 1941, com mais de 120 alunos[840].

No discurso da cerimónia de entrega da Comenda da Ordem de Cristo a Diogo Cassels, o maçom Ramiro Mourão incorpora o testemunho coletivo de uma localidade que reconhece o impacto da ação educativa desenvolvida por este benemérito, ao longo de três décadas, com inequívocos resultados a nível da alfabetização e da qualificação dos seus habitantes.

> *Não há nesta terra, nos últimos 30 anos, função útil, de empregado comercial ou de funcionário público, de operário ou de negociante, de oficial do exército e da marinha ou de agricultor que não tenha a exercê-la alguém que dos lábios de V. Exa. não bebesse as luzes da instrução ou não ouvisse o ensinamento das virtudes morais: alguém que não tivesse sido aluno das suas queridas escolas do Torne e do Prado, e não deva os seus aumentos e posição à mão paternal que V. Exa. lhe estendeu carinhosamente nos primeiros passos. Estas escolas, com os seus 13 professores, lançando desde 1883 nos misteres da vida 2655 alunos aprovados em diferentes exames públicos e outros 2600 habilitados na aprendizagem sumária do ler, escrever e contar, marcam a assinalada derrota do analfabetismo local. Estas escolas, alimentadas pelo fogo sagrado da caridade de 115 benfeitores, a cuja porta V. Exa. bate com tenacidade e abnegação evangélicas, e às quais V. Ex.ª destina os rendimentos presentes e futuros dos seus bens pessoais: representam uma obra ingente, tão meritória e de tanta beleza moral, que mau aviso seria não aproveitar-se para exemplo de todos consagrando-a numa homenagem pública*[841].

[839] SILVA; AFONSO, 2017: 40.
[840] SILVA; AFONSO; VIDAL, 2016: 14.
[841] *A EGREJA LUSITANA CATHOLICA APOSTÓLICA EVANGELICA*, n.º 520, 1923: 2.

Também o professorado de VNG quis associar-se a esta homenagem, tendo uma comissão de professores ido entregar à casa de Diogo Cassels uma mensagem de felicitação assinada por todos os professores oficiais de Instrução Primária[842]. Porém, um ano mais tarde, o Grémio dos Professores Primários Oficiais de Gaia[843], insurgia-se na imprensa contra Ramiro Mourão, ex-presidente da extinta Junta Escolar, o qual se encontrava «nos seus discursos estudados a depreciar o ensino oficial e a chamar ao Torne e ao Prado Escolas Normais do concelho de Gaia»[844]. A questão que se punha é que «os pais das crianças não estavam preparados de boa mente para um programa desenvolvido, como era o da quinta classe, na educação dos seus filhos. Quanto mais depressa melhor»[845].

Após a morte de Diogo Cassels, a sustentação da sua obra educativa e social tornou-se mais difícil devido ao enfraquecimento da rede filantrópica. Por outro lado, as alterações decorrentes do 25 de Abril modificaram o contexto de atuação da Escola do Torne que, a partir de 1989, passou a IPSS e a interromper o ensino primário[846]. Também a Escola do Prado, viu, no mesmo ano, as suas instalações serem adaptadas para um Centro Comunitário para apoio a idosos[847].

2.3.4.2. Escola do Bom Pastor

A Escola do Bom Pastor deve muito a uma figura feminina, de seu nome Kate Cassels, cunhada de Diogo Cassels. Em 1879, fixa-se no Candal, com o marido, o industrial André Cassels[848], numa área perto das Devesas com as características socioprofissionais já mencionadas, onde logo principiou «a trabalhar em benefício das mulheres e das crianças pobres, socorrendo-as nas suas necessidades, pelo que conquistou muita

[842] *A EGREJA LUSITANA CATHOLICA APOSTÓLICA EVANGELICA*, n.º 521, 1923: 2 e 4.
[843] Não encontramos estatutos ou qualquer outro documento comprovativo da oficialização desta associação. No entanto, vd. excerto da *Carta aberta do Grémio de Professores Primários Oficiais de Gaia a Ramiro Mourão*, em Anexo 33.
[844] *O SERRANO*, n.º 25, 1924: 3.
[845] *O SERRANO*, n.º 25, 1924: 3.
[846] SILVA; AFONSO, 2017: 36.
[847] SILVA; AFONSO, 2017: 40.
[848] Industrial, missionário, pastor e educador, deixando, igualmente um vasto legado jornalístico e literário.

simpatia»[849]. Segundo as palavras do seu marido, em 1882, foi por sua iniciativa que se iniciaram os cultos evangélicos na beira-mar, em Lavadores, e se abriram, em Coimbrões (perto das Devesas), escolas para o sexo masculino e feminino, diárias e dominicais[850].

Nos anos seguintes, após compra de terreno na rua Rei Ramiro, edificou-se, de raiz, um novo estabelecimento educativo para ambos os sexos, com casa de porteiro, sala para a União Feminina e um templo, que veio a ficar conhecido por Escola (ou Colégio) do Bom Pastor e dirigida pelo casal André e Kate Cassels. Numa descrição do Jornal *A Reforma*, relativamente às condições do estabelecimento, afirmava-se que em todo o concelho de VNG apenas a ultrapassava a escola de Cabanões, em Avintes[851].

Na primeira década do século XX, a Igreja Lusitana do Bom Pastor abriu outra missão numa freguesia litoral próxima, Madalena, onde, entre 1905 e cerca de 1908, também funcionou uma escola com ensino noturno para adultos, coordenada pela Unidade Cristã da Mocidade[852].

André Cassels, além da vida educativa e religiosa, foi o criador da Biblioteca António Maria Candal, cujo objetivo se centrava na divulgação de obras protestantes, de distribuição gratuita (1908-1917), através da qual foram publicados textos doutrinários e polémicos. Editou, ainda, *O Bom Pastor* (1901-1918)[853].

2.3.4.3. Colégio Lusitano

Em 1907, funda-se em Oliveira do Douro, o Colégio Lusitano, dirigido por José Maria Leite Bonaparte, também de fé evangélica. As razões que justificam a edificação de outra escola de direção protestante nesta localidade prendem-se aqui, segundo António Silva, pela sedução de uma pregação diferente do Evangelho e da necessidade de uma

[849] *Apud* SILVA; AFONSO, 2017: 41.
[850] *Apud* SILVA; AFONSO, 2017: 41.
[851] *Apud* SILVA; AFONSO, 2017: 42.
[852] SILVA; AFONSO, 2017: 45.
[853] Sobre esta escola vd., também, SILVA; AFONSO, 2019: 45-47.

escola, num território encostado a Mafamude, que beneficiava, cada vez mais, em termos socioeconómicos, com a proximidade da urbe e do Douro.

Mas se o culto divino e a pregação do Evangelho em moldes diferentes dos que a prática católica romana oferecia à freguesia suscitavam curiosidade e algumas adesões, foi também o desejo de uma escola que apressou a iniciativa. Poucas semanas volvidas, um pedido, subscrito por 83 oliveirenses, era dirigido ao presidente do Sínodo da Igreja Lusitana solicitando o apoio para a instalação de uma instituição educativa «ao mesmo tempo preparadora do intelecto e purificadora de espírito»[854].

O colégio, que começou por se instalar num edifício na atual rua Caetano de Melo, onde se veio a descerrar uma lápide evocativa, em 1954, por antigos alunos, tinha por professores Bonaparte e sua esposa, Laura Soares Cambra. Foi Diogo Cassels que forneceu o material escolar, tendo alguns membros do Torne custeado o aluguer da sala. Na sua inauguração, na presença de membros da comunidade religiosa, leram-se cartas de felicitação de republicanos conhecidos, como Inocêncio Lopes Gondim, e proferiram-se discursos entusiásticos da instrução, entre os quais, o do diretor de *A Luz do Operário*, Luís Gonçalves de Oliveira[855], que por várias vezes defenderá no seu jornal os benfeitores do Colégio Lusitano.

> *O Colégio Lusitano, que vai ser gratuito, para os filhos do povo, deve-se à iniciativa de bons amigos desta terra que por ele trabalham denodadamente.*
> *E eles que se abalançam na obra do bem, serviu-lhes isso para que os roupetas estimulassem seus adeptos e escorraçarem e maldizerem do que, empenhados na obra moralizadora, vinham sendo a alavanca desse importante melhoramento*[856].

Na verdade, a criação do Colégio Lusitano, nesta localidade, despoletou uma acesa polémica entre os católicos mais ferrenhos que teve eco na imprensa, em particular, entre a *A Luz do Operário*, que defendia a abertura de escolas, protestantes, ou não, e

[854] SILVA, *coord*., 2013: 4.
[855] SILVA, *coord*., 2013: 15.
[856] *Apud* LEÃO, 2007: 370.

o jornal *A Verdade* que pugnava pelo projeto educativo da Escola do Santíssimo Sacramento, de que é exemplo a seguinte notícia:

> *A Nossa Escola*
>
> *Está realizada uma das maiores e mais antigas aspirações da nossa alma. Sob a regência do hábil e ilustrado professor Snr. Dionísio Alves Pereira, abriu-se no dia 11 do corrente a nossa escola e com tanta concorrência de alunos alguns dos quais vindos da própria escola protestante do Torne, que, bem contra a nossa vontade, teremos de cerrar matrícula até que a insigne benfeitora, a nobre e piedosa senhora D. Maria Rosa de Barros Costa Basto haja concluído o soberbo edifício, que vai ser uma das principais glórias da nossa terra, e no qual poderemos acolher todas as criancinhas e ministrar-lhes uma sólida educação, que satisfaça por completo o coração da bondosa senhora, e levante esta freguesia acima dos preconceitos de tantos filhos bastardos*[857].

O mesmo artigo revela os receios em relação aos métodos educativos cerzidos por «estrangeiros», estendendo a acusação aos legisladores de induzirem unicamente à "instrução" e criticando os «sábios» que não têm amor à Pátria nem aos pais porque «não têm amor a Deus[858].

> *No Portugal antigo havia mais educação; no Portugal moderno há mais instrução, mas a educação tem por vezes fugido envergonhadamente até das câmaras legislativas e da cátedra do ensino.* […]
>
> *Nas calamidades que nos rodeiam, e nas angústias que nos oprimem têm os pais não pequena culpa: deixaram monopolizar o ensino pelo Estado que dá a seus filhos unicamente a instrução e tantas vezes avariada.*
>
> *Hoje qualquer indivíduo sabe um horror de línguas, é doutor insigne, médico abalizado, engenheiro distinto, escritor primoroso, mas não tem amor à Pátria, não tem amor aos pais porque não tem amor a Deus.* […][859]

[857] S. a., 1907b, n.º 6: 1.
[858] S. a., 1907b, n.º 6: 1.
[859] S. a., 1907b, n.º 6: 1.

O diretor de *A Luz do Operário* vem a regozijar-se, também, pela inauguração oficial da Escola do Santíssimo Sacramento, pois, no seu entender, a localidade ficava assim com duas escolas particulares de feição liberal: o Colégio Lusitano e a escola instituída por D. Rosa Bastos que, no seu entender, não era «obra de uma Jesuíta»[860], como alguns queriam fazer acreditar, porque «a sua religião é mais nobre; é a religião da Humanidade»[861]. Além das vantagens em termos de combate ao analfabetismo, Luís Gonçalves de Oliveira, esperava que estas escolas viessem a acicatar os professores oficiais a levarem os seus alunos a exame.

> *Disse alguém que quando se abre uma escola se fecha uma cadeia. E S. Ex.ª uma obreira do progresso, e atentos às suas boas qualidades, cremos bem que S. Ex.ª há de fiscalizar a sua obra e mandar-lhe dar um cunho de liberdade bem entendida, tornando-a útil ao fim a que se destina e levando dela quaisquer preconceitos ou feição que algumas pessoas que a rodeiam nela queiram introduzir. Uma escola liberal é o que ela deve ser e não um coio jesuítico, como muito dos católicos e impostores arranjistas querem que seja. Sendo assim a sua obra será muito mais útil e muito mais agradecida*[862].
>
> *Bem haja a grande benemérita D. Maria Bastos, pela instituição da sua escola e bem assim os organizadores do Colégio Lusitano e todos quanto trabalham pela instrução.*
> *E ainda houve quem teve a audácia de dizer que alguém poderia ver com maus olhos a fundação da última escola a expensas de uma bondosa senhora!*
> *Mentiram quando tal afirmaram.*
> *Só os morcegos é que não gostam de luz, e esses não sabem protestar… Sucede ainda que pela criação das últimas escolas aparecerá também algum estímulo para as oficiais que agora também vão levando alguns alunos a exame*[863].

[860] S. a., 1908a: 2.
[861] S. a., 1908a: 2.
[862] S. a., 1908a: 2.
[863] S. a., 1908a: 2.

Em 1914, estas duas escolas estariam juntas numa excursão realizada a Pampelido, ao monumento erguido ao desembarque de D. Pedro e das tropas liberais[864], assumindo a laicidade reivindicada pela República e honrando os seus heróis.

Já o jornal regenerador *O Portucalense*, em 1907, reconhecia os serviços que os protestantes prestavam ao país, «derramando a instrução entre as classes menos remediadas», porém, duvidava das verdadeiras intenções, desconfiando de que «os estrangeiros», conhecedores da nossa «brandura de costumes e ingenuidade», procurassem implantar entre nós a sua influência e aumentar o seu poderio[865].

Em 1909, vendo a procura por parte dos alunos crescer, Bonaparte obteve a cedência de uma casa mais apropriada, que se situava na designada «Rua dos Mestres», hoje Santos Pousada. Mais tarde, em 1912, veio a dar conta da necessidade da abertura de escola para ensino primário do sexo feminino, de modo a cativar mulheres para o protestantismo.

> *O ensino primário para o sexo feminino nesta freguesia encontra-se todo nas mãos dos reacionários. Os crentes que têm filhos vêem-se obrigados a mandá-los para essas escolas, onde os professores, ferrenhos católicos romanos, lhe vão incutindo os erros romanistas. Eis outra necessidade, e urgente – uma escola para o sexo feminino. Enquanto a não tivermos não podemos contar com o elemento feminino nos nossos cultos*[866].

À semelhança das outras escolas de gestão protestante, as festas escolares da escola de Bonaparte, além de visarem o estímulo e reconhecimento do mérito escolar, procuravam mostrar à comunidade a excelência dos seus princípios, métodos e resultados.

---

[864] *O POVO DE GAYA*, n.º 9, 1914: 2.
[865] *O PORTUCALENSE*, n.º 24, 1907: 2.
[866] *Apud* SILVA, *coord*., 2013: 15.

O Colégio Lusitano e a igreja passaram para o lugar do Sardão, no ano de 1920, até finais de 1925, ano em que Bonaparte adquire um imóvel no lugar do Outeiro, onde se vem a fixar, definitivamente, o complexo religioso-educativo protestante de Oliveira do Douro[867]. Em consequência de problemas pessoais do seu diretor e da escassez crónica de recursos, encerra portas em finais da década de 1940[868].

2.3.5. Estabelecimentos educativos católicos

2.3.5.1. Colégio do Sagrado Coração de Jesus/ Colégio do Sardão

O Colégio do Sagrado Coração de Jesus, sito na quinta do Sardão, em Oliveira do Douro, inaugurou-se, em 1879, com internato e externato. Está ligado à família do escritor Almeida Garrett, uma vez que a propriedade onde foi instalada esta instituição era de seu avô, José Bento Leitão, homem enriquecido no Brasil. Foi justamente uma tia do introdutor do Romantismo em Portugal, D. Maria Carolina Leitão que, em 1878, instituiu as Irmãs de Santa Doroteia, Dona Maria José Ordaz (na época professora no Colégio de Jesus Maria José, Lisboa) Dona Maria Filomena Ordaz e Dona Joaquina Gomes (professoras no Colégio da Conceição, na Covilhã) como universais herdeiras da sua quinta "do Sardão", com o objetivo destas aqui promoverem educação religiosa[869].

> *Sendo grande desejo meu o promover a educação religiosa dos povos desta freguesia e circunvizinhos, espero que as minhas herdeiras façam ensinar e educar gratuitamente trinta meninas pobres destas localidades, para que assim se reforme o estado de indiferença religiosa que por aqui progride. Tendo eu plena confiança nestas três pessoas que deixo nomeadas* […]. *Finalmente, declaro que é meu desejo seja educada e ensinada com todas as prendas próprias da sua posição, e sustentada na casa gratuitamente uma das filhas de minha*

[867] SILVA, *coord*., 2013: 14-15.
[868] SILVA, *coord*., 2013: 17. Sobre esta escola vd., também, SILVA; AFONSO, 2019: 47-49.
[869] Vd. GUIMARÃES; COELHO; MOTA, 1999: 97-101; LEÃO, 2007: 75, nota 22.

prima Dona Maria Vitória, que ela indicar das três que tem, isto logo que aqui comecem a educar meninas de condição[870].

A instituição educativa foi inaugurada em 19 de janeiro de 1879, mas durante dois anos só teve quatro meninas internas e duas na escola externa, devido à estranheza que causaram, justificada pelo padre Leão pela forma como ensinavam, ou seja, sem violência sobre as alunas e atingindo resultados melhores do que eram obtidos noutras escolas e, ainda, porque tinham uma prática religiosa diferente daquilo que era habitual - «comungavam diariamente, o que parecia a muita gente uma religião diferente»[871].

Em 1901, legaliza-se enquanto associação, aprovando no ano seguinte o seu regulamento que passamos a citar:

a) *Na parte religiosa: formar a inteligência e coração das meninas, conforme aos princípios e moral da fé Católica, ensinando-as a praticar as sabidas e verdadeiras virtudes, nunca porém perdendo de vista ornar e ilustrar-lhe o espirito pelos estudos úteis e pela aquisição de todas as prendas próprias do seu sexo e posição social;*
b) *Na parte instrutiva, ensinar: catecismo, moral, história sagrada, eclesiástica e profana, ler, escrever, gramática, composição, estilística, literatura e poética, aritmética, geografia, elementos de história natural, de física, química e de geografia matemática; - música, canto, desenho e pintura e além disto: francês, inglês, italiano e alemão, não só em teoria, mas também na prática, obrigando os alunos a falarem estas línguas.*

   Os lavores são: coser, marcar, vários pontos de malha, bordar a lãs, branco, matiz e oiro; flores artificiais de pano e cera e outros lavores de fantasia. Todas as semanas haverá um dia determinado para as meninas aprenderem a talhar e a coser a sua roupa. Adestrar-se-hão igualmente noutros mesteres domésticos, conforme o permitirem a idade das alunas, o tempo de que dispõem e outras cisrcunstâncias[872].

---

[870] GUIMARÃES; COELHO; MOTA, 1999: 97-101.
[871] LEÃO, 2007: 66.
[872] ADP. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02495. Vd. Anexo 5.13.

Nos inícios do século XX, através da publicação da «solemne distribuição de prémios», a que presidiu o Bispo do Porto, D. António José de Sousa Barroso, percebe-se a presença de educandas da velha aristocracia e da alta burguesia da região[873]. Nesta altura, tinha 80 alunas no colégio e 100 na escola gratuita[874]. Em 1907, foi uma das escolas privadas que prontamente aceitou o pedido do subinspetor escolar para participar numa Exposição Pedagógica, assim como D. Maria Cristina Cardoso, diretora do Colégio de Santo António, em Grijó[875].

Aquando da Implantação da República, o colégio que contava com mais de oitenta meninas internas e cento e cinquenta na escola externa foi encerrado e selado. Sobre este processo Leão, com base nos manuscritos do padre Luís, capelão do mosteiro, relata-nos que houve intervenção neste assunto por parte de Maria de Brito, uma ex-educanda do colégio e de seu marido, Zeferino José de Brito, comerciante na rua de S. João, velho amigo de Bernardino Machado, Presidente da República. Segundo o relato no dia em que se devia fazer o leilão do recheio do colégio, chegou um telegrama do Presidente da República: «Está proibido o leilão!», para descanso do padre Luís e do abade de Mafamude, Jacinto Alves de Magalhães, que estavam encarregados pelo bispo D. António Barroso de comprar as imagens da capela. Todavia, o regresso das propriedades às religiosas não foi fácil, assim como a abertura das escolas[876].

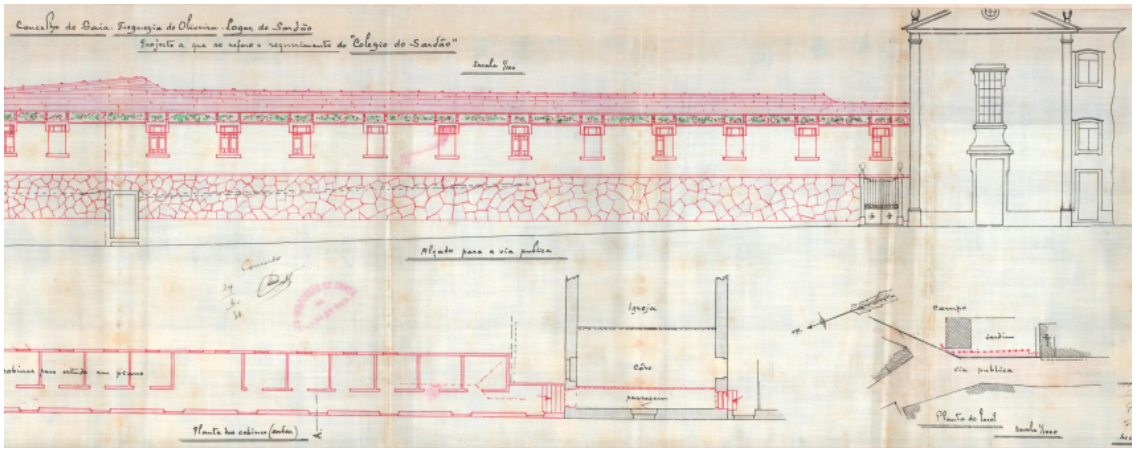
Este estabelecimento educativo, tal como o mais tardio Colégio de Nossa Senhora da Bonança, neste caso pertença da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, foram sempre considerados colégios de elite, instituições de educação para as classes superiores, segundo a tipologia de R. Ballion, para os estabelecimentos de tipo confessional, nos quais «era praticada uma educação recolhida, muito próxima da educação conventual da aristocracia»[877]. Não tinham como primeiro foco a "excelência" escolar, o objetivo era que as alunas fossem submetidas «a

[873] Vd. Anexo 34.
[874] MOURA, 1996-1997: 254.
[875] *O PORTUCALENSE*, n.º 12, 1907: 3.
[876] LEÃO, 2007: 67-68. Vd. Anexo 5.12.
[877] ROCHA, 1998: 27-29.

um tipo de educação que confere a sua pertença às classes dominantes tradicionais»[878]. Nas mesmas condições encontrava-se o Colégio dos Carvalhos e o Colégio de S. Luís, sucursal deste, localizada em Espinho, [879].

O pedido apresentado em 1931, à Câmara de Gaia, para a construção de galeria com cabines para estudo de Piano[880], evidencia um momento de confiança no futuro e crescimento da instituição que veio, efetivamente, a ocorrer durante o Estado Novo.

Fig. 50. Projeto de cabines para estudo de Piano no Colégio do Sardão (pormenor).



Fonte: AMSMB/CMVNG. 70676.

2.3.5.2. Colégio de S. Francisco do Sagrado Coração de Jesus

Este estabelecimento educativo foi fundado em 1887, no lugar de Santo António (Grijó) pelas Franciscanas de Calais, com internato e externato, tendo sido muito frequentado até à República. Em 1891, teria um total de 255 alunos: 244 externos «não contando as crianças de tenra idade, que suas famílias entregam aos cuidados daquele estabelecimento, enquanto vão ganhar o pão da vida» (149 alunas e 95 alunos), com mais 11 alunas internas[881]. Há notícia de uma festa escolar, realizada em 1907, em que

[878] ROCHA, 1998: 27-29.
[879] ROCHA, 1998: 27-29.
[880] AMSMB/CMVNG. 70676.
[881] *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 120, 1891: 2.

participaram alunos das escolas oficiais e alguns alunos deste Colégio com recitações[882], porém, as informações sobre este colégio são praticamente inexistentes.

2.3.5.3. Escola do Padre Luís

Luís de Pinho Rocha é natural de Oliveira de Azeméis. Ingressou no Seminário de Nossa Senhora do Rosário, nos Carvalhos[883], vindo a ser ordenado presbítero, em 1897. Fixou-se em Oliveira do Douro para, segundo as suas próprias afirmações, se recompor da saúde perdida aos sete anos, para se preparar para os exames posteriores ao Curso Teológico, e, para substituir o capelão do Colégio do Sardão[884]. Veio a ser, nesta localidade, figura de destaque, alvo de várias homenagens ainda em vida, entre elas, a condecoração de Oficial da Instrução Pública, atribuída pelo Governo, em 1946[885].

Em 1908, constituiu figura preponderante na criação do Círculo Católico de Operários de Oliveira do Douro[886] e, nesse mesmo ano, inaugurou a sua escola – Escola Oliveirense, que em 1913, funcionava no lugar da Lavandeira. Data de 1922 a escritura de compra de casa térrea e quintal onde se veio a instalar em definitivo a escola do Padre Luís (atual Fundação Obra Padre Luís), ou Escola Oliveirense «que nunca teve dificuldade no recrutamento de alunos» e chegou a ter «um ou outro aluno interno»[887]. Teve início

---

[882] *O PORTUCALENSE*, n.º 25, 1907: 2.
[883] CONDE, 2018d: 194.
[884] LEÃO, 2007: 63.
[885] LEÃO, 2007: 50. Sobre essas manifestações públicas de reconhecimento escreveu o seguinte: […] *É um fenómeno inexplicável!* […] *Vou ter uma Rua com o meu nome e uma condecoração! A que alturas levantam o Padre Luís, o filho de um honrado jornaleiro e professor nas horas livres!...* […] *Quanto à condecoração, não me pertence, há engano. O amor que têm fez que se enganassem, eclipsou a sua mentalidade. Ela é, em bom direito, pertença das famílias dos meus ex-alunos e ex-alunas. Vejam bem: sem matéria-prima, que se pode fazer? Se as famílias não enviassem seus filhos e filhas à minha escola, onde encontrar o fulcro do seu procedimento? E, se estes alunos e alunas não fossem dóceis, tão aplicados, tão tenazes e até amigos de sofrer para triunfar, a minha atuação seria infrutífera em função educativa. A eles, pois, e às suas famílias pertence a condecoração, que agradeço a V. Ex.ª o Ministro, para assim os premiar. Senhor Vigário da Vara, eu desejo, digo-o com a maior sinceridade, colocar a condecoração no peito de cada um dos meus ex-alunos e ex-alunas, de seus pais e mães. Apud* LEÃO, 2007: 80-81.
[886] CONDE, 2018n: 194.
[887] LEÃO, 2007: 47/48.

com aulas noturnas para adultos, com alunos interessados na aprendizagem de Inglês e Contabilidade para obterem o emprego desejado[888]. Posteriormente, o clérigo adquire um edifício na rua Sete Estrelas, espaço que vem a ser alargado por uma doação de terreno contíguo à instituição educativa[889].

A sua escola esteve sempre «incrustada numa forte vinculação à Igreja e em aspetos do renascimento culto mariano»[890]. Em termos físicos, através da nossa observação pessoal no local[891], consistia numa casa térrea com espaço para recreio onde coexistia o espaço para aulas e para habitação do padre/professor.

A outra sala de aula comunicava com a primeira sala por uma porta interior, era mais acanhada, tinha porta para o terreno onde as crianças faziam os seus recreios. Tanto uma como outra tinham luz exterior pela esquerda dos alunos, como então era exigido.

Na década de 1930, Quitéria Mendes Ribeiro[892] que tinha concluído a Instrução Primária nesta escola, veio auxiliar o combate ao analfabetismo nesta localidade, tendo o referido padre posto a funcionar uma escola na residência de seus pais, por onde passaram muitas gerações[893].

Fig. 51. Estandarte da Escola Oliveirense.



Fonte: AFOPL. Foto da autora.

[888] Sobre esta escola ver o estudo de LEITE; AFONSO, 2003: 20-25.
[889] LEITE; AFONSO, 2003: 20.
[890] LEITE; AFONSO, 2003: 20.
[891] Agradecemos à administração da Fundação Padre Luís, toda a amabilidade e informações prestadas.
[892] Quitéria Mendes Ribeiro nasceu em 13.08.1905 e faleceu em 01.03.1985.
[893] ALMEIDA, 1985: 346.

Em 1959, houve várias diligências para pôr em curso o testamento do padre Luís. Foi tentado um acordo com o Ministério da Educação, para que a escola continuasse, com um professor indicado pela Obra, mas pago pelo Estado, o que não foi possível. Foram então iniciados contactos oficiais, transformando a instituição oliveirense numa instituição de assistência, para o que se constituiu uma comissão *ad hoc* que criou a Obra do Padre Luís, a qual obteve aprovação de estatutos pelo Ministério da Saúde e Assistência, em 1959[894]. Em 1978, a Companhia de Jesus deixou a posse que tinha a partir da execução do testamento do padre e transmitiu a propriedade à designada Fundação Obra Padre Luís[895].

2.3.5.4. Seminário Episcopal de Nossa Senhora do Rosário

O Ensino Eclesiástico no Porto findou com a destruição, em 1832, do Seminário de Santo António, no contexto das lutas liberais. A reabertura do Seminário no antigo Colégio de S. Lourenço e consequente reforma académico-espiritual, que coincidiu com obras de recuperação e alargamento das instalações, não se revelaram suficientes para albergar todos os alunos externos. A solução passava pela construção de um novo Seminário para onde fossem transferidos os estudos preparatórios, fundando-se, assim, em 1884, em Pedroso, no lugar do Moeiro, o Seminário Episcopal de Nossa Senhora do Rosário dos Carvalhos, conhecido por "Seminário dos Carvalhos", com capacidade para cerca de 80 alunos[896]. Era constituído por salas de aulas, salão nobre, sala de visitas, capela, quartos para professores e quartos para alunos.

Segundo Beleza, o seu encerramento, aquando da República, afetou o comércio local, principalmente no consumo da carne e do pão e no movimento da alquilaria. Criticava, também, a sua inatividade porque, por um lado acelerava a degradação do edifício e, por outro, entendia que podia ser utilizado para fins urgentes como, a instalação de edifícios públicos ou das escolas oficiais, «sobrando ainda grande parte que poderia ser

[894] LEÃO, 2007: 102.
[895] LEÃO, 2007: 106.
[896] ABREU, 2005: 222-224. Existe transcrição de notícia relativa à inauguração BELEZA, 1991: 2.

utilizado para uma escola de correção de menores ou para uma escola agrícola»[897]. Efetivamente, este complexo arquitetónico e paisagístico, veio de facto a dar lugar à instalação de uma colónia agrícola para educar os expostos, desvalidos e abandonados do distrito do Porto, de que adiante falaremos.

2.3.5.5. Colégio dos Carvalhos

A criação desta instituição deve-se ao padre António Luís Moreira[898], professor no Seminário de Nossa Senhora do Rosário, que nessa qualidade procurou dar resposta à necessidade de alargamento destas instalações, visto que muitas crianças, a cada ano que passava, tinham que se alojar pelas redondezas, a fim de frequentarem as aulas apenas como ouvintes, uma vez que a matrícula era vedada a quem não fosse interno[899].

Sob a sua direção, em poucos anos e durante muitos, o Colégio-Internato conquistou grande prestígio, com uma filosofia educativa assente nos princípios da formação integral[900], na cooperação e na colaboração entre alunos, mas também numa relação entre professor e aluno distante da do mestre e discípulo, em que «o professor não é o tomador de lições e o aluno está muito longe de ser um cumpridor de tarefas»[901].

Fig. 52. Seminário dos Carvalhos, Colégio, professores e alunos no pátio (década de 1890).

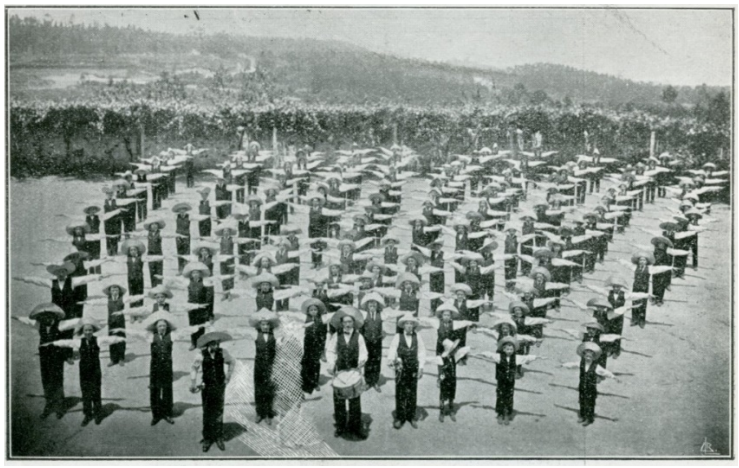


Fonte: PAUPÉRIO, [Prelo].

[897] BELEZA, 1991: 2.
[898] Vd. Anexo 6.
[899] PAUPÉRIO, [Prelo].
[900] Ó, 2003: 941.
[901] Ó, 2003: 941.

Nasceu, assim, em 1899, o Colégio Internato de Santo António dos Carvalhos, evitando-se a dispersão dos candidatos, que passaram a estar matriculados no Seminário como alunos externos e como internos. Em vésperas da República (1907), sente-se uma vez mais a necessidade de ampliação do espaço, sendo erguido um novo edifício, em que se incluía um salão de estudo, dormitórios e refeitório, alterações que permitiram a inauguração oficial do estabelecimento de ensino com os cursos de Instrução Primária, Liceus e Cursos Complementares[902]. No ano letivo de 1910-1911, frequentavam esta instituição 222 alunos.

Fig. 53. Alunos do Colégio dos Carvalhos em exercício de Ginástica (1913).



Fonte: *PROSPECTO,* 1913: 30.

O Colégio Internato de Santo António dos Carvalhos foi encerrado em 22 de dezembro de 1911, através de Portaria ministerial mas reabriu no mês seguinte[903]. Com a instauração da República antecipavam-se tempos difíceis para o colégio, porém, este conseguiu manter-se imune às investidas republicanas chegando a ser considerado o «último baluarte da educação católica do Norte do País»[904].

No *Prospecto* referente ao ano letivo de 1912-1913, o padre Moreira informa que o ministro da Instrução Pública havia visitado o colégio e, depois «de se assegurar da

[902] PAUPÉRIO, [Prelo]. Agradecemos ao autor e à direção da instituição por nos terem facultado a síntese historiográfica inédita, planificada para a comemoração dos 100 anos do Colégio Internato dos Carvalhos e cuja publicação se encontra adiada para outra ocasião.
[903] PAUPÉRIO, [Prelo].
[904] PAUPÉRIO, [Prelo].

neutralidade do ensino» e de inquirir sobre «a educação física e moral aqui ministrada»,[905] reconhecera a necessidade da sua reabertura. No entanto, em relação à questão da neutralidade, o discurso do padre Moreira é de uma ironia pouco disfarçada ao criticar o caráter e o civismo da sociedade vigente e, ao lembrar que a educação moral ministrada no Colégio era veiculada por um padre, insinuando uma neutralidade de ensino comprometida. Porém, faz também saber que esse educador, apesar de religioso, estava ao corrente das mais modernas pedagogias.

> *No Colégio-Internato dos Carvalhos cumpre-se escrupulosamente a neutralidade do ensino; mas na educação moral repetiremos às famílias dos alunos o que foi dito textualmente ao Exmo. Ministro da Instrução: «Não devo ocultar a V. Exa. que a educação moral no Colégio é ministrada por um padre».*
>
> *Um padre que conhece as modernas teorias da educação desde A. Comte a Gustave Le Bom, que tem como pedagogistas notáveis Pestalozzi, Froebel e Spencer, que aceita a doutrina positiva da fixação do meio até à adaptação inconsciente do educando, mas que se empenha de alma e coração por fixar no espírito do aluno os 10 preceitos da Moral de preferência aos 10 mandamentos do Código dos boy-scouts, ou dos éclaireus, ou das novas escolas (Abbotsholme, des Roches, Laren, etc.). Com aqueles 10 mandamentos temo-nos dado excelentemente para assegurar o equilíbrio moral, tão instável em alunos que – entre os 15 e 20 anos – são tantas vezes levados pela falsa miragem da ventura no conceito errado dos seus deveres!*
>
> *Depois de adquirido esse equilíbrio que faz do educando um homem e não um escravo – dissemos no Relatório do ano passado e repetimo-lo – é aprazível aprimorar-lhe o carácter como as virtudes sociais tão necessárias na época presente. Entre estas procuramos incutir o civismo, flor tão delicada que a nossa vida nacional bem denuncia a sua quasi extinção; o espírito de decisão, para dissipar a atmosfera ruim da covardia em que vemos asfixiadas várias classes sociais; amor da vida portuguesa, que inspire o culto da terra em que vivemos, o*

[905] *PROSPECTO,* 1913: 5.

sentimento mais claro da nossa nacionalidade com a admiração fervente das suas tradições gloriosas e a fé viva no triunfo da energia da nossa raça.

Nesse intuito diz-nos a consciência que ministramos educação moral profundamente portuguesa[906]*.*

O investimento pela qualidade pedagógica foi uma estratégia audaciosa e eficaz, para "apagar" a conotação retrógrada da religiosidade católica e para dar ênfase ao cumprimento do decreto de 1911 que impunha importantes regras de higiene aos estabelecimentos de ensino. Esse esforço traduziu-se na criação de museus de História Natural, Física e Química[907] e, ainda, na criação de uma Biblioteca, espaços que vieram a ser paulatinamente acrescentados e atualizados, materializando-se, também, na prática de hábitos de higiene inovadores, como o duche escocês diário para os quais foram levadas a cabo obras de remodelação[908]. Nesta procura pela qualidade e pela sua propaganda, surge a revista literária *O Académico*, dirigida e colaborada por alunos e que teve o seu início em outubro de 1910 e prematuro encerramento em julho de 1911, onde os alunos publicavam as suas produções literárias e trabalhos escolares das diversas áreas curriculares. Em 1922, viria à luz uma nova publicação mensal, *A Scentelha Revista de Sciência, Literatura e Arte* e, em 1929, ressurgiria *O Académico – Revista Mensal de Artes e Letras*.

Fig. 54. Alunos e corpo docente, ano letivo de 1912-1913.



Fonte: *PROSPECTO,* 1913: 8-9.

[906] *PROSPECTO,* 1913: 5-6.
[907] Vd. Apêndice 16.
[908] *PROSPECTO,* 1913: 7.

Em plena República e ainda sem se fazerem sentir os efeitos da Guerra, consegue-se o Alvará de Instituto Particular de Ensino Secundário, com a designação de "Colégio de Pedroso" (1914). Inclusivamente, o aumento constante de matrículas[909] levou à abertura de uma filial, o Colégio Externato de Espinho (Santa Maria da Feira), numa localidade do litoral, respondendo, também, às necessidades específicas dos alunos que pudessem aproveitar dos benefícios de saúde decorrentes da proximidade ao mar. Para esse efeito, em 1918, criou-se a Sociedade Moreira & Companhia composta pelo corpo docente, à época - António Luís Moreira, Luís Moreira Reimão, Manuel Moreira Reimão, padre João Ferreira Guedes Morais e Joaquim Francisco Correia, que tinha por fim «a exploração de Institutos de Instrução Primária e Secundária, especificamente do Colégio de Pedroso e do Colégio Externato de Espinho, já a funcionarem»[910]. No ano letivo de 1922-1923, o externato por alteração do serviço passa a designar-se Colégio Internato de Espinho e, em 1928, Colégio de S. Luís[911].

De facto, a partir de 1918[912], com a legitimidade auferida pelo sidonismo que se apoiou nos representantes da alta burguesia e do clero, o colégio afirma-se como «escola tradicional», apologista do «regresso dos processos educativos», convicto, aliás, de que eram as próprias famílias as primeiras «interessadas e cooperadoras»[913].

> *Entre a escola nova e a escola tradicional a experiência de tantos anos não nos permite hesitações: estamos com a escola tradicional.*
>
> *- Porque não conheçamos os processos pedagógicos da escola nova?*
>
> *- Sem vaidade o afirmamos em tempo e hoje o repetimos: Pelo nosso espírito, sedento do saber, passaram as últimas teorias filosóficas dos mestres*

[909] Em 1915-1916, registam-se 252 matrículas. PAUPÉRIO, [Prelo].
[910] *Apud* PAUPÉRIO, [Prelo].
[911] Vd. Apêndice 17.
[912] Período muito conturbado no rescaldo da Grande Guerra com tónica na falta de géneros e subida generalizada do custo de vida, sendo que ao desequilíbrio provocado pela morte de Sidónio Pais (14.12.1918), seguiu-se a «Monarquia do Porto» (19.01.1919 a 13.02.1919). Respondendo às dificuldades das famílias o colégio flexibiliza as condições de pagamento. Vd. Prospeto da época em Apêndice 18.
[913] *PROSPECTO,* 1919: 6.

consagrados, as conclusões dos pedagogistas notáveis que deram sistematização científica e social às novas escolas (Abbotsholme, des Roches, Laren, etc.).

Essas teorias, porém, não exerceram sobre nós o deslumbramento que outros mais iluminados têm sentido, e hoje mais do que nunca vemos a necessidade imperiosa de ministrar essa educação profundamente portuguesa, - criadora do espírito de decisão, civismo e caráter, - que tão gloriosamente informou, ilustrou e enobreceu a nossa raça[914].

A ausência de neutralidade religiosa do Colégio dos Carvalhos é criticada no jornal da localidade, numa rubrica intitulada «Nós e o Internato dos Carvalhos» pelo facto de a direção da instituição ter proibido aos alunos assinantes a receção do periódico, segundo fez saber, para evitar conflitos entre os educandos, uns monárquicos, outros republicanos, e que querendo manter «a absoluta neutralidade política e religiosa no ensino, não podia por conseguinte permitir no seu colégio a entrada dum jornal republicano»[915].

Todavia, a redação do jornal entendia que se lhes estava a «deitar poeira aos olhos»:

Ora ocorre-nos perguntar: Porventura a alguns dos seus alunos terá sido proibida a receção da «Liberdade», da «Pátria» e de outros jornais monárquicos?

Parece-nos que não, temos mesmo a certeza disso. Consequentemente não havia a mesma consideração para com a opinião dos republicanos, que há agora para com a dos monárquicos.

Demais, nós entendemos que não pode haver neutralidade política ou religiosa, onde não houver a absoluta liberdade de pensamento. [...]

Decididamente estes senhores andam empenhados em deitar-nos poeira aos olhos.

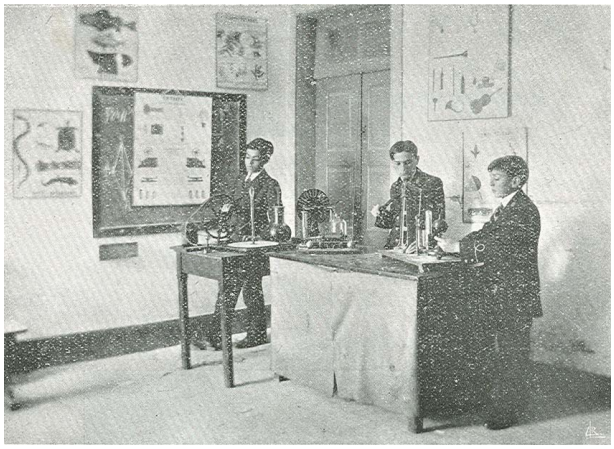
E lembra-se a gente que eles têm encontrado nos republicanos uma generosidade talvez excessiva!

---

[914] *PROSPECTO,* 1919: 6-7.

[915] *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 12, 1919: 1.

Fig.s 55 e 56. Exercícios na aula de Ciências e de Datilografia, ano letivo de 1912-1913.

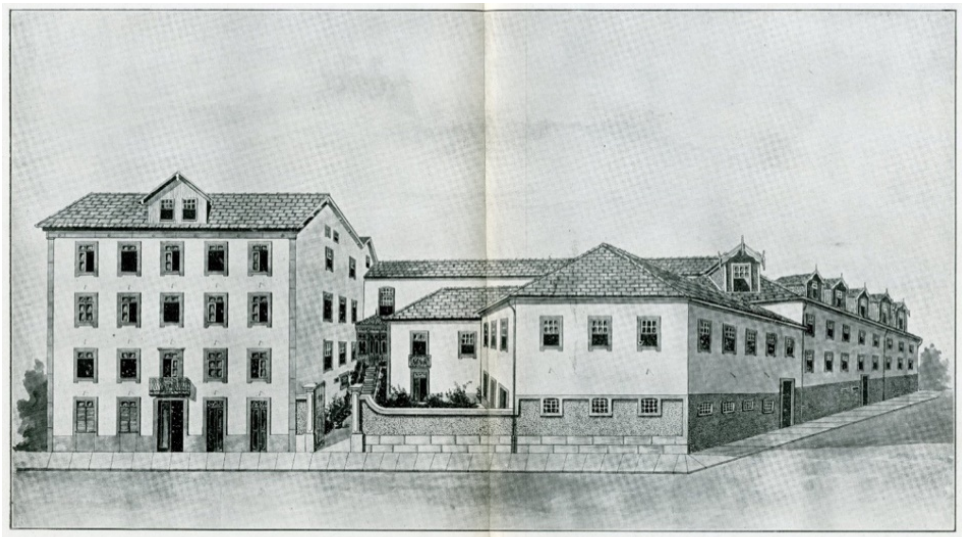




Fonte: *PROSPECTO,* 1913: 32.

Desde cedo, houve uma forte aposta na publicidade que fazia anunciar a excelência de condições ambientais e de instalações, em harmonia com as exigências da higiene e da «educação moderna»[916], em suma, um estabelecimento de ensino particular modelar que ministrava a Instrução Primária e o Curso Geral dos Liceus e de Comércio e, também, cursos «acessórios» de Música e Ginástica[917].

Fig. 57. Desenho de vista geral do Colégio dos Carvalhos (1914).



Fonte: *PROSPECTO,* 1914: 24-25.

[916] Vd. Prospeto de 1913, Apêndice 19.
[917] Ver fotos dos alunos da Orquestra do colégio e de exercícios físico em Apêndice 20.

Às atividades letivas aliavam-se os exercícios desportivos, considerados «valiosos auxiliares da educação dos sentidos e aperfeiçoadores do organismo do aluno, […] um estímulo à educação intelectual e moral»[918]. Além do ciclismo, outro dos *sports* em voga, o *Foot-Ball*, provocava um «entusiasmo febril» nos alunos do colégio que organizavam em «divisões» e *teams*, no que os educadores reconheciam o «verdadeiro *élan* criador de futuros campeões», mas aos quais inspiravam a calma e a serenidade necessárias, para que encarassem «o jogo como *meio* e não como *fim* educativo»[919]. As festas desportivas realizadas tinham a tripla finalidade de aperfeiçoamento físico, de promover a instituição e de a integrar na comunidade. No ano letivo de 1915-1916, inaugurou-se um campo de jogos, em que os alunos defrontaram as equipas do Espinho, do Vilanovense e da Escola Raúl Dória[920]. No mesmo ano, a fim de melhor se aproveitar as condições do espaço desportivo, formou-se uma sociedade, que veio a tomar o nome de "Carvalhos Foot-Ball Club", apenas aberto a inscrições para alunos ou professores da casa[921]. O colégio beneficiava do «isolamento da vida campestre»[922] e, por isso, podia aliar os exercícios físicos realizados dentro das instalações, com as digressões pelo campo ou monte nas imediações[923]. «Uma excursão bem dirigida aos pontos elevados da região não valerá uma partida de *tennis* ou o melhor exercício do ginásio?»[924]. Perguntava o padre Moreira.

[918] *PROSPECTO,* 1914: 5-6.
[919] *PROSPECTO,* 1914: 6.
[920] *Apud* PAUPÉRIO, [Prelo].
[921] *Apud* PAUPÉRIO, [Prelo].
[922] *PROSPECTO,* 1914: 10.
[923] Vd. Apêndice 21.
[924] *PROSPECTO,* 1914: 10.

Fig. 58. Alunos do Colégio dos Carvalhos em exercício pedestre.



Fonte: PAUPÉRIO, [Prelo].

Fig. 59. Equipas de Futebol do Colégio dos Carvalhos.



1.º "team„ do Grupo desportivo do Colégio

Clubs das três divisões dos alunos do Colégio

Carvalhos Foot-Ball Club

Captain — Adrião Faria Gonçalves.
Vice-captain — Manuel Valente Pereira de Matos.

Ideal Foot-Ball Club

Captain — Teodoro de Matos Sachse.
Vice-captain — Olindo Moreira Júnior.

Infantil Foot-Ball Club

Captain — António C. Côrte-Real.
Vice-captain — Germano Ferreira Neves.

O 1.º *team* do «Carvalhos Foot-Ball Club» bateu-se em desafio com o 1.º *team* da associação «Ermezinde School-Sporting», ganhando por 2 contra 0.

Fonte: *PROSPECTO,* 1914: 44.

As excursões consistiam num outro tipo de estratégia pedagógica e propagandística da instituição[925]. Por convite da direção, os jornalistas da revista *Illustração Catholica*

[925] Vd. Apêndice 22.

acompanhavam e registavam a organização da atividade e da numerosa comitiva colegial. Nestes passeios lúdico-culturais, os alunos podiam colher plantas e flores para respetiva catalogação no colégio e «guardavam religiosamente»[926] na memória todas as emoções experienciadas. Passamos a transcrever uma notícia do passeio realizado ao Buçaco, no ano letivo de 1912-1913.

> *Professores e alunos do Colégio-Internato dos Carvalhos, de Gaia, realizaram no sábado último, como havíamos noticiado, um passeio à magnificente e esplêndida estância do Buçaco. Foi uma festa extremamente simpática, de franca e íntima confraternização, de cordial e intensa alegria. Manhã cedo, poeirada de nevoeiro um tanto impertinente, que mais tarde um sol de verão dissipou, tomaram todos lugar em carruagens especiais que os aguardavam na Granja, e dali se seguiu para o Luso, entre o arruído estrepitoso da criançada.*
>
> *Houve ali, à sombra agradável de grandes árvores, um almoço frio, fazendo-se depois a abalada para a mata em carros, automóveis e jericos, numa confusão diabólica, mas interessante.*
>
> *Não é no curto espaço de algumas horas que pode admirar-se, em todos os seus pormenores surpreendentes, essa maravilha estranha que é o Buçaco, na opulência da sua paisagem luxuriante, na abundância das suas fontes e cascatas, nas suas capelas e retiros, em todas as suas recordações históricas. Por isso, os rapazes e professores limitaram-se a sorver rapidamente, embriagados de gozo espiritual, todas essas delícias, e extasiaram-se principalmente, nesse local de magia que é a Cruz Alta, e em toda a dobra de estrada que circunda a cerca, em face desse assombroso panorama que os olhos, inebriados, por todos os lados descortinam, ilimitadamente, panorama tão vasto e variado como outro não há talvez em todo o país.*
>
> *De tarde e depois de tirados alguns grupos fotográficos, fez-se novamente o regresso à Granja, onde um belo jantar, comido nas alamedas do belo palacete*

[926] *PROSPECTO,* 1914: 45.

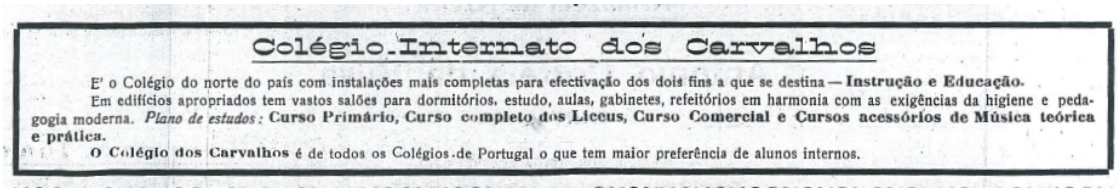
do Sr. arcebispo da Calcedónia[927]*, fechou com chave de ouro aquele dia de regozijo para os rapazes, que se mostravam satisfeitíssimos e encantados.*

Escusado será dizer que o nosso presado amigo e ilustre diretor daquele importante estabelecimento de ensino, António Luís Moreira, proporcionou a todos os maiores confortos e comodidades, com uma solicitude verdadeiramente paternal, própria só de quem sabe, como ele, tão conscienciosamente compreender e cumprir a nobre missão dum educador moderno.

Cerca de duzentas pessoas se incorporaram no passeio, entre alunos e professores.[928]

Nos inícios da década de 1930, considerava-se o Colégio do Norte do País com as melhores instalações para instrução e educação e o mais procurado a nível de internato masculino[929].

Fig. 60. Publicidade do Colégio dos Carvalhos (1931).



Colégio-Internato dos Carvalhos

E' o Colégio do norte do país com instalações mais completas para efectivação dos dois fins a que se destina — **Instrução e Educação.**

Em edifícios apropriados tem vastos salões para dormitórios, estudo, aulas, gabinetes, refeitórios em harmonia com as exigências da higiene e pedagogia moderna. *Plano de estudos:* **Curso Primário, Curso completo dos Liceus, Curso Comercial e Cursos acessórios de Música teórica e prática.**

O Colégio dos Carvalhos é de todos os Colégios de Portugal o que tem maior preferência de alunos internos.

Fonte: *JORNAL DOS CARVALHOS,* n.º 1, 1931: 5.

A publicação *Colégios de Portugal*, de 1940, vem afirmar que o país devia a esta instituição a «fundação de grandes colégios», dando como exemplos, os padres Moreira, Guimarães Dias e Adão, antigos colaboradores do Colégio dos Carvalhos e, à época, diretores do Colégio Almeida Garrett e o padre Morais e o Dr. Marques de Carvalho, na direção do Colégio de João de Deus, ambos no Porto. Também se refere que o padre Brito, diretor do Colégio Universal sofreu influência do padre Moreira, de quem foi discípulo. Sem nomear as instituições, alude à projeção da obra do padre Moreira no

[927] António Frutuoso Aires de Gouveia Osório. Vd. Anexo 13.
[928] *Apud PROSPECTO,* 1913: 34-35.
[929] *JORNAL DOS CARVALHOS,* n.º 1, 1931: 5.

Brasil e em África, pela criação de colégios por antigos professores[930]. Segundo a mesma publicação, «o colégio de Ermesinde existe, porque o padre Moreira o tomou à sua conta para colocar na sua direção o atual diretor, Dr. Gaspar Pinto da Silva e o nosso atual prelado, Dr. Castro Meireles»[931].

Pela modernidade pedagógica, que emerge neste estabelecimento onde poucos esperariam encontrá-la[932] e pela influência que exerceu na criação e organização de outros, concordamos com Jorge Ramos do Ó que concedeu ao padre António Luís Moreira um lugar relevante na história da educação em Portugal[933].

Por se encaixar na tipologia de estabelecimento educativo que estamos a tratar e embora não tenha lugar no âmbito cronológico em estudo, deixamos aqui a nota de que, em 1930, se funda o Seminário de Trancoso (1930), numa quinta doada à Diocese do Porto, por Maria Margarida Peixoto Guimarães e Silva[934], na Quinta de Trancoso, com 31 alunos. Maria Margarida Peixoto Guimarães e Silva deixou, como legado, esta propriedade à Diocese do Porto. A sua situação geográfica foi propícia à construção de um internato diocesano, o que veio a ocorrer em 1930 e, em 1933, funda-se o externato[935]. Em 1938, D. António Augusto de Castro Meireles inaugurou, no mesmo local, o primeiro pavilhão que em outubro desse ano recebeu 81 alunos. O primeiro Reitor deste Seminário foi o Cónego Manuel Nédio de Sousa, que exerceu funções entre 1930 e 1962, ano em que lhe sucedeu o Padre José da Silva Ramalho, período por onde passaram cerca de 923 estudantes[936].

---

[930] Um desses professores poderá ter sido Manuel Joaquim Vieira de Sousa, nascido em Sandim, no ano de 1905, filho de Sebastião Vieira de Sousa e Gracinda Ferreira de Sousa, com quem partiu aos 3 meses para o Brasil. Regressou em 1912, onde foi aluno no Seminário da Diocese do Porto e, no final da década de 1920, professor do Colégio dos Carvalhos. Na década seguinte, novamente no Brasil, vem a ser professor no Ginásio Independência e no Colégio Álvares Penteado. Informações cedidas, por intermédio de Natália Batista, por Graça Vieira, através do espólio deixado pelo seu falecido pai, Joaquim da Mota Vieira, memorialista da freguesia de Sandim.

[931] *COLÉGIOS DE PORTUGAL,* 1940.

[932] Ó, 2003: 941.

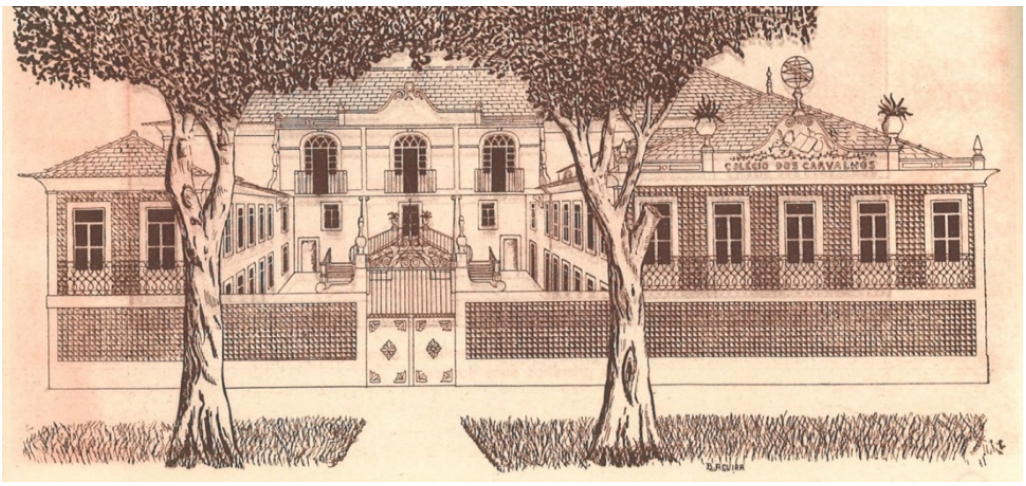
[933] Ó, 2003: 941.

[934] CARDOSO, 1984: 22.

[935] CARDOSO, 1984: 22.

[936] VIEIRA, 2001: 387.

Fig. 61. Casa destinada aos últimos anos do liceu do Colégio-Internato dos Carvalhos.



Fonte: *COLÉGIOS DE PORTUGAL,* 1940.

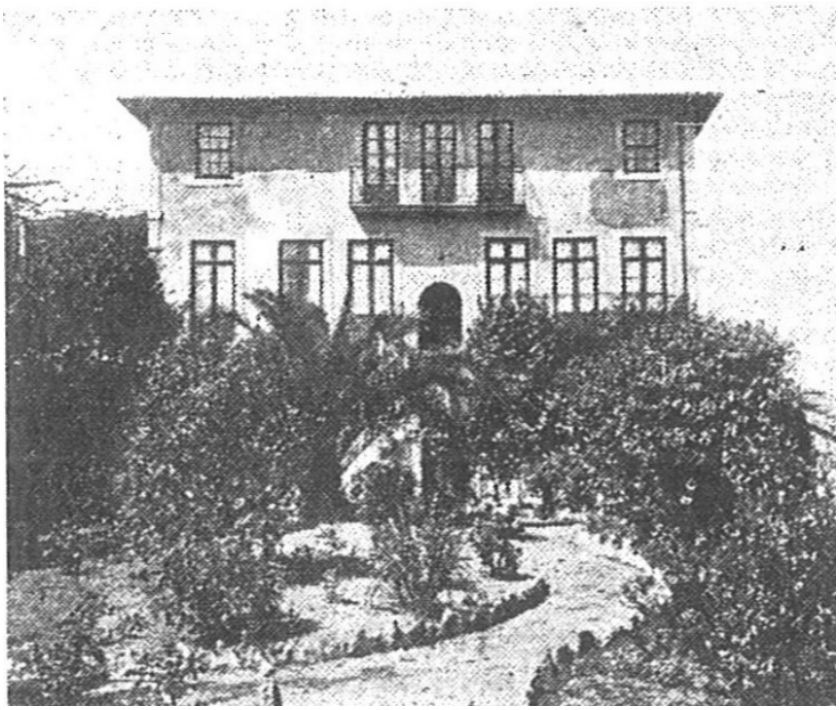
2.3.5.6. Colégio-creche Nossa Senhora da Bonança e Colégio de Nossa Senhora da Bonança

A 8 de outubro de 1927, iniciaram as aulas, no Palacete da Bandeira, situado nas imediações dos novos Paços do Concelho, sob a direção das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Estas encontravam-se ligadas a estabelecimentos educativos em VNG, desde 1894, concretamente às escolas da Irmandade S. Domingos de Gusmão e Nossa Senhora do Rosário, em funcionamento no extinto convento Corpus Christi. Tendo estas escolas encerrado em 1922, o padre António Brandão e João Moreira de Barros encetam um conjunto de esforços alugando uma casa na rua do Castelo, com as condições requeridas e que foi alvo de adaptações para o efeito. Vem a abrir portas a 4 de junho de 1923 com a designação de Colégio-Creche Nossa Senhora da Bonança, pela proximidade à capela com essa invocação e, dois anos depois, contava com quinze alunas internas e duzentas externas[937] (Fig. 62). Dada a pressão das matrículas bem como a falta de meios, tendo o objetivo de encontrar receita para sustentar o colégio-creche, transferiram-se as alunas pensionistas para o Palacete da

[937] CARVALHO, *coord*., 2003: 63-4.

Bandeira, dando-se, então, origem ao Colégio Nossa Senhora da Bonança, ainda hoje existente. Mais uma vez, a família Barros, intercede nesse processo, neste caso Manuel Moreira Barros[938], que adquire o imóvel à família Romariz, vindo, mais tarde, em 1949, a vendê-lo a preço simbólico à Congregação das Irmãs Franciscanas[939].

Fig.62. Colégio-creche Nossa Senhora da Bonança.



Fonte: CARVALHO, *coord*., 2003: 63.

[938] Manuel Moreira Barros fundador da firma «Barros Porto», vereador da Câmara Municipal, presidente do conselho geral do Grémio do Comércio e Exportação de Vinho do Porto, membro da Comissão de Turismo da Praia da Aguda. Pertenceu, ainda, ao grupo de fundadores da Misericórdia. MONCÓVIO, 2018: 246.Vd. Anexo 6.

[939] Agradecemos à professora Ermelinda Freitas e à direção do Colégio Nossa Senhora da Bonança a indicação de alguns dados e bibliografia sobre o assunto.

Fig. 63. O palacete da Bandeira - Colégio Nossa Senhora da Bonança



Fig. 64. Postal «Colégio Nossa Senhora da Bonança (Palacete da Bandeira) – V. N. de Gaia»



Fonte: *LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 437, 1931: 2.

O primeiro grupo a frequentar o Colégio Nossa Senhora da Bonança, no ano letivo de 1927-1928, era composto por 16 alunas, acompanhadas por quatro Irmãs e pela Madre Sofia de Maria Imaculada (Ester Ogando de Araújo). A publicidade da época anunciava o estabelecimento com Internato, Semi-internato e Externato para meninas, com Ensino Primário e Curso Complementar dos Liceus, Lavores, Belas-Artes, Música e uma «educação religiosa esmerada», em «magníficas e amplas instalações» com jardins para recreio[940].

Em 1931, frequentavam este estabelecimento 183 crianças, 32 das quais eram internas. Tinha à parte um pavilhão para rapazes onde era ministrada Instrução Primária, porém, a frequência masculina foi desaparecendo, possivelmente por influência da encíclica de Pio XI, *Divini Illius Magistri* (1929), sobre a Educação Católica, em que se concebe a coeducação como errónea e perniciosa[941].

O primeiro alvará outorgado (n.º 33, de 4 de fevereiro de 1933) autoriza o funcionamento do Curso Primário, Secundário (Geral e Complementar de Letras), destinado ao sexo feminino. Todavia, o primeiro livro de matrículas para o ensino liceal

[940] Vd. Apêndice 23.
[941] CARVALHO, *coord*., 2003: 112-113.

data, apenas, de 1938/1939, momento a partir do qual as alunas passaram a poder obter equivalências dos seus cursos e a realizar exame no Liceu Carolina Michaelis. Até aí, ministrava-se Instrução Primária, Lavores, Pintura, Costura, Português e Francês considerados cursos livres em anos singulares, sem apresentação de resultados de avaliação[942].

Em 1949, como dissemos, a pedido de Manuel Barros, o estabelecimento passa para a propriedade da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas (alvará n.º 986, 31 de março), continuando na direção a Irmã Ester Ogando de Araújo[943].

2.3.5.7. Escolas do Corpus Christi

O Convento de S. Domingos das Donas ou de Corpus Christi foi fundado em 1345 e extinto em 1834, no âmbito da Reforma de Joaquim António de Aguiar, ficando a aguardar a morte da sua última freira, para o encerramento definitivo, o que só ocorreu em 1894.

> *As lutas entre liberais e legitimistas no século XIX, vieram colher de surpresa as monjas do Corpus Christi e perturbar a quietação claustral da sua vida de oração.* […] *Mal restabelecida a tranquilidade, eis a triste caravana das freiras, de novo em marcha, no caminho de regresso a Gaia. Mas o sossego não voltou mais.* […] *Tornou-se necessário admitir bastantes raparigas para o cargo de coristas, a fim de auxiliarem as madres na recitação do ofício divino e receber senhoras, a título de recolhidas.*
>
> *Uma delas é hoje célebre. Quando faleceu sepultaram-na em Arcozelo* […][944].
>
> *Não faltaria quem adquirisse o convento para o adaptar a fábrica ou armazéns de vinhos* […]. *Pessoas das mais variadas categorias sociais e dos mais antagónicos credos políticos, acharam-se irmanados no desejo de cooperar na tarefa altruísta da salvação do mosteiro. Urgia arranjar maneira de o conservar, após o desaparecimento da última dominicana. Aventam-se, então, muitos*

[942] CARVALHO, *coord*., 2003: 113.
[943] CARVALHO, *coord*.), 2003: 112-113.
[944] Maria Adelaide de Sam José e Sousa (Porto, 1835 – 4 de Setembro de 1885), popularmente conhecida como Santa Maria Adelaide.

planos, discutem-se variadas opiniões, até que alguém sugere uma ideia engenhosa, que simultaneamente satisfazia àquilo que se pretendia e não contrariava em absoluto os diplomas legais: reorganizar-se-ia a antiga confraria, já existente no século XVII, que se encarregava do culto da imagem da Virgem do Rosário, tida sempre em grande veneração e procurar-se-ia que esta corporação sucedesse, oportunamente, às religiosas[945].

Efetivamente, o complexo conventual era cobiçado por muitos, dada a tensão urbanística originada pelas fábricas e armazéns e, nesse contexto, um grupo de figuras influentes como o Conde de Samodães[946] e Diogo Leite[947], entre outras ligadas às Creches, como os condes de Campo Belo e das Devesas e Artur Ferreira de Macedo, decidiram "salvar" o mosteiro reorganizando uma antiga confraria – a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e S. Domingos de Gusmão, que teve estatutos aprovados em 1882[948], acenando com a criação de escolas primárias, facto que não passou despercebido aos mais atentos liberais:

O jesuitismo na vila

Temos pois aí ouvido largos comentários, alguns bem desagradáveis acerca do veneno jesuítico que se vai alastrando nesta vila.

Aí para os lados das Freiras, e até nos parece que no antigo convento, está um enxame de jesuítas, que, prosseguindo na sua obra de propaganda, vão chamando as crianças, dando-lhes santinhos e bugiarias religiosas, a fim de se converter à sua seita.

Diz-se até que estabeleceram escolas para crianças, educando-as nos seus princípios.

---

[945] BELLO, 1938: 35-44.

[946] Conde de Samodães nasceu em 1828 e morreu em 1918. Engenheiro, político, homem das letras e das artes, foi uma das personalidades mais influentes na segunda metade de Oitocentos. Cf. CONDE, 2018h: 116.

[947] Diogo Álvaro Leite Pereira de Melo (1822-1906). Fidalgo da Casa Real, dirigente do partido Regenerador em VNG e presidente da Câmara. Cf. CONDE, 2018i: 106.

[948] Cf. BAPTISTA, 2018f: 84-87.

Os filhos do povo precisam de instrução, é certo, mas não dessa ministrada pela maldita seita, de execranda memória. [...]

O que é de lamentar, é que tendo vários indivíduos pedido ao governo o antigo convento para a creche[949]*, uma obra benemérita, lhe fosse este negado, consentindo-se que o jesuitismo se apodere dele*[950].

Após a morte da última freira[951], esta agremiação religiosa movimentou as suas influências, que resultaram na Portaria de 11 de janeiro de 1896, pela qual o Ministério da Fazenda cedia à Irmandade a maior parte das edificações do mosteiro[952]. Dois anos mais tarde, conseguiram proteção régia, quando a Marquesa de Monfalim[953] entregou a D. Carlos e a D. Amélia os diplomas de Juiz e Juíza Perpétuos da Irmandade[954]. A esta agremiação competia o culto da igreja, o estabelecimento de escolas primárias para ambos os sexos e, desde que as circunstâncias financeiras o permitissem, a abertura de um hospital, o que não chegou a verificar-se. Pouco tempo depois, as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras inauguraram as escolas.

Por espaço de cinco lustros passaram pelo Corpus Christi milhares de crianças – rapazes e raparigas -, que a par dos conhecimentos exigidos pelos programas de ensino primário, recebiam esmerada educação, aprendiam lavores e rudimentos de desenho e ainda lhes era distribuída uma sopa diária, tudo pela exígua quantia de 200 réis semanais!

A média da população escolar ascendeu rapidamente à importante cifra de 400 alunos e não a excedia por absoluta escassez de espaço para mais salas de aula.

---

[949] Pedido efetuado pela Associação das Creches de Santa Marinha.
[950] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 35, 1894: 2.
[951] D. Marcelina Cândida Viana, a 5 de janeiro de 1894.
[952] Através da qual o Ministério da Fazenda cedia à Irmandade a parte das edificações sitiadas a nascente da antiga Calçada das Freiras, atual Rua Serpa Pinto e que abrangia a igreja, os claustros e a portaria, com os jardins e hortas anexos. O Estado reservava para si a posse das construções a poente da referida artéria – casa do capelão, vigararia, etc. -, que mais tarde vendeu a uma firma exportadora de vinhos. O arco que unia os dois corpos do convento sobre a via pública veio a desaparecer por conveniências do trânsito. BELLO, 1938: 35-44.
[953] Vd. Anexo 6.
[954] BELLO, 1938: 35-44.

> *Vasta e fecunda obra social, desempenharam as florescentes escolas do mosteiro de Gaia!*[955]

Em 1905, esteve presente numa festa escolar desta instituição D. António Moutinho[956], que havia iniciado a sua carreira religiosa nesta localidade e que, estando de regresso de Cabo Verde, aproveitou, também, para doar ao Museu Azuaga «preciosos objetos que enviou de África»[957].

O Quadro 24 mostra que o estabelecimento, entre 1895 e 1910, não obstante estivesse aberto a ambos os sexos, o número de alunas foi sempre significativamente superior ao de rapazes. Observa-se, também, que apesar de o número de classes ter permanecido estável, houve um aumento gradual muito exponencial de alunos, notando-se que, nos primeiros anos, subiu para mais do dobro. Segundo Fernando Mota, em relação ao universo masculino, a documentação não permite conhecer as áreas de formação especializada, sendo que esta se dirigia fundamentalmente ao mundo feminino, com incidência no Desenho e nos Bordados[958].

Com a implantação da República, chegaram múltiplas dificuldades e incertezas para a instituição. Em virtude das exigências, o pessoal docente foi secularizado e, ao mesmo tempo, persistiam as pressões para apropriação do espaço.

> *A Câmara Municipal construir no local o mercado da vila, os bombeiros desejavam-no para quartel; a Guarda Republicana instava para instalar ali o seu posto e numerosas firmas comerciais apeteciam o edifício e a cerca para armazéns de vinhos ou fábricas. No meio de tantas ambições, o que salvou o convento foi justamente o considerável número de pretendentes, que se inutilizavam uns aos outros*[959].

---

[955] BELLO, 1938: 35-44.
[956] Vd. Anexo 6.
[957] *A DEFESA*, n.º 25, 1905: 3.
[958] MOTA, 2016: 47.
[959] BELLO, 1938: 35-44.

Quadro 24. População das Escolas de Corpus Christi, entre 1895 e 1910.

Ano	N.º de classes	Crianças	Pensionistas	Semi-internas	Externas	Pagam	Gratuitas	Estudantes para exame	Rapazes
1895	3	100	8	2	90	5	95	6	50
1896	3	160	7	…	88	5	155	8	70
1897	3	180	8	11	90	12	165	16	80
1898	4	200	7	25	193	18	182	17	9
1899	4	210	9	100	100	27	183	12	85
1900	4	200	15	55	60	29	100	15	86
1901	4	210	4	45	60	20	90	15	69
1904	4	220	3	1	100	30	88	10	90
1905	4	215	3	2	110	30	85	8	88
1906	4	220	3	2	125	30	100	12	100
1907	4	220	3	4	110	25	100	12	100
1908	4	212	2	2	100	25	72	18	94
1909	4	190	1	26	90	25	55	22	100
1910	4	230	_____	3	105	30	80	20	120

Fonte: *Apud* MOTA, 2016: 46.

Até 1916, apesar das dificuldades, a Irmandade conseguiu manter as escolas, mas as complicações surgidas após a Grande Guerra levaram ao seu encerramento, em 1922, e à dissolução da Irmandade, sob o pretexto de que as salas de aulas em que era ministrado o ensino primário, não tinham a indispensável higiene[960]. Todavia, por diligências do então Governador Civil, o brigadeiro Luís Nunes da Ponte[961], coadjuvado pelo Sr. Joaquim Dinis da Fonseca e outras pessoas, conseguiu-se a instalação do Instituto Feminino de Educação e Regeneração, dirigido pelas religiosas Irmãs do Bom

[960] BELLO, 1938: 35-44.
[961] Sobre a sua ação como Governador Civil do Porto, vd. COSTA, 2004b: 242-247.

Pastor que foi inaugurado no dia 9 de janeiro de 1930 pelo Bispo do Porto, D. António Meireles[962], tendo encerrado funções em 2002, na sequência da reforma do sistema de reinserção de menores[963].

A instituição tinha por fim estabelecer, no Distrito do Porto, «recolhimentos» próprios para mulheres, para que através do «trabalho e por todos os meios de regeneração» as pudesse reabilitar, desviando-as do «caminho da perdição moral»[964]. Não se admitiam menores não emancipadas, nem mulheres casadas sem autorização dos respetivos pais, tutores ou maridos. Quando estas mulheres dessem provas da sua «reabilitação» eram entregues aos seus «superiores ou fiadores», colocadas como criadas ou procurava-se-lhes o estado de matrimónio[965]. Na prática, eram aqui recebidas «raparigas de maus costumes, má vida, viciosas, etc.», vindas das cadeias e da Tutoria de Infância[966]. O Instituto inaugurou-se com 137 internadas, sendo que, em 1936, tinham saído «completamente regeneradas», 45 raparigas[967].

As internas eram obrigadas a aprender a ler e a escrever, podendo ser habilitadas para o exame da 4.ª classe. Frequentavam, também, um ensino profissional de Trabalhos Manuais e Mecânicos, em que se dedicavam a lavar e a brunir roupa, à jardinagem, malhas manuais e mecânicas, lavores e tecelagem de riscado[968].

---

962 SANTOS, 1970: 32-33.
963 MOTA, 2016: 52.
964 ADCCC. *ESTATUTOS DO INSTITUTO FEMININO DE EDUCAÇÃO E REGENERAÇÃO*, 1928: 2.
965 ADCCC. *ESTATUTOS DO INSTITUTO FEMININO DE EDUCAÇÃO E REGENERAÇÃO*, 1928: 3.
966 ADCCC. *QUESTIONÁRIO E RESPOSTA AO DIRETOR GERAL DE ASSISTÊNCIA*, 1936.
967 ADCCC. *QUESTIONÁRIO E RESPOSTA AO DIRETOR GERAL DE ASSISTÊNCIA*, 1936. Vd. Anexo 35.
968 ADCCC. *QUESTIONÁRIO E RESPOSTA AO DIRETOR GERAL DE ASSISTÊNCIA*, 1936.

2.3.6. Nas margens: Escola Costa Soares, Escola-oficina das Grades Verdes e Colónia Agrícola Ferreira Lapa

O projeto educativo liberal procurou possibilitar uma maior igualdade de acesso à instrução, desafio esse reforçado com a República. Não obstante, pela sua condição social e/ou física-mental, uma multidão de crianças encontrava-se excluída da rede escolar privada e da instrução pública. A orfandade, o pauperismo e a deficiência deixavam muitos menores "à margem" da sociedade e do sistema educativo regular. De modo a combater essas desigualdades sociais, a degenerescência da raça e antevendo-se futuros desviantes, governos e filantropos quiseram resgatar esses futuros cidadãos, tendo para isso criado espaços alternativos de educação. Essas instituições colocavam as crianças temporariamente à "margem" do sistema, protegendo-as e educando-as, habilitando-as a serem adultos honrados e autossuficientes, aquando da sua re/integração na sociedade do trabalho[969].

VNG acarinhou, até aos nossos dias, projetos educativos alternativos[970] para acorrer aos menores cujas dificuldades inerentes aos diferentes contextos sócio temporais condicionaram o seu direito a um futuro feliz. Do período em estudo, assinala-se o Instituto da Regeneração, no antigo convento de Corpus Christi[971], a escola Costa Soares para meninas órfãs e a Colónia Agrícola Ferreira Lapa para rapazes em risco. A escola das Grades Verdes, também, estava muito "à margem" da filosofia educativa vigente. Destaca-se pela intenção consciente de formar meninas para que estas viessem a «governar-se», sendo autossuficientes e úteis a si e à sociedade. Mas a sua singularidade

---

[969] O XXI Coloquio de Historia de la Educación "Pedagogías alternativas y educación en los márgenes", realizado recentemente em València, promoveu o estudo e a reflexão das teorias, políticas, pensamento pedagógico e experiências educativas que surgiram à margem ou como alternativas aos sistemas educacionais, ao longo do século XX. Vd. RICO (*coord*.), 2022.

[970] Destaca-se o exemplo da criação da 2.ª aldeia S.O.S. de Crianças portuguesa, em Gulpilhares (VNG). Acolhe crianças e jovens dos 4 aos 20 anos que frequentam a escola e interagem com a comunidade. As aldeias de crianças S.O.S. tiveram a sua origem na Áustria, por Hermann Gmeiner, que tinha por objetivo dar um lar aos órfãos e abandonados da 2.ª Guerra Mundial e apoiá-las na construção do seu próprio futuro. Em Portugal, este trabalho foi desenvolvido por Maria do Céu Mendes Correia e Palmira Cabrita Matias em benefício das crianças socialmente desprotegidas. Foi um projeto pioneiro no país por reunir num lar, sob o cuidado e afeto de uma Mãe S.O.S., irmãos de sangue que na maioria das vezes, eram separados e entregues ao cuidado de diferentes instituições. Vd. http://www.aldeias-sos.org/

[971] Instituição de que tratámos anteriormente e que aqui não desenvolvemos por se encontrar fora do nosso âmbito de estudo.

residiu, também, no método de ensino que incidia numa educação que fornecia instrução (ler, escrever e contar), educação (modos e hábitos de higiene) e habilitações para o exercício de uma profissão (desenhar, bordar, esboçar e criar, fazer orçamentos, etc.).

Foi exatamente a relevância destas "margens educativas" que pretendemos retratar no título do nosso trabalho.

2.3.6.1. Escola Costa Soares

A escola Costa Soares foi instituída no ano de 1877, através do legado do benemérito que deixou em testamento a verba de 10.000$000 réis nominais, cujo rendimento, junto com 20$000 réis anuais provenientes de um foro, foi destinado a pagar o ordenado a uma professora que ensinasse a Instrução Primária e Costura, bem como para educar, vestir e sustentar quatro ou cinco meninas, menores e órfãs, desde os 6 até aos 16 anos, como internas do seu estabelecimento[972]. Para o funcionamento desta instituição foi constituído um fundo composto por 10 inscrições de assentamento no valor nominal de 1 conto de réis, cujo rendimento suportaria as despesas de funcionamento. Havia ainda um rendimento anual de 25 mil réis que a sobrinha do benfeitor, Francisca, tinha de entregar à escola. Funcionava numa morada de casas térreas, com terrenos de horta, sitas no lugar de Cabanões. A administração da escola caberia aos testamenteiros e, à morte destes, ficaria à responsabilidade do município gaiense. No caso de a Câmara não pretender exercer esse direito, o legado deveria reverter para o Seminário de Vilar ou outro do género. Francisco Marques Rodrigues, a quem já nos referimos, custeou várias obras nesta escola.

Em 1907, morre o último testamenteiro, pelo que se fez a entrega da escola, fundo e administração do estabelecimento à Câmara que mantém a professora em funções. Esta resolução foi aprovada por despacho ministerial de 13 de fevereiro de 1908.

---

[972] GONDIM, s. d.; 85.

Quadro 25. Despesas da Câmara com a Escola Manuel Lopes da Costa em 1909.

DESPESA	AUTORIZADA	EFETUADA
Vencimento da professora	61.717$963	52.215$028
Alimentação de 2 crianças internas	108$000	108$000
Vestuário e roupa de cama para as mesmas	9$000	$
Prémio do seguro do edifício escolar	1$200	1$200
Reparação e conservação do mesmo	15$680	15$640
Aquisição de mobiliário	20$000	19$500

Fonte: *BREVES APONTAMENTOS ESTATÍSTICOS*, 1910: 179.

Em 1919, a escola passava dificuldades financeiras motivadas pela fraca remuneração do capital do legado, assim como pela grave crise financeira que o país atravessava. No ano de 1937, as instalações já se encontravam em ruína, situação que não foi acudida e, na década de sessenta, a Câmara renuncia o compromisso assumido em 1907, sendo que a escola e inscrições de assentamento passam para os herdeiros da sobrinha do testador[973].

2.3.6.2. Escola-oficina das Grades Verdes

> *É interessante e curioso ver criancinhas que ontem ainda brincavam, à solta, no pó das estradas, sujas, queimadas pelo sol, olhos espantados e cabelos emaranhados, ganhando dia a dia, expressão individual, fisionomia e tornando-se adaptáveis, criaturas dóceis, úteis a si, aos seus e portanto à sociedade!*
> *Inteligentes! São-no quase todas; até hoje ainda não me cansei de registar surpresas. Para mim o X do problema, da questão para com a nossa gente, não é só aprender; é utilizar o que aprendem – e por aí em diante no caminho da vida, para obterem o pão nosso quotidiano, honesto e farto.*
> *Assim nasceu a ideia duma escola-oficina*[974]*.*

[973] CONDE, 2012: 17-20.
[974] *ESCOLA-OFFICINA DAS GRADES VERDES*, 1920: 2.

A Escola-oficina das Grades Verdes consistiu num estabelecimento feminino criado próximo das aristocráticas praias de VNG, por Elvira Vale e António Vale[975], seu primeiro marido, e apadrinhada por Carolina Michaelis de Vasconcelos, Joaquim Vasconcelos e pelo pintor Artur Loureiro[976]. Teve o seu início em 1914, com o objetivo de retirar as meninas da rua e dotá-las de uma educação integral e útil à sua futura inclusão na comunidade local.

Joaquim Vasconcelos, considerado a "alma e ideólogo" da Sociedade de Instrução do Porto[977] e o fundador da História da Arte em Portugal[978], foi diretor do Museu Industrial do Porto, inspetor da circunscrição do Norte (1891-92), precursor na implementação do ensino industrial e um dos maiores defensores da preservação e revitalização das indústrias artísticas tradicionais. Convicto da importância destas para o desenvolvimento económico e industrial e para a identificação dos «elementos de identidade nacional fundamentais para a afirmação da individualidade portuguesa»[979], dinamizou nas escolas várias exposições de trabalhos. Note-se que a valorização atribuída por Vasconcelos à arte popular transcende o gosto etnográfico e folclorizante vigente, procurando o reconhecimento da qualidade ergológica dos objetos, sem necessidade de cristalização do passado, pelo contrário, «o retomar das artes tradicionais é entendido como forma de progresso artístico e industrial»[980].

Neste encalce, também Alfredo Magalhães se pronunciou, evocando a obra realizada na Escola-oficina das Grades Verdes que chegou a visitar.

> *Associada a uma vigorosa inteligência, poderosamente educada, a Ex.ma Snr. D. Elvira Vale, dá-nos prova de uma emotividade artística, e de faculdades pedagógicas, que necessariamente hão de obrar uma obra fecunda, quer a*

---

[975] Vd. Anexo 6.

[976] Após uma ausência de mais de 20 anos, regressa a Portugal no final de 1901, instalando um atelier-escola no torreão da fachada a fachada norte do Palácio de Cristal, onde ensinava desenho e pintura a senhoras. SOARES, 2011: 19-51.

[977] ROSAS, 1997: 229.

[978] ROSAS, 1997: 236.

[979] PINTO, 2013: 459-460.

[980] ROSAS, 1997: 233-235.

> *consideremos no seu aspeto económico, quer no aspeto moral. Felicito-a vivamente, como português e como homem de governo, e rendidamente lhe beijo as mãos pelo intuito esclarecido e profundo de alta benemerência, que representa uma grande lição cheia de pública utilidade a todos nós, assim aos homens que julgam saber muito, como às senhoras que precisam saber mais*[981].

Retomando Joaquim Vasconcelos, importa referir que revelou uma posição incomum à época no que concerne à presença de elementos do sexo feminino nas escolas industriais «ao evidenciar a capacidade de aplicação das alunas, fosse pelo elevado número de trabalhos executados, fosse pela excelência da sua produção em algumas escolas[982]». No panegírico *Escola-Officina das Grades Verdes*, datado de 1918[983], Vasconcelos resume o estado do ensino industrial a um «alfobre de pseudo-operários […] que se dizem artistas, porque ser artífice é pouco; e ser empregado público depois - é tudo»[984].

Considerava raras as Escolas Industriais com oficinas pitorescas, agravando-se o facto de serem regidas por «bacharéis médicos, bacharéis advogados, bacharéis em várias artes e manhas várias», «pedantes de pena e manga de alpaca»[985], o que se traduzia em fracos mestres e pedagogia desajustada. No campo feminino, a situação era diferente, mas não menos preocupante, uma vez que, segundo Teresa Pinto, as mulheres haviam deixado de frequentar as escolas de ensino industrial, fruto das exigências colocadas pela nova maquinaria e pelas recentes fontes de energia que modificaram o conceito de ensino industrial, afastando-o das práticas oficinais[986].

---

[981] *ESCOLA-OFFICINA DAS GRADES VERDES*, 1920: [6].
[982] PINTO, 2013: 464.
[983] A intenção inicial era a de publicar um Catálogo dos trabalhos expostos no Museu Industrial e Comercial do Porto, entre 15 de junho a 20 de julho de 1918. *Infelizmente a desorganização e quase ruina das melhores oficinas gráficas do Porto, por causa das greves e da guerra mundial, impediu a impressão do Guia, a tempo, e reduziu as ilustrações, pondo-se de parte a condição analítica, que desejava dar a essas estampas, fazendo intervir o desenhador em abundantes detalhes*. *ESCOLA-OFFICINA DAS GRADES VERDES*, 1920: [8]. Ver transcrição dos Estatutos em Anexo 5.1.
[984] *ESCOLA-OFFICINA DAS GRADES VERDES*, 1920: XIV.
[985] *ESCOLA-OFFICINA DAS GRADES VERDES*, 1920: XIV.
[986] PINTO, 2013: 467.

Em concomitância, o paradigma da domesticidade feminina, que conformara o currículo ensino liceal para as filhas das classes médias em finais de Oitocentos e inícios de Novecentos, foi transposto para o ensino industrial vocacionado para a qualificação de recursos humanos no setor secundário. Mercê destas alterações, as mulheres foram deixando lentamente de ter lugar no ensino industrial e, já em plena Primeira República, deixariam de frequentar as escolas de ensino industrial[987].

É neste contexto que se compreende o apadrinhamento de Joaquim Vasconcelos a esta escola, onde vê o «contraste flagrante com a dura e cruel experiencia anterior»[988]. A escola situava-se na freguesia de Arcozelo, designando-se *Grades Verdes* por estar situada na quinta do mesmo nome, pertencente a António Vale. Era dirigida pela esposa deste, D. Elvira Vale, sua fundadora, tendo edifício próprio[989], construído «segundo os princípios de uma escrupulosa higiene», rodeado por um vasto arvoredo[990].

Fig. 65. Elvira Vale.



Fonte: VALLE; VASCONCELOS, 1920: 5.

Fig. 66. As alunas com as mestras, "em dança familiar" na quinta das Grades Verdes.



Fonte: VALLE; VASCONCELOS, 1920: estampa 20.

[987] PINTO, 2013: 467.
[988] *ESCOLA-OFFICINA DAS GRADES VERDES*, 1920: XV.
[989] No AMSMB/CMVNG existe o pedido de licenciamento para construção de «um andar a formar salão para ensino de costura a umas vinte crianças», de 14 de abril de 1915. Vd. planta em Apêndice 24.
[990] *ESCOLA-OFFICINA DAS GRADES VERDES*, 1920: 15.

Fig. 67. Interior da Escola-Oficina das Grades Verdes[991]



Fonte: VALLE; VASCONCELOS, 1920.

A fundadora e diretora inspirou-se em princípios pedagógicos norteados pela sua experiência pessoal e no conselho de "pessoas de mérito"[992] para desenvolver um método original que de algum modo quis ver patenteado na publicação que nos tem servido de fonte[993].

A Escola das Grades Verdes ministrava uma educação considerada de elevada qualidade, teórico-profissional, que respeitava a natureza individual de cada aluna, e que, gradualmente, passava dos exercícios mais elementares de lavores femininos para os de mérito superior artístico. As lições técnicas de Lavores que assentavam no princípio do *Ensino Mútuo* e nas lições de Leitura, Escrita e Contas, obedeciam a um determinado

[991] Ao fundo a entrada para a capela particular de Nossa Senhora da Conceição; à esquerda os cavaletes de desenho e estudo de Elvira Vale; luz superior coada por um *velarium*; mas é também lateral pelas janelas. Ao centro um grupo, bordando um tapete, género Arraiolos. Atrás, está o grupo das bordadeiras de branco sobre bastidores. De ambos os lados veem-se as alunas menores, trabalhando em rendas, sobre almofadas de bilros.

[992] *ESCOLA-OFFICINA DAS GRADES VERDES*, 1920: 13.

[993] *Não quis copiar ninguém; tirar a ninguém o mérito desta ou daquela iniciativa. Espero por isso mesmo que algumas pessoas que tem vindo à minha Escola-Oficina ver, examinar e pedir conselho para fundarem esta ou aquela escola, este ou aquele curso, tenham a hombridade de confessar o que devem à instituição das Grades Verdes*. *ESCOLA-OFFICINA DAS GRADES VERDES*, 1920: 13.

método experienciado pela diretora. O Desenho era posto em prática em simultâneo com o ensino da Leitura e da Escrita[994], o que ia ao encontro do pensamento de Joaquim Vasconcelos, que advogava a necessidade de se dotarem as classes operárias de noções essenciais de desenho aplicado às indústrias, para se melhorar a qualidade dos produtos e torná-los competitivos no mercado nacional e internacional[995]. As alunas mais antigas transmitiam o que aprendiam às que entravam de novo, tornando-as, assim, aptas para o ensino e para dirigirem, mais tarde, a sua casa ou qualquer escola-oficina, pois eram ensinadas a fazer todos os cálculos económicos dos trabalhos, a dar-lhes justo valor, a «comprar, a vender, a economizar, sem avareza, a governarem-se, numa palavra»[996].

> *Em 1918, a escola havia atraído a presença de mais de 80 alunas, cujo resultado do exemplar labor veio a ser exposto, aquando da reinauguração do Museu Industrial e Comercial no Palácio de Cristal.*
>
> *Depois da costura, vieram os bordados; depois as rendas; enfim, os tapetes bordados e o prestígio da cor.*
>
> *Em oito meses, a escola estava feita com 22 alunas, que já trabalhavam bem para puderem ganhar e juntar, amealhar. Novo passo dado, a economia praticamente ensinada; o pão assegurado. Quem mais e melhor produz, mais ganhará.*
>
> *Hoje são 70, 80, 90 alunas e não há um lugar vago!*
>
> *Amanhã essas alunas começaram a esboçar, a compor, a desenhar, abstraindo da cópia servil e da sujeição que ela impõe, deprimindo o aluno.*

[994] *ESCOLA-OFFICINA DAS GRADES VERDES*, 1920: 13-14.
[995] PINTO, 2013: 448.
[996] *ESCOLA-OFFICINA DAS GRADES VERDES*, 1920: 4.

Fig.68. Vista interior da Exposição da Escola-Oficina das Grades Verdes (junho-julho de 1918) no Museu Industrial e Comercial do Porto.



Fonte: VALLE; VASCONCELOS, 1920.

Joaquim Vasconcelos sugere um plano de estudos da Escola-oficina coincidente com o seu projeto para o Curso Normal de Desenho, cuja exequibilidade passava pela filantropia e empreendedorismo do casal fundador.

> *Desenhar, compor, inventar, criar ideias, em suma, organizar o Curso Normal de Desenho em duas fases: curso elementar e de aperfeiçoamento, e o segundo termo; a preparação para o ensino especial do Desenho (3.ºano).*
>
> *Será ambicioso o plano?*
>
> *Nada é impossível à ilustre senhora e a seu generoso e inteligente marido. Anima-os a fé que desloca montanhas e põe ordem no labirinto da confusão tradicional, guiando com mão suave, mas firme, maternal, carinhosa.*
>
> *Fecharei com uma advertência: é inexato que eu interviesse nos trabalhos de organização da Exposição, presentemente aberta. À senhora D. Elvira, ao seu pessoal, a mestras competentíssimas se deve o brilhantíssimo resultado, que é regalo da vista, manifestação eloquente de uma arte subtil e rara, conforto*

permanente para aqueles que aspiram a preparar uma geração mais ativa, cheia de confiança em si e na pátria, nos seus recursos, no seu inventivo e criador.

Como diretor do Museu Industrial e Comercial do Porto ofereci apenas a casa do novo Museu; reaberto numa modesta nave do palácio de Cristal; pus à disposição da Escola e Oficinas das Grades Verdes os recursos do Governo que um ministro enérgico, previdente e justo resistiu a um estabelecimento maltratado durante dezoito anos, no meio de uma série de peripécias injustíssimas.

Tenho dado alguns conselhos, emprestado alguns livros, explicado algumas estampas e, em paga, acabei por ser doutrinado e convencido pela bondade de dois corações que não gostam de ver caras tristes e ouvir declamações elegíacas, embora … justificadas, às vezes[997]*.*

As alunas podiam auferir de vários benefícios, tais como a cantina escolar, fundada em 1919, socorros médicos na doença e custeio de remédios[998]. O serviço clínico estava a cargo de dois médicos da praia de Miramar, «uma praia moderna, muito conhecida pelo asseio e formosura das suas construções», «havendo, portanto, facilidade na aplicação de banhos de mar»[999]. Nas imediações veraneavam, também, famílias da aristocracia, algumas das quais protetoras desta instituição[1000].

Elvira enviuvou em 1920, tendo ficado numa situação confortável, uma vez que António Vale lhe deixou o usufruto da Quinta das Grades Verdes, uma pensão mensal e vitalícia de 200.000 réis mensais, mais 50.000 réis mensais para sustento «[…] da Escola das Grades Verdes por ela iniciada e dirigida durante a sua vida»[1001].

Veio a assumir o nome de Elvira de Faria Machado, ao contrair segundas núpcias com José de Faria Machado Pinto Borges Pacheco Pereira de Miranda da Costa Freitas, diplomata e escritor natural de Braga, fundador da Liga Monárquica, que veio a colaborar com Paiva Couceiro, tomando parte ativa na proclamação da Monarquia do

---

[997] *ESCOLA-OFFICINA DAS GRADES VERDES*, 1920: 10-11.
[998] *ESCOLA-OFFICINA DAS GRADES VERDES*, 1920: 17.
[999] *ESCOLA-OFFICINA DAS GRADES VERDES*, 1920: 16.
[1000] Vd. fig. 70.
[1001] AMSMB/CMVNG. 316110.

Porto. José de Faria Machado foi cônsul de Portugal em Milão, Orense, Corunha, Huelva, Tui e, também, Baiona, aquando da invasão nazi. Na sequência da pressão exercida pela multidão de refugiados que se apresentavam na chancelaria do consulado português, Faria Machado pediu instruções ao seu superior, Aristides de Sousa Mendes, que aí se dirigiu, passando estes a estar envolvidos na concessão de vistos gratuitos e, portanto, à salvação de centenas de judeus[1002].

A vivência de Elvira de Faria Machado junto destas esferas sociopolíticas conduziu ao convite[1003] que lhe foi feito para apresentar em Bruxelas o seu método, elaborando um relatório para apresentação de um projeto de criação de uma fundação «que garantisse a existência e exercício das escolas-oficinas das Grades Verdes, como instituição particular protegida e subsidiada pelo Estado»[1004]. Para avaliar e propor as bases em que deveria assentar a organização da Escola-oficina foi constituída uma comissão de que fizeram parte José Joaquim de Oliveira Guimarães, inspetor geral do Ensino Particular, Vitor Manuel Braga Paixão, diretor geral do Ensino Primário, Helena Roque Gameiro, professora contratada da Escola Industrial António Arroio e o casal D. Elvira e José de Faria Machado. No relatório apresentado, a fundadora da escola-oficina, afirmando que o fim da instituição é a educação técnica e profissional, faz um balanço dos mais de trinta anos de funcionamento da instituição educativa por si criada, constatando que as suas alunas, continuando ligadas à escola, contribuíam para a economia de um lar que, além disso, destoava na localidade pela organização e limpeza.

> *Mas é curioso também notar como mulheres feitas, constituído o seu lar, continuam ligadas à escola, trabalhando, produzindo tudo quanto necessitam, trazendo à direção o produto das duas horas vagas que constitui uma fonte de receita apreciável na sua economia doméstica; e as suas casas pelo arranjo, pela ordem, pela limpeza, pelo arrebique de uma cortina até, se distingue da*

[1002] Sobre este assunto consultamos NINHOS, 2021; SANTOS, 2013.
[1003] Possivelmente Francisco Calheiros e Menezes, ministro de Portugal na Bélgica, figura próxima do seu marido.
[1004] ANTT/ PT/TT/SGPCM-GPC/0318/00004.

desordem revolta e suja das outras casas onde a escola indiretamente nos levou a sua ação educadora[1005].

O impacto desta instituição foi crescendo, vindo o seu trabalho a ser exibido em exposições e a desdobrar-se em mais quatro filiais em Arcozelo, tornando aí regular a indústria de rendas e tapetes. Elvira Faria de Machado fundou, também, uma escola-oficina de renda em Braga e ainda, segundo o mesmo relatório, influenciou a reativação deste tipo de indústrias e de tapeçarias em Vila do Conde e em Viana do Castelo[1006].

Fig. 69. Alunas com almofadas e rendas de bilros. No centro, encontra-se a aluna que marca os *piques*, «especialista muito distinta».



Fonte: VALLE; VASCONCELOS, 1920.

Os resultados aí estão patentes no êxito das várias exposições e na difusão do nosso método de ensino que presentemente, e, -nisto reside o nosso orgulho – se estende a todo o país. A renda portuguesa filigranada, doce, pequena trama de

[1005] ANTT/ PT/TT/SGPCM-GPC/0318/00004.
[1006] ANTT/ PT/TT/SGPCM-GPC/0318/00004.

maravilha, voltou a ser a indústria caseira por excelência. Nas freguesias que circundam as Grades Verdes, as rendas e os tapetes constituem uma indústria regular; em Braga, devido ao nosso esforço, e a uma escola-oficina que aí fundámos, o fabrico da renda vulgarizou-se. Vila do Conde, Viana, ressurgiram com o nosso incitamento e por causas idênticas, a indústria nacional de tapeçarias renasceu também[1007].

«Grades Verdes mais do que uma designação de local» passou a «expressão de um método»[1008] assente no ensino mútuo. As alunas logo que adquirissem saber e experiência passavam também a ensinar, cabendo à diretora «estimulá-las na produção por meio de tarefas marcadas, por hora, até ao seu completo desenvolvimento»[1009]. Todas as alunas tinham atribuições específicas consoante «a idade, a aptidão e o comportamento»[1010].

Sob a nossa vigilância as alunas transmitem o que sabem às que entram, tornando-se aptas para o ensino e para dirigirem, mais tarde, qualquer oficina, pois aprendem também a fazer os cálculos económicos dos seus trabalhos, a determinarem os preços, a comprar, a vender.

Todo o ensino, pois é mútuo, experimental, explicativo e comparado, pondo ao lado de cada aluna a companheira que a deve ensinar e corrigir.

Excluo tudo o que me parece imposição de fórmulas certas, procurando a simplificação e a clareza; o grande segredo é descortinar a individualidade, e achada ela encaminhá-la na sua livre expansão. […] *E para comprovar, o verdadeiro sentido do – Ensino Mútuo – devo confessar que a verdadeira aluna, sou eu, visto que ensinando aprendi, para orientar as necessidades das alunas, as suas ambições, e as suas qualidades, que são bem maiores que os defeitos*[1011].

[1007] ANTT/ PT/TT/SGPCM-GPC/0318/00004.
[1008] ANTT/ PT/TT/SGPCM-GPC/0318/00004.
[1009] ANTT/ PT/TT/SGPCM-GPC/0318/00004.
[1010] ANTT/ PT/TT/SGPCM-GPC/0318/00004.
[1011] ANTT/ PT/TT/SGPCM-GPC/0318/00004.

Fig. 70. D. António Barroso, Bispo do Porto e outros protetores da Oficina, mestras e alunas, em setembro de 1916, aquando da bênção da capela[1012].



Fonte: VALLE; VASCONCELOS, 1920.

[1012] À direita do prelado: D. Elvira Vale, M.elle Castro e Almeida, D. Henriqueta Castro Dias, D. Rita Carvalhal Barata, D. Bárbara Castro, D. Maria Cortez de Sousa Oliveira; à esquerda: D. Teresa Lobo Guimarães, D. Rosalina Feio Calheiros Miranda, D. Francisca Cortez Machado, José D. Teixeira Vale, D. Albertina de Sousa Oliveira, D. Margarida Pereira Machado de Castro, D. Maria Wandschneider Mesquita. Vd. notícia da inauguração da capela em Apêndice 25.

2.3.6.3. Colónia Agrícola Ferreira Lapa

No seguimento da legislação afonsista de laicização do Estado, a par da escola no antigo Corpus Christi, também o Colégio do Sardão e o Seminário dos Carvalhos foram vistos como espaços "vagos", sugeridos para adaptação às necessidades republicanas. O pediatra Ângelo Vaz, a quem já nos referimos, alegando a falta de refúgio para os menores do sexo feminino, propôs a utilização destes imóveis para a instalação de escolas de reforma:

> *O meu projeto tem por fim melhorar esta situação* […] *fazendo a aplicação de dois magníficos edifícios que se encontram em Vila Nova de Gaia: o Colégio do Sardão e o Seminário dos Carvalhos onde podem ser instaladas duas escolas de reforma, uma para o sexo feminino e outra para o sexo masculino. Para a câmara compreender a situação da Tutoria da Infância do Porto, basta dizer-lhe que setenta e tantas raparigas que foram levadas à Tutoria e julgadas por se entregarem à vadiagem e à prostituição não puderem ir para uma escola de reforma por falta desta mesma escola*[1013].

Através do Projeto de Lei n.º 301-H, a Junta Geral do Distrito do Porto, propôs-se criar à sua custa uma «Colónia Agrícola» no antigo Seminário, destinada a recolher crianças, maiores de sete anos, saídas das Casas-hospício «que devendo servir apenas para recolher transitoriamente os menores em perigo moral, desamparados e delinquentes», eram, na realidade, «por falta de recursos e contra o próprio espírito daquela instituição, uma espécie de asilo onde os menores permanecem anos seguidos, enchendo-o e impedindo que outros ali se recebam»[1014]. Propunha-se a instalação de uma colónia agrícola para menores, do sexo masculino, entre 7 e os 18 anos, tendo aí preferência os menores, saídos das Casas-Hospício do Porto e Penafiel, os menores em perigo moral e desamparados da Tutoria Central da Infância do Porto e os menores de quaisquer outros

[1013] AHP. *DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS*, sessão n.º 36, 1916: 9.
[1014] AHP. *DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS*, sessão n.º 57, 1916: 9

estabelecimentos de caridade[1015]. Esta instituição veio a concretizar-se, com a designação de "Ferreira Lapa", honrando João Inácio Ferreira Lapa, exemplo de sucesso de aluno educado num hospício, a Casa Pia de Lisboa.

A Colónia funcionava como escola profissional destinada a «recolher, educar e instruir os expostos, desvalidos e abandonados do distrito do Porto», maiores de 7 anos, tendo em vista habilitá-los a exercer «com inteira capacidade as profissões de operários ou aquelas cuja aprendizagem se faz na «Escola de Artes e Ofícios» anexa»[1016]. Aqui tinha lugar um curso de Instrução Primária; um curso de Agricultura Prática, que compreendia além, de Instrução Agrícola Geral, a aprendizagem das correlativas indústrias de Vinicultura, Apicultura, Cunícultura, Avicultura, Sericultura, Lacticínios, Horticultura e Arboricultura; uma escola de artes e ofícios; uma aula de desenho; e uma aula de música[1017]. Os educandos podiam ser admitidos nas oficinas e nos trabalhos agrícolas, independentemente de terem, ou não, obtido aprovação no curso de Instrução Primária, logo que completassem os 12 anos. A escolha era feita pelos próprios educandos, salvo em caso de incapacidade física ou inaptidão[1018].

A Escola de Artes e Ofícios destinada a habilitar os alunos a «ganharem honestamente a vida, quando saírem da Colónia», compreendia em 1920, as Oficinas de Alfaiate e de Sapateiro. Não podiam ser aqui admitidos os «degenerados ou retardatários psíquicos». Salvaguardava-se, ainda, que os «retardatários por defeito sensorial» e os «retardatários pedagógicos», apenas podiam frequentar a escola de Artes e Ofícios em casos especiais avaliados pelo médico e pelo diretor da Colónia[1019]. Era motivo de exclusão «a idiotia, a imbecilidade ou outro grau de deficiência mental, por constituírem incapacidade para o aproveitamento ministrado na instituição e por «promoverem a indisciplina e a perturbação nos serviços escolares»[1020].

[1015] AHP. *DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS*, sessão n.º 57, 1916: 9
[1016] *REGULAMENTO DA COLÓNIA,* 1920: 11.
[1017] *REGULAMENTO DA COLÓNIA,* 1920: 12-13.
[1018] *REGULAMENTO DA COLÓNIA,* 1920: 13.
[1019] *REGULAMENTO DA COLÓNIA,* 1920: 20.
[1020] *REGULAMENTO DA COLÓNIA,* 1920: 40.

Os educandos permaneciam na Colónia até aos 18 anos, ou a requerimento da família aceite pela Comissão Executiva da Junta Geral ou quando se lhe tenha arranjado colocação, pois qualquer dos internados, a partir de 12 anos completos, podia ser confiado para serviços domésticos e para estabelecimentos comerciais ou fabris, desde que essas colocações fossem compatíveis com a instrução e com o desenvolvimento físico das crianças[1021].

A obra educadora da Colónia estendia-se até à colocação profissional dos educandos, estando incumbida de prestar auxílio nos primeiros contactos e de realizar relações anuais dos alunos diplomados com indicação das respetivas aptidões e fixação de salário mínimo e enviar exemplares dessas listas às Câmaras Municipais e sindicatos agrícolas, horticultores, artífices, entre outros profissionais, de modo a facilitar a sua colocação[1022].

O trabalho realizado nas oficinas, considerado como aprendizagem, não era remunerado. Os alunos que se distinguissem pelo aproveitamento e comportamento, recebiam, como prémio, todas ou algumas das ferramentas da profissão em que se estavam a habilitar[1023].

Nos dias de hoje, está a funcionar como Lar Juvenil dos Carvalhos, sob a Direção dos padres claretianos. Aí, desenvolve-se, desde há cerca de quatro décadas em instalações modernizadas, um trabalho profícuo no acolhimento e educação de crianças de risco[1024].

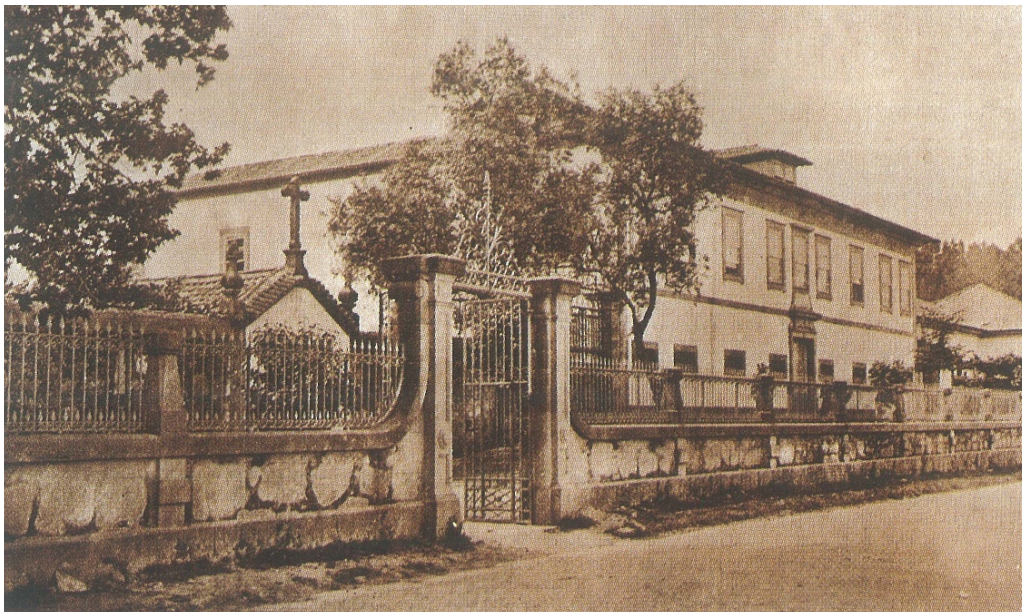
Quadro 26. Quadro de pessoal da Colónia Agrícola Ferreira Lapa, em 1928.

CARGO	**NOME**
Diretor	Manuel Rodrigues da Conceição
Regente agrícola	Domingos Alves Machado Ferreira
Prefeito-geral	Adriano Vieira Leite
Escriturário	Alexandre Oliveira Dias
Médico	Dr. Gil Pontes Moreira Ramos
Professoras Primárias	Albertina Maria de Morais Campilho
	Arminda Augusta Morais Campilho
Professor de música	Manuel Salgueiral
Despenseira	Francisca Pereira dos Santos

Fonte: *ANUÁRIO COMERCIAL DO PORTO*, 1928.

[1021] *REGULAMENTO DA COLÓNIA,* 1920: 40.
[1022] *REGULAMENTO DA COLÓNIA,* 1920: 45-6.
[1023] *REGULAMENTO DA COLÓNIA,* 1920: 21.
[1024] SANTOS, s.d.: 23.

Fig. 71. Antigo edifício do Seminário, depois Colónia Agrícola Ferreira Lapa, atual Lar Juvenil dos Carvalhos.



Fonte: BELEZA, 1991: 2.

2.3.7. Escolas Móveis em VNG

2.3.7.1. Escolas Móveis pelo Método de João de Deus

A Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus[1025] foi fundada em 1882 por iniciativa de Casimiro Freire, industrial, republicano e benemérito da educação, vindo a ser sustentada por correligionários que, aproveitando as fragilidades da Monarquia no setor do ensino, ao mesmo tempo que instruíam o país, promoviam a ideologia do republicanismo[1026]. João de Deus foi um poeta e pedagogo muito considerado no seu tempo, gozando de extraordinária popularidade. O seu falecimento consternou o país que dele se despediu com honras de Estado. A elite cultural de VNG também quis associar-se à sua última homenagem. Falamos em particular de José Gonçalves da Silva Matos e de Artur Ferreira de Macedo que fizeram esforços para que a ACSM se fizesse representar no funeral, tendo também deixado lavrado em ata um voto de pêsames, do qual deram conhecimento à família enlutada[1027]. Graças, também, às diligências destes maçons, o poeta-pedagogo veio a ser homenageado na toponímia do centro de VNG.

O objetivo da Associação de Escolas Móveis era o de enviar professores habilitados a ensinar pelo método da *Cartilha Maternal* de João de Deus, às diversas povoações que o solicitassem (desde que o fundo monetário permitisse) na missão pedagógica de ensinar a ler e a escrever. Entre novembro de 1882 e agosto de 1921, criaram-se 487 missões de escolas móveis não oficiais, estendendo-se pelos arquipélagos, pelo Brasil e por África, contabilizando-se um total de 28.656 alunos inscritos e 12.515 apurados nas provas[1028].

Esta obra educativa era patrocinada por legados e por subscrições das comissões auxiliares que se fundaram em vários concelhos do país. No capítulo anterior, já nos referimos à presença significativa da maçonaria entre os dirigentes da comissão de Gaia

[1025] Em 1908, por proposta de João de Deus Ramos, filho do fundador passou a designar-se "Associação de Escolas Móveis pelo Método João de Deus, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas ".
[1026] ESTEVES, 2008: 116. Sobre Casimiro Freire e o seu esforço pela instrução popular ver PINTASSILGO; FERREIRA, 2020.
[1027] Vd. Anexo 36.
[1028] ESTEVES, 2008: 118.

e dos seus subscritores, cujos nomes também se repetem na rede dos Centros Republicanos (Quadro 27) num movimento sinergético concertado em laicizar a sociedade, retirando da Igreja a sua influência no campo educativo e assistencial.

Quadro 27. Exemplo de rede sinergética educativa, entre maçonaria, AEMBAJE e centros republicanos.

Maçons[1029]	AEMBAJE	Centro Republicano com Escola
Benjamim Cândido Cardoso	Membro da Comissão Auxiliar	Centro Republicano Joaquim Nicolau de Almeida
João Rodrigues Valente Perfeito	Subscritor	Centro Democrático de Instrução Valente Perfeito (Porto)
José Gonçalves da Silva Matos	Subscritor	Centro Democrático de Instrução Latino Coelho
Pedro Mariani Pinto	Subscritor; protetor da missão n.º 223	Centro Democrático António José de Almeida/Grijó
Ramiro Mourão	Tesoureiro da Comissão Auxiliar; protetor da missão n.º 289	Centro Republicano Joaquim Nicolau de Almeida

Fonte: Elaboração da autora com base na documentação referenciada nos Anexos 7 e 13.

Além da chancela maçónica e republicana, a causa da educação popular era abraçada pela aristocracia regional formada, não só pela abastada burguesia mercantil e industrial, como pela velha nobreza, entre os quais, os nomes de Alfredo Pinto Lemos[1030], Ernâni Pinto Lemos e José Castro Portugal[1031] constituem argumento para se afirmar que a velha aristocracia de VNG não se distanciou do processo.

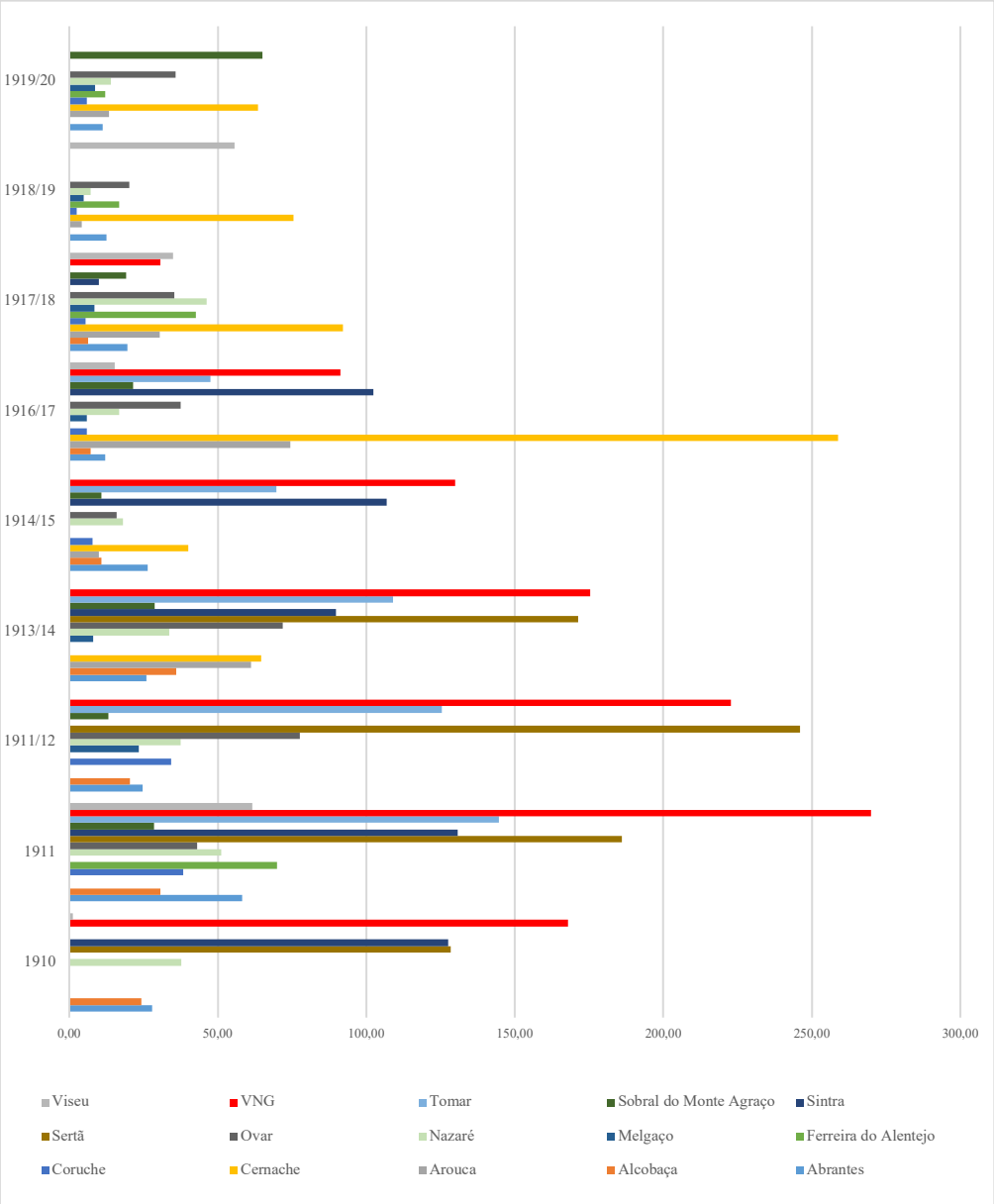
A Comissão Auxiliadora de VNG, constituída em 1909, foi uma das maiores subscritoras da AEMBAJE. Teve como corpos gerentes algumas figuras recorrentes no esforço de educação popular concelhio, a saber: Artur Ferreira de Macedo (presidente), Afonso

[1029] Vd. no Anexo 13 sínteses biográficos dos maçons elencados.
[1030] Alfredo Pereira Pinto de Lemos, 2.º Conde das Devesas, irmão de Ernâni Carlos Pinto de Castro Lemos sucessor do título. Vd. CONDE, 2018g: 205.
[1031] José Castro Portugal nasceu e morreu no Candal/VNG. Monárquico, descendente da fidalga Casa da Estrada em Mansores (Arouca). Foi professor universitário, mineralogista e cientista. Vd. BAPTISTA, 2018j: 191.

Temudo Rangel (vice-presidente), Manuel Ferreira de Castro (secretário), Benjamim Cândido Cardoso (vice-secretário), José Pereira da Costa Basto (tesoureiro), Jaime de Macedo de Vasconcelos e Francisco Carneiro Aranha (vogais). Os subscritores de Gaia destacavam-se pela regularidade do pagamento das cotas e pelo número de sócios. O gráfico abaixo representa o produto pecuniário resultante das comissões auxiliadoras mais regulares. Por pertinência e pragmatismo não incluímos aquelas que foram efémeras ou cujas subscrições eram mais diminutas. Por essa razão, ficou de fora, por exemplo, a Comissão Auxiliadora de Coimbra que contribui, apenas, nos anos de 1911 e 1912 e a do Porto que, a partir de 1913, cessa as suas contribuições. A Comissão de VNG foi apenas suplantada em subscrições por Cernache, no biénio 1916/17. O facto de ter deixado de cotizar-se a partir de 1918/19, está relacionado com a conjuntura negativa da Grande Guerra mas, também, com a "Monarquia do Norte", que paralisou, ainda que efemeramente, muitas áreas nesta região[1032].

[1032] No papel timbrado do Centro Democrático das Devesas, a lembrar estas vicissitudes, lavrou-se em rodapé «Assaltado pelos trauliteiros de 26 de outubro e 17 de dezembro de 1918». Vd. Apêndice 26.

Gráfico 8. Cotas recebidas das comissões auxiliares da AEMBAJE.



Fonte: Relatórios da AEMBAJE.

Como dissemos, o método de leitura usado pela Associação foi a *Cartilha Maternal* do poeta e pedagogo João de Deus, cofundador da Associação, de quem Casimiro Freire foi amigo, admirador e parente por afinidade. Este instrumento pedagógico veio a ser declarado método nacional e João de Deus o seu comissário geral. O cargo veio a ser extinto em 1892 e, três anos mais tarde, a Direção Geral de Instrução retira o método

das escolas[1033]. A *Cartilha* inscreve-se no movimento de combate ao analfabetismo levado a cabo a partir da segunda metade do século XIX que procurou, por um lado, aumentar a rede escolar e, por outro, criar um método de ensino de leitura rápido e eficiente[1034]. Combatia-se, assim, o flagelo do analfabetismo à custa de uma pedagogia minimalista, de redução das aprendizagens escolares[1035].

Não obstante ter sido impressa em 1876[1036], as lições pelo método João de Deus eram já seguidas em aulas noturnas e dominicais, pelo autor e amigos, entre eles, o abade de Arcozelo «que foi quem primeiro o ensaiou e quem primeiro o adotou em cursos públicos»[1037]. Com efeito, a 17 de fevereiro de 1876, já o padre tinha inaugurado em Arcozelo, VNG, a primeira escola pelo método João de Deus, coadjuvado pelo irmão de João de Deus, o padre António Espírito Santo[1038].

No seguimento de um ofício do Governo Civil, que aconselhava a conveniência de se conceder uma subvenção aos professores oficiais interessados em assistir a preleções sobre o Método João de Deus a realizar na cidade do Porto, a edilidade de VNG concedeu subsídio de 12.000 réis a vários professores do seu concelho[1039].

O ensino nas missões tinha o seu início na *Cartilha Maternal*, completado com os Quadros Parietais «que constituíam um precioso auxílio, atraindo a atenção dos alunos enquanto se lhes apontavam as letras»[1040]. Posteriormente, passava-se para o complemento indispensável da *Cartilha*, ou seja, o livro *Deveres dos Filhos*, obra de Barrau, traduzida por João de Deus, a qual, a partir de 1912, veio a ser substituída pela *Segunda Parte da Cartilha Maternal*, que incluía ilustrações para facilitar a compreensão

[1033] CHÁ-CHÁ, 2020: 154.
[1034] Sobre este método de leitura vd. MAGALHÃES, 2013a.
[1035] SILVA, 2020: 183.
[1036] Data ostente no frontispício, porém, Isolina Pereira sugere a possibilidade de a *Cartilha* ter sido impressa em 1877. PEREIRA, vol. I, 1996: 313.
[1037] PEREIRA, 1996: I, 313.
[1038] PEREIRA, 1996: 314.
[1039] COSTA, 2018a: 45.
[1040] PEREIRA, 1996: 557.

das narrativas. Em relação à Aritmética, o programa centrava-se na aprendizagem das contas de somar, subtrair, multiplicar e dividir[1041].

João de Deus Ramos, continuador da obra do pai, publica o *Guia Prático e Teórico da Cartilha Maternal de João de Deus* (1901) e *Os altos princípios do Método de João de Deus* (1902) e organiza conferências públicas, que realizou em vários Círculos Escolares, as quais visavam preparar os professores para a utilização do método[1042].

Normalmente, as missões tinham lugar onde não houvesse escola pública. Quando o professor chegava ao local abria a matrícula e no, decorrer dos cursos, mantinha correspondência com a Associação, relatando informações sobre os alunos e sobre o meio envolvente. As matrículas estavam abertas a crianças, jovens e adultos de ambos os sexos, sendo 60 o número máximo de alunos[1043] os quais podiam ser repartidos por várias turmas. As aulas noturnas, embora destinadas a adultos, também recebiam crianças trabalhadoras. As missões, além de alfabetizarem, também aperfeiçoavam alguns indivíduos com noções de Leitura nos chamados Cursos de Aperfeiçoamento que colocavam os alunos ao nível do 1.º e 2.º graus[1044]. O tempo originalmente concebido para o funcionamento das missões era de três e de quatro meses no máximo, porém, durante os 39 anos da sua existência, o prazo foi alterando, chegando a funcionar durante 10 meses.

Após o término do prazo consagrado à missão, o professor anunciava previamente os exames, sendo estes realizados publicamente na presença das autoridades locais[1045]. Segundo Ester Esteves, os momentos mais altos das missões correspondiam à abertura e especialmente ao seu encerramento, coincidente com os exames finais, festejados por toda a comunidade, com direito a banda musical quando, entre os promotores, se encontravam figuras públicas[1046]. Não raras vezes, distribuíam-se prémios de reconhecimento de mérito e lembranças a todos os alunos. A este propósito,

[1041] Sobre este assunto vd. PEREIRA, 1996: I, 557-559.
[1042] Sobre este assunto vd. PEREIRA, 1996: I, 559-560.
[1043] Segundo PEREIRA, esse número era muitas vezes ultrapassado. PEREIRA, 1996: I, 556.
[1044] PEREIRA, 1996: I, 556.
[1045] PEREIRA, 1996: I, 558.
[1046] ESTEVES, 2008: 118.

acrescenta-se que a Associação criou alguns prémios ao longo da sua existência, de que são exemplo o Prémio Jacinto Fernandes, de 100$000 réis anuais, que inicialmente destinado a premiar o desempenho dos professores (60$000) e dos alunos (40$000) passou, no ano letivo de 1909-1910, a constituir fundo de assistência para os mesmos. Em 1907, o professor Armando Carmo cria o prémio João de Deus, destinado ao aluno com melhor frequência, assiduidade e comportamento. Mais tarde, surgiram os Prémios Casimiro Freire e o Prémio Dr. Manuel Arriaga. Segundo Isolina Pereira, estes poderiam consistir em valor pecuniário ou em géneros (roupa, livros) oferecidos pela Comissão Auxiliadora ou por outros filantropos amigos da Associação[1047].

Quadro 28. Missões da Associação de Escolas João de Deus em VNG.

DURAÇÃO	MISSÃO	PROFESSOR	REQUISITANTE
1907-1908	n.º 204, Avintes	Maria José de Azevedo Alves	_____
1908-1909	n.º 223, Grijó	José Trigueiros Sampaio	_____
1909-1910	n.º 251, Grijó	Isabel da Costa Simões Brígida	Comissão Auxiliar de VNG
1910-1911	n.º 289, Mafamude	Maria Russel Valentim	Manuel de Castro
1911-1912	n.º 307, Alheira de Baixo/ Pedroso	Beatriz Soares Vasques	Manuel Rodrigues dos Santos
1912-1913	n.º 313, Pisão/ Pedroso	Beatriz Soares Vasques	Manuel Rodrigues dos Santos
1913-1914	n.º 334, Tabosa/ Pedroso	Beatriz Soares Vasques	Manuel Rodrigues dos Santos
1913-1914	n.º 350, Sandim	Beatriz do Nascimento Camacho	José da Silva Topa[1048]
1914-1915	n.º 372, Arnelas/ Olival	António dos Anjos Amorim Marques	Manuel Ferreira de Castro
1914-1915	n.º 382, Gestosa/ Sandim	Virgínia Silveira da Mota	Manuel Ferreira de Castro
1915-1916	n.º 388, Avintes	Alzira Cândida de Lima Coelho Teixeira Virgílio Guilherme da Costa	Manuel Lopes dos Santos
1915-1916	n.º 394, Sandim	Beatriz do Nascimento Camacho	_____
1916-1917	n.º 424, Avintes	Maria Madeira Veiga	Manuel Lopes dos Santos

Fonte: Elaboração da autora com base nos *BOLETINS DE PROPAGANDA* e *RELATÓRIOS* da Associação de Escolas Móveis e na documentação sita no MJD.

[1047] Sobre este assunto vd. PEREIRA, vol. I, 1996: 561-563.

[1048] Presidente da direção da Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar "Nossa Senhora da Esperança" para ambos os sexos de Sandim e freguesias circunvizinhas. *O LEVERENSE*, n.º 42, 1916: 3.

De acordo com os *Boletins de Propaganda* e *Relatórios* da Associação *de Escolas Móveis* e com a documentação sita no Museu João de Deus, em VNG entre 1907 e 1917, estiveram 13 missões da Associação de Escolas João de Deus, a saber em Avintes (3), Grijó (2), Mafamude (1), Pedroso (3), Sandim (3) e Olival (1)[1049], conforme informação no Quadro 28.

A primeira missão teve lugar em Avintes, cuja criação esteve ligada ao médico e maçom Adelino Gomes, a quem já nos referimos, da qual foi diretor, tendo as matrículas sido realizadas na sua farmácia «Confiança». Trata-se da missão n.º 204, inaugurada em 20 de novembro de 1907, vindo a ser designada "Escola Democrática"[1050]. Concluiu trabalhos em julho de 1908, tendo tido 60 matriculados, 45 dos quais foram propostos a exame[1051].

Fig. 72. Alunas da Escola Democrática em Avintes e sua professora, Maria José de Azevedo Alves (1907-1908). Foto de José Guimarães.



Fonte: *CAMINHO NOVO*, n.º 32, 2014: 54.

[1049] Agradecemos à Dr.ª Elsa Rodrigues toda a disponibilidade e informações prestadas. Damos nota de que em relação às missões n.º 204, 223, 251 e 394 não existem os respetivos processos.
[1050] *O PORTUCALENSE*, n.º 23, 1907: 3; n.º 25: 3; n.º 28: 2.
[1051] PEREIRA, 1996: II, 251.

A primeira missão em Grijó (n.º 223) foi uma iniciativa do Centro Democrático António José de Almeida. Teve início em agosto de 1908 e o seu término em janeiro de 1909 com a aprovação de 22 alunos[1052]. A sua inauguração representou um evento muito participado e divulgado pela imprensa republicana, tendo tido honras da presença do patrono, o qual segundo se fez crer, veio propositadamente de Lisboa para o efeito[1053]. O evento envolveu a mobilização dos republicanos de VNG através da comissão municipal republicana e das correligionárias paroquiais, em que se inscrevem alguns maçons que temos vindo a evocar, como Pedro Mariani e Flórido Toscano[1054], terminando no Copo d´Água realizado no horto de Alfredo Moreira da Silva[1055]. Esta inauguração ilustra a capacidade de os republicanos suscitarem o duplo interesse da população para a causa republicana e para a causa da instrução, conferindo ao evento – abertura de uma escola – uma dimensão solene, imponente e festiva, como exemplo da realidade educativa que almejavam para o país. Passamos a transcrever a notícia da sua inauguração.

> *Como previamente foi anunciado realizou-se no passado domingo a inauguração solene das aulas do Centro Instrutivo Democrático «António José d'Almeida", revestindo esta solenidade verdadeiras proporções de imponente comício. Desde manhã que a Grijó começaram a afluir grupos de correligionários nossos, que aproveitando a fresca para o transporte se entretiveram a passear a freguesia, visitando o mosteiro e outros lugares dignos de ver-se.*
>
> *Quando a concorrência começou de ser verdadeiramente extraordinária, foi de tarde, começando desde as duas horas um cortejo ininterrupto de carros que de diversas partes conduziam comissões, senhoras e cavalheiros que a Grijó vinham compartilhar do entusiasmo do povo da terra, e tornar assim grande, majestosa, soberba, aquela verdadeira festa cívica.*

[1052] PEREIRA, 1996: II, 254.
[1053] *A DEFESA*, n.º 1, 1908: 2 e 3.
[1054] Vd. Anexo 13.
[1055] Destacado viveirista em Portugal, sendo o maior cultivador de roseiras e de árvores. Vd. *CINQÜENTA ANOS AO SERVIÇO DA AGRICULTURA*, 1945; CONDE, 2018a: 160. No próximo capítulo, voltaremos a esta empresa e à sua relação com a Festa da Árvore.

Pouco depois das 4 horas, chegou ao largo de Santo António o automóvel conduzindo o grande português António José de Almeida acompanhado pelo desvelado protetor do Centro Sr. Pedro Mariani Pinto, Dr. Florido Toscano, José Ferreira Gonçalves, e Delfim Pereira da Costa, do Porto.

O automóvel era seguido de um sem número de carros, que entre muitos outros prestigiosos republicanos deste concelho conduziam os membros da Comissão Municipal Republicana de Gaia, cidadãos Pinho e Costa, J. J. da Silva, Armando Barrosa, José Dias Santiago, J. Porfírio de Lima C. Lobo, Dr. Manuel de Castro e Francisco Aranha.

Ao ser reconhecido o ilustre tribuno, o povo levantou-lhe a maior saudação, fazendo-lhe a mais assombrosa manifestação de simpatia que nos tem sido dado assistir, cortejando em agradecimento o grande cidadão que se encaminha para a casa do Centro, onde se via um artístico retrato seu a crayon, que o talentoso aluno de Belas Artes João Alves do Couto havia confecionado e oferecido ao Centro, notando-se nas paredes dos vários compartimentos da casa, artisticamente dispostos, diversos escudos com saudações alusivas ao ato, ladeados de jornais de partido. Depois de um ligeiro exame à disposição e interior da casa, o Dr. António José de Almeida encaminhou-se para a tribuna que havia sido preparada no meio do espaçoso quintal do Centro e destinado aos oradores, jornalistas e representantes das diversas Comissões Republicanas, que em grande número ali se fizeram representar. Tal foi a invasão da tribuna por parte do povo, que de perto queria ouvir e ver o grande tribuno, que foi necessário obrigar algumas pessoas a descer, para ser possível a permanência dos outros, embora em permanente aperto. A esta altura já a grande galeria destinada às senhoras se encontrava repleta bem como o vasto recinto do quintal, estacionando ainda centenares de curiosos no largo fronteiro, caminhos públicos, muros e árvores, disputando cada um o melhor lugar para ver, e ouvir a palavra autorizada dos oradores.

Começou então a grande sessão verdadeiramente notável, presidida pelo ilustre democrata Dr. Florido Toscano, e secretariada pelo Dr. Ricardo Augusto Ferreira,

de Grijó e Pedro Mariani Pinto, de Gaia. Falaram os ilustrados caudilhos da democracia Alexandre de Barros, Dr. Américo de Castro, padre Amadeu de Vasconcelos, Henrique Cardoso, e por último o prestigioso patrono do Centro, sendo todos delirantemente saudados nas passagens mais vivas dos seus discursos, e sobretudo no fim de cada um. A banda de música que abrilhantava a festa fez ouvir os melhores trechos do seu reportório sobressaindo a Marselhesa, sempre ouvida com entusiasmo em pé e todos descobertos, sendo também durante o dia, e especialmente à chegada dos oradores, princípio e fim da grande sessão, queimados muitos foguetes. Descrever pormenorizadamente os discursos dos diversos oradores, não o cabe no curto espaço destinado a uma correspondência, demais os jornais diários do Porto que ali se achavam representados já descreveram com a minuciosidade possível, o que ali se passou. No fim da sessão foi servido um delicado Copo d'Água na quinta de Corveiros, gentilmente oferecida aos nossos ilustres visitantes, a fim de apreciarem os soberbos viveiros que o estimado horticultor Sr. Alfredo Moreira da Silva ali possui, e que são deveras dignos de ver-se. Desejava ocupar-me desta correspondência, do ataque hidrofóbico que os talassas e fanáticos de Grijó sentem, devido à grande manifestação cívica aqui realizada pelos republicanos; mas como esta já vai longa, ficará para a próxima correspondência. Aquelas víboras, não perdem pela demora[1056].

A missão n.º 251, em Grijó, também decorreu no Centro António José de Almeida. A presidir a sua inauguração esteve o padre Manuel Guimarães, instituindo-se dois prémios, "Dr. Alfredo Magalhães" e "Padre Guimarães", conferidos aos alunos que mais se distinguissem durante a missão[1057]. Durou o prazo estipulado para funcionamento das missões na altura, ou seja, 5 meses, tendo sido apurados 17 alunos. Foi prolongada durante mais um mês, até à realização das provas de aperfeiçoamento, a que

[1056] C., 1908: 3.
[1057] *A DEFESA*, n.º 72, 1909, n.º 72: 1-2.

concorreram 21 alunos (crianças e adultos), sendo 15 do sexo masculino e 6 do feminino[1058].

A primeira missão desenvolvida em Mafamude (n.º 289) teve o patrocínio do republicano José Pinto Mourão e o apoio dos maçons Artur Ferreira de Macedo e Benjamim Cardoso, estes últimos presentes na cerimónia de inauguração[1059]. Foi ministrada pela professora Maria Russel Valentim que, no final do ano civil de 1910, fazia o ponto da situação relativamente ao início das aulas noturnas constatando que, de acordo com o habitual, o número de matrículas aquando da abertura dos cursos era manifestamente superior à frequência efetiva dos alunos. Da sua experiência, verificava que algumas matrículas não se tinham concretizado em frequência escolar, por terem sido apenas uma «curiosidade» experimentada nos primeiros dias e que alguns alunos não compareciam porque faziam serão. Mencionou, ainda, uma greve «dos gazomistas», nos dias 2 e 3 de dezembro de 1910, que inviabilizou as aulas noturnas[1060]. Em janeiro do ano seguinte, lastimava a continuidade das desistências:

> *Alguns dos meus alunos já acabaram a Cartilha e o Caderno de Escrita n.º 6. Outros, coitados, estão muito atrasados, porque as inteligências não são todas iguais. Eu faço tudo quanto posso. As desistências continuam: da aula diurna abandonaram a missão mais 6 alunos. Faço notar que nada fazia destas crianças, que, além de terem muitas faltas, eram anormais e nada aprendiam. Da aula noturna desistiu um, que já tinha muitas faltas*[1061].

Num dos seus relatórios, acrescenta, como justificação para a falta de assiduidade, a distância da escola e as agruras do clima, condições que prejudicavam muito os trabalhos escolares.

> *Os pequeninos ainda se aventuram, mas à noite, que redobra o temporal, é preciso muita coragem para arrostar com a chuva, frio e vento, tanto mais que*

[1058] *BOLETIM DE PROPAGANDA*, n.º 1, 1910: 3.
[1059] *A VOZ DE GAIA*, n.º 8, 1910: 4.
[1060] PEREIRA, vol. II, 1996: 270; *BOLETIM DE PROPAGANDA,* 1910: 21.
[1061] *BOLETIM DE PROPAGANDA,* n.º 3, 1911: 41.

quase todos são de outros lugares. Consequência de tudo isto: - muitas faltas. […] *Tenho tido um trabalho insano para os obrigar a vir à escola, pois, muitos, pouca vontade tem de aprender*[1062].

Dos 63 alunos inscritos, apenas 22 prestaram provas públicas[1063] que ocorreram nas salas de aula do Centro Democrático Joaquim Nicolau de Almeida, em cerimónia presidida pelo maçom Benjamim Cândido Cardoso e secretariada pelo professor oficial, Almeida Figueiredo e pelo maçom Ramiro Mourão, na qual se distribuíram prémios oferecidos pela direção do centro a todos os alunos aprovados e «alguns especiais» para os que mais se distinguiram em frequência e aplicação: Manuel Pereira Coelho recebeu o prémio "Casimiro Freire"[1064] e a menina Maria Rodrigues da Mota, o prémio "João de Deus"[1065].

A 307ª missão ocorreu em Pedroso, no lugar de Alheira de Baixo, nas salas da escola e Centro Alheirense Paulo José Falcão. A mobília da escola foi fornecida e paga a expensas deste centro, sendo que mais tarde, por sua influência, criou-se aqui uma escola primária mista[1066]. Um dos seus protetores foi Manuel de Oliveira Casanova, cuja filha, Maria de Oliveira Casanova, foi aluna desta missão[1067]. Em correspondência enviada à associação a professora, Beatriz Soares Vasques, informou que 5 alunos não chegaram a frequentar a escola, 2 desistiram durante o mês de novembro e os restantes, apesar de irem bem na Leitura e nas Contas, estavam atrasados na escrita, pela falta de cadernos[1068]. Esta docente conseguiu levar a exame 32 dos 64 alunos matriculados, sendo que 26 dos quais seguiram para aperfeiçoamento[1069].

A mesma professora teve a seu cargo as missões n.º 313 e n.º 334, ambas em Pedroso. A primeira decorreu no lugar do Pisão, tendo as atividades escolares iniciado a 7 de outubro de 1912 com 54 alunos. Porém, verificava-se que a frequência no mês de março

---

[1062] *BOLETIM DE PROPAGANDA,* n.º 3, 1911: 41.
[1063] PEREIRA, 1996: II, 270.
[1064] Segundo PEREIRA, esta é a 1.ª referência ao prémio "Casimiro Freire". PEREIRA, 1996: II, 270.
[1065] Vd. Anexo 37.
[1066] BELEZA, 1992: 4.
[1067] MJD. *Missão n.º 307*. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/307.
[1068] *BOLETIM DE PROPAGANDA,* n.º 6, 1911: 71.
[1069] Vd. Anexo 38.

era de 41 alunos e, em junho, de 36. Depois das provas de aproveitamento, a missão foi prolongada por mais 3 meses para as de aperfeiçoamento[1070].

A missão n.º 334 decorreu em Tabosa, em que se inscreveram 51 alunos de ambos os sexos, crianças e adultos, 37 no curso diurno e 14 no noturno. Na ata de aproveitamento foi lavrado um voto de louvor à professora «pelo seu árduo trabalho, boa vontade e esforço» que deu frutos, não apenas porque «em tão pouco tempo soube ministrar aos seus alunos uma longa instrução», mas, também, pela esmerada educação por todos demonstrada «o que nem sempre é fácil encontrar-se nestas aldeias sertanejas»[1071]. Foram aprovados 35 alunos do curso diurno e 7 do noturno, sendo que 31 dos quais seguiu para aperfeiçoamento. Em resposta ao inquérito da Inspeção das Escolas Móveis, a docente referiu que o edifício da escola era «adaptado» e que o respetivo mobiliário era «regular». Informou que a agricultura era o trabalho predominante no meio envolvente, responsável pela diminuição da frequência escolar, principalmente nos meses de junho e julho. Em relação à questão sobre a intensidade do alcoolismo, a professora respondeu «regular»[1072].

As mesmas respostas foram atribuídas pela docente Beatriz do Nascimento Camacho, da missão n.º 350, que teve lugar na ex-residência paroquial, em Sandim. Inscreveram-se 51 alunos (43 raparigas e 21 rapazes), maioritariamente crianças. De notar o companheirismo da professora da escola móvel, com a professora oficial, Adelaide Augusta Gonçalves Gomes, que além de figurar no júri de exames, como era habitual, teve o gesto de transferir para o dia da prestação de provas a Festa da Árvore, integrando neste evento os alunos da missão[1073].

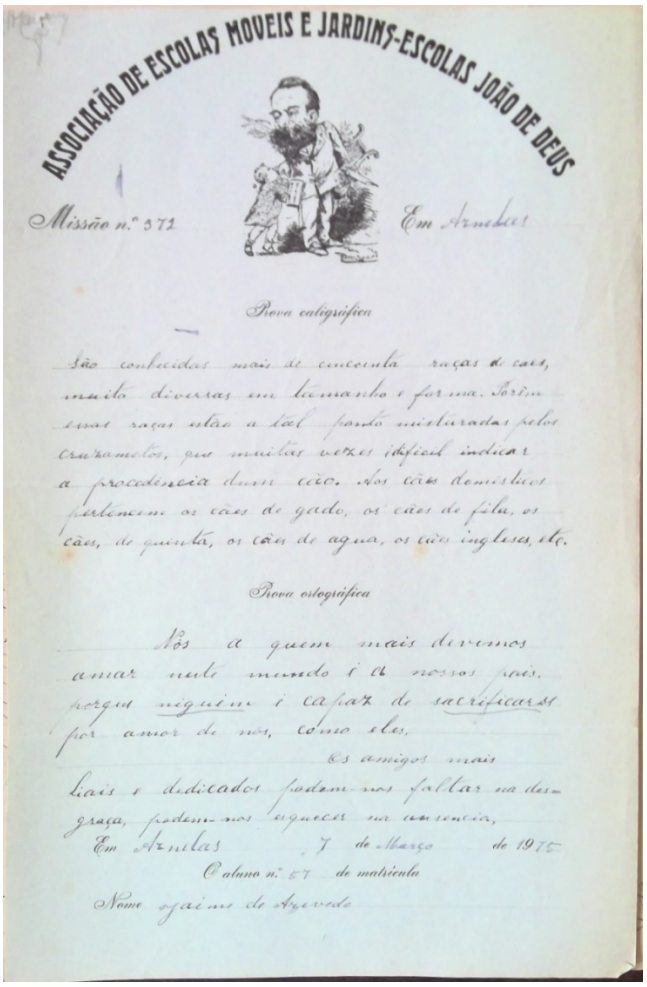
Em Olival, no lugar de Arnelas, decorreu entre outubro de 1914 e junho de 1915, a missão n.º 372. Começou já com poucos alunos (32), maioritariamente pescadores de assiduidade muito irregular, tendo a missão terminado com apenas 6 alunos do curso

---

[1070] *BOLETIM DE PROPAGANDA,* n.º 12, 1913: 112. Vd. Anexo 39.
[1071] MJD. *Missão n.º 334*. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/334.
[1072] Vd. transcrição completa em Anexo 40.
[1073] MJD. *Missão n.º 350*. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/350. Vd. transcrição completa em Anexo 41.

de analfabetos e 4 do de aperfeiçoamento[1074]. As instalações foram cedidas pelo republicano Teotónio Pinto da Costa[1075].

Fig.73. Provas caligráfica e ortográfica de Jaime de Azevedo (1915).


ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MOVEIS E JARDINS-ESCOLAS JOÃO DE DEUS

Missão n.º 372 Em Arnelas

Prova caligráfica

São conhecidas mais de cincenta raças de cães, muito diversas em tamanho e forma. Porém essas raças estão a tal ponto misturadas pelos cruzamentos, que muitas vezes difficil indicar a procedencia dum cão. Aos cães domesticos pertencem os cães de gado, os cães de fila, os cães, de guarda, os cães de agua, os cão ingleses, etc.

Prova ortográfica

Nós a quem mais devemos amar neste mundo é a nossos pais, porque ninguem é capaz de sacrificar-se por amor de nós, como eles, os amigos mais leais e dedicados podem-nos faltar na desgraça, podem-nos esquecer na ausencia, Em Arnelas 7 de Março de 1915

O aluno n.º 57 de matricula

Nome Jaime de Azevedo

Fonte: MJD. Missão n.º 372. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/372.

A missão n.º 382 ocorreu em Gestosa/Sandim, sendo marcada por um acentuado decréscimo de frequência, justificado pela professora Virgínia Silveira da Mota, nos trabalhos rurais que impediam a comparência dos alunos[1076]. A missão n.º 394, ministrada pela professora Beatriz do Nascimento Camacho, também decorreu em

[1074] Vd. transcrição completa em Anexo 42.
[1075] Teotónio poderá ser um dos proprietários da Valente & Theotónio, cujos armazéns de vinhos, aguardentes, licores e azeites se situavam em Arnelas. *O POVO DE GAYA*, n.º 23: 2.
[1076] *BOLETIM DE PROPAGANDA,* n.º 20, 1915: 112. Vd. transcrições do processo em Anexo 43.

Sandim, mas o seu processo não chegou aos nossos dias. Sabemos que teve início a 11 de outubro de 1915, com 51 alunos distribuídos no curso diurno e no curso noturno, encerrando a 8 de julho de 1916 com 32 alunos aprovados. Em fevereiro, a professora dispensou da frequência 2 alunos «em razão das muitas faltas que tinham dado»[1077]. Esta missão teve, também, Curso de Aperfeiçoamento[1078].

A missão n.º 388 teve lugar em Avintes, na sede do Centro Patriótico, onde esteve a professora Alzira Coelho Teixeira a partir de meados de novembro, altura em que foi substituir o professor Virgílio Guilherme da Costa. Aquando desta substituição, verificou a saída de alguns alunos e a entrada de outros[1079].

Esta localidade teve ainda outra missão, a n.º 424, com a professora Maria Madeira Veiga, a qual também decorreu no Centro Patriótico, sito na Rua 5 de outubro. A ata das provas de aproveitamento inclui uma breve descrição dos procedimentos deste momento que passamos a transcrever.

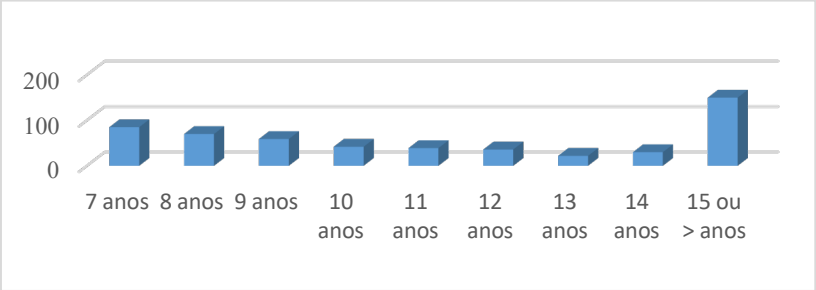
> *Em seguida disse que se ia proceder aos trabalhos das provas finais desta missão, visto que findava no dia 31 do corrente e assim na presença dos pais dos alunos, que se achavam ali em grande número, tinha imenso prazer de assistir a estes trabalhos e muito se orgulhavam pelos resultados obtidos desta missão, principiamos por mandar ler um período do livro da quarta classe, do autor Ulisses Machado, ao aluno n.º1 e assim se procedeu com os restantes alunos até ao n.º 23 que se achavam presentes, assim como também leram algumas notícias e anúncios do jornal 1.º de Janeiro. Em seguida o Sr. Presidente disse à professora desta missão, que se achava a secretariar, para que ditasse uma pequena carta para que todos os alunos mostrassem o que sabiam escrever e assim se procedendo se viu que todos escreveram o que lhes foi ditado. Em seguida a mesma senhora escreveu na lousa um pequeno problema que constava em repartir um quantitativo em pequenas parcelas, o que se verificou ser*

[1077] *BOLETIM DE PROPAGANDA,* n.º 23, 1916: 205.
[1078] *BOLETIM DE PROPAGANDA,* n.º 25, 1916: 394.
[1079] *BOLETIM DE PROPAGANDA,* n.º 22, 1915: 193. Vd. transcrição completa em Anexo 44.

compreendido e feito por todos os alunos presentes. Todos estes trabalhos foram executados de maneira a satisfazerem por completo todos os assistentes[1080].

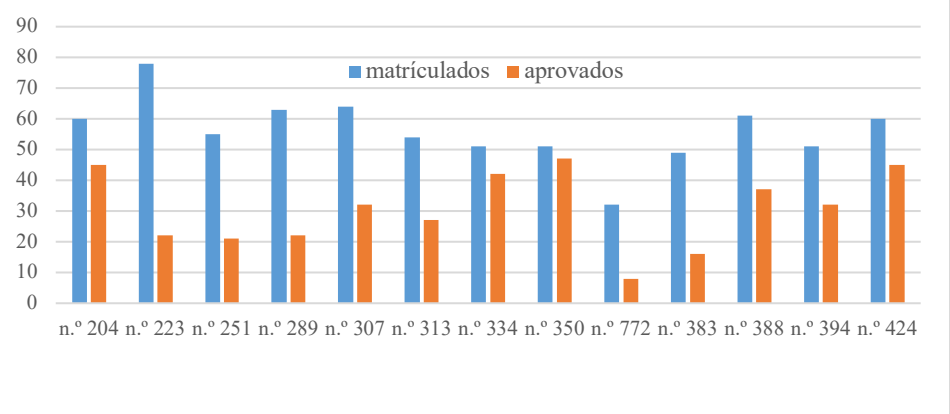
Através dos registos de matrículas verificamos que as idades de inscrição nos cursos variavam entre os 7 e os 42 anos[1081] e que havia adultos a frequentar os cursos diurnos, assim como crianças, os cursos noturnos. Como se verifica no Gráfico 9, a maior parte dos inscritos tinha entre os 7 anos e os 14 anos de idade e, entre estes, as crianças de 7. Acrescentando-se, ainda, que há uma percentagem (31,33%) correspondente a matriculados com 15 ou mais anos de idade.

Gráfico 9. Idade de Inscrição dos alunos das Escolas Móveis da AEMBAJE em VNG.



Fonte: Elaboração da autora com base nos *BOLETINS DE PROPAGANDA* e *RELATÓRIOS* da Associação de Escolas Móveis e na documentação sita no MJD.

Gráfico 10. Alunos matriculados e aprovados nas missões da AEMBAJE em VNG.



Fonte: Elaboração da autora com base nos *BOLETINS DE PROPAGANDA* e *RELATÓRIOS* da Associação de Escolas Móveis e na documentação sita no MJD.

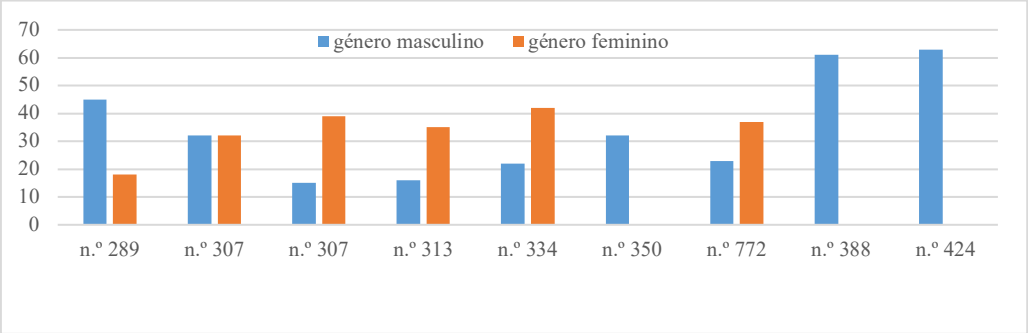
[1080] MJD. *Missão n.º 424*. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/424. Vd. transcrição completa em Anexo 45.
[1081] O que se verificou no curso noturno de Arnelas.

Pelo Gráfico 10 constatamos que na maior parte dos casos há um grande desfasamento entre o número de alunos matriculados e aqueles que realizam o exame (38,18%), o que comprova a desistência de muitos, ao longo dos cursos. As razões para este facto, iam desde a desmotivação originada pelas dificuldades de assimilação da cultura escrita, e/ou pelo desconforto das deslocações durante o inverno, à conciliação com os trabalhos rurais e outros. A missão n.º 350, em Sandim, foi aquela que conseguiu maior sucesso, tendo apenas 4 alunos ficado pelo caminho. Como fez notar a sua professora no relatório enviado à Associação, o grupo era constituído maioritariamente por crianças entre os 7 e os 19 anos[1082], o que não era frequente e facilitou a motivação e a resiliência do grupo.

Em VNG, segundo as informações dos relatórios da AEMBAJE, matricularam-se 729 alunos e aprovaram-se 396. Uma análise ao registo de matrículas constantes nos processos das missões, permitiu-nos perceber que no total houve mais matriculados do sexo masculino (71,43%). Estes resultados estão influenciados pela existência de 3 missões exclusivamente masculinas (n.ºs 372, 388 e 424), porque nas restantes verificamos que o número de alunas é sempre igual ou superior ao dos alunos. Na missão 313, no recôndito lugar do Pisão, em Pedroso, dá-se o interessante facto da existência de uma aula noturna só para mulheres (Gráfico 11). Na sua maioria eram carapinzeiras, ou seja, artesãs de calçado realizado com retalhos entrelaçados com tiras coloridas de lã ou de feltro, que podia ser decorado com pele de coelho ou ovelha.

[1082] MJD. *Missão n.º 350*. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/350.

Gráfico 11. Distinção do número de alunos matriculados nas missões da AEMBAJE em VNG quanto ao género.



Fonte: Elaboração da autora com base nos *BOLETINS DE PROPAGANDA* e *RELATÓRIOS* da Associação de Escolas Móveis e na documentação sita no MJD.

Outro dos aspetos que gostaríamos de salientar é a presença frequente de irmãos no mesmo curso. O caso mais surpreendente ocorreu na missão n.º 334, em Tabosa, lugar de Pedroso, onde estiveram 4 irmãos na mesma sala, filhos de Manuel Domingues dos Santos: Maria (8 anos), Joaquim (9), António (10) e Manuel (11)[1083].

A informação fornecida pelos professores das missões relativa aos alunos, constante nos processos, não é uniforme. No caso dos alunos maiores, por vezes, registava-se a profissão de que se ocupavam. Quando os alunos eram menores, também não sendo regra, declarava-se a do encarregado de educação. Deste modo, podemos aproximar-nos do tipo socioeconómico do aluno que se inscrevia nestes cursos. A missão n.º 289, em Mafamude, contém registos sobre a profissão dos alunos da aula noturna, verificando-se que a maioria se ocupava em ofícios relacionados com a construção civil (estucador, pintor, pedreiro, serralheiro) e indústria (operários). Relativamente à missão n.º 313 (Pisão/Pedroso), já nos referimos à profissão dominante do curso noturno feminino, não havendo na documentação outros dados sobre o assunto. O caso da missão n.º 350, em Sandim, intrigou-nos pela menção «sem profissão» atribuída ao encarregado de educação, correspondente a 48,44%, 31 em 64 dos casos elencados. Lembremos que esta é a segunda maior freguesia do concelho em termos de extensão, dedicada à prática agrícola em propícios terrenos. Julgamos que no rol dos «sem

[1083] MJD. *Missão n.º 334*. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/334.

profissão» se incluem os proprietários e, possivelmente, os que vivem da agricultura de autossubsistência, distinguindo-se dos «lavradores», donos das terras em que se praticava uma agricultura e pecuária com produção excedentária. Além dos muitos apelidos de famílias de "lavradores", ressalta entre estes o nome de Januário Correia de Melo, carpinteiro, brasileiro de torna-viagem, fundador da Associação de Socorros Mútuos de Sandim, presidente da Junta de freguesia, entre 1914 e 1918[1084].

2.3.7.2. As escolas móveis oficiais

O Regulamento Geral do Ensino Primário, de 18 de junho de 1896, vem enquadrar os cursos temporários ou as escolas móveis, com duração de 100 dias, com abertura flexível à conveniência das populações, podendo decorrer em aulas diurnas ou noturnas. O decreto de 19 de setembro de 1902 mantém a maior parte destas disposições, à exceção do que diz respeito aos exames[1085]. Com a implantação da República, vem a ser (re)criado (Decreto de 29 de março de 1911), atribuindo-se às Câmaras o encargo da sua criação. Porém, o Governo ficou autorizado a despender 56.000$00 com estas escolas, através da lei orçamental de 30 de junho do Ministério do Interior. Atendendo ao êxito da Associação das Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, a República, através do Regulamento de 12 de agosto de 1913, cria as escolas móveis para adultos, cuja matriz curricular englobava o ensino da Leitura, Escrita, Contas, Rudimentos de Geografia e Educação Cívica. Os cursos tinham a duração de 10 meses, havendo possibilidade de prorrogação quando necessário. As despesas inerentes à instalação, limpeza e expediente estavam a cargo das corporações administrativas ou de particulares, o que não dispensou a criação de comissões[1086], chamadas "Amigos da Escola", com vista a assistência das crianças pobres[1087].

[1084] BAPTISTA, 2000: 143.
[1085] Versariam sobre exercícios de ler, escrever e contar, e continuariam a ser feitos pelo professor. Só menciona os exames de abertura que seriam assistidos por um subinspetor ou seu delegado.
[1086] Vd. quadro de distribuição por distrito das Comissões "Amigos da Escola" em ESTEVES, 2008: 123.
[1087] Para melhor aprofundamento das escolas móveis oficiais vd. ESTEVES, 2008: 121-126.

A maioria dos alunos destas escolas ficou-se pela aprendizagem elementar (correspondente aproximadamente à 1.ª classe), sendo que apenas uma minoria realizou provas de 2.ª classe.

Vieram a se extintas, em 1930, estimando-se que tenham ministrado as primeiras letras a cerca de 200.000 pessoas[1088]. A Ditadura Militar entendeu que as Escolas Móveis não cumpriam o objetivo da sua criação, ou seja, a propagação das primeiras noções do ensino primário, onde ainda não tinha sido possível a criação de escolas fixas. O mesmo decreto[1089] vem criar com carácter provisório as "escolas incompletas" onde eram ministradas as classes do 1.º grau nas povoações rurais, por professores diplomados ou por qualquer pessoa com idoneidade moral e intelectual. Estas escolas darão origem aos postos de ensino, regulamentados pelo Decreto de 30 de novembro de 1931.

Neste território, criaram-se Escolas Móveis oficiais em Sandim (*c.* 1914-1915)[1090], Canelas (*c.* 1919-1920)[1091], Vilar do Paraíso (*c.* 1920)[1092], Arcozelo (na Aguda e no Corvo, *c.* 1921-1923)[1093] e Lever (*c.* 1922-1928)[1094]. Relativamente à primeira, foi seu professor José Ornelas da Silva, a quem o jornal *O Leverense* descreve como «zeloso», informando acerca da excursão que dirigiu a Lever e à Fábrica de Fiação[1095]. Todavia, este veio a protagonizar uma questão de radicalismo anticlerical, no desenvolvimento de exaltada campanha entre anticlericalismo e a defesa do abade, que a imprensa da época deu a conhecer e que deu azo à emissão de um extenso panfleto intitulado "Ao povo de Sandim", em que se reduzia o professor da escola móvel «à ínfima espécie»[1096]. O professor acusava os fanáticos religiosos liderados pelo padre de influenciarem negativamente as crianças de frequentarem uma escola «republicana» e os paroquianos insinuavam que o professor era intolerante, ateu e maçom.

[1088] SERRÃO; MARQUES, 1991: 528.
[1089] Decreto n.º 18.819, de 5 de setembro de 1930.
[1090] AMENDOEIRA, 2000: 88.
[1091] COSTA, 2003: 283.
[1092] AMENDOEIRA, 1993: 283.
[1093] AMENDOEIRA, 1993: 283-4.
[1094] AMSMB/CMVNG. 295704.
[1095] *LEVERENSE*, n.º 21, 1915: 2.
[1096] Cf. BAPTISTA, 2000: 88. O autor transcreve na totalidade o panfleto entre as páginas 88 e 96.

Queixa-se o Sr. Ornelas de ter tido só 4 crianças na escola na primeira sexta-feira deste mês. A isso já se respondeu na carta da "Liberdade" de 22 do corrente. […] *Para que vem, pois, o sr. Ornelas dizer que há muitas fantochadas na Igreja, pelo que ficam as aulas desertas? Bem sabemos: era-lhe preciso mentir para explicar a causa da deserção dos alunos. Proceda o Sr. Ornelas de outra forma e já os pais de família não terão receio de mandar os seus filhos à escola. Assim verá que lhe fugirão, uns após outros, e com muita razão. Só um pai, que despreze a educação religiosa dos seus filhos, é que pode confiar a um professor como o Sr. Ornelas. Para o Sr. Ornelas são fantochadas as cerimónias do nosso culto, mas as cerimónias do seu culto de avental, trolha e malhete e meia dúzia de carecas em volta de uma mesa, a isso se chamará ritos solenes e respeitáveis!...*[1097]

A Junta de Paróquia, em 1915, pede a sua substituição, acusando-o de «sectarismo antirreligioso, de chocar os sentimentos do povo e de prestar um mau serviço à República»[1098].

A freguesia de Canelas, em 1914, pede a criação de uma Escola Móvel, dispondo para tal efeito da oferta de serviço gratuito por parte de um professor, António Augusto Martins. Pedia-se, para sala de aula, o salão anexo à sala de sessões da Junta, o material didático, 7$500 para expediente, giz e 35 gasómetros. A proposta foi aceite e louvado o professor[1099].

A mobília desta escola e a de Vilar do Paraíso viria a ser requisitada, em 1921, para uma das escolas móveis oficial de Arcozelo, no lugar do Corvo, que havia sido solicitada em 1920[1100]. Em 1923, já se solicitava a criação de uma escola oficial nesse lugar por de lá ter saído a escola móvel[1101]. Tinha terminado o período de 2 anos de funcionamento daquela «que tão relevantes serviços havia prestado ao povo e pena era que não pudesse ser por mais tempo». Nesse seguimento, a Junta aprovou a deslocalização da

[1097] *Apud* BAPTISTA, 2000: 94.
[1098] BAPTISTA, 2000: 97.
[1099] *Apud* COSTA, 1980: 356.
[1100] *Apud* COSTA, 2003: 283.
[1101] AMENDOEIRA, 1993: 284.

escola para a Praia da Aguda onde se acreditava vir a prestar «importantes serviços, principalmente instruindo a classe piscatória»[1102]. Não obstante estas esperanças, a professora da escola móvel oficial da Aguda ausentou-se por um período de três meses o que muito desagradou a Junta de Paróquia por estar a pagar as rendas da escola e da sua residência. O presidente queixou-se ao Diretor Geral e ao deputado do Círculo mas sem sucesso o que levou a Junta a pôr a hipótese de recorrer aos jornais [1103].

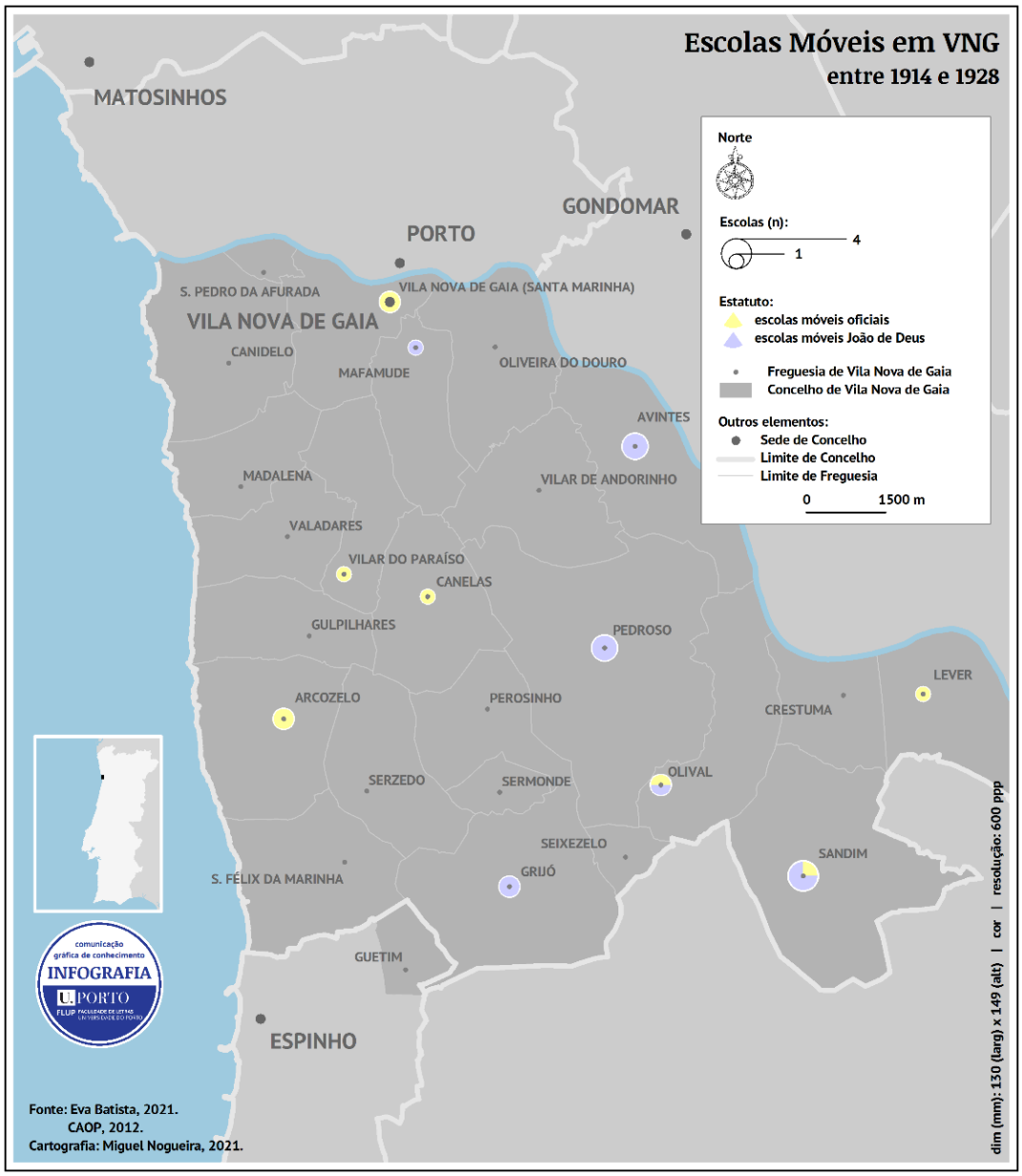
Relativamente a Olival, há referência a uma escola móvel oficial em Seixo-Alvo onde era professor, António Fernandes, em 1916[1104]. No mesmo ano, Maria Corredegor da Fonseca era professora na escola móvel oficial no Candal e Camilo Martins de Oliveira, na Serra do Pilar[1105].

Em 1928, solicita-se a transferência da escola móvel oficial de Lever para o lugar de Arnelas, freguesia de Olival, uma vez que se achava instalada naquela freguesia há seis anos, o que ia contra o disposto no decreto n.º 5336, de 24 março de 1919[1106].

Ao analisarmos o Mapa 6, torna-se nítida a intenção de colmatar as dificuldades de acesso à instrução na área oeste do concelho com a criação das escolas móveis oficiais. Por outro lado, também se percebe a circunstância da criação de escolas móveis da AJD por influência dos centros republicanos e dos seus dirigentes.

[1102] *Apud* AMENDOEIRA, 1993: 284.
[1103] AMENDOEIRA, 1993: 284. A questão da utilização da imprensa e da importância desta para a resolução de problemas relacionados com a educação será abordada no próximo capítulo.
[1104] *O LEVERENSE*, n.º 38, 1916: 1.
[1105] *ALMANAK*, 1916: 148.
[1106] AMSMB/CMVNG. 295704.

Mapa 6. Escolas Móveis da AEMBAJE e Oficiais, em VNG, entre 1914 e 1928.



Elaboração da autora com base na documentação referenciada no Anexo 7.

EDUCAÇÃO E IMPRENSA GAIENSE

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um e de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre a teoria e a prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação, … São as caraterísticas próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polémico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia[1107].

[1107] NÓVOA, 2009: 31.

3. Educação e Imprensa Gaiense

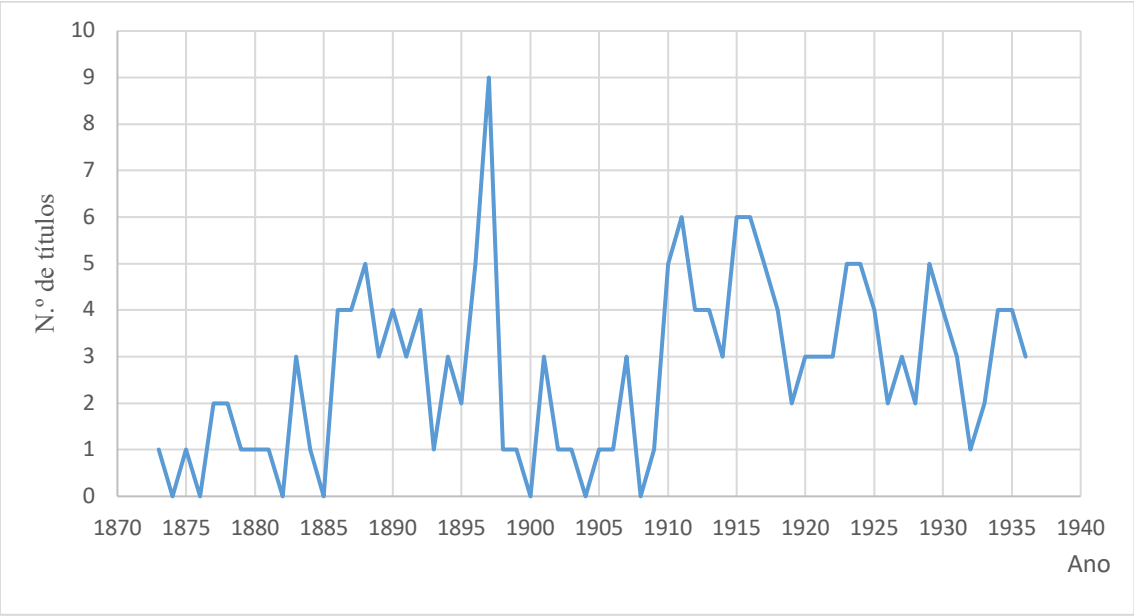
Em primeiro lugar, importa referir que a imprensa está vinculada ao processo educacional na agilidade com que facilitou o conhecimento dos povos e veiculou conceções e valores às gerações em formação. Informava e formava os cidadãos leitores e difundia temas relacionados como um dos assuntos mais badalados na viragem para o século XX – a instrução/educação popular. Por outro lado, como afirmaram Adriana Pasquini e César Toledo, a utilização da imprensa representa uma importante fonte e objeto da pesquisa histórico-educacional contribuindo para a análise específica da realidade de um determinado momento histórico e para a utilização de objetos de pesquisa aparentemente desvinculados da educação[1108]. Na opinião dos mesmos autores, a educação e a imprensa constituem duas unidades estruturais «que possibilitam a análise de diferentes grupos representantes de determinadas fontes de poder, sejam elas expressas nas questões políticas, religiosas ou educacionais»[1109]. Neste seguimento, consideram que não se pode pensar em educação sem antes considerar a sua ação como um processo de «não neutralidade», uma vez que toda e qualquer atitude educativa encerra em si uma intencionalidade que, direta ou indiretamente, se relaciona com o tipo de homem que se quer formar[1110]. Daí o nosso interesse em analisar jornais de diferentes tendências e tipologias, mas que tivessem como destinatários os habitantes do território de VNG, a fim de se perceber o tipo de «gaiense» que os grupos dominantes quiseram forjar. Por outro lado, partilhamos do mesmo interesse dos autores que vimos a citar, na utilização da imprensa como fonte histórico-institucional, com vista à aferição de uma ação que vai para além da educação formal e dos debates pedagógicos[1111], e que possibilita uma reflexão mais abrangente e mais próxima da realidade, permitindo chegar aos currículos ocultos e à teia das relações socioeducativas.

[1108] PASQUINI; TOLEDO: 2014: 265.
[1109] PASQUINI; TOLEDO: 2014: 265.
[1110] PASQUINI; TOLEDO: 2014: 265.
[1111] PASQUINI; TOLEDO: 2014: 266.

3.1. A imprensa gaiense na viragem do século XIX para o século XX

Durante o período em estudo, este território constituiu-se como um alfobre de associações e de periódicos[1112]. Um estudo de Silvestre Lacerda dá-nos uma aproximação das publicações do concelho de VNG (Gráfico 12), a partir do último quartel do século XIX, e que nos mostra um frenesim jornalístico, cuja explicação se encontra na razão direta das conjunturas políticas[1113], mas também de quezílias concelhias de foro religioso. No pico de número de títulos atingido em 1897, além do nascimento de *O Commercio de Gaya*, de *A Juventude* e de *A Mocidade*, regista-se *A Voz dos Brancos*, de orientação católica, opondo-se à *Luz do Operário* que, nesse ano, passa a subintitular-se «Órgão socialista e defensor das classes trabalhadoras em geral». Também no ano de 1915, entre jornais políticos, humorísticos e literários, surge *A Voz do Párocho*, de combate católico-romano, em Oliveira do Douro e, em Avintes, com a mesma intencionalidade *A Aurora de Avintes*.

Gráfico 12. Evolução da publicação de novos títulos (1873-1936)



Fonte: LACERDA, 1984: 516.

[1112] Foi Manuel Pinto dos Reis quem estabeleceu a primeira oficina tipográfica e iniciou o jornalismo em Vila Nova de Gaia publicando, em 28 de junho de 1873, *O CONCELHO DE GAIA*, semanário que manteve a atividade até 1875. CONDE, 2018m: 142.
[1113] LACERDA, 1984: 527.

Da análise efetuada, foi possível perceber que 48% de toda a imprensa recenseada assumiu posições de combate político-ideológico e mesmo algumas publicações consideradas noticiosas, em situações concretas, também tomavam posições de combate político. A publicidade sustentava este «periodismo eminentemente político» que garantia a constância ou efemeridade dos títulos no tempo, sendo que a este nível é significativo o exemplo da "Tanoaria a Vapor Valente Perfeito", uma vez que constituiu a fonte de financiamento de praticamente todos os periódicos republicanos[1114]. As publicações de menor longevidade são as humorísticas e culturais realizadas, essencialmente, por jovens[1115]. A polémica religiosa, particularmente acesa em Oliveira do Douro, em 1907, e que chegou a incitar à expulsão dos missionários evangélicos, motivou aqui o desenvolvimento da imprensa religiosa. Efetivamente, no concelho, circularam periódicos católicos, evangélicos e um declaradamente anti-jesuítico, o *Liberal de Gaya*, posteriormente designado, *Órgão da Concentração Democrática de Villa Nova de Gaya*.

Importa ressaltar que 63% dos periódicos tinham a sua sede nas freguesias de Santa Marinha (43%) e de Mafamude (20%), facto explicável pela proximidade ao poder político de decisão municipal, pela densidade populacional das localidades e por constituírem os maiores focos de indústria e comércio. Seguia-se Pedroso (7,7%), polo central do interior do concelho e Oliveira do Douro (7,7%), palco de polémicas entre católicos-romanos, evangélicos, socialistas e anarquistas[1116].

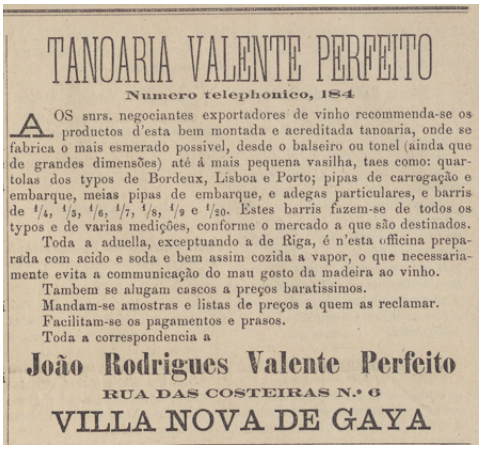
Os sindicatos de alguns grupos profissionais de VNG também tiveram, como mais alta voz, o jornal, como no caso dos tanoeiros e dos professores, de que são expoente exemplo *A Luz do Operário* (tanoeiros) e *A Federação Escolar* (professorado primário). O primeiro, que existiu entre 1907 e 1937, é o jornal de maior longevidade. No entanto, teve uma interrupção por doença prolongada do seu diretor, não se conhecendo nenhuma coleção completa. *A Federação Escolar* nasceu em 1886, na Rua Marquês Sá da Bandeira em VNG, tendo entre os seus financiadores o fundador da Escola do Torne,

[1114] LACERDA, 1984: 526.
[1115] LACERDA, 1984: 518.
[1116] LACERDA, 1984: 529.

Diogo Cassels, e o republicano, João Rodrigues Valente Perfeito, coproprietário do jornal com Francisco José Cardoso. A partir do n.º 191, do ano de 1890, passa a ser editado, no Porto, por Bento José da Costa[1117]. Em 1901, é novamente dirigido por Francisco José Cardoso, mas agora em Coimbra. Prolongou-se até 1937, tendo tido diversos títulos devido às várias penas de suspensão[1118].

Fig.s 74 e 75. **Publicidade de James Cassels (Diogo Cassels) e de João Rodrigues Valente Perfeito em *A Federação Escolar***





Fonte: *A FEDERAÇÃO ESCOLAR*, n.º 9, 1886: 4.

3.2. A fonte hemerográfica: significado quantitativo, metodologia de tratamento e ilações de conteúdo

Tentando chegar a uma compreensão mais alargada do papel da imprensa para a educação de um território, procurámos sentir o pulsar das diferentes "educações" veiculadas na imprensa publicada para os gaienses. Nessa senda, verificámos que, apesar do frenesim jornalístico verificado, as tiragens eram fracas e as publicações tinham, no geral, uma vida efémera[1119], encontrando-se hoje muito incompletas, o que nos obrigou à análise de vários títulos, de modo a abranger-se o máximo possível do período em estudo. Tal, no entanto, só foi possível a partir de 1889, atendendo ao facto

[1117] Vd. Anexo 6.
[1118] LACERDA, 1984: 534.
[1119] As tiragens máximas não ultrapassariam os 500 números. LACERDA, 1984: 526.

que não há jornais de incidência geográfica para a década de oitenta, à exceção d'*A Federação Escolar*, que não consideramos por se tratar de imprensa pedagógica, especializada para um público específico, uma vez que o nosso objetivo é auscultar jornais de cariz mais generalista e dirigidos aos interesses dos habitantes do concelho, de modo a avaliar o interesse votado à "educação". A seleção traduziu-se, assim, num mosaico diversificado que nos possibilitou, por um lado, a continuidade temporal possível e, por outro lado, a diversidade ideológica pretendida (Quadro 29), consistindo em 17 títulos (11 quinzenais e 6 semanais[1120]), 1 socialista, 1 regenerador, 1 sindicalista revolucionário, 1 democrático radical, 1 de associação de classe, 1 religioso, 3 independentes e 8 republicanos[1121].

Estes dados foram centralizados numa base de dados em formato *filemaker*[1122] onde coligimos 1086 "fichas" que contribuíram para a reconstituição dos contextos socioeducativos, explorados nos capítulos anteriores, e que agora nos auxiliarão a analisar o impacto desta temática na imprensa gaiense, na viragem do século XIX para o XX. Para o efeito, mensurámos o espaço ocupado pelos artigos/notícias abrigados sob o tema "educação" e filtrámos a informação por várias categorias, por exemplo, alfabetização, clubismo, condições escolares, festa escolar, filantropia, práticas educativas e professorado. O espaço dos artigos devotados à temática da educação em cada número de jornal foi determinado com base na mancha gráfica originada pelo tamanho do/s artigo/s, que subdividimos da seguinte forma: até 6,25% - muito pequena, ≥ 6,25% a 12,5% - pequena, ≥ 12,5% a 25% - média, ≥ 25% a 50% - grande e >50% - muito grande. Para facilitar a legibilidade da informação, optámos por organizar os dados em décadas, aferindo-se que a maior parte dos artigos são de dimensão "muito pequena" e de "pequena" dimensão, sendo que nestes grupos se incluem os anúncios dos estabelecimentos educativos privados (Gráfico 13). Verificou-se a existência de manchas gráficas superiores a 50% dedicadas à educação em *O Grillo de Gaya*, nas notícias relacionadas com os resultados dos exames; em *O Portucalense*, jornal do subinspetor

[1120] *A Luz do Operário* no ano de 1930 passa a semanal.
[1121] Vd. Quadro sobre orientação e periodicidade dos periódicos analisados em Anexo 2.
[1122] Já remetemos no capítulo 1 para a visualização do *layout* da base de dados (Anexo 3).

do Círculo Escolar de Gaia, Bento José da Costa, chegámos a registar 15 entradas relacionadas com esta temática num único número de jornal[1123]; em *A Pátria Nova* e em *Egreja Lusitana*, com assuntos que se prenderam com a transcrição de relatórios da Escola do Torne e com a entrega da Comenda da Ordem Militar de Cristo a Diogo Cassels[1124]. A partir de 1900, verifica-se uma preponderância de notícias sobre educação com mancha gráfica superior a 12,5%, década que se destaca pelo interesse que os jornais – *A Voz do Tanoeiro*, *A Egreja Lusitana*, *A Defesa*, *O Portucalense* e *A Luz do Operário* - dedicaram à alfabetização, condições escolares e às práticas educativas.

Quadro 29 – Seleção de periódicos para estudo da "educação" na imprensa gaiense

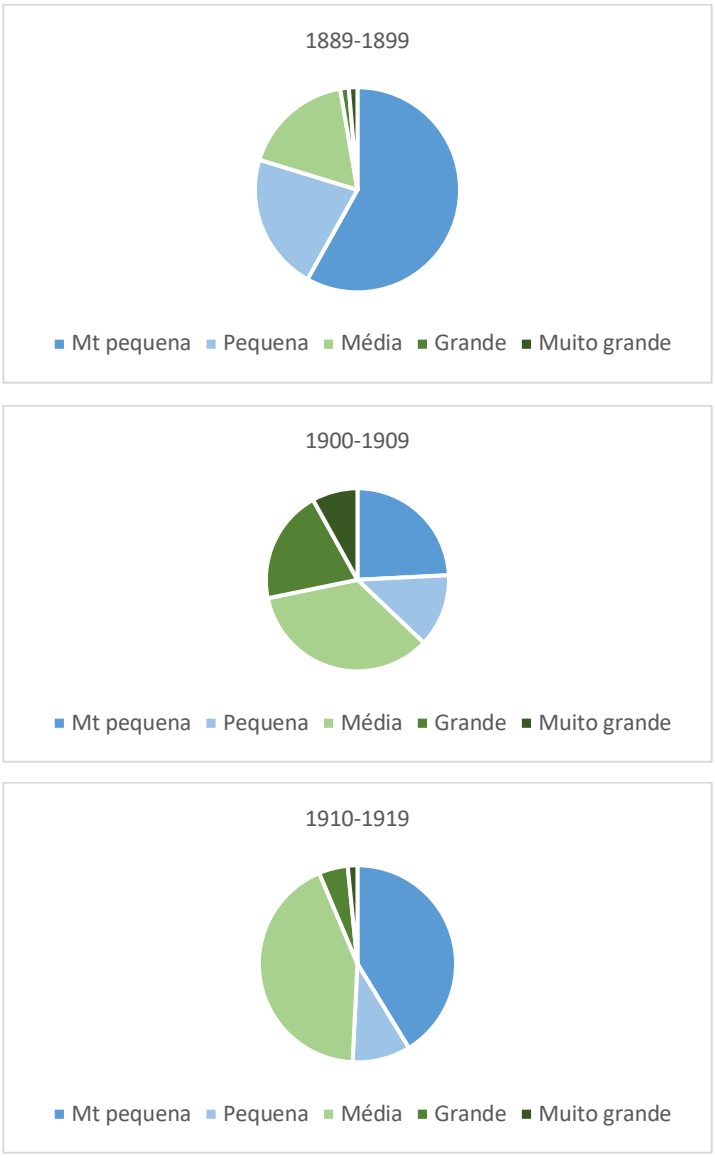
Título	Existências estudadas	Duração do periódico
Jornal dos Carvalhos. Semanário Noticioso, Litterário e Recreativo	1889	1889-1932
O Grillo de Gaya	1890-92	1888-1899
A Luz do Operário. Orgão dos Operários Tanoeiros e Defensor das Classes Trabalhadoras em Geral	1893-1900	1907-1937
A Voz do Tanoeiro. Folha Bi-Mensal Independente. Orgão dos Operários Tanoeiros Portuguezes e Trabalhadores em Geral [continuado por…]	1901	1901-1902
Despertar. Folha Bi-Mensal Independente. (Ex- A Voz do Tanoeiro) Egreja Lusitana Catholica Apostólica Evangelica	1903-04	1872[1125]-1939
A Defesa. Semanário Independente. Destinado a defender os interesses do concelho, e especialmente os do Candal. Semanário Republicano-Histórico	1905	1905-1912
O Portucalense. Orgão do Partido Regenerador neste concelho	1906-07	1906-1909
A Luz do Operário. Orgão dos Operários Tanoeiros e Defensor das Classes Trabalhadoras em Geral	1908-09	(já referido)
A Voz de Gaya. Jornal Político, Noticioso e Litterário	1910	1910-1918
A Defesa. Semanário Independente. Destinado a defender os interesses do concelho, e especialmente os do Candal. Semanário Republicano-Histórico	1911	(já referido)
O Cinco de Outubro. Semanário Radical.	1912	1911-1921
O Libertador. Quinzenário	1913	1913/1917/1922
A Pátria Nova. Quinzenário Republicano	1914	1913-1914
O Povo de Gaya. Orgão de "União Republicana"	1914	1914-1915; 1925-1926
O Leverense	1915-18	1914-1919
Jornal dos Carvalhos. Semanário Noticioso, Litterário e Recreativo	1919	(já referido)

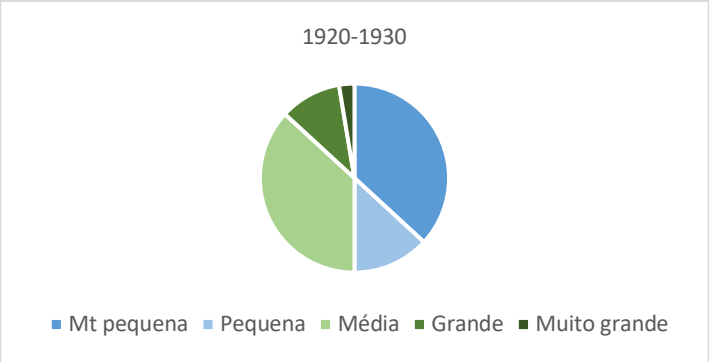
[1123] *O PORTUCALENSE*, n.º 25, 1907.
[1124] *EGREJA LUSITANA CATHOLICA APOSTÓLICA EVANGELICA*, n.º 520, 1923.
[1125] Teve várias séries, sendo a 1.ª muito irregular e sem numeração. A série mais regular foi a 2.ª que se prolongou de 1894 a 1923. LACERDA, 1984: 537.

O Cinco de Outubro. Semanário radical. Orgão do Grupo de Propaganda Democrática da Serra do Pilar	1920	(já referido)
A Tesoura. Quinzenário Humorístico Crítico e Literário	1921-22	1921-1922; 1926-1927
Egreja Lusitana. Catholica Apostólica Evangelica	1923	(já referido)
O Serrano. Quinzenário. Orgão da Liga da Mocidade Republicana Democrática de Vila Nova de Gaia	1924-25	1924-1926
A Voz da Justiça. Quinzenário Republicano Independente	1926	1925-1926
A Terra de Gaia. Quinzenário Republicano Defensor dos Interesses do Concelho	1927-8	1927-1928
A Luz do Operário. Semanário Socialista	1930	(já referido)

Fonte: LACERDA, 1984.

Gráfico 13. Mancha gráfica (%) dedicada a assuntos relacionados com educação





Fonte: Elaboração da autora com base nas fontes consultadas.

Considerámos também pertinente para os nossos objetivos, perceber a intensidade com que os periódicos invocaram diversas dimensões inerentes à educação, verificando-se o seguinte:

- A questão da alfabetização, embora frequentemente abordada nos finais da década de 1890, foi indiscutivelmente um dos temas de eleição da 1.ª República (Gráfico 14);

- As referências a associações com fins educativos e a cursos noturnos, muito presente nos finais da década de 1890, deixa de ter expressão a partir de 1915 (Gráficos 15 e 16);

- As condições escolares representam a ordem do dia, nas vésperas e durante a República (Gráfico 17);

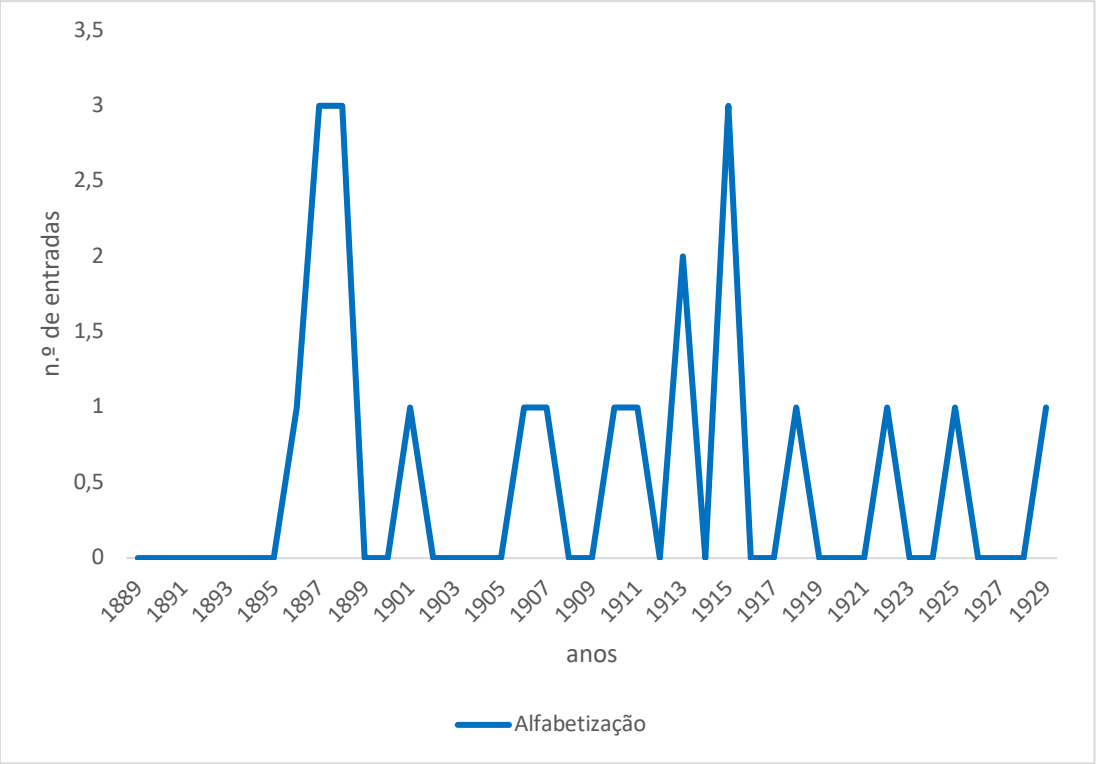
- O ensino pré-escolar, muito focado na ação da Associação das Creches de Santa Marinha, paradoxalmente perde a atenção da imprensa durante a República, não obstante o novo regime ter feito da educação infantil uma das suas grandes bandeiras (Gráfico 18);

- Até à República, o tema da educação feminina foi abordado por jornais da urbe, em particular em *A Luz do Operário* e em *O Portucalense*, sendo que, durante o novo regime, foram os do interior que mais lhe votaram interesse (*O Jornal dos Carvalhos* e *O Leverense*) (Gráfico 19);

- O periódico que mais anunciou palestras e conferências instrutivas foi *A Luz do Operário*, seguido de *Egreja Lusitana* e de *O Leverense* (Gráfico 20);

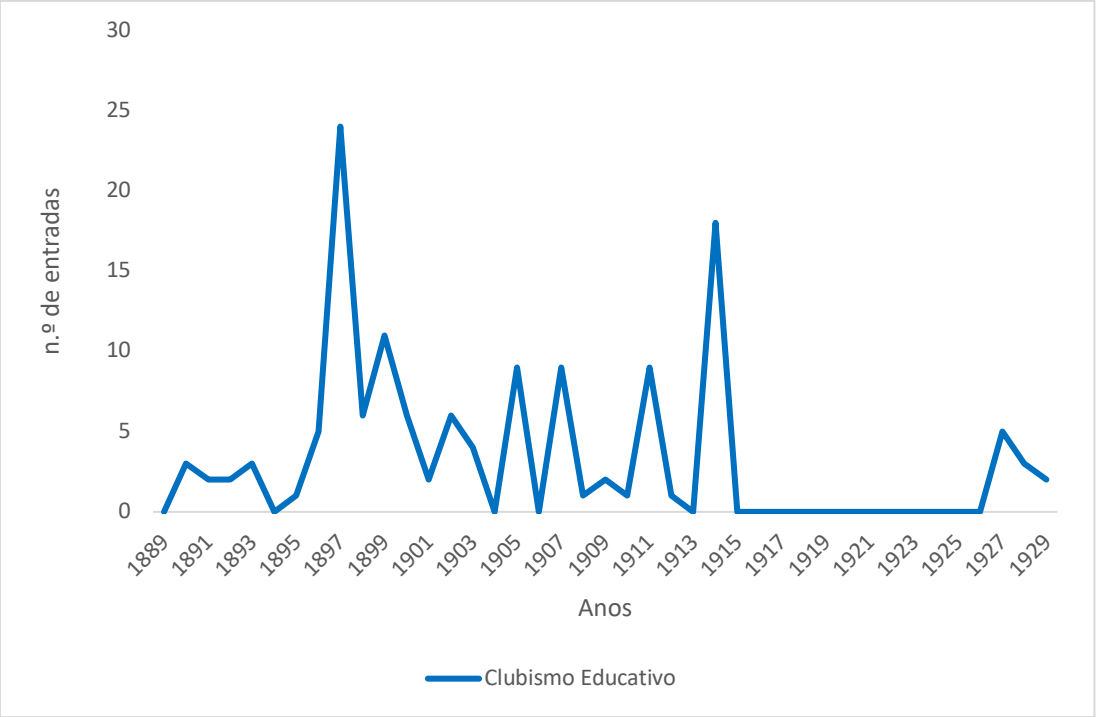
- *A Pátria Nova* e, obviamente, *O Portucalense*, foram aqueles que mais falaram para os professores e dos professores (Gráfico 21).

Gráfico 14. Alfabetização



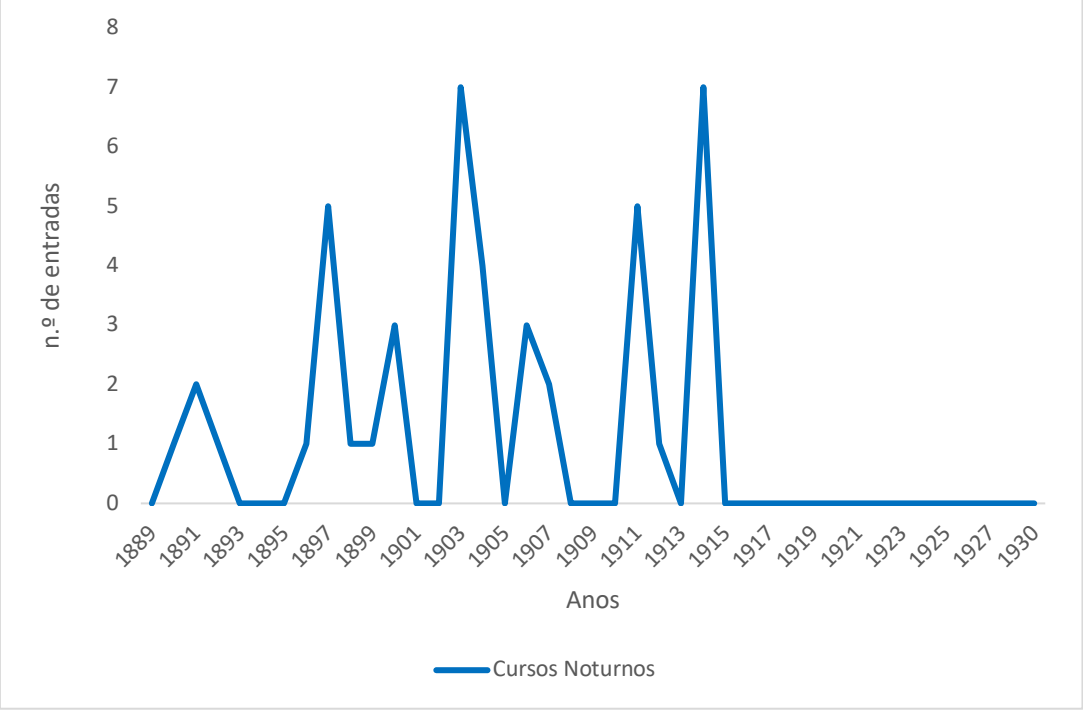
Fonte: Elaboração da autora com base nas fontes consultadas.

Gráfico 15. Clubismo educativo



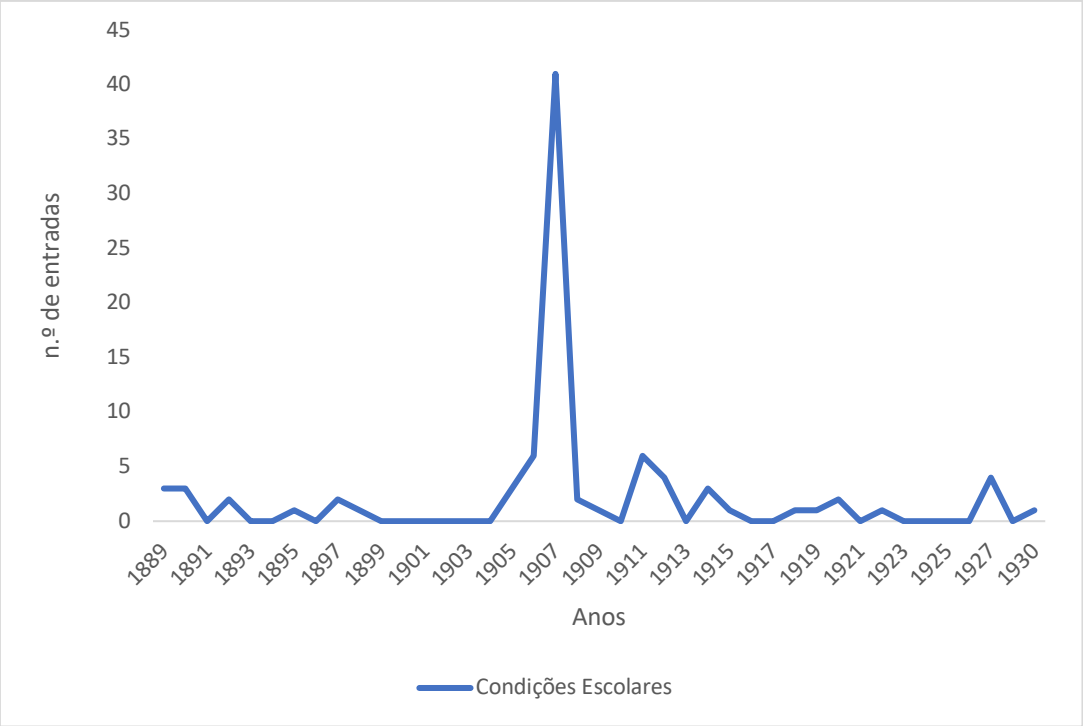
Fonte: Elaboração da autora com base nas fontes consultadas.

Gráfico 16. Cursos noturnos



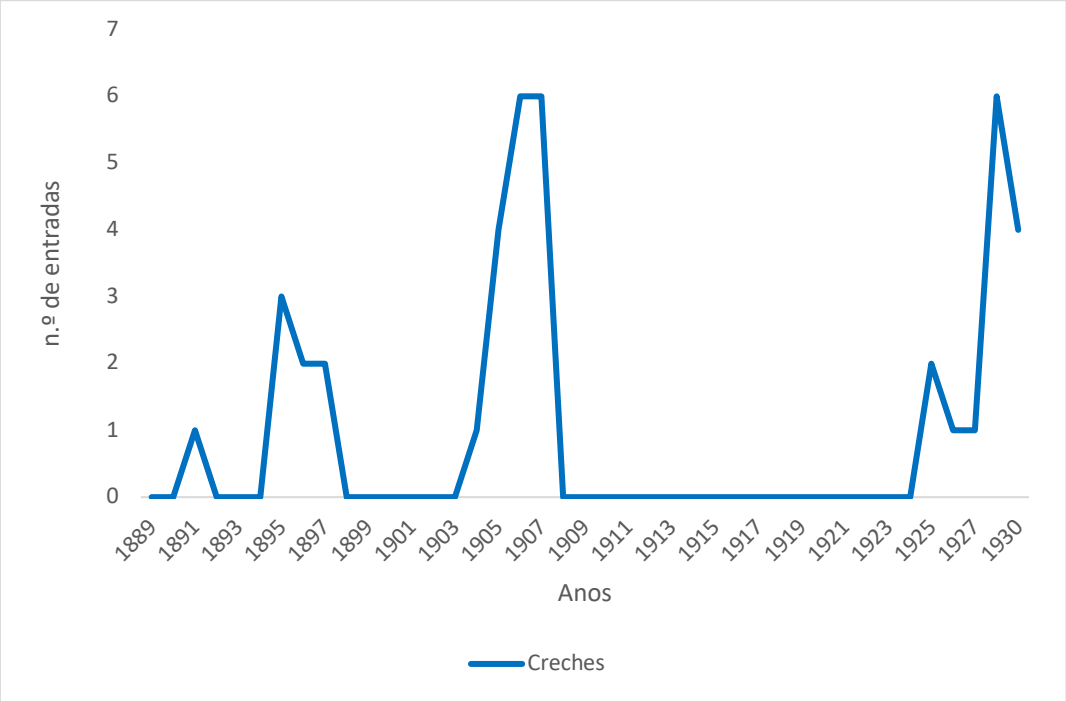
Fonte: Elaboração da autora com base nas fontes consultadas.

Gráfico 17. Condições escolares



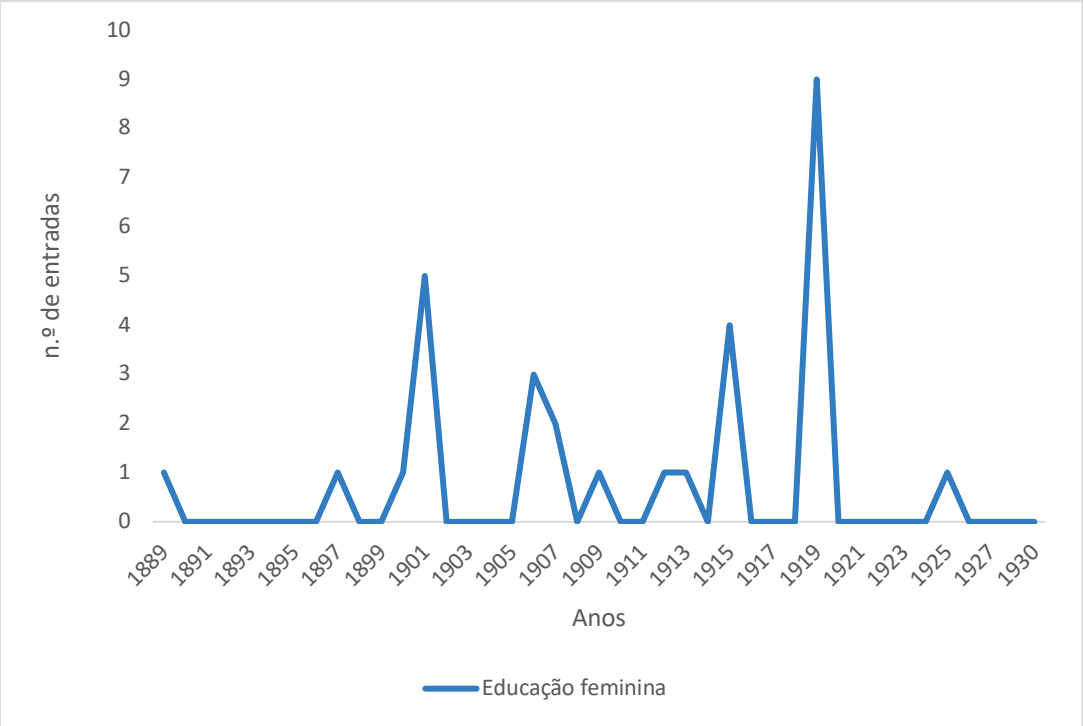
Fonte: Elaboração da autora com base nas fontes consultadas.

Gráfico 18. Creches



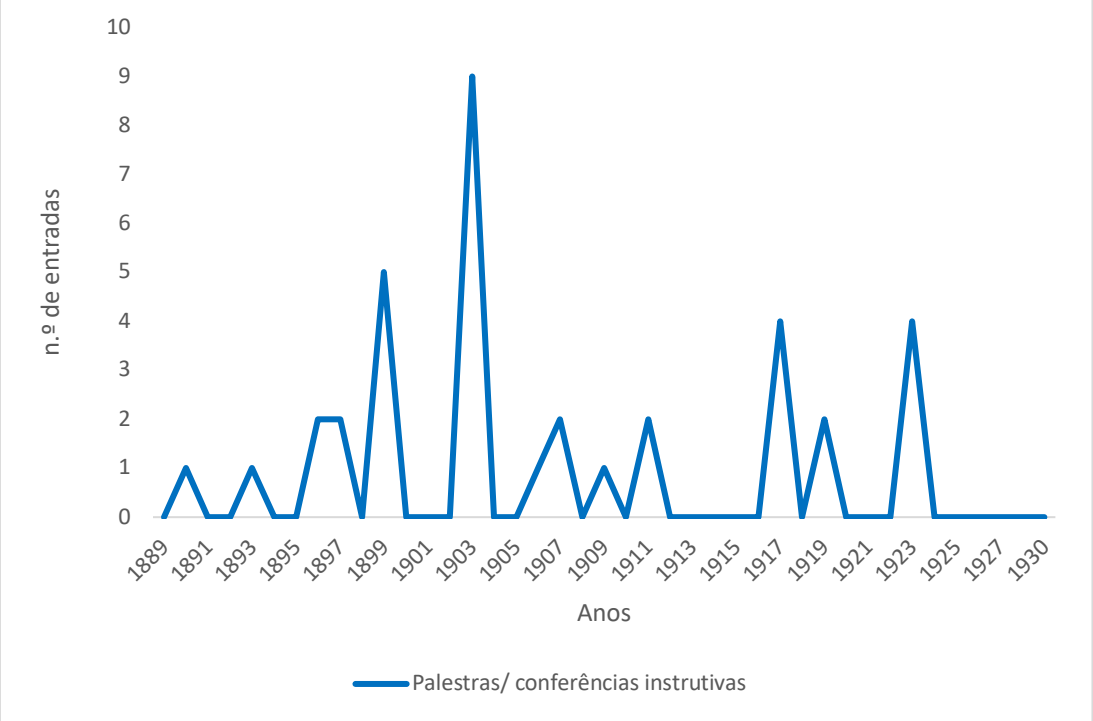
Fonte: Elaboração da autora com base nas fontes consultadas.

Gráfico 19. Educação feminina



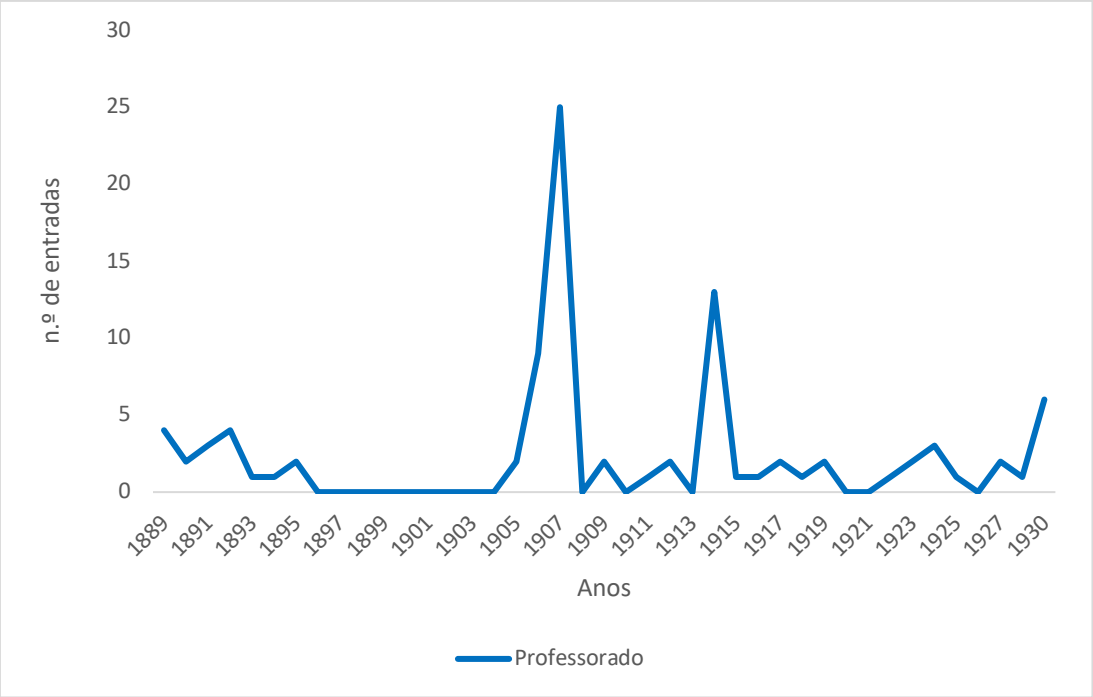
Fonte: Elaboração da autora com base nas fontes consultadas.

Gráfico 20. Palestras/ conferências instrutivas



Fonte: Elaboração da autora com base nas fontes consultadas.

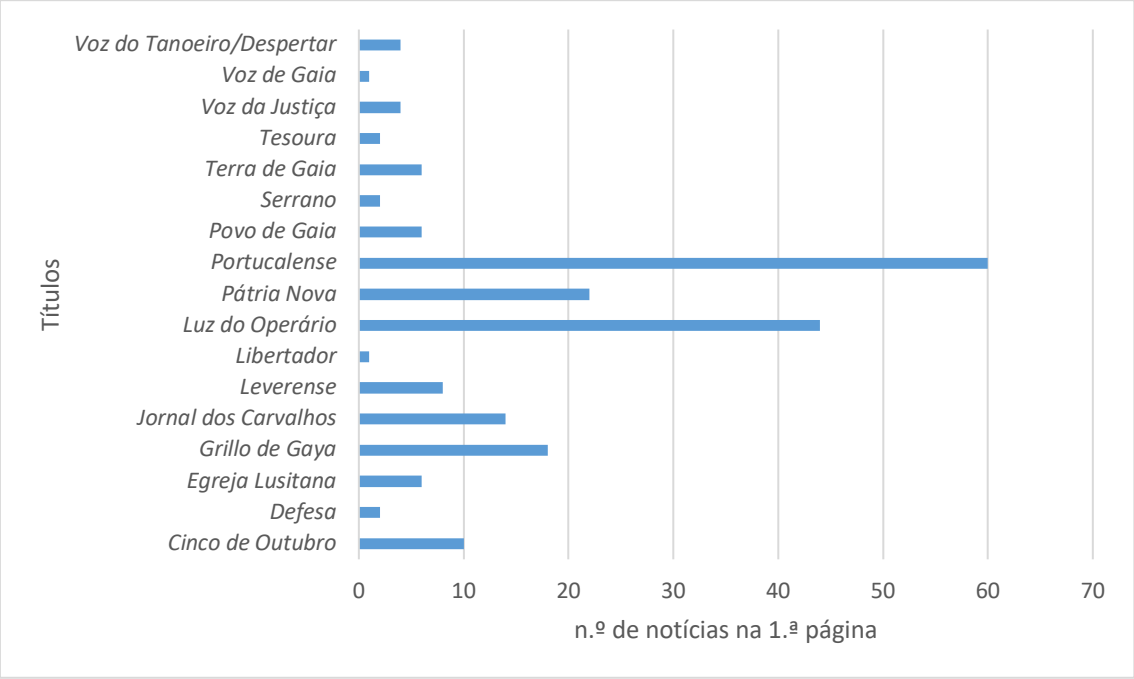
Gráfico 21. Professorado



Fonte: Elaboração da autora com base nas fontes consultadas.

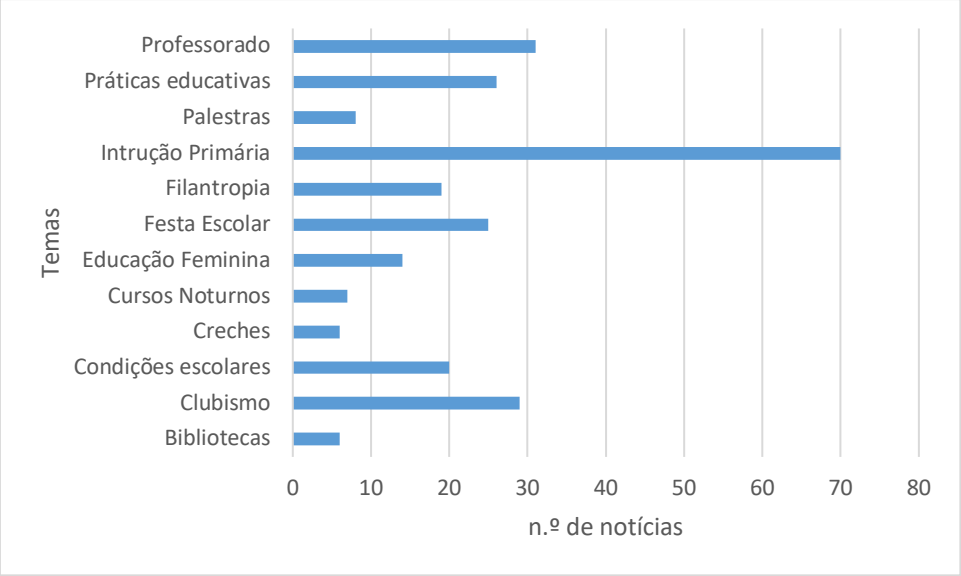
Um outro aspeto que também considerámos importante foi enumerar a frequência da temática "Educação" na primeira página, entre o imenso rol de prioridades necessárias a um concelho da modernidade, para se percecionar esse destaque, ainda que espontâneo e efémero. De acordo com os dados constantes no Gráfico 22, pode-se aferir que todos os títulos consultados consagraram as primeiras páginas à "Educação". No "*ranking*" dos cinco primeiros jornais, temos *O Portucalense*, *A Luz do Operário*, *A Pátria Nova*, o *Grillo de Gaya* e o *Jornal dos Carvalhos*, daqui se podendo inferir que a relevância atribuída à temática em estudo era transversal ao centro e à periferia, ao litoral e ao interior e aos jornais mais ou menos profissionalizados e politizados. Os assuntos recorrentes dessas notícias constam no Gráfico 23, sendo o mais frequente a «Instrução Primária». A situação, importância e missão do professor no mundo em mudança também abriu muitas vezes os jornais de VNG, assim como os ecos da ação educativa não formal no concelho, consubstanciada no conceito "clubismo" trabalhado no capítulo 1. "A Festa Escolar" também animou e motivou a leitura dos jornais, particularmente em determinadas conjunturas, como adiante se verá.

Gráfico 22. A Educação na 1.ª página



Fonte: Elaboração da autora com base nas fontes consultadas.

Gráfico 23. Temas relacionados com Educação na 1.ª página



Fonte: Elaboração da autora com base nas fontes consultadas.

À guisa de síntese, refira-se que os jornais, em finais do século XIX, ecoaram a necessidade sentida pelos gaienses em combater o analfabetismo como garante do seu progresso, peleja que assume mais intensidade durante a República. Associadas a este

processo estão as condições escolares para as quais a imprensa gaiense clamava pela necessidade de criação de escolas e de melhoramentos condizentes com os preceitos higiénicos e sanitários da época. A emergência de ideologias menos conservadoras, de índole política e religiosa, e o esforço pelo seu enraizamento no território, levou ao desenvolvimento de atividades circum-educativas que contribuíram para o fenómeno educativo sinergético, verificado durante este período. Ainda que não tivéssemos analisado a imprensa pedagógica, verificámos que no universo gaiense os professores deram corpo a alguns jornais usando-os conscientemente para veicular as novas pedagogias, as suas práticas e para reivindicar os seus direitos. Falamos principalmente de *O Portucalense*, acusado de impor aos professores a assinatura do mesmo jornal[1126] e de *A Pátria Nova*, dirigido e colaborado por professores. Compete registar, ainda, com base, essencialmente, no Gráfico 14, que o conflito mundial veio refrear a filantropia e o financiamento da rede educativa não formal de VNG.

3.3. Incursão às intencionalidades educativas da imprensa gaiense

Os jornais analisados tinham como foco principal o combate político, expressando a tensão que atravessava este campo no quadro cronológico em estudo, sendo que no seio dessa luta se encontrava uma proposta educativa que ia ao encontro da construção da "escola para todos", reconhecida pelos diferentes quadrantes ideológicos como condição necessária à sociedade "moderna". A "escola para todos" implicava uma forma de socialização homogénea. Porém, enquanto que, para uns, esta girava em torno da ideia de Estado Nacional com Língua e História única, outros defendiam uma «linha de socialização baseada no desenvolvimento ontológico do ser humano e da solidariedade natural entre as pessoas»[1127]. Contudo, ambas as posições tinham «a educação como um segmento da "construção" do novo "homem", ambas monopolizavam a ciência como base de legitimação das suas propostas»[1128]. Para os republicanos, «a grande finalidade da educação era formar cidadãos livres, capazes de compreenderem as novas

[1126] *O PORTUCALENSE*, n.º 15, 1907: 1.
[1127] CANDEIAS, 2009: 159.
[1128] CANDEIAS, 2009: 159.

instituições e de darem o seu contributo à sociedade», pelo que «toda a educação deveria proporcionar a consciencialização cívica do cidadão»[1129]. Já os anarquistas viam na educação uma «forma de preparação dos povos para o aperfeiçoamento social, económico e humano» que conduziria a uma sociedade sem classes e sem Estado[1130]. Os comunistas encaravam a educação «de forma operativa: como elemento de resistência à ordem vigente», mas também, como «forma de socialização fundamental nas etapas intermédias da construção do socialismo[1131]. Em relação ao movimento protestante, segundo António Afonso, este assentava na convicção da «universalização da instrução como meio de fomentar a igualdade, a liberdade e a solidariedade», essencial para «incluir educativa e moralmente cada um no mundo social»[1132]. Por seu turno, resistindo aos avanços protestante, liberal e maçom, a educação católica defendia que a educação «no duplo aspeto da ilustração do conhecimento e formação do coração» era um direito natural dos pais, autoridade que derivava «imediatamente do poder de Deus»[1133].

O manifesto, por excelência, que defendia, discutia e refletia os diferentes ideários educativos era o jornal, veículo através do qual os diferentes quadrantes sociopolíticos também intentaram informar e educar. "Cincinatus", no *Jornal dos Carvalhos*, embora reconhecendo que apenas uma fração diminuta do público percebia a utilidade dos jornais, referia que estes eram «um auxiliar poderoso e imprescindível da arroteação moral e intelectual das classes populares», num tempo em que se verificava a lenta disseminação da escola elementar pelas aldeias mais remotas do concelho[1134]. *O Grillo de Gaya* valorizava o papel da imprensa naquela que considerava ser a necessidade do século XIX - a educação popular, «reclamada por toda a parte como elemento de ordem», sem a qual nenhum país culto poderia desenvolver-se e prosperar[1135].

[1129] PROENÇA, 2011: 65.
[1130] CANDEIAS, 2009: 161.
[1131] CANDEIAS, 2009: 161.
[1132] AFONSO, 2006: 28-29.
[1133] *A VERDADE*, n.º 39, 1908: 1.
[1134] Fenómeno que o autor justificava no facto da tutela da instrução se encontrar nas corporações locais. *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 106, 1891: 1.
[1135] *O GRILLO DE GAYA*, n.º 50, 1892: 2.

Declarava que, tal como as escolas, os jornais tinham-se multiplicado, tornando-se num dos mais poderosos meios de difundir a instrução pelas camadas inferiores», em razão de ser o instrumento que mais se adaptava, tanto «à capacidade popular, como à modicidade dos recursos pecuniários»[1136]. Mostrava-se ciente do "poder" educativo dos jornais, tanto como capazes de transformar o povo num «elemento social à altura dos progressos da época», como de o lançar em «veredas tortuosas» e «no princípio das utopias e da revolução»[1137].

A Luz do Operário, jornal socialista, também reconhecia essa influência, divulgando as novas "cartilhas", por vezes de orientação politico-ideológica indistinta, mas que tinham por estrutura comum a libertação do povo da ignorância e do clericalismo, como é o caso da divulgação da Biblioteca Libertária[1138].

> *CIRCULAR PROSPETO*
>
> *Ao Povo*
>
> *A ignorância vegeta ao nível da simples animalidade. Saber é poder. Instruir-se é emancipar-se. Todos os direitos são nulos, enquanto os não soubermos conquistar.* [...]
>
> *O grupo da Biblioteca Libertária, desejando derramar a luz, decidiu publicar em vernáculo as principais obras de eminentes sábios: Kropotkine, Bakounine, Réclus, Amon, Grave, etc.* [1139].

Como jornal operário que era, considerava-se um veículo de propaganda, uma arma, assente na ciência e na instrução, nas mãos do proletariado contra a burguesia[1140], ecoando as tensões da época, vividas neste território e, também, as pressões, mais ou menos diretas, em torno da educação alternativa proposta, com vista aos diferentes ideais de cidadão-tipo. Damos como exemplo, a publicação das palavras discursadas

---

[1136] *O GRILLO DE GAYA*, n.º 50, 1892: 2.
[1137] *O GRILLO DE GAYA*, n.º 50, 1892: 2.
[1138] A Biblioteca Libertária anunciava n'*A Voz do Operário*, várias obras, desde Kropoktine a Bernardo Lucas. n.º 1, 1901: 4.
[1139] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 96, 1896: 4.
[1140] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 27, 1894: 2.

pelo tipógrafo Henrique de Macedo na festa do Gabinete de Instrução, Leitura, Oratória e Social Operário de Gaia, onde este salientou as vantagens da instrução e se congratulou pelo seu desenvolvimento no concelho. No mesmo discurso, pediu aos pais e mães ali presentes que retirassem as crianças dos «coios jesuíticos», onde se aprendiam doutrinas que embruteciam o espírito e que faziam dos seus filhos «os futuros monstros da sociedade», referindo-se às crianças do convento Corpus Christi onde, na sua perspetiva, se estudavam «doutrinas obrigatórias e não livres, doutrinas que escurecem e não iluminam». No mesmo evento, Gonçalves Viana, para quem a educação laica era também apanágio[1141], procurou demonstrar a «educação viciada do protestantismo e do romantismo» e, em nome do Gabinete, falaram, ainda, Caetano Guilherme Guedes e Manuel de Almeida, os quais condenaram as escolas paroquiais «que para nada serviam»[1142]. Em suma, pretendia-se veicular a eficácia da formação racional e laica proporcionada pelo Gabinete, como alternativa à educação confessional ministrada pelas instituições educativas religiosas e à inutilidade das escolas paroquiais [1143].

> *A Luz do Operário, durante muito tempo, foi nos dois centros industriais do norte o único farol que tem iluminado o cérebro do proletariado; não obstante isso prosseguiu a luta sem vacilar e tem um enorme quinhão no levantamento da classe trabalhadora, especialmente de Gaia. Pode dizer-se que não encontrou nada, e hoje ao seu derramamento de luz existem por aí fora umas poucas de organizações que, representando os primeiros passos no caminho do associativismo, podem em um futuro próximo prestar grandes serviços à instrução, a lacuna mais sensível entre as massas populares e depois o resto será o mais fácil, desde que o elemento instrução tenha atingido o ponto de vista*

[1141] *Mas, sobretudo, fomentai e desenvolvei a instrução, a escola, mas o ensino laico, para tantas dezenas de crianças que em volta de vós tem fome do pão do cérebro, que todos os dias são mutiladas e maltratadas nessas fábricas e oficinas onde a exploração do homem pelo homem se exerce duma forma atroz e cobardemente infame!*
A instrução, desenvolvei a palestra, a conferência no seio da sociedade para os nossos companheiros que tanto necessitam dela para transmitir aos vossos filhos. *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 69, 1895: 2.
[1142] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 102, 1897: 2.
[1143] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 102, 1897: 2.

almejado pelo socialismo contemporâneo - a emancipação económica do proletariado, percursora da sua emancipação religiosa, política e jurídica.

Gonçalves Viana[1144]

O «único farol do proletariado do norte», como chamou Gonçalves Viana à *Luz do Operário*, publicou textos deste e de outros protagonistas do movimento operário, entre os quais, um de José Macedo[1145] sobre «Instrução» que versava sobre a necessidade de se criarem escolas nos bairros pobres com vista à educação da «grande massa» para que esta tivesse «plena compreensão dos seus deveres e direitos», condição fundamental para a emancipação operária e para a «libertação humana»[1146]. Este autor defendia que assim como a emancipação dos trabalhadores haveria de ser feita pelos trabalhadores, também a instrução deveria ser feita à custa dos seus próprios esforços[1147].

Mural de lamentações e denúncias, o jornal era o veículo privilegiado de opinião sobre os assuntos da atualidade, entre eles, o esforço dos governos pela instrução que em determinados governos era fortemente criticado[1148], como foi o caso da ditadura franquista. É disso exemplo, o artigo do jornal regenerador, *O Portucalense*, que denunciava o facto de o governo não autorizar a abertura de uma escola em Perosinho, localidade onde os censos acusavam um acentuado analfabetismo. Essa escola tinha sido criada com base no plano da Câmara, que pretendia dotar todas as freguesias com escola primária, mesmo as que tinham menos de 1000 habitantes[1149]. A casa para a escola encontrava-se alugada e preparada para receber alunos e professora, pelo que o jornal pressionava a autorização para a sua abertura[1150]. No rescaldo do início da Grande Guerra, *O Povo de Gaia*, fez saber que o ministro da instrução, Sobral Cid, iria dirigir uma

---

[1144] VIANA, 1897: 1.
[1145] Vd. Anexo 6.
[1146] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 27, 1894: 2.
[1147] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 97, 1896: 1.
[1148] Em plena República *A PÁTRIA NOVA* insurgia-se contra a redução do orçamento para a educação. N.º 7, 1914: 2.
[1149] Tomando como referência os dados do censo de 1900, informava que o concelho contabilizava 73.794 almas, espalhadas pelas 23 freguesias, numa área de 163,50 km2, onde apenas existiam 38 escolas oficiais (21 do sexo masculino, 14 do feminino e 2 mistas), pelo que em razão da densidade populacional do concelho, verificava-se um número de analfabetos muito superior àqueles que sabiam ler: 2.978 varões e 32.937 fêmeas analfabetos, sabendo ler apenas 12.516 varões e 6.363 fêmeas. *O PORTUCALENSE*, n.º 22, 1907: 2.
[1150] Vd. transcrição da notícia em Anexo 46.

circular ao magistério de todo o país aconselhando-o a realizar conferências públicas, expondo a situação internacional e definindo a atitude de Portugal no conflito europeu. Nessa missão de propaganda, dever-se-ia acentuar, de maneira categórica, que Portugal manteria «com inalterável firmeza os seus compromissos de honra, tradicionalmente firmados com a Inglaterra», sendo de esperar que o professorado primário soubesse «corresponder com solicitude e patriotismo ao honroso encargo» que lhe era confiado[1151].

Estes foram alguns exemplos da intencional utilização do jornal, por um lado, na difusão de alguns ideais educativos e, por outro, como instrumento de pressão para a construção da rede educativa considerada necessária e, até, para "formação" do professorado.

3.4. Temas significantes e com significado

3.4.1. Protagonistas e objetivos

Um dos jornais analisados é o *Jornal dos Carvalhos* que se subintitula de *Semanário Noticioso, Literário e Recreativo*. Este periódico é sobretudo noticioso e dedicado aos interesses do interior do concelho. Teve como administrador, durante a 1.ª série, António Ferreira Barbosa, e como proprietário, Joaquim Ferreira Carneiro[1152]; na 2.ª, Augusto Pinto Vieira da Silva (diretor) e José Domingues da Rocha Beleza[1153] (administrador); e, na 3.ª, Manuel Rodrigues Santos Costa. Um dos colaboradores mais assíduos, durante a 1.ª série, foi o já aqui mencionado, médico republicano, Inocêncio Osório Lopes Gondim[1154].

Fig. 76. Manuel Rodrigues Santos Costa

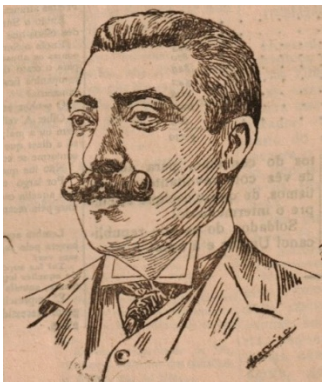
Fig. 77. Joaquim Ferreira Carneiro

[1151] O *POVO DE GAYA*, n.º 17, 1914: 2.

[1152] Residente no lugar de Leirós, nasceu nos Carvalhos (Pedroso), em 10 de janeiro de 1854, filho de pais humildes, António Ferreira e Teresa Carneiro. Aos 13 anos, foi para o Brasil, Rio de Janeiro, regressando afortunado em 1887, após uma ausência de 29 anos. A ele se devem melhoramentos na Senhora da Saúde e montagem da tipografia onde se imprimia *o Jornal dos Carvalhos*, pois até aí o Jornal era impresso no Porto. *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 8, 1889: 2.

[1153] A que já nos referimos no capítulo 2.

[1154] A que já nos referimos no capítulo 1.



Fonte: *A DEFESA*, n.º 14, 1908: 1.



Fonte: *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 9, 1889: 1.

Os seus responsáveis consideravam a imprensa «uma das mais fortes alavancas, um dos mais poderosos sustentáculos da civilização» e o *Jornal dos Carvalhos*, «mais um fator dessa civilização», propondo-se a «pelejar os combates do bem e da verdade, no interesse da justiça e da paz». Afirmavam que a política e a religião constituíam os principais vetores de um jornal e que se o *Jornal dos Carvalhos* em termos políticos era imparcial, o mesmo não acontecia no referente à religião.

> «[…] *Se todo o Homem é naturalmente religioso, também o jornal o deve ser. Neste campo não há opiniões, nem hesitações, há crenças, as quais seria um crime ocultar; e o «Jornal dos Carvalhos», publicado numa povoação católica, combaterá pela religião que tem 19 séculos e que foi de nossos pais*»[1155].

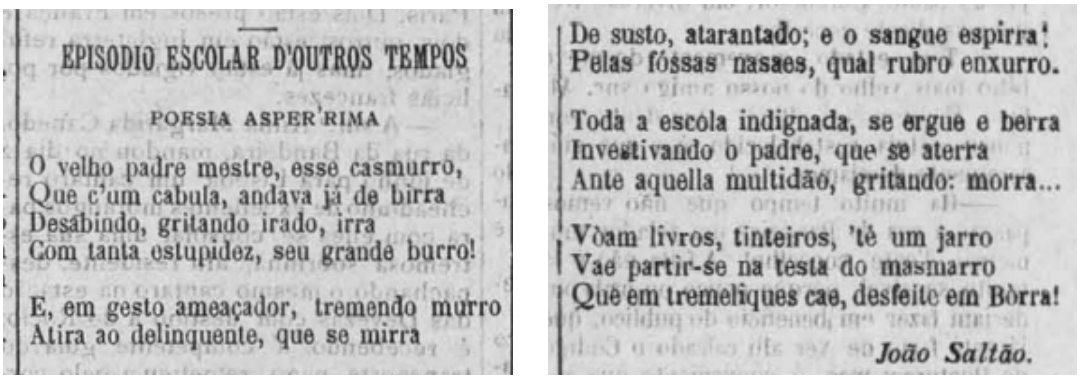
Passando para *O Grillo de Gaya*, segundo Silvestre Lacerda, este foi, entre os jornais humorísticos, o que maior impacto teve[1156]. Foi seu proprietário e editor responsável, Manuel Pinto dos Reis[1157]. Sendo um jornal informativo, reunia um leque diversificado de textos, muitos deles fruto da correspondência enviada das diversas freguesias do concelho. Relativamente aos assuntos relacionados com a educação, com o sentido crítico e a sagacidade que lhe eram característicos, difundiu notícias sobre a instrução pública do concelho, como a distribuição de prémios escolares, práticas educativas

[1155] N.º1. 1889: 1.
[1156] LACERDA, 1984: 519.
[1157] Sobre este pioneiro do jornalismo gaiense vd. CONDE, 2018m: 142.

desenvolvidas na escola do Torne (conferências, festas, etc.) e muitas outras sobre o professorado.

Uma das facetas observadas no jornal é o anticlericalismo, associado à ideia da culpabilização dos Jesuítas do estado de atraso educativo português. Damos como exemplo um editorial de primeira página, ainda no rescaldo do *Ultimatum*, em que se acusa o clero da transformação de uma «brava raça de heróis» numa «raça efeminada que parece ter esquecido o brilhante passado do seu país e que deixa usurpar a sua liberdade sem se defender; à custa da própria vida, a sua soberania e os seus direitos». A razão apontada para esta transformação encontrava-se no facto de a instrução popular ter sido comprometida, uma vez que na universidade, nos liceus e nos estabelecimentos de instrução pública se tinha suprimido «tudo quanto pudesse ensinar o povo a conhecer o seu poder e a procurar a sua liberdade»[1158].

Fig. 78. Poema de crítica à violência inerente aos métodos pedagógicos clericais



EPISODIO ESCOLAR D'OUTROS TEMPOS

POESIA ASPER RIMA

O velho padre mestre, esse casmurro,
Que c'um cabula, andava já de birra
Desábindo, gritando irado, irra
Com tanta estupidez, seu grande burro!

E, em gesto ameaçador, tremendo murro
Atira ao delinquente, que se mirra
De susto, atarantado; e o sangue espirra!
Pelas fóssas nasaes, qual rubro enxurro.

Toda a escola indignada, se ergue e berra
Investivando o padre, que se aterra
Ante aquella multidão, gritando: morra...

Vôam livros, tinteiros, 'tè um jarro
Vae partir-se na testa do masmarro
Que em tremeliques cae, desfeito em Bòrra!

João Saltão.

Fonte: *O GRILLO DE GAYA*, n.º 27, 1892: 2.

Neste jornal, era frequente a publicação de relatórios das sessões da Câmara Municipal e da Junta de Santa Marinha, o que nos permite compreender melhor os impulsos e os meandros do processo de escolarização no concelho. Apontemos dois exemplos que incidem, neste caso, no apelo a melhores condições e frequência escolares.

[1158] *O GRILLO DE GAYA*, n.º 29, 1890: 1.

O Sr. presidente [Joaquim Augusto da Silva Magalhães] *disse acharem-se inutilizadas as bacias dos lavatórios da escola do sexo feminino da Rua Direita, e lamentou que a professora não tivesse ainda participado à junta o mau estado delas; notou também a má disposição em que se acha colocada a mobília naquela aula, o que obriga as alunas a receberem a luz de frente, facto reprovado pelos higienistas*[1159].

Escola Elementar e Complementar do sexo masculino

A matrícula para a frequência da escola oficial da nossa paróquia [Mafamude] *está aberta desde o dia 2 do corrente mês, no antigo edifício conhecido pela denominação de cadeia da Bandeira. Os pais não devem furtar-se ao dever de ir ali apresentar seus filhos, a fim de receberem lá o pão de espírito - a instrução, que tanto tem sido descurada pelos nossos comparoquianos.*

O aforismo popular reza «que santos da porta não fazem milagres» - e os nossos mafamudenses, aferrados a ele, preferem antes mandar seus filhos para um antro escuro, onde nem têm bom ar, nem se lhes ilumina o espírito, que entregá-los à competência do professor oficial, que sabe a razão por que é professor.

Dirige ele a nossa escola oficial há 8 anos, e tem trinta e uma aprovações em exames elementares e de admissão aos liceus. No corrente ano mandou seis a exame, sendo-lhe aprovados: um com a classificação de distinto, dois com a classificação de 15,5 valores cada um, um com 14 valores, dois com 13 valores, e com classificação de suficiente, com 12 valores. O prémio instituído pelo benemérito Visconde das Devesas, 15$000 réis pertence este ano ao filho do nosso amigo Sr. António Tomás Rodrigues, de Santo Ovídio, pelo que lhe enviamos os nossos sinceros parabéns e felicitamos o seu professor.

Oxalá que os conterrâneos se convençam duma vez para sempre, que tendo o «trigo na terra não devem ir procurar centeio no mar»[1160].

[1159] *O GRILLO DE GAYA*, n.º 45, 1890: 1.
[1160] *O GRILLO DE GAYA*, n.º 37, 1891: 2.

Durante a sua existência, *O Grillo de Gaya* manteve sempre um olhar atento à ação das edilidades em relação à instrução, confrontando os leitores com o desigual processo de escolarização do concelho, em finais do século XIX. Teceu elogios à Câmara pelo desenvolvimento dado à instrução na vila, considerando que as escolas se achavam «bem montadas». O "barómetro" deste desenvolvimento consistia no número de alunos inscritos a exame e nos seus resultados.

> *Os resultados dos últimos exames corresponderam muitíssimo à nossa esperança e como a instrução pública e principalmente a elementar não é um edifício que se monte em meia dúzia de meses, é de crer, que ela adquira em poucos anos o desenvolvimento que a corrente do progresso vai exigindo e tornando evidente*[1161].

Todavia, lamentava o estado da instrução nas outras freguesias, considerando-o deficiente «tanto nas habilitações do respetivo professorado, como nas condições dos edifícios onde ela se ministra»[1162], justificando esse facto na incapacidade das juntas de freguesia e, por isso, apelava à intervenção prioritária da municipalidade nessa matéria.

> *É preciso obrigar as juntas de paróquia: a construir em primeiro lugar casas em todas as condições de higiene escolar que não é difícil nas aldeais; a sustentar o professorado respetivo. Depois podem tratar dos adros, das igrejas e dos cemitérios*[1163].

Este jornal era também sensível à defesa do professorado que considerava «mártir obscuro do Progresso e da Instrução»[1164], o que deu aso à transcrição de artigos de outros periódicos. Foi o caso de *A Federação Escolar* que pediu auxílio para que *O Grillo* chamasse a atenção do governo para a necessidade das câmaras municipais criarem verbas nos seus orçamentos para o pagamento dos professores. Outro exemplo, foi o caso da transcrição de uma petição do professorado, publicada por *O Comércio do Porto*,

---

[1161] O *GRILLO DE GAYA*, n.º 1, 1892: 1-2.
[1162] *O GRILLO DE GAYA*, n.º 1, 1892: 1 e 2.
[1163] *O GRILLO DE GAYA*, n.º 1, 1892: 1 e 2.
[1164] *O GRILLO DE GAYA*, n.º 48, 1891: 2.

dirigida à Câmara de Deputados, e que foi assinada por professores dos concelhos do Porto, VNG, Gondomar e Maia[1165].

Passando para o jornal socialista *A Luz do Operário*. *Órgão dos operários tanoeiros portugueses e dos trabalhadores em geral*, foi seu diretor e proprietário, Luís Gonçalves de Oliveira, que se distinguiu pela voz em favor do associativismo. Participou ativamente em muitas agremiações de VNG, foi membro do Partido Socialista Português e concorreu, em 1898, à Câmara Municipal[1166]. O jornal teve como administrador, Alberto José Gonçalves, e como editor, Francisco da Silva Cunha. Atentemos nos seus objetivos.

> *Ora sendo esta vila uma das mais importantes, já pelo seu desenvolvimento do comércio, já pela sua ativa indústria, já pela sua numerosa população, até hoje ainda aqui não se criou um jornal que defendesse a sério e com afinco os interesses das classes laboriosas.*
>
> *O que nos trás à arena da gleba jornalística, não é nem a ambição de lucros, nem o intuito de defender este ou aquele grupo político.* [...] *Todavia, todas as nossas doutrinas, todos os nossos comentários partirão do credo socialista, pois que não reconhecemos instituições algumas legais, que não sejam as assentes sobre as bases desse fulgurantíssimo facho de luz vivificadora que se chama - Socialismo*[1167].

Nele colaboraram protagonistas do movimento socialista e anarquista, de que é exemplo, José Martins Gonçalves Viana, com o pseudónimo *Spartacus*, que trouxe à tona muitos assuntos socioeducativos, caros ao mundo operário. A preocupação destes em consciencializar o proletariado de que "saber é poder", legitimou rubricas como «Ciência e Instrução» e recorrentes artigos relacionados com a necessidade de criação de escolas e de creches, sobre a questão da mulher no mundo do trabalho e a exploração do trabalho infantil.

Também, *A Voz do Tanoeiro* (continuado pelo *Despertar*) e *O Libertador* tinham como objetivo comum a defesa dos operários tanoeiros. O primeiro, editado por Pedro Pinto

---

[1165] *O GRILLO DE GAYA*, n.º 8, 1892: 2.
[1166] Sobre a personalidade vd. SANTOS, 2018b: 182.
[1167] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 1, 1893: 1.

Gorgal, assumia como missão «educar e defender. Educar, nos moldes das novas aspirações que tendem a acabar com a Justiça; e defender, todos os que se sintam opressos pelas tiranias». Nesse encalce, dispunha-se a publicar gratuitamente os artigos de qualquer indivíduo que quisesse «contribuir para a educação moral e económica do povo escravizado pela moral oficial que sufoca[va] o pensamento e esmaga[va] a liberdade»[1168]. O mesmo «grupo»[1169] que publicou *A Voz do Tanoeiro*, considerando o título demasiado restritivo, resolveu, de comum acordo com a Associação de Operários Tanoeiros de Gaia, parte integrante da fundação do referido periódico, substituí-lo por o *Despertar*. A redação e administração continuaram compostas pelos mesmos elementos, ou seja, por operários tanoeiros[1170].

O Libertador, editado por Ângelo José Oliveira, de tendência sindicalista-revolucionária, era propriedade *de A Libertadora* (Associação de Classe dos Operários Tanoeiros do Porto e Gaia). Dos jornais em análise é o que menos aborda diretamente a "educação", focando-se nas questões laborais e nas condições materiais dos operários. Porém, a sua intencionalidade é a de educar para a emancipação.

> *«O Libertador» não pode ir de encontro às crenças, às opiniões políticas ou conceções filosóficas que cada tanoeiro associado possa ter. A sua missão é defender todos os tanoeiros, como explorados que são; é de procurar educá-los como puder e souber, mas sempre em harmonia com as suas necessidades e aspirações económicas, sempre clamando por mais liberdade, sempre clamando por mais pão para todos.* [...] *Declara implicitamente, que acompanhará todas as outras classes na sua luta contra o patronato, pois está convencida que não é possível libertar-se e emancipar-se uma classe sem que os operários de todas as profissões e indústrias, uma vez organizados e preparados, num arranco audaz e*

[1168] *A VOZ DO TANOEIRO*, n.º 1, 1901: 1.
[1169] Assim referido no n.º 1 do *DESPERTAR*. Depreende-se que se refira ao editor, Pedro Pinto Gorgal, e aos colaboradores do jornal.
[1170] *DESPERTA*R, n.º 7, 1902: 3.

enérgico, quebrem duma vez para sempre as grilhetas que a manietam há muitos séculos[1171].

A experiência do insucesso de uma greve realizada pelos tanoeiros, em 1910, levou ao reconhecimento de que não bastava a associação de classe para os defender, mas de que era necessário um jornal que orientasse o público mais conscientemente e, assim, evitar-se «a injustiça de acreditar nas alegações dos patrões e, por vezes, da imprensa diária»[1172].

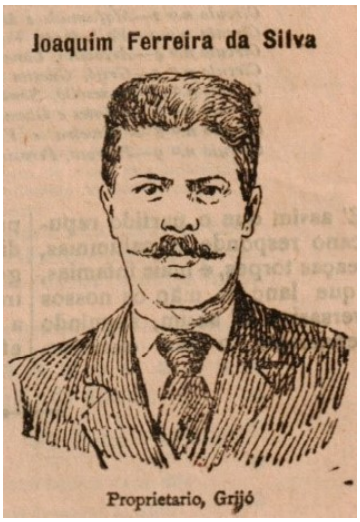
Segundo Diogo Cassels, diretor e editor da *Egreja Lusitana Catholica Apostólica Evangelica*, «o fim que toda a Igreja Cristã deve ter em vista é: «Ensinar os homens a viver bem na terra e encaminhá-los à bem-aventurança eterna»[1173]. Para esse desígnio a instrução era considerada um passo fundamental, motivação que o levou à fundação de várias experiências educativas em VNG, assunto já tratado no capítulo anterior. Este periódico é mais um instrumento no processo educacional utilizado por Cassels na divulgação da sua obra pedagógica, noticiando as conferências promovidas, as práticas educativas desenvolvidas pela rede protestante e os resultados conseguidos em exame. Não raras vezes, fez referências a artigos publicados noutros jornais relacionados com temáticas mediáticas, como a centralização do ensino, por exemplo[1174].

O jornal *A Defesa* começou por se identificar como independente e destinado a defender os interesses do concelho, especialmente os do Candal, mas as alterações nos subtítulos – *Semanário Republicano*; *Semanário Republicano-histórico*, atestam a evolução da sua tendência republicana. Teve como editor, Augusto Rodrigues de Assunção, administrador, E. P. de Magalhães e, como diretor, Delfim Neves, que em 1905 dava aulas de Esperanto e de mais cinco línguas[1175]. Em 1911, já com o subtítulo de *Semanário*

[1171] *O LIBERTADOR*, n.º 1, 1913: 1.
[1172] O *LIBERTADOR*, n.º 1, 1913: 1.
[1173] *EGREJA LUSITANA CATHOLICA APOSTÓLICA EVANGELICA,* n.º 1, 1894: 1.
[1174] *O COMMERCIO DO PORTO*, referindo-se ao ensino público, escreve: *É ver o que se fez com a Instrução Primária. Se há erro imperdoável, é este: o de passar para o poder central a escola municipal. Comparem o que essa escola é hoje com o que era então, e depois digam-nos: Que ganhou o ensino? Que ganhou a escola?* [...] *EGREJA LUSITANA CATHOLICA APOSTÓLICA EVANGELICA,* n.º 119, 1903: 4.
[1175] Português, Francês, Inglês, Espanhol e Italiano. As aulas eram dadas na redação de *A DEFESA*, na Rua Rei Ramiro, das 8 às 10h da noite.

Republicano-histórico, foi seu editor-proprietário, Joaquim Ferreira da Silva, e diretor, Francisco A. Carneiro A. Aranha.

Fig.79. Editor e proprietário do jornal *A Defesa*



Fonte: *A DEFESA*, n.º 14, 1908: 1.

O jornal tratou com frequência o tema da instrução nacional e do concelho, assim como os interesses do professorado, propagandeando as suas funções e a sua importância. A publicação da correspondência de outras freguesias e dos relatórios das sessões da Câmara Municipal permitem-nos, tal como aconteceu com *O Grillo de Gaya*, acompanhar as pressões exercidas pela população em prol da sua instrução e as deliberações tomadas pela edilidade. Por último, acrescenta-se, ainda, que o jornal se ocupou, também, da publicação dos resultados dos exames e da divulgação de práticas educativas de instituições escolares privadas e circum-escolares.

O jornal *O Portucalense* afirmou-se como órgão do partido regenerador de VNG. Teve como diretor, proprietário e redator principal, o bacharel Henrique José Moreira de Sousa[1176], que entre 1908 e 1910 foi o administrador interino do concelho. O outro diretor era o subinspetor do Círculo Escolar de Gaia, Bento José da Costa, de quem atrás nos referimos, com experiência jornalística em *A Federação Escolar*. Entre as justificações que apresentam para a existência do jornal, referem que a imprensa

[1176] Identificamos a personalidade com base numa notícia do jornal *A VOZ DE GAIA*, n.º 3, 1910: 1.

periódica era a melhor arma defensiva para qualquer instituição, acontecendo que VNG se escorava nos jornais regeneradores do Porto, situação que procuravam alterar.

> *Pois bem. Assente, como incontrovertível, o que fica dito, vemos que Vila Nova de Gaia, sendo um dos primeiros concelhos do país, em população, em riqueza agrícola, em comércio e em indústria, e até sob o ponto de vista histórico, não tem um jornal que, perante o país, o represente, associando-o, na confraternização geral, aos demais concelhos do reino* […].
>
> *O que temos em vista exclusivamente - e isto é que não é uma utopia - é fazer despertar no espírito de cada um dos cidadãos deste concelho o absoluto interesse que cada um deve ter pelo engrandecimento do meio em que vive; - pois que, apesar de se dizer que Vila Nova de Gaia vive a vida do Porto, esta vila e por conseguinte este concelho considerados sob qualquer ponto de vista, têm uma vida autónoma, e têm, portanto, necessidade de pugnar por si, de defender os seus interesses morais e materiais, mas independentemente, isto é, sem esperar que os de fora do concelho venham advogar as suas causas, não deixando todavia, claro é, de aceitar, e de muito bom grado, os efeitos salutares que provêm da imprensa periódica que dia a dia é levada até às portas de cada um dos cidadãos do concelho.* [...]
>
> *E neste intuito, publicaremos, em todos os números que se seguem, correspondências ou cartas de algumas freguesias, alternadamente, para assim interessarmos na nossa publicação todas as freguesias e, consequentemente, todos os nossos assinantes.* [...]

Como muitos dos assinantes eram professores primários, o jornal criou a "Secção Pedagógica", objetivando-se a informação frequente no âmbito da Escola Primária. Nesse propósito, por exemplo, transcreveu-se o trabalho do inspetor sanitário de Lisboa, Dr. Sacadura, sobre higiene escolar[1177].

[1177] *O PORTUCALENSE*, n.º 1, 1906: 1.

O Portucalense funcionou como meio de comunicação eficaz entre os professores de VNG e o seu subinspetor, mantendo o professorado informado em termos de práticas pedagógicas e alterações legislativas, como também ao corrente dos assuntos do momento. Foi disso exemplo, a tentativa de organização de uma exposição de trabalhos escolares a nível do concelho dinamizada por Bento da Costa, que teve como principal meio de comunicação este periódico. A exposição não se veio a realizar, apesar dos preparativos bem adiantados, por motivo de uma sindicância de que o subinspetor foi alvo e da qual foi ilibado, mas com prejuízo para aquele que seria um evento extraordinário na história da educação do concelho. Sobre este assunto voltaremos mais à frente.

Por seu turno, *A Voz de Gaia* foi um periódico informativo republicano que assumiu os seguintes subtítulos: *Jornal político, noticiário e literário*; *Jornal republicano intransigente (Histórico), filiado no Partido Republicano Português*; *Jornal Republicano (Histórico), filiado no Partido Republicano Português*. Teve como proprietário e diretor, o republicano Armando Barrosa[1178], que conferiu ao jornal uma orientação editorial eminentemente político-noticiosa, sendo que as referências à educação cingem-se a anúncios publicitários do estabelecimento educativo do correligionário Osório Novais, o Colégio Central.

Passando para o semanário *Cinco de Outubro*, este teve como proprietário e diretor, Fernandes de Oliveira, e como administrador, A. de Castro Silva. O seu programa assumia a intenção de republicanizar a sociedade, sendo para isso necessário «a doutrinação clara e bem orientada do povo para que ele veja, sinta e coopere na sua própria felicidade»[1179].

O jornal *A Pátria Nova*[1180], editado na freguesia de Vilar de Paraíso, teve como equipa principal, Albano Moreira da Silva (administrador), e os maçons, Alfredo Moreira

[1178] Negociante de VNG, membro de uma família de republicanos. Em 1922, substituiu Miguel Joaquim Leal Júnior na qualidade de presidente da Comissão Administrativa dos Bens das Igrejas. PT/ACMF/CJBC/PTO/VNG/ADMIN/065.

[1179] *O CINCO DE OUTUBRO*, n.º 1, 1911: 1.

[1180] Este periódico foi estudado por Anabela Amaral e Margarida Felgueiras, sob o ponto de vista do exemplo que a *Pátria Nova* constituiu em termos de grupo de pressão e de influência, em torno do projeto

(diretor)[1181] e António Augusto Martins[1182] (redator). Alfredo Moreira foi professor oficial de Vilar de Paraíso e professor do ensino noturno, onde dirigiu a comissão de beneficência desta localidade e dinamizou a festa escolar, durante a 1.ª República. António Augusto Martins solicitou a criação de uma escola móvel em Canelas, oferecendo-se para aí lecionar gratuitamente. Foi docente durante vários anos na escola central de Santa Marinha, freguesia onde foi também professor do curso noturno[1183]. Foi o autor da letra do Hino das Escolas de Gaia (1915) e fundador do Grémio dos Professores Primários Oficiais de Gaia. Na década de 1920, veio a ser secretário da Junta Escolar do concelho[1184]. Foi alvo de vários processos. No início da mesma década, ingressa no corpo redatorial de *A Federação Escolar*, onde reencontra condiscípulos da Escola Normal do Porto, Alfredo Moreira e Justino Teixeira da Mota, com quem partilha a Livraria Escolar Progredior[1185]. A sua personalidade polémica, intransigente e inflamada, de crítica pública a ministros e a dirigentes associativos das mais diversas ideologias, vai custar-lhe vários processos[1186]. Em 1927, na direção de *A Federação Escolar*, foi castigado com 18 meses de inatividade por «ter apreciado, em termos que foram julgados inconvenientes e atentatórios da disciplina, decretos ultimamente publicados, pela pasta da Instrução»[1187] e por ter entre os livros de escrituração, na escola de que era diretor, boletins de *L'Internationale de l'Enseignement*[1188]. Os dois professores também deram mostras de sensibilidade poética no jornal, assinando vários poemas.

Albano Moreira da Silva era filho de Alfredo Moreira da Silva[1189], "O Alfredo das Rosas", e coproprietário da empresa Alfredo Moreira & Filhos, o grande patrocinador de *A Pátria*

---

educativo republicano, estendo o seu enfoque para a rede de sociabilidades e identificação de evidências de modernização da escola. Cf. AMARAL, FELGUEIRAS, 2013: 79-92.

[1181] Vd. Anexo 13.

[1182] Vd. Anexo 13.

[1183] Vd. Anexo 20.

[1184] *ANUÁRIO COMERCIAL DO PORTO*, 1926.

[1185] MARTINS; BEZELGA, 2003: 871.

[1186] Vd. MARTINS; BEZELGA, 2003: 870-871.

[1187] *A TERRA DE GAIA*, n.º 16, 1927: 2.

[1188] A *TERRA DE GAIA*, n.º 5, 1928: 2.

[1189] Conseguimos fazer esta associação a partir da seguinte notícia: *Na importante Quinta da Pena – Perosinho – teve há dias a sua deliverance a Sra. D. Ana da Silva, dileta e virtuosíssima esposa do nosso*

Nova. Residia numa das quintas-viveiro da firma. Foi louvado, em 1914, pelo Ministério da Guerra, pela forma «notavelmente atenciosa e eficaz» como auxiliou as tropas, durante os exercícios das Escolas de Repetição[1190] e, em 1930, é condecorado com o grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito - Classe de Mérito Industrial, com o título de Presidente da Câmara de Comércio Portuguesa em Barcelona[1191]. Veio a ser vereador da Câmara de VNG, na década de 1940.

A Pátria Nova assume nos seus intentos o interesse em contribuir para o «ressurgimento da Pátria» e a participação de «distintos colaboradores que defenderão […] os grandes problemas da instrução e da agricultura nacionais»[1192]. Entre os colaboradores figuraram, por exemplo, os professores Francisco José Cardoso Júnior, que defendeu no Congresso Pedagógico de 1914 a sua tese sobre laicização do ensino[1193], e Viriato Augusto Ferreira de Almeida, professor em Avintes e, depois em Santa Marinha, onde também lecionou o curso noturno, a par de António Augusto Martins. Um dos colaboradores mais assíduos era o enigmático «Jean Roulle»[1194], de Gulpilhares, que divulga em *A Pátria Nova* o ideário educativo anarquista[1195].

O Povo de Gaya teve como administrador e editor, Otávio Gomes, e como diretor, Manuel Ferreira de Castro, a quem já nos temos vindo a referir. A sua equipa, compreendendo que ainda não se concretizara «ao fim de três anos de vida, a República impecável, a República perfeita», e reconhecendo que faltava ainda muito a fazer, vinha «trazer modestamente a sua quota-parte de trabalho a bem duma obra comum - o ressurgimento duma nacionalidade»[1196].

---

querido amigo e administrador da Pátria Nova, Sr. Albano Moreira da Silva. *A PÁTRIA NOVA*, n.º 13, 1914: 2.

[1190] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 5, 1914: 2.

[1191] AHPR. PT/PR/AHPR-CH/CH0101-CH010101/D200122.

[1192] *Apud* AMARAL; FELGUEIRAS, 2013: 80.

[1193] Sobre o assunto vd. AFONSO, 2011: 40-55. Este professor foi por outros motivos mencionado no capítulo 1.

[1194] Personagem principal de uma tragédia proletária, da autoria do anarquista Octave Mirbeau, intitulada *Les Mauvais Bergers* (1897).

[1195] Na mesma época e da mesma localidade, escrevia também n'*A Revolta*, «Giordano Bruno» e, na *Terra Livre*, Manuel Luís da Costa Júnior podendo ser este o mesmo autor, no entanto, não conseguimos apurar outros dados que sustentem esta afirmação.

[1196] *O POVO DE GAYA*, n.º 1, 1914: 1.

Nas qualidades de redator e proprietário de *O Leverense*, estava António Barbosa de Castro, escrivão de Paz, agente das Companhias de Seguros "Portugal Previdente" e "Mundial". Era seu diretor, José de Freitas Sá e Moura[1197], e secretário de redação e editor, José de Castro e Silva. Este periódico foi apoiado por republicanos gaienses ligados à imprensa, como Osório Gondim e Manuel Rodrigues dos Santos Costa. Veio advogar pelo interesse de Lever e pelas localidades circunvizinhas e «pedir justiça para as suas causas»[1198]. Deu particular importância à história pátria e local, difundiu "palestras científicas", tratou do problema do analfabetismo, divulgou resultados de exame e informações sobre as escolas das envolvências e trouxe para a primeira página a temática da educação feminina pela pena de Ana de Castro Osório[1199].

Fig. 80. António Barbosa de Castro, proprietário d' *O Leverense*



Fonte: *O LEVERENSE*, n.º 20, 1915: 1.

Fig. 81. João de Castro Silva, «velho jornalista», pai de António Barbosa de Castro



Fonte: *O LEVERENSE*, n.º 24, 1915: 1.

[1197] Filho de José de Sá e Moura da Casa da Carreira Cova. Esteve na direção do jornal ate 1916.
[1198] *O LEVERENSE*, n.º 1, 1914: 1.
[1199] Vd. Anexo 47.

O *Serrano* tinha por diretor e proprietário, o maçom Pedro de Oliveira[1200]. A restante equipa era composta por Pedro de Oliveira Júnior (administrador), António de Oliveira[1201] (editor) e Isménio Moura[1202] (redator), os quais se declaravam «incondicionalmente ao lado de aqueles que trabalham pelo seu progresso e pelo seu desenvolvimento» da sua «boa terra», «prosseguindo sem desfalecimentos, cheios de entusiasmo e esperança nos destinos da República»[1203]. Advogou em favor do professorado de VNG no contexto de uma quezília com o maçom, ex-presidente da extinta junta-escolar de Gaia, Ramiro Mourão.

A Voz da Justiça. Quinzenário Republicano Independente tinha por diretor, proprietário e editor, José Soares de Oliveira[1204], e por administrador, Alberto Pereira Soares. Deu especial interesse às escolas de Oliveira do Douro e à Escola Primária Superior de Gaia.

O n.º 1 do quinzenário *A Terra de Gaia* foi simbolicamente publicado no dia 31 de janeiro, em homenagem aos republicanos envolvidos na revolta. Tinha por objetivo defender os interesses do concelho, porém, na perspetiva de articulação com os interesses da nação[1205]. Pelo que pudemos constatar, «os interesses do concelho» passavam pela escola Passos Manuel, pela Associação das Creches, pelo Clube de Gaia e do Prémio Camões, pela Escola do Torne e, de um modo geral, pela Instrução Primária e pelo professorado. Um dos seus artigos, intitulado «Educação Nacional», manifesta um claro saudosismo pelos velhos liberais, essa «avalanche de homens de ação e de patriotismo» que viveram entre 1830 e 1900, «uma época admirável de vitalidade, de energias patrióticas, de afirmações científicas» e o seu desânimo em relação à prioridade e valorização que os portugueses conferiam à questão da educação. O mote para o artigo tinha sido um cortejo ao cemitério em homenagem a Ciríaco Cardoso[1206],

---

[1200] Vd. Anexo 13.
[1201] Temos referência a um António de Oliveira pai do maçom Francisco Gomes de Oliveira, professor em Serzedo. Vd. Anexo 13.
[1202] Tradutor de obras sobre columbofilia, proprietário do *Mundo Columbófilo. Órgão das colectividades columbófilas de Portugal*, editor dos periódicos *A Voz de Gaia* e *O Despertar* (Porto).
[1203] *O SERRANO*, n.º 1, 1924: 1.
[1204] Vereador da Câmara de VNG, entre 1923-25.
[1205] *A TERRA DE GAIA*, n.º 1, 1927: 1.
[1206] Nasceu em 1846 e morreu no ano de 1900. Foi maestro, músico, empresário musical e cofundador da Escola de Música do Palácio de Cristal.

o qual teve que «encolher-se, encostar-se a um canto, envergonhado da sua pequenez e do seu anonimato, esperando ocasião em que lhe permitissem a passagem os entusiastas da corrida de bicicletas»[1207]. Colocou-se, também, ao lado do professor António Augusto Martins e de *A Federação Escolar*, quando este, na qualidade de diretor do periódico criticou os decretos de 1917, emanados da Pasta de Instrução, sendo por isso alvo de processo disciplinar e o jornal, suspenso[1208]. Tais tomadas de posição levaram também ao encerramento de *A Terra de Gaia*. Em 1935, o jornal gaiense «que sempre defendeu intemeratamente os legítimos interesses deste concelho procurando ser-lhe útil e realizar uma obra jornalística honesta»[1209] encontrava-se extinto. Por intermédio de Joaquim Francisco Pedrosa Júnior e de Américo Augusto Ribeiro Gonçalves, membros da comissão administrativa do jornal, entrega-se à Associação das Creches de Santa Marinha um fundo constituído por ações do Estado de 4,5%, na importância de 2020$60, com a obrigação de, em cada "5 de Outubro", se aplicar o dinheiro em favor das crianças[1210].

3.4.2. Diálogo jornalístico sobre instrução e educação

Porque falamos de educação, já tardava destrinçar "instrução" de "educação" e explicar a sua simbiose na voz dos contemporâneos. Pelo caráter de essencialidade, conferido a estes processos, começamos pelo apelo do vereador da Câmara Municipal, Manuel Francisco Gomes Júnior, na cerimónia de distribuição dos prémios Visconde das Devesas, publicado em *O Portucalense*, em 1906.

> *Há duas coisas indispensáveis à vida: - a educação e a instrução.*
>
> *A educação é padrão por onde é aferida a moralidade de um povo, bem como a instrução é o termómetro do seu adiantamento ou atraso intelectual nas letras e nas indústrias*[1211].

[1207] Vd. transcrição em Anexo 48.

[1208] *Como amigo e admirador das belas qualidades do professor Sr. Martins, sentimos enormemente a deliberação ministerial que o atinge.*
As colunas de A Terra de Gaia estão ao seu dispor em tudo que se relacione com a sua defesa. E por hoje temos dito. *A TERRA DE GAIA*, n.º 16, 1927: 2.

[1209] *Apud* BAPTISTA, 2018f: 211.

[1210] BAPTISTA, 2018f: 211.

[1211] *O PORTUCALENSE*, n.º 28, 1906: 1.

Na sua opinião, balizada em literatura abundante e herdeira do Século das Luzes, centrada no determinismo da educação na formação do individuo, defendia que o homem «nasce inteiramente ignorante, mas com disposições para o bem e para o mal» e por isso está convicto de que a prosperidade dos estados depende do lar e da escola, «dos pais e das mães, dos mestres e educadores»[1212]. Por outro lado, no seu entender, só através da educação e da instrução é que se poderia alcançar o bem comum[1213]. Acrescentava que educar não se tratava apenas de instruir, envolvia a preparação moral das crianças para que estas pudessem vir a ser indivíduos autónomos e conscientes[1214]. Além da instrução, era preciso, então, impelir para a prática do bem, porque enquanto a boa educação poderia regenerar, «a má desvaira, vicia e corrompe as crianças». Para este fim, a profissão do professor é «a mais augusta e grandiosa! É ele que desfolha as primeiras folhas do grande livro, é ele o primeiro guia do homem e que lhe aponta um horizonte vasto e amplo»[1215]. O mesmo vereador ufanava-se pelo facto de o concelho de VNG possuir professores «devotadíssimos, fanáticos até, pelo cumprimento dos seus deveres»[1216]. Concluindo, afirmava que a instrução e a educação, embora distintas, caminhavam paralelamente para a mesma meta e constituíam o complemento uma da outra, sendo que delas dependia a formação da personalidade e o desenvolvimento pleno do indivíduo[1217].

Destacamos, igualmente, o discurso emotivo da professora de Canidelo, Carolina da Silva, que na ocasião de uma festa escolar, em 1906, manifesta a ideia de que não há educação sem uma boa instrução, capaz de preparar o indivíduo para o incerto, para a superação de obstáculos e para a formação de um ser feliz e competente.

> *Tudo está dito acerca da instrução e das suas vantagens. Se o corpo não prescinde de alimentos, o espírito não prescinde de instrução. Esta é mais do que o alimento de espírito; é a sua luz, é o seu guia; - e mais vastos e até mais belos*

[1212] *O PORTUCALENSE*, n.º 28, 1906: 1,2.
[1213] *O PORTUCALENSE*, n.º 28, 1906: 1,2.
[1214] *O LEVERENSE*, n.º 21, 1915: 1.
[1215] *O PORTUCALENSE*, n.º 28, 1906: 1,2.
[1216] *O PORTUCALENSE*, n.º 28, 1906: 1,2.
[1217] *O PORTUCALENSE*, n.º 28, 1906: 1,2.

do que os horizontes suscetíveis de serem abarcados pelos nossos olhos, são os horizontes que uma boa instrução abre diante do espírito. Penetrar os segredos da vida, conhecer-lhe os perigos, aprender a vencer-lhe a dificuldade, são outras tantas vantagens da instrução. Só a pessoa instruída sabe dirigir-se, do mesmo modo que só o indivíduo dotado do sentido da vista sabe escolher o seu caminho. Saber é ver. Saber é possuir um instrumento de felicidade. Saber é ser melhor. Debaixo deste ponto de vista, a instrução é também educação[1218].

"Luthero", colaborador de *A Luz do Operário*, acusa a sociedade de privar a prole operária de instrução e de a manter educada para ser explorada. Denunciava que o trabalho era tão diminutamente remunerado que o operário não ganhava o suficiente para acudir às mais urgentes necessidades da sua vida e da dos seus, pelo que os filhos, logo que podiam, iam para a fábrica, o «matadouro», fazendo-se doentes, infelizes e inúteis, tal como os seus antepassados[1219].

Mal alimentado, mal vestido, habitando pocilgas infetas sem ar, sem luz, sem obedecer aos mais rudimentares preceitos de higiene, vivendo quase numa promiscuidade condenável, mas a que não podem fugir, tendo sempre a sua vida doméstica em constante desequilíbrio económico, lutando desesperadamente para poder ser o que chamam homem honrado, bestializando-se dia-a-dia com tanto vexame, tanto sofrimento e tanta miséria, o operário vendo o número de filhos a crescer dia a dia na mesma proporção em que o pão vai faltando, espera ansioso o momento em que o mais velhito possa entrar na oficina e ir fazendo a sua aprendizagem para ganhar alguma coisa com que possa ajudar os pais nas suas dificuldades financeiras. E aos oito ou nove anos quando a criança devia caminhar para a escola, alegre e contente a aprender as noções especiais e necessárias à vida humana nas suas múltiplas manifestações, encaminha-se taciturna e cabisbaixa para a oficina onde vai ser martirizada, explorada como já o foram os seus antepassados. E ali subjugada a um trabalho violento, penoso,

[1218] *O PORTUCALENSE*, n.º 25, 1906: 2.
[1219] LUTHERO, 1898b: 1.

> *árduo superior às suas débeis forças, vai-se a pouco e pouco definhando e ou a morte arrebata ou se torna um ser anémico inútil que a sociedade explorou, mas que a sociedade não conhece. E assim, não tendo o tempo preciso para poder ir à escola visto que tem fatalmente que ir para esse maldito matadouro, de nada lhe servem as escolas sustentadas pelo governo visto que as não podem frequentar*[1220].

"Sol", colaborador do periódico sindicalista revolucionário, *A Voz do Tanoeiro*, vai mais longe, afirmando que era na instrução que residiam as bases sólidas para a realização dos seus ideais, a qual deveria ser disseminada através das "escolas livres", e que a culpa do seu insuficiente derramamento não estava apenas na monarquia, nem nos governos, mas principalmente no povo português e na sua falta de iniciativa.

> *É ver como na França, na Alemanha, na Bélgica, na Suíça, na Dinamarca, por toda a parte, enfim, o povo procura a instrução. Não espera pelos governos, - antecede-os, e a ponto tal, que o ensino particular abrange mais que o oficial.*
> [...]
> *A questão é portanto muito simplesmente esta:*
> *Ou a classe operária nesta cidade se eleva e dignifica, constituindo essas escolas, cujo modelo faria honra à cidade mais progressiva da Europa, ou cobrir-se-á de ignomínia, de eterna vergonha, consentindo que se perca a melhor ocasião que se lhe tem proporcionado, para atestar a sua vitalidade como operário bem orientado, e ardente por uma nova vida*. [...][1221]

O Despertar (ex-*Voz do Tanoeiro*) entoava a «urgência inadiável» da educação e da instrução das crianças «debaixo de um princípio positivo, alheio às absurdas conceções da metafísica espiritualista» e sem «estreitezas desta ou daquela bandeira partidária»[1222]. "Celta", correspondente do mesmo jornal, afirmava que a instrução era «uma questão de vida ou de morte», porque «um revoltado sem consciência da sua verdadeira missão, torna-se inútil» e só a «instrução faz consciência»[1223]. Neste aspeto,

---

[1220] LUTHERO, 1898b: 1.
[1221] SOL, 1901: 2.
[1222] *DESPERTAR*, n.º 8, 1902: 1.
[1223] *DESPERTAR*, n.º 8, 1902: 1.

segundo o mesmo, Lisboa apresentava um grande avanço sobre o Porto, com as escolas de *A Voz do Operário* e outras, ao passo que os trabalhadores do norte não estavam a corresponder aos esforços do Comité Académico Operário do Porto.

> *A sociedade futura que ambicionamos só poderá constituir-se debaixo de princípios os mais igualitários, conscienciosos e fraternos; por isso não poderemos negar que só numa boa instrução, sólida e bem orientada, encontraremos bases seguras para a nossa completa emancipação, para a Cidade Nova do futuro.* [...]
>
> *Chegados que somos a estas conclusões, a educação e a instrução das crianças impõe-se-nos como um impreterível dever, como uma necessidade urgentíssima. É preciso que, principalmente e pelo menos, nas duas capitais do país, como focos da irradiação que podem e devem ser, o operariado dê o exemplo de uma boa educação social, que o torne digno da sua missão, impondo respeito e receio à burguesia, captando as simpatias de todos os seus companheiros.*
>
> *Em Lisboa, alguma coisa parece ter-se feito neste sentido. Além das escolas da sociedade «Voz do Operário», outras se têm aberto ultimamente. O número delas é já muito razoável, e os seus fundadores são todos eles mais ou menos democratas.*
>
> *Não poderemos dizer que essas escolas seguem um programa bom, como já seria de esperar, por exemplo, um programa como o das Escolas Livres, um projeto do Comité Académico Operário do Porto*[1224] *mas no entanto pode dizer-se que ainda que relativamente, Lisboa, sobre este ponto, nos apresenta um grande avanço sobre o Porto.* [...]
>
> *Aos trabalhos que esse Comité tem feito para pôr em prática essas escolas, não tem correspondido a boa vontade, o auxílio preciso do povo trabalhador.* [...][1225]

[1224] Sobre o programa de ensino que seria ministrado nestas escolas vd. CANDEIAS, 1981: 43-44 e AFONSO; LACERDA, 2005.
[1225] CELTA, 1902: 1.

A única experiência desse tipo em VNG era o Gabinete de Leitura Popular e Escola de Ensino Livre[1226], em Gervide (Oliveira do Douro), que dava mostras da sua influência na educação para uma vida longe da taberna e da cadeia.

> *Fundada em janeiro de 1901, esta escola, apesar das perseguições e mal querenças da seita clerical, vem realizando desde essa época para cá um dos grandes benefícios que a Humanidade traz - a Instrução.*
>
> *E esse é o de livrar os filhos do povo da taberna que leva ao vício, e do vício que conduz ao crime.*
>
> *Assim no local onde foi fundada já não há as frequentes desordens, duelos a pau, e quase que deixou de existir o arreigamento ao livro de 40 folhas, vício ainda mais terrível que o da própria embriaguez. E porquê? - Porque o exemplo dos seus fundadores, seguido por quase todos os camaradas do lugar, levou moralmente e sem ser preciso o repique dos sinos da igreja de Oliveira, os camaradas que passavam o tempo na ociosidade, a virem procurar no seio dos amigos, dos companheiros, o facho grandioso e sublime da Instrução!* [...]
>
> *Este Gabinete conta realizar uma série de conferências, para as quais convidará todos os camaradas que a desejem auxiliar no seu intuito de derramar a Luz nos cérebros obcecados pelas trevas do Obscurantismo*[1227]*.*

A redação de *O Libertador*, num extenso artigo de primeira página intitulado «Educação. Questões íntimas», afirma que a falta de educação «é inerente à luta de classes», problema que afetava as classes operárias e era a razão pela qual defendiam uma educação «adequada», de índole marxista, conducente à emancipação operária e ao fim da opressão do homem pelo homem. Segundo os mesmos, essa educação poderia ser obtida através de jornais, livros e folhetos, onde cada operário podia adquirir a educação que lhe era necessária, pela leitura e estudo das doutrinas. «Enquanto o não fizer será sempre um escravo, julgando ser homem».[1228]

[1226] Também designado Escola Racional de Gervide que, em 1913, tinha como responsáveis, os ativistas Joaquim Correia, José dos Santos, Juliano José Ribeiro, Salvaterra Júnior e Vitorino Ferreira. CRUZ, 2012: 23.

[1227] OOL., 1902: 3.

[1228] *O LIBERTADOR*, n.º 18, 1913: 1.

Apressamo-nos a esclarecer que quando falamos em educação nos queremos referir à educação social e revolucionária, porque da outra, que é nitidamente burguesa, está o operariado farto.

Não, aquela educação moralista, ministrada segundo a conceção burguesa, na família e na escola oficial - ou particular, que segue os mesmos métodos - é a mesma que nos diz que devemos ser humildes e respeitosos para com os patrões e o Estado, aos quais devemos obediência; é a mesma que nos indica que nos esqueçamos de que somos homens e nos consideramos autómatos, coisas, que devem ser movidos segundo os interesses burgueses; [...] *que de nós faz carne de exploração e de canhão; que nos conserva continuamente na desoladora miséria; que arrasta à infamíssima prostituição as nossas irmãs e as nossas filhas; é aquela educação, enfim, que já fez sofrer os nossos avós e que nos faz sofrer presentemente as torturas da fome e os vexames da opressão de quantos parasitas enxameiam esta sociedade desigualitária e cruel, baseada na exploração e na opressão do homem pelo homem.*

Não! A Educação, a moral de que sempre falamos é aquela que se baseia nos princípios do amor fraternal e que conduzirá a humanidade a uma era de Paz e Felicidade.

A educação de que tantas vezes fala o «Libertador» é aquela que está em conformidade com o título do jornal - libertar. E para libertar é preciso uma educação adequada. [...]

A educação que os produtores precisam é, evidentemente, aquela que, pelo raciocínio, os leva a conhecer as causas do seu sofrimento e que paralelamente, as coloca em face dos meios conducentes à sua libertação. Tudo quanto seja em contrário é falsear o verdadeiro sentido da luta, é retardar a sua emancipação[1229]*.*

[1229] S. a., 1913: 1.

O jornal *A Verdade*, órgão do Círculo Católico de Operários, publicado como instrumento persuasivo contra a instalação do protestantismo em Oliveira do Douro, afirmava que uma das especificidades que distinguia a instrução da educação é que esta última incluía, como elemento fundamental, a religião.

> *Instrução! Instrução! Clamam eles, talhando a mortalha da pátria no tecido dos fundamentais princípios.*
>
> *Há grande diferença entre educação e instrução. A educação abarca o homem todo: a instrução, só metade. A educação desenvolve as faculdades: a instrução dá conhecimentos. A educação eleva a alma: a instrução dirige a inteligência.*
>
> *A educação faz os homens, a instrução faz os sábios.*
>
> *A educação é o fim: a instrução é um dos meios.*
>
> *A educação para ser sólida e completa há de abranger simultaneamente estes quatro elementos: religião, instrução, disciplina e higiene. Da mais leve negligência de qualquer destes meios resultam as mais graves consequências*[1230].

«Jean Roule» em *A Pátria Nova*, propõe uma visão diferente baseada, entre outros, no pensamento anarquista de Paul Robin[1231]: «O problema da educação só encontrará a sua solução quando a livre iniciativa individual absorver as funções do Estado que lhe são inerentes»[1232]. Para isso, defendia que a educação veiculada deveria ser racional e laica, porque partilhava da ideia de que a escola neutra, assim como a religiosa, longe de desenvolver a personalidade, circunscrevia-a num círculo vicioso, atrofiando a individualidade e inculcando ideias de submissão e de passividade[1233]. Nesse processo, o papel da família e do professor eram indispensáveis. Propunha que se confiasse o ensino a ligas de iniciativa particular, formadas por indivíduos de todas as classes sociais, «sem se inquirir das suas ideias políticas ou filosóficas», com o objetivo de acorrer-se às

[1230] *A VERDADE*, n.º 6, 1907: 1.
[1231] Considerado o primeiro pedagogo libertário, idealizador do ensino integral.
[1232] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 12, 1914: 1.
[1233] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 4, 1914: 3.

despesas necessárias, desde as despesas com professores, ao material escolar e de expediente e a cantinas para fornecimento de refeições aos educandos.

> *A educação, como meio de profilaxia social, carece de ser conforme a época, o meio, livre de preconceitos de qualquer espécie, numa palavra, deve ser ministrada de harmonia com a verdade científica, racional, numa palavra; e o professorado, em vez de obter dos educandos recitativos, decorados forçados de trechos de prosa, deve antes fazer-se compreender pela persuasão, servir de exemplo vivo a seguir e nunca impondo-se pela sua autoridade de superior para inferior.*
>
> *A educação, como diz Paulo Robin, quase entrega a infância aos bonzos, bruxos, sacerdotes e pedantes metafísicos, que se esforçam em modelar o pensamento da criança da conformidade com absurdos princípios a priori, sem intento nem capacidade de investigar o que poderá torná-la um membro útil à comunidade. De facto, a educação será tanto mais benéfica quanto mais para ela concorra a família com os seus conhecimentos pedagógicos e exemplos de moralidade; mas se o educador não é um homem que se acha compenetrado da sua missão, e se, ao contrário, está imbuído de preconceitos de qualquer espécie, dificilmente conseguir-se-á que ele eduque.* [...] *Para isso é indispensável que a família possua os necessários conhecimentos pedagógicos para servir de guia à criança nos primeiros períodos da infantilidade; mas se os não possui, ao professor compete suprir esta falta, ou antes preencher esta lacuna tanto quanto lhe seja possível, já estudando a psique da criança para lhe evitar o cometimento de atos condenáveis a que seja propensa por efeito de hereditariedade, ou de simples cruzamento, já fazendo-se obedecer pela palavra amiga convincente.*
>
> *A educação mais séria e mais profunda, escreve Júlio Leruissa, é aquela que se dá a si mesmo. Cada qual deve ser o seu próprio mestre e a missão daqueles que creem saber é não impor as suas opiniões, mas propor a outrem, com argumentos raciocinados, as ideias-gérmen que devem frutificar no seu próprio cérebro.*

Crês ou morres é a divisa de todos os fanáticos políticos. Ora expor, fazer compreender e jamais impor deve ser o lema dos profissionais do ensino, porque nele está consubstanciado o princípio da liberdade. [...]

Jean Roule[1234]

A diversidade sociodemográfica de VNG caldeou um movimento poliédrico em prol da instrução da população, correspondente aos diversos ideais de homem-gaiense, que os grupos de influência pretendiam formar e que, através dos jornais, apologizavam a educação adequada, indispensável ao progresso e à felicidade humana, mas que dependendo do prisma ideológico-religioso subjacente, tendiam para diferentes conotações, podendo ser mais regeneradora, mais revolucionária, mais racional ou mais religiosa. Essas disputas e pressões em favor da(s) educação(ões) pretendida(s) ocuparam um "espaço" nos jornais que espelhou, por um lado, o papel que a imprensa teve neste processo e, por outro, a importância conferida às temáticas inerentes, entre as quais, a do professorado.

3.4.3. Professor: benemérito ou criminoso?

O magistério primário não é uma profissão; é um sacerdócio, para o qual se deve exigir uma dedicação absoluta, quase que um fervor de apóstolo. O professor primário pode ser um benemérito da Pátria ou um grande criminoso. Em suas mãos, mais do que nas dos dirigentes das nações, está o futuro destas. Mas é preciso que, ao mesmo tempo que se compreende a importância da alta missão que lhe é confiada, se compreenda também a necessidade de o colocar no lugar que realmente na sociedade lhe compete[1235].

Assim se escrevia no *Jornal dos Carvalhos* a propósito do aumento dos vencimentos «mesquinhos» de uma das classes que mais vivia para a República e, no entanto, das mais sacrificadas e desprezadas – o professorado[1236]. O redator da notícia manifestava-se satisfeito com esta ação do ministro da instrução, considerando-a imprescindível para

[1234] ROULE, 1914c: 1.
[1235] R., 1919: 2.
[1236] *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 11, 1919: 2.

o «derramamento da instrução e da educação populares», com vista à formação do cidadão livre que soubesse «conduzir-se na política e em tudo por si só»[1237]. Esta convicção de que o professor assumia um papel exigente, mas pouco reconhecido, e primordial na formação dos indivíduos foi, sobretudo, defendida por jornais de tendência republicana, como no caso do jornal *A Defesa* que deixou plasmado em primeira página.

> *O Professor Primário é o operário que trabalha em espíritos, para os lapidar e polir e depois aperfeiçoá-los, purificando-os no cadinho do ensinamento, é o artífice da luz, obreiro da civilização; é o agricultor que faz desabrochar inteligências e semeia os gérmenes das novas e grandes árvores sociais; o primeiro guia da humanidade: o audaz mineiro que, entranhando-se no solo social, destrói a treva, procurando a luz que ilumina o cérebro e o calor que alenta o coração; o obreiro incansável cuja fronte é cingida pela auréola de uma grande missão; é o missionário que, longe de fruir interesses próprios, é útil à sociedade, é o psicólogo da tenra geração moderna de onde saem os defensores da nação, os operários, os talentos cintilantes que honrarão a pátria; os guias da sociedade; os predestinados que iniciam os primeiros voos às regiões da luz - a luz que é a Vida.*
>
> *Hoje, as serras mais alterosas vão perdendo a sua soberania de limítrofes; a rede de comboios, entrecortando as serranias, une os homens, como Napoleões invadindo as fronteiras; e o mar longe de separar os homens estreita-os graças aos prodígios da navegação.*
>
> *As guerras, hoje, não são movidas pelos ódios da raça e religião: têm por móvel a unificação dos povos, a vida da civilização, a vida intelectual, a vida moral - a Felicidade.*
>
> *E o professor primário tem de manifestar, exteriorizar a sua atividade em prol desta sublime ideia, acompanhando, como enciclopédico que deve ser, todas as evoluções sociais para atingir o fim a que a sociedade humana se dirige*[1238].

[1237] *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 12, 1919: 2.
[1238] S. a., 1905b: 1.

Uma das transcrições sobre o assunto proveio de *O Século*, intitulado «O espírito democrático, a escola primária e a magistratura» que acusava o governo de João Franco de demagógico, pelo facto de este dispor de centenas de contos para melhoria dos órgãos de coação, esquecendo os «apóstolos da instrução», que eram os «instrumentos da verdadeira liberdade». O texto publicado advertia que o povo já não se deixava governar por «frases» e que os professores, esses «heróis», tomariam o lado da «justiça».

> *Com efeito, nada mais belo, mais cantante, mais sonoro do que as frases espírito científico, espírito democrático, espírito moderno. Mas, feliz ou infelizmente, já se passou o tempo em que Portugal era uma monarquia governada por frases, como a França já foi numa monarquia governada por canções. Hoje, o povo, na sua irreverência iconosiastica, parte as frases como quem parte nozes, e, se as encontra chochas ou vazias, deita-as fora.*
>
> *Atente o governo para a instrução e para a justiça, para os esteios da verdadeira ordem social democrática. Veja como vive um professor primário; veja como vive um delegado e um juiz. Não se admire se lhe disserem que há muitos professores primários que não têm um fato decente para vestirem; não se espante se lhe contarem que as filhas de um magistrado dos nossos tribunais superiores andam descalças por casa. Em matéria de professores e magistrados não atire à conta de lenda o que oficialmente lhe contarem. O «Século» abriu um inquérito seu sobre esses dois graves assuntos, que, para ele, primam todos os outros. Está informado e documentado. Nestas duas classes há verdadeiros heróis: fique-o sabendo o governo; fique-o sabendo o país.* [...]
>
> *E entre uma instituição que lhe dá a fome a uma outra que lhe promete a justiça, o professor primário não hesita*[1239].

As condições salariais, ora fosse pela questão do vencimento, ora pelos atrasos nos pagamentos, constituíram desde cedo uma reivindicação constante[1240]. Todavia, os

[1239] S. a., 1906e: 2.
[1240] *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 5, 1889: 4; *O GRILLO DE GAYA*, n.º 48, 1891: 2.

jornais consultados passam a ideia de que a descentralização cuidou melhor dos professores de Gaia, chegando a defender a Câmara em situação de incumprimento do pagamento de salários. Era essa a opinião do professor Viriato de Almeida, no jornal *A Pátria Nova*:

> *Ao professorado oficial deste concelho ainda não foram pagos os ordenados de fevereiro como determina o decreto de 29 de março de 1911 que obriga as Câmaras a pagar até ao dia 10 de cada mês.*
>
> *Sabemos que a culpa não é da Camara Municipal, que se tem sacrificado grandemente para que tal anomalia não subsista, mas sim de entidades superiores que no assunto superintendem e que deveras o têm descurado, se não tratado com uma manifesta má vontade.*
>
> *Na Câmara estão homens com grande amor ao ensino e uma dedicação infinita pela causa nobre do professor primário*[1241].

Nos primeiros anos da 1.ª República, a palpitante questão da centralização do ensino primário suscitou debates com grande entusiasmo e tensão na imprensa, nos congressos, e em diferentes reuniões do professorado, porque no cerne da questão estava, também, «a consideração devida ao professor primário pela sua altíssima e nobre missão», sendo que «uma grande, uma esmagadora maioria inclina[va]-se para a centralização», convicta que a descentralização era «assaz perniciosidade» e «incompatível com o nosso atraso mental»[1242]. O editorial de *A Pátria Nova* reconhecia a Câmara de VNG como uma das raras exceções, criticando aqueles que defendiam a centralização com base no exemplo estrangeiro, porque «nas nações mais civilizadas está o povo educado, tem um amor profundo à instrução e bem radicado no espírito o respeito pelo professor primário», o que não era o nosso caso.

> *Pertencemos a um concelho, cuja câmara tem administrado com admirável zelo, e amor os assuntos da instrução e a quem o professorado deve as maiores atenções; mas ela é uma das raras exceções e por esse país fora a Instrução*

[1241] ALMEIDA, 1914b: 1.
[1242] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 13, 1914: 1.

Primária e os seus obreiros gemem sob o peso esmagador de afrontas, sarcasmos, opressões e arbitrariedades, filhos diletos dos corifeus do partidarismo político que, por toda a parte ainda imperam, e sequência infalível do analfabetismo que é a quem hoje está - quase na generalidade - entregue a Instrução Primária![1243]

Regressando à figura do professor, num artigo intitulado «A Instrução» dedicado ao professor oficial de Olival, Joaquim Osório Cardoso da Fonseca e Castro, em finais o século XIX, no *Jornal dos Carvalhos*, aludia-se à responsabilidade dos Governos, pais e professores e denunciava-se que, em muitos casos, «as causas de decadência da instrução e civilização duma freguesia rural», se deviam à falta de supervisão nas escolas e à falta de empenho dos professores (oficiais e livres) [1244]. Todavia, se por um lado, se havia que censurar atos menos dignos de alguns «professores analfabetos» devia-se, por outro, registar o nome de muitos outros, «não só pelos cuidados que dispensam à instrução, como pela honradez que carateriza as pessoas» e que «tanto se cansam pelos progressos da instrução e civilização» da época[1245], em que se incluía o professor Osório, como era conhecido, que viu o seu prestígio aumentado, a cada ano que levava alunos a exame[1246]. Nos anos de 1913 e 1914, era seu par pedagógico, na escola de Olival, Áurea Judite Amaral[1247], à época uma das participantes no Congresso Pedagógico promovido pelo Sindicato dos Professores Primários de Portugal, no Porto, colaboradora na imprensa pedagógica e integrada na corrente Escola Nova, surgindo frequentemente associada a movimentos de intervenção social e pedagógica[1248]. Fez parte do grupo que veio a liderar um movimento expressivo de renovação pedagógica na década de 1920 e

[1243] S. a., 1914a: 1.
[1244] *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 5, 1889: 4.
[1245] *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 5, 1889: 4.
[1246] Nasceu e morreu no lugar da Lebre/Olival (1852-1929). Aos 13 anos, órfão de pai, dedicou-se ao ensino particular. Exerceu, também, a função de caixeiro numa fábrica de Crestuma, onde teve possibilidade de ascensão na carreira profissional. Todavia, conseguiu concluir o curso de Magistério Primário, vindo a integrar-se no ensino oficial. Foi perpetuado na toponímia da localidade. OSÓRIO, 1991: 36.
[1247] Vd. Anexo 6.
[1248] PAULO, 2003: 83.

de que fizeram parte Adolfo Lima, António Sérgio, Faria de Vasconcelos, Irene Lisboa, entre outros. Na década de 1930, integrou um grupo de bolseiros da Junta de Educação Nacional que ingressaram no Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra. Na mesma década, traduziu obras pedagógicas e exerceu a função de inspetora na região escolar do Porto. Veio a falecer aos 87 anos em VNG onde poucos conhecem o seu papel de relevo na História da Educação nacional[1249].

Fig. 82. Professor Osório



Fonte: OSÓRIO, 1991: 35.

Fig. 83. Antiga escola oficial da Igreja/ Olival (na frente, o busto em bronze do "pai" da História da Educação em Portugal, Joaquim Ferreira Gomes, onde foi aluno)



Fonte: Foto da autora.

Principalmente, nos lugares mais afastados, a competência de um professor era, em grande parte, medida pela quantidade de alunos que levava a exame e pelo número de alunos "distintos". De igual modo, a freguesia de Serzedo estimava o seu professor oficial, o maçom Francisco Gomes de Oliveira que, tal como o professor Osório, tem, hoje, uma rua com o seu nome na localidade onde trabalhou[1250]. Sobre ele escreveu agradecido um pai no jornal *A Defesa*.

> *Como se vê foram excelentes os resultados colhidos por esta escola que é proficientemente dirigida pelo Ex. Sr. Francisco Gomes de Oliveira. Este ilustre professor, muito considerado pelos seus colegas, lutando duma maneira pouco*

[1249] Sobre o percurso profissional de Áurea Judite Amaral vd. PAULO, 2003: 83-85 e MOTA; VILHENA; FERREIRA, 2016: 289-300.
[1250] Vd. Anexo 13.

vulgar contra as causas, de todos sobejamente conhecidas, que na aldeia se opõem ao desenvolvimento da instrução, apresenta todos os anos a exame um grande número de alunos, vendo sempre coroados do melhor êxito os seus esforços dignos de menção.

Pode o concelho de Gaia orgulhar-se de possuir entre os nomes dos seus professores distintos, que os tem e bastantes, o do Sr. Francisco Gomes de Oliveira, que, não se poupando a trabalho e consumindo o melhor das suas forças no amor pela árdua missão do ensino primário consegue ano a ano abrilhantar a sua já extensa lista de serviços prestados à causa da instrução, e firmar assim cada vez mais a legítima consideração e estima em que é tido pelos seus superiores hierárquicos[1251]*.*

O professor Francisco Gomes de Oliveira era considerado um professor «exímio», qualidade que lhe advinha das relações pedagógicas que estabelecia («afabilidade e zelo com que trata os seus alunos»), e do «excelente método de ensino, consequência da manifesta ilustração do seu espírito agudo e da longa prática» que tinha[1252].

Diferente é o caso de um casal de professores de Arcozelo, Bernardo de Almeida Cardoso e Olinda de Jesus Proença, que foram acusados de não exercerem cabalmente as suas funções nas escolas em que trabalhavam, não cumprindo os horários regulamentares, porque se ocupavam de uma padaria que possuíam, no lugar do Corvo. A Junta chegou mesmo a denunciar a situação ao Governo e à Inspeção, «pois não admitia que dando a Junta grande apoio às escolas, dois professores se dedicassem a esta atividade»[1253]. Esta questão gerou um movimento de repúdio, por parte dos padeiros da freguesia que expuseram as suas razões à Junta, contra "os seus colegas amadores", num longo ofício onde, entre outras afirmações, denunciavam que chegavam ao descaramento de as suas próprias vendedeiras trazerem consigo uma listagem com os nomes dos pais dos alunos que frequentavam aquelas escolas e a quem

[1251] DUARTE, 1905: 3.
[1252] *A DEFESA,* n.º 23, 1905: 3.
[1253] *Apud* AMENDOEIRA, 1993: 285.

tentavam vender pão. Foi decidido apresentar este abaixo-assinado à consideração do Ministério da Instrução[1254].

3.4.4. Práticas educativas: entre a Pedagogia e a Didática; entre o nacional e o estrangeiro

> *A educação é um conjunto de ações e de reações, atuando direta e indiretamente nos indivíduos e por meio do qual se preparam, se modelam as gerações num certo e determinado sentido.*
> *Na educação, há pois, um fim – orientação – e meios – métodos e processos.* […]
> *O ideal de educação não pode ser absoluto; está subordinado às condições contingentes e às condições psico-coletivas do tempo e do espaço. É, por excelência, perpetuamente progressivo e evolutivo.* […]

[1254] AMENDOEIRA, 1993: 285.

> *A educação não deve ser feita independentemente do meio em que o indivíduo há-de viver, alheio à sociedade de que por natureza faz parte.* […]
> *Para cada época e lugar pode consignar-se um tipo de educação*[1255].

No capítulo anterior, embora sobretudo na ótica do ensino privado, já fomos descortinando alguns aspetos relativos às práticas educativas, referindo-nos à preocupação pela modernidade pedagógica em que se incluíam, entre outros, os métodos de ensino da Leitura aqui aplicados, a Educação Física, os "Museus" escolares, as excursões e as exposições. As fontes consultadas revelam alguns dados sobre essas práticas educativas no concelho, mas sobretudo no universo privado, como forma de publicidade. Todavia, a falta de elementos iconográficos e de descrições mais pormenorizadas deixam-nos muitas dúvidas e a curiosidade insatisfeita relativamente às metodologias desenvolvidas com os alunos, sobretudo, no mundo do ensino oficial. Por exemplo, em 1905, um jornal republicano recomendava uma instituição educativa privada, não só pelas «melhores condições higiénicas», mas também por obedecer «às condições que a moderna orientação pedagógica reclama». O designado Instituto Escolar desenvolvia um «sistema de ensino, cuidadoso, persistente» que levava os alunos a atingirem os melhores resultados nos exames. «Nem um só aluno ficou reprovado, o que é o melhor reclame para o «Instituto» e para os seus dirigentes». O jornalista refere que assistiu às aulas mas a descrição que nos deixa é vaga.

> […] *Vimos quanto os alunos nelas aproveitam com o método adotado, consciencioso, por parte dos respetivos professores, e facilmente assimilado pelos educandos. Sem castigos violentos, antes com um carinho paternal, os diretores do Instituto sabem conseguir das crianças o respeito e uma afeição especial pelos seus educadores*[1256].

Ainda a título de exemplo, também não conseguimos confirmar se alguma escola aderiu ao repto do «Concurso inter-escolar», lançado por *A Pátria Nova*, relacionado com a educação para o bom trato dos animais, destinado a alunos de todas as escolas primárias

[1255] Adolfo Lima, *Apud* PROENÇA, 2014: 135-137.
[1256] S. a., 1905a: 4.

(públicas e privadas) do país, lançado pela Sociedade Protetora dos Animais de Lisboa, com a cooperação e o auxílio das sociedades congéneres do Porto, de Guimarães, de Coimbra, de Beja, do Funchal, de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada[1257].

Não obstante a dificuldade, quisemos enfocar, em grande parte, com base nos *flashes* perpetuados na imprensa gaiense, o "fim", os "meios" e o "tipo" de ensino que atuou neste meio multifacetado, durante este que foi um período, expectante, tenso e instável mas consciente do poder da educação e da cultura na marcha do progresso desejado para a comunidade e para o país. Segundo Joaquim Pintassilgo, esta convicção de raiz iluminista e positivista era partilhada por vários setores político-ideológicos e, sobretudo, por aqueles ligados ao republicanismo[1258], inserindo-se numa estratégia subversiva face à monarquia e à influência da Igreja. António Candeias não viu nisto oportunismo político, mas antes uma estrutura ideológica de «genuína preocupação pela instrução e cultura»[1259] e identificou um conjunto de traços comuns que denominou de «"ideologia de esquerda", quer se trate de uma esquerda operária ou burguesa»: anticlericalismo, anti-autoritarismo, racionalismo e justiça[1260]. O mesmo autor refere que «estas quatro noções parecem estar bem definidas na "mentalidade" do movimento operário português», assim como a «nítida noção de diferenciação entre "nós" e "eles"»[1261].

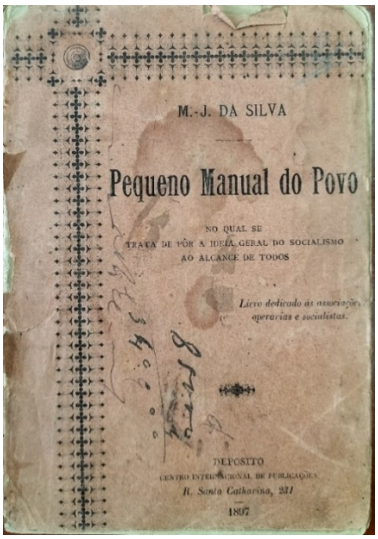
Algumas citações extraídas da imprensa com expressão libertária, mormente *A Luz do Operário* e *A Pátria Nova*, permitem-nos perceber os traços dominantes da sua atitude para com a educação. Para começar, no caso dos envolvidos no Centro Socialista de Gaia, entendia-se que a melhor educação era a socialista, «essa religião sacrossanta porque ensina o direito, o dever, a justiça e a razão do cidadão», pelo que o livro para se educar nos ambientes socialistas foi o *Pequeno Manual do Povo*, de Manuel José da

---

[1257] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 10, 1914: 2.
[1258] PINTASSILGO, 2017: 5.
[1259] CANDEIAS, 1981: 40.
[1260] CANDEIAS, 1981: 47.
[1261] «O autoritarismo, a repressão, a polícia, o exército, os partidos, os ricos, a injustiça, a igreja, «são eles», o Estado «são eles». «Nós» somos as deportações, os acidentes de trabalho, a tuberculose, a fome, o analfabeto, etc». CANDEIAS, 1981: 48.

Silva[1262]. Na realidade, este era um compêndio dos princípios do socialismo[1263], entre os quais a divulgação das «sociedades ou grupos sociais» que, segundo o autor, consistiam em momentos de convivência e de discussão, onde operários, professores, estudantes e pensadores partilhavam mutuamente «conhecimentos e impressões sobre assuntos concernentes aos problemas da questão social»[1264]. Explicava que estas sociedades eram muito úteis, na medida em que os indivíduos nelas filiados sentiam «uma tendência forte para adquirir o saber», deixando de frequentar lugares de vício e se civilizavam mais a menos custo, através da reutilização dos materiais de instrução, ou seja, livros, jornais, preleções, etc., «chegando a adquirir conhecimentos que não se ministram nas universidades»[1265]. Segundo o mesmo autor, essas sociedades não existiam em Portugal, porque este era um meio fechado onde a literatura, a ciência e toda a iniciativa de progresso intelectual, ressentiam-se «de haverem sempre sido um apanágio dos ricos», sendo, naqueles tempos, «um objeto de luxo»[1266].

Fig. 84. Capa do *Pequeno Manual do Povo*, de M.J. da Silva



Fonte: BPMP.

[1262] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 203, 1900: 1.
[1263] Define na ótica socialista o significado de trabalho e as suas formas históricas, de direito de apropriação, de capital, de salário, de família, de sistema de governo, de imposto, de «questão social», de religião, de regime de igualdade, de revolução, de movimento e de partido socialista, de associações de classe, etc.
[1264] SILVA, 1897: 97.
[1265] SILVA, 1897: 97-98.
[1266] SILVA, 1897: 98.

Por outro lado, os socialistas assumem trazer uma "escola alternativa", não só em relação às escolas públicas de VNG como às privadas, nas quais consideravam que se ministrava uma instrução «verdadeiramente defeituosa, insuficiente» e com «resultados muito pouco aproveitáveis», fruto da falta de fiscalização, da fraca remuneração aos professores, de contínuas e vãs reformas e de compadrios políticos[1267]. Em relação às condições, entendiam que, na globalidade, deixavam tudo a desejar: «falta de higiene, falta de mobília, sem as comodidades mais indispensáveis, tornam-se para professores e alunos em calabouços de onde uns e outros procuram ver-se livres». "Luthero", assim assinava o colaborador d'*A Luz do Operário*, acusava que a ignorância do povo era necessária para a sustentação da sociedade e estava convicto de que a instrução livre, necessária ao proletariado, não poderia vir da rede educativa formal, pública ou privada, porque esta educava para a submissão e para a perpetuação dos poderes conservadores e, também, porque faltava aos professores a formação "adequada".

> *Como podemos nós esperar dos nossos verdugos, sejam eles quais forem, uma instrução livre para os nossos filhos, instrução que lhes abra os olhos à luz da verdade e da ciência, se essa instrução vai preparar a imediata derrocada do privilégio e regalias opressoras desses mesmos verdugos?* […]
>
> *Das escolas públicas como vemos nada há a esperar; pecam por muitos e muitos motivos, não só os que deixamos apontados e muitos outros que poderíamos expor, mas também porque quando mesmo os professores tomassem a peito a sua tarefa faltar-lhes-ia o essencial - uma orientação segura*[1268]*.*

O mesmo autor aponta como «pecado capital» que legitimava a «míngua da instrução que os governos concediam ao povo sequioso de luz», a injusta e insuficiente remuneração operária, pois, ainda que as escolas oficiais ministrassem «zelosamente um ensino como a organização social há por mister», subsistiria a impossibilidade da frequência pelos filhos dos trabalhadores, «o que anularia por completo todos os

[1267] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 129, 1898: 1.
[1268] LUTHERO, 1898a: 1.

resultados que dele pudessem auferir»[1269]. Todavia, a sua atitude perante este estado não é de conformação nem indolência, era sim da inevitabilidade e da necessidade de revolução violenta.

> *Mas neste caso há-de ficar o povo eternamente ignorante? Hão-de fechar as escolas?*
>
> *Não! Não há meio eficaz e infalível, de tudo remediar; mas como para os grandes males grandes remédios e como no caso de que tratamos o mal é evidentemente grande, o remédio a aplicar, deverá ser proporcional à grandeza da doença*[1270].

Na visão socialista, o problema começava no simples facto de ir à escola, que, por si só, poderia representar um fator de humilhante desigualdade social. Isso verificamos a propósito de uma discussão em sessão da Câmara Municipal sobre o horário escolar onde, o vereador, Moreira de Sousa, chamou a atenção para as muitas reclamações dos pais dos alunos que o achavam inconveniente, propondo duas aulas por dia em vez de uma só, com o seguinte horário: no verão, das 8h00 às 11h00 da manhã e das 14h00 às 17h00 da tarde, e de inverno, das 8h30 às 11h00 e da 13h às 15h30. A proposta foi aprovado pelos membros da assembleia e aplaudida pelo correspondente de *A Luz do Operário*:

> *De facto o atual horário em vigor é muito inconveniente para as débeis crianças que frequentam as escolas primárias, porque de tal forma não têm a facilidade de tomarem a refeição ao jantar. Todos conhecem que nas aldeias, em regra, as famílias trabalhadoras usam o jantar ao meio dia e com o atual horário não podem as crianças comparecer àquela hora em casa, e por isso humilham-se a levar para a escola umas sardinhas frias ou qualquer outra coisa semelhante, que lhe prejudica o estômago.*
>
> *Se acontece ainda que um qualquer mais remediado apresenta uma melhor refeição, é isso origem para que as crianças mais pobres fiquem desconsoladas e tristes.*

[1269] LUTHERO, 1898b: 1.
[1270] LUTHERO, 1898b: 1.

Por isso, sendo alterado o horário como propôs o Sr. Dr. Moreira de Sousa, as crianças têm a facilidade de irem jantar à hora competente com suas famílias e voltarem mais animadas para a aula da tarde.

Diverge muito o costume das crianças da aldeia do adotado pelos filhos dos felizes. Esses almoçam, belamente, e além de irem acompanhados de belo lunch, voltam a casa para jantarem pelas 6 da tarde.

É pois uma medida muito razoável até para bem da saúde das crianças[1271].

"Jean Roulle", em *A Pátria Nova*, hasteava um projeto educativo alternativo, inspirado no credo pedagógico-político idealizado pelo pedagogo Francisco Ferrer, designado de "racionalismo pedagógico"[1272]. Dentro do espetro anarquista, acreditava que, para a materialização da escola moderna, urgia retirar a educação das crianças de toda a influência do Estado ou de qualquer outro órgão que lhe fosse subordinado, como Câmaras Municipais ou Juntas de Paróquia, para que os professores e os métodos de ensino fossem «estranhos à política partidarista e facciosa, sempre mesquinha, sempre injusta e sempre vingativa»[1273]. Na sua apropriação da conceção pedagógica da escola moderna, estava muito presente a questão da educação para a Justiça, para a Paz e para a Igualdade, sintetizada por palavras do próprio Ferrer, traduzidas da *Humanidad Nueva* pelo jornal de Vilar do Paraíso.

A escola moderna propõe-se combater quantos preconceitos estorvem a completa emancipação do homem. Por isso a instrução que ministra é racional, humanitária, conduzindo o espirito da criança ao conhecimento de todas as injustiças sociais, a fim de que, por sua vez, ela possa combate-las e opor-se-lhes.

[1271] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 167, 1899: 2. Já em 1886, a questão do horário escolar levantou alguma polémica, plasmada num periódico do Porto, dada a proposta que as aulas fossem das 7h00 às 10h00 da manhã e das 15h00 às 18h00 da tarde. Tal horário seria conveniente a Avintes «onde os pais e as mães, na sua maior parte, saem cedo para o Porto a fazer as suas entregas de pão broa, e outras a explorar a indústria flutuante do rio Douro, convém um tal horário, porque a escola serve até de uma espécie de *escola infantil*». Todavia, para outras freguesias, «onde os pais precisam que os filhos vão colher o penso para os gados pela fresca, regar os feijões e os pepinos antes do calor, equivale a decretar que as escolas sejam frequentadas pelas moscas e pelas aranhas». Já em Mafamude os pais ocupam-se na sua maior parte nas fábricas, e careciam que os filhos lhes levassem os almoços às 8 horas. Solicitava-se a opinião dos professores para a tomada destas decisões. *O CORREIO DO PORTO*, n.º 18, 1886: 2.

[1272] Cf. CANDEIAS, 2009: 169.

[1273] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 13, 1914: 1.

O racionalismo que preconizamos abomina as guerras fratricidas, internas ou externas, a exploração do homem pelo homem, a escravidão da mulher; alveja todos os fatores da desarmonia humana, tais como a ignorância, a maldade, o orgulho e outras chagas sociais que tanto afligem a humanidade.

Francisco Ferrer

Cárcere modelo de Madrid, 1907[1274]

"Jean Roule" considerava que a escola neutra, apenas quanto à matéria religiosa, era perniciosa e insuficiente ao desenvolvimento psicofisiológico da infância e «tão prejudicial ao povo como à escola onde seja obrigatório o ensino da religião do Estado»[1275].

Ora a escola neutra, como a religiosa, longe de desenvolver a personalidade, circunscreve-se a um círculo vicioso, atrofiando a individualidade e desenvolvendo no cérebro do educando a ideia da submissão e da passividade, se não a Deus, pelo menos dos homens que as multidões ignoras glorificam e deificam em momentos de louco entusiasmo[1276].

Este anarquista aproxima-se do pensamento pedagógico de Adolfo Lima[1277], ao repudiar a escola moderna em que identificava muitas semelhanças com a escola antiga (religiosa).

O progresso na sua constante evolução progressiva, quebrou a continuidade da escola religiosa, mas não a esfacelou, não a destruiu, não a extinguiu da face da terra como era mister, para que o povo, as multidões, em vez de massas inconscientes, movíveis ao sabor de quem melhor as sabe explorar, se erguesse, formando uma consciência própria em cada indivíduo.

Há mais dum século, alguns caracteres, os enciclopedistas, reconhecendo que a sua inatividade se tornava criminosa, rebelaram-se e, formando uma plêiade

---

[1274] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 3, 1914: 2.
[1275] A *PÁTRIA NOVA*, n.º 4, 1914: 3.
[1276] ROULE, 1914b: 3.
[1277] Assunto tratado por PINTASSILGO, 2017: 6-9.

brilhante de astros de primeira grandeza, iniciaram a luta da ciência contra o dogma. [...]

Esta divisão, pouco notada a princípio, começou a acentuar-se e alargar o seu movimento cada vez mais intenso e extenso, vindo por fim a marcar dois campos diferentes: dum lado, a escola antiga (religiosa); do outro, a escola moderna (laica). Duma parte os retrógrados rotineiros sistemáticos, e da outra os burgueses progressistas e inteligentes, esforçam-se na luta ferida a propósito do ensino, aquela empenhada em fazer curas ou preparar indivíduos para esta meritória profissão, ensinando aos alunos a decorar o catecismo capítulo por capítulo [...]*.*

Mas a escola moderna, conquanto seja diferente na forma é a mesma no fundo, com pequenas variantes, porque o objetivo não se diferencia. Se uma pretende viver à custa dos produtores em nome de Deus explorando a ignorância crassa em que o povo se acha imerso, a outra do mesmo modo pretende viver pelo sagrado direito da força ou pelo logro. [...]

Assim, o tempo que nas escolas religiosas se perde aprendendo a decorar o catecismo para atingir as culminâncias a que pode aspirar um bom cura, nas escolas modernas igual tempo se perde para se chegar a ser um bom cidadão.

Aquela ensina nos seminários história sagrada e teologia; esta ensina nos liceus história pátria, obediência às leis e os deveres dos cidadãos[1278].

Num outro artigo da série intitulada "Instrução e Educação", que escreveu para *A Pátria Nova*, desenvolve ainda mais esta questão, afirmando que quando se fala de escola neutra, entende-se que a escola deve manter-se alheia a toda a ideia religiosa que, aliás, instituída aquando da implantação da República não tinha durado mais que as "rosas de Malherbe", sem que tivesse abarcado a neutralidade da filosofia e da política. No seu ponto de vista, a escola tanto podia ser um fator de progresso como de retrocesso: «tudo depende do professor e do sistema por que ele canalizar o ensino». Por isso, a escola deveria pois ser materialista e não neutra, onde o professor «racionalista,

[1278] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 9, 1914: 2.

convicto do seu papel e da missão que a sociedade lhe confiou, amante do progresso e da perfetibilidade humana», esforçar-se-ia por «desentranhar do cérebro da criança» a crença na existência de entes sobrenaturais «a que nos devemos submeter passivamente»[1279].

A escola, no seu entender, tinha que fazer mais do que «formar eruditos». Não devia «impor, mas sim demonstrar, persuadir, despertar a inteligência, estimular o raciocínio», fazendo que em cada individuo se afirmasse uma personalidade. Para isso, era necessário estabelecer um método de desenvolvimento equilibrado e harmónico «das aptidões e tendências úteis para formar o homem são, de cérebro desanuviado» e cuja moral tenha por base a solidariedade social, de forma a que desaparecesse da espécie humana o «egoísmo gerador dos ódios de classe»[1280].

Defendia que a utopia de uma escola racional e sem convencionalismos sociais não era possível devido aos «inimigos da harmonia social» e à inoperância dos professores, mal pagos, desmotivados e conservadores[1281].

> *Demais, e infelizmente em Portugal, o professor ensina mais para viver do que para ensinar; a situação económica do professorado primário neste país é, a todos os títulos, digna de dó: é raro o dia em que os jornais não noticiam que os professores há meses não recebem o seu ordenado. Nestas condições, exceção a alguns caracteres, não admira que os professores primários sejam atacados de inércia e se limitem a ensinar, com pequenas variantes, o que já se ensinava há vinte anos*[1282].

Porque falamos em práticas educativas, urge evocar um dos seus protagonistas - os professores. Entre os alunos e os pais, a escola e a comunidade, a pedagogia e a legislação, o professor lutava, também, pela afirmação e prestígio da sua classe profissional. Augusto Ladeiro, a quem já nos referimos ao longo deste trabalho, encaixa-

[1279] ROULE, 1914e: 1.
[1280] ROULE, 1914d: 1.
[1281] ROULE, 1914a: 3.
[1282] ROULE, 1914a: 3.

se neste perfil[1283]. Foi bolseiro na Suíça, entre 1907 e 1909[1284], onde frequentou o curso da Escola Normal de Lausanne e os cursos de Psicologia, Fisiologia e Pedagogia da Universidade, na mesma cidade, e o de Trabalhos Manuais, em Lyon. De Lausanne, enviou uma carta para *A Pátria Nova*, exprimindo o seu fascínio pelo facto de, naquela pequena mas «prodigiosa nação» que caminhava na «vanguarda do progresso», ter como pedra de toque o amor pela instrução. Acrescentava, que a esse nível, a fama desta cidade era universalmente conhecida, atraindo numerosos estrangeiros de todas as nações da Europa e também da Ásia, que ali vinham «instruir-se e orientar-se nos modernos processos pedagógicos»[1285]. Tal fenómeno tinha-se, inclusivamente, tornado num negócio, sendo que os hotéis para estrangeiros se tinham convertido numa das principais indústrias daquela região. Não se alargando sobre os métodos pedagógicos, sintetiza classificando-os de «essencialmente práticos e intuitivos», através dos quais o «aluno observa diretamente as próprias coisas (de que trata a lição, e não a sombra dessas coisas)»[1286], sublinhando que a ação educativa não se limitava somente à escola. O povo era instruído e, por conseguinte, auxiliava o professor. Por outro lado, havia frequentemente conferências, onde se ventilavam diversas questões escolares e pedagógicas. E, por outro lado, ainda, verificava que as escolas possuíam tudo o que era necessário, pelo que o professor não tinha mais do que completar a sua obra. Observava que a Suíça não padecia de falta de condições escolares nem de escolas de Instrução Primária, pois, além de uma grande profusão de escolas infantis e primárias, havia em Lausanne escolas secundárias e superiores, escola de comércio, escola industrial, escola médica e universidade e uma escola para cegos[1287].

Como já tivemos ocasião de mencionar num trabalho anterior, Augusto Ladeiro, além de professor oficial da escola do sexo masculino, lecionou, igualmente, em Avintes, um curso noturno, gratuitamente, o que deu lugar, mais tarde, à sua oficialização e

[1283] Foi colocado, em Avintes, em 1903. Dois ainos mais tarde, a ele se deve a realização da 1.ª festa escolar na escola do Palheirinho onde foi professor. Cf. BATISTA; AFONSO, 2020: 987.
[1284] Sobre o relatório deste de outros bolseiros operacionalizadores da Educação Nova em Portugal, vd. PINTASSILGO, 2007: 210-211.
[1285] *O PORTUCALENSE*, n.º 32, 1907: 1.
[1286] *O PORTUCALENSE*, n.º 32, 1907: 1.
[1287] *O PORTUCALENSE*, n.º 32, 1907: 1.

funcionamento regular[1288]. Ao que pudemos confirmar, através de algumas das suas posições e práticas pedagógicas, regressou à sua escola influenciado pelos novos métodos pedagógicos que o tinham impressionado na Suíça[1289]. A título de exemplo, refira-se que, em resposta ao pedido da subinspeção de Gaia da listagem dos melhores alunos distintos em exame para efeitos da entrega de prémios, o professor Ladeiro respondeu que estavam matriculados 80 alunos e «tantos eram os que considerava dignos de prémios "ou todos ou nenhuns"»[1290]. À boa maneira de Ferrer e da sua Escola Moderna que a bem da harmonia social propunha, entre outras ações pedagógicas, a extinção das desigualdades e da competitividade, incompatíveis com exames, prémios ou castigos[1291], Ladeiro considerava os prémios escolares de «pernicioso efeito moral». Todavia, não querendo complicar o serviço, propôs a entrega de 15 prémios à escola, referindo que os sortearia pelos alunos. Após o sorteio, enviaria, então, a relação dos discentes solicitada[1292]. Promoveu situações de ensino-aprendizagem inovadoras, de que é exemplo a excursão[1293] que se estendeu à Casa de Correção, estaleiros e algumas escolas de Vila do Conde e às margens do rio Ave, em que participaram 12 pais e que constituiu «uma verdadeira, instrutiva e entusiástica festa»[1294].

[1288] ADEP. *Livro de correspondência expedida* [1905-1931]: 36.
[1289] Sobre o relatório deste bolseiro e de outros em visita a instituições educativas europeias entre 1907 e 1909 vd. PINTASSILGO, 2007: 14-15.
[1290] ADEP. *Livro de correspondência expedida* [1905-1931]: 27-28.
[1291] OLIVEIRA, 2020: 9.
[1292] ADEP. *Livro de correspondência expedida* [1905-1931]: 27-28.
[1293] Em 26 de maio de 1910.
[1294] ADEP. *Livro de correspondência expedida* [1905-1931]: 42.

Fig. 85. Estandarte da escola do Palheirinho/ Avintes, "A Democrata", assim denominada por Augusto Ladeiro, responsável pela sua aquisição[1295]



Fonte: Foto de Fernando Liberdade (cortesia de José Vaz).

No decurso desta investigação encontramos cinco professores de VNG que obtiveram bolsa no estrangeiro: Augusto Ladeiro, Áurea Amaral, João Gomes de Oliveira e seu irmão Joaquim Gomes de Oliveira, a quem já nos referimos no capítulo 1, e ao tio[1296] destes, Augusto Gomes de Oliveira, professor de Vilar de Paraíso, entre 1906 a 1912, que estagiou na Alemanha, em 1907 [1297]. Em relação a João Oliveira, este foi bolseiro na Escola Normal de Bruxelas e na Universidade de Gand[1298], onde foi beber as novas

[1295] Em trabalho anterior já tivemos ocasião de fazer a análise iconográfica da bandeira, que nos remete para a simbólica da força da sabedoria (folhas de carvalho) e da vitória (folhas de louro), através da instrução e do conhecimento (livros, tinteiro e globo), pilares do progresso e da marcha para a perfetibilidade humana (estrela de cinco pontas) BATISTA; AFONSO, 2020: 987.
[1296] A relação de parentesco foi-nos cedida por Juliana Rocha.
[1297] *O PORTUCALENSE*, n.º 25, 1907: 3.
[1298] CASTELO, 2003c: 1008.

pedagogias, sendo o introdutor de princípios modernos no ensino da Ginástica[1299]. Em 1915, constituiu a comissão que elaborou o Regulamento Oficial de Educação Física[1300]. Exerceu funções docentes em freguesias de VNG, antes de assumir o cargo de diretor da Escola Normal do Porto[1301].

Um colaborador de *O Portucalense* mostra o seu desagrado em relação a uma certa "moda" de «importação e exportação de professores», que considerava uma imitação tardia do caso japonês, nação de quem considerava que nos encontrávamos muito desfasados, principalmente em termos de Instrução Primária. No seu entender, os professores estrangeiros não nos traziam nada de novo, considerando que os professores portugueses e, portanto, também os de VNG, se encontravam «ao corrente dos processos e métodos mais modernos da pedagogia adotados nos países adiantados» pelo que, antes de tudo, era necessário criar escolas e dotá-las do material necessário.

> […] *Se os alunos, logo no princípio do ano, tivessem todos os livros aprovados por lei e não, como sucede hoje, que já são decorridos cinco meses deste ano letivo, sem que os tenham; então, sim, poderíamos avançar, e esse cancro, que se chama analfabetismo, iria desaparecendo, porque o professorado primário português não precisa de ir ao estrangeiro aprender, nem tão pouco que o venham cá ensinar*[1302].

Em resposta à pergunta «o que poderão cá vir ensinar-nos os professores estrangeiros?», o mesmo responde:

> […] *que são mais bem pagos que nós, que os edifícios escolares dos seus países têm outras condições higiénicas e pedagógicas que os nossos não têm, sendo alguns verdadeiros covis, sem ar e sem luz, onde as crianças estiolam, que têm mobiliário e material escolar completo e de primeira ordem, ao passo que o nosso, além de mau, é deficientíssimo.*

[1299] Sobre a viagem de João Gomes de Oliveira à Bélgica vd. ROCHA; FELGUEIRAS; AFONSO, 2019: 731-739.
[1300] *Regulamento Oficial de Educação Física*, 1920: 9.
[1301] Vd. Anexo 6.
[1302] R., 1907: 1.

Vem dizer-nos que, lá fora, há jardins-de-infância, escolas modelos, colónias escolares, museus escolares, etc? Mas, senhores, tudo isso conhecemos, sabemos a sua organização, orientação, os métodos adequados e os resultados que se podem obter de tudo isso.

Bem é que cá venham os professores estrangeiros para verem, de perto, as condições higiénicas e pedagógicas das nossas escolas (para isso é conveniente não lhes mostrar só as escolas centrais das cidades; que deem um passeio pelas aldeias, que ficarão maravilhados), o mobiliário e material de ensino com que são dotadas, e para saberem que, se os diretores de certos estabelecimentos de ensino, pertencentes ao estado, querem ver o material escolar um pouco aumentado, ou melhorado, vêem-se na necessidade de abrirem subscrição, entre os alunos, como sucede com o liceu do Porto 2.ª zona. [...]

Bom é que eles cá venham, para verem e aprenderem os esforços de imaginação dos nossos professores, para ensinarem certas partes dos programas sem o material adequado e necessário, e para saberem coisas bonitas, como as que se seguem: que em Portugal só com a guarda municipal se gastam mil e tantos contos, ao passo que, com a instrução, só se gastam novecentos e tantos, quando nos seus países a instrução fica por milhares de contos! Que o pagamento do serviço de exames anda geralmente atrasado um ano, e algumas localidades quase dois! Que se proíbem os congressos pedagógicos, não se lhes marcando data para que se realizem! Que se fazem festas escolares com distribuição de prémios, não sendo estes fornecidos ao número necessário para se premiarem as crianças que o merecem, aniquilando por completo o estímulo dos pais, das crianças e do professor[1303].

Por seu turno, o professor Augusto Morais, no jornal *A Pátria Nova*, lamentava-se pelo facto de o professorado, ao fim de «anos e anos a trabalhar para o aperfeiçoamento da «arte de ensinar»» e a procurar o melhor meio de combater o analfabetismo, ver as suas aspirações e ideias «abertamente contrariadas pelo primeiro maduro que lhe lembra de

[1303] R., 1907: 1.

legislar e decretar, o que é pior - sobre a instrução». A sua opinião, que putativamente representaria a de muitos outros professores, era de que a legislação escolar vinha a ser «uma bota enorme onde cada pedagógica ou não pedagógica entidade tinha deixado a sua tumba», mas o pior é que ao «cosê-la faziam um rombo maior que aquele que julgavam tapar». Concluindo, dizia: «Isto quanto à instrução, pois quanto à situação material do professor nem é bom falar!»[1304]

Os professores viam-se a braços com dificuldades várias, entre as quais, a falta de material didático-pedagógico sem o qual o ensino racional e prático, tão apregoado, não seria possível. No decurso da nossa investigação, conseguimos rastrear o material de uma escola pública em Avintes[1305], verificando-se que abriu as portas completamente desprovida do material indispensável, tendo sido a professora a adquiri-lo a expensas próprias, em 1898; percebendo-se que as existências deterioradas pelo uso, fraca qualidade dos materiais e/ou por ataque de ratos, dificilmente eram substituídas, pois, segundo os registos, a escola apenas teve material novo no ano letivo de 1924/25, oferecido pela Junta Escolar; e inferindo-se, ainda, que o mobiliário escolar frequentemente circulava entre as escolas do concelho, de acordo com as necessidades mais prementes[1306]. Acrescente-se que, em 1902, o material para a prática de Educação Física já fazia parte do espólio desta escola e que o ano de 1916 foi o que registou maior quantidade e diversidade de materiais. Para finalizar, foi possível compreender que, no final da década de 1920, as existências eram escassas e já não incluíam material desta componente formativa[1307].

Em 1907, considerava-se que VNG se encontrava na vanguarda do progresso escolar pelo facto de todas as escolas de Gaia terem proposto alunos a exame[1308], cujo mérito estava no professorado do Círculo, «sempre pronto a ouvir, de bom grado, os conselhos

---

[1304] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 7, 1914: 2.
[1305] Cf. BAPTISTA, 2017a: 72-73.
[1306] A professora Maria de Almeida Gomes, em 1918, regista no *Livro de Inventário* a chegada de carteiras provenientes da escola Móvel de Sandim, sendo que as mesmas sairiam no início de 1919 para a escola Feminina de Coimbrões. ADFG/EP - *Inventário de Mobília Escolar. Avintes* (1902-1931).
[1307] Vd. Inventário do Material Escolar da Escola Oficial de Avintes- Palheirinho, entre 1899 e 1928 em Anexo 49.
[1308] *O PORTUCALENSE*, n.º 8, 1907: 1

do seu chefe [subinspetor], e a aceitar, sem contrariedade, as suas indicações pedagógicas e administrativas»[1309].

Na verdade a realização dos exames, por motivo de propaganda de instituições particulares ou de professores "excecionais" e "competentes"[1310] ou por suspeitas de irregularidades na nomeação de examinadores[1311], vinha regularmente a lume na imprensa. Esta questão também foi alvo de posicionamentos críticos por os exames obrigarem a um tipo de ensino "balofo", "papagueado" e pouco intuitivo, prático e útil, que se tinha tornado incompatível com as modernas pedagogias.

Apesar do entusiamo pela constatação de todo um concelho dentro do esquema educativo pelo facto de todas as escolas levarem alunos a exame, *A Pátria Nova*, em 1914, lamentava-se pelos constrangimentos pedagógicos que a complexidade do programa do 2.º grau e a obrigatoriedade dos exames implicavam.

> *Muito se tem dito e escrito sobre exames, mas ainda ninguém conseguiu dos poderes públicos a remodelação do programa do 2.º grau, que é monstruoso, atrofiando o tenro cérebro da criança e longe de fazer dela um agente produtor e consciente - obriga-a a decorar automaticamente diversas disciplinas, de resultados nulos para a vida prática.*
>
> *Não me parece, porém, que o remédio esteja na extinção dos exames, como advogam opiniões, aliás autorizadas, de muitos professores. O que achamos mais lógico e racional é a sua regulamentação, de forma a simplificá-los e a torná-los úteis para a vida prática*[1312].

Referiu-se, também, às muitas queixas dos exames realizados em Gaia, em particular, sobre a «disparidade flagrante» em relação aos do Porto, faltando critérios e orientação,

---

[1309] O *PORTUCALENSE*, n.º 17, 1907: 1

[1310] *Vinte e oito rapazes, alunos da escola oficial desta freguesia* [Perosinho], *fizeram exames do 1.º e 2.º grau nos passados meses de julho e agosto, aprovados e distintamente classificados. Não admira este resultado para os que conhecem o digno professor da escola oficial, Sr. Manuel Correia da Silva. O incansável e devoto professor é um dos que mais se destacam na laboriosa e fatigante tarefa do ensino. Consagra meses à preparação dos seus alunos para a mais distinta prova da sua aplicação e esforço de que se ressente a sua saúde, sacrificada ao amor nobre da instrução. Obreiro benemérito, merece sem favor um honroso lugar entre o digno professorado de Gaia*. *O PORTUCALENSE*, n.º 17, 1907: 2-3.

[1311] Por exemplo, vd. *A PÁTRIA NOVA*, n.º 17, 1914: 3

[1312] S. a., 1914b: 1.

sofrendo as crianças e os professores proponentes, os pais e a sociedade, consideradas as principais vítimas de uma «orientação antipedagógica, desumana e algo irritante»[1313]. Sobre isto, pedia-se a intervenção do inspetor Vidal Oudinot, tido como um «espírito esclarecido e pedagógico abalizado» para a orientação necessária, de modo a banirem-se «subtilezas» e «definições absurdas e inúteis» que constituíam «o maior flagelo no campo da pedagogia moderna» e que tanto prejudicavam a «marcha triunfal para o progresso e para a civilização das gerações vindouras» [1314].

O professor Viriato de Almeida, no jornal *A Pátria Nova*, baseando-se nos escritos de Carneiro Moura, parafraseava este político, professor e maçom relativamente à ideia da correlatividade entre o clima de um país e a percentagem de analfabetos que nele habitavam, justificando que na terra que produz com mais abundância, dadas as condições de fertilidade, o povo não sente necessidade de se instruir[1315]. Ora, sendo Portugal um país fértil, refere:

> *O seu filho não vai à escola porque não tenciona fazer dele doutor. É conveniente que a filha não saiba ler para não escrever cartas de namoro. Diz o nosso homem do campo. É esta a compreensão que tem o povo português do valor do ensino*[1316].

Relativamente à organização do ensino, considerada «defeituosíssima», em virtude de em todo o país existir o mesmo programa, obedecer à mesma orientação e visar o mesmo fim, independentemente «das condições étnicas e mesológicas do nosso povo» diferentes de região para região, em que as «necessidades vitais» entre o camponês no norte, o serrano da beira e o campino alentejano variavam. Viriato de Almeida, defendia que a nossa escola tinha de deixar de ser uma «fábrica de diplomados», porque disso havia *superavit*, para se transformar em «fábricas de homens de trabalho, homens úteis a si e à Pátria». Por outro lado, descrevia que, na generalidade, todo o nosso ensino era livresco, mnemónico, com vista a preparar cidadãos para o exame, «[…] encurralado entre as quatro paredes dum mal arejado casebre, por troça chamado escola. É todo

[1313] S. a., 1914b: 1.
[1314] S. a., 1914b: 1.
[1315] S. a., 1914b: 1.
[1316] ALMEIDA, 1914a: 1.

teorias, definições, banalidades inúteis que as crianças decoram para obterem uma … aprovação no exame»[1317].

Ainda no âmbito das opiniões em favor da regionalização do ensino, damos a conhecer os argumentos apresentados no *Jornal dos Carvalhos*, em 1919, que se prendem, essencialmente, com a convicção do desenvolvimento económico daí decorrente.

> *Empreendedor e tenaz por natureza, o nosso povo está ainda longe de conhecer esse esplendente savoir faire que tanto tem engrandecido as nações modernas e que fez da Grã-Bretanha um colosso de grandeza, da França um génio social, da América um portento de fortuna, da Bélgica um baluarte da indústria e das várias nações latinas outros tantos focos de emancipação e progresso no mar imenso da vida, da liberdade e do trabalho.* [...]
>
> *Se há muitas escolas, poucas há que saibam dirigir o espírito dos estudiosos num sentido prático que os leve à fácil industrialização das coisas. O educador anónimo, e preceptor, o mestre vulgar é muitas vezes mais prestimoso do que sábio de gabinete que se deixa afogar nas ondas da quimera, enquanto leva os seus pupilos ao campo, às fábricas, aos mercados, ao estímulo, disciplinando-lhe o carácter e aperfeiçoando-lhes a vontade num desejo remunerador e lucrativo.*
>
> [...] *É preciso descentralizar a escola praticamente e dar-lhe um programa que seja variado conforme a variedade das aptidões portuguesas e conforme a região onde estiver localizada. É claro que a educação intelectual do Minho onde a agricultura prepondera não pode ser igual à de Lisboa onde predominam as artes liberais; o Algarve, região essencialmente marítima, não pode ser ensinado como as Beiras onde são muito diferentes os meios de progresso e de vida.* [...][1318].

Nos primeiros anos da República, veiculava-se aqui a ideia de que era indispensável que a escola primária sofresse uma forte remodelação, tornando-se mais racional, útil e agradável. Era preciso descentralizá-la, conferindo-lhe um programa que respeitasse «a variedade das aptidões portuguesas» e «a região onde estiver localizada»[1319]. Para isso,

---

[1317] ALMEIDA, 1914a: 1.

[1318] V., 1919: 1.

[1319] *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 6, 1919: 1.

a escola tinha que conhecer a «vida regional», «as condições étnicas da nossa raça» para orientar a educação adequada e «compreender bem a missão do homem contemporâneo na sociedade, a fim de o preparar para o bom desempenho dessa missão»[1320]. Nesta perspetiva, uma das melhores estratégias pedagógicas eram as excursões escolares, assunto pelo qual viajaremos de seguida.

3.4.5. Excursões e exposições escolares

> *Desta maneira a escola tem de lançar mão de todos os meios ao seu alcance para melhor atingir o ideal a que visa.*
>
> *Um desses meios, de elevado alcance pedagógico, é a excursão escolar, hoje tanto em voga na França, na Suíça, na Bélgica, na Suécia e na Alemanha.*
>
> *As crianças nessas excursões aprendem pela observação direta, colhem mais facilmente impressões, compreendem a necessidade e o valor do trabalho, educam-se, fraternizam com outras crianças e percebem melhor o encanto do passeio e o valor do estudo.*
>
> […] *Porém enquanto o Estado de tal necessidade não cuida, deve a ela prover o professor primário, fazendo com os seus alunos pequenas excursões e fundando caixas económicas escolares que, além de incutir no espirito infantil o princípio associativo, podem auxilia-las, subsidiando-as, a realização de excursões pedagógicas*[1321].

Esta opinião do professor Viriato de Almeida é mais um exemplo de que os docentes, em exercício em VNG, acompanhavam as pedagogias internacionais em voga e, mesmo na ausência de meios estruturais, procuravam trazer a modernidade para o quotidiano escolar.

No capítulo anterior, já tivemos ocasião de mencionar alguns destes momentos lúdico-pedagógicos propagandísticos no universo do ensino privado, que refletem, em parte, a apropriação portuguesa possível do ideário escolanovista. No entender de João de

[1320] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 3, 1914: 1.
[1321] ALMEIDA, 1914a: 1.

Barros, a escola deveria estar ligada à vida e o ensino inserido na realidade envolvente, de modo a adaptar a criança ao meio em que vive[1322]. Para Adolfo Lima, também era claro que «os indivíduos estão subordinadas à coletividade e não podem viver sem ela», pelo que defendia que a educação não podia ser feita independentemente do meio em que o indivíduo iria viver[1323].

Nas fontes consultadas, pode-se inferir que há um aumento significativo das excursões pedagógicas nos primeiros anos da República, a destinos escolhidos pelos professores que visavam proporcionar aos seus alunos uma aula extramuros, onde fosse possível dar a conhecer a natureza e o progresso da região, de que são exemplos a excursão à Fábrica de Fiação de Lever[1324], pelos alunos da escola móvel de Sandim e à Fábrica de Fitas e Fiação de Crestuma, pertença de Augusto César da Cunha Morais[1325], pelos alunos da Escola do Magarão (Avintes). Sobre esta última excursão há um relato em *A Pátria Nova*, onde se afirma que as excursões escolares atuam significativamente «no desenvolvimento da curiosidade da criança, em face dos variadíssimos objetos reais do campo e que são outros tantos estímulos para o cultivo da atenção, da observação, da memória e do raciocínio»[1326]. As margens do rio proporcionaram «diversos assuntos de lição de corografia» e, na fábrica, os alunos foram instruídos sobre o funcionamento dos diversos aparelhos. A descrição da "excursão" mostra que a atividade, pelo seu aspeto inovador, extravasou os fins pedagógicos, para dar lugar a uma celebração da esperança depositada na educação dos tempos modernos[1327].

Por seu turno, o carácter demasiado ostensivo das exposições escolares desvirtuava os interesses das novas pedagogias e desiludia quem as conhecia e se dedicava à escola. Vidal Oudinot considerava-as «um embuste grosseiro» que se aceitava «por comodismo, por negligência… e por falta de moral profissional», isto devido à autenticidade duvidosa dos trabalhos, demasiado corrigidos e emendados, ou até,

[1322] *Apud* PROENÇA, 2014: 23.
[1323] *Apud* PROENÇA, 2014: 136.
[1324] *O LEVERENSE*, n.º 21, 1915: 2.
[1325] Vd. Anexo 6.
[1326] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 11, 1914: 3.
[1327] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 11, 1914: 3.

realizados por outrem. Referindo-se à sua vigência como inspetor no Porto, reconhecia que essas exposições eram, na maioria dos casos, «hipocrisias grosseiras», «uma ficção, uma mentira», as quais não proibiu, mas também não considerou para a avaliação do zelo e da competência pedagógica dos professores[1328].

Faria de Vasconcelos, por seu lado, tinha, igualmente, muitas reservas em relação a esta prática, pois poderia exercer uma péssima ação educativa, uma vez que poderia induzir sentimentos de inferioridade e de injustiça. Na perspetiva deste, para que tivesse o seu alcance educativo era necessário que fossem expostos os trabalhos de todos os alunos realizados ao longo do ano, ou seja, o «resultado natural e lógico de uma lenta, metódica e regular construção, peça a peça, da própria atividade escolar, como o termo orgânico de um processo vivo de crescimento normal»[1329]. Por outro lado, as exposições deveriam constituir uma oportunidade «fecunda e proveitosa para o exercício das faculdades de iniciativa, de responsabilidade, de organização dos alunos»[1330]. Deste modo, poder-se-ia apreciar o essencial em educação – os esforços progressivos - e permitia a própria autoavaliação dos alunos e a reflexão dos professores, relativamente aos métodos e aos processos empregues e resultados obtidos[1331].

Ora, uma verdadeira exibição pretendia fazer o subinspetor, Bento José da Costa, ao projetar uma exposição pedagógica, na sede do círculo de VNG, no edifício das escolas paroquiais, com a participação de todos os professores, oficiais e particulares. O *Portucalense* anunciava-a como um dos mais eficazes meios «de se assinalarem os serviços do magistério primário português e os progressos que as escolas vão fazendo de ano para ano», assim como «um poderoso auxiliar do desenvolvimento da emulação bem entendida nas crianças»[1332]. O mesmo jornal (dirigido pelo subinspetor) referia que este confiava na concretização do projeto, tal era a certeza que tinha na boa vontade, competência pedagógica e zelo profissional de todos os seus subordinados, e que seria

[1328] OUDINOT, 1930: 567.
[1329] VASCONCELOS, 1930: 376.
[1330] VASCONCELOS, 1930: 376.
[1331] VASCONCELOS, 1930: 377.
[1332] *O PORTUCALENSE*, n.º 27, 1906: 1.

coadjuvado eficazmente por todos aqueles que, como ele, militavam na «santa cruzada da instrução popular»[1333].

> *Afigura-se que a exposição de que se trata será mais um testemunho eloquente da justiça com que o professorado do círculo de Vila Nova de Gaia tem sido distinguido entre o professorado mais distinto do nosso país.*
>
> *Que seja assim!*
>
> *E não se diga que o subinspetor deste círculo vai na esteira doutros seus colegas. Quando ainda mal se pensava na resolução dos problemas de ensino, quando a pedagogia ia começar a ser um assunto sério entre nós, há mais de 15 anos, o subinspetor hoje deste círculo, que então tinha a direta ingerência nas escolas de toda a circunscrição do Porto, iniciou e levou a efeito uma exposição no Palácio de Cristal, no Porto, extensiva às escolas de todo o país. Os resultados imediatamente de tal exposição vêm-se no registo da imprensa periódica dessa ocasião; e os remolos, quem sabe se terão manifestado no pouco ou muito que a Escola Portuguesa vale mais na atualidade?*
>
> *Seja como for, a exposição Pedagógica em Vila Nova de Gaia há de fazer-se, no mês de setembro de 1907, graças aos esforços de todos os que neste círculo presam a sua posição oficial!*[1334]

A exposição pedagógica no Palácio de Cristal, de que nos fala a notícia, decorreu em 1891. Um ano depois da «Exposição Pedagogico-Escolar das Seis Circunscrições Escolares no Norte de Portugal», uma iniciativa particular, considerada o primeiro certame escolar do país e um «ensaio», todavia ainda desajustado aos «preceitos de uma racional pedagogia», em que se teve a intenção de «mostrar o estado das escolas no seu conjunto»[1335]. Aqui estiveram presentes escolas das circunscrições escolares de Braga (Braga, Guimarães, Viana, Valença), Bragança (Bragança, Moncorvo, Vila Real, Chaves), Coimbra (Coimbra, Arganil, Caldas da Rainha, Leiria), Guarda (Guarda, Gouveia, Trancoso), Porto (Porto, Amarante, Penafiel, Aveiro e Feira), Viseu (Viseu, Lamego,

---

[1333] *O PORTUCALENSE*, n.º 27, 1906: 1.
[1334] S. a., 1906e: 1.
[1335] AFONSO, 1890: 6.

Pesqueira e Tondela). Ao "Porto" estavam arroladas algumas escolas de Gaia[1336] e os expositores de Inocêncio Osório Lopes Gondim, com a sua tese «Luz Artificial nas Escolas», de Augusto C. C. Morais com o seu «Projeto para a organização das escolas industriais de Fiação e Tecelagem», do professor J. J. Pinheiro Júnior (Tratado Caligráfico) e, ainda, o expositor da escola oficial do sexo masculino de Valadares (Quadro do Movimento Escolar) e da aluna Guilhermina Domingos Soeiro (Trabalhos Bordados a Ouro)[1337].

O cerne destas exposições pedagógicas não se encontra desligado das "Grandes Exposições Internacionais" que procuravam mostrar a vanguarda dos países, regiões e setores. As exposições realizadas até 1922 «prestigiaram a educação como um signo de modernidade, difundindo um conjunto de propostas nessa área, que abarcou desde materiais didáticos e métodos pedagógicos para diferentes instituições de ensino, da creche ao ensino superior»[1338]. Nas exposições pedagógicas/escolares convocava-se o estado da educação da escola, da região e da nação, procurando-se atuar sobre o adormecimento em relação à importância da cultura escrita e exibir a modernidade educativa atingida. Atuavam no imaginário coletivo, exibindo à luz das novas pedagogias o estado da educação nos espaços específicos, ao mesmo tempo que instituíam o material exposto como exemplo de práticas e qualidade exigíveis no mundo escolar. Não sendo objeto de aprofundamento neste estudo, lembremos aqui a exposição Agrícola-industrial de VNG, que decorreu em simultâneo com as Comemorações do 5.º Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique, evento que procurou projetar as potencialidades do município, tendo estado presentes no cortejo entre as diversas autoridades, representações de instituições diversas, entre as quais instituições educativas, como as Creches de Santa Marinha, o Colégio Central de Gaia, as escolas do Torne e do Bom Pastor e as escolas oficiais de Olival e Pedroso[1339]. Nos pavilhões de

[1336] Escola Passos Manuel, escola de Santa Marinha, escola Avintes, escola do sexo feminino de Canidelo, escola do sexo masculino de Mafamude e as escolas do Torne e do Bom Pastor.
[1337] Vd. totalidade dos trabalhos expostos em Anexo 50.
[1338] CÂNDIDO, 2007: 46.
[1339] Vd. participação de VNG no cortejo do Centenário do Infante D. Henrique em Anexo 51.

Gaia, entre os produtos agrícolas e industriais, exibiam-se trabalhos escolares, de que foram alvo de distinção os seguintes:

Quadro 30 – Trabalhos escolares distinguidos da Exposição-Agrícola de VNG

Escola Oficial de Avintes	Prata
Escola Oficial do sexo feminino de Santa Marinha	Prata
Escola Oficial do sexo masculino de Santa Marinha	Prata
Escola Oficial de Vilar de Andorinho	Prata
Escola Oficial das Devesas	Prata
Escola Oficial de Gulpilhares	Prata
Escola Industrial Passos Manuel	Prata
Escola do Torne (gratuita, sustentada por particulares)	Prata
Rita de Cássia Queirós Santos (Colégio das Regadas)	Prata
Escola Oficial do sexo masculino de Mafamude	Menção honrosa
Escola Oficial do Candal	Menção honrosa
Escola do Bom Pastor (gratuita sustentada por particulares)	Menção honrosa
Augusto da Costa Veloso	Menção honrosa

Fonte: *EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA-INDUSTRIAL,* 1895: 4.

Regressando ao assunto, a exposição pedagógica organizada pelo subinspetor José Bento da Costa, contou com uma reunião preparatória participada por mais de 150 professores, reunidos a seu convite no edifício das escolas paroquiais. Foi secretariado pela professora Antónia Cândida da Silva Melo e pelo professor António Augusto Osório de Novais, tendo-se decidido nomear uma comissão mista de três professores, em cada um dos concelhos de Gondomar e Valongo, e de cinco no de VNG, que ficaria encarregado de promover o certame em cada concelho[1340], e ainda uma outra comissão composta por nove vogais, sendo cinco do concelho de Gaia, dois do de Gondomar e dois de Valongo, para ficar responsável pela instalação dos trabalhos das escolas oficiais e particulares que seriam expostos conjuntamente [1341]. Os materiais a admitir seriam somente os apresentados por alunos e professores pertencentes às escolas do círculo,

[1340] Foram nomeados para o concelho de Valongo, Lúcia Augusta Dias dos Santos, Delfina Augusta Lopes e António Ferreira de Almeida; para o de Gondomar, Emília Augusta Lopes de Araújo, José Augusto Pinto de Freitas e José Baptista; para o de Gaia, Antónia Cândida da Silva Melo, Rita de Cassia Queiroz e Santos, Maria da Conceição Mendes, António Augusto Osório de Novais, Augusto Ladeiro, Manuel Correia da Silva Ezequiel de Oliveira.

[1341] Para tal fim foram eleitos: do concelho de Gaia, Maria de Jesus Moreira, Gracinda Alves dos Santos, Margarida Sofia de Sousa, Francisco Gomes de Oliveira e Diogo Cassels; do concelho de Gondomar, Elisa Augusta Pinto do Couto e Alzira Luzo Vieira de Castro; e do concelho de Valongo, Delfina Augusta Lopes e António Ferreira de Almeida.

incluindo-se a Escola Industrial Passos Manuel[1342]. As despesas mais urgentes da exposição seriam custeadas pelos professores que, por unanimidade, quotizaram-se para fazer face às despesas com a instalação da Exposição, feitura de medalhas comemorativas, etc., evitando assim a necessidade que haveria de se exigir aos visitantes da Exposição uma pequena quantia pela entrada[1343]. Disponibilizou-se para tal fim a quantia de 200 réis mensais, geridos pelos tesoureiros nomeados[1344]. Diogo Cassels, a título pessoal, ofereceu a quantia de 10$000 réis para a aplicação de prémios[1345].

Os trabalhos a expor seriam, por parte dos alunos de ambos os sexos, de Caligrafia, de Desenho, de Ortografia e de Trabalhos Manuais; e, por parte dos professores, memórias sobre métodos de ensino de qualquer disciplina do programa, sobre reformas oficiais de Instrução Primária e tudo o que pudesse «encaminhar para a melhoria do ensino e da importância social do corpo docente da escola primária»[1346]. Foi indicado um júri para avaliar as provas expostas, composto pelos presidentes das Câmaras e administradores dos concelhos do Círculo, presididos pelo subinspetor respetivo. A comissão encarregada dos trabalhos da instalação convidaria para a inauguração da exposição as autoridades locais, o Ministro do Reino, o Diretor Geral da Instrução Pública e o Inspetor da 3.ª Circunscrição Escolar[1347].

José Bento da Costa justificava a premência desta exposição por não compreender o facto de, numa época de «manifestações da utilidade prática de qualquer dos ramos em que se divide o trabalho», tal utilidade não se estendesse à escola, sendo que era nela que se iniciavam os trabalhos, que no futuro, haveriam de «fazer a felicidade do povo». Por outro lado, confiava na competência profissional do professorado do Círculo, cujo passado era «digno de ser imitado pelos seus colegas de outros Círculos». Não

---

[1342] O convite foi aceite por António dos Santos Pousada, diretor da Escola Industrial, instalada no edifício das Escolas Paroquiais, onde iria ser realizada a exposição. *O PORTUCALENSE*, n.º 7, 1907: 3.
[1343] *O PORTUCALENSE*, n.º 14, 1907: 1.
[1344] Em Valongo, Delfina Augusta Lopes; em Gondomar, José Augusto Pinto de Freitas; em Gaia, D. Antónia Cândida da Silva Melo.
[1345] *O PORTUCALENSE*, n.º 14, 1907: 1.
[1346] *O PORTUCALENSE*, n.º 47, 1907: 1.
[1347] *O PORTUCALENSE*, n.º 47, 1907: 1.

considerava, no entanto, necessário provar a proficuidade das exposições pedagógicas: «É nestes torneios do ensino que os professores exibem as provas de utilidade da sua árdua tarefa, do seu estudo, da sua competência, dos seus processos de ensino, enfim de tudo o quanto são e quanto valem». A utilidade das exposições não admitia discussão, uma vez que eram por demais conhecidos os exemplos da Alemanha, da França, da Suíça, da Bélgica, em suma, de «todos os países em que se cuida[va] a sério da instrução popular»[1348]. Por último, esta ação servia, ainda, para «despertar o público do adormecimento» em que se encontrava, relativamente à necessidade de mandar educar os seus filhos[1349].

A preparação entusiástica da Exposição foi continuando com a adesão dos professores das várias instituições educativas públicas e privadas, independentemente de serem laicas ou confessionais[1350], tendo a comissão promotora da organização dos trabalhos a expor decidido dividir em zonas as freguesias do concelho, ficando a cargo de cada membro da comissão, um determinado número de escolas, que se visitariam «para acordar na melhor forma de levar a efeito, com o maior brilho, a Exposição»[1351].

> *Apraz-nos informar os nossos leitores de que tudo está indicando que a Exposição de que se trata, há de ser verdadeira manifestação de que, neste Círculo, o trabalho escolar, se não atinge as raias da perfeição, o que nada admira, porque, para tanto, é preciso passarem anos, todavia é de molde a podermos dizer que é dos mais adiantados no nosso país.*
>
> *É preciso - passarem anos - dissemos. E assim é. Só quem não vê estas coisas de olhos fechados, é que pode imaginar que uma revolução no ensino popular se pode fazer em pouco tempo. Haja vista o que tem sucedido em França e nos*

[1348] *O PORTUCALENSE*, n.º 6, 1907: 3.
[1349] *O PORTUCALENSE*, n.º 14, 1907:1.
[1350] *A Exa. Sra. D. Eugénia de Monfalim, Diretora do Colégio do Sardão, e a Exma. Sra. D. Maria Cristina Cardoso, Diretora do Colégio de Santo António de Grijó, do melhor grado aderiram ao pedido do subinspetor escolar deste Círculo, Sr. Bento José da Costa, nosso colega de redação, no sentido de serem representadas as casas de educação, que superiormente dirigem, na Exposição Pedagógica que há de inaugurar-se na sede deste Círculo, no edifício das escolas paroquiais, no dia 8 de setembro*. *O PORTUCALENSE*, n.º 12, 1907: 3.
[1351] *O PORTUCALENSE*, n.º 10, 1907: 2.

demais países da Europa, onde, apesar do que dizem os livros e, realmente, do adiantado do ensino e da aprendizagem, muito há ainda que fazer[1352].

Todavia, uma sindicância política[1353], de que foi alvo o subinspetor, fez com que a "megaexposição" fosse anulada para dar lugar a mostras nas respetivas escolas na ocasião da entrega anual de prémios[1354]. Em novembro de 1907, o professorado de Gaia organizou uma homenagem ao subinspetor que constou da entrega de uma mensagem de saudação artisticamente escrita a pena, guardada numa pasta de veludo guarnecida a prata, que foi lida pelo diretor do Colégio Central, e de um retrato a óleo em tamanho natural, ricamente emoldurado[1355].

O Portucalense foi, então, noticiando as exposições que foram realizadas em algumas escolas, como o caso das de Grijó, em cuja cerimónia, se ouviram récitas dos alunos da escola oficial masculina e do Colégio do Sagrado Coração de Jesus.

No vasto salão, pequeno ainda para uma festa desta ordem, pois que centenares de pessoas haviam ficado no largo fronteiro por falta de lugar, artisticamente engalanado, com verdes e bandeiras, ao longo das paredes os trabalhos que deviam ter figurado na exposição pedagógica, comprimia-se a massa compacta de espetadores, esperando o momento de saudar os pequeninos laureados[1356].

Nos anos seguintes, a prática da exposição dos trabalhos dos alunos ainda aparece noticiada, mas imiscuída na cerimónia de entrega de prémios. A exposição realizada em Vilar de Andorinho, inaugurada com uma sessão solene no dia 1 de janeiro de 1909, teve um grande destaque no jornal *A Luz do Operário*, que enalteceu o trabalho dos alunos e, particularmente, da professora, «de temperamento enérgico e de uma dedicação extrema para o ensino», honrando-a com a publicação do seu retrato[1357]. Os textos

---

[1352] S. a., 1907d: 3.

[1353] Os motivos da sindicância são os seguintes: *O Portucalense* ser um jornal «que agride o partido franquista», fazendo a «apoteose do partido regenerador»; impor aos professores, seus subordinados, a assinatura do mesmo jornal, e, ao mesmo tempo, impor-lhes que votem no partido regenerador; e na ocasião dos exames impor-se aos examinadores, «no sentido de reprovarem quem o não merece». *O PORTUCALENSE*, n.º 15, 1907: 1.

[1354] Vd. circular que o subinspetor publicou em *O PORTUCALENSE* no Anexo 52.

[1355] *O PORTUCALENSE*, n.º 25, 1907: 1.

[1356] S. a., 1907f: 2.

[1357] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 436, 1909: 1 e 2.

faziam referência ao prestígio pedagógico que a professora tinha granjeado, ao longo de anos, «animando as crianças» e «estimulando-as ao estudo», tendo vindo a conseguir ótimos resultados. Assim, já há alguns anos que vinha a promover exposições escolares dos trabalhos das alunas a seu cargo, despertando-lhes «o amor pelo saber» e, ao mesmo tempo, premiando as que mais se distinguiam nos seus estudos[1358]. A sua sala, limpa e asseada, dava a «agradável ideia de que ali reside amor pelo mister de educar, e que liga perfeitamente o útil ao agradável». De um lado, encontravam-se quadros «entre eles o imortal poeta João de Deus com o seu olhar doce e meigo, fixando os progressos daquele templo de educação», do outro, uma biblioteca escolar, fundada pela professora, «com grande número de livros dos melhores autores e a coleção completa do grande Camilo Castelo Branco muito bem acondicionada»[1359].

A "festa", que envolveu o certame, compreendeu a bênção da bandeira (oferta da professora), na igreja paroquial com a incorporação dos alunos das escolas da freguesia com os seus estandartes[1360], banda de música, a distribuição de prémios às alunas que melhor aproveitamento tiveram e de fatos novos oferecidos pela comissão de beneficência e, ainda, a exposição dos trabalhos escolares. A sessão, muito concorrida, da qual se escusou o subinspetor escolar, foi presidida pelo diretor geral da Instrução Pública, Conselheiro Marques Mano, estando também presente o presidente do município. Em simultâneo, esteve franqueada ao público a exposição escolar instalada numa sala de Domingos da Silva Costa, junto à escola, cujos trabalhos se encontram elencados no Anexo 53.

[1358] *A LUZ DO OPERÁRIO,* n.º 432, 1909: 2.
[1359] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 436, 1909: 1 e 2.
[1360] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 431, 1909: 2.

Fig. 86. Retrato da professora Gracinda Augusta Neves Gama



Fonte: *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 436, 1909: 1.

> *Mas quando nos tinham falado da exposição, nós não pudemos fazer desde logo uma ideia do que aquilo pudesse ser, e assim quando entramos na sala apoderou-se de nós tal surpresa, pois muito longe estávamos de supor que fossemos ali em Vilar de Andorinho encontrar trabalhos que nos maravilharam. E essa surpresa justifica-se, porque estamos pouco afeitos, diga-se em abono da verdade, a vermos que nas nossas professoras, quase que no geral deste concelho, alguma coisa de grande se tenha presenciado. Assim, para nós aquele acontecimento teve bastante de extraordinário. E ao contemplarmos aquela confeção de trabalhos, todos tão interessantes, feitos por mãos pequeninas, orientados por tão ilustre professora, sentimos então um preito de sincera homenagem por quem tão belamente encarou o dever de educar*[1361].

Ao que pudemos constatar, a integração das exposições escolares na cerimónia de entrega de prémios data já de finais da década de 1880 no universo privado religioso, concretamente, no Colégio do Sardão, em Oliveira do Douro, onde na mesma cerimónia se procurava demonstrar aos pais e à comunidade educativa a qualidade e abrangência do ensino aí ministrado, como se percebe através da crónica do *Jornal dos Carvalhos*.

[1361] S. a., 1909: 1 e 2.

«[...] *Por tudo isto estávamos há dias indolentemente recostados em dolcefarniente cismando como havíamos de obter a nossa humilde crónica semanal, quando nos veio às mãos um convite para assistir à festa da distribuição dos prémios às alunas do colégio do Sardão, desta freguesia, que no corrente ano letivo se distinguiram pela sua aplicação e comportamento.* [...]

Eram 11 horas da manhã de terça-feira 20 do corrente, quando nos foi dada a honra do ingresso na vasta sala, aonde se achavam todos os trabalhos das alunas. Trabalhos surpreendentes, admiráveis!

Daí passamos ao salão nobre, onde assistimos à festa da distribuição. Foi nessa ocasião que tivemos o prazer de admirar o talento daquele simpático grupo de flores, que, ainda, ao desabrochar da existência, nos mostrou quanto é benéfica a instrução e educação ministradas naquela casa. A música, a ginástica a literatura, as artes, a poesia, e sobretudo a fluidez no manejo de todos os dialetos estrangeiros, eis em resumo sobre o que versou aquela festa do progresso donde saímos maravilhados[1362]*.*

No final da sessão, discursou o vice-reitor do Seminário dos Carvalhos, que exaltou a mulher sob o tríplice aspeto de filha, esposa e mãe, «combatendo ao mesmo tempo, com argumentos convincentes, as ideias do século» que tentavam afastar esses «frágeis entes do estreito mas honrosíssimo âmbito que a Natureza lhes destinou»[1363]. É sobre esta discussão em torno da educação ideal para a mulher, veiculada na imprensa gaiense, que passaremos a tratar.

3.4.6. Um tema intemporal: a educação feminina

Segundo Ana Lopes, no século XIX, o jornal tornou-se o mais importante intermediário e aliado da mulher na sua luta pela transformação da sociedade[1364].

Cúmplice dos seus anseios, presta-se a transmitir todas as suas vozes, divulgando-lhes os feitos e os pensamentos, as atitudes e as iniciativas. Faz-se

---

[1362] S. a., 1889: 2.
[1363] *O JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 5, 1889: 2.
[1364] LOPES, 2005: 602.

porta-voz de conflitos e lutas contra a discriminação e exclusão, em registos múltiplos, tanto no que respeita à ideologia como aos géneros em que o feminino se queria exprimir. É assim, ao longo de todo o século XIX, o principal espaço público de debate feminino sobre os problemas específicos da época, sobre o que e como pensar, escrever e criticar, quer no sentido da continuidade da tradição, quer no da modernidade[1365].

Fosse pela questão do analfabetismo ou pela ação docente, pelo seu papel educador no presente e no futuro, ou pela educação que devia ter ou mostrar, o protagonismo atribuído à mulher e à sua educação teve alguns picos na imprensa estudada (Gráfico 19), relacionados com os contextos socio-históricos e com a própria natureza e fins dos jornais em questão. No início da década de 1900, os jornais *A Luz do Operário* e *A Voz do Tanoeiro* colocavam a mulher no cerne da luta operária, bradando pela sua educação, necessária à emancipação, denunciando o duplo estado de servidão em que encontrava – «escrava da sociedade e escrava do homem»[1366]. Apelava-se à organização feminina, através do associativismo, e à educação da mulher portuguesa forte e instruída de princípios libertários. Era preciso «fazer da mulher portuguesa a mulher espartana, a mulher gaulesa! Porque a mulher é que educa os filhos, é que faz os justiceiros de amanhã!»[1367]. *A Voz do Tanoeiro* procurava consciencializar que a emancipação feminina, «sob o duplo ponto de vista moral e físico», não devia reputar-se de «ideia vã ou absurda»[1368]. Nas páginas do periódico, publicita-se a *Cartilha de instrução social: A mulher*, editada pela Biblioteca Rutilante, apresentando-a como escrita por uma mulher de «vasta erudição científica em sociologia, na qual se explana detalhadamente esse grande ideal - o Socialismo Libertário - cuja leitura em linguagem simplificada está ao alcance de todas as inteligências»[1369]. A brochura era da autoria de Soledade Gustavo, pseudónimo de Teresa Mañé Miravent, professora, escritora e intelectual anarquista, traduzida por J. Sesuirosa, por sua vez, pseudónimo do anarquista João de Sousa

[1365] LOPES, 2005: 602.
[1366] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 183, 1900: 1.
[1367] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 183, 1900: 1.
[1368] *A VOZ DO TANOEIRO*, n.º 3, 1901: 2.
[1369] *A VOZ DO TANOEIRO*, n.º 1, 1901: 1.

Reis[1370]. Era recomendada a todos os trabalhadores, especialmente às mulheres, encontrando-se à venda no Porto, em Lisboa e em Gaia, na redação do jornal[1371]. A Biblioteca Rutilante dedicava a Cartilha «à juventude feminina, às professoras do ensino laico e livre, às mestras escolares de consciência emancipada e às que cheguem a emancipar-se dos preconceitos ou crenças supersticiosas» e especialmente às Associações de Classe das Costureiras e a todas as Associações Femininas[1372].

O jornal *O Portucalense* veiculou diferentes vozes acerca da educação que a mulher deveria ter, refletindo as interpretações estabelecidas no palco nacional e regional da condição feminina. Comecemos pelo discurso da professora de Canidelo, Carolina da Silva, na ocasião da festa escolar que ali se realizou em 1906, onde defendia a ideia que muito seduzia os republicanos, de que a primeira escola, a «escola natural» é a do lar, pelo que quanto mais a mestra dessa escola – a mulher, «agente do bem e da felicidade», aperfeiçoasse a sua instrução, mais educada seria e melhor poderia educar[1373]. Esta professora, previa que no futuro o ensino-aprendizagem da leitura seria uma competência do lar, onde a criança tal como aprendia a falar e a andar, aprenderia com a mãe a ler. Todavia, esse patamar ideal e "natural" da educação debatia-se com diversos obstáculos, principalmente no mundo rural, onde se preferia mais a «mulher estúpida do que instruída»[1374].

> *A própria mulher será tanto melhor, quanto mais educada; e será tanto mais educada, quanto mais aperfeiçoar a sua instrução. E se tivermos em conta que é a mulher quem dirige os primeiros passos da criança, quem lhes incute os germes das primeiras ideias, quem no delicado espírito infantil acende a primeira luz e no coração da criança faz florir os primeiros sentimentos, - compreenderemos que a instrução da mulher até sobreleva em importância à do homem, e só, ela, é a maior e o mais poderoso agente do bem e da felicidade.*

[1370] Sobre a influência desta obra na formação anarquista em Portugal vd. DUARTE, 2021: 204.
[1371] *A VOZ DO TANOEIRO*, n.º 1, 1901: 1.
[1372] GUSTAVO, 1900: IV.
[1373] *O PORTUCALENSE*, n.º 25, 1906: 2.
[1374] SILVA, 1906: 2.

A primeira escola, a escola a que chamarei natural, é o lar; e pela sua maior permanência neste, pela maior delicadeza dos seus sentimentos nativos, a Mestra dessa escola tem de ser a Mulher. Estou mesmo em dizer que era no lar doméstico, e só, aí, que a criança devia aprender a ler, que não é mais difícil do que aprender a andar ou a falar; e esse há de ser, sem dúvida nenhuma, o futuro da primeira instrução, ficando reservadas às escolas externas, oficiais ou particulares, a difícil e complexa aplicação do instrumento da leitura, de que a criança viria já munida dos braços da mãe.

Preparar a instrução para este futuro, eis o grande papel da escola de hoje; e se em si mesmo ele é difícil, porque à Mestra de hoje ainda incumbe o ensinar a ler, que tem de ser, repito, uma função da futura Mãe; dificílimo se torna esse papel pela conspiração de um sem número de circunstâncias que estorvam, ainda hoje, principalmente nas nossas aldeias, o problema da Instrução Primária.

Ainda no povo rural não entrou a convicção da necessidade absoluta de se instruir; e como só isto fora pouco, a instrução da Mulher é reputada ainda inconvenientemente, como se mais valera à mulher estúpida do que instruída, e como se a instrução não melhorasse, pela ação educativa, os sentimentos[1375].

No mesmo jornal transcreve-se uma «Carta às mães» de Raul Dória, onde este justifica a criação da sua Escola Prática de Economia Doméstica na necessidade das filhas de hoje poderem ser amanhã boas esposas e, depois, mães exemplares. Não se considerava «dos retrógrados que querem a mulher analfabeta», apoiava a criação de médicas, «porque doenças há que uma senhora se peja de explicar a um homem, ainda que seja ao médico» e repudiava a formação de advogadas, de engenheiras, enfim, «profissões estas bem pouco coadunáveis com a fraqueza natural da mulher e, com a sua geral sensibilidade». Esta finalidade da educação feminina era subscrita pelo periódico, confiante de que essa escola iria produzir ótimos resultados no que dizia respeito à formação de «boas donas de casa, missão sublime da mulher portuguesa»[1376].

[1375] SILVA, 1906: 2.
[1376] Vd. transcrição em Anexo 54.

Num artigo intitulado «A Mulher. Sua Educação», *Jerteivas* definia-a, assim:

> *O sexo belo por excelência, prende, encanta, sensibiliza e entusiasma pela sua beleza plástica e pelas suas formas modeladas na mais rigorosa estética; mas nesse ente, chamado mulher, já um outro quid, mais digno da nossa amizade. Esse quid é o coração feminino, esse foco radiante de luz para onde convergem os raios puríssimos do nosso amor, esse íman irresistível que enlaça, atrai e seduz todas as nossas venerações, esse condão maravilhoso da donzela que lhe dá todo o donaire, toda a graça e majestade. Para que desse diamante partam raios de luz, para que esse íman tenha a força magnética da graça, é necessário que não seja ofuscado pelas trevas da ignorância, nem neutralizado pelo vício.*
>
> *Sobre o coração da donzela, terno e meigo como o amo, pois que é ali a sua morada, puro como a diafaneidade dos céus, simples e belo como o botão de rosa ao desabrochar nas manhãs poéticas da Primavera, é necessário que incidam as suaves e consoladoras palavras de uma mãe cristã, quais gotas de orvalho cristalino vão regar a viçosa planta que mais tarde tem de vicejar no meio de uma sociedade corrompida.*
>
> *A mulher é metade do género humano: diz algures, não sei quem. Sendo assim, a mulher é cooperadora neste ingente e contínuo labutar dos povos, chamado civilização*[1377].

Era, pois, dever dos homens instruídos compenetrar a mulher na missão cooperativa da marcha da civilização. Advertia que circulava «uma escola-feminismo» que apontava para «o reinado paradisíaco da sua emancipação», porém, afirmava que a influência nos destinos da civilização não era o seu lugar no «comércio, na magistratura, ou na política»[1378]. A sua «sublime, mas espinhosa missão a cumprir na sociedade» não era suficientemente ministrada na «moderna educação», porque esta «despreza a joia mais preciosa da donzela, que é o seu coração; e esta, assim educada, terá o infeliz sucesso que teve a esposa de um general de Napoleão», que insistindo em acompanhar o seu

[1377] JERTEIVAS, 1906: 2.
[1378] JERTEIVAS, 1906: 2.

marido numa das batalhas da Rússia, morreu, não pelas balas, nem pelo frio, mas porque os soldados se esqueceram de a alimentar[1379]. Concluía, que o mesmo sucederia à donzela daqueles tempos, ou seja, gelaria «no meio da sua tarefa, por falta de uma educação sólida e substancial»[1380], que se queria tradicional, cristã, centrada no lar.

Em editorial de primeira página, *O Portucalense* apresenta outra visão do papel social feminino - «A Mulher Educadora», afirmando que a mulher deveria ser solidamente instruída, para que fosse também «a mais sólida e perfeita educadora da infância e da mocidade»[1381]. Percecionava-se que mais do que nunca, a sua «preponderância moral» tinha-se tornado indispensável no seio da família e da sociedade e que longe ia o tempo em que se julgava que a educação da mulher se devia restringir «à escola doméstica, à intimidade do lar, bastando-lhe para diploma científico o elogio que se fazia das matronas romanas - sabiam fiar lã»[1382]. O tempo era irremediavelmente outro, no qual até já se percebia uma concorrência profissional observável a nível do professorado.

> [...] *Se os homens diplomados academicamente, ao saírem das escolas lutam com mil obstáculos para abrirem carreira, o que não será, quando a seu lado ou na frente marchar a legião das mulheres nas mesmas circunstâncias!*
>
> *Essa concorrência está-se revelando agora na Inglaterra, não no terreno científico, mas no terreno político, e dos factos observados no nosso próprio país, como a colocação das professoras. Já se poderá concluir aproximadamente o que será, no futuro o reinado das mulheres*[1383].

«A mãe é mestra por excelência», dizia-se no mesmo jornal, e desse «professorado sublime» esperavam a «redenção do futuro»[1384].

[1379] JERTEIVAS, 1906: 2.
[1380] JERTEIVAS, 1906: 2.
[1381] *O PORTUCALENSE*, n.º 51, 1907: 1.
[1382] *O PORTUCALENSE*, n.º 51, 1907: 1.
[1383] S. a., 1907a: 1.
[1384] *O PORTUCALENSE*, n.º 51, 1907: 1.

Fig. 87. Retrato da professora Antónia de Melo Pestana



Fonte: *O CINCO DE OUTUBRO*, n.º 30, 1911: 1.

O período republicano constituiu um contexto propício ao debate na imprensa sobre a mulher no universo educativo: analfabeta ou mestra, educada para o lar ou para o mundo profissional, pupila da religião ou da razão. Ana de Castro Osório, em *O Leverense*, acusava o país de não se preocupar com a educação racional da mulher. Defendia que educar era mais do que instruir, compreendia a formação de indivíduos autónomos e conscientes, o que era inviável na educação congreganista na mão de «pseudo-educadores», que tinham por único fim criar adeptos para a sua religião e «manter sob a sua vigilância o espírito feminino», porque enquanto assim fosse estaria do seu lado «a maior força e o futuro bem certo». A célebre feminista observava que, de dia para dia, crescia a necessidade das mulheres de todas as classes e estados civis proverem as suas próprias necessidades, porém, na mesma proporção se verificava na «educação viciosa» em que se encontravam, limitadora para a obtenção de um trabalho remunerado e para educar os seus filhos.

> *A educação da mulher moderna já não pode ser como no tempo de Fénelon, «de tudo um pouco» para brilhar nos salões, mas tem de ser orientada seriamente, tal qual como a dos homens, com a ideia no duvidoso dia de amanhã em que será forçada a procurar uma profissão que lhe garanta a independência económica.*

Mesmo casando, é cada vez mais rara a família em que o trabalho remunerado ou a fortuna pessoal da mulher possam ser dispensados: e em nenhuma pode a mãe deixar a outrem o encargo de ser a educadora e orientadora dos filhos.

Aqueles que supõem que a instrução e a consciência dos próprios direitos e deveres afasta a mulher dos cuidados da maternidade material e espiritual, que é a mais santa e a mais digna: enganam-se absolutamente.

Quanto mais superior é a mulher menos ela cede os legítimos direitos que tem sobre os filhos, porque mais altamente aprecia tudo quanto de si própria lhe dá com essa maternidade perfeita[1385].

Ana Osório estava consciente de que a República ainda não tinha pensado verdadeiramente na educação feminina, «esquecendo que lhe será impossível dar um passo no caminho da libertação espiritual e do progresso enquanto não encarar o problema com seriedade e energia». No entretanto, lembrava que os pais tinham a possibilidade de encaminharem a educação e instrução das suas filhas, para que estas pudessem vir a conquistar pelo trabalho um lugar respeitado na sociedade, tal como os irmãos. Assim, a concorrência encarregar-se-ia do resto «porque o futuro é dos melhores preparados intelectualmente e daqueles que tenham adquirido com o hábito do trabalho, a energia e a força que vem da própria consciência liberta»[1386].

Nas páginas do *Jornal dos Carvalhos* também conviviam diferentes visões sobre o papel da mulher na sociedade e sobre a sua educação. Por um lado, dava-se voz a quem reconhecia à mulher um papel de destaque no avigoramento da raça. «Criada para ser a geradora da raça» era, entre todos os seres vivos, aquele que maior influência tinha no aperfeiçoamento da geração humana, na elevação dos costumes sociais e, portanto, na civilização da humanidade. Afirmava-se que a mulher estava destinada pela Natureza a ser educadora da sua prole, mas isto não significava que se devesse pensar a sua educação apenas dentro do lar e para o lar, porque tinha de educar a sua descendência a viver em sociedade, guiando os futuros cidadãos da pátria à maior perfetibilidade[1387].

[1385] OSÓRIO, 1915: 1.
[1386] OSÓRIO, 1915: 1.
[1387] *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 6, 1919: 1.

No interesse do melhor futuro da raça, defendia-se, por outro lado, que «as raparigas deveriam aprender a cuidar das crianças, assim como aprendem a ler e a contar», seguindo-se o exemplo de França, cujos programas dos liceus e das escolas contemplavam cursos de puericultura, «feitos por professoras que põem nesse ensino todo o seu tato de mulheres e de mães»[1388].

Este jornal foi também o suporte de uma rubrica intitulada «Cartas de Além-túmulo» através da qual a "falecida" mãe, «Maria Cândida», educava a sua jovem filha, aconselhando-a a comportar-se em sociedade de forma cristã, alertando-a para os perigos da moral moderna[1389]. É "alma" e voz dos que achavam uma aberração toda a mulher que punha em perigo «a ordem natural das coisas» ao imiscuir-se no mundo masculino. Vejamos alguns dos conselhos do "Além".

> *De nada te servirá seres uma letrada ou uma pessoa de grande ciência, se não estiveres educada para pores um tom de sabedoria na administração da tua cozinha, na disposição da tua sala e no aconchego inteligente e honesto do teu quarto de dormir.*
>
> *Não há nada mais triste do que ouvir as harmonias de um piano numa casa onde o fogão está apagado por não ter quem o zele, e vê entregar-se a todas as lucubrações dos sábios uma mulher que não sabe a quantidade de sal a lançar num cozinhado, ou que não conhece os benefícios resultantes deste ou daquele condimento para certas e determinadas doenças.*
>
> *Que importa que uma mulher saiba conhecer a situação astronómica do planeta Marte, se ela não souber compor um caldo que satisfaça os seus? Que importa que uma mulher despenda o melhor do seu tempo em colaborar com sábios na resolução dum ou outro problema científico, se durante esse tempo ela deixar esturrar o seu arroz ou apagar o seu lume? E que importa, minha filha, que ela saiba passar a sua inteligência, através das várias condições de habitabilidade na lua, se ela não souber passar a ferro a calça ou a camisa dum irmãozinho seu, e se substitui económica e profícua agulha de costurar pela pena pedante com que*

[1388] *A VOZ DA JUSTIÇA*, n.º 9, 1925: 3.
[1389] *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 7, 1919: 1.

faz os seus versos e com que escreve as suas vãs opiniões filosóficas sobre certos e determinados assuntos do campo das ciências?[...]

Eu considero verdadeiras aberrações da natureza certas mulheres que deixam entregue ao pouco ou nenhum interesse das criadas os multíplices cuidados da sua casa e que vão petulantes e prazenteiras imiscuir-se nos negócios dos homens, vociferando política, altercando direitos, conjugando ódios e predispondo a humanidade para mais tarde ou mais cedo se revoltar contra a sentimental resolução da idade média que elevou a mulher ao nível que a natureza lhe deu e que ela constantemente pretende ultrapassar, com manifesto perigo para a ordem natural das coisas e com evidente indisposição dos homens que assim a vêm abusar [1390].

Esta conceção reacionária, distante do radicalismo de início de século propagandeado em *A Voz do Tanoeiro*, de que o «lar é o templo feminino» era partilhada por outros seguidores do jornal, que viam na "orientação" de «Maria Cândida» utilidade para a mulher se «manobrar sem desastre no meio de tantos interesses opostos e de tantas ambições», reafirmando «continuamente que só dentro de casa e não na rua, a mulher encontrará a verdadeira razão de existir e a sua verdadeira felicidade»[1391]. Deixamos um último eco da visão da mulher no mundo do trabalho, neste caso num sector considerado "aceitável", mas não isento de preconceito. Trata-se do lamento de um subscritor que, não contestando «a competência das Senhoras quando elas são professoras», insurgia-se no *Jornal dos Carvalhos* dizendo não compreender a razão pela qual não havia «um professor, um homem, um barbas, um teso capaz de incutir respeito à garotada levada da breca»[1392].

A emergência da sociedade urbana e industrial, principalmente em Santa Marinha, forçou a lenta separação das esferas doméstica e profissional femininas. Vimos que a imprensa gaiense atribuiu algum destaque à mulher e à sua educação nas primeiras décadas do século XX, nela refletindo as diferentes posições face à presença da mulher

[1390] CÂNDIDA, 1919: 1-2.
[1391] *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 9, 1919: 1.
[1392] *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 9, 1919: 1-2.

no espaço público e o lento caminho de alteração da estrutura social para uma posição igualitária. Podemos situar no mesmo espaço geográfico do concelho atitudes diferentes, não só, o grito operário em luta pela emancipação mas, também, o silêncio da ruralidade, analfabeta e alheada. Nota-se, também, que a questão da educação feminina, subjacente nos discursos emancipatórios socialistas, dá lugar quase em exclusivo à defesa do ideal de mulher burguesa e republicana, que corresponde "à fada do lar", «prendada mas fútil, bem-educada mas sem formação técnica e profissional e com um perfil marcado pela conformação aos ideais religiosos e conservadores»[1393]. Neste panorama, insurge-se, inusitadamente, num periódico de uma recôndita localidade, a voz de Ana de Castro Osório com a sua crença na independência feminina, malgrado a ideia mais comum ser a de que a esfera da mulher é o lar, condescendendo-se-lhe a da educação, mas só enquanto mãe, criadora de uma raça forte física e moralmente e, enquanto professora, formadora de cidadãos engrandecedores da Pátria.

Fig. 88. Professores da escola de Serzedo, Julieta Augusta da Fonseca e Maria de Jesus Saraiva



Fonte: *ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA*, n.º 376, 1913: 558.

[1393] PINTASSILGO; MOGARRO, 2013: 1083.

3.4.7. A Festa Escolar: um pretexto educativo ritualizado

Esta componente da cultura escolar, enquadrada na cultura positivista e burguesa, que valorizava o mérito e olhava para a instrução como sinónimo de progresso, pretendia fomentar nas crianças o gosto pela escola e impressionar a comunidade e, assim, lutar contra o absentismo. A legislação emanada a partir da década de setenta do século XIX, a par da benemerência educativa individual e associativa, criaram uma rede de estímulo e de apoio à instrução que se materializou, também, no momento festivo da distribuição de prémios aos alunos, regulado pelo Decreto da Direção Geral de Instrução Pública, de 19 de setembro 1902 (art. 53.º a 58.º). Com a implantação da República, estas manifestações cívicas vão adquirir especial importância na encenação da rutura entre o velho Portugal monárquico, católico e retrógrado e o novo Portugal, republicano, laico e moderno. A "festa" passará a constituir um pretexto e ocasião para a prática de novos rituais, para o uso de novos símbolos, num novo espaço – a escola primária, que se transforma «num templo ao serviço do culto nacional»[1394], fundamental para a republicanização da sociedade, destacando-se neste quadro celebrativo, a nível nacional, a Festa da Árvore[1395].

É bastante eloquente a atenção votada pela imprensa à festa escolar, simbiose entre alunos, professores e comunidade, fins e práticas educativas, pedagogia e demagogia, profissão e missão. A festa escolar com a sua distribuição de prémios, sessões solenes, cortejos, preleções e hinos, tinha a múltipla vantagem de motivar as crianças para a instrução e de conquistar o interesse dos pais e da comunidade em favor da escola, «olhando para ela com bons olhos e, vendo seus filhos, a par da instrução, aprendem a cumprir com os seus deveres de irmãos, esposos, pais e finalmente de cidadãos de um país livre»[1396]. Por outro lado, era o momento por excelência onde o professor primário podia patentear à comunidade a «enorme soma de trabalho, esforços e sacrifícios com que contribui para o bem-estar da sociedade e progresso do seu país»[1397]. Ainda nos

[1394] PINTASSILGO, 2010: 8.
[1395] PINTASSILGO, 1998: 58
[1396] *O PORTUCALENSE*, n.º 25, 1906: 1 e 2.
[1397] *O PORTUCALENSE*, n.º 25, 1906: 1 e 2.

inícios do século XX, a festa escolar era sentida nas escolas gaienses, como o «1.º de maio do professorado primário, onde ele com certo orgulho vem mostrar, com seu exército de pequeninos, que o futuro da pátria está na sua mão e que se esforça para torná-lo brilhante».

> *As paradas militares servem para mostrar ao burguês o efeito da disciplina, como milhares de homens se movem rapidamente à voz de um só, o luzido das fardas e botões amarelos, o poder e a força no número das suas espingardas e canhões. É o espetáculo gratuito de um combate sem perigo para os espetadores. É o extermínio e a morte disfarçados com dragonas, galões e penachos.*
>
> *A festa escolar é também uma parada para mostrar a força da escola. É uma parada em que todos nos sentimos bem, porque não vemos nela representado o extermínio e a morte, mas sim os intrépidos lutadores que caminharão impávidos para a conquista pacífica da Luz e do Progresso*[1398].

Já tivemos a oportunidade de abordar este assunto em estudos anteriores, centrados essencialmente na localidade de Avintes, um espaço de dinâmicas educativas inovadoras e, nalguns casos, singulares, como o caso da Festa da Árvore de Natal, dinamizada pelo Clube Recreativo, a partir de 1891, que pretendia estimular entre as crianças o gosto pela escola e pelo trabalho, lutar contra o absentismo e apelar à cooperação dos pais no processo educativo formal dos seus filhos[1399]. Efetivamente, de acordo com a investigação que levamos a cabo, a génese deste tipo de manifestação cultural educativa deve muito à iniciativa privada, não só pelo impulso das comissões de beneficência paroquiais, mas também, pelo estímulo ao mérito e à instrução por associações e filantropos, como já deixamos patente no capítulo 1. As instituições particulares souberam aproveitar as festividades, não só para promover a identidade e a coesão dentro da instituição, mas também para propagandear a qualidade da cultura educativa do estabelecimento, através da publicação de opúsculos[1400] e de reportagens realizadas por jornalistas convidados a assistir às efemérides. O dia da Nossa Senhora

[1398] BELEZA, 1906d: 1 e 2.
[1399] BAPTISTA, 2017b; BAPTISTA; AFONSO, 2020.
[1400] Vd. por exemplo, folhetim do Colégio do Sardão: *SOLEMNE DISTRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS*, 1905.

do Rosário era o escolhido para a abertura solene do Seminário dos Carvalhos e para a distribuição dos diplomas honoríficos aos seminaristas distintos pelo seu aproveitamento literário e bom procedimento moral, cívico e religioso[1401]. Na escola do Torne, tinham lugar as Festas da Árvore de Natal, da Árvore e das Flores[1402], importantes festividades que, em consonância com os argumentos por nós já aduzidos nos capítulos anteriores, constituíam estratégias de integração da comunidade protestante num dos maiores polos de comércio e indústria nacionais da época, tendo ao mesmo tempo, construído um referencial de modernidade educativa no processo de alfabetização e escolarização da urbe vilanovense. A data de inauguração do estabelecimento constituía, igualmente, um pretexto para festejos escolares, como aconteceu no caso do Colégio Central[1403], instituição que via motivo para celebrar as aprovações nos exames do Liceu[1404]. Por seu turno, no Colégio Vilanovense, era hábito assinalar o aniversário do diretor[1405]. Em diversas instituições escolares a inauguração dos estandartes originou eventos escolares solenes e participados[1406]. Implantada a República, a comemoração de datas históricas, como o 31 de Janeiro[1407] e o 1.º de Dezembro, constituíram uma oportunidade para se incutirem conteúdos nacionalistas e patrióticos e, no universo educativo privado, para em simultâneo se projetar a instituição, através das dinâmicas pedagógico-ritualísticas desenvolvidas com os alunos[1408].

[1401] *JORNAL DOS CARVALHOS*, n.º 115, 1891: 2.

[1402] Sobre as festas educativas da Escola do Torne vd. AFONSO; SILVA, 2015; SILVA; AFONSO, 2019: 40-41.

[1403] Por exemplo, vd. *O GRILLO DE GAYA*, n.º 7, 1891: 2.

[1404] N*a quinta-feira da semana última, houve uma excelente festa no Colégio Central, junto da nossa redação. Esta festa teve por fim solenizar as aprovações nos exames do Liceu, dos alunos daquela instrutiva aula. O nosso amigo Osório de Novais, diretor do referido colégio, distribuiu aos seus alunos aprovados um lindo prémio - Viagem pela Europa. À noite houve iluminação e música. O Colégio Central é hoje, sem dúvida, o melhor do concelho*. *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 7, 1893: 2.

[1405] *O PORTUCALENSE*, n.º 45, 1907: 3.

[1406] Como foi o caso da escola do sexo masculino de Vilar do Paraíso, em 1906. *O PORTUCALENSE*, n.º 3, 1906: 2.

[1407] *Madalena*

Por iniciativa dos professores oficiais desta freguesia, realizou-se uma modesta mas significativa homenagem aos heróis da revolução de 31 de Janeiro de 1891.

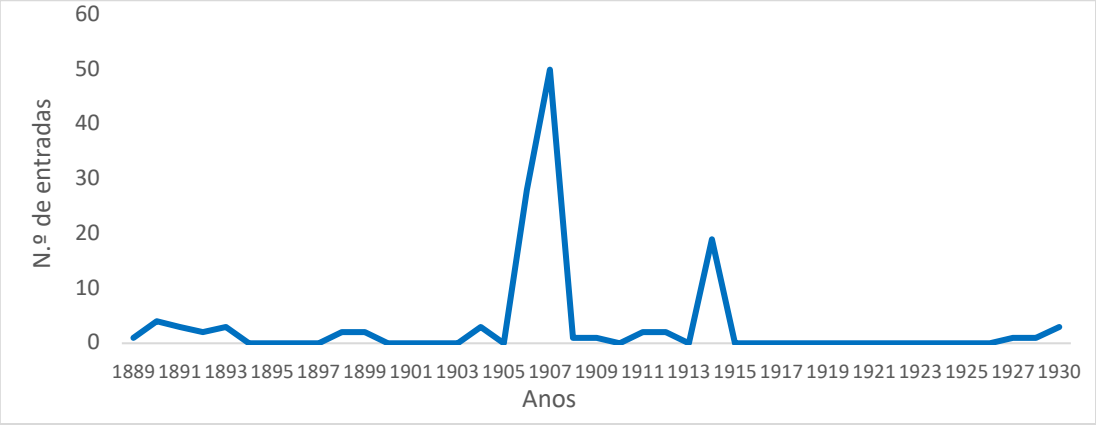
Às dez da manhã, na presença dos alunos de ambos os sexos das escolas oficiais e dos seus professores, foi hasteada na frente do edifício da escola do sexo masculino, a sua nova bandeira, sendo nessa ocasião, levantados vivas à Pátria, República, heróis do 31 de janeiro, professorado e à instrução, ao mesmo tempo que as crianças entoavam a «Portuguesa» e «A Maria da Fonte». *A PÁTRIA NOVA*, n.º 5, 1914: 2.

[1408] *O POVO DE GAYA*, n.º 29, 1914: 1.

O Occidente dá grande destaque à festa escolar de distribuição de prémios que se tinha realizado no velódromo de Lisboa, em 1906, onde se juntaram milhares de crianças, num programa simples que constava de cânticos corais, entre os quais, o hino das escolas da autoria do Conde de Monsaraz e de Augusto Machado, bem como de exercícios de ginástica sueca.

> *Mas não foi só Lisboa que esteve em festa. Por todo o país a distribuição dos prémios foi acolhida com igual entusiasmo. De toda a parte chegaram telegramas descrevendo as alegrias. Pequeninas aldeias enfeitaram-se; em vilas velhas de muros arrombados o hino das escolas encontrou ecos nas abóbadas dos castelos. É uma aurora que surge*[1409].

Gráfico 24. A Festa Escolar na Imprensa de VNG



Fonte: Elaboração da autora com base nas fontes consultadas.

Tal entusiasmo verificou-se, igualmente, no Porto, onde a festa foi muito imponente[1410], e em VNG, transformando-se num tema recorrente na imprensa (Gráfico 24). Nesse ano de 1906, transferiu-se para a sede de cada concelho o local para a distribuição dos prémios, passando a festa a ser comum a todas as escolas e realizada a 27 de maio de cada ano, modificando, assim, o exposto no Regulamento de 10 de setembro de 1902,

[1409] *OCCIDENTE*, n.º 1001, 1906: 1.
[1410] *OCCIDENTE*, n.º 1001, 1906: 2.

que indicava que se fizesse nas respetivas escolas primárias. *O Portucalense* foi, desde o primeiro momento, o grande entusiasta e informador do evento.

> *Não é nosso intento, por agora, fazer a crítica da resolução do Exmo. Ministro do Reino, resolução que alterou a letra regulamentar no que diz respeito à localidade em que a festa devia efetuar-se e à escolha da época do ano para a festa ter a sua realização. Isso fá-lo-emos oportunamente.*
>
> *O que temos em vista é dar conhecimento aos nossos leitores de que no dia 27 do mês corrente, pelas* [?] *horas da manhã há de ter lugar, nesta vila, no edifício das escolas paroquiais, a festa a que nos referimos, à qual devem assistir, além das crianças, dos dois sexos, das escolas do concelho, oficiais e particulares, um número talvez superior a mil, todas as autoridades civis e militares, Câmara Municipal, párocos, regedores, comissões de beneficência e ensino, diretores de colégios, etc., etc., para o que vão ser convidados pelo subinspetor primário deste Círculo.*
>
> *É uma festa que deve impressionar agradavelmente o espírito de toda a gente, pois que é a festa dos nossos filhos, é a consagração pública do interesse pelo futuro da nossa querida pátria, visto que o futuro pertence aos que vão ali receber o galardão dos seus esforços escolares.* […]
>
> *Honra seja feita a todos aqueles que compreendem a alta missão social que a escola tem a representar no futuro de Portugal!*[1411]

No mesmo artigo, apelava-se à Câmara Municipal e às Comissões de Beneficência, a continuidade das «mais acentuadas provas de verdadeiro amor pela instrução» do concelho, no auxílio à solenidade da festa, através dos meios ao seu alcance. Mostrava confiança no desempenho do professorado do concelho, «sem dúvida, o mais cumpridor dos seus deveres profissionais»[1412]. Antevendo-se que a concorrência seria enorme, resolveu-se que a festa fosse feita em três secções, em cada um dos salões do edifício das escolas de Santa Marinha, segundo a seguinte distribuição: 1.ª Escolas de Arcozelo, Avintes, Canelas, Canidelo, Crestuma, Grijó, Gulpilhares e Guetim (total de 12);

[1411] S. a., 1906a: 2.
[1412] *O PORTUCALENSE*, n.º 1, 1906: 2.

2.ª Escolas de Mafamude, Madalena, Olival, Oliveira, Pedroso, Carvalhos e Perosinho (total de 12); 3.ª Escolas de S. Félix, Sandim, Seixezelo, Serzedo, Valadares, VNG, Devesas, Candal, Vilar do Paraíso e Vilar do Andorinho (total de 13).

Todavia, a festa marcada ministerialmente para maio foi suspensa com a subida ao poder de João Franco, originando grande consternação, tendo *O Portucalense* dado voz aos desânimos oriundos dos mais diversos lugares do concelho. «Pois então deveria *politicar-se* com a Escola? Deveria lá […] *brincar-se com as crianças*?!»[1413].

> *As Comissões de Beneficência, cada uma na sua freguesia, tinham tudo disposto, no sentido de darem, à custa da sua récita a alguns alunos das respetivas escolas, uns premiozinhos; tinha-se gastado em todo o país, contos e contos de réis.*
>
> *As Câmaras Municipais, por seu turno, embora para isso não tivessem verba nos seus orçamentos, também estavam resolvidas a aplicar algum dinheiro para conseguir-se o bom resultado da festa escolar.*
>
> *O Governo já tinha gastado, em prémios, também, muito dinheiro.*
>
> *Finalmente, a festa havia de ser um verdadeiro acontecimento escolar e um verdadeiro acontecimento no nosso país, precursor doutros e doutros, mas todos no sentido de, dia para dia, de ano para ano, a Escola se ir engrandecendo e, com ela, o nosso prestígio, como nação, perante todas as outras nações do mundo civilizado.*
>
> *Pois bem. Feito tudo o que aí fica dito, a correr, sobe ao poder o Sr. João Franco e, sem mais tirte nem guarte, suspende a festa escolar de maio, dois dias antes do que para a festa estava marcado, inutilizando-se com uma simples penada, tanta canseira, tanto trabalho, tanto dinheiro, e... tanto amor pelas crianças! Tudo perdido!*[1414]

Em Mafamude, na impossibilidade de realizar a festa pela determinação superior, resolveu-se fazer a entrega de dois estandartes aos professores oficiais, que se haviam diligenciado para o evento suspenso numa «festa intima». Para tal, reuniram todos os alunos, acompanhados pela estudantina «Lira d' Ouro» de Vilar de Paraíso e dirigiram o

---

[1413] *O PORTUCALENSE*, n.º 3, 1906: 2.
[1414] S. a., 1906e: 1.

grupo para a sede das Associações de Socorros Mútuos de Mafamude, onde se realizou uma sessão solene presidida pelo pároco da freguesia. Cantou-se o hino escolar, discursaram personalidades, entregaram-se os estandartes e «insignificantes prémios»: diplomas mandados executar pela comissão, livros de contos infantis e estampas. Durante esta, que foi uma «festa intima, de caráter particular» foram queimadas algumas dúzias de foguetes[1415].

A festa de distribuição de prémios de 1906 foi reagendada para o dia 14 de outubro, pelo que *O Portucalense* aconselhava os professores a mobilizarem os cidadãos de maior importância social das respetivas freguesias para aquele ato «de interesse paroquial-escolar», de modo a que, num futuro próximo, aquela pudesse ser considerada a festa escolar com a mesma ou maior importância com que se considerava a «festa ao Santo orago da freguesia, sendo como são as duas religiões - a da Igreja e a da Escola - absolutamente necessárias e absolutamente compatíveis, para o bom *regímen* da sociedade moderna»[1416]. Na véspera da festa, acreditava-se que ninguém estaria indiferente ao evento que ia realizar-se em cada uma das escolas do Círculo, escolas essas definidas pelo jornal como o «batistério da religião da instrução e em que o professor é o ministrante do sacramento», e as crianças, «a alma da nossa alma, são os iniciados na santidade do mesmo sacramento»[1417].

> *Para nós, este ato, aparentemente tão simples, abrirá uma nova era para o progresso material, intelectual e moral do nosso povo, porque estamos disso convencidos, todos nós lhe daremos a nossa adesão espontânea e os nossos sacrifícios.*
>
> *A Suíça e a Alemanha, na Europa - os Estados Unidos, na América, nações mais cultas entre os Estados mais civilizados do mundo - oferecem-nos praticamente o exemplo vivo do que vale o espírito de iniciativa, a força de vontade e os sacrifícios, a unidade de pensamento e de ação particular que são precisos para que os povos entrem no verdadeiro caminho do seu desenvolvimento e progresso*

[1415] *O PORTUCALENSE*, n.º 3, 1906: 2.
[1416] *O PORTUCALENSE*, n.º 20, 1906: 3.
[1417] *O PORTUCALENSE*, n.º 22, 1906: 1.

e atinjam o grau de prosperidade e cultura a que devem elevar-se pela sublimidade das suas faculdades e pelo seu alto destino[1418].

A concretização do evento foi amplamente divulgada pelo O *Portucalense*, que foi publicando o relato da festa das diversas freguesias[1419], limitando-se, no caso de Santa Marinha, a publicar a transcrição de outros jornais[1420], em virtude de um dos redatores do periódico ser o subdiretor do Círculo e promotor oficial das festas. O evento teve início no largo da ponte D. Luís, com um organizado e concorrido cortejo que, cantando o *Hino Escolar,* seguiu pela Rua Direita, onde os prédios se encontravam enfeitados de bandeiras e colchas de damasco, sendo recebido com pétalas de flores lançadas das varandas do edifício escolar.

> […] *O Sr. Presidente disse que ia dar execução a uma das mais simpáticas disposições do regulamento escolar de 19 de setembro de 1902: premiar, em nome do Governo e da Comissão de Beneficência Escolar, daquela freguesia, as crianças que, nas escolas, durante o último ano, disso se tornaram dignas, pela assiduidade na frequência, pelo comportamento e aproveitamento*. […]
>
> *Procedeu-se em seguida à distribuição dos prémios oficiais, que constavam de exemplares das obras «A Nossa Pátria» e «Pátria Portuguesa», aos alunos do 2.º grau; e diplomas de honra, aos alunos do 1.º grau.*
>
> *Alguns dos alunos, que receberam prémios, fizeram discursos, recitando outras poesias, uns e outros alusivos à festa*. […]
>
> *Finda a distribuição dos prémios do Governo, o pároco da freguesia, rev. Dr. António de Azevedo Maia, na qualidade de presidente da Comissão de Beneficência Escolar, disse que se ia dar começo à entrega dos prémios oferecidos pela mencionada comissão, prémios que constavam de um exemplar dos «Lusíadas», encadernado em percalina, aos alunos que ficaram aprovados no exame elementar, em número de 24; e uma estampa colorida aos do 1.º grau, em número de 34; às crianças mais necessitadas do sexo masculino, uma*

[1418] S. a., 1906b: 1.

[1419] Vd. Anexo 55.

[1420] *Commercio do Porto*, *Primeiro de Janeiro*, *Jornal de Noticias*, *Século*. A fim de que se possa compreender a solenidade, aparato e alcance do evento, vd. transcrição da notícia em Anexo 56.

camisola de lã, e às do sexo feminino um xaile. Numa elegante oração, dirige-se às criancinhas, às quais anima a prosseguir no estudo; faz-lhes compreender que as crianças de hoje hão de ser as senhoras e os homens de amanhã. […] *Chama a atenção das crianças para a civilização; diz-lhes o que é a Escola, qual o seu fim. Apresenta-lhes em formosas imagens, a quanto as expuseram pela Pátria, Camões, Cristóvão Colombo, Vasco da Gama, etc.*

Que para cada esforço há um prémio e para cada vitória uma coroa de triunfos.

A comissão de beneficência, continua, oferece um livro, pequeno no volume, mas gigantesco no fim - «Os Lusíadas».

Dada por finda a distribuição, o Sr. Joaquim Magalhães, presidente da Câmara Municipal, diz que, visto ser convidado para tão simpática festa, quer felicitar as crianças que devido ao seu estado conseguiram ser premiadas. Felicita as senhoras professoras, as quais, devido ao seu esforço e trabalho conseguiram ver os seus alunos premiados. Expõe a vantagem do ensino, que tão útil é para o futuro das crianças. Diz que o dia de hoje é considerado de festa nacional, a festa das crianças, no coração das quais deve ficar guardada a data daquele dia. Corre que Portugal é um país de analfabetos mas que tal boato há de desaparecer, devido às escolas que estão a ser criadas e outras que estão em projeto.

Relembra os beneméritos que têm auxiliado a instrução e felicita as senhoras professoras em nome da vereação de que faz parte. […][1421].

O "valor" e a intenção da atribuição de prémios era, no entender do Presidente da Câmara, o de estimular o empenho e a competição, uma vez que a emulação resultante do confronto entre crianças premiadas e não premiadas despertaria o interesse e o esforço pela recompensa. Todavia, competia ao professor não deixar no espírito da criança o «sentimento da emulação livre, espontânea, irrefletida», mas sim, «regrar, pautar», para «disciplinar esse sentimento». Por outro lado, como referiu Renata Cândido[1422], este momento de festa cívica também constituía o momento oportuno para ensinar conceitos abstratos como o patriotismo e nacionalismo.

[1421] S. a., 1907e: 1 e 2.
[1422] CÂNDIDO, 2007: 146.

Premiando-se as crianças, tributa-se reconhecimento às professoras daquela freguesia, pelo bem que mereceram de todos, pela própria Pátria!

Dirigindo-se às criancinhas e mostrando-lhes um dos prémios «A Nossa Pátria» diz: «Sabeis o que representa tudo isto, o Hino escolar que vós entoastes, o hino nacional que ouvistes e os prémios que vos vão ser dados? - Representa a Pátria, que se compõe da nossa família, da nossa casa, do quintal em que, pequenos, esgravatamos na terra; do ar, que respiramos. A Pátria... é tudo o que é português.

Nos dois livros que o governo vos oferece estão exemplos que bastam para em vós se despertar o sentimento que eleva os povos e que dignifica os homens![1423]

Em várias freguesias optou-se por entregar "lembranças" a todas as crianças, de modo a evitarem-se humilhações e a tornar o evento educativo numa memória coletiva prazerosa, como foi o caso da festa em S. Félix da Marinha.

Era a festa das crianças, e começam as crianças a entrar em cena. Poesias, discursos, nada faltou ali, e que bem recitadas e excelentemente proferidos! Não sei os nomes dos oradores, e tenho pena, porque desejava apontá-los como exemplo de quanto pode o zelo, a boa vontade e a aptidão de um professor, cônscio dos seus deveres. Educar crianças assim, é formar homens utilíssimos. […]

Começa a distribuição de prémios: livros, diplomas, estampas; todos foram premiados uns como mérito, outros como estímulo. Foi em todas as crianças glorificado o estudo; nem um rosto triste. Aos felizes, quem foi dado patentear em provas públicas o seu aproveitamento literário, eram distribuídos os livros enviados pela subinspeção; aos de bom comportamento, os diplomas; aos que que eram assíduos na frequência, livros fornecidos pela comissão de beneficência escolar; e aos demais, lindas imagens como recordação de tão feliz dia.

Não havia descontentes, nem motivo para invejas. […]

Começa a debanda. Que cenas, que deliciosas cenas, meigamente encantadoras, as do encontro das crianças com seus pais! Que tantas lágrimas a marulharem

[1423] *O PORTUCALENSE*, n.º 23, 1907: 1 e 2.

naqueles olhos! Que beijos cariciosos em que se partia a alma, toda a vida daquelas mães ao tomarem das mãos de seus filhos o prémio dos seus primeiros passos no caminho da instrução! Os prémios dos filhos! E porque não o prémio dos pais: prémio de mil canseiras, de mil vigílias, de muitos suores, de muitas fadigas, de muitos sacrifícios, de muito amor!

Eram com razão os prémios do trabalho dos filhos e do amor dos pais[1424].

Apesar da «imorredoura impressão», que a festa escolar de 1906 causou em todo o concelho[1425], algumas queixas fizeram-se ouvir, em virtude de os prémios enviados pelo governo não terem chegado em número suficiente, trazendo descontentamento a alunos e a pais e muitos constrangimentos aos professores. Para resolver a situação, valeu a ação das comissões de beneficência e o bolso de alguns professores. Por todas estas razões, esta festa, «por ser a primeira», deixou José Domingues Beleza «a impressão da gralha enfeitada com penas de pavão»[1426].

Conforme observado no Gráfico 24, as festas escolares, a partir de 1908, perdem a atenção da imprensa de VNG, o que poderá significar um refreamento na envergadura atribuída a este evento pelos constrangimentos acima observados em várias localidades e pelas tensões sociopolíticas da época. Será a designada Festa da Árvore que trará de novo para a primeira página dos jornais gaienses a escola em festa. Segundo Joaquim Pintassilgo, as primeiras destas festividades dedicadas ao culto da árvore, em Portugal, remontam a 1907, dinamizadas pela Liga Nacional de Instrução[1427]. Emergem num contexto politico-ideológico propenso à celebração dos benefícios da floresta e da árvore e à sua associação às ideias de regeneração, liberdade, solidariedade, conceitos muito caros à Maçonaria que, aliás, fomentou e apoiou esta celebração[1428].

[1424] Vd. transcrição em Anexo 57.

[1425] *O PORTUCALENSE*, n.º 24, 1906: 3.

[1426] *Não será de entristecer uma criança que tivesse, por exemplo, ficado distinta, ver os seus condiscípulos receberem o prémio e ela não? É. E os pais o que dizem? «O Sr. professor estima mais fulanos e sicranos do que o meu filho e, no entanto, são todos seus discípulos e todos ficaram distintos, ou isto não é justo...» e outras coisas idênticas. O PORTUCALENSE*, n.º 25, 1906: 3.

[1427] Vd. PINTASSILGO, 2010: 13.

[1428] GRAINHA, 1913: 189.

O professorado de VNG estava ciente da forte ligação maçónica a este ato escolar, aspeto que deu alento e eficácia à organização da festividade em algumas escolas, como veremos, mas noutras terá representado um entrave. Foi o caso da escola masculina de Canidelo. Era seu professor Joaquim Alves de Sá Couto que foi alvo de uma queixa por alegado incumprimento dos seus deveres de docência, mantendo com a Junta um contencioso relativamente à realização da Festa da Árvore. Recusando-se a colaborar com a instituição, chegou a ser alvo de um libelo com audição de testemunhas em auto. Manifestou-se em sua defesa Manuel Marques Gomes, arrendatário do edifício onde funcionavam as escolas, que declarou que só prolongaria o referido arrendamento se o professor continuasse a lecionar na freguesia. Mais tarde, o inspetor escolar da zona manifestou a sua concordância com a política desenvolvida pela Junta no domínio escolar, tendo informado o professor Sá Couto que este deveria participar com os seus alunos nos ensaios do canto coral para a Festa da Árvore. Todavia, o docente não colaborou, por a considerar de carácter político[1429]. Segundo Francisco Barbosa da Costa, a Festa da Árvore não foi de pacífica aceitação, nesta localidade, que via nela influências maçónicas, tensão que ficou espelhada em várias reuniões de Junta, onde «houve repetidas discussões e trocas de acusações»[1430].

Este evento granjeará a sua maior expressão durante a República, especialmente, em 1913, com a Festa Nacional da Árvore, iniciativa de *O Século Agrícola* que teve a contribuição da firma Alfredo Moreira da Silva & Filhos, de cujos viveiros em VNG saíram milhares de árvores[1431]. Num dos jornais, *O Libertador*, referente ao ano de 1913, não foram publicadas notícias sobre o evento, o que se justifica por ser um instrumento de luta dos operários e não de propaganda republicana. No entanto, auscultando outras fontes, confirmamos a concretização da festividade ao longo do território de VNG (Fig.s 89 a 92).

[1429] *Apud* COSTA, 2006: 253.
[1430] COSTA, 2006: 254.
[1431] *ILUSTRAÇÃO PORTUGUEZA*, n.º 519, 1916: 154.

Fig. 89. Festa da árvore. Aspeto da multidão na esplanada da Serra do Pilar, VNG, antes da formatura do cortejo



Fonte: *ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA*, n.º 370, 1913: 368.

Fig. 90. Festa da Árvore em Serzedo



Fonte: *ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA*, n.º 376, 1913: 558.

Fig. 91. Um aspeto da festa da árvore em Santa Marinha



Fonte: *O CINCO DE OUTUBRO*, n.º 97, 1913: 2.

No entanto, o ano áureo da Festa da Árvore, de acordo com a imprensa gaiense, é o de 1914, tendo o jornal *A Pátria Nova*, dinamizado por professores maçons e ligados à firma Alfredo Moreira & Filhos, conferido grande destaque ao assunto. Passou à tinta a celebração realizada em Oliveira do Douro, cujo cortejo incorporou mais de 400 crianças de ambos os sexos, membros da Junta de Paróquia, associações locais com os respetivos estandartes, professores oficiais e privados, orquestra do Centro António José de Almeida e milhares de pessoas. A sessão solene foi feita ao ar livre, no lugar da Lavandeira, sobre um tablado construído para aquele fim. Depois dos discursos, fizeram recitativos sete crianças e plantaram-se mais de 20 árvores. A festa foi abrilhantada pela Banda de Coimbrões e pelo muito fogo queimado durante o trajeto. Foi ainda servido às crianças um lanche que consistiu num pão com queijo flamengo, doces e vinho fino[1432].

[1432] *A PÁTRIA NOVA*, n.º 11, 1914: 3.

Fig. 92. Festa da Árvore nas Devesas.



Fonte: *ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA*, n.º 423, 1914: 404.

Em Vilar do Paraíso, procuraram-se poupar esforços na realização da Festa da Árvore, porque pretendia-se, antes, investir-se na festa anual de maio para aí se promover a cantina escolar, que veio, de facto, a ser efetivamente grandiosa[1433] pela multidão envolvida, pelo aparato do cortejo, pela atuação do orfeão[1434] e pelos palestrantes presentes.

> *De todos os cantos do edifício ressoavam com entusiasmo frenéticos aplausos, soltando-se muitos vivas à República, à Pátria, ao Sr. Governador Civil, à Escola, etc., etc. Às 17 horas organiza-se um imponente cortejo com dois carros alegóricos, um alusivo à instrução e outro em feitio de cesta. A ornamentação destes carros, que foi dirigida pela esposa e filhas do Sr. Venceslau Pedro da Silva e João Alves Tavares, era admirável, merecendo os mais vivos e entusiásticos aplausos.*

[1433] Vd. transcrição em Anexo 58.

[1434] Orfeão escolar estava a cargo do professor de música, João Alves Tavares, de Vilar de Paraíso, que a pedido do professor Alfredo Moreira, trabalhou ativamente na organização do grupo escolar, a quem deu uma aula semanal de canto aos alunos do sexo masculino. *A PÁTRIA NOVA*, n.º 4, 1914: 2.

Conduziram muitas crianças, alunas da escola do sexo feminino desta freguesia vestidas rigorosamente à vianesa, umas, e de branco, alvo de neve, com bandas verdes e vermelhas, outras. No carro da instrução também ia uma menina rigorosamente vestida de República, empunhando a bandeira nacional. Cada carro era conduzido por duas juntas de bois, à soga dos quais pegavam lindas raparigas vestidas caprichosamente à vianesa e à tricana. Ao desfiar este brilhantíssimo cortejo, acompanhado pelo batalhão infantil e restantes alunos com os seus estandartes, a multidão era enorme, calculando-se em mais de cinco mil pessoas. O povo lançava das janelas sobre o cortejo, a que correspondiam as crianças dos carros com flores e serpentinas. Eram 19 horas, quando depois de percorrer as ruas mais centrais da freguesia, recolheu este luzidio cortejo, procedendo-se em seguida à distribuição de lanche às crianças, que constava de pão, queijo, bolacha e vinho[1435].

Todavia, a Festa da Árvore também não deixou de ser realizada com assistência de grande massa de povo que afluiu à escola do sexo masculino, ocasião em que também foi inaugurado um curso noturno e apresentado um prémio escolar. Entre os discursos, tiveram a palavra o professor da escola, Alfredo Moreira, e o seu colega e amigo, Viriato de Almeida, os quais fizeram a apologia da árvore.

Depois fala o professor Alfredo Moreira, demonstrando a ação do professor primário no progresso e civilização, comparando o nosso país, com outros povos cultos e fazendo a apologia da planta. [...] *Em seguida, encerra-se a sessão e organiza-se um cortejo até ao largo da capela, onde se procedeu à plantação de quatro plantas, falando aí novamente o Sr. Viriato de Almeida.*

As crianças, tanto na escola como no largo da Capela entoaram diversos hinos, acompanhadas pela troupe musical desta freguesia. Foram unânimes os aplausos ao ilustre professor de música Sr. João Alves Tavares pela forma brilhante e admirável como ensaiou as crianças que tão correta e entusiasticamente cantavam.

[1435] S. a., 1914f: 2.

O batalhão escolar, tanto ao hastear a bandeira no edifício da escola, como ao arria-la fez-lhe a guarda de honra, apresentando armas ao som da «Portuguesa» e tocando o terreno de corneteiros a continência à bandeira[1436].

Quer a localidade de Vilar de Paraíso, quer a de Canelas empenharam-se em integrar nos rituais escolares da República os Batalhões Escolares. O decreto de 26 de maio de 1911, trouxe à escola primária Instrução Militar Preparatória (I.M.P.), a Educação Cívica, a Ginástica e o Canto Coral, necessários ao projeto de regeneração republicano que almejava formar cidadãos disciplinados e mentalizados para defender a Pátria, servindo estas práticas escolares para desenvolver o espirito militar, a solidariedade e o sentimento de dever e amor à Pátria[1437].

Fig. 93. Batalhão Infantil de Vilar de Paraíso



Fonte: *A PÁTRIA NOVA*, n.º 2, 1914: 1.

Em Canelas, realizou-se, em simultâneo com a Festa da Árvore, a cerimónia do Juramento da Bandeira pelo Batalhão Escolar da freguesia.

[1436] S. a., 1914e: 1.

[1437] Joaquim Pintassilgo também se refere à polémica relacionada com os batalhões escolares, no âmbito educativo. 2010b: 16-20. Há uma notícia de 1913 que indica a intenção de se importarem espingardas *Flober* para que na próxima festa escolar os alunos pudessem ter as sua «ambicionadas *armas verdadeiras*». *A PÁTRIA NOVA*, n.º 1, 1913: 3.

Falaram brilhantemente todos estes convidados, salientando as vantagens do ensino da Instrução Militar Preparatória e mais particularmente da ginástica sueca.

O tenente Sr. Baptista de Carvalho dirige-se às meninas da escola e pede-lhe que não desprezemos conselhos da sua professora, que radiquem bem no espirito o amor da Pátria, para que sejam no futuro umas boas e conscientes mães, pois que antes dos professores, são as mães que primeiro guiam as inteligências das crianças. […]

Falou em seguida e em nome da comissão o professor António Augusto Martins começando por agradecer aos ilustres oficiais a sua presença, bem como ao povo Canelense, a forma generosa como auxiliou a dita comissão, e o interesse que mostrava associando-se livre e conscientemente a festas daquela natureza. Dirigiu-se em seguida às crianças do Batalhão, exortou-as ao cumprimento dos seus deveres e a defesa tenaz e corajosa da Bandeira que representa hoje a Pátria Portuguesa. Faz a história das cores das bandeiras que anteriormente representavam Portugal e explica a causa determinante das mudanças dessas cores.

Termina, pedindo ao povo que não veja nas cores novas da bandeira o sectarismo duma revolução, - sectarismo aliás justificado, - mas sim a esperança de Portugal num dia em que lhe hão de ser reintegradas as honras e felicidades que a monarquia lhe roubou!

Em seguida, as crianças fazem parte do Batalhão, com as espingardas inclinadas à esquerda e o braço direito estendido horizontalmente, proferiram o juramento que o menino Eduardo de Magalhães, comandita do referido Batalhão lhes ia lendo.

Recitou a poesia da «Bandeira» o menino Júlio F. Moreira que foi muito ovacionado […][1438].

[1438] Vd. Anexo 59.

Fig. 94. Festa da Árvore em Santa Marinha. Um carro agrícola que figurou no cortejo, oferecido pelo republicano Alpoim Monteiro



Fonte: *CINCO DE OUTUBRO*, n.º 153, 1914: 2.

Fig. 95. Festa da Árvore em Santa Marinha. Grupo tirado na ocasião do desfile do cortejo, no qual se vêm diversos membros da comissão promotora, o carro agrícola, etc.



Fonte: *O CINCO DE OUTUBRO*, n.º 153, 1914: 3.

Fig. 96. Festa da árvore em Santa Marinha. O cortejo em marcha.

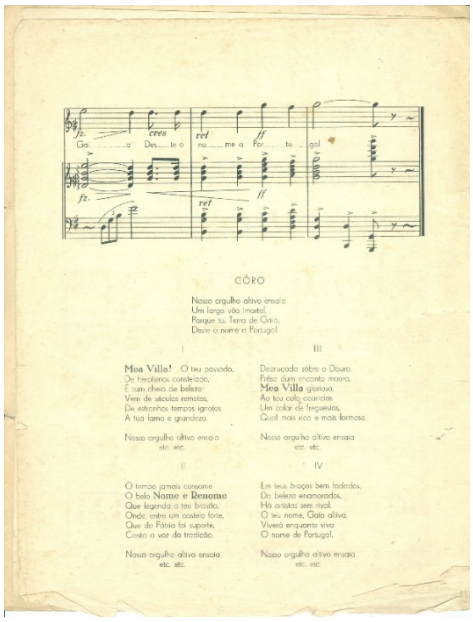


Fonte: *O CINCO DE OUTUBRO*, n.º 154, 1914: 3.

O período áureo destas festividades decorreu entre 1912 e 1915, ano em que dois professores, António Augusto Martins e Ilídio dos Santos Pinto[1439], ofereceram à Câmara o *Hino das Escolas de Vila Nova de Gaia*, o qual veio a ser distribuído pelas escolas do concelho (Fig. 96).

Fig. 97. Hino das Escolas de Gaia





Fonte: ADEP.

[1439] Exerceu professorado na Madalena, Mafamude e Canidelo.

A festividade no ano de 1916 realizou-se já num contexto de crise económica, que trouxe difíceis condições de vida especialmente aos operários, devido ao aumento do preço dos bens alimentares[1440]. Estas práticas escolares eram reguladas por todo um conjunto de procedimentos constantes em guiões orientadores[1441], pelo que chegado o ofício à escola, indicando a data do evento, o professor seguia o protocolo: sensibilizava os alunos para o assunto, procedia ao convite formal das edilidades e associações locais e, ainda, aos ensaios para que, no dia, os alunos das escolas e da IMP, após o desfile até ao lugar de plantação, acompanhadas de música e foguetes, comovessem a comunidade com as récitas, canções e hinos. As plantações das árvores, não raras vezes, eram realizadas em largos de capelas, razão pela qual, além da inadequação sazonal para o plantio, alguns atos de malvadez não deixavam as árvores vingar[1442].

Fig. 98. Grupo feminino na Festa da Árvore em Mafamude



Fonte: *ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA*, n.º 479, 1915: 543.

[1440] BAPTISTA;AFONSO, 2020: 989.
[1441] BAPTISTA, 2017: 28.
[1442] BAPTISTA;AFONSO, 2020: 990.

Com a entrada de Portugal na Grande Guerra e a consequente queda da economia e fragilização do jovem regime republicano, a Festa da Árvore e, de um modo geral, a festa pedagógica, embora não se extinguindo, entrou em declínio, mesmo com o impulso atribuído por João Camoesas, em 1923. As notícias publicadas na imprensa de VNG referem-se ao Prémio Luís de Camões, concedido pelo Clube de Gaia, sendo que a festa escolar volta a centrar-se na beneficência educativa e na celebração do mérito, de que damos, como último exemplo, a festa de distribuição de prémios em Vilar de Andorinho, no início da década de 1930, onde se afirmou que proteger a instrução consistia na «mais nobre missão da sociedade moderna», elevando os filantropos educativos à categoria de heróis da Pátria[1443].

> *Aberta a sessão e esclarecido o motivo da festa, foi inaugurado o retrato do benemérito e o menino José Pereira Alves leu a seguinte alocução, referente ao ato:* […] *«Não é só herói quem conquista Pátrias, é também herói quem as civiliza! É pois uma justíssima homenagem aquela que hoje sentidamente prestamos ao grande cidadão Joaquim dos Santos Guimarães, inaugurando a sua fotografia nesta sala, onde fica a lembrar às sucessivas gerações de crianças o seu nome ilustre e a sua generosa iniciativa».* […]
>
> *Seguidamente foram distribuídos os prémios a 20 alunos pela passagem da 1.ª classe, sacos colegiais; 36 prémios a outros tantos alunos pela passagem da 2.ª classe, caixinhas para lápis; 6 caixas estojos para 8 alunos pela passagem da 3.ª classe e 6 alfinetes de ouro a outros tantos alunos pelos exames de 4.ª classe e uma medalha de ouro a uma aluna por igual motivo.*
>
> *Foram distribuídos vestuários a 94 alunos, e material escolar a 112.*

[1443] *A LUZ DO OPERÁRIO*, n.º 381, 1930: 1.

> *Houveram cânticos e recitativos pelos seguintes alunos* […] *executados com primor, o que se deve à extraordinária dedicação e paciência da Exa Sra. D. Maria Alves Ferreira, inteligente professora das escolas dedicadíssima à instrução, pelo que na freguesia de Vilar goza de gerais simpatias.* […]
>
> *Terminada a festa foram distribuídos pelos alunos 170 sacos de doces e ainda às restantes criancinhas que à mesma assistiram*[1444].

A implementação das festividades no quotidiano escolar gaiense constituiu um marco expressivo de modernidade indelevelmente ligada à instrução, estimulada e celebrada, e ao ideal de nação progressista que dela dependeria. Através das festas, disseminavam-se conteúdos cívicos e, também, as formas de agir e de comportar na sociedade. Nestas práticas pedagógicas, procurava-se fomentar a identidade nacional através de uma construção histórica aliada à evocação dos heróis nacionais e de cristalizações de tipos regionais, em que se inscrevem as crianças vestidas de lavradeiras minhotas e tricanas.

A ideia de "regeneração", tão cara aos republicanos que se consideravam os capazes de revivificar a pátria decadente, é, de igual modo, ponto de honra do Partido Regenerador, que via os professores como «obreiros conscienciosos duma causa santa», os «apóstolos de uma religião, crentes de um novo porvir», como aqueles que iriam levantar «o heróico Portugal»[1445]. A evocação da história pátria e o culto dos heróis da nação "republicana" estão patentes na entrega de *A Nossa Pátria*, da *Pátria Portuguesa*, d'*Os Lusíadas*, como prémios aos melhores alunos, e nas alusões à fundação da nacionalidade e aos grandes navegadores, em cerimónias anteriores ao 5 de Outubro[1446].

O subinspetor Bento da Costa, ciente que a escola representava o novo palco dos rituais cívicos, afirmava que existiam duas religiões necessárias, a «religião da fé e a do entendimento», pelo que se a primeira tinha as «suas páscoas, as suas festividades, as

[1444] Vd. Anexo 60.
[1445] *O PORTUCALENSE*, n.º 25, 1907: 3.
[1446] Vd., por exemplo, *O PORTUCALENSE*, n.º 23, 1906: 1-2.

suas comemorações, os seus aniversários», a segunda, «religião da instrução», também podia ter «os seus jubileus, as suas antífonas e as suas solenidades»[1447].

É certo que a vontade dos republicanos em querer evidenciar a superioridade do regime republicano em relação ao monárquico deu azo a programas festivos mais complexos, mas, de uma maneira geral, observa-se a mesma organização nos cortejos, planeados com rigor, nos quais as crianças enfileiradas a pares ou a trio, com os professores, eram acompanhadas pelas autoridades e associações locais, estandartes, filarmónica e girandolas de foguetes. Antes e depois da República, a seleção de récitas pelos alunos repetiu alguns autores, de que são exemplo Guerra Junqueiro e João de Deus. Verificou-se, ainda, uma certa dificuldade em encontrar-se soluções laicas para a escolha do plantio das árvores que, por provocação ou tradição, se realizava junto de templos religiosos. Lembremos, ainda, que a apropriação da árvore, não na versão de plantação, mas de "Natal" foi experienciada no velho regime como símbolo de regeneração e de fraternidade, de igual modo, no âmbito de festa escolar e de estímulo à instrução. Por último, o destaque assumido pelos professores primários na organização das festas escolares não é exclusivo do período republicano. O professorado, antes do 5 de Outubro, foi o grande facilitador da festividade da entrega de prémios, a ponte entre ministério e edilidade, comunidade e alunos, a chave de sucesso de memoráveis festividades. Aliás, parte do corpo docente é o mesmo, antes e depois da República.

Comparando os dois períodos, se excetuarmos a presença do padre, da igreja, a inculcação da nova bandeira e do novo hino, podemos afirmar que nestas práticas educativas se observam muitos aspetos de continuidade. O que constatamos é uma evolução acelerada na organização destes eventos que, pela necessidade de se tornar acessível uma alternativa eficaz e convincente ao ritualismo católico e de se consolidar rapidamente a República, legitimou, inclusivamente, a edição de guias[1448] para as festas, que passaram a ser "da Árvore", o elo entre o passado e o futuro, símbolo da recorrente

[1447] *O PORTUCALENSE*, n.º 24, 1907: 1-2.

[1448] Nos guias disponibilizavam-se todos os materiais indispensáveis para a realização destes eventos, desde circulares preparatórias, a preleções para alunos e professores. Vd., por exemplo, QUEIRÓS, 1916 e WALGÔDE; QUEIROZ, s.d. e QUEIRÓS, 1916.

necessidade portuguesa de regeneração, para se impressionar a população e afirmar o jovem regime.

Para finalizar este capítulo, há ainda a referir que o estudo da imprensa teve a capacidade de nos transportar para o tempo exato em que os acontecimentos ocorreram, o que veio a acrescentar a esta investigação uma certa espontaneidade que nenhuma outra fonte pôde conferir. Os jornais ecoaram as angústias e as tensões, a esperança e o entusiamo celebrativo de momentos específicos, por exemplo, refletindo sobre os resultados dos Censos e das taxas de analfabetismo, denunciando deficientes condições escolares e pressionando por melhores salários para os professores ou, também, celebrando a inauguração de uma escola, homenageando um filantropo, descrevendo uma festa escolar ou, ainda, manifestando-se contra ou a favor em relação a medidas legislativas com incidência educativa. Lembremos que não analisamos a imprensa pedagógica, não obstante, os jornais "generalistas" para leitores gaienses deram particular atenção à escola e à educação, mostrando que este era um assunto do momento, transversal a diferentes domínios das sociedades gaiense e portuguesa, do período em estudo. Por outro lado, na escassez de acervos documentais e de fontes iconográficas, a utilização das fontes hemerográficas possibilitou-nos a reconstituição possível de determinados quotidianos educativos. Referimo-nos, por exemplo, ao *curriculum* oculto que as notícias deixam escapar, patente nas recitações, canções e hinos trabalhados no âmbito das festividades e nas leituras facultadas pelas bibliotecas escolares e por outras instituições. As descrições detalhadas das festas escolares que concorreram, em pompa e mobilização de gentes e de recursos com as festividades dos oragos, também nos permitiram conhecer os complexos protocolos inerentes a estes eventos e sentir o entusiamo e a comoção dos envolvidos. Importa também referir que, de um modo geral, a imprensa surtia um impacto muito significativo nas pessoas ligadas à educação, pois de acordo com o que observamos, a imprensa serviu, inclusivamente, como meio de comunicação eficaz entre o professorado e como instrumento de pressão para a resolução de problemas no campo educativo. Por outro lado, através dela, tomava-se conhecimento das novas pedagogias, das boas e das más práticas educativas na escola da localidade vizinha e no distante colégio do estrangeiro. Por último, a nível

do ensino particular, os destaques atribuídos pela imprensa poderão ter contribuído para uma certa competitividade entre as instituições, com reflexos na própria idealização do tipo de excelência educativa, ao que aferimos, assente na higiene e salubridade dos estabelecimentos, nos resultados dos exames, nas competências humanas e pedagógicas dos professores (em particular do diretor) e na qualidade dos seus eventos festivos.

Conclusão - Vila Nova de Gaia: Laboratório de Modernidade Educativa

A modernização educativa é, na síntese proposta por Áurea Adão e Justino Magalhães, um processo de aculturação escrita, de institucionalização da escola, de formação e participação cívicas, de socialização e de humanização[1449]. Assenta na convicção de raiz iluminista e positivista da importância da educação e da cultura para a regeneração social e para o progresso, que encontrou terreno em Portugal, no ambiente sociocultural vivido na viragem do século XIX para o século XX. Contexto esse, indissociável de uma intensa atividade ideológica reivindicativa de uma reforma social em resposta aos custos negativos da industrialização, em que o país assiste ao estabelecimento de um campo reformador, assente numa rede de sociabilidades eclética, tendencialmente laica e filantrópica, focado na assistência imediata da população e na sua regeneração física e moral.

Este estudo de caso procurou esmiuçar o desenrolar desse processo em VNG que, entre 1880 e 1930, se constitui num território-laboratório de modernização educativa, financiado por uma elite com interesses díspares mas empenhada em trazer essa modernidade, que tardava a chegar ao país e que passava inevitavelmente pela escola. Aí, num meio interessado no potencial da cultura escrita, assistiu-se à operacionalização, em vários espaços escolares, de novidades pedagógicas internacionais, impulsionada por um conjunto de atores informados, motivados e perfeitamente identificados com o espaço gaiense.

Para firmar esta tese, demonstrámos que, no território observado, o associativismo desenvolvido num contexto de crescimento económico e início de militância política fez emergir a disponibilização de espaços de sociabilidade diversificados, com impacto na educação da população, geradores de experiências educativas com vista à alfabetização e criação de escolas e outras, mais de índole moralizadora, espelhadas nos gabinetes de leitura, palestras e conferências. Por outro lado, geradores de um ambiente de maior

[1449] ADÃO; MAGALHÃES, 2014: 5.

adesão espontânea à educação, que se traduziram em índices de alfabetização masculina superiores à média nacional.

Este "clubismo educativo" como lhe chamamos, emergente de diferentes campos socioideológicos, foi por si só um indicador de modernidade pelo desenvolvimento de uma socialização e uma sociabilidade democrática, participadas e humanizadas, embora circunscritas, essencialmente, ao universo masculino e urbano. Queremos, ainda, acrescentar que, no nosso ponto de vista, as intenções declaradas nos documentos fundacionais destas associações indicam uma tentativa de resposta às insuficiências da nascente rede estatal, acabando efetivamente por gerar experiências educativas que constituíram uma rede não formal, necessária e alternativa a um incipiente ensino oficial.

A par deste poliedrismo associativo, coexistia um movimento filantrópico, de igual modo multifacetado que se constituiu como inegável agente de progresso educacional objetivamente dirigido à educação e ao bem-estar dos gaienses, que encontra expressão nas taxas de alfabetização e que se materializou no alargamento da rede escolar, disponibilizando um leque formativo e inclusivo que ia desde cursos técnicos, desportivos e artísticos, à criação de creches, de escolas profissionais femininas (Costa Soares, Grades Verdes) e "regeneradoras" (Instituto da Regeneração, Colónia Agrícola Ferreira Lapa). Esse investimento estendeu-se também a diferentes estruturas criadas para facilitar a assiduidade escolar através de apoios a nível da alimentação, vestuário e material escolar. Podemos afirmar que a análise dos dados recolhidos revelou a existência de uma elite, que se estendeu por gerações, e que esteve na vanguarda da resolução das necessidades socioeducativas diagnosticadas da população, ação modernizadora que se estendeu, ainda, "às margens" do sistema regular, contribuindo desta forma para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Na plêiade de beneméritos da educação gaiense, fazendo face à deficiência de recursos centrais e locais, encontrámos ultramontanos e protestantes, socialistas e libertários, monárquicos e republicanos, liberais conservadores e progressistas, homens da ciência e da Igreja, do comércio e da pedagogia, muitos negociantes e, entre estes, "Brasileiros". Corpo eclético este, executante de um movimento reformador que acarinhou a justiça

social e a infância e que tinha como primeiro patamar a educação e esta, como engodo, os prémios escolares que atraíam as crianças a um novo espaço de socialização e de sociabilidade - a escola. De facto, era mais forte a convicção no estímulo originado pela atribuição de prémios de incentivo à frequência e de desempenho escolar, que podiam assumir diferentes funções e valores, do que os efeitos das penalizações previstas na Lei, sendo um dos contributos mais recorrentes e significativos da filantropia gaiense, em termos de quotidiano escolar.

É verdade, então, que a elite social, muito embrenhada no associativismo e edilidade locais, combatendo os costumes sociais e religiosos, estimulou e apoiou o processo de alfabetização e de educação da população. No entanto, no empurrão processual para a criação de ações educativas temos, de igual modo, que incluir a influência das Juntas de Paróquia na aferição e solicitação das suas necessidades e no envolvimento da comunidade para a resolução de obstáculos de ordem diversa e concretização dos projetos escolares. Podemos, também, destacar o financiamento dos "Brasileiros", os quais regressados à terra natal ou ainda que ausentes, foram chamados a contribuir para a criação e para manutenção do parque escolar da localidade. Por último, mas não com menos importância, sublinhámos a iniciativa e envolvimento dos professores neste processo e, ainda, a pressão exercida pela imprensa. Nalguns casos, comos vimos, veículo de comunicação entre os professores e dos professores para a comunidade, mas também, forma de expressão eficaz de diferentes grupos sociais reivindicativos de uma educação necessária à concretização da respetiva sociedade ideal.

No período delimitado pelas décadas de 1880 e de 1930, foram-se construindo em VNG, formas de socialização e sociabilidade modernas, tendentes à disseminação de uma escola universal gratuita. Na procura das motivações que levaram à adesão a este movimento sinergético, percebemos a influência da Maçonaria, vindo assim a verificar-se que figuras ilustres e alvo de estudos de natureza biográfica tinham, afinal, um elo comum - a filiação maçónica. Efetivamente, desde a década de oitenta do século XIX, que esta organização deu origem, em terras gaienses, a iniciativas de cariz educativo e filantrópico, espalhando-se, também, por várias outras estruturas com missões eminentemente culturais.

Muitos dos obreiros estavam ligados aos negócios, mas também às profissões liberais e à função pública, onde se incluía um significativo número de professores. Notámos a repetição dos mesmos nomes em posições de liderança no associativismo educo-beneficente anterior à República e nas edilidades oficiais, depois de implantado o regime. São disso exemplo paradigmático, Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior (Presidente da Câmara) e Bernardo de Almeida Lucas (Deputado da Nação). A presença de maçons em posições estratégicas, particularmente acentuada nas primeiras décadas do século XX, teve forte influência na obra educativa no município, não só no que se refere à sua ação política, mas também pedagógica, particularmente expressiva no caso de Alfredo Moreira e do grupo ligado ao jornal *A Pátria Nova*.

O processo de modernidade educativa em VNG beneficiou das tensões políticas e religiosas, particularmente acesas em Santa Marinha, Mafamude, Oliveira do Douro e Avintes, espaços mais urbanizados e com processos de industrialização e de rutura com o rural mais céleres. O movimento operário, independentemente dos diferentes quadrantes ideológicos e respetivas formas de socialização, reconhecia como condição necessária à sociedade moderna a "escola para todos", que formasse homens livres e capazes de contribuir para o aperfeiçoamento socioeconómico e humano. Por outro lado, além da chancela maçónica e republicana, a causa da educação popular era abraçada pela aristocracia regional, formada não só pela abastada burguesia mercantil e industrial, como pela velha nobreza. A criação da Associação das Creches de Santa Marinha e o número de subscritores da comissão auxiliadora da AEMBAJE ilustram bem o fator comum que unia diferentes projetos de sociedade – a educação popular.

Não obstante as polémicas anticlericais, alguns setores liberais da Igreja Católica aderiram ao processo de escolarização antes da República, sendo figura presente e de destaque nas inaugurações e festas escolares, e resistiram à "neutralidade" republicana, mantendo com poucos sobressaltos a permanência de instituições, graças à simbiose de um conservadorismo consentido e de uns laivos de modernidade pedagógica e escolar, de que é exemplo o Colégio dos Carvalhos. No caso das manifestações protestantes, ou evangélicas, o caso da Escola do Torne foi também paradigmático, chegando-se, depois da República, a elevar o seu fundador e professor a Benemérito da Instrução. A

modernidade das estratégias socioeducativas implementadas pelo projeto da família Cassels, não só atraiu gaienses para a causa da instrução e para a construção de um ambiente de valorização do percurso escolar e profissional, como também espicaçou tentativas de desenvolvimento da oferta educativa por parte da campo católico romano, como vimos acontecer na urbe e em Oliveira do Douro.

Sendo facto que a educação foi a "dama" do movimento reformador transnacional, esta causa assumiu proporções sentimentais e afetivas em VNG, no movimento de afirmação e de emancipação municipal em relação ao Porto, uma vez que o depauperamento das finanças da Câmara Municipal, em finais do século XIX, chegou a colocar em causa a sua autonomia, como vimos a propósito do legado do Conde Ferreira. Ao que constatámos quer o processo de educação formal e não formal, quer o próprio processo de escolarização contribuíram para fortalecer a identidade do jovem município. Podemos, ainda, acrescentar que, VNG rápida e conscientemente se constituiu como local educativo, arrogando a proteção e a educação modernas da população deste território, portanto, na definição de Justino Magalhães, assumiu-se como "município pedagógico".

Estas disputas em prol da educação pretendida resultaram em processos com sinergias voluntárias e, em algumas circunstâncias, involuntárias em favor da alfabetização e da escolarização do concelho. Neste processo, a multifacetada massa humana gaiense deu origem a ideais de escola e de educação diferentes, de acordo com o tipo-ideal de gaiense que se quis forjar e que, na realidade, era tão multifacetado quanto a diversa natureza social e simbólica imersa no seu território: operário emancipado, republicano instruído, camponês civilizado, mulher "bem educada", católico, protestante, maçom, ateu…

Em relação à rede escolar do Município de VNG, verificou-se um contraste entre as zonas mais urbanizadas (freguesias de Santa Marinha e Mafamude) e o resto do espaço essencialmente rural. Essas localidades custeavam e justificavam o seu investimento na educação, ao disponibilizarem mais oportunidade e variedade de emprego em relação às outras freguesias, não esquecendo, neste âmbito, o impacto da ação educativa emanada do Torne, atrás referida, fosse pelo fenómeno de repetição do exemplo ou como reação competitiva católica. Fundamentalmente, este espaço contrasta com

aqueles correspondentes ao conservadorismo e caciquismo rural, onde a constituição da rede de ensino público gratuito foi um processo mais lento e onde os mais abastados se instruíam com recurso a professores particulares. Contrariando essa marginalização, assinale-se a significativa ação das escolas móveis, nomeadamente as escolas da AJD na zona Interior Centro e Este (por influência dos centros republicanos) e as escolas móveis oficiais, a Oeste, cuja criação esteve muito ligada ao professorado maçom. Importa aqui destacar a forte presença feminina verificada nas escolas da AJD, sendo também digno de nota, a oportunidade de alfabetização dos alunos e das alunas trabalhadores, conferida por esta organização através dos cursos noturnos. Cumpre ainda referir, que não fazendo estas escolas parte da rede "obrigatória", o número de alunas inscrito mostra que conferiram um necessário auxílio na colmatação da falta de escolas femininas em todo o concelho. Por outro lado, a dispersão destas escolas pelo interior do território e correspondente adesão, de que foi exemplo o caso de Sandim, vem dar força aos estudos[1450] que indicam que o processo de alfabetização no mundo rural foi mais consentâneo com a procura de alfabetização do que com a oferta de um plano escolar.

Aferimos que a rede particular foi-se esbatendo ao ritmo da construção da rede oficial. À exceção da zona urbana, que mantém um ensino técnico ajustado a uma área industrial e de comércio internacional, o ensino privado no concelho vai-se remetendo à tutela religiosa, assinalando-se a permanência do projeto educativo protestante e, também, a do Colégio dos Carvalhos, instituição que servia o interior de VNG e o concelho de Santa Maria da Feira.

Ainda relativamente ao desenvolvimento da rede escolar, percebemos, ainda, que, se por um lado a existência de fábricas e comércio na urbe atraiu população e fez sentir a necessidade de criação de escolas, de cursos de alfabetização e de outros espaços de socialização, por outro algumas instituições educativas contribuíram para o desenvolvimento das localidades onde se encontravam implantadas. Lembremos o caso do encerramento do Seminário dos Carvalhos que afetou o comércio local e os

[1450] Vd. MAGALHÃES, 2005.

transportes (alquilaria), levando-nos a supor que a sua existência influenciou o desenvolvimento urbanístico e económico desse território.

É certo que os ventos de boas intenções educativas republicanas sopravam desde décadas anteriores ao 5 de Outubro de 1910, a partir de esforços coletivos particulares. A motivação e iniciativa particular verificada nas décadas anteriores vai tomar corpo no Governo Municipal, para onde transitam entusiastas da educação popular, como Osório Gondim, José Pinto Amorim da Costa, Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior, Adelino Gonçalves Gomes, Ramiro Bastos Mourão, entre outros. A imprensa da época elogiou a ação educativa das vereações, considerando a descentralização em VNG funcional e eficaz.

Todavia, logo em 1910, as quezílias entre os próprios republicanos criaram divisões, radicalizações e boicotes. Instabilidade que a Grande Guerra não resolveu tendo antes agudizado o problema. No plano prático, a década de 1920, veio denunciar o refrear do entusiamo proporcionado pela República na implementação de uma educação laica, mais livre, justa e igualitária.

Pelo que aferimos, foi durante a 1.ª República que brotaram experiências educativas à "margem" do oficial e que as ideias da Escola Nova mais circularam. Todavia, já sob a vigência da inspeção de Bento da Costa, o professorado sentia ter atingido um patamar de vanguarda educativa que se quis materializado e exibido na Exposição Pedagógica Municipal, na qual se pretendia englobar os universos educativos oficial e privado.

Para a realização deste trabalho construímos um arquivo de fontes muito diversas que se encontram dispersas por Centros de Documentação, Bibliotecas e Arquivos Públicos e Privados, que organizamos nas bases de dados criadas para sistematização dos dados recolhidos sobre as «Instituições, Escolas e Personalidades». Ao longo deste estudo, mantivemo-nos em permanente diálogo com as fontes primárias, em particular com as hemerográficas. O estudo da imprensa possibilitou-nos compreender múltiplas dimensões da educação e a relação que o território estabeleceu com ela. Permitiu-nos, também, vislumbrar a forma como as localidades se apropriaram do nacional e do

internacional, através da forma como veicularam (ou não) intencionalmente as novas práticas educativas.

Se a instrução e a educação abriram caminho para que a mulher se afirmasse e reivindicasse o seu papel social fora do ambiente doméstico, a imprensa de VNG também lhe votou um espaço, ainda que tímido, perante as estruturas conservadoras e patriarcais dominantes. Todavia, esteve longe de constituir um canal de comunicação entre alfabetizadas, pelo contrário, afigurou-se um espaço público de debate masculino e no masculino. Um dos maiores indicadores de caminho modernizador traçado no campo feminino, foi a criação de creches nas áreas industrializadas, o que trouxe uma forte rotura no campo das relações entre a família e a criança pequena, e entre estas e a sociedade em geral, na veiculação e vivência de uma educação para todas as crianças em idade pré-escolar.

"Finalizado" este projeto, reconhecemos que vários subtemas trabalhados mereceriam outra profundidade em trabalhos futuros. Por outro lado, será interessante uma abordagem ao legado material e imaterial deste processo histórico-educativo, através da inventariação e preservação de documentação existente em Juntas de Freguesia e outras instituições culturais (Centros de Investigação e Documentação e Bibliotecas), de i/materialidades escolares (hinos, estandartes, mobiliário, material escolar), estatuária, mapeamento das instituições e da toponímia que homenageia filantropos educativos e professores, para estudos parcelares e comparativos por parte da comunidade científica e para usufruto da população.

A modernidade constatada foi dinamizada por uma massa humana eclética que gerou e beneficiou de um ambiente competitivo, económico e ideologicamente vantajoso. Criou as condições (escolas, cursos, materiais escolares, alimentação e vestuário) e a atratividade (prémios diversos, flexibilização de horários, experiências pedagógicas motivadoras e inovadoras) necessárias à modernidade escolar, indissociável da "escola para todos" que só veio a concretizar-se em meados do século XX.

Resta-nos confessar o nosso deslumbramento a cada passo da descoberta deste esforço coletivo. Com efeito, na procura de «A educação em VNG, entre 1880 e 1930:

Associações, Escolas e Personalidades», foi possível esboçar uma prosopografia da educação em VNG, onde encontrámos um território na vanguarda da modernização educativa nacional.

Fontes e Bibliografia

Fontes documentais

Acervo Documental Convento Corpus Christi

ADCCC. *ESTATUTOS DO INSTITUTO Feminino de Educação e Regeneração*, 1928.

ADCCC. *QUESTIONÁRIO E RESPOSTA ao Diretor Geral de Assistência*, 1936.

Acervo Documental Creches de Santa Marinha

[O fundo não possui quaisquer instrumentos descritivos]

ADCSM. *CIRCULAR DO CÍRCULO dos Operários Catholicos*, 1898.

ADCSM. *COLÉGIO CENTRAL* [1914]; [Brochura].

ADCSM. *CONVITE. Assembleia da Serra do Pilar*, 1897.

ADCSM. *CONVITE Clube Ginástico Mafamude à Direção da Creche de Santa Marinha*, 1889.

ADCSM. *CONVITE DA ESCOLA Primária Geral "Ferreira de Macedo"*, 1922.

ADCSM. *CORRESPONDÊNCIA DO CENTRO Democrático das Devesas*, 1923.

ADCM. *DONATIVO DA IGREJA Lusitana*, 1924.

ADCM. *DONATIVO DE ISABEL Cassels*, 1924.

ADCSM. *LIVRO DE COPIADORES*, [10/08/1887-11/06/1897].

ADCSM. *OFERTA DE FRASCOS de emulsão Scott*, 1894.

ADCSM. *POSTAL COLLEGIO Central,* [s.d.].

ADCSM. *PROJECTO DE ESTATUTOS da Associação das Creches de Santa Marinha de Gaya,* 1899.

ADCSM. *REGULAMENTO INTERNO da Associação das Creches de Gaya.* Gaya: Typ. de Francisco Martins Barboza, 1899.

ADCSM. *SUBSCRIÇÃO DE GRUPO de alunas do Colégio das Regadas*, 1908.

ADCSM. *SUBSCRIÇÃO PARA SUBSCRIÇÃO dos alunos do Colégio Central*, 1923.

ADCSM. *TOMÁSIA TENCIANA de Brito Lima Berredo. Candidatura ao cargo de regente de uma das Creches de Santa Marinha*,1895.

Acervo Documental Escola do Palheirinho

ADEP. *Livro de Correspondência Expedida* [1905-1931].

Acervo Documental Solar Condes de Resende

ADSCC. *LISTA DOS TRABALHOS MANUAIS de Alunos da Escola Primária Superior de VNG*, 1921.

ADSCC. *Testamento de Caetano Pinho da Silva*, 1907. Policopiado.

ADSCR. [*TRABALHOS MANUAIS de alunos da Escola Primária Superior de VNG*], [1921].

Arquivo Central do Instituto Politécnico do Porto

ACIPP. *Termos dos exames finais das disciplinas do curso do 1.º grau da Escola Normal Primária do porto do sexo masculino*. Porto: [ENPP]: 1884-1903.

Arquivo Central do Porto

ACP. *Registo de Óbito, Bernardo de Almeida Lucas*, n.º 319, 1950.

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

ACMF. *Composição da Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia,* 1922. PT/ACMF/CJBC/PTO/VNG/ADMIN/065.

Arquivo da Junta de Freguesia de Avintes

AJFA*. Diário das atas* [1878-1887].

AJFA*. Livro das atas da Junta de Paróquia de Avintes* [1902-1909].

AJFA. *Livro das atas da Junta de Paróquia de Avintes* [1902-1909]. *Ata da sessão ordinária de 25 de janeiro de 1906.*

AJFA*. Livro para copiar a correspondência da Junta de Paróquia* [1906-1912]. 2*0 de março de 1906*.

Arquivo Distrital do Porto

ADP. *Asilo e Creche e Hospital D. Emilia de Jesus Costa e António Almeida da Costa*, 1916. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02532.

ADP. *Assembleia da Serra do Pilar*, 1900. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02493.

ADP. *Associação das Creches de Santa Marinha*, 1889. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02477.

ADP. *Associação das Escolas de Jesus, Maria José*, 1901. [*Estatutos*]**.** PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/01233.

ADP. *Associação Orfeão de Valadares,* 1928. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02574.

ADP. *Centro Democrático de Instrução Cabo Borges*, 1910. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02507.

ADP. *Centro Democrático de Instrução Cabo Borges,* 1910. [*Requerimento*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02507.

ADP. *Centro Democrático e Instrutivo Latino Coelho*, 1910. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02511.

ADP. *Centro Democrático Guilherme Braga*, 1909. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/01306.

ADP. *Centro Popular d'Instrução e Recreio,* 1912. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02515.

ADP. *Centro Recreativo das Devezas*, 1927. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02568.

ADP. *Centro Republicano de Pedroso*, 1912. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02514.

ADP. *Centro Republicano Democrático de Valadares***,** 1914. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02530.

ADP. *Centro Republicano Dias Milheiro*, 1910. [*Requerimento*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02508.

ADP. *Centro Republicano Teodoro Magalhães*, 1929. [*Requerimento*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02399.

ADP. *Circulo Católico de Operários de Vila Nova de Gaia,* 1900. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02667.

ADP. *Círculo Católico de Santa Eulália de Oliveira do Douro*, 1908. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02505.

ADP. *Clube da Mocidade de Gaia*, 1929. [*Requerimento*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02392.

ADP. *Clube de Mafamude – Joaquim Nicolau de Almeida,* 1910. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02512.

ADP. *Clube de Serzedo,* 1926. [*Requerimento*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02542.

ADP. *Clube de Vila Nova de Gaia,* 1881. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02472.

ADP. *Clube dos Makavencos de Vilar de Paraíso*. [*Requerimento*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02537.

ADP. *Clube Recreativo Avintense*, 1889. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02478.

ADP. *Colégio do Sagrado Coração de Jesus no lugar do Sardão.* [*Regulamento*], 1902. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02495.

ADP. *Confraria do Monte da Virgem Imaculada*, 1913. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02529.

ADP. *Editais*, 1883. [*Mapa de contas da Comissão de Beneficência Escolar de* Valadares]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/C/037/1779.

ADP. *Editais*, 1884-1885. [*Processo de reclamação da professora de Canidelo*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/C/037/1779.

ADP. *Grémio Beneficente da freguesia de Valadares*, 1928. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02573.

ADP. *Grémio Instrução e Recreio*, 1881. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02471.

ADP. *Grémio Prosperidade do Candal*, 1905. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02499.

ADP. *Grupo de Instrução e Recreio de Vilar de Paraíso*, 1929. [*Requerimento*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02387.

ADP. *Grupo de Instrução e Recreio de Vilar do Paraíso*, 1929. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02387.

ADP. *Grupo Democrático de Instrução França Borges*, 1910. [*Requerimento*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02509.

ADP. *Grupo Democrático de Instrução Raimundo de Carvalho*, 1910. [*Requerimento*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02510.

ADP. *Grupo Dramático Benemérito Avintense*, 1928. [*Requerimento*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02584.

ADP. *Grupo Escolar e de Recreio "Flor de Laborim"*, 1928. [*Requerimento*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02587.

ADP. *Grupo Recreativo Boa União de Valadares*, 1925. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02539.

ADP. *Ideal Clube Madalenense*, 1927. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02572.

ADP. *Informações confidenciais acerca de cada casa dos professores abaixo mencionados*, 1848. PT/ADPRT/AC/ GCPRT, mç. 604.

ADP. *Instrução e Recreio da Junqueira*, 1929. [*Requerimento*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02395.

ADP. *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Domingos de Gusmão*, 1882. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02473.

ADP. Processo de reclamação da professora de Canidelo, 1885. PT/ADPRT/AC/ GCPRT, Mç. 623.

ADP. *Recreativo Sport Club,* 1926. [*Participação*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02543.

ADP. *Registo de Batismo*, [*Augusto Ribeiro Leal*], 1850. PT-ADPRT-PRQ-PVNG06-001-0016_m0564.tif.

ADP. *Registos de Óbitos*, [*Augusto da Costa Veloso*], n.º 89, fl. 23, 1902. PT-ADPRT-PRQ-PVNG16-003-0063_m0024.tif.

ADP. *Registos de Óbitos*, [*Eduardo Gonçalves Matos*], n.º 312, fl. 79, 1910. PT-ADPRT-PRQ-PVNG16-003-0071_m0079.tif.

ADP. *Sport Club Recreio Arcozelense*, 1928. [*Participação*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02394.

ADP. *Sporting Club Candalense,* 1925. [*Estatutos*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02569.

ADP. *Trespasse de Sociedade*, 1925. PT/ADPRT/NOT/CNPRT06/001/4362/00430.

ADP. *Troupe Musical Recreativa de Mafamude*, 1928. [*Requerimento*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02588.

ADP. *Tuna Musical Oliveirense*, 1927. [*Participação*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02570.

ADP. *Tuna Musical Primavera Oliveirense*, 1929. [*Participação*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02393.

ADP. *Tuna Musical União Oliveirense*, 1927. [*Participação*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02570.

ADP. *União Dramática da Madalena*, 1926. [*Participação*]. PT/ADPRT/AC/GCPRT/J-C/114/02551.

Arquivo do Grande Oriente Lusitano

AGOL. *Caixa de Arquivo do Triângulo n.º 313 de Avintes*, 1931.

AGOL. *Livro de Matrícula do Grande Oriente Lusitano Unido*, n.º 2.

AGOL. *Livro de Matrícula do Grande Oriente Lusitano Unido*, n.º 3.

AGOL. *Livro de Matrícula do Grande Oriente Lusitano Unido*, n.º 7.

AGOL. *Livro de Matrícula do Grande Oriente Lusitano Unido*, n.º 8.

Arquivo Escola Secundária António Sérgio

AESAS. ESAS/RF/02 SR – 87, *Livro de Caixa* [1914-1924].

AESAS. ESAS/FG/06 - [Registo de certidões e títulos de capacidades de 1886-1906]

Arquivo Histórico da Presidência da República

AHPR. *Albano Moreira da Silva (Presidente da Câmara de Comércio Portuguesa em Barcelona)*, 1930. PT/PR/AHPR-CH/CH0101-CH010101/D200122.

Arquivo Histórico Parlamentar

AHP. *CÂMARA DOS SENHORES DEPUTADOS da Nação Portugueza*. *Sessão de 20 de junho de 1887*. [Consult. 5 nov. 2021]. Disponível em <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/059/1887-06-20>.

AHP. *DIÁRIO DA CÂMARA dos Deputados*. *Sessão n.º 36, 8 de fevereiro de 1916*. [Consult. 30 jul. 2021]. Disponível em <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/02/01/036/1916-02-08/9?q=col%25C3%25A9gio%2Bdo%2Bsard%25C3%25A3o%2Be%2Bo%2Bsemin%25C3%25A1rio%2Bdos%2Bcarvalhos&pPeriodo=r1&pPublicacao=cd>.

AHP. *DIÁRIO DA CÂMARA dos Deputados*. *Sessão n.º 57, 23 de março de 1916*. [Consult. 30 jul. 2021]. Disponível em <https://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/02/01/057/1916-03-23/9?q=antigo%2Bedif%25C3%25ADcio%2Bonde%2Bfuncionou%2Bo%2B&pPeriodo=r1&pPublicacao=cd>.

AHP. *DIÁRIO DAS CORTES GERAES e Extraordinárias da Nação Portugueza,* n.º 54, 1822. [Consult. 31 jul. 2021]. Disponível em <https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/054/1822-10-04/684?q=convento%2Bcorpus%2Bchristi&pOffset=10&pPeriodo=mc>.

Arquivo Municipal do Porto

AMP. *Caricatura do escultor Teixeira Lopes realizada por Manuel Monterroso*, 1903. PT-CMP-AM/PRI/FGD/F.NV:FG.9:6462.

AMP. *Registo de testamento com que faleceu Cândido José Aires de Madureira, Abade aposentado da Freguesia de Arcozelo*, 1900. PT-CMP-AM/PUB/ABOR/8/RT10503.

AMP. *Registo de testamento com que faleceu José Teixeira Costa Basto, negociante e proprietário*, 1904. PT-CMP-AM/PUB/ABOC/7/RT06122.

AMP. *Registo de testamento com que faleceu José Teixeira Costa Basto, proprietário,* 1904. PT-CMP-AM/PUB/ABOR/8/RT12979.

AMP. *Registo de testamento com que faleceu Luís Ferreira Alves, banqueiro*, 1932. PT-CMP-AM/PUB/ABOR/8/RT13249.

AMP. *Registo do testamento com que faleceu Alfredo Antunes Fontoura, capitalista*, 1932. PT-CMP-AM/PUB/ABOC/7/RT08090.

AMP. *Registo do testamento com que faleceu Amadeu Martins Pinto, solteiro, negociante,* 1945. PT-CMP-AM/PUB/ABOC/7/RT08707.

AMP. *Registo do testamento com que faleceu Constantino de Almeida,* 1922. PT-CMP-AM/PUB/ABOR/8/RT10655

Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner / Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

AMSMB/CMVNG. *Acta da Sessão da Comissão Executiva de 20 de maio de 1915*, 1915. [Id.] 320520.

AMSMB/CMVNG. *Acta da Sessão Ordinária da Comissão Ordinária da Comissão Administrativa do Município de Gaia, de 26 de julho de 1928*, 1928. [Id.] 295704.

AMSMB/CMVNG. *Ata da Sessão Extraordinária da Câmara de 4 de setembro de 1914*, 1914. [Id.] 272045.

AMSMB/CMVNG. *Escritura de devolução de inscrições de valor nominal relativas à escola da Formigosa, freguesia de Oliveira do Douro, que será aplicado na conservação do edifício material escolar e assistência aos alunos*, 1926. [Id.] 3508.

AMSMB/CMVNG. *Escritura de distrate da doação de um prédio para servir como escola em 3/9/1921,* 1921 [Id.] 2866.

AMSMB/CMVNG. *Escritura de distrate da doação de um prédio para servir como escola*, 1921. [Id.] 2867.

AMSMB/CMVNG. *Escritura de doação de mobília e material escolar para a escola mista a criar no lugar da Afurada,* 1914. [Id.] 2925.

AMSMB/CMVNG. *Escritura de doação de mobília escolar para a escola mista, a criar, no lugar de Alheiras, freguesia de Pedroso,* 1914. [Id.] 3333.

AMSMB/CMVNG. *Escritura de doação de um prédio para servir como escola da localidade*, 1921. [Id.] 2866.

AMSMB/CMVNG. *Escritura de doação que a Câmara faz ao Estado do edifício onde está instalada a escola do "Santíssimo Sacramento" no lugar da Formigosa, freguesia de Oliveira do Douro*, 1926. [Id.] 3507.

AMSMB/CMVNG. *Escritura de entrega de prédios, mobiliários e dinheiro para funcionamento da escola gratuita*, 1910. [Id.] 2699.

AMSMB/CMVNG. *Palacete de António da Rocha Romariz*, [s.d.]. [Id.] 63085.

AMSMB/CMVNG. *Processo de Obras Particulares em nome de António Coelho Moreira*, 1905. [Id.] 72441.

AMSMB/CMVNG. *Processo de Obras Particulares em nome de António Domingues Teixeira do Vale*, 1915. [Id.] 75403.

AMSMB/CMVNG. *Processo de Obras Particulares em nome de António Pereira*, 1914-1915. [Id.] 72471.

AMSMB/CMVNG*. Processo de Obras Particulares em nome de António Pinto da Fonseca, construção de um edifício escolar a oferecer ao Estado*, 1925. [Id.] 73656.

AMSMB/CMVNG. *Processo de Obras Particulares em nome de Colégio do Sardão*, 1931. [Id.] 70676.

AMSMB/CMVNG. *Processo de Obras Particulares em nome de Guilherme Guedes de Amorim Júnior*, 1899. [Id.] 71285.

AMSMB/CMVNG. *Processo de Obras Particulares em nome de Joaquim José Moreira Bravo,* 1913. [Id.] 71617.

AMSMB/CMVNG. *Processo de Obras Particulares em nome de José António Silvano de Araújo*, 1914. [Id.] 74754.

AMSMB/CMVNG. *Processo de Obras Particulares em nome de José António Silvano de Araújo,* 1915. [Id.] 74789.

AMSMB/CMVNG. *Processo de Obras Particulares em nome de Manuel Alves de Freitas*, 1919. [Id.] 71766.

AMSMB/CMVNG. *Processo de Obras Particulares em nome de Manuel de Barros*, 1931. [Id.] 71988.

AMSMB/CMVNG. *Processo de Obras Particulares em nome de Manuel Gonçalves Correia*, 1911. [Id.] 75351.

AMSMB/CMVNG. *Processo de Obras Particulares em nome de Maria de Barros da Costa Bastos*, 1907. [Id.] 70553.

AMSMB/CMVNG. *Registo de testamento de António da Rocha Romariz*, 1914. [Id.] 78976.

AMSMB/CMVNG. *Registo de testamento de Joaquim de Oliveira Lopes*, 1935. [Id.] 57663.

AMSMB/CMVNG. *Registo de testamento de José António Silvano de Araújo*, 1924. [Id.] 120674.

AMSMB/CMVNG. *Registo de testamento de José Monteiro de Castro Portugal*, 1896. [Id.] 59355.

AMSMB/CMVNG. *Testamento cerrado de José Pinto Mourão*, 1911. [Id.] 286701.

AMSMB/CMVNG. *Testamento cerrado de Manuel Pinto Mourão*, 1897. [Id.] 274336.

AMSMB/CMVNG. *Testamento cerrado de Ricardo Malheiros,* 1932 [Id.] 316111.

AMSMB/CMVNG. *Testamento de António Joaquim Borges de Castro, Visconde das Devesas*, 1884. [Id.] 316104.

AMSMB/CMVNG. *Testamento de José Domingues dos Santos Vale*, 1920. [Id.] 316110.

AMSMB/CMVNG. *Testamento público de Augusto da Costa Veloso*, 1902 [Id.] 316296.

AMSMB/CMVNG. *Testamento público de Carlos Alberto dos Santos,* 1933. [Id.] 316295.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

ANTT. *Receita e despesa.* [Instituto das Irmãs Doroteias, Colégio do Sardão em Vila Nova de Gaia], 1902-1910. PT/TT/AC/L0533.

ANTT. *Registo dos alunos e suas atividades.* [Congregação das Irmãs Hospitaleiras dos Pobres pelo Amor de Deus, Colégio de Vila Nova de Gaia], 1889-1910. PT/TT/AC/L0564.

ANTT. *Relatório de Elvira de Faria sobre a Escola das Grades Verdes*, 1938. PT/TT/SGPCM-GPC/0318/00004.

Biblioteca Pública Municipal de Vila Nova de Gaia

BPMVNG. *ATESTADO DE HONRA dirigido ao Clube de Gaia*, 1938.

BPMVNG. CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA*. Mapa comparativo de receita e despesa. Relativo ao ano civil de 1918*. [datado de 3 de julho de 1919].

BPMVNG. CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA*. Mapa comparativo de receita e despesa. Relativo ao ano civil de 1919*. [datado de 29 de abril de 1920].

BPMVNG. *COLÉGIO CENTRAL. Matrícula Gratuita,* 1897.

BPMVNG. *DA DISTRIBUIÇÃO DO PRÉMIO Luiz de Camões no Club de Villa Nova de Gaya em 15 de janeiro de 1899 por Duarte da Silva*, 1899.

BPMVNG. *DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO de Curso Primário* de *Olinda de Jesus Pereira*. *Círculo Escolar de Vila Nova de Gaia Escola Primária Geral do Candal, n.º 40. Santa Marinha*, 1927.

BPMVNG. *DECLARAÇÃO DE DIOGO CASSELS referente ao candidato Sebastião Pinto Loureiro*, 1899.

BPMVNG. *DISCURSO proferido no Club de Villa Nova de Gaia em 21 de novembro de 1886, por ocasião da entrega dos prémios Luiz de Camões e Soares dos Reis*. Coimbra. Imprensa Académica, 1886.

BPMVNG. *DIPLOMA de mérito. Câmara Municipal do concelho de Gaia*, s.d.

BPMVNG. *ESCOLAS OFICIAIS de Ensino Primário Elementar e Cursos Noturnos existentes no concelho em 15 de maio de 1930*.

BPMVNG. *REGULAMENTO do Prémio Luís de Camões*, 1898.

BPMVNG*. RELAÇÃO DAS ALUNAS que fizeram exame da 4.ª classe, de 1946 a 1951, pertencente à Escola masculina de Ferreira de Macedo*, 1952.

BPMVNG. *RELAÇÃO DE ALUNOS e alunas que fizeram exame de 4.ª classe, de 1946 a 1951 na Escola Ferreira de Macedo.*

BPMVNG. *RELAÇÃO DOS ALUNOS que fizeram exame da 4.ª classe, de 1946 a 1951, pertencente à Escola masculina de Ferreira de Macedo*, 1952.

Conservatória do Registo Civil Vila Nova de Gaia

CRCVNG. *Registo de óbito, António Augusto Osório de Novais*, n.º 390, 1932.

CRCVNG. *Registo de óbito, Artur Ferreira de Macedo*, n.º 1221.

CRCVNG. *Registo de óbito, José Pinto Amorim da Costa*, [nº impercetível].

CRCVNG. *Registo de óbito, José Tristão Pais de Figueiredo*, n.º 1228.

Fundação Mário Soares/ Casa Comum

FMS/CC. [S. tít.]. Fundação Mário Soares / Bernardino Machado, [s.d.]. Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06673.005>.

FMS/CC. [S. tít.]. Fundação Mário Soares / Bernardino Machado, (1892a). Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08136.198>.

FMS/CC. [S. tít.]. Fundação Mário Soares / Bernardino Machado, (1892b). Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=08136.199>.

FMS/CC. [S. tít.]. Fundação Mário Soares / Bernardino Machado, (1892c). Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06679.137>.

FMS/CC. [S. tít.]. Fundação Mário Soares / Bernardino Machado (1892d). Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06720.055>.

FMS/CC. [S. tít.]. Fundação Mário Soares / DBG – Documentos Bernardino Machado, (1901). Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06744.056>.

FMS/CC. [S. tít.]. Fundação Mário Soares / DBG – Documentos Bernardino Machado, (1911). Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06710.075>.

LEGISLAÇÃO

PORTUGAL. *Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2012*.

PORTUGAL. *Carta de Lei da Direção Geral da Instrução Pública*, 11 de junho de 1880.

PORTUGAL. *Carta de Lei da Direção Geral da Instrução Pública*, 2 de maio de 1878.

PORTUGAL. *Decreto n.º 4 da Direção Geral de Instrução Pública*, 19 de setembro de 1902.

PORTUGAL. *Decreto n.º 105 do Ministério de Instrução Pública. Direção Geral de Instrução Primária*, 28 de agosto de 1913.

PORTUGAL. *Decreto n.º 2034 da Inspeção de Escolas Móveis*, 30 de setembro de 1915.

PORTUGAL. *Decreto n.º 2387 do Ministério de Instrução Pública – 2ª Repartição de Instrução Primária e Normal*, 12 de maio de 1916.

PORTUGAL. *Decreto n.º 2887 do Ministério da Instrução Pública*, 5 de dezembro de 1916.

PORTUGAL. *Decreto n.º 7083 do Ministério da Instrução Pública – 1ª Repartição de Direção Geral da Contabilidade Pública*, 2 de novembro de 1920.

PORTUGAL. *Decreto-Lei n.º 18140 do Ministério da Instrução Pública - Direcção Geral do Ensino Primário e Normal - Repartição Pedagógica*, 28 de março de 1930.

PORTUGAL. *Reforma do Ensino Primário*. *Regulamento do Decreto n.º 8 de 24 de dezembro de 1901*, art.º 383.

Museu João de Deus

MJD. *Missão n.º 289*, [1910-11]. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/289.

MJD. *Missão n.º 307*, [1911-12]. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/307.

MJD. *Missão n.º 313,* [1912-13]. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/313.

MJD. *Missão n.º 334*, [1913-14]. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/334.

MJD. *Missão n.º 350*, [1913-14]. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/350.

MJD. *Missão n.º 372*, [1914-15]. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/372.

MJD. *Missão n.º 382*, [1914-15]. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/382.

MJD. *Missão n.º 388*, [1915-16]. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/388.

MJD. *Missão n.º 424*, [1916-17]. PT/MJD/AJEJD/EM-Missões/424.

Oficina Rexistro Civil/ Tui

OFC. *Acta de Matrimonio de José Maria de Faria Machado Pinto Borges Pacheco Pereira de Miranda da Costa Freitas com Elvira Lobo da Costa Neves*, 1921.

Fontes Hemerográficas

A DEFESA. Semanário Independente. Destinado a defender os interesses do concelho, e especialmente os do Candal. Semanário Republicano-Histórico. (1905).

A DEFESA. Semanário Independente. Destinado a defender os interesses do concelho, e especialmente os do Candal. Semanário Republicano-Histórico. (1911).

A DISCUSSÃO. 314 (1884).

A DISCUSSÃO. 521 (1885).

A ILLUSTRAÇÃO MODERNA. Revista de Litteratura e Arte. 10 (1901).

A LUZ DO OPERÁRIO. Orgão dos Operários Tanoeiros e Defensor das Classes Trabalhadoras em Geral. (1893).

A LUZ DO OPERÁRIO. Orgão dos Operários Tanoeiros e Defensor das Classes Trabalhadoras em Geral. (1894).

A LUZ DO OPERÁRIO. Orgão dos Operários Tanoeiros e Defensor das Classes Trabalhadoras em Geral. (1895).

A LUZ DO OPERÁRIO. Orgão dos Operários Tanoeiros e Defensor das Classes Trabalhadoras em Geral. (1896).

A LUZ DO OPERÁRIO. Orgão dos Operários Tanoeiros e Defensor das Classes Trabalhadoras em Geral. (1897).

A LUZ DO OPERÁRIO. Orgão dos Operários Tanoeiros e Defensor das Classes Trabalhadoras em Geral. (1898).

A LUZ DO OPERÁRIO. Orgão dos Operários Tanoeiros e Defensor das Classes Trabalhadoras em Geral. (1899).

A LUZ DO OPERÁRIO. Orgão dos Operários Tanoeiros e Defensor das Classes Trabalhadoras em Geral. (1900).

A LUZ DO OPERÁRIO. Orgão dos Operários Tanoeiros e Defensor das Classes Trabalhadoras em Geral. (1908).

A LUZ DO OPERÁRIO. Orgão dos Operários Tanoeiros e Defensor das Classes Trabalhadoras em Geral. (1909).

A LUZ DO OPERÁRIO. Orgão dos Operários Tanoeiros e Defensor das Classes Trabalhadoras em Geral. (1930).

A MOCIDADE. 2 (1897).

A MOCIDADE. 8 (1897).

A MOCIDADE. 11 (1898).

A PÁTRIA NOVA. Quinzenário Republicano. (1914).

A REVOLTA. Quinzenário Comunista Anarquista. 1 (1914).

A REVOLTA. Quinzenário. Órgão da Federação Anarquista. 24 (1913).

A REVOLTA. Quinzenário. Órgão da Federação Anarquista. 25 (1913).

A TERRA DE GAIA. Quinzenário Republicano Defensor dos Interesses do Concelho. (1927).

A TERRA DE GAIA. Quinzenário Republicano Defensor dos Interesses do Concelho. (1928).

A TESOURA. 17 (1927).

A TESOURA. Quinzenário Humorístico Crítico e Literário. (1921).

A TESOURA. Quinzenário Humorístico Crítico e Literário. (1922).

A VERDADE. 39 (1908).

A VIDA PORTUGUESA. 6 (1912).

A VOZ DA JUSTIÇA. Quinzenário Republicano Independente. (1926).

A VOZ DE GAYA. Jornal Político, Noticioso e Litterário. (1910).

A VOZ DO TANOEIRO. Folha Bi-Mensal Independente. Orgão dos Operários Tanoeiros Portuguezes e Trabalhadores em Geral. [continuado por…]. *DESPERTAR. Folha Bi-Mensal Independente*. (1901).

ALMANACH DE GAYA. Porto: Imprensa Civilização, 1912.

ALMANACH HISTORICO, Commercial, Administrativo e Industrial da Cidade do Porto para 1883. Porto: Tipographia Occidental, 1882.

ALMANACH HISTORICO, Commercial, Administrativo e Industrial da Cidade do Porto para 1886. 4.º ano. Porto Empreza Editora, 1885.

ALMANACH PORTUENSE, para 1880. Porto: Livraria Viúva Jacinto Silva, 1880.

ALMANAK DE GAIA 1989. Vila Nova de Gaia: Afons'eiro, 1989.

ALMANAK DE GAIA 1990. Vila Nova de Gaia: Afons'eiro, 1989.

ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1881. Porto: A.G. Vieira Paiva, 1880.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1882. Porto: A. G. Vieira Paiva, 1881.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1884. Porto: A.G. Vieira Paiva, 1883.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1885. Porto: A.G. Vieira Paiva, 1884.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1886. Porto: A.G. Vieira Paiva, 1885.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1887. Porto: A.G. Vieira Paiva, 1886.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1890. Porto: A.G. Vieira Paiva, 1889.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1891. Porto: A.G. Vieira Paiva, 1890.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1892. Porto: A. G. Vieira Paiva, 1891.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1893. Porto: A. G. Vieira Paiva, 1892.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1897. Porto: J. J. Vieira da Silva, 1896.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1898. Porto: J. J. Vieira da Silva, 1897.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1899. Porto: J. J. Vieira da Silva, 1898.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1900. Porto: J. J. Vieira, 1899.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1902. Porto: J. J. Vieira, 1901.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1903. Porto: J. J. Vieira, 1902.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1904. Porto: J. J. Vieira da Silva, 1903.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1905. Porto: A. G. Vieira da Silva, 1905.
ALMANAK DO PORTO e seu districto para 1917. Porto: A. G. Vieira Paiva, 1916.
ALMANAK DO PORTO e seu distrito para 1889. Porto: A. G. Vieira Paiva, 1888.
ALMANAK DO PORTO e seu distrito para 1894. Porto: A. G. Vieira, 1893.
ALMANAK DO PORTO e seu distrito para 1895. Porto: J. J. Vieira da Silva, 1894.
ALMANAK DO PORTO e seu distrito para 1896. Porto: A. G. Vieira, 1895.
ALMANAK DO PORTO e seu distrito para 1901. Porto: J. J. Vieira, 1900.
ALMANAK DO PORTO e seu distrito para 1907. Porto: A. G. Vieira, 1906.
ALMANAK DO PORTO e seu distrito para 1908. Porto: A. G. Vieira, Paiva Sucessor, 1908.
ALMANAK DO PORTO e seu distrito para 1909. Porto: A. G. Vieira, Paiva Sucessor, 1908.
ALMANAK DO PORTO e seu distrito para 1910. Porto: A. G. Vieira, Paiva Sucessor, 1909.
Porto: Typographia «Artes e Lettras».
ALMANAK DO PORTO e seu distrito para 1915. Porto: A. G. Vieira, 1914

ALMANAK DO PORTO e seu distrito para 1916. Porto: A. G. Vieira, 1915.

ANNUARIO DA ACADEMIA Polytecnica do Porto. *Ano letivo de 1889-1890*. Porto: Typographia Occidental, 1890.

ANNUÁRIO DO COMMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaya e demais concelhos do districto contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais e mais de 7.000 nomes individuais com moradas particulares, adresses telergraphicos e números telephonicos. Porto: Imprensa Moderna, 1904.

ANNUÁRIO DO COMMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaya e demais concelhos do districto contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 8.000 nomes individuais nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Imprensa Moderna, 1907.

ANUÁRIO COMERCIAL do Porto (registado em conformidade da Lei) para a cidade do Porto, Gaia, Matosinhos e restantes concelhos do distrito contendo, todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, associativas e de utilidade geral, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e cerca de 15.000 nomes individuais nas Moradas do Porto (V Parte). *Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto*. Porto: Propriedade de Santos Vizeu, Irmãos, 1926.

ANUÁRIO COMERCIAL do Porto (registado em conformidade da Lei) para a cidade do Porto, Gaia, Matosinhos e restantes concelhos do distrito contendo, todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, associativas e de utilidade geral, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e cerca de 15.000 nomes individuais nas Moradas do Porto (V Parte). *Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto*. Porto: Propriedade de Santos Vizeu, Irmãos, 1927.

ANUÁRIO COMERCIAL do Porto (registado em conformidade da Lei) para a cidade do Porto, Gaia, Matosinhos e restantes concelhos do distrito contendo, todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, associativas e de utilidade geral, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e cerca de 20.000 nomes individuais nas Moradas do Porto (V Parte). *Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto*. Porto: Propriedade de Santos Vizeu, Irmãos, 1928.

ANUÁRIO COMERCIAL do Porto (registado em conformidade da Lei) para a cidade do Porto, Gaia, Matosinhos e restantes concelhos do distrito contendo, todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, associativas e de utilidade geral, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e cerca de 20.000 nomes individuais nas Moradas do Porto (V Parte). *Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto*. Porto: Propriedade de Santos Vizeu, Irmãos, 1929.

ANUÁRIO COMERCIAL do Porto (registado em conformidade da Lei) para a cidade do Porto, Gaia, Matosinhos e restantes concelhos do distrito contendo, todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, associativas e de utilidade geral, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e cerca de 22.000 nomes individuais nas Moradas do Porto (V Parte). *Informações dos concelhos que compõem o distrito do Porto*. Porto: Propriedade de Santos Vizeu, Irmãos, 1930.

ANUÁRIO COMERCIAL do Porto (registado em conformidade da Lei) para a cidade do Porto, Gaia, Matosinhos e restantes concelhos do distrito contendo, todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, associativas e de utilidade geral, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e cerca de 23.000 nomes individuais nas Moradas do Porto (V parte). Porto: Propriedade de Santos Vizeu, Irmãos, 1931.

ANUÁRIO das Escolas Normais do Porto (1882-1909). Porto: Typ. a Vap. da Empresa Lietrraria e Typographica, 1909, vol. 1.

ANUÁRIO DO COMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaia e demais concelhos do distrito contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 8.000 nomes individuais nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Imprensa Moderna, 1909.

ANUÁRIO DO COMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaia e demais concelhos do distrito contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 8.000 nomes individuais nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Imprensa Moderna, 1910.

ANUÁRIO DO COMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaia e demais concelhos do distrito contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, inclusive

os adresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 8.000 nomes individuais nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Imprensa Moderna, 1911.

ANUÁRIO DO COMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaia e demais concelhos do districto contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais e inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 8.000 nomes individuais nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Imprensa Moderna, 1912.

ANUÁRIO DO COMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaia e demais concelhos do distrito contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 8.000 nomes individuais nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Imprensa Moderna, 1913.

ANUÁRIO DO COMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaia e demais concelhos do distrito contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 9.000 nomes individuais nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Imprensa Moderna, 1914.

ANUÁRIO DO COMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaia e demais concelhos do distrito contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 8.000 nomes individuais nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Imprensa Moderna, 1915.

ANUÁRIO DO COMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaia e demais concelhos do distrito contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 9.000 nomes individuais nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Imprensa Moderna, 1916.

ANUÁRIO DO COMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaia e demais concelhos do distrito contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 9.000 nomes individuais nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Imprensa Moderna, 1917.

ANUÁRIO DO COMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaia e demais concelhos do distrito contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 9.000 nomes individuais nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Imprensa Moderna, 1918.

ANUÁRIO DO COMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaia e demais concelhos do districto contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais e inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 9.000 nomes individuais nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Imprensa Moderna, 1919.

ANUÁRIO DO COMMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaya e demais concelhos do districto contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais e mais de 7.000 nomes individuais com moradas particulares, adresses telegraphicos e números telephonicos. Porto: Imprensa Moderna, 1904.

ANUÁRIO DO COMMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaya e demais concelhos do districto contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 8.000 nomes individuais nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Imprensa Moderna, 1907.

ANUÁRIO DO COMMÉRCIO do Porto para a cidade do Porto, Gaia e demais concelhos do distrito contendo: todas as indicações oficiais, comerciais e industriais, inclusive os adresses telegráficos e números telefónicos, e mais de 8.000 nomes individuais nas moradas do Porto (IV Parte). Porto: Imprensa Moderna, 1911.

BOLETIM DE PROPAGANDA. Associação de Escolas Móveis, Bibliothecas Ambulantes e Jardins-Escolas. 1 (1910).

BOLETIM DE PROPAGANDA. Associação de Escolas Móveis, Bibliothecas Ambulantes e Jardins-Escolas. 2 (1910).

BOLETIM DE PROPAGANDA. Associação de Escolas Móveis, Bibliothecas Ambulantes e Jardins-Escolas. 9 (1912).

BOLETIM DE PROPAGANDA. Associação de Escolas Móveis, Bibliothecas Ambulantes e Jardins-Escolas. 12 (1913).

BOLETIM DE PROPAGANDA. Associação de Escolas Móveis, Bibliothecas Ambulantes e Jardins-Escolas. 15 (1914).

BOLETIM DE PROPAGANDA. Associação de Escolas Móveis, Bibliothecas Ambulantes e Jardins-Escolas. 17 (1914).

BOLETIM DE PROPAGANDA. Associação de Escolas Móveis, Bibliothecas Ambulantes e Jardins-Escolas. 22 (1915).

BOLETIM DE PROPAGANDA. Associação de Escolas Móveis, Bibliothecas Ambulantes e Jardins-Escolas. 26 (1916).

EGREJA LUSITANA Catholica Apostólica Evangelica. (1903).

EGREJA LUSITANA Catholica Apostólica Evangelica. (1904).

EGREJA LUSITANA Catholica Apostólica Evangelica. (1923).

EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA-INDUSTRIAL DE GAYA. Quinto centenário do Infante D. Henrique. 6 (1895).

GAZETA DE ESPINHO. Pela Pátria e pela República. 888 (1918), 1.

ILUSTRAÇÃO CATHOLICA. 172 (1916).

ILUSTRAÇÃO PORTUGUEZA. 519 (1916).

JORNAL DO RECIFE. 171 (1883). Pernambuco: [s.n.]. [Consult. 15 jun. 2021]. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=705110&Pesq=valadares&pagfis=20461>.

JORNAL DOS CARVALHOS. Semanário Noticioso, Litterário e Recreativo. (1889).

JORNAL DOS CARVALHOS. Semanário Noticioso, Litterário e Recreativo. (1919).

O ALARME. 5 (1904).

O CINCO DE OUTUBRO. Semanário Radical. (1912).

O CINCO DE OUTUBRO. Semanário Radical. (1920).

O COMÉRCIO DE GAIA. 1130/1131 (1953).

O COMÉRCIO DE GAIA. 1193 (1954).

O COMÉRCIO DE GAIA. 156 (1943).

O COMÉRCIO DE GAIA. 940 (1949).

O COMÉRCIO DE GAIA. Noticioso, Desportivo e Defensor do Concelho de Gaia. 156 (1934).

O COMÉRCIO DE GAIA. Noticioso, Desportivo e Defensor do Concelho de Gaia. 307 (1936).

O COMÉRCIO DO PORTO. 320 (1938).

O COMMERCIO DE GAYA. 1 (1897).

O COMMERCIO DO PORTO. 168 (1880).

O COMMERCIO DO PORTO. 175 (1880).

O COMMERCIO DO PORTO. 186 (1880).

O COMMERCIO DO PORTO. 27 (1883).

O COMMERCIO DO PORTO. 61 (1883).

O COMMERCIO DO PORTO. 96 (1883).

O COMMERCIO DO PORTO. 136 (1883).

O COMMERCIO DO PORTO. 148 (1883).

O COMMERCIO DO PORTO. 259 (1883).

O COMMERCIO DO PORTO. 267 (1883).

O COMMERCIO DO PORTO. 283 (1883).

O COMMERCIO DO PORTO. 307 (1883).

O COMMERCIO DO PORTO. 218 (1916).

O COMMERCIO DO PORTO. 232 (1916).

O CORREIO DO PORTO. 15 (1885).

O CORREIO DO PORTO. 18 (1886).

O GAIENSE. 49 (1963).

O GAIENSE. 66 (1963).

O GAIENSE. 95 (1965).

O GRILLO DE GAYA. (1890).

O GRILLO DE GAYA. (1891).

O GRILLO DE GAYA. (1892).

O GRITO DE GAIA. 9 (1923).

O GRITO DE GAIA.10 (1923).

O IMPARCIAL. 5 (1908).

O LEVERENSE. (1915).

O LEVERENSE. (1916).

O LEVERENSE. (1917).

O LEVERENSE. (1918).

O LIBERTADOR. Quinzenário. (1913).

O NORTE. 2249 (1908).

OS PONTOS. 50 (1898)

O PORTUCALENSE. Orgão do Partido Regenerador neste concelho. (1906).

O PORTUCALENSE. Orgão do Partido Regenerador neste concelho. (1907).

O POVO DE GAYA. Orgão de "União Republicana". (1914).

O SÉCULO. 523 (1916).

O SERRANO. Quinzenário. Orgão da Liga da Mocidade Republicana Democrática de Vila Nova de Gaia. (1924).

O SERRANO. Quinzenário. Orgão da Liga da Mocidade Republicana Democrática de Vila Nova de Gaia. (1925).

OCCIDENTE. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro. 171 (1883).

OCCIDENTE. Revista illustrada de Portugal e do Estrangeiro. 216 (1884).

OCCIDENTE. Revista illustrada de Portugal e do Estrangeiro. 1001 (1906).

OCCIDENTE. Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro. 1128 (1910).

REVISTA DA SOCIEDADE de Instrução do Porto. 3 (1884).

TERRA LIVRE. Semanário Anarquista. 24 (1913).

VINICULTURA. n.º único (1934).

Fontes impressas

ALMEIDA, Viriato de (1914a). *Excursões escolares.* «A Pátria Nova». 3, 1.

ALMEIDA, Viriato de (1914b). *Vencimento dos professores.* «A Pátria Nova». 6, 1.

AFONSO, Carlos (1890). *Exposição Pedagogico-Escolar das Seis Circunscrições escolares do Norte de Portugal. Inaugurada a 1 de junho de 1890 no Palácio de Crystal Portuense. Breve relatório, programma e Catálogo da Exposição por Carlos Afonso.* Porto: Typographia Central.

ARAÚJO, Manuel [s.d.]. *Indústrias de Braga: notas de um jornalista*. Braga: Tipografia da Pax.

ÁRVORE E PÁTRIA. Discurso pronunciado na escola do sexo masculino, António Praça – em Matosinhos – no dia da festa da plantação da árvore por António Vieira Borges, professor. Porto: Typ. A. F. Vasconcellos suc., 1914.

ASSOCIAÇÃO DAS CRECHES DE SANTA MARINHA. *Catálogo das obras de arte* offerecidas *em favor da creche e alcançadas por António Teixeira Lopes*. Porto: Of. Commercio do Porto, 1903.

ASSOCIAÇÃO DAS CRECHES DE SANTA MARINHA. *Relatório e Contas da Direção e parecer da comissão consultiva. Anno económico de 1892 a 1893*. Gaya: Typographia de Francisco Martins Barboza, 1894.

ASSOCIAÇÃO DAS CRECHES DE SANTA MARINHA. *Relatório de Contas da Direção. Parecer da Comissão Consultiva. Anno económico de 1893 a 1894*. Gaya: Typographia de Francisco Martins Barboza, 1895.

ASSOCIAÇÃO DAS CRECHES DE SANTA MARINHA. *Relatório e Contas da Direção e parecer da comissão consultiva. Anno económico de 1900 a 1901*. Gaya: Typographia de Francisco Martins Barboza, 1902.

ASSOCIAÇÃO DAS CRECHES DE SANTA MARINHA. *Relatório e Contas do Exercício do ano economico de 1933-34 e parecer da Comissão Consultiva.* Gaia: Tip. Barbosa, 1934.

ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS PELO METHODO JOÃO DE DEUS – BIBLIOTHECAS AMBULANTES E JARDINS-ESCOLAS*. Relatório (de 1 de janeiro de 1907 a 20 de maio de 1908)*. Lisboa: Imp. Typ. do Annuário Comercial.

ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS PELO METHODO JOÃO DE DEUS – BIBLIOTHECAS AMBULANTES E JARDINS-ESCOLAS*. Relatório e Contas (de 20 de maio de 1908 a 20 de maio de 1909)*. Lisboa: Imp. Typ. do Annuário Comercial.

ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS PELO METHODO JOÃO DE DEUS – BIBLIOTHECAS AMBULANTES E JARDINS-ESCOLAS*. Relatório e Contas* [*de 15 de maio de 1909 a 15 de maio de 1910*]. Lisboa: Imprensa Nacional.

ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS BIBLIOTECAS AMBULANTES E JARDINS-ESCOLAS*. Relatório e Contas (de 15 de Maio de 1910 a 31 de julho de 1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS BIBLIOTECAS AMBULANTES E JARDINS-ESCOLAS*. Relatório e Contas (de 1 de Agosto de 1911 a 30 de junho de 1912)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS PELO METHODO JOÃO DE DEUS – BIBLIOTHECAS AMBULANTES E JARDINS-ESCOLAS*. Relatório e Contas (de 1 de Julho de 1912 a 30 de Junho de 1913)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS BIBLIOTECAS AMBULANTES E JARDINS-ESCOLAS. *Relatório e Contas (de 1 de Julho de 1913 a 31 de Agosto de 1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS BIBLIOTECAS AMBULANTES E JARDINS-ESCOLAS. *Relatório e Contas (de 1 de setembro de 1914 a 31 de Agosto de 1915)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS BIBLIOTECAS AMBULANTES E JARDINS-ESCOLAS. *Relatório e Contas (de 1 de Setembro de 1916 a 31 de Agosto de 1917)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

ASSOCIAÇÃO DE ESCOLAS MÓVEIS BIBLIOTECAS AMBULANTES E JARDINS-ESCOLAS. *Relatório e Contas (de 1 de Setembro de 1917 a 31 de Agosto de 1918)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

BELEZA, José (1906a). *Escola do sexo feminino de Pedroso V.* «A Defesa». 20, 2.

BELEZA, José (1906b). *Escola do sexo feminino de Pedroso VI.* «A Defesa». 24, 1.

BELEZA, José (1906c). *Escolas de Pedroso.* «A Defesa». 48, 2.

BELEZA, José (1906d). *Festa escolar.* «O Portucalense». 25, 1-2.

BREVES APONTAMENTOS ESTATÍSTICOS nos Serviços Municipaes nos anos de 1905 e 1906. Gaya: Typ. de Francisco Martins Barboza, 1907.

BREVES APONTAMENTOS ESTATÍSTICOS dos Serviços Municipaes no ano de 1907. Câmara Municipal do concelho de Villa Nova de Gaya. Gaya: Typ. de Francisco Martins Barboza, 1908.

BREVES APONTAMENTOS ESTATÍSTICOS dos Serviços Municipais no ano de 1909, Câmara Municipal do Concelho de Vila Nova de *Gaia*. Gaia: Tip. de Francisco Martins Barbosa, 1910.

C. (1908). *Grijó de Gaia*. «A Defesa», 2, 3.

C., A. de (1927). *Educação Nacional…* «A Terra de Gaia». 10, 2.

CAMPO BELLO*,* Conde de (D. Henrique) (1938). *O Mosteiro de Corpus Christi de Gaia*. Porto: Câmara Municipal. Separata do «Boletim Cultural», 1:3.

CAMPOS, Agostinho (1921). *Casa de pais, escola de filhos (ensaios sobre educação infantil).* Porto; Rio de Janeiro: Livraria Ferin.

CÂNDIDA, Maria (1919). *Cartas d'Além túmulo*. «Jornal dos Carvalhos», 1.

CASSELS, Diogo (1898). *Escola do Torne.* «A Mocidade». 11, 2-3.

CASTELO BRANCO, Camilo (1885). *Paradoxo*. «Beja-Créche». Número único. 7.

CASTELO BRANCO, Camilo; SARMENTO, Francisco Martins; MOUTINHO, Joaquim Ferreira, *colab*. (1887). *Obolo às creanças.* Porto: Imprensa Portugueza.

CELTA (1902). *Problema Úrgico.* «O Despertar». 8, 1.

CENTRO REPUBLICANO E DEMOCRÁTICO DE VALADARES. *Atas das Assembleias Gerais*, [1913]. Policopiado.

CEZIMBRA, Marianna (1945). *Madre Monfalim: memórias de sua irmã*. Lisboa: Livraria Bertrand.

CINQÜENTA ANOS ao serviço da agricultura. Porto: Tipografia Mendonça, L.da, 1945.

CLUB de Vila Nova de Gaya. *Bodas d'Ouro*, 1927.

COLÉGIOS de Portugal. Porto: Tip. Artes & Letras, 1940.

CONFERÊNCIA MAÇÓNICA realizada no Porto nos dias 9 e 10 de Abril de 1900. Actas das sessões. Lisboa: Typographia e Papelaria, 1900.

CORREIA, Fernando da Silva (1931). *A protecção à infância numa pequena cidade portuguesa (Caldas da Rainha)*. Lisboa: Tipografia do Reformatório Central de Lisboa «Padre António de Oliveira» - Caxias.

COSTA, António (1884). *Auroras da instrução pela iniciativa particular*. Lisboa: Imprensa Nacional.

COSTA, Bento José da (1904). *A minha defeza*. Aveiro: Off. Typ. do «Campeão das Províncias». [Consult. 4 set. 2020]. Disponível em <https://bibria.cm-aveiro.pt/Catalog/winlibimg.aspx?skey=878328E2ABE54898B8E86BCD77E097F6&doc=19&img=19>.

CUNHA, Maria Adelaide Coelho da (1920). *Doida não! Documentação psicológica e jurídica*. Prefácio e notas de Bernardo Lucas. Porto: Tipografia Fonseca.

DIA DE HOMENAGEM a António Joaquim Cardoso diretor do extinto Colégio Vilanovense 29-9-935. 1935.

DINIZ, José (1957). *O octogésimo aniversário do Clube de Vila Nova de Gaia.* «O Tripeiro». Série V, ano II. 2, 55-57.

DÓRIA, Artur Ferreira César (1909). *Assistência Infantil*. Vila Nova de Famalicão: Typographia Minerva de Gaspar Pinto de Souza & Irmão. Tese apresentada à Escola Médico do Porto.

DÓRIA, Raul (1906). *Carta às mães,* «O Portucalense». 22, 1-2.

DUARTE (1905). *Exames – Escola oficial de Serzedo.* «A Defesa». 23, 3.

ECONOMIA SOCIAL. Instituições de Beneficência e Associações de Previdência. Districto do Porto. Situação do Operariado. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.

ENSINO PRIMÁRIO. Escolas oficiais. Escolas particulares. Estatísticas. Lisboa: Exposição Universal de 1900. Secção Portuguesa, 1900, vol. 2.

ESCOLA-OFFICINA DAS GRADES VERDES. Exposição de 1918. I Trabalhos Expostos no Museu Industrial e Commercial do Porto. II Organização e Estatuto da Escola. Porto: Tip. Costa Carregal, 1920.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO Bejense Protetora de Creanças. Lisboa: Typographia Universal, 1902.

ESTATUTOS DA CRECHE Helena de Albuquerque Quadros. Porto: Tipografia-Escola da C.C. do Porto, 1943.

FERNANDES, Conceição (1906). *A Instrução Primária (Poesia)*. Porto: Imprensa Social. Secção da Casa do Povo Portuense.

GARRETT, António de Almeida; GUIMARÃES, Hercília; FERRAZ, Amélia Ricon (2008 [1908]). *Sobre a mortalidade infantil (até aos 5 anos) na cidade do Porto e os meios de a evitar*. Porto: Faculdade de Medicina.

GONDIM, Innocencio Osorio (1892a). *Discurso proferido no Club Recreativo Avintense na Festa de Recepção oferecida ao socio benemérito João Manoel Gonçalves em 1 de maio de 1892*. Porto: Imprensa Moderna.

GONDIM, Innocencio Osorio (1892b). *Discurso proferido na Festa Escolar da Árvore do Natal, realisada pelo Club Recreativo Avintense nas Escolas Parochiais de Avintes em 25 de Dezembro de 1891*. Porto: Imprensa Moderna.

GONDIM, Inocêncio Osório Lopes [s.d.]. *Avintes e suas antiguidades*. Avintes: Junta de Freguesia.

GOODOLPHIM, Costa (1974). *A Associação: história e desenvolvimento das Associações Portuguesas*. Lisboa: Seara Nova.

GRAINHA, M. Borges (1913). *História da Maçonaria Franco Maçonaria em Portugal 1735-1912*. Lisboa: Editorial Veja.

GUSTAVO, Soledade (1901). *Cartilha de Instrução Social: A Mulher*. Porto: Typographia Gutenberg. [Consult. 25 jul. 2022]. Disponível em <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/rnod/292928>.

JERTEIVAS (1906). *A mulher. Sua educação.* «O Portucalense». 30, 2.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho (1873-1990). *Portugal antigo e moderno: diccionário geographico, estatistico, chorographico, heraldico,*

archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de portugal e de grande numero de aldeias. Se estas são notáveis, or serem pária de homens celebres, por batalhas ou outros factos importantes que n'ellas tiveram lugar, por serem solares de famílias nobres, ou por monumentos de qualquer natureza alli existentes. Noticia de muitas cidades e outras povoações da Lusitania de que apenas restam vestigos ou somente a tradição por Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal. Reed. da 1.ª ed. de 1874 facsimilada. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1990, vol. 11.

LOPES, A. Teixeira (1968). *Ao correr da pena. Memórias de uma vida…* Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal.

LUCAS, Bernardo (1886). *Discurso proferido no Clube de Vila Nova de Gaia em 1886.* Coimbra: Imp. Académica.

LUCAS, Bernardo (1887). *A loucura perante a lei penal. Estudo médico-legal dos delinquentes. A propósito do caso Marinho da Cruz*. Porto: Barros & Filha Editores.

LUCAS, Bernardo (1889). *Discurso de defeza no processo de José Vicente Rodrigues, acusado do crime d'esturpo, julgado e absolvido no tribunal do 2.º distrito criminal do Porto*. Typographia Occidental.

LUCAS, Bernardo (1898). *A questão anarquista. «*A Ideia». 1, 2-32.

LUCAS, Bernardo (1920). Felizmente oculta! Porto: Tipografia Fonseca.

LUCAS, Bernardo de Almeida (1894). *A minha defeza: processo por queixa d'abuso de liberdade d'imprensa*. Porto: Typ. de Arthur José de Sousa.

LUTHERO (1898a). *Instrução e educação II*. «A Luz do Operário». 129, 1.

LUTHERO (1898b). *Instrução e educação III*. «A Luz do Operário». 134, 1.

MÁRTIR (1891). *Avintes, 9 de Dezembro*, «O Grillo de Gaya». 46, 3.

MUZEUS INDUSTRIAES E COMMERCIAES, Escolas Industriaes, Escolas de Desenho Industrial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884.

NETO, Mário (1931). *Relembrando a Obra de Diogo Cassels*. «A Luz do Operário». 442, 1.

OOL., (1902). *Escolas Livres III.* «O Despertar». 8, 3.

OSÓRIO, Ana de Castro (1914). *Educação feminina.* «O Leverense». 21, 1.

PEREIRA, Firmino [1984]. *O Centenário do Infante D. Henrique. Livro commemorativo do Centenário Henriquino* […]. Porto: Magalhães & Moniz.

PONTE, Coronel Nunes da (1935). *Instituto Feminino de Educação e Regeneração no Antigo Convento de "Corpus Christi". Palestra realizada ao microfone do Posto Emissor Invicta Rádio, em benefício do Instituto, no dia 13 de março de 1934*. Porto: Tipografia Fonseca.

PORTUGAL. *Censo da População Geral do Reino*. 1878.

PORTUGAL. *Censo da População Geral do Reino*. 1890.

PORTUGAL. *Censo da População Geral do Reino*. 1900.

PORTUGAL. *Censo da População de Portugal*. 1911.

PORTUGAL. *Censo da População de Portugal*. 1920.

PORTUGAL. *Censo da População de Portugal*. 1930.

PROSPECTO. Colégio-Internato de Santo António dos Carvalhos. Gaia. Relatório. Resultado dos trabalhos escolares do ano letivo de 1912 a 1913. Porto: Empresa Gráfica «A Universal», 1913.

PROSPECTO. Colégio-Internato de Santo António dos Carvalhos. Gaia. Relatório. Resultado dos trabalhos escolares do ano letivo de 1913 a 1914. Porto: Empresa Gráfica «A Universal», 1914.

PROSPECTO. Colégio-Internato de Santo António dos Carvalhos. Gaia. Relatório dos trabalhos escolares do ano letivo de 1918 a 1919. Porto: Escola Tipográfica da Oficina de S. José, 1919.

QUEIRÓS, Eusébio (1916). *Festa da Árvore. Recolha de discursos, preleções, poesias e modelos de relatório, em alusão à Festa da Árvore*. Porto: Livraria Moderna de João Gonçalves.

R., D. (1907). *Rabiscos.* «O Portucalense». 45, 1.

REGULAMENTO DA COLÓNIA Agrícola "Ferreira Lapa" da Junta Geral do Distrito do Porto. Porto: Tipografia de "A Tribuna", 1920.

RELATÓRIO DA ASSOCIAÇÃO de Beneficiência e Caridade da freguezia de Cedofeita e Creche de Cedofeita. Porto: Typographia de A. F. Vasconcellos, Succ., 1906.

RELATÓRIO DA DIREÇÃO da Companhia de Seguros "A Portuense". Parecer do Conselho Fiscal. Apresentados à Assembleia Geral dos srs. acionistas em 3 de Agosto de 1908. Porto: Typographia a Vapor da Empreza Guedes, 1908.

RELATÓRIO DA DIREÇÃO do Club Musical de Villa Nova de Gaya relativo ao anno de 1879. Porto: Typographia de António José da Silva, 1880.

RELATÓRIO DA EGREJA LUSITANA CATHOLICA, Apostolica, Evangelica. Verdade evangélica – ordem apostólica. Unidade na certeza, liberdade na dúvida, caridade em tudo. Lisboa: Adolpho, Modesto & C.ª – Impressores, 1893.

RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO do Club de Villa Nova de Gaya e relatório e parecer da Comissão de Exame de Contas. Anno de 1880. Porto: Typographia de Freitas Fortuna, 1881.

RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO do Club de Villa Nova de Gaya e parecer da Comissão de Exame de Contas. Anno de 1881. Gaya: Typographia Villanovense, 1882.

RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO do Club de Villa Nova de Gaya e parecer da Comissão de Exame de Contas. Anno de 1882. Apresentados em Assembleia Geral de 31 de janeiro de 1882. Gaya: Typographia Villanovense, 1883.

REMA, Henrique Pinto, *org*. (2008). *Crónica do Centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição: 1871-1976*. [S.l.: s.n.] (Braga: Tip. Editorial Franciscana).

RIBEIRO, Guilherme Urbano da Costa (1902). *A mortalidade infantil no Porto*. These inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Porto: Typ. a Vapor da Real Officina de S. José.

J., R. (1919). *Professorado Primário.* «Jornal dos Carvalhos». 12, 2.

ROULE, Jean (1914a). *Instrução nacional*. «A Pátria Nova». 4, 3.

ROULE, Jean (1914b). *Instrução e Educação*. «A Pátria Nova». 9, 2.

ROULE, Jean (1914c). *Instrução e Educação*. «A Pátria Nova». 12, 1.

ROULE, Jean (1914d). *Instrução e Educação*. «A Pátria Nova». 13, 1.

ROULE, Jean (1914e). *Instrução e Educação*. «A Pátria Nova». 14, 1.

S. a. (1889). *Oliveira do Douro, 28 de agosto*. «Jornal dos Carvalhos». 5, 2.

S. a. (1899). *Câmara de Gaia*. «A Luz do Operário». 167, 2.

S. a. (1905a). *Noticiário*. «A Defesa». 38, 4.

S. a. (1905b). *O professor primário*. «A Defesa». 4, 1.

S. a. (1906a). *Festa escolar*. «O Portucalense». 1, 1.

S. a. (1906b). *Festa escolar*. «O Portucalense». 22, 1.

S. a. (1906c). *Exposição pedagógica*. «O Portucalense». 27, 1.

S. a. (190dc). *O espírito democrático, a escola primária e a magistratura*. «O Portucalense». 25, 2.

S. a. (1906e). *Suspensão da festa escolar*. «O Portucalense». 3, 1.

S. a. (1907a). *A mulher educadora*. «O Portucalense». 51, 1.

S. a. (1907b). *A nossa escola*. «A Verdade». 6, 1.

S. a. (1907c). *Câmara Municipal de Gaya – Estatística*. «O Portucalense». 22, 2.

S. a. (1907d). *Exposição pedagógica*. «O Portucalense». 12, 3.

S. a. (1907e). *Festa Escolar*. «O Portucalense». 23, 1-2.

S. a. (1907f). *Festa Escolar. Grijó*. «O Portucalense». 25, 2.

S. a. (1908a). *A inauguração de uma escola*. A benemérita «A Luz do Operário». 407, 2.

S. a. (1908b). *A instrução primária no concelho*. «A Defesa». 10, 1.

S. a. (1908c). *A instrução primária no concelho III*. «A Defesa». 15, 1.

S. a. (1909). *Exposição escolar. Vilar de Andorinho*. «A Luz do Operário». 436, 1-2.

S. a. (1913). *A educação. Questões íntimas*. «O Libertador». 18, 1.

S. a. (1914a). *A centralização da instrução primária*. «A Pátria Nova». 13, 1.

S. a. (1914b). *Exames em Gaia*. «A Pátria Nova». 16, 1.

S. a. (1914c). *Festa da árvore*. «A Pátria Nova». 8, 1.

S. a. (1914f). *Imponentíssima festa escolar a que assiste o chefe do distrito e mais de cinco mil pessoas*. «A Pátria Nova». 15, 2.

S. a. (1919). *A Escola Primária Superior e os manejos contra ela*. «O Cinco de Outubro». 394, 2.

SANTOS, José Dinis dos (1970). *Resenha histórica de CALE Vila de Portugal e Castelo de Gaia*. [S.l.: s.n.] (Tip. Silvas, Lda.). Separata de «Comunidades Portuguesas», 21.

SILVA, Carolina da (1906) [transcrição do discurso de]. *Discurso proferido pela Sra. D. Carolina da Silva, professora em Canidelo, na ocasião da festa escolar que ali se efetuou*. «Portucalense», 22, 2.

SILVA, Innocencio Francisco da; ARANHA, Brito (1908). *Diccionario Bibliographico Portuguez: estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brazil continuados e ampliados por Brito Aranha em virtude do contrato celebrado com o governo portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, t. 19 (12.º suplemento).

SOL (1901). *Notas & Impressões*. «A Voz do Tanoeiro». 2, 2.

SOLEMNE DISTRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS às educandas do Colégio do Sagrado Coração de Jesus na Quinta do Sardão (subúrbios do Porto) no dia 13 d'Agosto de 1905. Presidindo S. Ex.ª Rer.ma o Snr. D. António José de Sousa Barroso Bispo do Porto. Porto: Typographia de J. F. Fonseca, 1905.

V., A. (1919). *Quimera.* «Jornal dos Carvalhos». 6, 1.

VALE, Elvira; VASCONCELOS, Joaquim de (1920). *Exposição de lavores femininos: recordação da Escola – Officina das Grades Verdes*. Porto: Museu Industrial e Commercial.

VIANA, Gonçalves (1897). *Mais um ano*. «A Luz do Operário». 105, 1.

VIANNA, Gonçalves (1895a). *A saúde pública I*. «A Luz do Operário». 50, 1.

VIANNA, Gonçalves (1895b). *A saúde pública II*. «A Luz do Operário». 51, 1.

VIRIATO (1890). *Canelas, 19 de março*. «Jornal dos Carvalhos. Semanário noticioso, literário e recreativo», 35, 3.

WALGODE, António [s.d.]. *Guia para organização e realização da Festa da Árvore*. Porto: Companhia Portuguesa Editora.

Bibliografia

ABREU, Adélio Fernando (2005). *O legado pastoral do Cardeal D. Américo, Bispo do Porto (1871-1899)*. «Humanística e Teologia». 26:2, 213-226.

ABREU, Carlos (2003). *Vaz, Ângelo Alves de Sousa*. In NÓVOA, António, *dir. Dicionário de Educadores Portugueses.* Porto: ASA, pp. 1418-1419.

AFONSO, António Moreno (1994). *1883: tempo de criação de uma escola: Arcozelo – Vila Nova de Gaia*. «Boletim Cultural dos Amigos de Gaia». 6:37, 53-59.

AFONSO, José António (1995). *Notas para o estudo da questão dos professores: Vila Nova de Gaia, 1914-1918*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 6:39, 48-58.

AFONSO, José António (2004). *A construção de uma escola protestante: o caso da Escola do Torne (Vila Nova de Gaia), 1883-1923*. In FERREIRA, António Gomes, *org*. *Escolas, Cultura e Identidades*. *Comunicações do 3.º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, vol. 2, pp. 62-65.

AFONSO, José António (2006). *Protestantismo e educação: história de um projecto pedagógico em Portugal na transição do séc. XIX.* Braga: IEP-UM. Tese de doutoramento. [Consult. 27 dez. 2014]. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/7101>.

AFONSO, José António (2011). *Os Professores Primários e a Escola da República: o Sindicato dos Professores de Portugal e o 1.º Congresso Pedagógico (1914)*. «O Professor». 100, 40-55.

AFONSO, José António Moreno (2001a). *Iniciativas evangélicas de educação popular: reflexões sobre a Escola do Torne (Vila Nova de Gaia)*. «Anales de Historia Contemporánea». 17, 415-434. [Consult. 29 jul. 2021]. Disponível em <https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/11594/1/Iniciativas%20evangelicas%20de%20educacao%20popular.pdf>.

AFONSO, José António Moreno (2001b). *Modos de socialização numa comunidade evangélica: memórias de uma professora da Escola do Torne*. In RAMOS, Luís de

A. de Oliveira; RIBEIRO, Jorge Martins; POLÓNIA, Amélia, *coord*. *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, pp. 49-55. [Consult. 29 jul. 2021]. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2822.pdf>.

AFONSO, José António; BAPTISTA, Eva; VAZ, Ana (2019). *Património educativo edificado gaiense: um primeiro ensaio de sistematização*. «Sarmiento: revista galego-portuguesa de Historia da Educación». 23, 183-210.

AFONSO, José António; LACERDA, Silvestre de Almeida (1995). *Memórias da Escola do Torne*. In SILVA, António Manuel; DIAS, Jaime Amadeu, *coord. Gaia de há cem anos – Colóquio comemorativo do centenário da Igreja do Torne: actas.* Vila Nova de Gaia: Junta Paroquial S. João Evangelista, pp. 169-223.

AFONSO, José António; LACERDA, Silvestre de Almeida (1996). *Esplendor de uma escola: subsídios para o estudo da escola do Torne (1894-1923)*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 42, 27-47.

AFONSO, José António; LACERDA, Silvestre de Almeida (2005). *Uma Micro-História da Educação em Portugal: folhas volantes vs. folhas dispersas*. «Revista de Portugal». 2, 46-51.

AFONSO, José António; SILVA, António Manuel S. P. (2015). *A escola do Torne (Vila Nova de Gaia, Portugal, 1883-1922): as festas como práticas educativas.* In STAMATTO, Maria Inês Sucupira; NETA, Olívia Morais de Medeiros, *org. Práticas educativas, formação e memória.* Campinas, SP (Brasil): Mercado de Letras, pp. 15-62.

AFONSO, José António; SILVA, António Manuel S. P. (2019). *Sob o signo da inovação: a presença protestante em Vila Nova de Gaia (desde 1868)*. In PINTASSILGO, Joaquim; ALVES, Luís Alberto Marques, *coord*. *Roteiros de Inovação Pedagógica. Escolas e experiências em Portugal no século XX*. Lisboa: Instituto de Educação, pp. 33-65.

ALFAMA, José Guimarães, *fot*. (2014). "*Escola Democrática de Avintes*" […]. «Caminho Novo: revista do Clube Recreativo Avintense». 32, [54]: il.

ALMEIDA, Luís Gomes Alves (1985). *Notas biográficas sobre a freguesia de Santa Eulália de Oliveira do Douro*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Oliveira do Douro.

ALMEIDA, Paulo (2015). *A Maçonaria no Porto durante a 1.ª República*. Lisboa: Chiado Editora.

ALVES, Jorge Fernandes, *pref*. (2013). *Prefácio*. In ARAÚJO, Maria Marta Lobo de *et al*. *Os brasileiros enquanto agentes de mudança: poder e assistência.* Portugal; Brasil: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»; Fundação Getúlio Vargas, pp. 9-15.

ALVES, Luís Alberto Marques (2000a). *O arranque do Ensino Industrial no Porto (1884-1910).* «Revista da Faculdade de Letras. História». Série III. 1, 67-81.

ALVES, Luís Alberto Marques (2000b). *O brasileiro: ausência e presença no Portugal Oitocentista*. In *Os Brasileiros de Torna-Viagem*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 41-57.

ALVES, Luís Alberto Marques (2006). *Ensino Técnico: uma filosofia específica para uma dinâmica diferente.* «Estudos do século XX». 6, 57-75.

ALVES, Luís Alberto Marques (2012). *História da Educação: uma introdução*. Porto: Faculdades de Letras da Universidade do Porto.

ALVES, Luísa Maria Domingues Cruz (2005). *Estatuto sócio-profissional do professor primário na 1.ª República. À luz de a Federação Escolar*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.

AMARAL, Anabela (2017). *Gaia pioneira na educação em meio hospitalar: o ensino no Sanatório.* In RIBEIRO, Cláudia Pinto; ARAÚJO, Francisco, *coord*. *A história da educação em Vila Nova de Gaia*. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pp. 89-102.

AMARAL, Anabela Araújo de Carvalho (2007). *Vivências educativas da tuberculose no Sanatório Marítimo do Norte e Clínica Heliântia (1917-1955)*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.

AMARAL, Anabela Araújo de Carvalho (2016). *Da Medicina Escolar à saúde da Escola. A medicina e a saúde das escolas em Portugal (finais do século XIX, inícios do século*

XX). Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.

AMARAL, Anabela Carvalho; FELGUEIRAS, Margarida Louro (2013). *Ideário educativo no jornal republicano "A Pátria Nova"*. In HERNÁNDEZ DÍAZ, José María, *ed*. *Prensa pedagógica y patrimonio histórico educativo: contribuciones desde la Europa Mediterránea e Iberoamérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 79-92.

AMARAL, Anabela; FELGUEIRAS, Margarida L. (2010). *Educação no Sanatório*. «Educação, Sociedade & Cultura». 30, 75-93.

AMENDOEIRA, António T. D. (1993). *Vila de Arcozelo: história e monografia*. Arcozelo: [Edição do autor].

ANTUNES, Joaquim (1990). *Os museus de Gaia: um pouco da sua história*. «Boletim Cultural da Associação Cultural Amigos de Gaia». 5:30, 3-8.

ARAÚJO, José Ribeiro d' (1980 [1920]). *Perosinho: apontamentos para a sua monografia*. Reed. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Perosinho.

ARROYO, António *et al.* (1987 [1909]). *Mea Villa de Gaya: guia ilustrado do concelho de Gaya*. 2.ª ed. Vila Nova de Gaia: Associação Cultural Amigos de Gaia.

BAETA, Ricardo Manuel Mendes (2010). *Coleções e colecionadores de arte na revista Ilustração Moderna (1926-1932)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.

BAPTISTA, Eva (2002). *Os testamentos de Sandim. Património de uma comunidade rural, no século XIX.* Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Tese de Seminário.

BAPTISTA, Eva (2008). *O quotidiano rural oitocentista: o exemplo de uma comunidade do concelho de Vila Nova de Gaia.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Seminário do Curso de Especialização em Ensino da História.

BAPTISTA, Eva (2010). *Vila Nova de Gaia e o Ultimatum: contributo para a história do Republicanismo em Vila Nova de Gaia*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 11:70, 59-67.

BAPTISTA, Eva (2013). *Caciquismo e fraude nos atos eleitorais entre 1890 e 1892, em Vila Nova de Gaia*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 12:76, 42-56.

BAPTISTA, Eva (2014). *Bernardo de Almeida Lucas: a ação do deputado da nação eleito pelo círculo n.º 11 (Gaia) durante a Grande Guerra*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 13:78, 38-45.

BAPTISTA, Eva (2016). *O Clubismo em Vila Nova de Gaia, nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX: intenção e ação educativas*. In ALVES, Luís Alberto *et al*., *org. XI COLUBHE – Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação – Investigar, intervir e preservar: caminhos da história da educação luso-brasileira:* [*atas*]. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Interdisciplinar Cultura Espaço e Memória, pp. 937-952.

BAPTISTA, Eva (2017a). *A educação em Vila Nova de Gaia (1880-1930): projeto e balanço do estudo doutoral*. In RIBEIRO, Cláudia Pinto; ARAÚJO, Francisco Miguel, *coord*. *A história da educação em Vila Nova de Gaia*. Porto: CITCEM -Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pp. 63-87.

BAPTISTA, Eva (2017b). *A festa escolar em Avintes na aurora do século XX*. Avintes: Abientes - Centro de Documentação e Investigação em História Local. (Cadernos de História d'Abientes; 9).

BAPTISTA, Eva (2018a). *A educação em Vila Nova de Gaia (município do Noroeste de Portugal), entre 1880 e 1930: Escolas, Associações e Personalidades*. In MALHEIRO, Xosé Manuel; OTERO URTAZA, Eugenio, *org*. *A História da Educação Hoje: Retos, Interrogantes, Respostas, VIII Encontro Ibérico de História da Educação, Lugo, 8-10 de setembro de 2016*. Servizo de Publicacións e Intercambio científico da Universidade de Santiago de Compostela, pp. 131-135.

BAPTISTA, Eva (2018b). *Abade de Arcozelo (1825-1900)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 112. (Património Cultural de Gaia).

BAPTISTA, Eva (2018c). *Alfredo Lucas (1842-1937)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 138. (Património Cultural de Gaia).

BAPTISTA, Eva (2018d). *António Aires de Gouveia Osório, D. (1828-1916)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 115. (Património Cultural de Gaia).

BAPTISTA, Eva (2018e). *Artur Ferreira de Macedo (1851-1917)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 152. (Património Cultural de Gaia).

BAPTISTA, Eva (2018f). *Associação das Creches de Santa Marinha: espaço de modernidade educativa*. Santa Marinha: Associação das Creches de Santa Marinha.

BAPTISTA, Eva (2018g). *Bernardo Lucas (1865-1950)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 177. (Património Cultural de Gaia).

BAPTISTA, Eva (2018h). *Diogo José de Macedo (1813-1887)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol*. *Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 154. (Património Cultural de Gaia).

BAPTISTA, Eva (2018i). *João Rodrigues Valente Perfeito (1849-1917)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol.*

Património Humano – Personalidades Gaienses. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 151. (Património Cultural de Gaia).

BAPTISTA, Eva (2018j). *José Amadeu de Castro Portugal (1870-1936)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 191. (Património Cultural de Gaia).

BAPTISTA, Eva (2018k). *José Gonçalves da Silva Matos (1860-1920)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 162. (Património Cultural de Gaia).

BAPTISTA, Eva (2018l). *José Pinto Amorim da Costa (1860-1926)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 163. (Património Cultural de Gaia).

BAPTISTA, Eva (2018m). *José Tristão Pais de Figueiredo (1867-1936)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 183. (Património Cultural de Gaia).

BAPTISTA, Eva (2018n). *Leopoldo Mourão (1862-1938)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 163. (Património Cultural de Gaia).

BAPTISTA, Eva (2018o). *Visconde de Arcozelo (1825-1891)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol.*

Património Humano – Personalidades Gaienses. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 110. (Património Cultural de Gaia).

BAPTISTA, Eva (2019a). *A creche: espaço de modernidade educativa: estudo de caso da Associação das creches de Santa Marinha de Vila Nova de Gaia*. In PINTASSILGO, Joaquim; ALVES, Luís Alberto Marques, *coord*. *Roteiros da Inovação Pedagógica. Escolas e experiências de referência em Portugal no século XX*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, pp. 67-101.

BAPTISTA, Eva (2019b). *Abordagem sócio histórica da creche em Portugal: o caso de Vila Nova de Gaia (1883-1971): entre o nacional e o local*. «Cadernos de História da Educação». 18: 2 (mai./ago.), 503-525.

BAPTISTA, Eva (2019c). *Pela Creche! As dinâmicas sociais em torno da proteção da prole infantil na sede de concelho de Vila Nova de Gaia, na viragem para o século XX*. In *As Cidades na História: Sociedade: atas do II Congresso Histórico Internacional: 18 a 20 de outubro de 2017.* Guimarães: Câmara Municipal, vol. 3, pp. 157-185. Disponível em <https://ch.guimaraes.pt/static/uploads/actas/2CHI/vol3/CHIv3art09.pdf>.

BAPTISTA, Eva *et al.* (2018). *Flórido Toscano (1853-1922)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral*; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 95. (Património Cultural de Gaia).

BAPTISTA, Eva; AFONSO, José António Martin Moreno (2020). *Escola e Festa Cívica – Aproximações num contexto rural português (Avintes, Vila Nova de Gaia) entre 1890 e 1920.* «EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação». 7, (jan./dez.), 969-997. DOI:10.26568/2359-2087.2020.5574.

BAPTISTA, Fernando (2000). *História de Sandim*. Vila Nova de Gaia; Sandim: Câmara Municipal; Junta de Freguesia.

BAPTISTA, Maria Manuel (2008). *Crença e ação política na 1.ª República Portuguesa: o caso de Ângelo de Morais*. In JORGE, Vítor Oliveira; MACEDO, José M. Costa

Macedo, *org*. *Crenças, religiões e poderes: dos indivíduos às sociabilidades*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 269-277. (Biblioteca das Ciências Sociais. Antropologia; 13).

BARATA, José Alexandre dos Reis (2019). *Um homem, três objetivos: estudo, ensino e investigação contabilística – Raúl Dória marcou Portugal no início do século XX (segunda parte)*. «Boletim do Centro de Estudos de História da Contabilidade». 72.

BARBOSA, Jorge (1991). *O escultor João d'Affonseca Lapa: sua vida e sua obra (algumas notas biográficas e iconográficas para conhecimento da sua vida e divulgação de parte da sua obra)*. «Póvoa do Varzim. Boletim Cultural». 28:1, 15-115.

BARRA, Alípio (1984). *Da Escola de Desenho Passos Manuel à Escola Secundária n.º 1*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 2:17, 46-51.

BARRA, Alípio (1985). *Da Escola de Desenho Passos Manuel à Escola Secundária n.º 1. agora António Sérgio*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 3:18, 66-73.

BELEZA, José Domingues da Rocha (1991). *Monografia de Pedroso*. «Jornal dos Carvalhos». Suplemento da ed. n.º 13. (15 ago. 1991).

BELEZA, José Domingues da Rocha (1992). *Monografia de Pedroso*. «Jornal dos Carvalhos». Suplemento da ed. n.º 22. (15 mai. 1992).

BRAGHINI, Katia (2019). *A seção da Espanha na primeira exposição pedagógica do Rio de Janeiro* (1883). «Olhares». 7:3, 86-102. DOI: https://doi.org/10.34024/olhares.2019.v7.10028.

BRANCO, Paulo (2006). *Cronologia para o estudo do Protestantismo no espaço lusófono.* «Revista Lusófona de Ciência das Religiões». 9/10: 33-54.

CANDEIAS, António (1993). *A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa 1905-1930: mudar a escola para mudar o mundo*. «Análise Psicológica». 4:11, 447-463. [Consult. 24 mai. 2017]. Disponível em <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1698/1/AP%2011(4)%20447-463.pdf>.

CANDEIAS, António (1996). *Ritmos e formas de alfabetização da população portuguesa na transição do século: o que mostram os censos populacionais compreendidos entre os anos de 1890 e 1930*. «Educação, Sociedade e Cultura». 5, 39-63.

CANDEIAS, António (2000). *Ritmos e formas de acesso à cultura escrita das populações portuguesas nos séculos XIX e XX: dados e dúvidas*. In MARTINS, Raquel; RAMALHO, Glória; COSTA, Armanda, *org*. *Literacia e sociedade: contribuições pluridisciplinares.* Lisboa: Editorial Caminho, pp. 209-263.

CANDEIAS, António (2009). *Anarquismo, sindicalismo e educação no 1º terço do século XX, em Portugal: Os "alternativos"?* In *Encontros Ibéricos de História da Educação, VII Encontro*, pp. 157-172. [Consult. 24 jun. 2022]. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15027.pdf>.

CANDEIAS, António (2010). *As raízes de hoje: o atraso educativo português no contexto ocidental*. In BETTENCOURT, Ana Maria; MIGUÉNS, Manuel, *dir.*; RAMALHO, Glória, *org*. *Impacto das Avaliações Internacionais nos Sistemas Educativos. Conselho Nacional de Educação*. Online. [Consult. 9 jan. 2022]. Disponível em <https://www.cnedu.pt/pt/publicacoes/seminarios-e-coloquios/741-impacto-das-avaliacoes-internacionais-nos-sistemas-educativos>.

CANDEIAS, António, *dir. de coord*.; PAZ, Ana Luísa; ROCHA, Melânia (2004). *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX*: *os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Textos de educação).

CÂNDIDO, Renata Marcílio (2007). *Culturas de escola: as festas nas escolas públicas Paulistas (1890-1930)*. Universidade de S. Paulo. Faculdade de Educação. Dissertação de mestrado. [Consult. 29 jul. 2022]. Disponível e <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29012008-163237/publico/DissertacaoRenataMarcilio.pdf>.

CARDONA, Maria João (1997). *Para a história da educação da infância em Portugal: o discurso oficial (1834-1990)*. Porto: Porto Editora.

CARDOSO, Duarte Nuno Barros (2003). *Sociedade de Instrução do Porto (1880-1889).* «Douro: Estudos & Documentos». 16, 123-152.

CARDOSO, Miguel Lopes (1984). *Colégio de Gaia: 50 anos ao serviço da comunidade*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 2:17, 22-24.

CARVALHO, Maria Lucília L. de, *coord.* [s.d.]. *A Escola Franciscana Hospitaleira: um desafio de séculos*. [S.l.: s.n.], D.L. 2003 (Tipografia de Fátima).

CASTANHEIRA, Manuel Luís Pinto (2006). *Escola infantil de Bragança (1915-1934): modernidade pedagógica e as 1as práticas de educação de infância no interior*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Dissertação de mestrado. [Consult. 5 ago. 2021]. Disponível em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/5308>.

CASTELO BRANCO, Emílio (1949). *Gente de Mafamude. Os Macedos*. «O Tripeiro». Série V, ano IV. 8, 235-236.

CASTELO BRANCO, Emílio (1950a). *As estafinhas*. «O Tripeiro». Série V, ano VI. 8, 180-181.

CASTELO BRANCO, Emílio (1950b). *Gente de Mafamude. O Senhor José Maria*. «O Tripeiro». Série V, ano VI. 2, 35-36.

CASTELO BRANCO, Emílio (1952). *Gente de Mafamude. Pinto de* Aguiar. «O Tripeiro». Série V, ano VIII. 4, 108-109.

CASTELO BRANCO, Emílio (1953). *Gente de Mafamude. José Vitorino Damásio (1852-1928)*. «O Tripeiro». Série V, ano VIII. 12, 368-369.

CASTELO, Cláudia (2003a). *Figueiredo, Manuel da Rocha Parente de*. In NÓVOA, António *dir. Dicionário de educadores portugueses.* Porto: ASA, pp. 569-570.

CASTELO, Cláudia (2003b). *Oliveira, Augusto Gomes de*. In NÓVOA, António, *dir. Dicionário de educadores portugueses.* Porto: ASA, pp. 1003-1004.

CASTELO, Cláudia (2003c). *Oliveira, João Gomes de*. In NÓVOA, António, *dir. Dicionário de Educadores Portugueses.* Porto: ASA, pp. 1008-1009.

CASTELO, Cláudia (2003d). *Oliveira, Joaquim Gomes de*. In NÓVOA, António, *dir. Dicionário de educadores portugueses.* Porto: ASA, pp. 1009-1010.

CASTELO, Cláudia (2003e). *Oudinot, Reinaldo Vidal*. In NÓVOA, António, *dir. Dicionário de educadores portugueses.* Porto: ASA, pp. 1028-1029.

CASTRO, Manuel Ferreira de (1907). *Mortalidade infantil no concelho de Gaia*. «O Portucalense». 35, 1.

CASTRO, Maria Werneck de (2004). *No tempo dos Barões: histórias do apogeu e decadência de uma família fluminense no ciclo do café*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, Ld.ª.

CASTRO, Rui de (1991). *A escola «Régya» de Valadares: no passado, pode e deve ver-se o que seremos*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 5:32, 15-18.

CATROGA, Fernando (2010a). *A Maçonaria, as Congregações e a questão religiosa (séculos XIX-XX)*. In ABREU, Luís Machado de; FRANCO, José Eduardo, *coord. Ordens e Congregações religiosas no contexto da I República*. Lisboa: Gradiva, pp. 91-108.

CATROGA, Fernando (2010b). *O republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 3.ª ed. Alfragide: Casa das Letras.

CHÁ-CHÁ, Cecília Varela (2020). *Ler, escrever e contar pelo método de João de Deus*. In PINTASSILGO, Joaquim; FERREIRA, M. Isabel Freire, *org*. *Casimiro Freire. O Republicanismo e a Instrução Popular*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 149-182. (Extra-colecção).

CHORÃO, Luís Bigotte (2015). *Para uma história da repressão do Anarquismo em Portugal no século XIX. Seguido de «A Questão Anarchista»* [de Bernardo Lucas]. 1.ª ed. Lisboa: Livraria Letra Livre. Facsimile da revista "A Ideia", editada no Porto: Typ. a Vapor de Arthur de Sousa & Irmão, 1898.

CIRNE, Teresa (2007). *A emigração para o Brasil: famílias de Vila Nova de Gaia (1834-1900)*. «População e Sociedade». 15 (Parte II), 337-357.

COELHO, M. Dias (1997). *Orfeão da Madalena*. In QUEIROZ, J. Francisco Ferreira, *org. Santa Maria Madalena de Fermucia: Madalena – Vila Nova de Gaia: subsídios para uma monografia*. Madalena: Junta de Freguesia, pp. 249-250.

CONDE, António (2018a). *Alfredo Moreira da Silva, "O Alfredo das Rosas" (1859-1932)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral*; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia:

Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 160. (Património Cultural de Gaia).

CONDE, António (2018b). *Alfredo Seixas Bandeira (c. 1870->1926)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral*; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 189. (Património Cultural de Gaia).

CONDE, António (2018c). *Ângelo Mendonça da Cunha Morais (1897-1968)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 244. (Património Cultural de Gaia).

CONDE, António (2018d). *António Narciso de Azevedo Magalhães (1838-1901)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral*; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 126. (Património Cultural de Gaia).

CONDE, António (2018e). *Belchior Fernandes da Fonseca (c. 1873-1903)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral*; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 215. (Património Cultural de Gaia).

CONDE, António (2018f). *Bernardo Pinto Abrunhosa (1881-1926)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral*; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 215. (Património Cultural de Gaia).

CONDE, António (2018g). *Conde das Devesas, 2.º (1875-1945)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral*; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara

Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 205. (Património Cultural de Gaia).

CONDE, António (2018h). *Conde de Samodães (1828-1918)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral*; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 116. (Património Cultural de Gaia).

CONDE, António (2018i). *Diogo Leite Pereira de Melo (1822-1906)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral*; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 106. (Património Cultural de Gaia).

CONDE, António (2018j). *Joaquim Augusto da Silva Magalhães (c. 1840-1915)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 131. (Património Cultural de Gaia).

CONDE, António (2018k). *Luís António Pinto de Aguiar (1816-1883)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 100. (Património Cultural de Gaia).

CONDE, António (2018l). *Manuel Emílio Castelo Branco (c. 1869-1955)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral*; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 187. (Património Cultural de Gaia).

CONDE, António (2018m). *Manuel Pinto dos Reis (1843-1931)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral*; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara

Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 142. (Património Cultural de Gaia).

CONDE, António (2018n). *Padre Luís (c. 1872-1957)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 194. (Património Cultural de Gaia).

CONDE, António (2019). *Afirmação cultural de Gaia na 2.ª metade do século XIX*. In BARBOSA, Francisco *coord*. *Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal, pp. 41-56.

CONDE, António (2021). *Jaz em Avintes um dos maiores escritores e pedagogos do Maranhão do século XIX*. «Caminho Novo: r*evista do Clube Recreativo Avintense*». 35, 8-13.

CONDE, António Adérito Alves (2010). *A precocidade das ideias educativas republicanas de Osório Gondim.* Comunicação apresentada no XXI Fórum Avintes 2010 realizado na sede da Junta de Freguesia de Avintes nos dias 26 e 27 de nov. de 2010.

CONDE, António Adérito Alves (2012). *O Caminho Novo e o benemérito Manuel da Costa Soares*. «Caminho Novo: r*evista do Clube Recreativo Avintense*». 31, 17-20.

CORRÊA, Fernando Cecílio Calapez (1991). *Ensino Primário Privado no distrito do Porto em 1875 – dois exemplos: Vila Nova de Gaia e Baião*. In *Ciências da educação em Portugal: situação actual e perspectivas: actas do I congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.* Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 667-672.

CORREIA, António Manuel da Cruz (1994). *O centenário da torre sineira da Igreja de Santa Marinha*. Vila Nova de Gaia: Comissão de Festas da Paróquia de Santa Marinha.

CORREIA, Fernando António da Silva (2012). *A Misericórdia: a Santa Casa de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Santa Casa da Misericórdia.

COSTA RICO, A.; ALVES, L. A. Marques (2021a). *Pegadas e influências da Ligue Internationale pour L'Éducation Nouvelle no espaço ibérico e brasileiro (1921-2021).* «*Sarmiento: Revista Galego-Portuguesa de Historia da Educación»* 25. DOI: https://doi.org/10.17979/srgphe.2021.25.0.

COSTA RICO, A.; ALVES, L. A. Marques (2021b). *Presentación: a nova educación (1921-2021) (LIEN): a Ligue Internatinale pour L'Éducation Nouvelle*. «Sarmiento. Revista Galego-Portuguesa de Historia da Educación». 25, 9-22. DOI: https://doi.org/10.17979/srgphe.2021.25.0.8596.

COSTA, Barbosa da; VAZ, José; COSTA, Paulo (2009). *De Abientes a Avintes: notas monográficas*. [S.l.]: Audientis.

COSTA, Fernando António da Silva (2014). *António Almeida de Costa: Industrial, Humanista, Filantropo.* Vila Nova de Gaia: Santa Casa da Misericórdia.

COSTA, Francisco Barbosa da (1980). *S. João Baptista de Canelas: notas monográficas*. Canelas: Paróquia.

COSTA, Francisco Barbosa da (2000a). *Notícia histórica da freguesia de S. Salvador de Perosinho.* Vila Nova de Gaia; Perosinho: Câmara Municipal; Junta de Freguesia.

COSTA, Francisco Barbosa da (2000b). *S. Félix da Marinha: notas monográficas.* Vila Nova de Gaia; S. Félix da Marinha: Câmara Municipal; Junta de Freguesia.

COSTA, Francisco Barbosa da (2000c). *S. Pedro de Pedroso nos séculos XVIII e XIX*. Vila Nova de Gaia; Pedroso: Câmara Municipal; Junta de Freguesia.

COSTA, Francisco Barbosa da (2001). *Santa Maria de Olival: notas monográficas*. Vila Nova de Gaia; Olival: Câmara Municipal; Junta de Freguesia.

COSTA, Francisco Barbosa da (2004a). *História do Governo Civil do Distrito do Porto*. Porto: Governo Civil.

COSTA, Francisco Barbosa da (2004b). *Notas para a história da Paróquia de Santa Eulália de Oliveira do Douro: a propósito do tricentenário da restauração da sua Igreja Paroquial*. Vila Nova de Gaia: Paróquia de Santa Eulália de Oliveira do Douro.

COSTA, Francisco Barbosa da (2004c). *Santa Maria de Gulpilhares: notas monográficas*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Gulpilhares.

COSTA, Francisco Barbosa da (2005a). *Instituições do Distrito do Porto*. Porto: Governo Civil do Distrito.

COSTA, Francisco Barbosa da (2005b). *Santa Maria de Seixezelo*: *notas monográficas*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Seixezelo.

COSTA, Francisco Barbosa da (2006). *Santo André de Canidelo: notas monográficas*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Canidelo.

COSTA, Francisco Barbosa da (2007). *S. Miguel de Arcozelo: notas monográficas*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Arcozelo.

COSTA, Francisco Barbosa da; COSTA, Paulo (2013). *São Salvador de Vilar de Andorinho: notas monográficas*. Vilar de Andorinho: Junta de Freguesia.

COSTA, Francisco Barbosa da; MOREIRA, Maria Fernanda (2001). *S. Cristovão de Mafamude: notas monográficas*. Vila Nova de Gaia; Mafamude: Câmara Municipal; Junta de Freguesia.

COSTA, Paulo (2018). *Joaquim dos Santos Guimarães (1875-1944)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral*.; VASCONCELOS, Gonçalo de, *coord. de vol*. *Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 204. (Património Cultural de Gaia).

COSTA, Virgília Braga da (2005). *As condições higiénico-sanitárias e as doenças infeciosas em Vila Nova de Gaia na 2.ª metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 10:60, 45-48.

COSTA, Virgília Braga da (2010). *As escolas do ensino primário oficial e a administração local em Vila Nova de Gaia*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 11:70, 50-58.

COSTA, Virgília Braga da (2013). *A urbanização da Quinta do Cabo-Mor e a construção da Escola Industrial e Comercial de Vila Nova de Gaia, no Estado Novo*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*»*. 12:77 (dez.), 42-53.

COSTA, Virgília Braga da (2018a). *O combate ao analfabetismo em Portugal – As escolas primárias de Mafamude (1846-1963) (1.ª parte)*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 14:86 (jun.), 40-49.

COSTA, Virgília Braga da (2018b). *O combate ao analfabetismo em Portugal – As escolas primárias de Mafamude (1846-1963) (2.ª parte)*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 14:87 (jun.), 39-49.

COSTA, Virgília Braga da (2019). *O combate ao analfabetismo em Portugal – As escolas primárias de Mafamude (1846-1963) (3.ª parte)*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 14:88 (jun.), 26-37.

COSTA, Virgília Braga da. (2020a). *O combate ao analfabetismo em Portugal – As escolas primárias de Mafamude (1846-1963) (3.ª parte)*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 14:90 (jun.), 17-26.

COSTA, Virgília Braga da (2020b). *O combate ao analfabetismo em Portugal – As escolas primárias de Mafamude (1846-1963) (3.ª parte)*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 14:91 (dez.), 25-31.

CRUZ, Manuel Carvalho Ferreira da (2012). O *movimento libertário portuense à luz do periódico A Aurora (1910-1919)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado. [Consult. 26 jun. 2022]. Disponível em <https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/GV1LABA2UAMQ81PSNJ7N69EH8RGT6G.pdf>.

DIAS, João José Alves Dias (1984). *A República e a Maçonaria (O recrutamento maçónico na eclosão da República portuguesa).* In MARQUES, A. H. Oliveira, *dir*. *Nova História: 1.ª República*. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 31-73.

DINIZ, José (1957). *O octogésimo aniversário do Clube de Vila Nova de Gaia*. «O Tripeiro». Série V, ano XIII. 2, 55-57.

DORES, Hugo Gonçalves (2014). *O congreganismo da Monarquia à República: entre a necessidade e a contestação*. In FRANCO, José Eduardo; ABREU, Luís Machado de, *coord. Para a história das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no mundo*. Prior Velho: Edições Paulinas, pp. 937-954.

DUARTE, Júlio (1994). *Apontamentos monográficos de Coimbrões.* Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal.

DUARTE, Ricardo (2021). *O anarquismo e a arte de governar: Portugal, última década do século XIX e primeiras décadas do Século XX*. Lisboa: FCSH. Tese de doutoramento.

ESTEVES, Ester da Assunção Teiga Frutuoso (2008). *Alfabetização e educação de adultos: um percurso de 1910 a 1926: das intenções políticas às medidas concretas*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Instituto de Ciências de Educação. Tese de doutoramento.

FELGUEIRAS, Margarida Louro (2004). *Escolas, Culturas e Identidades*. In FERREIRA, António Gomes, *org*. *III Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação*. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

FELGUEIRAS, Margarida Louro (2009). *O significado das Escolas Conde Ferreira na instrução pública em Portugal.* In GRAÇA, Odete; FELGUEIRAS, Margarida, *coord*. *As Escolas Conde Ferreira – Marco Histórico da Instrução Pública em Portugal*. Sesimbra: Câmara Municipal, pp. 29-38.

FELGUEIRAS, Margarida; PINTASSILGO, Joaquim; MARQUES, Luís Alberto Marques (2007). *A História da educação em Portugal: balanço e perspetivas.* Porto: Asa.

FERNANDES, Luís Ângelo Vieira (2011). *Dia-a-dia com o passado: cronologia da história de Lousada para a valorização do Fundo Local da Biblioteca Pública*. Porto: Universidade Portucalense. Dissertação de mestrado.

FERNANDES, Rogério (1979). *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea.* Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa.

FERNANDES, Rogério (1993). *Marcos do processo histórico da alfabetização de adultos em Portugal*. «*Colóquio Educação e Sociedade».* 2, 113-144.

FERNÁNDEZ-SORIA, Juan Manuel (2014). *El Municipio contemporâneo como sujeto histórico-pedagógico*. In ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino, *org*. *Os Municípios na Modernização Educativa*. Lisboa: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, pp. 21-54. [Consult. 5 jan. 2021]. Disponível em <http://www.ie.ulisboa.pt/publicacoes/ebooks/os-municipios-na-modernizacao-educativa>.

FERRARIA, Maria José de Sousa (2000). *Percursos burgueses na cidade do Porto (1910-1926)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.

FERREIRA, António Augusto (1966). *Achega para uma pequena monografia da freguesia de Sermonde: concelho de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: [Edição do autor].

FERREIRA, António Gomes (2003). *Higiene e controlo médico da infância e da escola*. «Cadernos Cedes». 23:59, 9-24. DOI: 10.1590/S0101-32622003000100002.

GARCIA, Inára (2012). *Cândido Madureira, o abade de Arcozelo: uma história acerca dos métodos de leitura e escrita em Portugal (1891)*. «Revista Teias». 14:28, 59-75. [Consult. 9 ago. 2021]. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24232>.

GARNEL, Maria Rita Lino (2008). *O caso Rosa Calmon (1900-1901): género, discurso e opinião pública*. In CASTRO, Zília Osório de, ESTEVES, João*, dir*. *Falar de mulheres: história e historiografia*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 71-86.

GARNEL, Maria Rita Lino (2012). *Bernardo Lucas: a defesa dos arguidos e a perícia médico-legal*. In AGRA, Cândido, *org*. *A Criminologia: um arquipélago interdisciplinar.* Porto: Universidade, pp. 137-161.

GOMES, Costa (1992). *Há 60 anos, em Canidelo, morreu o benemérito Manuel Marques Gomes*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 34, 47-50.

GOMES, Costa (1996). *I - Ramificações da família Castro Portugal em Gaia. D. Ana dos Reis Castro Portugal*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 42, 17-21.

GOMES, Costa (2014). *A fundação do Clube Recreativo Avintense*. «Caminho Novo: revista do Clube Recreativo Avintense». 32, 13-14.

GOMES, J. Costa (1999). *Fernando de Araújo Lima: um colaborador desde boletim que desaparece*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 49, 3-10.

GOMES, Joaquim Ferreira (1980). *Estudos para a história da educação no seculo XIX*. Coimbra: Livraria Almedina.

GOMES, Joaquim Ferreira (2001). *A quem compete a missão de educar segundo a Encíclica Divini Illius Magistri de Pio XI (1929)*. «Revista de História das Ideias». 22, 419-423. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-8925_22_12.

GONZAGA, Manuela (2009). *Maria Adelaide Coelho da Cunha: Doida não e não! Um escândalo em Portugal no início do século XX*. Lisboa: Bertrand Editora.

GRANDE ENCICLOPÉDIA Portuguesa e Brasileira. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, [s.d.], vol. 18.

GUEDES, José Alves Reis (2000). *Vila de Valadares: toponímia*. Vila Nova de Gaia; Valadares: Câmara Municipal; Junta de Freguesia.

GUERREIRO, Carla Alexandra Ferreira do Espírito Santo (2010). *A Literatura para a Infância em Portugal nos séculos XIX e XX: contextos socioculturais e contributos pedagógicos.* Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Tese de doutoramento. [Consult. 4 abr. 2021]. Disponível em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/5987/3/Tese%20Doutoramento%20Carla%20Guerreiro.pdf>.

GUIMARÃES, Gonçalves (1999). *A Serra do Pilar. Património Cultural da Humanidade*. Vila Nova de Gaia: Fundação Salvador Caetano.

GUIMARÃES, Gonçalves; COELHO, Sérgio Veludo; MOTA, Deolinda (1999). *Roteiro Garretiano de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal.

GUIMARÃES, J. A. (2018a). *Marciano Azuaga (1840-1905)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 132. (Património Cultural de Gaia).

GUIMARÃES, J. A. (2018b). *Visconde das Devesas (1814-1884)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 97. (Património Cultural de Gaia).

GUIMARÃES, J. A. G. (1997). *Memória histórica dos antigos comerciantes e industriais de Vila Nova de Gaia: livro do Centenário da Associação Comercial e Industrial de Vila Nova de Gaia 1897-1997*. Vila Nova de Gaia: Associação Comercial e Industrial.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1986a). *A Exposição agrícola-industrial de Gaia, em 1884*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 3:21, 38-41.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1986b). *A música do passado em Vila Nova de Gaia*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 3:20, 24-27.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (1998). *O polo industrial da Serra do Pilar*. In ALVES, Jorge Fernandes, *coord*. *A Indústria portuense em perspetivas históricas – Actas do Colóquio*. Porto: Centro Leonardo Coimbra; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 241-250.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2002). *Títulos nobiliárquicos de Vila Nova de Gaia V/VI*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 9:54, 13-19.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2010). *Republicanos, monárquicos e outros: as vereações gaienses durante a 1.ª República.* Vila Nova de Gaia: Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana.

GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2014). *Mafamude: de freguesia rural a sede do município de Vila Nova de Gaia*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 13:79, 5-24.

GUIMARÃES, J. A.; TEIXEIRA, Fátima (2018a). *Domingos da Rocha Romariz (1859-1929)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 159. (Património Cultural de Gaia).

GUIMARÃES, J. A.; TEIXEIRA, Fátima (2018b). *Maximiano Lemos (1860-1923)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 164. (Património Cultural de Gaia).

GUIMARÃES, J. A.; TEIXEIRA, Fátima (2018c). *Salvador Brandão (1858-1932)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 156. (Património Cultural de Gaia).

GUIMARÃES, J. A.; TEIXEIRA, Fátima; GUIMARÃES, Susana (2018a). *Adelino Gonçalves Gomes (1873-1965)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 195. (Património Cultural de Gaia).

GUIMARÃES, J. A.; TEIXEIRA, Fátima; GUIMARÃES, Susana (2018b). *Miguel Joaquim da Silva Leal Júnior (1875-1944)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 203. (Património Cultural de Gaia).

GUIMARÃES, J. A.; TEIXEIRA, Fátima; GUIMARÃES, Susana (2018c). *Ramiro Mourão (1880-1949)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 211. (Património Cultural de Gaia).

GUIMARÃES, J. A; TEIXEIRA, Maria de Fátima (2010). *O Centro Republicano de Pedroso e o associativismo político em Vila Nova de Gaia.* «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 11:71, 20-28.

HENRIQUES, João Paulo (2005). *O pioneirismo protestante na génese de organizações universalistas em Portugal*. «Revista Lusófona de Ciência das Religiões». 7/8, 97-107.

LACERDA, Silvestre de Almeida (1984). *Apontamentos para a História da Imprensa e das publicações periódicas no concelho de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia, pp. 509-552. Sep. Revista Gaya, vol. 2, 1984.

LADEIRO, Augusto, *coord.* (1948). *Carta de Portugal Continental*. Porto: Livr. Educação Nacional.

LAJES, Maria Alcina (2005). *A escola em festa: a festa é a escola*. «Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas». 17, 49-60. [Consult. 29 jul. 2022]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/8038>.

LATINISTA. Boletim Comemorativo das Bodas de Diamante do Centro Democrático d'Instrução Latino Coelho. 1906-1981. Coimbrões (Vila Nova de Gaia): Centro Democrático d'Instrução Latino Coelho.

LEANDRO, Maria Elisa (2003). *Lisboa, Irene do Céu Vieira*. In NÓVOA, António*, dir. Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições ASA, pp.773-784.

LEÃO, Manuel (2007). *Padre Luís: uma identidade.* Vila Nova de Gaia: Fundação Obra do Padre Luís.

LEITE, António; AFONSO, José António (2003). *A escola do Padre Luís: um subsídio para o seu estudo (1012-1958)*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 9:56, 20-25.

LISBOA, Pedro (2003). *Cardoso, Francisco José*. In NÓVOA, António, *dir. Dicionário de Educadores Portugueses.* Porto: ASA, pp. 274-275.

LOPES, Ana Maria Costa (2005). *Imagens da mulher na imprensa feminina de oitocentos: percursos de modernidade.* Lisboa: Quimera Editores, Lda.

LOPES, António (2007). *As Escolas da Maçonaria*. «Grémio Lusitano». 11, 34-9.

LOPES, Maria Antónia (2011). *Rainhas que o povo amou: Estefânia de Hohenzollern, Maria Pia de Saboia*. [Lisboa]: Círculo de Leitores.

MACEDO JÚNIOR, Diogo (1924). *O Moraes da Magdalena: (recordações). Res digna memoratu*. Gaia: Tip. Rocha e Irmão.

MACEDO JÚNIOR, Diogo. (1931). *O Clube dos Quinze*. «O Tripeiro». Série IV. 9, 132-133; 140.

MACEDO, Francisco (1985). *Mem Bugalho (Diogo José de Macedo Júnior)*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 3:18, 26-27.

MACEDO, Francisco Diogo Faria de (1982). *Uma rectificação … sobre os Diogo de Macedo*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 2:12, 62-65.

MAGALHÃES, Justino (2005). *Historiografia da alfabetização em Portugal*. In CANDEIAS, António, *coord*. *Modernidade, Educação e Estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX: estudos sobre Portugal, Brasil e Galiza*. Lisboa: Educa e Autores, pp. 207-218. [Consult. 16 set. 2021]. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5049/1/Historiografia%20da%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20em%20Portugal.pdf>.

MAGALHÃES, Justino (2010). *Da cadeira ao banco. Escola e modernização (séculos XVIII-XX).* Lisboa: Educa Unidade de I&D de Ciências da Educação.

MAGALHÃES, Justino (2013a). *A Cartilha Maternal ou Arte de Ler de João de Deus (1876): invenções tipográficas e alfabetização popular em Portugal*. «Histoire de l'Education». 138 (mai-août), 115-130. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/18113>.

MAGALHÃES, Justino (2013b). *Atlas-Repertório dos Municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986): perspetiva histórica*. In ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino, *org. História dos Municípios na Educação e na Cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje*. Lisboa: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, pp. 11-52. (Estudos e ensaios). [Consult. 3 jan. 2015]. Disponível em <http://www.ie.ulisboa.pt/publicacoes/ebooks/historia-dos-municipios-na-educacao-e-na-cultura-incertezas-de-ontem-desafios-de-hoje>.

MAGALHÃES, Justino (2013c). *O rural e a escolarização em Portugal*. «*Educação e Filosofia*». 27 (n.º especial), 63-74.

MAGALHÃES, Justino (2014). *Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático. Atlas-Reportório dos Municípios na Educação*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. [Consult. 14 fev. 2021]. Disponível em <http://www.ie.ulisboa.pt/publicacoes/ebooks/do-portugal-das-luzes-ao-portugal-democratico-atlas-repertorio-dos-municipios-na-educacao>.

MAGALHÃES, Justino (2019). *Municípios e História da Educação*. «Cadernos de História da Educação». 18: 1, 9-20. DOI: 10.14393/che-v18n1-2019-2.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1986). *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Delta, vol. 1.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1989). A *Maçonaria em Portugal. Política e Maçonaria 1820-1869 (1.ª parte)*. Lisboa: Editorial Presença.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1998). A *Maçonaria em Portugal.* Lisboa: Gradiva, pp. 40-41. (Cadernos Democráticos. Valores; 6).

MARQUES, A. H. Oliveira; DIAS, João José Alves (2002-2003). *Para a História da Maçonaria no Porto*. «Revista Portuguesa de História». 36, 275-282.

MARQUES, João Francisco (2014). *Sociedade, política e a problemática das ordens e congregações religiosas no contexto do Liberalismo à República*. In FRANCO, José Eduardo; ABREU, Luís Machado de, *coord. Para a história das Ordens e Congregações religiosas em Portugal, na Europa e no mundo*. Lisboa: Edições Paulinas, pp. 903-914.

MARQUES, Maria Gracinda Leones Dantas Gonçalves (1999). *As Universidades Livres e Populares Portuguesas em Coimbra e Porto.* Minho: Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho. Dissertação de mestrado.

MARTINS, Ernesto (2004). *A Historiografia educativa do sistema escolar em Portugal.* In *Seminário do Curso de Doutoramento da Facultat d'Educaciò – Universitat de les Illes Balears/Palma de Mallorca, Octubre.* Castelo Branco: IPCB-ESE. pp. 1-48. *[Consult. 28 dez. 2021]. Disponível em* <http://hdl.handle.net/10400.11/5272>.

MARTINS, Ernesto C. (2005). *Casimiro Freire – Apóstolo da Instrução Popular.* In MARTINS, Ernesto C., *coord. A Renovação Pedagógica & La Renovación pedagógica – Atas do Vº Encontro Ibérico de História da Educação.* Coimbra; C. Branco: Alma Azul, pp. 522-524. [Consult. 29 abr. 2022]. Disponível em <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/6969/1/Casimiro%20Freire_Ap%C3%B3stolo%20da%20Instru%C3%A7%C3%A3o%20Popular-LivroECM.pdf>.

MARTINS, Ernesto Candeias Martins (2006). *O discurso oficial da educação de infância: um antes e um depois.* «Revista Intersaberes». 1, 101-136.

MARTINS, Ernesto Candeias Martins (2017). *O movimento da escola nova e as 'tendências educativas' geradas ao longo do século XX numa encruzilhada de teorias e práticas.* In GALEGO, Carla; RICARDO, M.ª M. Calvet; TEODORO, António, org. *A Educação Comparada para além dos números: contextos locais,*

realidades nacionais e processos transnacionais. Lisboa: CeiED; ULHT; SPCE-SEC, pp. 110-120. [Consult. 21 jul. 2022]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.11/6708>.

MARTINS, Pedro Saragoça; BEZELGA, Isabel (2003). *Martins, António Augusto*. In NÓVOA, António, *dir*. *Dicionário de Educadores Portugueses.* Porto: ASA, pp. 870-875.

MEIRELLES, Maria Antónia; VALE, Maria Clara do (1997). *S. Salvador de Valadares: tradição e modernidade*. Valadares: Junta de Freguesia.

MENDES, Alves (1884). *Prólogo*. In MOUTINHO, Joaquim Ferreira *A Creche*. Porto: Typographia de A. J. da Silva Teixeira.

MENDES, José Amado (2014). *Os municípios portugueses e o legado histórico-pedagógico*. In ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino, *org*. *Os Municípios na Modernização Educativa*. Lisboa: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, pp. 57-71. [Consult. 5 jan. 2021]. Disponível em <http://www.ie.ulisboa.pt/publicacoes/ebooks/os-municipios-na-modernizacao-educativa>.

MIRANDA, Sacuntala (1991). *A base demográfica*. In MARQUES, A. H. de Oliveira, *coord. Nova história de Portugal: Portugal da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 11, pp. 13-36.

MOGARRO, M. J. (2011). *Património e quotidiano escolar.* In PROENÇA, Maria Cândida, *coord*. *Nos cem anos da Reforma: o quotidiano na escola republicana*. Porto: Caleidoscópio; Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, pp. 13-35.

MOGARRO, M. J.; PINTASSILGO, Joaquim (2003). *A ideia de escola para todos no pensamento pedagógico português*. In FERNANDES, R.; PINTASSILGO, J., *org*. *A modernização pedagógica e a escola para todos na Europa do Sul no Século XX*. Lisboa: Grupo SPICAE, pp. 51-71. [Consult. 20 jul. 2022]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/17780>.

MOGARRO, Maria João (2019). *A Escola Oficina n.º 1 de Lisboa (1905-1987) e a afirmação de um processo de inovação pedagógica em Portugal*. «Cadernos de História de Educação». 18:3, 790-816.

MOGARRO, Maria João; ANDRADE, Alda Namora (2019). *Uma escola no seu tempo: a Escola Oficina n.º 1 – Entre o projeto inovador e a normalização institucional (1905-1987)*. In PINTASSILGO, Joaquim; ALVES, Luís Alberto Marques, *coord*. *Roteiros de Inovação Pedagógica. Escolas e experiências em Portugal no século XX*. Lisboa: Instituto de Educação, pp. 167-201.

MONCÓVIO, Susana (2012). *O coleccionador Marciano Azuaga na I Exposição-Bazar de Belas-Artes promovida pelo Centro Artístico Portuense, em 1881*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 12:75, 28-43.

MONCÓVIO, Susana (2016). *D. Luís Manuel Benedito da Natividade de Castro Pamplona de Sousa Holstein e a escola de Canelas (V. N. Gaia), em 1869: liberalidade e costumes*. «Revista de Portugal». 13, 15-30.

MONCÓVIO, Susana (2017). *A educação feminina pelas Belas Artes na sociedade de oitocentos.* In RIBEIRO, Cláudia Pinto; ARAÚJO, Francisco, *coord*. *A história da educação em Vila Nova de Gaia*. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pp. 125-143.

MONCÓVIO, Susana (2018). *Manuel Moreira de Barros (1898-1974)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 246. (Património Cultural de Gaia).

MONCÓVIO, Susana (2019a). *António Teixeira Lopes*. In FERREIRA, Emília; MONTEIRO, Joana d'Oliva; SILVA, Raquel Henriques da, *coord*. *Dicionário de Quem é quem na museologia portuguesa*. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciência Sociais e Humanas/NOVA, pp. 184-186.

MONCÓVIO, Susana (2019b). *Marciano Azuaga*. In FERREIRA, Emília; MONTEIRO, Joana d'Oliva; SILVA, Raquel Henriques da, *coord*. *Dicionário de Quem é quem na*

museologia portuguesa. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciência Sociais e Humanas/NOVA, pp. 25-28.

MÓNICA, Maria Filomena (1980). *Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX*. «Análise Social». XVI: 63, 449-518. [Consult. 20 jul. 2022]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223996537J4mEJ0mb1Tn90RZ7.p> .

MONTEIRO, Isabel Andrade; DUARTE, Júlio (2003). *Os Patronos das ruas de Coimbrões*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Santa Marinha.

MOREIRA, Fernando (2003). *Lemos Júnior, Augusto de Oliveira Maximiano*. In NÓVOA, António, *dir. Dicionário de educadores portugueses.* Porto: ASA, pp. 729-731.

MOTA, Fernando Manuel Campos de Sá (2016). *Convento Corpus Christi de Gaia: novos usos do património*. Porto: FLUP. Dissertação de mestrado.

MOTA, Luís; VILHENA, Carla; FERREIRA, António Gomes (2016). *Leituras e representações da educação genebrina em Portugal: na peugada de Áurea Judite Amaral*. In HERNÁNDEZ DÍAZ, José María, *coord*. *Influencias suizas en la educación española e ibero-americana*. Salamanca (Spain): Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 289-300.

MOURA, Maria Lúcia de Brito (1996-1997). *As Doroteias em Portugal (1866-1910): uma difícil implantação.* «Lusitania Sacra». Série II. 8/9, 245-298.

NINHOS, Cláudia (2021). *O essencial sobre Aristides de Sousa Mendes*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

NOGUEIRA, Rosa Helena de Pernambuco (2011). *Escolas diferentes e suas práticas inovadoras: um olhar interpretativo*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.

NÓVOA, António (1988). *A República e a escola: das intenções generosas ao desengano das realidades*. «Revista Portuguesa de Educação». 1:3, 29-60.

NÓVOA, António, *dir.* (1993). *A imprensa de educação e ensino: repertório analítico: séculos XIX-XX*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. (Memórias da educação; 1).

NÓVOA, António, *dir.* (2003). *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: ASA.

NUNES, Maria Fernanda (1998). *Apontamentos sobre o ensino em Vila Nova de Gaia entre 1875 e 1925*. FLUP: Disciplina de História de Educação. Policopiado.

O, Jorge Ramos do (2003). *Moreira, António Luís Moreira*. In NÓVOA, António, *dir*. *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições ASA, pp. 941-103.

OLIVEIRA, Alda M. (2003). *Cardoso Júnior, Francisco José*. In NÓVOA, António, *dir. Dicionário de Educadores Portugueses.* Porto: ASA, pp. 275-277.

OLIVEIRA, Andressa Lopes de (2020). *A Escola Moderna de Francisco Ferrer Y Guardia como uma experiência de Educação Libertária*. In *XVII Encontro Regional de História (Anpuh-PR) – "O Futuro do Futuro do Ensino de História", II Encontro do ProfHistória – UEM, XXIV Semana de História – DHI/UEM*. [Consult. 16 jul. 2022]. Disponível em <https://www.encontro2020.pr.anpuh.org/resources/anais/24/anpuh-pr-erh2020/1611975237_ARQUIVO_60bb2a407df75e6eeae4f626071642bc.pdf>.

OSÓRIO, Rui (1991). *Professor Osório: símbolo de uma família bicentenária de Olival*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 5:32, 35- 37.

PARREIRA, Fernando *et al*. (2003). *S. Pedro de Vilar do Paraíso: subsídios monográficos*. Vilar do Paraíso: Junta de Freguesia.

PASQUINI, Adriana Salvaterra; TOLEDO, César Alencar Arnault (2014). *Historiografia da Educação: a Imprensa enquanto fonte de investigação*. «Interfaces Científicas. Educação». 2:3, 257-267.

PAULO, João Carlos (2003). *Amaral, Áurea Judite*. In NÓVOA, António, *dir*. *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Edições ASA, pp. 83-85.

PAUPÉRIO, João. *Livro dos cem anos do Colégio Internato dos Carvalhos*. [no Prelo].

PAYA RICO, Andrés, *coord*. (2022). *Pedagogias alternativas Y educación en los márgenes a lo largo del siglo XX*. València: Universitat de València. DOI: http://dx.doi.org/10.273/PUV-OA-479-8.

PEDROSA, David (1984). *A música em Grijó*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 4:24, 21-25.

PEDROSA, David [s.d.]. *Memórias de Grijó… "A Alma de um povo"*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Grijó.

PEIXOTO, Fernando (2001a). *A influência britânica no protestantismo português*. «Anales de História Contemporânea». 17, 123-152.

PEIXOTO, Fernando (2001b). *Creches de Santa Marinha: contributo para a sua história.* In *1as Jornadas de História Local de Santa Marinha*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia de Santa Marinha, pp. 81-113.

PEIXOTO, Fernando (2001c). *Diogo Cassels: uma vida em duas* margens. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal.

PEIXOTO, Fernando (2003). *Cassels, Diogo*. In NÓVOA, António, *dir. Dicionário de educadores portugueses.* Porto: ASA, pp. 308-309.

PEIXOTO, Maria da Graça (1988). *Os Municípios efémeros de V. N. de Gaia no período liberal*. In *Actas das jornadas sobre o Município na Península Ibérica (*sécs. XII a XIX). Santo Tirso: Câmara Municipal, vol.1, pp. 19-37.

PEREIRA, Isolina Rosa Prior Ladeira Alves (1996). *História de um paradigma: o método de João de Deus e as suas escolas móveis.* Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.

PEREIRA, Joana Dias (2020). *Associativismo livre: uma história de fraternidade e progresso (1834-1926)*. Coimbra: Edições Almedina.

PEREIRA, Margarida Esteves (2001). *"Sabichonas Não!" – a separação das esferas e a educação das mulheres em Portugal na viragem para o século XX*. «Diacrítica». 16, 155-171. [Consult. 26 jul. 2022]. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/30729>.

PEREIRA, Miriam Halpern (1969). *Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do séc. XIX*. «Análise Social». VII: 25/26, 85-117. [Consult. 22 jul. 2022]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224253615P4nSE7oy4Nu53FD1.pdf>.

PINHO, José Augusto (1990). *Dr. Maximiano Lemos: gaiense de adopção*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 4:30, 25-27.

PINTASSILGO, J. (1998). *República e formação de cidadãos: a educação cívica nas escolas primárias da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

PINTASSILGO, Joaquim (2006). *Imprensa de educação e ensino, Universidades Populares e renovação pedagógica*. «Cadernos de História da Educação». 5. [Consult. 20 jul. 2022]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/3998>.

PINTASSILGO, Joaquim (2007). *Imagens e leituras da Educação Nova em Portugal. Os relatórios de bolseiros portugueses em visita a instituições educativas europeias (1907-1909)*. In MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio; GANDRA, José Gonçalves, *org*. *Viagens Pedagógicas*. São Paulo: Cortez, pp. 195-216.

PINTASSILGO, Joaquim (2010). *O projeto educativo do republicanismo: o caso português numa perspetiva comparada*. «Ler História». 59, 183-203. [Consult. 29 jul. 2022]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/8309>.

PINTASSILGO, Joaquim (2011a). *As Universidades Populares nas primeiras décadas do século XX em Portugal – exemplo da Academia de Estudos Livres*. In CARVALHO, Marta Maria Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim, *org*. *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais: Portugal e Brasil, histórias conectadas*. São Paulo: Editora da Universidade, pp. 1-33.

PINTASSILGO, Joaquim (2011b). *O Ensino Primário*. In PROENÇA, Maria Cândida, *coord*. *Educar: educação para todos. Ensino na I República*. Lisboa: Comissão para as Comemorações do Centenário da República, pp. 71-76.

PINTASSILGO, Joaquim (2011c). *O público e o privado na História da Educação: o exemplo de Portugal (segunda metade do século XIX – início do século XX).* In *O ensino e a pesquisa em História da Educação*. Editora da Universidade Federal de Alagoas. [Consult. 3 abr. 2022]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/8351>.

PINTASSILGO, Joaquim (2012a). *Experiências republicanas e intervenções educativas (o exemplo da I República portuguesa, 1910-1926)*. In ALVES, Claudia; MIGNOT, Ana Chrystina, *org., História e historiografia da educação ibero-americana : projetos, sujeitos e práticas* / org. e.Editora Quartet-Faper-SHBE, pp. 105-122. [Consult. 27 jun. 2015]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/10732>.

PINTASSILGO, Joaquim (2012b). *Reformismo Republicano e Inovação Pedagógica: a difusão do "Ensino Intuitivo"*. In *O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui: revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, pp. 81-96.

PINTASSILGO, Joaquim, *coord*. (2013). *Laicidade, Religiões e Educação na Europa do Sul no Século XX*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. [Consult. 6 jul. 2022]. Disponível em <http://www.ie.ulisboa.pt/publicacoes/ebooks/laicidade-religioes-e-educacao-na-europa-do-sul-no-seculo-xx>.

PINTASSILGO, Joaquim (2014). *Universidades Populares*. In ROLLO, M. F. *coord*. *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. 3. [Consult. 21 dez. 2021]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/30020>.

PINTASSILGO, Joaquim (2019). *Um olhar histórico sobre escolas diferentes: perspetivas teóricas e metodológicas*. In PINTASSILGO, Joaquim; ALVES, Luís Alberto Marques, *coord*. *Roteiros da Inovação Pedagógica: Escolas e experiências de referência em Portugal no século XX*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2019, pp. 7-32.

PINTASSILGO, Joaquim António Sousa (2017). *Anarquismo e educação nova em Portugal: o contributo de Adolfo Lima*. «Revista Espaço Acadêmico». 196 (set.), 1-13. [Consult. 24 dez. 2022]. Disponível em <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/39311>

PINTASSILGO, Joaquim; BEATO, Carlos (2015). *Balanço da produção portuguesa recente: o exemplo das teses de doutoramento*. In ALVES, Luís Alberto Marques; PINTASSILGO, Joaquim, *coord*. *História da Educação. Fundamentos teóricos e metodologias de pesquisa: Balanço da investigação portuguesa (2005-2014)*. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 215-242.

PINTASSILGO, Joaquim; MOGARRO, Maria João (2013). *Educação da Mulher*. In ROLLO, M. F., *coord*. *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. 1, pp. 1083-1087. [Consult. 26 jul. 2022]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/29420>.

PINTASSILGO, Joaquim; SERRA, Áurea (2009). *A «Educação feminina» (1913): um projecto das normalistas de Lisboa*. In PINTASSILGO, Joaquim; SERRAZINA, Lurdes. *org*. *A Escola Normal de Lisboa e a formação de professores: arquivo, história e memória*. Lisboa: Edições Colibri; CIE; ESELX, pp. 79-98.

PINTO, Inára de Almeida Garcia (2011). *Um professor em dois mundos: a viagem do professor Luiz Augusto dos Reis à Europa (1891)*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação. Tese de doutoramento. [Consult. 9 de ago. 2021]. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16022012-103537/pt-br.php>.

PINTO, Maria de Fátima M. M. (2014). *Bibliotecas populares e municipais em Portugal, do Liberalismo ao Estado Novo*. In ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino, *org*. *Os Municípios na Modernização Educativa*. Lisboa: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, pp. 255-271. [Consult. 27 dez. 2020]. Disponível em <http://www.ie.ulisboa.pt/publicacoes/ebooks/os-municipios-na-modernizacao-educativa>.

PINTO, Maria de Fátima Machado Martins (2017). *Bibliotecas Populares em Portugal: práticas e representações: esboçar de uma missão (1870-1930).* Lisboa: Universidade de Lisboa. Instituto de Educação. Tese de doutoramento. [Consult. 14 out. 2021]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/28321>.

PINTO, Teresa (2013). *Joaquim de Vasconcelos: um paladino do ensino industrial para ambos os sexos*. In DELILLE, Maria Manuela Gouveia; CORRÊA-CARDOSO, João Nuno; GREENFIELD, John, *coord*. *Carolina Michaëlis e Joaquim de Vasconcelos: a sua projecção nas artes e nas letras portuguesas*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, pp. 445-470. [Consult. 25 fev. 2022]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.2/6943>.

PORTUGAL. Ministério da Guerra. Ministério da Marinha. Ministério da Instrução Pública. *Regulamento Oficial de Educação Física: ginástica educativa, jogos, ginástica aplicada*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920. [Consult. 15 ago. 2022]. Disponível em <https://almamater.uc.pt/romulo/item/86025>.

PROENÇA, Maria Cândida (2009). *A educação*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Fernando, *coord*. *História da República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, pp. 169-189.

PROENÇA, Maria Cândida, *coord*. (2011). *Educação para todos. Ensino na I República*. In PROENÇA, Maria Cândida, *coord*. *Educar: educação para todos. Ensino na I República*. Lisboa: Comissão para as Comemorações do Centenário da República, pp. 65-68.

PROENÇA, Maria Cândida, *coord*. (2014). *O pensamento pedagógico republicano. Antologia*. Lisboa: Comissão para as Comemorações do Centenário da República e Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

QUEIROZ, J. Francisco Ferreira, *org*. (1997). *Santa Maria Madalena de Fermucia: subsídios para uma monografia*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia da Madalena.

QUEIROZ, J. Francisco Ferreira (2005a). *Caracterização socioprofissional da população e atividades tradicionais da Madalena*. In QUEIROZ, J. Francisco Ferreira, *coord*. *Santa Maria Madalena de Fermucia: Madalena, Vila Nova de Gaia: história, sociedade e território*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia da Madalena, pp. 73-104.

QUEIROZ, J. Francisco Ferreira, *coord*. (2005b). *Santa Maria Madalena de Fermucia: Madalena, Vila Nova de Gaia: história, sociedade e território*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia da Madalena.

QUEIROZ, J. Francisco Ferreira *et al*. (2005). *O ensino na Madalena*. In QUEIROZ, J. Francisco Ferreira, *coord*. *Santa Maria Madalena de Fermucia: Madalena, Vila Nova de Gaia: história, sociedade e território*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia da Madalena, pp. 162-168.

RAMOS, Rui (1988). *Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo*. «Análise

Social». XXIV:103-104, 1067-1145. [Consult**.** 19 mar. 2021]. Disponível em <https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223032571Q0nUJ7ty8Sg03SR3.pdf>.

RAMOS, Rui (1993). *O método dos pobres: educação popular e alfabetização em Portugal (séculos XIX e XX).* «Colóquio Educação e Sociedade». 2, 41-68.

RAMOS, Rui, *coord.*; SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2009). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

RANGEL, Rosangela Faria (2013). *Assistência no Rio de Janeiro: elite, filantropia e poder na Primeira República.* Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica. Tese de doutoramento. [Consult. 30 mar. 2021]. Disponível em <https://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0912212_2013_completo.pdf >.

REIS, Jaime (1988). *O analfabetismo em Portugal numa perspectiva comparada*. In FERNANDES, Rogério; ADÃO, Áurea. *I Encontro português de História da Educação – actas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 75-79.

REIS, Jaime (1993). *O analfabetismo em Portugal no século XIX: uma interpretação*. «Colóquio Educação e Sociedade». 2, 13-40.

RELVAS, Eunice (2009). *A Ação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa na Primeira República*. «Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa». 10, 115-133.

REMA, Henrique Pinto, *org.* (2008-). *Crónica do Centenário da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição: 1871-1976*. [S.l.: s.n.] (Braga: Tip. Editorial Franciscana).

RIBEIRO, Fernando (1997). *Club Progredior*. In QUEIROZ, J. Francisco Ferreira, *org*. *Santa Maria Madalena de Fermucia (Madalena – V. N. Gaia): subsídios para uma monografia*. Vila Nova de Gaia: Junta de Freguesia da Madalena, pp. 264-266.

RIBEIRO, Lia (2011). *A popularização da Cultura Republicana (1881-1910).* Coimbra: Imprensa da Universidade. (República).

ROCHA, Cristina (1998). *O Ensino Particular Feminino no Porto nos anos 30*. In FERNANDES, Rogério; ADÃO, Áurea, *org*. *Leitura e Escrita em Portugal e no Brasil: 1500-1970: atas do 1.º Congresso Luso-Brasileiro da História da Educação*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, vol. 3, pp. 27-29. [Consult. 30 jul.

2021]. Disponível em <https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=84516>.

ROCHA, Juliana; FELGUEIRAS, Margarida Louro; AFONSO, José António (2019). *As influências belgas na formação de professores: o papel de João Gomes de Oliveira.* In HERNÁNDEZ DÍAZ, José María, *coord*. *Influências Belgas en la Educación Española e Iberoamericana*. Salamanca: Universidad, pp. 731-739.

ROCHA, Ricardo (2018). *Elites e poder local no Portugal Contemporâneo: o caso dos Presidentes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia na I República (1910-1926)*. «População e Sociedade». 29 (jun.), 35-60.

RODRIGUES, Albertino Amaro de Sousa (1987). *S.to Estevão de Guetim: subsídios para uma monografia*. Anta: [Edição do autor], vol. 1: *A paróquia*.

RODRIGUES, Albertino Amaro de Sousa (1995). *S.to Estevão de Guetim: subsídios para uma monografia*. Anta: [Edição do autor], vol. 2: *A freguesia*.

RODRIGUES, Catarina; LE CUNFF, François, *org.* (2020). *A Educação Física na Escola*. [S.l.]: Secretaria-Geral da Educação e Ciência. [Consult. 6 jan. 2022]. Disponível em <https://www.sec-geral.mec.pt/sites/default/files/A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20na%20Escola.pdf>.

RODRIGUES, Simone Paixão; ALVES, Eva Maria Siqueira; FELGUEIRAS, Margarida Louro (2016). *Associativismo e Educação: Diálogos entre Tocqueville, Weber, Dewey e Adolfo* Lima. In MAYNARD, Dilton Cândido Santos; SOUZA, Josefa Eliana, *org*. *História, sociedade, pensamento educacional: experiências e perspectivas*. [S.l.]: Editora Autografia, pp. 128-144.

ROLLO, Maria Fernanda; AMARO, António Rafael, *coord.* (2015). *República e republicanismo*. Lisboa: Caleidoscópio.

ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, *coord*. (2009). *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.

ROSAS, Lúcia (1997). *Joaquim de Vasconcelos e a valorização das artes industriais*. In *Rodrigues de Freitas: a obra e os contextos: actas do Colóquio*. Porto:

Universidade do Porto. Faculdade de Letras, pp. 229-239. [Consult. 25 fev. 2021]. Disponível em <https://hdl.handle.net/10216/9253>.

SAMPAIO, Maria da Luz (2011). *O banqueiro republicano*. «O Tripeiro». Série VII, ano XXX. 3, 76-77.

SANTOS, Ana Frederica Jordão dos (2013). *Casa-Museu Aristides de Sousa Mendes – Casa do Passal: programa museológico*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Belas Artes. Dissertação de mestrado. [Consult. 3 mar. 2022]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/8850>.

SANTOS, José Dinis dos (1970). *Resenha histórica de Cale Vila de Portugal e Castelo de Gaia*. [S.l.: s.n.]. Separata de «Comunidades Portuguesas», 21 (dez.).

SANTOS, Licínio (2014). *Cultura e lazer Operários em Gaia, entre o final da Monarquia e o início da República (1893-1914)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.

SANTOS, Licínio (2017). *As «escolas operárias» em Vila Nova de Gaia.* In RIBEIRO, Cláudia Pinto; ARAÚJO, Francisco, *coord*. *A história da educação em Vila Nova de Gaia*. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pp. 145-163.

SANTOS, Licínio (2018a). *José Pinto de Macedo (1874-1948)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 198. (Património Cultural de Gaia).

SANTOS, Licínio (2018b). *Luís Gonçalves de Oliveira (1867-1940)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 182. (Património Cultural de Gaia).

SANTOS, Licínio; TEIXEIRA, Fátima (2019). *O centro urbano de Vila Nova de Gaia em Finais de Oitocentos*. In *As Cidades na História: Sociedade: atas do II Congresso Histórico Internacional: 18 a 20 de outubro de 2017*. Guimarães: Câmara

Municipal, vol. 3, pp. 323-349. Disponível em <https://ch.guimaraes.pt/static/uploads/actas/2CHI/vol3/CHIv3art15.pdf>.

SANTOS, Maria José Moutinho (2014). *O asilo de S. João no Porto*. «CEM - Cultura, Espaço & Memória». 5, 89-100.

SANTOS, Paula Leite (2018). *António Nicolau de Almeida Júnior (1841-1891)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral*; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *coord*. *de vol*. *Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 136. (Património Cultural de Gaia).

SANTOS, V. N. dos [s.d.]. *Vila dos Carvalhos: contributo para uma caracterização*. Pedroso: ACICCA - Jornal dos Carvalhos.

SARAIVA, José da Costa (1995). *Canidelo no passado e no presente*. Canidelo (Vila Nova de Gaia): Fábrica da Igreja Paroquial de Santo André de Canidelo.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira, *dir*. (1991). *Nova História de Portugal: da Monarquia para a República*. Lisboa: Editorial Presença.

SIEBERT, Emanuel Cristina (2019). *Exposições escolares em Portugal: a prática na contemporaneidade sob um olhar histórico*. «Revista Matéria-Prima».7:1, 43-53. [Consult. 21 jul. 2022]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10451/38562>.

SILVA, António Manuel (2018). *Diogo Cassels (1884-1923)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral*; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *coord. de vol*. *Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 144. (Património Cultural de Gaia).

SILVA, António Manuel S. P. (2011). *O protestantismo português e a República: da utopia à realidade*. In MARQUES, Maria Alegria Fernandes; AMARAL, Luís Carlos, *coord*. *Igreja e República: Mito(s) e História(s). Actas do VI Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro, pp. 47-72.

SILVA, António Manuel S. P., *coord.* (2013). *Paróquia de Cristo e Colégio Evangélico Lusitano: um século de testemunho cristão em Oliveira do Douro (V. N. de Gaia)*.

Vila Nova de Gaia: Igreja Lusitana Católica Apostólica e Evangélica. (Comunhão Anglicana).

SILVA, António Manuel S. P.; AFONSO, José António (2017). *A rede escolar protestante em Vila Nova de Gaia (1868-1923): uma panorâmica geral.* In RIBEIRO, Cláudia Pinto; ARAÚJO, Francisco, *coord*. *A história da educação em Vila Nova de Gaia*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pp. 25-62.

SILVA, António Manuel S. P.; AFONSO, José António; VIDAL, Alexandra (2016). *A Igreja e a Escola do Prado: cento e quinze anos de instrução e testemunho cristão em Coimbrões*. Vila Nova de Gaia: Igreja Lusitana Católica Apostólica e Evangélica.

SILVA, Carlos Manique da (2020). *Origem, desenvolvimento e sentido histórico das escolas móveis*. In PINTASSILGO, Joaquim; FERREIRA, M. Isabel Freire, *org*. *Casimiro Freire. O Republicanismo e a Instrução Popular*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 183-202. (Extra-colecção).

SILVA, Francisco (1982). *Subsídios para a história de Mafamude (conclusão)*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 13, 9-11.

SILVA, Francisco (1988). *Centro Recreativo de Mafamude: uma história de quatro gerações*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 4:25, 48-53.

SILVA, Francisco António Marques da, *coord.* (1999). *A Misericórdia de Vila Nova de Gaia: 1929-1999: comemoração do 70.º aniversário*. Vila Nova de Gaia: Misericórdia.

SILVA, Francisco Ribeiro da (1997). *Maçons, católicos e autarcas: a loja «União Portucalense» de Vila Nova de Gaia.* Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal.

SILVA, Humberto Pinho da (2000). *O testamento de Caetano de Pinho.* «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 8:50, 25-27.

SILVA, Humberto Pinho da (2005). *Colégio Central*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 10:60, 3-5.

SILVA, Joaquim Moreira da (1985). *Academia Musical de Santa Maria de Sandim: alguns apontamentos para a sua história*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia». 3:18, 12-16.

SOARES, Elisa (2011). *Artur Loureiro, um novo ciclo de vida na viragem do século*. In *Artur Loureiro 1853-1932*. [Porto]: Museu Nacional de Soares dos Reis, pp. 19-51.

SOROMENHO, Gilda (2014). *O paradigma da distribuição das verbas destinadas à educação nos municípios portugueses*. In ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino, *org*. *Os Municípios na Modernização Educativa*. Lisboa: Instituto da Educação da Universidade de Lisboa, pp. 99-106. [Consult. 27 dez. 2020]. Disponível em <http://www.ie.ulisboa.pt/publicacoes/ebooks/os-municipios-na-modernizacao-educativa>.

SOUSA, Fernando (1991). *A Maçonaria do Porto e a Revolta Republicana de 1891*. In *Estudos de história contemporânea portuguesa: homenagem ao professor Víctor de Sá*. Porto: Livros Horizonte, pp. 391-409. (Estudos de História Contemporânea Portuguesa).

SOUSA, Fernando; FERREIRA, Fernando de (2021). *Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1868-2018)*. Porto: PPFMNS - Província Portuguesa das Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora; CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e (2018). *Conde de Campo Belo, 4.º (1904-1995)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral*; SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, *coord*. *de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 253.

TEIXEIRA, Fátima (2017). *Contributos educativos da Companhia de Fiação de Crestuma (Lever) para o ensino em Vila Nova de Gaia.* In RIBEIRO, Cláudia Pinto; ARAÚJO, Francisco, *coord*. *A história da educação em Vila Nova de Gaia*. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», pp. 173-186.

TEIXEIRA, Maria de Fátima (2017). *Companhia de Fiação de Crestuma: do fio ao pavio*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado. [Consult. 25 ago. 2021]. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/103226/2/186066.pdf>.

TEIXEIRA, Maria de Fátima (2018). *Augusto César da Cunha Morais (1852-1939)*. In GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *coord. geral;* SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e*, coord. de vol. Património Humano – Personalidades Gaienses*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Amigos do Solar Condes de Resende - Confraria Queirosiana, p. 153.

TEMUDO, Alda, *coord*. (2013). *Memórias do Município de Vila Nova de Gaia.* Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal; Arquivo Municipal Sophia de Mello Breyner.

TEODORO, António Neves Duarte (1999). *A construção social das políticas educativas: Estado, Educação e Mudança Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.

TORGAL, Luís Reis (1998). *A Instrução Pública*. In MATTOSO, José, *dir*. *História de Portugal*. *O Liberalismo*. Lisboa: Editorial Estampa.

TRINDADE, Rui (2012). *O movimento da educação nova e a reinvenção da escola: da afirmação de uma necessidade aos equívocos de um desejo*. Porto: Universidade do Porto Editorial. (Série do saber; 14).

TRINDADE, Rui; COSME, Ariana (2016). *Instruir, aprender ou comunicar: reflexão sobre os fundamentos das opções pedagógicas perspetivadas a partir do ato de ensinar*. «Revista Diálogo Educacional». 16:50, 1031-1051. [Consult. 5 mar. 2020]. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/123692/2/364295.pdf>.

VALLE, Carlos (1981). *Notas e reflexões a propósito do centenário da Morte de Camões. «IV Centenário da Morte de Camões».* Vila Nova de Gaia.

VAZ, José (2003). *Bilbliotheca Parochial d'Avintes*. «Caminho Novo: revista do Clube Recreativo Avintense». Edição Anual. 15-19.

VAZ, José (2012). *O Clube Recreativo Avintense e as elites locais*. «Caminho Novo: revista do Clube Recreativo Avintense». 31, 6-11.

VAZ, José (2015). *Escola de Cabanões: o Templo da Instrução: 1885*. Avintes: Abientes - Centro de Documentação e Investigação em História Local. (Cadernos de História d'Abientes; 5).

VELOSO, Manuel Pires (1976). *V. N. de Gaia: Portucale: Portugal*. «Boletim da Associação Cultural dos Amigos de Gaia». 4, 3-60.

VENTURA, António (2012). *Os Constituintes de 1911 e a Maçonaria.* [Lisboa]: Círculo de Leitores; Temas e Debates.

VENTURA, António (2013). *Uma História da Maçonaria em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

VENTURA, António (2016). *Chefes de Governo Maçons. Portugal (1835-2016)*. Lisboa: Nova Veja, Lda.

VENTURA, António (2020). *Uma História da Maçonaria em Portugal (1727-1986)*. Lisboa: Temas e Debates e Círculo de Leitores.

VIEIRA, Mário (2010). *A Escola Prática Comercial Raúl Dória: memória de um espaço de ensino comercial (1902-1964)*. Porto: FLUP. Dissertação de mestrado.

VIEIRA, Nuno Miguel Carvalho (2001). *O Seminário Episcopal do Porto 1804-1914.* Pamplona: Universidad de Navarra. Extrato de Tese Doutoral apresentado à Faculdade de Teologia da Universidade de Navarra. [Consult. 28 mai. 2021]. Disponível em <https://dadun.unav.edu/handle/10171/17583>.

VILLARES, Artur (2014). *O congreganismo da monarquia à república: entre a necessidade e a contestação*. In FRANCO, José Eduardo; ABREU, Luís Machado de; SILVA, Cristiana Lucas da, *coord. Para a história das ordens e congregações religiosas em Portugal, na Europa e no mundo*. Prior Velho: Paulinas, pp. 955-970.

WEBGRAFIA

UNIVERSIDADE DO PORTO. *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto: Joaquim Gomes Ferreira Alves*. [Consult. 23 ago. 2021]. Disponível em <https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20joaquim%20gomes%20ferreira%20alves>.

UNIVERSIDADE DO PORTO. *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto: Manuel de Sousa Avides*. [Consult. 7 out. 2021]. Disponível em

<https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20manuel%20de%20sousa%20avides>.

UNIVERSIDADE DO PORTO. *Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto: Maximiano Augusto de Oliveira Lemos.* [Consult. 7 out. 2021]. Disponível em <https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20maximiano%20lemos>.

ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR. *Arquivo Germano Lopes Martins*. [Consult. 30 nov. 2021]. Disponível em <https://ahpweb.parlamento.pt/Detalhe/?pesq=pa&t=9&id=31407&q=AND__topic_type_id_9__31407>.

ARQUIVO DA IGREJA LUSITANA. *Júlio Bento da Silva*. [Consult. 6 jan. 2022]. Disponível em <http://arquivo.igreja-lusitana.org/16g8f>.